



Anais da FVJ & Ciência 2023.1
Centro Universitário do Vale do Jaguaribe

ANAIS
ISSN 2763-8375
Ano 4 - Volume 4 - Edição 1

Centro Universitário do Vale do Jaguaribe
Aracati – CE
Julho – 2023

ISSN 2763-8375

Centro Universitário do Vale do Jaguaribe

Aracati-CE

2023.1

Prof. Antonio Henrique Dummar Antero, Centro Universitário do Vale do Jaguaribe
Reitor

Prof. Dra. Darcielle Bruna Dias Elias, Centro Universitário do Vale do Jaguaribe
Pró-Reitora Acadêmica

Prof. Esp. Francisco Garcia de Sousa Junior, Centro Universitário do Vale do Jaguaribe
Pró-Reitor de Operações e Expansão

Prof. Esp. Lutiano Almeida Elmiro, Centro Universitário do Vale do Jaguaribe
Pró-Reitor Administrativo e Financeiro

Prof. Dr. Albano Oliveira Nunes, Centro Universitário do Vale do Jaguaribe
Editor Chefe

Prof. Dr. Rodolfo de Melo Nunes, Centro Universitário do Vale do Jaguaribe
Editor Adjunto

Prof. Dr. Albano Oliveira Nunes;
Profa. Dra. Darcielle Bruna Dias Elias;
Prof. Dr. Rodolfo de Melo Nunes;
Bibliotecária Esp. Jeovania Maria de Sousa
Auxiliar de Biblioteca Iranildo Rodrigues da Costa
Comissão Organizadora dos Anais FVJ & Ciência (UNIJAGUARIBE)

Profa. Dra. Abda de Souza Medeiros
Profa. Dra. Anielle Torres de Melo
Profa. Dra. Darcielle Bruna Dias Elias
Prof. Dr. Kamillo Karol Ribeiro e Silva
Profa. Ma. Francisca Neuma Almeida Nogueira
Ma. Amália Gonçalves Arruda
Conselho Editorial

Expediente

Endereço postal – Centro Universitário do Vale do Jaguaribe Rodovia Ce- 040 S/N, Km 138.
Bairro Aeroporto – Aracati-CE.
Fone: (88) 3421-9750
Idioma - Língua Portuguesa (Brasil)

Contato Principal

Prof. Dr. Albano Oliveira Nunes
Doutor em Engenharia de Teleinformática E-mail:
albano@fvj.br



Apresentação

O evento “FVJ & Ciência”, ocorre com periodicidade semestral sendo organizado pelo Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – UNIJAGUARIBE. Objetivando tornar público à comunidade as atividades de pesquisa desenvolvidas por discentes e seus respectivos orientadores de graduação e pós-graduação em diversas áreas de estudo. Os trabalhos selecionados durante o evento são compilados em uma coletânea, oferecendo assim uma oportunidade para a comunidade acadêmica e geral conhecerem o trabalho de pesquisa realizado na instituição.

Missão e Objetivos

A FVJ & Ciência tem por missão a difusão e promoção do conhecimento nas diversas áreas do conhecimento de forma multidisciplinar, a saber: Ciências da Saúde, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Educacionais e Ciências Humanas.

Através do meio digital, a FVJ & Ciência busca a divulgação da produção científica relevante, de forma gratuita, aberta a todos os interessados.

Abordagens

Tipologias teórico-empíricas (levantamentos, estudos de caso, experimentos) e teóricas (ensaios teóricos, proposição de modelos), utilizando análises quantitativas e qualitativas.

Temas de interesse

Os temas devem articular tendências teóricas estruturantes que propiciem forte base conceitual para a produção de conhecimento das diversas áreas do conhecimento e, conseqüentemente, contribuição ao avanço científico.

Periodicidade

Semestral.

**Centro de Gestão e
Hospitalidade Administração
Ciências Contábeis**

Administração

LINKEDIN: IMPACTOS DE SEU USO NA GESTÃO NO PROCESSO DE RECRUTAMENTO

Geones José da Costa¹ (Aluno do Curso Bacharelado em Administração do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. E-mail:geonescosta1@gmail.com, Fabricio da Costa Holanda², Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, E-mail: cosytafabra@gmail.com.

RESUMO

O presente estudo mostra que no mercado de trabalho, na atualidade, exige rapidez e eficiência, e em se tratando da gestão de pessoas, no recrutamento e seleção não é diferente. Com o advento das mídias sociais em especial da rede social profissional LinkedIn milhões de usuários se conectam com milhares de empresas através do compartilhamento de currículos, experiências, habilidades, interesses e publicações. A palavra redes social é empregada para apresentar as relações existentes entre as pessoas. Assim este trabalho analisa as redes como uma ferramenta para a disseminar a informação. Oferece uma revisão de literatura sobre a origem e desenvolvimento histórico destas redes, dando ênfase às mídias sociais profissionais. Utiliza a metodologia o estudo fundamenta-se numa revisão bibliográfica tradicional, de caráter descritivo, focando no processo de corroboração do LinkedIn como meio usado pelas empresas para recrutar e selecionar. O LinkedIn é amplamente reconhecido e utilizado pelas empresas como um meio eficaz de recrutamento. Objetivando corroborar o LinkedIn como meio usado pelas empresas para recrutar e selecionar pessoas visando à qualidade dos serviços e o bom desenvolvimento organizacional. Acredita que pelo meio dos perfis profissionais, possa existir a probabilidade de ser mais uma ferramenta para o profissional ter conhecimento no uso nas unidades de informação. Dessa maneira, torna-se primordial que as empresas atuam com as redes sociais sejam capazes de identificar de antemão os principais benefícios do LinkedIn como modelo de recrutamento.

Palavras-chave: LinkedIn; Redes sociais; Recrutamento.

INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho, na atualidade, exige rapidez e eficiência, e em se tratando da gestão de pessoas, no recrutamento e seleção não é diferente. A gestão de pessoas é uma área estratégica em qualquer negócio, e, portanto, depende de diversos aspectos, incluindo fatores de ordem ambiental, do negócio da organização e de processos internos. “Os avanços observados nas últimas décadas têm levado as organizações a buscarem novos métodos de gestão com o intuito de melhorar o desempenho, alcançar resultados e atingir a missão institucional” (SOVIENSKI; STIGAR, 2008, p. 53). Portanto, atualização é algo importante nesta atividade. O presente artigo pretende analisar a utilização das redes sociais profissionais, verificar a interação informacional dos profissionais da área de administração e áreas afins, como usuários da rede social LinkedIn, por meio da análise dos perfis destes usuários, por parte das empresas como um instrumento valioso de analisar as habilidades e experiência para potenciais seu empreendimento, dos tipos das informações que circulam na rede, instituições a que estes profissionais estão vinculados e o grau de conexão entre os mesmos. Buscando identificar como esta rede social pode colaborar para a projeção do formando no mercado de trabalho e quais as vantagens de sua utilização. O estudo será fundamentado numa revisão bibliográfica tradicional, de caráter descritivo, focando nas abordagens que visam apontar os meios usados por empresas para recrutar e selecionar pessoas visando à qualidade dos serviços. Dessa maneira, torna-se primordial que os empreendimentos que atuam com os perfis profissionais sejam capazes de identificar de antemão os principais benefícios do LinkedIn como modelo de recrutamento.

MARCO TEÓRICO

Outro principal objetivo na utilização das redes sociais por parte das empresas, está presente na seleção dos recrutados, como um instrumento de auxílio para a metodologia de recrutamento, possibilitando estudar o perfil de seus candidatos, ou mesmo encontrá-los por meio de uma busca baseada no perfil desejado. O LinkedIn também oferece recursos adicionais para ajudar os recrutadores a encontrar os candidatos certos, como a pesquisa avançada de perfis, o Recruiter Lite e o LinkedIn Talent Hub. O mercado de trabalho, na atualidade, exige rapidez e eficiência, e em se tratando da gestão de pessoas, no recrutamento e seleção não é diferente. Segundo Pontes (1996) afirma que a metodologia de recrutamento busca encontrar pessoas que tenham as qualidades mínimas para ocupar a posição em aberto na empresa. Assim, recrutar significa captar pessoas que se identifiquem com a finalidade da empresa, com características condizentes com as atividades que desempenhará, ou seja, é a colocação de um funcionário em um posto que precise das qualidades que ele possui. O LinkedIn é uma rede social profissional fundada em 2002 e lançada em 2003, com foco em conectar profissionais de todo o mundo. Desde então, o LinkedIn se expandiu globalmente e se tornou uma das principais interações online para profissionais e empresas. Com o passar dos anos, o ser humano se tornou dependente da tecnologia, criando assim um novo modelo de sociedade e transformando suas relações, conforme afirma Paiva (2018, p.4), “O avanço tecnológico redesenhou o movimento social, principalmente a forma de enviar e receber informações, de agir em sociedade, de se relacionar com a natureza e com o outro.”. A palavra rede origina-se etimologicamente do vocábulo em latim *rete*, podendo hoje em dia ter vários significados como: entrelaçado de fios, sistema constituído pela interligação de dois ou mais computadores e seus periféricos, com o objetivo de comunicação, entre outros significados. Já em relação a redes sociais, FERREIRA (2011) afirma que rede social é uma estrutura social composta por indivíduos, organizações, associações, empresas ou outras entidades sociais, designadas por atores, que estão conectadas por um ou vários tipos de relações que podem ser de amizade, familiares, comerciais, sexuais etc. O XING é uma rede social profissional com sede na Alemanha. Ela foi fundada em 2003 e é voltada para conectar profissionais, ajudando-os a construir redes de contatos, encontrar empregos, colaborar em projetos e desenvolver suas carreiras. Plaxo é uma rede social online que foi fundada em 2002 por Sean Parker e Todd Masonis. A plataforma foi desenvolvida com o objetivo de ajudar as pessoas a gerenciar seus contatos e manter suas informações atualizadas. O Viadeo era uma rede social profissional fundada em 2004 por Dan Serfaty e Thierry Lunati, sediada na França. Era semelhante ao LinkedIn e tinha como objetivo permitir que os profissionais se conectassem, compartilhassem informações e estabelecessem contatos profissionais (NASCIMENTO, 2011). A plataforma LinkedIn foi fundada em dezembro de 2002 e lançada em maio de 2003, entre 774 milhões de usuários em mais de 200 países e territórios em todo o mundo (PAIVA, 2018). O LinkedIn é uma plataforma de mídia social profissional que permite aos usuários criar um perfil para si e se conectar com outros profissionais em sua indústria ou campo de trabalho. Ao entrar no ambiente virtual do LinkedIn, o usuário é levado para a sua página inicial, onde pode ver atualizações de seus contatos e empresas que segue, bem como as últimas notícias e artigos relevantes para seu campo de interesse. O LinkedIn facilita a verificação das credenciais profissionais dos candidatos, permitindo que os recrutadores examinem seus históricos de trabalho, histórico educacional, recomendações e conexões profissionais. Essas informações ajudam a validar as informações fornecidas pelos candidatos e a tomar decisões de contratação mais informadas.

METODOLOGIA

O estudo fundamenta-se numa revisão bibliográfica tradicional, de caráter descritivo,

focando no processo de corroboração do LinkedIn como meio usado pelas empresas para recrutar e selecionar pessoas visando à qualidade dos serviços e o bom desenvolvimento organizacional. A pesquisa bibliográfica compreende toda e qualquer bibliografia divulgada em forma de materiais como: revistas, livros e artigos científicos, que estejam relacionados com o tema de estudo, na intenção de colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi desenvolvido sobre um determinado assunto ou contexto, propiciando assim, a análise de um tema, sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras (RIQUENA, 2013). Foi realizado levantamento de dados em artigos nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO) com os seguintes descritores: “LinkedIn”, “gestão” e “processo de recrutamento”. Fizeram parte do estudo artigos científicos publicados em base de dados online, entre os anos de 2013 e 2023, em língua portuguesa, disponível na íntegra e que fossem concernentes com o objetivo da pesquisa. Excluiu-se todos e quaisquer materiais que não tinham relação com a temática proposta e que não correspondem aos descritores.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A partir do estudo realizado no presente trabalho, pode ser visto que a cada dia, muitas empresas estão se atualizando para atender às necessidades do mercado em constante evolução. A rápida mudança nas tecnologias, nas preferências dos consumidores e nas demandas do mercado global tem incentivando as empresas a se adaptarem e inovarem. Uma das principais maneiras pelas quais as empresas estão se atualizando é através da adoção de tecnologias emergentes. Por fim, concluímos e ressaltamos que o LinkedIn desempenha um papel crucial no processo de recrutamento das empresas de várias maneiras. Acesso a um vasto pool de talentos, o LinkedIn fornece recursos avançados de pesquisa que permitem aos recrutadores filtrar candidatos com base em critérios específicos, como habilidades, experiência, localização, formação acadêmica e muito mais. Essa funcionalidade agiliza o processo de triagem, ajudando os recrutadores a identificarem candidatos relevantes de forma rápida e eficiente. Então mostra-se que o LinkedIn se tornou uma ferramenta indispensável no recrutamento, oferecendo oportunidades de networking, pesquisa de candidatos, verificação de credenciais e promoção de marca empregadora. Profissionais e empresas que aproveitam efetivamente essa plataforma têm uma vantagem significativa no processo de recrutamento.

REFERÊNCIAS

BASTOS, A. V. B.; SANTOS, M. V. Redes sociais informais e compartilhamento de significados sobre mudança organizacional. **Rev. adm. empres.**, v. 47, n. 3, p. 1-13, 2007. Acesso em: 22 abr. 2023.

BRITO, J. L. **Proposta de aplicabilidade das ferramentas da Web 2.0 na biblioteca da Faculdade de Juazeiro do Norte. Juazeiro do Norte: UFC**, 2010. 86 f. Monografia (Curso de Graduação em Biblioteconomia). Campus Avançado do Cariri. Universidade Federal do Ceará, 2010. Acesso em: 23 abr. 2023.

NASCIMENTO, M. I. S. do. A contribuição das redes sociais na disseminação da informação: **estudo de caso do LinkedIn com Profissionais da Informação**. João Pessoa, 2011. 59f., il. Acesso em: 06 mai. 2023.

PONTES, B.R. **Planejamento, recrutamento e seleção de pessoal**. 2 ed. São Paulo: LTr, 1996. Acesso em: 23 mai. 2023.

SOVIENSKI, F.; STIGAR, R. Recursos Humanos X Gestão De Pessoas. Gestão - **Revista Científica de Administração**, v. 10, n. 10, jan./jun. 2008. Acesso em: 25 abr. 2023.

MARKETING DIGITAL: ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA LOCALIZADA NO VALE DO JAGUARIBE

DIGITAL MARKETING: CASE STUDY IN A COMPANY LOCATED IN VALE DO JAGUARIBE

Michael Lima de Oliveira¹, Aluno do Curso de Administração do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: michael.oliveira@fvj.com.br; Edson Helison Sena do Nascimento² Orientador - Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail:edson.nascimento@unijaguaribe.edu.br

RESUMO

O presente trabalho tem por objeto de estudo investigar as contribuições do marketing digital na expansão de uma empresa situada no Vale do Jaguaribe, de forma a compreender as características do marketing digital e suas relações na atividade do negócio discutindo o uso de redes sociais e aplicativos para o desenvolvimento, aplicação, análise e a influência do marketing, sabendo que o mesmo desempenha um papel fundamental na expansão e sucesso de qualquer negócio, sendo responsável por atrair novos clientes e manter a fidelidade dos existentes. No entanto, as empresas enfrentam diversos desafios ao tentar alcançar e envolver o público-alvo de forma eficaz, uma vez que a concorrência acirrada e a saturação de mensagens de marketing, muitas vezes cansam o cliente. No impulso de obterem crescimento das redes sociais, as empresas voltam se ao marketing, sendo promissor nicho de mercado consumidor. Dá-se aí o crescimento do chamado marketing interativo. Buscando informações sobre os métodos utilizados para promover o marketing em uma grande rede de supermercado da cidade de Aracati, foi realizada uma entrevista estruturada em uma das empresas locais do município onde o responsável pelo setor compartilhou algumas estratégias adotadas, para conhecer o seu público-alvo. Percebe-se que as estratégias adotadas pela empresa compõem o mix de marketing, que compreendem conhecer o seu público-alvo, seus clientes, suas preferências, suas necessidades e os comportamentos de compra.

Palavras-chave: Interatividade; mídias sociais; marketing digital

1 INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, o mercado de vendas e consumo de produtos tem se intensificado diante da globalização e da mundialização do comércio, que gira em torno das fábricas globais e de uma sociedade de consumo.

Compreendem-se, assim, que diversos segmentos e setores podem impulsionar ou intensificar esse processo de grandes mudanças e inovações na forma como o ser humano se relacionam no mercado de compra, venda e consumo.

Dentre eles, o marketing ganha destaque, visto que é considerado por Kotler e Keller (2012, p. 1), como “fundamental para o sucesso de qualquer tipo de ação”. O que não seria diferente no campo das relações econômicas de compra e venda.

Desse modo, o marketing tem sido um grande aliado do comércio e da sociedade de consumo, uma vez que ele compreende o “reconhecimento e a satisfação das necessidades sociais e humanas”, ou seja, “suprindo necessidades e gerando lucro” (KOTLER; KELLER, 2012, p. 3).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A globalização e o marketing tradicional

O marketing desempenha um papel fundamental na expansão e sucesso de qualquer negócio, pois é responsável por atrair novos clientes e manter a fidelidade dos existentes. No entanto, as empresas que enfrentam desafios ao tentar alcançar e envolver o público-alvo de forma eficaz, devido à concorrência acirrada e à saturação de mensagens de marketing.

O modelo tradicional conota que a comunicação clássica, aborda desde os meios habituais como, meios de comunicação, a televisão, o rádio e a mídia impressa (jornais e revistas) foram durante as décadas passadas a porta de entrada para os consumidores, porém com a expansão da globalização e da internet o marketing tradicional precisou explorar novas fronteiras para as relações com seus clientes.

Na contemporaneidade, o mercado de vendas e consumo de produtos tem se intensificado diante da globalização e da mundialização do comércio, que gira em torno das fábricas globais e de uma sociedade de consumo.

Compreendem-se, assim, que diversos segmentos e setores podem impulsionar ou intensificar esse processo de grandes mudanças e inovações na forma como as pessoas se relacionam no mercado de compra, venda e consumo.

Dentre eles, o marketing ganha destaque, visto que é considerado por Kotler e Keller (2012, p. 1), como “fundamental para o sucesso de qualquer tipo de ação”. O que não seria diferente no campo das relações econômicas de compra e venda.

Desse modo, o marketing tem sido um grande aliado do comércio e da sociedade de consumo, uma vez que ele compreende a “identificação e a satisfação das necessidades humanas e sociais”, ou seja, “suprindo necessidades e gerando lucro” (KOTLER; KELLER, 2012, p. 3).

3 METODOLOGIA

O estudo assume também caráter qualitativo, pois, será realizada uma pesquisa de campo, onde as pesquisas de campo segundo GIL (2008, p. 57). “procuram muito mais o aprofundamento das questões propostas do que a distribuição das características da população segundo determinadas variáveis.”

A pesquisa foi desenvolvida com base em estudos bibliográficos, tendo como principal aporte teórico os estudos de Kotler e Keller (2012). Segundo Gil (2002, p. 44), a pesquisa bibliográfica “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Foi realizado um estudo de caso em uma empresa localizada no Vale do Jaguaribe, região que compreende os seguintes municípios: Aracati, Fortim, Itaiçaba, Icapuí, Palhano, Beberibe e Jaguaruana, sendo que desses municípios citados há 7 (sete) unidades desta empresa, sendo Aracati a matriz da rede.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Realizada a pesquisa sobre contribuições do uso do marketing digital em uma das redes de supermercados do município de Aracati, focando o setor de Marketing do Super Mercado Super Mini BOX, que com o objetivo de coletar informações sobre os tipos e métodos de marketing digital aplicados pela empresa, nota-se através dos dados apresentados pela empresa que as ferramentas, os resultados das ações e as abordagens utilizadas através do marketing digital contribuem para o crescimento e ampliação da rede no comércio municipal do Aracati e de suas outras lojas existentes.

O Super Mercado Super Mini BOX foi fundado em 1993 na cidade de Fortim, no Ceará. Atualmente, a empresa possui sete lojas, sendo três na cidade de Aracati e as outras nas cidades de Fortim, Icapuí, Jaguaruana e Beberibe. Conta com 850 colaboradores diretos e tem planos de inaugurar a oitava loja na cidade de Fortim em novembro deste ano de 2023, que será um supermercado com centro de distribuição.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, o Marketing Digital e as mídias sociais desempenham um papel crucial nas estratégias de promoção e crescimento de uma empresa no mundo digital de hoje. Com o aumento da conectividade e do uso da internet, as pessoas passaram a consumir conteúdo, interagir e tomar decisões de compra de maneira diferente. O Marketing Digital oferece uma gama de oportunidades para alcançar o público-alvo de forma mais direta, personalizada e mensurável. Ele permite que as empresas se comuniquem de maneira mais eficaz, construindo uma relação duradoura com seus clientes e influenciem sua percepção da marca.

Por sua vez, as mídias sociais fornecem um canal poderoso para engajamento e interação com o público cliente. Elas permitem que as empresas criem uma identidade de marca, compartilhem conteúdo relevante e atrativo, e se envolvam em conversas com os clientes. Além disso, as mídias sociais também possibilitam a segmentação precisa do público e o direcionamento de anúncios para maximizar os resultados das campanhas.

REFERÊNCIAS

AMERICAN MARKETING ASSOCIATION. **Definitions of Marketing 2017**. Disponível em: <https://www.ama.org/the-definition-of-marketing-what-is-marketing>. Acesso em: 08 abr. 2022.

CHAFFEY, D.; ELLIS-CHADWICK, F.; MAYER, R.; JOHNSTON, K. **Internet Marketing: Strategy, Implementation and Practice** (4th ed.). Edimburg: Financial Times/Prentice Hall, 2009.

10 TENDÊNCIAS de marketing digital para 2022, **Team Liwis, Blog**, Dezembro 2021. Disponível em: <https://www.teamlewis.com/pt/magazine/tendencias-marketing-digital-2022>. Acesso em: 12 maio 2023.

ENGINKAYA, E.; HAKAN, Y. What drives consumers to Interact with brands through social media? A motivation scale development study. **Procedia - Social and Behavioral Sciences**, n. 148, p. 219–226, 2014. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S187704281403941X?via%3Dihub>. Acesso em: 02 maio 2023.

GIL, A C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS COMUNS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Vinicius dos Santos Sousa¹ (Aluno do curso de Administração do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: vinicius.sousa@fvj.br), Orientador: Eliézio Gomes de Queiroz Neto² (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: eliezio.neto@unijaguaribe.edu.br)

RESUMO

Para a administração pública garantir o funcionamento dos serviços e a implementação de políticas públicas, é necessário realizar contratações por meio de licitação. Esse estudo teve como objetivo compreender como ocorre o processo de contratação de bens e serviços comuns na administração pública. Tratou-se de um estudo de Revisão integrativa de literatura. O levantamento do material foi realizado em plataformas online, por meio dos descritores: administração pública, instrumentos administrativos, contratações e compras públicas. A amostra final deste estudo foi composta por 20 trabalhos, publicados entre os anos de 2008 e 2023. Os estudos mostraram a complexidade que envolve o processo de contratação no setor público, e que a eficácia deste está diretamente ligada à qualificação dos servidores atuantes na respectiva área, que se reflete na seleção e desenvolvimento destes. Os resultados mostram que a administração pública ainda enfrenta desafios na implementação do processo de contratações, necessitando de melhorias contínuas a fim de se atingir a eficiência ideal.

INTRODUÇÃO

Para garantir o funcionamento dos serviços e a implementação de políticas públicas, é necessário a compra de bens e serviços. No entanto, na Administração Pública, para executar essas atividades é preciso seguir legislações específicas que regulam suas contratações (RIBEIRO, 2009).

Quanto à transparência dos órgãos públicos, é cada vez maior a exigência por parte da população para que os recursos sejam aplicados de maneira eficiente. Dessa forma, é necessária uma gestão responsável, bem planejada e fiscalizada para garantir que as contratações realizadas atendam às necessidades da sociedade (FARIA; BARBOSA, 2016).

O tratamento isonômico presente nas contratações públicas, visa garantir que as empresas que tenham interesse em fornecer ao órgão público disponham de tratamento igualitário na competição. Isso pode levar a aquisição de produtos por preços mais baixos e inovação na solução de problemas sendo mais eficiente e econômico para a administração (ZAGO, 2017).

Nos países integrantes da OCDE, o percentual do produto interno bruto (PIB) correspondente às contratações públicas foi em média 13,8% em 2015. No Brasil, no ano de 2017, estima-se que foram aplicados mais de R\$ 47 bilhões de reais na aquisição de bens e serviços pelo poder público (COSTA; TERRA, 2019).

Esse trabalho tem como objetivo geral: compreender como ocorre o processo de compras em órgãos públicos. Especificamente pretende-se descrever os principais instrumentos administrativos utilizados na execução do processo e descrever as fases necessárias até sua conclusão.

Esse estudo justifica-se pela importância de entender como ocorre o processo de compras em órgãos públicos a fim de que se possa acompanhar com mais clareza onde e com qual finalidade são aplicados os recursos arrecadados.

MARCO TEÓRICO

Com o objetivo de melhorar a eficiência e efetividade do processo licitatório, têm sido desenvolvidas diversas inovações em metodologias e ferramentas de gestão das compras públicas. (FERNANDES, 2019).

Foram introduzidas algumas modificações no procedimento de contratações. Essas mudanças foram recebidas de forma positiva pelo mercado, ampliando o número de pessoas interessadas em celebrar contratos com a Administração. (MIGUEL, 2015).

Foram implementadas duas mudanças significativas no sistema de contratações e seleção de propostas em licitações: a adoção do pregão e do registro de preços. (FERNANDES, 2019).

A implementação do pregão foi uma espécie de solução para certos problemas encontrados na Lei nº 8.666/93. O objetivo era adotar uma abordagem que considerasse o custo e o tempo como aspectos relevantes. Portanto, a meta era promover ajustes na licitação, que atendessem às necessidades do interesse público e à eficiência administrativa (SUNDFELD, 2013).

Atualmente, no contexto da administração pública, as compras de bens e contratações de serviços são preferencialmente realizadas por meio desse instrumento, na sua forma eletrônica (FREITAS; MALDONADO, 2013).

Registro de preços é basicamente um cadastro de produtos e fornecedores para aquisições recorrentes. Esse registro é feito por meio de um processo de licitação e sempre que houver demanda por um produto ou serviço, a Administração recorrerá a ele (MIGUEL, 2015).

O registro de preços permite contornar a complexidade procedimental da licitação e a debilidade técnica das equipes, tornando-se atraente para superar limitações técnicas e organizacionais (FERNANDES, 2019).

Em geral, o processo de contratação pública envolve várias etapas. Primeiro, é necessário identificar as necessidades de bens e serviços. Em seguida, é preciso pesquisar os preços dos produtos desejados. Depois disso, deve-se elaborar um termo de referência e minutas de editais de licitações e contratos. Uma vez que tudo estiver pronto, o próximo passo é publicar esses documentos e receber as propostas dos potenciais fornecedores. Finalmente, a licitação é julgada e os contratos são celebrados (Junior et al, 2015).

A licitação será direcionada por uma pessoa indicada pela autoridade responsável, entre funcionários permanentes ou funcionários públicos contratados da Administração Pública. Essa pessoa terá a responsabilidade de realizar todas as tarefas necessárias para garantir um andamento adequado do processo até a sua homologação (BRASIL, 2021).

Conclui-se, então, que as contratações públicas seguem práticas constantes e fixas de gestão de riscos e controle preventivo, e que, além de estarem submetidas ao controle da sociedade, estão sujeitas a determinadas linhas de defesa (BRASIL, 2021).

METODOLOGIA

O presente trabalho se trata de uma revisão de literatura. Entre os meses de fevereiro e maio de 2023, foi conduzido um levantamento de literaturas com o objetivo de obter respostas para a seguinte questão: como acontece o processo de contratação de bens e serviços comuns na administração pública? Os trabalhos deveriam estar disponíveis na íntegra, publicados em língua portuguesa, ter versão online e gratuita, ter sido publicados entre os anos de 2008 e 2023, e abordar o processo de contratação de bens e serviços comuns na

administração pública. Foram excluídos estudos repetidos, editoriais, e literaturas que fugissem do enfoque da pesquisa. Foram utilizados descritores específicos, como administração pública, instrumentos administrativos, contratações e compras públicas. A pesquisa pré-selecionou 39 estudos, que, após passar por um processo de seleção, resultaram em um total de 20.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Constatou-se que é muito comum que os órgãos requisitantes encaminhem para à comissão de licitação solicitações de compra contidas de irregularidades. Isso se dá muitas vezes devido à falta de comunicação entre o órgão que requisitou a aquisição e as comissões de compra e licitação. A falta de conhecimento dos servidores designados para compor tais comissões, é fator determinante no atraso do processo de licitação. Isso evidencia a necessidade de investimento em cursos de capacitação para os funcionários atuantes em uma área tão abrangente quanto essa (ALMEIDA; SANO, 2018).

Existem muitos problemas e dúvidas que surgem repetidamente em todos os processos de contratação. A falta de uniformidade é um reflexo da ausência de um órgão centralizado com autoridade hierárquica mais alta para lidar com essas questões. Uma abordagem apropriada para enfrentar essa situação seria estabelecer conselhos de contratação pública em cada unidade governamental que teriam como objetivo padronizar os editais de contratação, equipamentos e outros aspectos, além de fornecer orientações, resolver dúvidas e emitir diretrizes para unificar soluções (SUNDFELD, 2013).

As compras públicas estão se tornando cada vez mais complexas e estratégicas. É necessário que os gestores envolvidos tenham a capacidade de tomar decisões importantes e assumir funções-chave no processo de compra. A governança e a gestão das compras públicas devem ser priorizadas, com uma abordagem multidimensional que considere todo o ciclo das compras públicas e se integre ao planejamento organizacional e à gestão da cadeia de suprimentos. (TERRA, 2018).

REFERÊNCIAS

COSTA, Caio César de Medeiros; TERRA, Antônio Carlos Paim. **Compras públicas: para além da economicidade**. Brasília-DF. Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), 2019.

DE ALMEIDA, Alessandro Anibal Martins; SANO, Hironobu. Função compras no setor público: desafios para o alcance da celeridade dos pregões eletrônicos. **Rev. Adm. Pública**, jan./fev. 2018.

FERNANDES, Ciro Campos Christo. Compras públicas no Brasil: Tendências de inovação, avanços e dificuldades no período recente. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 11, núm. 4, 2019. Universidade Federal de Viçosa, Brasil.

ZAGO, Marina Fontão. **Poder de compra estatal para implementação de políticas públicas: o uso derivado da contratação pública**. São Paulo: USP, 2017.

Contabilidade

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO: REGISTRO, CONTROLE E ANÁLISE DAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Ana Livia Pascoal do Nascimento¹ (Aluna do curso de Ciências Contábeis no Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: analiviapascoal@gmail.com), Larissa Karoline Souza Silva² (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail:larissa.silva@fvj.br).

RESUMO

A Contabilidade Aplicada ao Setor Público, também conhecida como Contabilidade Pública, é uma área da contabilidade que se dedica ao registro, controle e análise das operações financeiras e patrimoniais dos órgãos públicos, sejam eles governamentais ou não governamentais. A Contabilidade Pública tem como objetivo fornecer informações confiáveis e transparentes sobre a gestão dos recursos públicos, permitindo o controle e a prestação de contas à sociedade. Ela é regida por normas e princípios contábeis específicos para o setor público, visando garantir a transparência, a legalidade e a eficiência na administração dos recursos. O objetivo da pesquisa é averiguar a percepção dos discentes sobre a Contabilidade Aplicada ao Setor Público. A pesquisa é de caráter quantitativo, com pesquisa bibliográfica e descritiva. A pesquisa buscou aplicar um questionário online aos 22 estudantes do curso de Ciências Contábeis da UniJaguaribe que estejam cursando o 6º, 7º ou 8º período realizada no dia 23 de maio de 2023 a 29 maio de 2023, sendo assim, os resultados apresentaram a relevância da Contabilidade Pública e compreendem sua importância no controle e na gestão dos recursos públicos. A maioria dos entrevistados considera a disciplina de Contabilidade Pública relevante, devido às oportunidades de emprego no setor público e ao conhecimento necessário para diversas áreas da contabilidade. As áreas de Gestão Pública ou Controladoria foram as mais citadas, seguidas pela Auditoria Fiscal e outras áreas do setor público.

Palavras-chave: contabilidade; setor público; finanças.

1 INTRODUÇÃO

A Contabilidade Aplicada ao Setor Público ela é responsável pelo registro, controle e análise das operações financeiras realizadas pelos órgãos públicos, sejam eles governamentais ou não governamentais (KOHAMA, 2010). A Contabilidade Pública tem como intuito principal fornecer informações precisas e confiáveis sobre a gestão dos recursos públicos, possibilitando o controle e a prestação de contas transparentes à sociedade. Por meio de práticas contábeis específicas para o setor público, essa área busca garantir a transparência, a legalidade e a eficiência na administração dos recursos (COELHO; LINS, 2010).

Isso inclui o registro de receitas provenientes de impostos, taxas, multas e outras fontes de financiamento público. Da mesma forma, as despesas realizadas pelos órgãos públicos, como pagamentos de salários, aquisição de bens e serviços, são devidamente registradas (KOHAMA, 2010). Rosa, Silva e Soares (2015), apresentam que o controle das operações financeiras ao setor público é fundamental para garantir a correta utilização dos recursos. A Contabilidade Pública permite acompanhar as movimentações financeiras, identificar possíveis desvios ou irregularidades e promover a adoção de medidas corretivas, quando necessário. Dessa forma, ela contribui para a transparência e a responsabilidade na gestão dos recursos públicos.

Através de técnicas de análise financeira, é possível avaliar a eficiência e eficácia na utilização dos recursos, identificar oportunidades de melhoria e embasar a tomada de decisões por parte dos gestores públicos. A análise financeira permite, por exemplo, comparar o

desempenho financeiro de diferentes órgãos públicos, identificar padrões de gastos e receitas, e auxiliar no planejamento orçamentário (COELHO; LINS, 2010).

Através do registro, controle e análise das operações financeiras, ela contribui para a transparência, a responsabilidade e a eficiência na gestão dos recursos públicos, garantindo que os recursos sejam utilizados de forma adequada e em benefício da sociedade como um todo. Portanto, percebe-se que a gestão contábil ao setor público possui o dever de administrar os bens em nome da população, utilizando-se do mecanismo de integração da informação para a população e o governo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com Attie (2018) a Contabilidade Pública, como área de estudo, se baseia em diversos referenciais teóricos que fundamentam suas práticas e normas. Segundo Almeida (2012), as IPSAS, estabelecidas pelo IPSASB, fornecem diretrizes para o registro, mensuração, apresentação e divulgação das informações contábeis ao setor público.

A Teoria da Contabilidade Pública abrange conceitos e princípios que fundamentam a prática contábil ao setor público, como transparência, prestação de contas, responsabilidade fiscal e controle interno. De acordo com Rosa, Silva e Soares (2015), os Princípios de Contabilidade Pública são diretrizes que orientam as práticas contábeis ao setor público, como legalidade, transparência, eficiência, competência e economicidade. Esses princípios são fundamentais para garantir a adequada gestão dos recursos públicos.

Santos e Castro (2015) ainda mencionam que a Teoria do Patrimônio Público aborda a contabilização e a gestão do patrimônio dos órgãos públicos, incluindo conceitos de ativos, passivos, receitas e despesas. Ela busca fornecer diretrizes para o registro e controle adequados do patrimônio público. Ela adapta conceitos como custos, orçamento, indicadores de desempenho e planejamento estratégico para a realidade do setor público. Essas teorias auxiliam na busca por uma gestão mais eficiente, transparente e responsável dos recursos públicos (COELHO; LINS, 2010).

Ao contrário da Contabilidade Financeira, que se concentra principalmente na preparação de relatórios para fins externos, como acionistas, investidores e órgãos reguladores, a Contabilidade Gerencial tem um foco interno, voltado para os gestores e tomadores de decisão dentro da organização. Os principais objetivos da contabilidade gerencial, de acordo com Padoveze (2010), são o planejamento, controle, tomada de decisões e avaliação de desempenho.

Para alcançar esses objetivos, a Contabilidade Gerencial utiliza uma variedade de ferramentas e técnicas, como análise de custos, orçamentação, análise de rentabilidade, análise de balanço, análise de variações, entre outras. A Contabilidade Gerencial desempenha um papel fundamental na gestão eficaz das organizações, permitindo que os gestores tenham informações relevantes e confiáveis para tomar decisões informadas e estratégicas. Ela contribui para a melhoria do desempenho, o aumento da eficiência e a maximização do valor para os acionistas e demais partes interessadas (KOHAMA, 2010).

3 METODOLOGIA

A pesquisa visa apresentar uma abordagem descritiva para comparar com a literatura que envolve um levantamento bibliográfico. A coleta de dados da pesquisa descritiva conta com questionários sobre a temática. Além disso, será realizada a pesquisa bibliográfica a fim de fundamentar o trabalho com o que a teoria assevera.

Para obter os dados necessários para este estudo, foi desenvolvido um questionário online utilizando a plataforma *Google Forms*. O formulário foi elaborado de acordo com os

objetivos da pesquisa e continha uma série de perguntas pertinentes ao tema abordado. Após o período de coleta de dados, os resultados foram exportados do *Google Forms* para uma planilha eletrônica, onde foram tabulados e analisados por meio de métodos estatísticos apropriados.

A pesquisa busca aplicar um conteúdo focado na contabilidade aplicada ao setor público, cujo seu objetivo terá resultados ao aplicar o questionário online aos 22 estudantes do 6, 7 e 8 períodos do curso de Ciências Contábeis da UniJaguaribe realizada entre os dias 23 e 29 de maio de 2023. A pesquisa busca obter informações relevantes sobre temática específica, os dados incluem o conhecimento dos estudantes sobre o tema, suas percepções, experiências práticas, opiniões, desafios enfrentados, entre outros aspectos relacionados. O objetivo dessa pesquisa permite explorar e compreender melhor como os estudantes de Ciências Contábeis da UniJaguaribe percebem e se relacionam com a temática em estudo, avaliando seu nível de conhecimento, suas experiências acadêmicas e profissionais, e identificando possíveis lacunas ou áreas de melhoria na formação oferecida pelo curso.

4 RESULTADOS E CONCLUSÕES

De acordo com o pautado na pesquisa, ficou evidente que todos os estudantes entrevistados consideram a disciplina de Contabilidade Pública relevante. Além disso, a percepção de que a Contabilidade Pública oferece oportunidades de emprego no setor público também contribui para a consideração da sua importância.

Os resultados indicam que há uma divisão entre os estudantes em relação ao interesse em seguir carreira na Contabilidade Pública. Enquanto uma parcela significativa dos entrevistados está indecisa ou não tem interesse nessa área, uma parte expressiva manifesta interesse em trabalhar no setor público em algum momento da sua carreira. Isso pode refletir diferentes expectativas e preferências dos estudantes em relação a outras áreas da contabilidade ou a fatores como remuneração e identificação pessoal com a área pública.

Além disso, é essencial que os programas de ensino ofereçam uma sólida formação teórica e prática em Contabilidade Pública, abordando as dificuldades identificadas e promovendo uma compreensão clara dos princípios e conceitos específicos dessa área. Considerando a demanda por profissionais qualificados em Contabilidade Pública, é fundamental promover uma visão positiva e atrativa dessa carreira, demonstrando as oportunidades de crescimento, remuneração competitiva e a importância do trabalho realizado no setor público para o desenvolvimento econômico e social. Os estudantes da área de gestão pública costumam ser motivados por um interesse em servir o interesse público e contribuir para o bem-estar da sociedade. Eles geralmente possuem uma forte ética de trabalho, habilidades de liderança e um compromisso com a responsabilidade e transparência no setor público.

A literatura ainda destaca a importância do desenvolvimento profissional contínuo para estudantes da área da gestão pública, incluindo a área contábil. Os programas acadêmicos de gestão pública desempenham um papel importante na formação dos estudantes e no preparo para as carreiras no setor público. Enquanto uma porção substancial dos entrevistados apresenta indecisão ou ausência de interesse nesse campo, uma parcela significativa demonstra um interesse explícito em ingressar no setor público em algum momento de sua trajetória profissional (NASCIMENTO, 2009).

Apesar do reconhecimento da importância da Contabilidade Pública, observa-se que uma parcela significativa dos estudantes está indecisa ou não tem interesse em seguir carreira nessa área. Essa divisão de interesses pode refletir diferentes expectativas e preferências dos estudantes em relação a outras áreas da contabilidade, bem como a dúvidas sobre remuneração e identificação pessoal com a área pública.

Dessa forma, as conclusões desta pesquisa destacam a importância de aprimorar os programas de ensino em Contabilidade Pública, oferecendo uma formação sólida e abordando as dificuldades identificadas pelos estudantes. A presente pesquisa desempenhou um papel de relevância no sentido de ampliar o conhecimento e compreender uma porcentagem significativa do campo de estudo da contabilidade. Além disso, destaca-se a importância de futuros trabalhos de pesquisa com enfoque na exploração das carreiras no setor público no âmbito da contabilidade, bem como na exposição de seus deveres.

REFERÊNCIAS

COELHO, C. U. F.; LINS, L. S. **Teoria da Contabilidade**: abordagem contextual, histórica e gerencial. São Paulo: Atlas, 2010.

KOHAMA, H. **Contabilidade Pública**: Teoria e Prática. São Paulo: Atlas, 2010.

NASCIMENTO, E. R. **Finanças Públicas para Concursos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ferreira, 2009.

ROSA, F. S.; SILVA, L. C.; SOARES, S. V. Aspectos de convergência da contabilidade no setor público: um enfoque sobre a implantação do sistema de custos segundo a percepção de contadores municipais do estado de Santa Catarina. **Contabilidad y Negocios**, Lima, v. 10, n. 19, p. 27-42, 2015.

SANTOS, M. C. D.; CASTRO, R. G. B. **O papel da contabilidade aplicada ao setor público na tomada de decisões**. Bento Gonçalves: XV Convenção de Contabilidade, 2015. Disponível em:

http://www.crcrs.org.br/convencao/arquivos/trabalhos/tecnicos/o_papel_da_contabilidade_aplicada_ao_setor_publico.pdf. Acesso em: 04 dez. 2022.

O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO CONTRIBUINDO PARA A REDUÇÃO LEGAL DE IMPOSTOS EM UMA EMPRESA DE DESPESCA DE CAMARÃO EM BEBERIBE – CE

Andy Barbosa dos Reis¹, Aluno do curso de Bacharelado em Ciências contábeis do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: Orientador: Valberson da Silva Viana², Coordenador do curso de Ciências contábeis do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail:

RESUMO

O planejamento tributário desempenha um papel crucial como uma ferramenta essencial para auxiliar empresas na busca por alternativas que possibilitem uma melhor forma de tributação, resultando na redução de encargos fiscais em conformidade com a legislação. É de suma importância para qualquer empresa que almeje estabilidade no mercado, uma vez que a redução de custos e despesas desempenha um papel significativo na tomada de decisões. O presente estudo de caso adotou uma abordagem qualitativa no tratamento dos dados. Os principais instrumentos de coleta de dados foram os documentos contábeis da empresa, em conjunto com informações financeiras, com o objetivo de encontrar a opção mais adequada e em conformidade com as determinações legais para a empresa.

Palavras-chave: Planejamento tributário; tomada de decisões; Custos.

1 INTRODUÇÃO

Ao se falar em planejamento tributário é importante destacar que o Brasil é um país que possui uma das mais altas carga tributário do mundo (Portal Tributário, 2010). Partindo dessa premissa, evidencia-se a necessidade de realização do planejamento tributário, o qual torna-se uma ferramenta de grande importância para as empresas em geral para que possa planejar seus gastos e lucros de forma responsável e legal.

É notório o fato que a economia mundial tem passado por grandes transformações, efeitos do capitalismo e da globalização dos mercados, atingindo, portanto, a economia mundial e principalmente as pequenas economias e que por sinal, ainda possuem alta carga tributária como é o caso do Brasil. Logo, as empresas precisam cuidar de seus tributos para que possa se manter atuante no mercado, tanto por controlar seus gastos, bem como por não ser diretamente afetada pelas oscilações da economia mundial influenciada pela globalização.

Observa-se que a escolha pelo sistema adequado para a realidade de cada empresa podendo ser decisivo para que esta se mantenha atuante no mercado e selando por sua saúde financeira e honrando com seus compromissos fiscais. Perante esta realidade, observa-se que os empresários e suas respectivas empresas necessitam do apoio e auxílio de um profissional de contabilidade para que possa estudar junto a estas, optando pelo sistema que melhor se adeque a cada realidade controlando seus gastos e pagando seus tributos conforme a legislação do país.

O conhecimento sobre tributação torna-se assim um meio para a busca de lucros, realizando um planejamento de forma responsável, diminuindo sua carga tributária de forma legal e investindo dinheiro em bens, produtos e serviços que possa impulsionar as empresas em suas áreas de atuação. A gestão tributária contribui assim na redução, prorrogação ou anulação, dentro dos meios legais do crédito tributário.

Em consequência do complexo e custoso sistema tributário brasileiro, exercer essa técnica é a solução para muitas empresas, pois elas buscam formas para sobreviver no

mercado, aplicando preços passíveis de competição. A partir da gestão tributária necessária, entende-se a necessidade da realização do planejamento tributário e de um contador para estar cuidando desse planejamento de forma constante, dando assim suporte as empresas dentro da legalidade para a redução legal dos custos, tributos e ou impostos a serem pagos. Para Conte (2017, p. 51), “faz-se necessário planejar a fim de encontra melhorias de potencializar os lucros, pois o sistema tributário nacional é muito complexo”, entendendo-se, portanto, a relevância do planejamento tributário para a redução legal dos tributos das empresas.

Este trabalho estrutura inicialmente na introdução, onde é apresentada a temática em estudo, relevância e contextualização. Em seguida apresenta-se a Justificativa, a problemática e a questão problema. Apresenta-se também, os objetivos gerais e objetivos Específicos, pensados a partir da realidade vivenciada na empresa alvo da pesquisa e da realidade tributária brasileira.

Na sequência apresenta-se o Referencial Teórico, onde apresentado conceitos de Planejamento tributário a luz de teóricos e importância deste para redução legal de tributos a serem pagos pelas empresas. No tocante a metodologia é apresentada os principais métodos, técnicas e passos seguidos para a realização desse projeto de pesquisa. Por fim, apresenta-se as referências bibliográficas utilizadas na pesquisa e que possibilitou a produção deste projeto de pesquisa.

2 METODOLOGIA

Nesta seção é dado ênfase aos procedimentos metodológicos da pesquisa, classificação da mesma quanto ao tipo, abordagem, método utilizado, detalhamento dos sujeitos e apresentação do lócus da pesquisa. Será apresentado também as etapas da investigação com a descrição das ações que serão realizadas a cada etapa e seus respectivos procedimentos para que os objetivos previamente formulados sejam alcançados.

Trata-se de uma pesquisa básica, exploratória e bibliográfica com abordagem qualitativa. A pesquisa exploratória é definida por Gil (2010, p. 27), “como a pesquisa que como principal propósito proporcionar familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou construir hipóteses”. Por meio da pesquisa exploratória busca-se conhecer com maior profundidade o assunto em estudo, de modo a torná-lo mais claro, objetivo ou construir questões importantes para a condução da pesquisa.

Considera-se também como uma pesquisa bibliográfica, pois recorre-se a fontes diversas como: artigos, livros, dissertações e sites especializados na busca por material já elaborado para ser utilizado para embasamento teórico, em consonância com Gil (2010, p. 34), que afirma “aquela desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” e Lakatos (2014, p. 183), quando destaca que a pesquisa bibliográfica “envolve todos os trabalhos já tornados públicos em relação ao tema estudado, tais como: publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, monografias, teses, etc”.

Partindo desses pressupostos, entende-se ser por meio da pesquisa Exploratória e Bibliográfica que se busca identificar a importância do planejamento tributário e o regime que melhor se adequa a realidade da empresa lócus da pesquisa e em resposta a questão problema formulada.

A pesquisa também apresenta caráter documental, que difere da pesquisa bibliográfica, pela utilização de materiais e informações que ainda não foram explorados, utilizando materiais que ainda não foram analisados por pesquisadores, sendo assim alvo do nosso estudo, como documentos gerais da empresa.

A pesquisa documental para Gil (1996, p. 52), “a pesquisa documental apresenta vantagens por ser um método que analisa fontes estáveis de dados as quais apresentam

riqueza de informações, sendo de responsabilidade do pesquisador a confiabilidade destes.

Além de documental, a pesquisa trata-se também de um estudo de caso, pois segundo Yin (2005), pode ser entendido como um estudo empírico, um método que abrange tudo em uma investigação. Para Yin (2005, p. 32) “investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real”. Assim, o estudo de caso proporciona a revelação de fatos importantes para esclarecer as questões desenvolvidas durante a realização da investigação, por ter um caráter exploratório permite a coleta e análise de dados importantes para a pesquisa.

Como lócus da pesquisa tem-se uma empresa do ramo de pesca de camarão localizada em Beberibe – CE. A pesquisa será realizada com visitas a empresa, solicitação dos documentos contábeis, receitas, despesas, pagamentos, balancetes mensais, balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, declaração anual, dentre outros referentes ao ano de 2021 para que se possa analisar o sistema tributário que melhor se adequa a realidade da empresa. Baseando-se nas análises dos documentos supracitados e demonstrativos gerais da empresa, será possível a comparação dos resultados apurados, proporcionando análises para a identificação do melhor sistema tributário para a empresa e redução de tributos atendendo a legislação tributária.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As demonstrações contábeis referentes ao ano de 2021 serão exibidas, sendo que os valores utilizados para calcular a receita foram fornecidos pela empresa e tabulados em planilhas do software Excel para determinar os impostos devidos.

O regime do Simples Nacional engloba oito impostos em um único documento, o DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional), que inclui os impostos federais (IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e IPI), previdenciários (INSS patronal), municipais (ISS) e estaduais (ICMS). Para determinar o valor do imposto devido, multiplicou-se o faturamento do ano de 2021 pela alíquota do Simples Nacional encontrada em anexo. Observa-se que, ao optar pelo enquadramento no Simples Nacional, a empresa deverá recolher um valor de R\$ 18.887,01.

Ao optar pelo enquadramento do lucro presumido, a empresa deverá recolher R\$ 12.418,97 de PIS e COFINS, R\$ 4.082,95 de IRPJ, R\$ 3.674,65 de CSLL e R\$ 26.410,00 de INSS, totalizando um valor de impostos de R\$ 46.586,56.

Caso a empresa escolha o regime de lucro real, ela deverá recolher R\$ 17.690,21 de PIS e COFINS, R\$ 9.715,93 de IRPJ, R\$ 5.829,56 de CSLL e R\$ 26.410,00 de INSS, totalizando um valor de R\$ 59.645,71 em impostos.

Dessa forma, fica evidente que a empresa terá uma economia significativa ao optar pelo Simples Nacional, economizando R\$ 40.758,70 em comparação ao lucro real e R\$ 27.699,55 em comparação ao lucro presumido.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema tributário nacional resulta em altos custos com tributos, representando uma parcela significativa das despesas das empresas. É essencial adotar o Planejamento Tributário em todas as empresas, uma vez que não há uma fórmula para determinar qual regime é o mais adequado. Portanto, é necessário planejar a fim de encontrar benefícios e maximizar os lucros. Nesse contexto, o objetivo deste trabalho foi analisar e demonstrar a aplicabilidade da lei nos três regimes de tributação existentes (Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro Real) a fim de identificar a forma mais econômica para a empresa Pescados Ce.

Para alcançar esse objetivo, realizou-se uma revisão literária para compreender melhor os conceitos e, em seguida, projetou-se os valores e efetuou-se os cálculos em cada um dos regimes existentes. Isso permitiu analisar e identificar qual regime onera menos a empresa.

É importante ressaltar que a empresa deverá continuar seguindo o regime do Simples Nacional, no qual ela já optou, pois, como demonstrado nos cálculos deste trabalho, essa é a melhor forma de tributação para ela. Assim, pagando menos impostos, a empresa pode planejar novos investimentos.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Marcelo Alcântara. **A elisão fiscal como ferramenta para o planejamento tributário**. 2011. Florianópolis. Disponível em: <http://tcc.bu.ufsc.br/Contabeis295994>. Acesso em: 05 de maio de 2022.

BORGES, Humberto Bonavides. **Gerência de impostos: IPI, ICMS e ISS**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

BRASIL. **Código Tributário Nacional (CTN), Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1996**. Palácio do Planalto, Brasília, Distrito Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15172compilado.htm. Acesso em: 10 de maio de 2022.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/pesquisa/18/16459>. Acesso em: 01 jun. de 2022.

CEARÁ, Associação Brasileira de Criadores de Camarão no Ceará (ABCCC). **Censo da Carcinicultura do Litoral Norte do Estado do Ceará e Zonas Interioranas Adjacentes**. 2015/2016. ed. Natal: ABCC, 2017. 52 p.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA: A IMPORTÂNCIA DA ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL II NA CIDADE DE ARACATI-CE*

Dayana Rodrigues Silva¹: Aluna do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: dayana.silva@fvj.br; Larissa Karoline Souza Silva
Orientadora - Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: larissa.silva@fvj.br

RESUMO

A educação financeira busca equilíbrio entre o ser e o ter, ela capacita indivíduos a adquirir habilidades financeiras, buscando autonomia e sustentabilidade. Nesse contexto, as Escolas de Ensino Fundamental assumem um papel importante no desenvolvimento dessas habilidades, pois é nas escolas que os alunos têm a oportunidade de compreender a importância de adquirir conhecimentos financeiros. Com isso a pesquisa busca conhecer a percepção dos alunos sobre a importância da educação financeira nas escolas. Trata-se de uma pesquisa descritiva, com delineamento quantitativo, análise de conteúdo dos dados coletados, por meio de um questionário impresso com aplicação presencial. Os participantes foram alunos das três últimas séries (7^a, 8^a e 9^a), do Ensino Fundamental II. Os dados foram organizados em tabelas e a análise realizada por estatística simples. Verificou-se que a minoria dos alunos possui conhecimento sobre as habilidades financeiras, contudo a maioria reconhece os benefícios desse conhecimento e que a educação financeira nas escolas os auxilia de diversas maneiras, permitindo que eles desenvolvam habilidades financeiras práticas, preparação para o futuro, tomada de decisões responsáveis e autonomia financeira, que os ajudarão a lidar com o dinheiro de forma responsável e consciente.

Palavras-chave: Educação financeira; benefícios; alunos; dinheiro.

INTRODUÇÃO

A educação financeira é uma ciência humana que se aplica ao comportamento da pessoa, onde mostra o equilíbrio entre o ser e o ter, obter controle do dinheiro que entra e do que sai, é a prática de desenvolvimento social onde se cria um discernimento em como a pessoa irá adquirir habilidades sobre como lidar com o dinheiro, ajuda a buscar autonomia e criar a sustentabilidade financeira. Para se ter acesso à educação financeira a sociedade pode recorrer às instituições de ensino, mas o assunto sobre finanças é abordado nas escolas em situações mais genéricas, em alguns problemas de matemática, algumas atividades sobre porcentagem e juros. Nesse contexto, o objetivo geral do estudo é conhecer a percepção dos alunos sobre a importância da educação financeira nas escolas como ferramenta de auxílio para o planejamento financeiro pessoal.

REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Hoffman (2014) e Kiyosaki (2000) existe uma grande necessidade em entender como o dinheiro age e a busca pelo conhecimento financeiro irá auxiliar nas finanças pessoais. Observa-se, também, a existência do ciclo financeiro, em quem muitos

colaboradores, trabalham pelo dinheiro e gastam tudo que recebem com supérfluos. A sociedade impulsiona uma busca incessante por status social, o que ocasiona no consumo inconsciente e conseqüentemente, geração do acúmulo de dívidas. Em 2005, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2005), preocupada com a forma em que a sociedade tem lidado com o planejamento financeiro pessoal, recomendou que as questões financeiras passassem a ser ensinada nas escolas o mais cedo possível.

Assim, implantando a Estratégia Nacional De Educação Financeira (ENEF), de forma que o conceito de educação financeira fosse inserido no Brasil, contribuindo para o fortalecimento da cidadania, disponibilizando e apoiando ações que permitam aos cidadãos tomar decisões financeiras mais independentes e informadas.

METODOLOGIA

O presente estudo consiste em uma pesquisa descritiva, optou-se neste projeto por uma análise de caráter classificada como quantitativa, pois busca quantificar os dados coletados e aplicar análises estatísticas para obter evidências conclusivas.

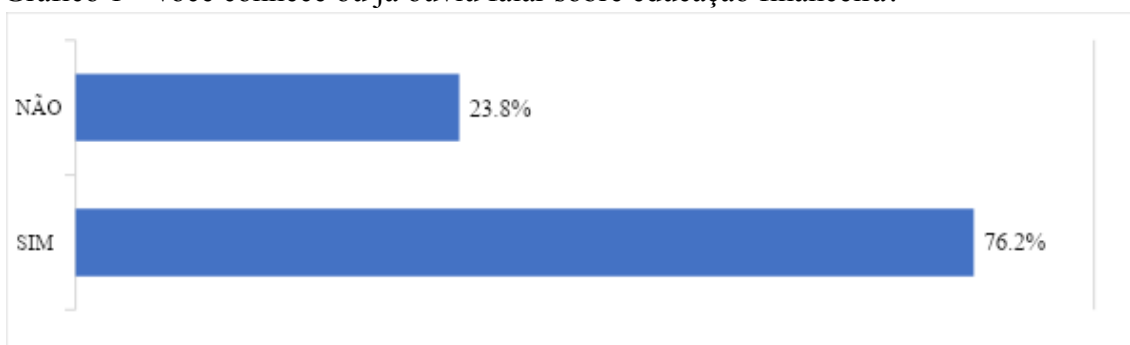
A pesquisa coletará dados e descreverá a realidade do conhecimento e da visão dos alunos. Para isso, amostra da pesquisa foi considerada não probabilística e por conveniência e foi utilizada a técnica de análise estatística descritiva, que permite extrair informações a partir de uma amostra de dados.

O trabalho de campo para coleta de dados ocorreu no período de maio de 2023 aos alunos dos três últimos anos (7º, 8º e 9º) do Ensino Fundamental II. A coleta de dados foi elaborada em formato impresso e aplicado presencialmente. Com o objetivo de obter uma análise abrangente da percepção dos alunos em relação à educação financeira e suas habilidades correspondentes.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A pesquisa foi dividida em três etapas e consistiu em questões relacionadas ao perfil dos alunos das Escolas de Ensino Fundamental 2 de duas escolas públicas de Aracati-CE. O objetivo é determinar se os alunos possuem conhecimento sobre o tema investigado e qual é a opinião deles sobre a implementação desse assunto nas escolas, bem como entender como isso poderia contribuir para o seu planejamento financeiro pessoal no futuro. Após traçar o perfil da amostra, resolveu-se analisar o nível de conhecimento acerca da educação financeira, aonde eles obtiveram e se a escola já apresentou um papel importante na disseminação do tema, apresentadas a seguir: resolveu-se analisar o nível de conhecimento acerca da educação financeira, apresentadas no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Você conhece ou já ouviu falar sobre educação financeira?



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

A pesquisa concluiu que os alunos possuem conhecimento básico sobre educação financeira e reconhecem os benefícios desse conhecimento para uma vida financeira saudável e tomada de decisões acertadas. A educação financeira nas escolas auxilia os alunos no desenvolvimento de habilidades práticas, preparação para o futuro, tomada de decisões responsáveis e autonomia financeira. Essas habilidades capacitam os alunos a tomar decisões financeiras mais informadas e a planejar um futuro financeiro sólido, contribuindo para a formação de indivíduos conscientes e preparados para enfrentar desafios financeiros ao longo da vida. No entanto, é necessário aumentar a conscientização e implementação de atividades relacionadas à educação financeira nas escolas, podendo este trabalho ser utilizado como ferramenta para contribuir para outras pesquisas, como sugestão a comparação do nível de entendimento entre escolas públicas e privadas que tratem da temática da educação financeira.

REFERÊNCIAS

ENEF, DINHEIRO E VIDA. **Estratégia nacional de educação financeira**. 2020.

HOFFMANN, A. A. **Educação Financeira**. Banco Central do Brasil, 2014.

KIYOUSAKI, R. **Pai Rico, Pai Pobre: O que os Ricos Ensinam a Seus Filhos sobre Dinheiro**. São Paulo: Editora Alta, 2018.

OECD - ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO. **Recomendação sobre os Princípios e as Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira**. Disponível em: <https://www.oecd.org/finance/financial-education/35108560.pdf>. Acesso em: 18 out. 2022.

COMO A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PODE AUXILIAR NA FORMA COMO O PROFISSIONAL CONTÁBIL ATUA

João Lucas Ferreira Lima dos Santos¹, Aluno do curso de ciências Contábeis do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe Email: lucas.santos@fvj.com); Valberson da Silva Viana², Coordenador do curso de Ciências contábeis do Centro Universitário do vale do Jaguaribe Email: valberson.viana@unijaguaribe.edu.br

RESUMO

O artigo discute a evolução da contabilidade devido à necessidade do mercado de obter informações detalhadas e úteis para tomadas de decisões gerenciais, administrativas e financeiras. proporcionando uma visão mais estratégica das operações financeiras das empresas e fortalecendo a função do profissional contábil como um estrategista completo. A metodologia adotada no estudo é uma revisão integrativa da literatura, que permite uma visão abrangente e atualizada das pesquisas e descobertas sobre o uso da IA na contabilidade. A pesquisa envolve a busca por artigos científicos em bases de dados eletrônicas relevantes, utilizando termos e palavras-chave relacionados ao tema. Os resultados destacam a importância da IA na contabilidade, abordando temas como inteligência artificial, aprendizado de máquina, automação de processos, inteligência artificial na contabilidade gerencial e tributária, uso de softwares e equipes multidisciplinares. Esses aspectos apontam para os benefícios trazidos pela IA. A conclusão ressalta que a utilização da IA na contabilidade é uma tendência crescente na era da Indústria 4.0, trazendo eficiência, redução de erros e análises mais precisas. No entanto, destaca-se que o papel do profissional contábil ainda é fundamental na supervisão e tomada de decisões estratégicas.

Palavras-Chave: Contabilidade; IA; Profissional contábil; Tecnologia na Contabilidade.

INTRODUÇÃO

A contabilidade tem passado por constantes mutações ao longo dos anos, tanto em práticas quanto em aspectos legais. Essa evolução ocorre devido à necessidade do mercado de obter informações cada vez mais detalhadas e úteis para tomadas de decisões gerenciais, administrativas e financeiras.

Essa tecnologia proporciona uma visão mais abrangente e estratégica das operações financeiras das empresas, fortalecendo a função do profissional contábil como um estrategista completo e bem-sucedido na condução dos interesses do cliente.

Além disso, a IA tem o potencial de aprimorar processos internos contábeis, como auditoria e conformidade, como menciona Gonzalez (2021). Sistemas habilitados para IA podem monitorar documentos em relação a regras e leis, sinalizando aqueles com problemas para análises adicionais.

Essa tecnologia proporciona uma visão mais abrangente e estratégica das operações financeiras das empresas, fortalecendo a função do profissional contábil como um estrategista completo e bem-sucedido na condução dos interesses do cliente.

Ao considerar essas transformações, surge a pergunta que direciona este trabalho: como a inteligência artificial pode auxiliar na forma como o profissional contábil atua? O objetivo central desta pesquisa é compreender como a IA pode auxiliar na área contábil e como a profissão irá se moldar, identificando as novas funções que podem surgir com a

imersão das novas tecnologias.

Através dessas análises, busca-se identificar como a IA está impactando as rotinas contábeis e como os profissionais estão se adaptando a essas mudanças. Espera-se compreender os benefícios trazidos pela IA, bem como os desafios e as preocupações enfrentados pelos contadores nessa transição tecnológica.

METODOLOGIA

Nesta seção, será descrito detalhadamente os procedimentos metodológicos adotados para a realização deste estudo, que se baseia em uma revisão integrativa da literatura. Essa abordagem é especialmente relevante para explorar o tema da inteligência artificial na contabilidade, pois permite uma visão abrangente e atualizada das pesquisas e descobertas nessa área.

Para conduzir essa revisão integrativa, seguiremos as seguintes etapas metodológicas. Primeiramente, identificaremos o tema de pesquisa e selecionaremos a pergunta de pesquisa que irá nortear nosso estudo: "Como a inteligência artificial pode auxiliar na forma como o profissional contábil atua?".

A busca pelos artigos científicos selecionados foi realizada em bases de dados eletrônicas relevantes, durante o período de janeiro a junho de 2023. Foram utilizados termos e palavras-chave relacionados ao tema, a fim de obter uma amostra representativa da literatura existente sobre o uso da inteligência artificial na contabilidade.

Os estudos selecionados serão analisados buscando caracterizar os itens de identificação do artigo, revista de publicação, metodologia do estudo, objetivos e principais resultados apresentados. Os achados se darão apresentados e distribuídos nas categorias temáticas.

RESULTADOS

Inteligência artificial

A Inteligência Artificial (IA) é uma tecnologia que tem como objetivo otimizar processos e facilitar a vida das pessoas. Na área contábil, a IA tem sido uma aliada do contador no desenvolvimento de processos e na melhoria da assertividade em diagnósticos e pareceres técnicos. A IA pode detectar erros minuciosos e fornecer relatórios mais assertivos em menos tempo, como discutido em dois artigos recentes (SANTOS et al., 2022) que definem a atividade de detectar fraudes contábeis.

Aprendizado de máquina

O *Machine Learning* refere-se a uma abordagem de inteligência artificial que permite que as máquinas aprendam por si próprias sem serem explicitamente programadas. Por meio do uso de algoritmos, os computadores podem analisar grandes quantidades de dados e identificar padrões e relações ocultas para tomar decisões precisas e automatizar tarefas.

Automatização de processos

De acordo com Issa, Sun e Vasarhelyi (2016), a presença de funções de aprendizagem profunda na Inteligência Artificial possibilitará a automatização de diversas tarefas, incluindo a substituição de auditores por robôs de auditoria autômatos em

atividades automatizadas, como a revisão de contratos, o processamento de trabalhos em papel e a análise de demonstrações financeiras.

Inteligência artificial na contabilidade gerencial e na contabilidade tributária

De acordo com Moscovice, Simkin e Bagranoff (2002), o Sistema de Informações Contábeis (SICs) é responsável por fornecer informações financeiras e econômicas tanto para a administração quanto para o público externo. Quando esse sistema possui características operacionais que atendem todas as necessidades informacionais dos gestores, é considerado um Sistema de Informações Gerenciais (SIMs) de contabilidade gerencial.

Uso de softwares

Os softwares de contabilidade que utilizam inteligência artificial (IA) têm se tornado cada vez mais populares e eficientes. Eles permitem que empresas automatizem processos contábeis, economizando tempo e dinheiro, além de aumentar a precisão e confiabilidade dos dados. A IA é capaz de analisar grandes volumes de dados e identificar padrões e tendências, tornando mais fácil para as empresas tomarem decisões informadas (RECH *et al.*, 2021).

Equipes multidisciplinares

Conforme apontam os estudos de Vasarhelyi e Kogan (1997), essa nova forma de organização e estruturação das equipes traz consigo uma série de benefícios, como a possibilidade de maior colaboração entre os profissionais e a realização de pesquisas mais abrangentes e inovadoras.

Portanto, é extremamente relevante que as organizações estejam atentas a essas mudanças e busquem se adaptar a elas, a fim de manterem-se competitivas no mercado e atenderem às demandas dos clientes de forma eficiente e inovadora.

CONCLUSÃO

Com base nos estudos apresentados, pode-se concluir que a utilização da inteligência artificial na contabilidade é uma tendência cada vez mais presente na era da Indústria 4.0. A automação de processos contábeis permite uma maior eficiência e redução de erros, além de possibilitar uma análise mais precisa e detalhada das informações geradas.

É importante ressaltar que, apesar do avanço tecnológico, o papel do profissional contábil ainda é fundamental na supervisão e tomada de decisões estratégicas. Nesse sentido, é preciso que as empresas e profissionais da área estejam preparadas para utilizar as ferramentas disponíveis e se adaptar às mudanças tecnológicas, a fim de alcançar melhores resultados e vantagens competitivas no mercado.

A inteligência artificial tem contribuído significativamente para a contabilidade das empresas. Com o avanço da tecnologia, as empresas têm adotado sistemas inteligentes de contabilidade para ajudar a gerenciar suas finanças de maneira mais eficiente. A IA pode automatizar tarefas repetitivas, analisar grandes quantidades de dados financeiros e identificar padrões ocultos que podem passar despercebidos pelos contadores humanos.

Isto posto, espera-se que este artigo tenha contribuído para a produção de futuros trabalhos acadêmicos acerca deste tema, a fim de avaliar o impacto da IA na rotina das empresas e dos profissionais de contabilidade.

REFERÊNCIAS

GONZALEZ, M. International Journal of Intelligent Systems in Accounting. **Finance, and Management**, 18(3), p. 321-336, 2011.

ISSA, T., SUN, J., VASARHELYI, M. A. Future of audit in a blockchain world: Evidence from a Delphi panel. **Journal of Emerging Technologies in Accounting**, v. 13, n. 1, p. 1-17, 2016.

MOSCOVE, S. A.; SIMKIN, M. G.; BAGRANOFF, N. A. **Sistemas de informação contábeis**. Porto Alegre: Bookman, 2002.

SANTOS, Alisson Fagundes dos et al. **Inteligência artificial: possibilidades e desafios para contabilidade**. 2022.

VASARHELYI, M. A.; KOGAN, A. Expert systems in accounting: a strategic perspective. **Accounting Horizons**, 11(1), p. 44-56, 1997

O IMPACTO DA CONTABILIDADE GERENCIAL NA TOMADA DE DECISÃO DAS MICROEMPRESAS NO MUNICÍPIO DE RUSSAS

Luiz Gonzaga Gondim Bezerra Filho ¹, Aluno do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: luiz.gonzaga@fv1.br; Valberson da Silva Viana², Coordenador do curso de Ciências contábeis do Centro Universitário do vale do Jaguaribe Email: valberson.viana@unijaguaribe.edu.br

RESUMO

As microempresas têm altas taxas de falência nos primeiros dois anos de atividade comercial devido a problemas causados pela própria natureza administrativa dos proprietários. O presente trabalho tem como objetivo geral compreender o impacto da contabilidade gerencial na tomada de decisão das microempresas no município de Russas. Para alcançar os objetivos, realizou-se uma pesquisa qualitativa, em que foram utilizadas tanto a pesquisa bibliográfica que se debruça sobre o tema e seus objetos, quanto a pesquisa de campo realizada através de entrevistas direcionadas ao recorte da pesquisa. Desta forma, verificou-se que empresas de pequeno porte a ausência de aplicação das ferramentas contábeis gera uma administração deficiente, postura que pode contribuir para a falência do negócio a médio e longo prazo, enquanto que as empresas que aplicam adequadamente as ferramentas contábeis tem uma tomada de decisão profissionalizada, que se acredita que contribui para a saúde financeira e, portanto, sobrevivência do negócio.

Palavras-chave: Contabilidade Gerencial; Microempresa; Tomada de Decisão.

INTRODUÇÃO

As microempresas representam o maior percentual de negócios instalados no Brasil, com aproximadamente 99% dos empreendimentos instituídos atualmente de acordo com os dados informados pelo SEBRAE (2018) em seu portal, impactando significativamente na economia nacional. Por outro lado, essas empresas têm a menor taxa de sobrevivência no mercado interno.

De acordo com dados divulgados pelo SEBRAE (2016), 45% dessas pequenas empresas deixam de existir ao longo dos dois primeiros anos. O motivo principal que contribui com a alta porcentagem de falência, é a falta de aplicação da contabilidade gerencial e suas ferramentas na gestão do negócio.

A Contabilidade Gerencial compõe um nicho da Contabilidade geral que tem por objetivo fornecer ferramentas aos administradores que auxiliem nas suas funções gerenciais, com o objetivo de alcançar melhor aplicação dos recursos econômicos das empresas, através de um conveniente controle do capital realizado por um sistema de informação gerencial. (CREPALDI, 2007).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Observou-se que as micro e pequenas empresas caracterizam-se quase que em sua totalidade pela inexistência de instrumentos gerenciais, apoiando as decisões na vivência, instinto e improvisação de gestores sem experiência ou formação técnica para tal (LACERDA, 2006).

As demonstrações contábeis devem ser realizadas de acordo com os Princípios Fundamentais de Contábeis e outras exigências fiscais e tributárias (OLIVEIRA; PEREZ-JUNIOR; SILVA, 2009).

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que identifica a situação patrimonial de uma empresa em um período determinado, sendo composto por um ativo e passivo, com o objetivo de informar aos usuários da contabilidade o estado patrimonial líquido da entidade. É necessário levar em consideração que a palavra balanço remete a equilíbrio, o grupo do ativo e o grupo do passivo devem ser semelhantes em valores para assim refletir uma situação verdadeiramente sensata e comedida do patrimônio da entidade (RIBEIRO, 1999).

Como descreve Faria *et al* (2012), a Demonstração do Resultado do Exercício tem a finalidade de apresentar o resultado positivo ou negativo, oriundo das transações da empresa e possibilita conhecer de forma técnica e aprofundada o cenário econômico da empresa em dado período.

A Demonstração do Fluxo de Caixa tem como objetivo fornecer informações sobre as operações de entradas e saídas de determinado período, demonstrando se estas operações de caixa são oriundas de atividades operacionais, investimentos e financiamentos. As informações do DFC, combinadas com outras demonstrações contábeis produzem os dados necessários para orientar a empresa e mensurar sua capacidade financeira (HOJI, 2012).

METODOLOGIA

A pesquisa elaborada quanto aos objetivos, é classificada como pesquisa exploratória. Segundo Gil (2002), a pesquisa exploratória tem por objetivo aprimorar hipóteses, validar instrumentos e proporcionar familiaridade com o campo de estudo. Constitui a primeira etapa de um estudo mais amplo, é muito utilizada em pesquisas cujo tema esteja pouco explorado, podendo ser aplicada em estudos iniciais para se produzir uma visão geral acerca de determinados fatos.

A técnica utilizada para a coleta dos dados, foi a entrevista. Para Gil (1999, p. 117) “é a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que lhe interessam a investigação”.

Com isso, o universo da pesquisa será composto por empresas de porte ME do município de Russas, no estado do Ceará. A amostra é considerada como não probabilística por: acessibilidade e tipicidade, ou seja, elementos selecionados pelo pesquisador a quem tem acesso e baseando-se nas informações disponíveis pode-se considerar representativo por todo o universo. (GIL, 1999). Portanto foi realizado entrevistas com duas empresas de porte ME no município de Russas.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para atendimento do objetivo desta pesquisa foram realizadas duas entrevistas com gestores financeiros de microempresas a fim de compreender o impacto da contabilidade gerencial na tomada de decisão de microempresas. No quadro 1 é possível observar as características das empresas dos respondentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do estudo de compreender o impacto da contabilidade gerencial na tomada de decisão das microempresas foi alcançado através da pesquisa com microempresas. Ainda através da pesquisa bibliográfica observou-se que estudos especializados compartilham do entendimento de que as pequenas empresas partilham das mesmas dificuldades e problemas

uma vez que são administradas por pessoas com pouca ou nenhuma formação técnica e que não dão a devida importância às ferramentas de Administração Contábeis no manejo dos empreendimentos.

REFERÊNCIAS

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade gerencial, teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

OLIVEIRA, L. M.; PEREZ-JUNIOR, J. H.; SILVA, C. A. dos S. **Controladoria estratégica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Geral Básica**. 3. ed. São Paulo: Saraiva.1999.

HOJI, Masakazu. **Administração Financeira e Orçamentária: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

A PERCEPÇÃO DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL SOBRE A CONTABILIDADE

Micaely Pereira Gomes¹, (Aluna do curso de Ciências Contábeis no Centro Universitário do Vale do Jaguaribe email: Micaely.pereira@fvj.br), Larissa Karoline Souza Silva², (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe email:larissa.silva@fvj.br).

RESUMO

O MEI (Microempreendedor Individual) é uma figura jurídica criada para regulamentar os pequenos negócios, dessa forma, foi instituído a Lei Complementar nº 128/2008 que a partir dela passam a atuar no mercado econômico e se destaca por suas particularidades, além de uma série de vantagens e benefícios dada a formalização. A relevância do estudo se destaca pela necessidade de discutir a contabilidade voltada para o MEI, de modo a ir de encontro as necessidades que surgem nesse mercado em constante crescimento, atualmente com quase 15 milhões de microempreendedores. O objetivo geral da pesquisa consiste em verificar as principais dificuldades dos microempreendedores individuais quanto à utilização da contabilidade para a gestão de seu negócio. A metodologia da pesquisa classifica-se como estudo descritivo, por descrever o comportamento de fenômenos ou questões de determinados grupos, atividade ou processo sujeito a análise, a partir de um contexto. Os resultados demonstram aspectos relevantes indicando os benefícios e/ou vantagens e as dificuldades encontradas após a formalização. Os direitos previdenciários foram apontados como o benefício mais relevante, além da redução de impostos, redução nas obrigações acessórias exigidas, facilidades no acesso ao crédito e financiamentos e a emissão de notas fiscais. Quanto as dificuldades dos MEIs observam-se a burocracia do Estado e da legislação pertinente a categoria, esbarrando-se na falta de informações e orientações insuficientes por não serem divulgadas amplamente. Com isso a contabilidade torna-se um apoio que tem ganhado força a cada dia.

Palavras-chave: Microempreendedor Individual; Contabilidade; Pequenos Negócios.

1 INTRODUÇÃO

Com o propósito de atender os pequenos negócios, foi instituída a Lei Complementar nº 128/2008, que entrou em vigor em 1 de julho de 2009, criando a figura jurídica conhecida e difundida em todo o território nacional como Microempreendedor Individual (MEI). O MEI traz uma série de vantagens aos trabalhadores, dentre elas a formalização, simplificação do processo de abertura de empresa, valor fixo para contribuição de impostos, contribuição e benefícios previdenciários, acesso a crédito e a emissão de notas fiscais. Esse modelo de teve ampla adesão e rápida expansão, por ser um facilitador ao ato de abertura de uma empresa, permitindo ao empreendedor exercer atividade econômica organizada para produção ou a circulação de bens ou de serviços (JULIÃO; LEONE; VEIGA NETO, 2014).

O Microempreendedor Individual apresenta um formato de uma organização que necessita de um planejamento adequado para suas ações. Com isso, a contabilidade possibilita o encontro de alternativas viáveis para identificar o melhor caminho em busca dos resultados no gerenciamento do negócio. O profissional de contabilidade visa encontrar soluções práticas

e realizáveis para os microempresários, a falta desse conhecimento pode resultar na falência repentina de muitas empresas (SIMÕES; MONTEIRO, 2015).

A pesquisa tem o intuito de atender esse mercado em crescente desenvolvimento, além de possibilitar a ampliação na discussão sobre a contabilidade voltada aos microempreendedores. A contribuição da pesquisa, justifica-se quanto a Academia pela relevância da problemática pouco pleiteada e para a formação da área contábil. Do ponto de vista social, irá levar a uma reflexão sobre a importância da contabilidade nos pequenos negócios.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

É importante salientar que para ser MEI, o futuro empresário precisa atender algumas características que o tornarão apto para realização do processo de formalização. Com isso, segundo o Portal GOV, ele deve atender as seguintes condições: está incluso na lista de atividades permitidas para MEI, ter apenas um funcionário, não pode ser ou se tornar titular, sócio ou administrador de outra empresa e não pode ter ou abrir outra filial.

O MEI permitiu aos comerciantes informais brasileiros a possibilidade de iniciar sua própria empresa com pouca burocracia, de forma eficiente, beneficiando o crescimento profissional e comercial, oportunizando aumentar a renda familiar, se tornando assim, importante para a economia do país.

A contabilidade passa a ser um apoio que tem ganhado força a cada dia, principalmente no atual momento de grande revolução nos meios digitais, com aumento na integração de plataformas e informações. Com a utilização da contabilidade as empresas passam a ter um maior controle econômico e financeiro gerando dados indispensáveis para a tomada de decisões.

A contabilidade é a linguagem dos negócios que através dos dados econômicos gerados em forma de relatórios, torna-se possível mensurar e analisar os resultados e o desempenho das empresas. É considerada indispensável, pois dela são obtidas todas as informações necessárias para sua longevidade. Fator essencial para os microempresários, pois estes apresentam histórico do aumento de falência em decorrência da não utilização desse recurso (MARION, 2009).

Posto isso, o profissional utiliza com sabedoria todos os recursos que a contabilidade disponibiliza, orientando e auxiliando no funcionamento e desenvolvimento da empresa, promovendo organização necessária para alcançar as metas e adquirir destaque em relação aos concorrentes.

3 METODOLOGIA

A metodologia científica, meio no qual o pesquisador conseguirá traçar um caminho em busca dos seus objetivos (LAKATOS, 2017), classifica-se como descritivo visto que busca verificar quais as principais dificuldades dos microempreendedores individuais quanto à utilização da contabilidade para a gestão de seu negócio, delimitada pelo aspecto bibliográfico, parâmetro que ampara todo o plano de investigação, pois não deve ser uma mera reunião do já foi escrito sobre o tema, mas sim viabilizar a avaliação do assunto sobre uma nova perspectiva ou com abordagem diferenciada, levando a novos resultados (ALYRIO, 2009).

Em relação à natureza da pesquisa, caracteriza-se como estudo qualitativo. Para analisar os dados da pesquisa será utilizada a análise de conteúdo.

4 RESULTADOS E CONCLUSÕES

A amostra da pesquisa foi composta por um grupo de 15 microempreendedores, que responderam ao questionário deste estudo. Inicialmente procurou-se identificar o perfil dos microempreendedores respondentes, na análise do gênero notou-se uma presença maior de pessoas do sexo feminino totalizando 60% da amostra pesquisada, sendo os outros 40% do gênero masculino. No tocante a faixa etária foi notável perceber que os microempreendedores tem entre 20 e 60 anos, tendo uma concentração em pessoas com idades entre 30 e 50 anos. Quanto ao grau de escolaridade observou-se que 33,3% dos respondentes possuem ensino médio completo e 20% possuem ensino superior completo ou incompleto cada, correspondem a 13,3% os que possuem ensino fundamental incompleto ou completo cada.

A segunda seção é composta por 11 perguntas com o intuito de entender melhor a atividade principal, os serviços prestados pela contabilidade além de analisar as particularidades envolvendo a formalização. Foi levantado que há uma predominância de 67% das atividades no ramo de comércio o qual se sobrepõe a prestação de serviços que possui uma representação menor, totalizando 33% da amostra pesquisada.

Quando indagados sobre quais serviços prestados pela contabilidade; a área financeira apresenta maior utilização destes serviços, correspondendo do total 40% para o faturamento como principal serviço utilizado, seguido da área fiscal (emissão de DAS e de notas fiscais) juntas correspondem a 40% e 13,3% para folha de pagamento, além de outros 6,7% que não utilizam dos serviços contábeis. Ao retratar os benefícios da formalização para os MEIs, evidencia-se em primeiro lugar os direitos previdenciários representando 46,7%, em segundo com 20% a redução dos impostos e obrigações acessórias exigidas e ocupando igualmente o terceiro lugar ambas com 13,3% a comprovação de renda, emissão de nota fiscal e facilidades no acesso ao crédito com 6,6%.

Foi observado que 40% dos respondentes avaliam como vantajoso a baixa carga tributária e o recolhimento fixo dos tributos aplicada a categoria, 20% a simplicidade no processo de formalização e mais 20% destes consideram relevante o acesso a juros reduzidos e taxas diferenciadas para obter créditos e financiamentos, 6,7% dos respondentes referem-se a dispensa da contabilidade e a dispensa na entrega das diversas declarações. No questionário elaborado buscou-se ainda, encontrar as desvantagens da formalização, e teve como apontamentos a burocracia com 53,3%, seguida da falta de informações sobre o MEI (33,3%) e 13,3% as obrigações a realizar com o fisco - cobrança de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e ISS (Imposto sobre Serviços).

Identificou-se ainda que os microempreendedores individuais se depararam com dificuldades como a burocracia e a falta de informações e orientações relacionadas ao MEI.

Em virtude disso, tais vantagens esbarram em procedimentos de difícil resolução, muitas das vezes; e com isso a contabilidade atua como uma importante ferramenta trazendo soluções para a rotina de negócio.

REFERÊNCIAS

ALYRIO, R. D. **Métodos e técnicas de pesquisa em administração**. Rio de Janeiro: CECIERJ. 281 p. 2009.

JULIÃO, F; LEONE, R. J. G; NETO, A. R. V. Fatores determinantes da satisfação de usuários do programa microempreendedor individual. **Teoria e Prática em Administração (TPA)**, v. 4, n. 1, p. 156-179, 2014.

LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARION, J. C. **Contabilidade empresarial**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SIMÕES, F. S.; MONTEIRO, R. A. **Microempreendedor individual**: uma análise sobre a importância da contabilidade para o crescimento e consolidação do empreendimento em Caicó/RN.52 f. Monografia (Bacharelado) –Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2015.

RECUPERAÇÃO TRIBUTÁRIA: ANÁLISE NAS EMPRESAS DO SEGMENTO DE AUTOPEÇAS DA CIDADE DE ARACATI

Phelipe Ribeiro Mendonça¹, Aluno do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: phelipe.mendonca@fvj.br), Larissa Karoline Souza Silva² (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: larissa.silva@fvj.br).

RESUMO

A presente análise tem como objetivo geral identificar o nível de conhecimento das empresas sobre recuperação tributária em organizações que atuam no setor de autopeças na cidade de Aracati-CE. Os produtos tributados como monofásicos são sujeitos à alíquota zero para empresas de atacado e varejo, sendo os responsáveis pelo recolhimento as empresas industriais e importadoras onde é aplicada uma alíquota elevada. A falta dessa informação pode sobrecarregar a empresa, fazendo com que o empresário acabe pagando de forma indevida os tributos (PEREIRA; LIMA, 2020). A recuperação de créditos tributários está prevista no art. 165 do Código Tributário Nacional, nos casos de cobrança ou pagamento de tributo indevido ou a maior que o devido, erro na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento. Esta pesquisa é realizada através de levantamento ou *survey*, tendo como abordagem uma pesquisa de caráter quali-quantitativo. Para a coleta de dados foi utilizada a aplicação de questionário com os responsáveis pela administração das empresas do setor de autopeças. Conclui-se que a realização da recuperação de créditos tributários nas empresas de autopeças da cidade de Aracati-CE, o conhecimento a respeito ainda é pouco, e a preocupação com a segregação de receitas é baixa, mas apresentam um conhecimento sobre os produtos monofásicos e como eles podem afetar a empresa. A recuperação foi realizada por apenas 16,7% que representa apenas uma empresa da amostra com seis.

Palavras-chave: planejamento tributário; recuperação tributária; autopeças.

1 INTRODUÇÃO

São inúmeros os tributos instituídos no Brasil e o ordenamento jurídico tributário é muito complexo, existindo uma grande variedade de normas, leis e obrigações que estão em constantes mudanças. Segundo Zittei *et al.* (2018) a percepção dos empresários sobre o Sistema Tributário Nacional é preocupante, principalmente em relação a carga tributária, onde o conhecimento é mínimo, deixando tudo nas mãos dos contadores, não dando a devida importância para o impacto que isso causa aos seus negócios.

Nos últimos anos a sociedade vivenciou uma crise econômica constante e um período pandêmico que desestabilizou por completo as empresas, as quais, na maioria tiveram que paralisar suas atividades e muitas acabaram fechando suas portas. O planejamento tributário para a recuperação de créditos é um dos caminhos que pode contribuir no desempenho financeiro das empresas, visto que com esse estudo elas podem utilizar seus créditos para compensar nos tributos futuros que devem ser pagos ou optarem por serem reembolsados.

Diante do que foi exposto, esta pesquisa busca responder a seguinte questão: Qual a percepção das empresas do segmento de autopeças sobre recuperação tributária na cidade de Aracati-CE? A pesquisa tem como objetivo geral identificar o nível de conhecimento das empresas sobre recuperação tributária em organizações que atuam no setor de autopeças na cidade de Aracati-CE.

2 MARCO TEÓRICO

O planejamento tributário é uma forma de auxiliar a empresa a ter uma redução da sua carga tributária e conseguir dar um alívio no caixa, utilizando formas lícitas antes da ocorrência do fato gerador. Oliveira (2012, p. 35) descreve planejamento tributário como “uma ferramenta da elisão fiscal, que corresponde ao conjunto de procedimentos estritamente legais realizados de forma prévia para obtenção de uma carga tributária atrativa”. O autor defende a legalidade do planejamento tributário, sendo realizado analisando-se a legislação vigente buscando benefícios para a empresa.

A elisão fiscal é um ato legal de diminuir a carga tributária, através do planejamento tributário, realizado conforme permite a legislação. Desse modo, possibilitando à empresa enxergar onde há alternativas de diminuição no pagamento de tributos, como também permite a empresa tomar conhecimento dos benefícios fiscais existentes na atualidade no território nacional (PILATI et al. 2016). A evasão fiscal utiliza-se de meios ilegais para não pagar os tributos, também sendo chamado de sonegação.

A recuperação de créditos tributários está prevista no art. 165 do Código Tributário Nacional, nos casos de cobrança ou pagamento de tributo indevido ou a maior que o devido, erros na aplicação da alíquota ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento. O contribuinte terá o prazo de até 05 (cinco) anos para requerer a recuperação do valor dos tributos que foram pagos indevido ou a maior, a prescrição está prevista no art. 168 do Código Tributário Nacional.

Os produtos tributados como monofásicos são sujeitos à alíquota zero para empresas de atacado e varejo, sendo os responsáveis pelo recolhimento as empresas industriais e importadoras onde é aplicada uma alíquota elevada. A falta dessa informação pode sobrecarregar a empresa, fazendo com que o empresário acabe pagando de forma indevida os tributos (PEREIRA; LIMA, 2020).

3 METODOLOGIA

Quanto aos objetivos, a pesquisa tem caráter descritivo, buscando registrar e descrever os fatos observados. Será realizada através de levantamento ou *survey*, tendo como abordagem uma pesquisa de caráter quali-quantitativo.

A população da pesquisa é composta pelas empresas do setor de autopeças da cidade de Aracati-CE. Segundo consulta realizada no dia 21 de junho de 2023 no site da Econodata (2023), existem 26 empresas de autopeças na cidade. A amostra é não probabilística e por conveniência, em decorrência da escolha dos elementos da amostra serem julgados como bem representativos da população e por acessibilidade, pois apresenta como critérios de seleção o melhor acesso à coleta de dados. Essa amostra é composta por 6 empresas desse segmento.

Como instrumento para coleta de dados, será utilizado a aplicação de um questionário estruturado por meio da plataforma *Google Forms*, contendo questões abertas e fechadas. O questionário apresenta estrutura contendo 20 questões, sendo 4 abertas e 16 fechadas. Dividido em 3 blocos; i) caracterização dos respondentes; ii) caracterização da

empresa; e iii) identificação do nível de conhecimento de planejamento tributário e recuperação tributária.

4 RESULTADOS E CONCLUSÕES

Diante do que foi exposto, buscou-se identificar o nível de conhecimento tributário das empresas de autopeças da cidade de Aracati-CE, especialmente em relação a Recuperação de Créditos Tributários através da coleta de dados e da revisão bibliográfica. O material encontrado mostra a importância do tema abordado, além de revelar lacunas que podem ser exploradas futuramente, além de percepções que podem contribuir para o desenvolvimento de novos negócios. Atingindo assim o objetivo principal.

Em relação as obrigações tributárias, os respondentes indicam que não conhecem todas as obrigações tributárias, mas recebem a orientação da contabilidade. As obrigações tributárias de uma empresa são muitas, o que dificulta seu completo conhecimento por partes dos gestores, gerando necessidade de uma consultoria. Quando questionados sobre a realização do planejamento tributário, alguns dos respondentes informa que não realizaram, por não existir uma consultoria especializada na cidade. Muitos escritórios de contabilidade realizam o Planejamento Tributário, não necessitando de uma empresa especializada, podendo ser executando pelos próprios escritórios que prestam serviços para as empresas, mas a noção do que se trata e como deve ser feito é considerável.

Quanto a realização da recuperação de créditos tributários, o conhecimento sobre, ainda é pouco, e a preocupação com a segregação de receitas é baixa, mas apresenta um conhecimento sobre os produtos monofásicos e como eles podem afetar a empresa. A recuperação foi realizada por apenas 16,7% que representa apenas uma empresa da amostra com seis. A recuperação tributária traz diversos benefícios para empresa, entre eles foi identificado a redução da carga tributária como o principal, em seguinte identificar erros na área fiscal. Com isso foi identificado que o nível de conhecimento de recuperação de créditos tributários nas empresas do setor de Autopeças em Aracati-CE ainda é escasso, e a falta de orientação de atuação de escritórios especializados nesse procedimento.

REFERÊNCIAS

ECONODATA. Empresas de comércio e varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores em Aracati, CE. **Econodata**, Porto Alegre, 21 jun. 2023. Disponível em: <https://www.econodata.com.br/empresas/ce-aracati/comercio-a-varejo-de-pecas-e-acessorios-novos-para-veiculos-automotores-g-4530703>. Acesso em: 21 jun. 2023.

OLIVEIRA, L. M. et al. **Manual de contabilidade tributária**. 11. ed. São Paulo: Altas, 2012.

PEREIRA, F. C.; LIMA, M. A. P. A tributação monofásica para os revendedores atacadistas e varejistas de autopeças sob o enfoque do PIS/PASEP e COFINS. **Revista Ipanec**, v. 1, n. 2, p. 116-133, 2020.

PILATI, R. H.; THEISS, V. Identificação de Situações de Elisão e Evasão Fiscal: Um Estudo com Contadores no Estado de Santa Catarina. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 15, n. 46, p. 61-73, 2016. Disponível em: <https://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/view/2220/1903>. Acesso em 15 nov. 2022.

ZITTEI, M. V. M.; LUGOBONI, L. F.; SOUZA, R. C. A Percepção dos micro-empresários da cidade de São Paulo quanto ao sistema tributário brasileiro. **REMIPE – Revista de Micro e Pequenas Empresas e Empreendedorismo da Fatec**. Osasco, v. 2, n. 1, p. 33 - 54, 26 jan. 2018.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE): FERRAMENTA DE AUXÍLIO NA TOMADA DE DECISÃO

Sâmia Dayane de Melo Moreira (Alunas do curso de Bacharelado em Ciências Contábeis do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: samiadayane1998@gmail.com), Orientadora: Prof. Esp. Valberson da Silva Viana, (Professora e Coordenadora do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: valberson.viana@unijaguaribe.edu.br).

RESUMO

Com o crescimento do empreendimento, cresce também a necessidade de se ter informações e parâmetros que facilitem para os gestores na hora da tomada de decisão estratégica dentro das organizações. Uma importante ferramenta de auxílio são as demonstrações contábeis que com seus índices oferecem para os empresários indicadores reais de seus negócios, dentre elas destaca-se a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE). Este trabalho tem por objetivo mostrar como a DRE pode ser usado como parâmetro de acompanhamento de resultados e de lucratividade dentro da empresa “Alfa X” (Nome fictício). Inicialmente foi feito um estudo bibliográfico evidenciando os principais aspectos do processo decisório e de como as demonstrações são importantes nele. Foram evidenciados parâmetros de resultado e o acompanhamento do lucro mensal desse empreendimento. E com isso podemos observar o quanto fazer o acompanhamento dos números é importante dentro das organizações, saber qual o mês se obteve a maior lucratividade, em qual mês foi o maior faturamento, ou em qual mês se teve os maiores gastos.

Palavras-chaves: Organizações; demonstrativos e decisões.

1 INTRODUÇÃO

Pereira (2013) afirma que a análise das demonstrações contábeis é o instrumento da contabilidade que tem por finalidade obter informações a fim de evidenciar a situação da empresa, seja ela positiva ou negativa. Essa análise traz a contabilidade para mais perto da administração mostrando um novo conceito da ciência, deixando de ser vista como o setor responsável apenas pelo cumprimento de obrigações acessórias e apresentando a uma nova vertente.

O não conhecimento da realidade financeira das empresas levam os seus administradores a acreditarem que as empresas estão gerando lucro quando na verdade o contrário pode estar ocorrendo. Os donos dos pequenos negócios acreditam que a entrada de capital no caixa é lucro e por isso gastam demasiadamente. No entanto, os mesmos devem levar em consideração os demais gastos ligados ao empreendimento.

Assim, a contabilidade proporciona como ferramenta de trabalho aos empresários um relatório que pode ser usado como base para responder questionamentos a respeito da organização. A esta ferramenta dá-se o nome de Demonstração do Resultado do Exercício

(DRE). Segundo Andrich et al (2014) a DRE é um “relatório contábil, de caráter obrigatório, elaborado de acordo com o regime de competência, que, por meio do confronto entre receitas, custos e despesas, demonstrando o lucro ou prejuízo de um determinado período”. Em outras palavras, a mesma é um relatório que resume a situação financeira das organizações a partir das várias atividades operacionais e não operacionais em um dado intervalo de tempo. Muitos gestores utilizam a mesma como ferramenta no dia a dia, sendo está uma técnica que facilita a avaliação geral de desempenho uma vez que é realizada em uma sequência lógica.

Essa demonstração permite um diagnóstico das empresas em um dado período, exibindo em um único relatório o lucro bruto e o lucro líquido, se a empresa teve lucro ou prejuízo. Essas informações são baseadas no faturamento total do período, menos o custo para adquiri-lo, menos as despesas e impostos pagos.

Segundo Abraham (2011), os gestores precisam sentir confiança nas informações que são repassadas para a tomada de suas decisões. O mesmo ainda descreve que a tomada de decisão é uma estrutura de análise que proverá direção às tomadas de decisões, indicando qual o melhor caminho a seguir, com base em todas as influências e variáveis envolvidas. Sendo assim, para que as decisões sejam tomadas de forma adequada, se faz necessárias informações confiáveis e reais. No mundo dos negócios essas decisões precisam ser tomadas com maior cautela, pois cada escolha resultará em uma consequência, seja ela favorável ou não para a instituição.

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) é um dos relatórios que podem ser usados como documento para auxílio nessas decisões, fornecendo direcionamentos e demonstrando a realidade das empresas. A falta de conhecimento dos pequenos empresários sobre a importância de se aplicar esse demonstrativo como instrumento de trabalho e utilizá-lo como ferramenta deve ser levado em consideração no processo decisório.

O presente trabalho tem como objetivo evidenciar a necessidade de conhecer sobre as finanças das empresas por meio de um estudo de caso e mostrar como a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) pode auxiliar na gestão, e ser utilizada como subsídio na tomada de decisões a partir de um estudo de caso.

Este estudo poderá ser usado como instrumento de análise e guia para empresas, que desejam conhecer melhor a saúde de seus negócios, apresentado por meio de exemplos, como se deve ser elaborado corretamente um DRE. Além do exposto, explanaremos a importância de se ter boas informações para a tomada de decisões e mostrar que com uma boa análise das mesmas é possível aumentar os lucros de uma empresa.

O monitoramento das questões financeiras das empresas é fator crítico para o sucesso (DANDOLIN, 1997). Ter segurança em elaborar esse acompanhamento e entender como funciona é essencial para o desempenho empresarial. Identificar não somente se a empresa teve lucro ou prejuízo, mas demonstrar possíveis soluções que melhorem o desempenho da organização.

2 METODOLOGIA

Este presente trabalho se dará por meio de revisão bibliográficos, usando como base obras de referência quanto a análise das demonstrações de resultados e que apresentem estudos realizados sobre a importância de informações confiáveis para uma assertiva tomada de decisão, além de reportar como a DRE pode ser utilizada no dia a dia das empresas como medidor financeiro da organização.

Pesquisa qualitativa é uma pesquisa descritiva, onde irá ser estudado os fenômenos em seus ambientes naturais que, de acordo com CRESWEL (2007) o fato de a pesquisa ser realizada em seu ambiente natural torna os dados predominantemente descritivos e a fonte direta do pesquisador é o seu principal instrumento.

Com isso, este estudo irá apresentar ao leitor uma pesquisa de caráter qualitativo que possibilite um panorama geral da importância de se conhecer financeiramente o negócio, demonstrando que a contabilidade fornece relatórios que podem e devem ser usado como auxílio na tomada de decisões, realizado através de estudos e análises através da coleta de dados em que os fenômenos são construídos.

A pesquisa documental segunda Diehl e Tatim (2004) vale-se de materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com o objetivo do trabalho. Para demonstrar como utilização DRE dentro das empresas se faz necessária será apresentada um estudo realizado na empresa “Alfa X” (nome fictício), que conta atualmente com duas lojas.

A empresa utiliza a DRE como principal ferramenta em seu dia a dia para medição de seus resultados, para calcular suas metas de venda e instrumento de análise para controle de suas despesas além de ser levada em consideração na tomada de decisão e no que se refere aos investimentos e quadro de funcionários.

Foram utilizados os dados fornecidos pela empresa referente ao primeiro trimestre do ano de 2023, e serão apresentados de forma consolidadas as informações.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para que o objetivo geral dessa pesquisa fosse alcançado, que é evidenciar como a realização da DRE por parte dos gestores dentro da organização é de extrema importância pois ao se tomar decisões dentro da empresa precisa-se ter números e relatórios que fundamentem suas escolhas, sendo elas metas de venda, margem de contribuição, gastos previstos e lucro estimado.

A Demonstração do Resultado do Exercício é o relatório contábil no qual é evidenciado se a empresa teve lucro ou prejuízo em um determinado período, onde se é feito a distribuição das informações dentro de cada classificação, seguindo um padrão que melhor se adequa a organização e obedecendo ao regime de competência.

A DRE foi elaborada com as informações contidas no relatório de despesas fornecido pelo sistema da empresa. Essas despesas são alimentadas diariamente e ao final do mês é gerado um demonstrativo contendo um resumo, por grupo de contas, de quanto foi a venda, qual foi o Custo da Mercadoria Vendida (CMV), a margem de contribuição e a despesas paga no período. Esses relatórios foram analisados de forma consolidada, somando os resultados das duas lojas.

Como mostra a DRE o primeiro trimestre do ano de 2023 a empresa teve um faturamento de R\$ 6.081.460,65 onde o maior índice de venda ficou por conta do mês de março, onde o faturamento foi de R\$ 2.093.789,14 representando o valor de 34,24% do faturamento do trimestre.

No período essa margem totalizou o valor de R\$ 1.313.031,79 sendo que o mês que representou o maior índice de contribuição foi março com um percentual de 33,94%.

A Margem de Contribuição é representada pelo resultado do valor da Receita Bruta de Vendas menos, as Deduções da Receita Bruta menos, o Custo da Mercadoria Vendida. Esse valor representa o quando a empresa teve de Lucro Bruto para realizar o pagamento de suas despesas.

As despesas operacionais no período totalizaram o valor de R\$ 1.150.335,06 representado 18,92% do faturamento total do período analisado. O mês com as maiores despesas foi janeiro com 35% do valor total, apesar de deter o maior índice de venda foi o que se mas teve gastos.

O Resultado Operacional Líquido é o valor obtido da subtração do Lucro Operacional Bruto menos, os valores pagos de Despesas Operacionais pela empresa, essa apuração aponta se uma empresa alcançou lucro ou prejuízo em um intervalo de tempo.

A DRE evidenciou que a empresa obteve Lucro Operacional Líquido de R\$ 162.696,73 no primeiro trimestre do ano de 2023, sendo que o maior resultado ficou por conta do mês de fevereiro de 2023 onde alcançou a marca de 3,35%.

De porte dessas informações os gestores podem avaliar os cenários de seus negócios e realizar planejamentos estratégicos, cálculos de metas, analisar suas despesas e onde é possível cortar gastos, se o empreendimento está sendo lucrativo, utilizando-se das informações para fazer uma gestão, mas assertiva e poder tomar as melhores decisões, para o crescimento da organização.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi explorado no decorrer da pesquisa, o processo de decisão dentro de um empreendimento é de extrema importância e quanto, mais informações se tem, mas assertivas são essas decisões, então à medida que cresce a necessidade de informação, crescendo junto a busca das empresas por dados confiáveis. Por isso esse estudo de caso teve a preocupação em demonstra o quão importante são os demonstrativos contábeis dentro da organização.

A contabilidade tem um papel fundamental dentro das empresas não apenas para atender as demandas exigidas pela Lei, mas como ferramentas de extremo poder dentro das organizações, com seus demonstrativos fornece informações de precisão e qualidade sobre os negócios, que auxiliam aos gestores no processo da toma de decisão e no acompanhamento de seus resultados.

Diante do exposto, as informações contábeis não devem se limitar apenas aos escritórios contábeis, mas sim adentrar as empresas para que os empresários conheçam os números de seu negócio e consigam geri-los com melhor qualidade e com mais assertividade, fazendo com que as empresas se mantenham firme no mercado conseguindo se posicionar e ter um maior potencial de crescimento.

REFERÊNCIAS

ANDRICH, Emir Guimarães; CRUZ, Rene Alisson Westarb; ANDRICH, Aene Guimarães; GUINDANI, Roberto Ari. **Finanças corporativas: análise de demonstrativos contábeis e de investimentos**. Curitiba: Editora Intersaberes, 2014. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/14842/pdf/0?code=Q4HYAeJMLJQXAZuBYvjKXJH2nAacX5aWFI+wJSYo2z8myd6VusyqFuIDyiy7QSffd55T/pHNE8PcW97nk0JFPw==>. Acesso em: 21 maio 2023.

BLATT, Adriano. **Análise de balanços: estruturação e avaliação das demonstrações financeiras e contábeis**. São Paulo: Pearson Makron Books, 2001. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/32/pdf/0?code=FIjhVnXY4Xy+wbiP4+RS7cwlInerXGHZVC0L0jD1U1JeZ/Q96G3ekIukoCesuzDEot0s1vafXG1vIFIXRzIRjQ==>. Acesso em: 21 maio 2023.

DIEHL, Astor Antônio; TATIM, Denise Carvalho. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Pearson e Prentice Hall, 2004. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/22/pdf/0?code=STOsjV5A1QZfV9auCmHu2lnSGICu8RVmyHW7FtFvx1gq+Z7Ug1pOdfFCC6w8lrZIMz+uA1xVig1TckHJMXdaiA==>. Acesso em: 21 maio 2023.

ROVAI, Armando Luiz. **Demonstrações financeiras**. 2018. Disponível em:
<https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/230/edicao-1/demonstracoes-financeiras->
Acesso em: 21 maio 2020.

Direito

TELETRABALHO E O IMPACTO NA PRODUTIVIDADE DO TJCE DURANTE A PANDEMIA: ESTUDO DE CASO DO FÓRUM DA COMARCA DO MUNICÍPIO DE ICAPUÍ-CE

Armando Rodrigues de Oliveira Júnior¹ (Estudante do Curso de Direito do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail: armando.junior@fvj.br), Alfredo Narciso da Costa Neto² (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: alfredonarcisojuridico@gmail.com)

RESUMO

A pandemia do corona vírus no início de 2020 ocasionou uma série de mudanças no mundo todo, dentre elas podemos citar principalmente a questão do distanciamento social e do teletrabalho que veio como uma alternativa para poder garantir a manutenção de determinados serviços. No Brasil o teletrabalho já era uma realidade em alguns órgãos governamentais por parte do executivo, legislativo e judiciário. Assim, a pesquisa teve como objetivo analisar quais as consequências da implantação do teletrabalho, levando-se em consideração a produtividade jurídica do TJCE durante a pandemia da COVID-19, tendo como objeto de estudo os dados do Fórum da Comarca de Icapuí – CE. O estudo analisou bibliografias que fundamentaram a pesquisa, além das legislações e respectivas alterações, analisando a produtividade do judiciário. Para análise dos resultados da produtividade foram considerados números relacionados às quantidades de sentenças, de decisões interlocutórias e de audiências, onde ficou comprovado, pelos resultados publicados no sítio TJCE, que houve uma redução de 58% nos números de audiências, conforme apresentado no estudo. Já nos índices relacionados a julgamentos – sentenças e de decisões interlocutórias, o reflexo da pandemia nesses números ocorreu de forma mais tardia sendo os percentuais destes de 33% e 34%, respectivamente. Conclui-se que a partir da pesquisa realizada, ficou comprovado que houve uma queda da produtividade dos magistrados, e que por meio deste, outros estudos possam pesquisar se existiram outros fatores que contribuíram para esta redução. Ademais, entender que mesmo tendo havido uma queda da produtividade, o trabalho remoto trouxe vários benefícios.

Palavras-chave: pandemia; teletrabalho; produtividade no judiciário.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo analisar quais as consequências da implantação do teletrabalho, levando-se em consideração a produtividade jurídica do TJCE durante a pandemia da COVID-19, tendo como objeto de estudo os dados do Fórum da Comarca de Icapuí – CE.

Sabe-se que pandemia ocasionada pela corona vírus no início de 2020 ocasionou uma série de mudanças no mundo todo, dentre elas podemos citar a questão do distanciamento social que foi necessária no controle de disseminação do vírus e que a partir dessa realidade, mesmo que de forma abrupta e impositiva, o teletrabalho veio como uma alternativa para poder garantir a manutenção de determinados serviços.

Com o advento da pandemia foi necessária e urgente a implantação do teletrabalho e no Brasil não foi diferente, pois esta modalidade de trabalho já era uma realidade que vinha sendo utilizada em alguns órgãos governamentais por parte do executivo, legislativo e judiciário tudo isso de forma voluntária e obedecendo a princípios pré-estabelecidos por tais órgãos.

Assim a pesquisa justifica-se pela sua relevância por tentar entender quais os impactos da pandemia na produtividade do judiciário com a implantação do teletrabalho e quais os prejuízos desses impactos, haja vista que a manutenção do direito como serviço essencial à população, pode ter sofrido sérios prejuízos.

MARCO TEÓRICO

Foi na província de Hubei, mais precisamente na cidade de Wuhan, na China, que um crescente número de casos de doenças respiratórias acometeu trabalhadores de um mercado de alimentos, tendo esse evento ocorrido em dezembro de 2019. Passado um mês desse episódio o Centro de Controle de Prevenção de Doenças (CDC) do país identificou a partir dos casos registrados que se tratava de um surto viral, no qual eles denominaram o vírus de SARS-CoV-2 (2019-nCoV) e que pertencia a família Coronaviridae.

No Brasil, o primeiro caso da doença foi detectado na cidade de São Paulo, quando um residente retornava da Itália e na oportunidade testou positivo para a COVID-19, vindo a público na data de 26 de fevereiro de 2020. Somente em 22 de março do mesmo ano o Governo do Estado de São Paulo, que já era considerado o epicentro da pandemia no Brasil, publicou o Decreto N°. 94881 (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2020), onde já se observavam as medidas de isolamento social e quarentena em todo o Estado.

Muitas foram as propostas a serem implementadas com o objetivo de reduzir a transmissão do vírus na tentativa de frear o número de casos da pandemia. As medidas incluíam desde isolamento de pessoas infectadas, como as recomendadas pela OMS diante de uma doença que era desconhecida, causada por um vírus que possui longa permanência em superfícies e sem tratamentos conhecidos (OMS, 2022).

Outra grande problemática oriunda das condições adversas da pandemia foi a de entender a sustentabilidade e a efetividade das medidas implementadas de forma que as mesmas tivessem acesso ao sistema de garantias à proteção social e o apoio às populações em situação de vulnerabilidade, bem como que garantir a sobrevivência dos indivíduos e das famílias enquanto perdurassem as restrições impostas de forma a não afetar o desenvolvimento das atividades econômicas.

Diante de todas essas condições foi necessária e urgente a alteração na legislação brasileira, principalmente nas que regulamentassem o trabalho remoto, a destacar as atividades ligadas ao judiciário, tema de abordagem deste estudo.

Primeiramente a CLT, pela Lei N°. 13.467 de 2017, denominada de Reforma Trabalhista, já havia consolidado o teletrabalho no ordenamento jurídico brasileiro, a partir da criação do “Capítulo II-A (artigos 75-a ao 75-E), que tinha por objetivo organizar, disciplinar e controlar a nova modalidade de teletrabalho e que trazia sua definição legal no art. 75-B no próprio caput.

Outras normas jurídicas também trouxeram as suas contribuições regulamentando a jornada de trabalho, as férias, as horas extras, além de todo o aparato de direitos que assistem os trabalhadores como forma de adequar as condições de trabalho impostas pela pandemia.

Mas será que por trás de todo esse arsenal de medidas tomadas e visando a manutenção da garantia de direitos assistidos à população houve uma produtividade real do judiciário comparando-se aos períodos não pandêmicos?

METODOLOGIA

Assim, para que pudessem ser analisados os questionamentos oriundos da pesquisa, foi utilizada a metodologia baseada na coleta de dados de forma digital, ou seja, busca de

informações na internet em sites especializados, bem como revisão bibliográfica em artigos científicos para posterior verificação e comparação dos dados.

Nesse sentido a estratégia adotada para a realização desta pesquisa baseou-se na premissa da produtividade no judiciário de forma a considerar o que citam os autores Buscaglia e Dakolias (1999) e Elena (2015).

Os assuntos abordados para fundamentação do estudo foram divididos em capítulos como forma de organizar e também seguir a cronologia dos eventos que se sucederam durante o período pandêmico até os dias atuais.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A partir da análise das informações encontradas no estudo percebe-se que se comparando os números ano a ano, temos que nos anos de 2018 e 2019, períodos pré-pandêmicos os números da produtividade se comportavam com variações nos resultados, porém com resultados aproximados, podendo essas variações ser observadas para o aumento ou redução dos números conforme Tabela 01.

Iniciado o período pandêmico já é possível perceber que acontecem reduções nos número quando comparados os anos de 2018 e 2019 com os anos de 2020 e 2021. No caso das informações referentes ao quesito decisões interlocutórias, percebemos que não houve redução na transição pré-pandemia e pandemia, pois no ano de 2019 o número de decisões foi 715 e em 2020 701, ou seja, uma diminuição de somente 14 decisões.

Conclui-se então a partir da pesquisa realizada, que ficou comprovado uma queda da produtividade dos magistrados, no caso em tela do Fórum da Comarca de Icapuí, e que por meio deste, outros estudos possam pesquisar se existiram outros fatores que contribuíram para esta redução.

Salienta-se que mesmo diante de todas as dificuldades a modalidade remota de trabalho pode se apresentar como uma alternativa mais vantajosa do que a presencial, pois não se deve desconsiderar a eficiência, considerando alguns resultados alcançados, a exemplo do primeiro ano da pandemia (2020) não apresentar queda nos números de sentenças e decisões interlocutórias, o que proporcionou uma maior celeridade aos procedimentos judiciais.

Ademais, entender que mesmo tendo havido uma queda da produtividade, o trabalho remoto proporcionará muitos benefícios em longo prazo, como redução nos gastos corriqueiros do tribunal, redução de custos do servidor que não precisará se deslocar, além de benefícios indiretos como melhor qualidade ambiental, pela não emissão de poluentes dentre outros.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Evelise Dias. **A justiça não pode parar?! Os impactos da COVID-19 na trajetória da política de teletrabalho do Judiciário Federal**. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, v. 45, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbso/a/RhJmLZY58ZMMxT5DHKhKb6P/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 15 de setembro 2022.

ARAGÃO, José Wellington Marinho de. **Metodologia Científica**. [recurso eletrônico] / José Wellington Marinho de Aragão, Maria Adelina Hayne Mendes Neta. - Salvador: UFBA, Faculdade de Educação, Superintendência de Educação a Distância, 2017. 51 p.: il.

BRASIL. **Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março 2020**. Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade

pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020. Diário Oficial da União: Brasília, DF. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/DLG6-2020.htm.

Acesso em: 17 de setembro de 2022.

BRASIL. **Lei 13.979/2022, de 06/02/2020**. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Diário Oficial da União: Brasília, DF. Disponível em:

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.979-de-6-de-fevereiro-de-2020-242078735>

Acesso em: 14 de maio 2023.

BRASIL. **Medida Provisória 927/2020**. Dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Mpv/mpv927.htm.

Acesso em: 18 de setembro 2022.

A CORRUPÇÃO NO USO DE VERBAS PÚBLICAS COM FATO GERADOR DE VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Barbara de Freitas Prieto¹, aluna do curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: barbara.prieto@fvj.br; Xeila Maiane de Freitas² Orientadora Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: xeila.freitas@fvj.br.

RESUMO

A corrupção na política tem sido um grande problema no Brasil. Ela se apresenta de diversas formas, desde subornos até desvio de verbas públicas, e tem como consequência a falta de investimento em áreas importantes para o desenvolvimento do país, como saúde, educação e infraestrutura, acarretando assim falta de políticas públicas para melhorar a vida da população brasileira. A corrupção política é uma prática antiga e arraigada no sistema político brasileiro, sendo perpetuada por políticos que buscam o benefício próprio em detrimento da população. Infelizmente, essa prática não mostra ter fim, seja pela impunidade ou pela falta de apoio político para acabar com a corrupção. A Operação Lava Jato, que começou em março de 2014 revelou um grande esquema de corrupção envolvendo políticos, empresários e agentes públicos. Através de um esquema sofisticado de corrupção, empresas obtinham contratos com o governo em troca de propinas, deixando o erário público prejudicado e a população sem receber os serviços essenciais. A corrupção política é um mal que se alastra por todo o Brasil, e suas consequências são devastadoras. Ela gera atraso no desenvolvimento do país, fomenta a criminalidade e a violência, além de prejudicar a vida da população, que muitas vezes é negligenciada em detrimento dos interesses de políticos corruptos e empresas inescrupulosas. A solução para combater a corrupção política passa pelo fortalecimento das instituições de combate à corrupção, pela punição exemplar dos envolvidos e pelos esforços em prol de maior transparência nas contas públicas e em melhores escolhas dos políticos. A mudança do atual sistema político, com o fim das práticas clientelistas e do financiamento privado de campanhas eleitorais, é fundamental para a construção de um Brasil mais justo e menos corrupto.

Palavras-chave: corrupção; Direitos Humanos; investimentos; investigações; sistema político.

INTRODUÇÃO

O objetivo dessa monografia é apresentar o impacto que a corrupção causa sobre o desenvolvimento do País, o conceito, as causas e a globalização da corrupção. Obstáculos ao desenvolvimento brasileiro, tendo como finalidade a Dignidade, Justiça justa e a Democracia. Será apresentada algumas das grandes dificuldades vivenciadas no Brasil e no Estado do Ceará, como por exemplo, a corrupção no espaço político e a subversão ao governo da maioria, a corrupção na justiça com a quebra da imparcialidade e da segurança jurídica das decisões, a corrupção na saúde pública e as dificuldades em manter o sistema único de saúde (SUS), a corrupção na educação público, como fato gerador de descaso causando prejuízos ao desenvolvimento social do país. A estratégia é de apresentar para um maior número de pessoas, como a corrupção viola os direitos humanos em muitas partes do nosso convívio, diariamente em qualquer parte do Brasil, seja por desvio de verbas federais, estaduais ou

municipais, afetando gravemente a saúde, educação e a segurança pública. Não é fácil determinar como e em que medida, atos corruptos acarretam a vulneração de um direito humano, o que demandaria a análise do caso concreto sob pena de incidir num exame superficial do tema. Partindo da noção de corrupção como modelo operacional baseado na escolha nacional do agente em subverter o interesse da coletividade, com a certeza de que obterá vantagem ilícita. Não havendo dúvida sobre o impacto negativo em relação à cláusula constitucional do Estado Social de Direito, colocando em sério risco os direitos humanos. Foi através do convívio com pessoas sem recursos para ter um plano de saúde, que pude observar o quanto a saúde pública deixa a desejar principalmente em relação a não haver um atendimento digno, haver constantemente a falta de medicamentos de extrema importância como aqueles de uso contínuos, além da falta de atendimento médico e exames, sem contar na espera injustificável por uma cirurgia que muitas vezes a pessoa morre sem ter o devido atendimento. Assim como também a falta de importância do Estado com a educação, contratando professores que não são dignos de oferecer uma boa educação para os alunos, porque nem eles próprio possuem tal educação para serem espelho, já que na escola não se aprende somente português ou matemática, mas sim a ser um cidadão de bem, uma pessoa digna e respeitosa com os demais, aprendendo também que o futuro está mais próximo do que o que imaginamos e incentivar aos jovens a querer um estudo de qualidade, a ser alguém melhor e fazer com eu o desenvolvimento social seja relevante, assim podendo adquirir um emprego qualificado. Podendo entender também um pouco da segurança pública do nosso país a onde não sabemos se podemos confiar nos agentes de segurança pública já que o dever deles é de proteger a sociedade, essa proteção não é de um só requisito, mas abrange diversas dificuldades. Hoje em dia podemos ver muitos descasos dentro de delegacias pelo mal atendimento e até mesmo pela falta de um atendimento adequado, passando segurança para quem está procurando ajuda, seja essa ajuda decorrente de um furto ou de uma violência como a agressão física e não fazer pouco caso da situação como aparentemente ocorre, utilizando do preconceito pela desigualdade social, cor, sexo, ou até mesmo pelo tipo de caso apresentado. A relevância acadêmica e social desta pesquisa é mostrar para a população como a corrupção afeta com muita força aos Direitos Humanos e que podemos como humanos reivindicar nossos direitos, assim como o estado deve esclarecer para a sociedade o porquê de estarem violando tais direitos, já que o problema não será a falta de verbas públicas. Foi realizada uma pesquisa explicativa, cujo a metodologia é experimental e com pesquisa bibliográfica para identificar os principais fatores causadores das violações dos direitos humanos. Tendo como objetivo alertar e ter um maior alcance de pessoas informadas, no Estado e no País, sobre seus direitos como ser humano, como cidadão, como esses direitos podem ser usufruídos, quem tem, e quais são, esses direitos, qual a Lei, quem ampara o humano em situação de violação aos Direitos Humanos, para onde vai as verbas destinadas aos serviços públicos que deveriam ser um direito primordial, pois já é um direito de obrigatoriedade dos governantes. Através de pesquisas bibliográficas podemos colher diversas informações relacionadas ao fator gerador principal das Violações aos Direitos Humanos, assim como inúmeros casos de corrupção no Brasil e no Estado do Ceará bem explicito em uma simples pesquisa virtual, onde é de fácil acesso e compreensão em relação as informações passadas tanto por inquéritos policiais civil ou federais, como também não podemos descartar as vivencias do dia a dia daqueles que necessitam de atendimento público com um médico e não haver médico para atender os pacientes, ou até mesmo precisar de um medicamento que já faz parte da rotina do paciente e está em falta, são fatos comuns em diversos Estados do País. A luta contra a corrupção não tem um fim em si mesma. Esta é uma luta por justiça social, prosperidade e paz. É POR DIREITOS!

MARCO TEÓRICO

[...] não há dúvidas de que a corrupção se encontra diretamente conectada à violação dos Direitos Humanos e Fundamentais, notadamente quando os atos corruptivos são utilizados como formas de violação do sistema jurídico como um todo (o caso de suborno de servidores públicos para agilizarem procedimentos burocráticos), o que afeta, por si só, a ordem jurídica posta, além de provocar impactos localizados na rede de direitos e garantias vigentes. (LEAL E SCHENEIDER, 2014, p. 241).

METODOLOGIA

As técnicas metodológicas utilizadas para a elaboração da presente monografia foram as pesquisas qualitativas e documentais através da coleta de informações em legislações e site de pesquisa na internet. Assim como pesquisas de casos de corrupção que marcaram o país.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Diante da problemática geral que embasa o presente trabalho, vislumbra-se que muito embora a corrupção seja algo grave para toda a sociedade brasileira, gera uma insegurança à quem recorrer ou reclamar sobre uma suposta corrupção, para tanto, me propus ao desejo e a curiosidade de estudar profundamente a situação para fins de mostrar para um maior número de pessoas como seus direitos humanos são feridos e o quanto isso é doloroso, assim desejando que tenhamos um futuro melhor, com menos corrupção e desigualdade social

Frisa-se que o tema tem gravíssima relevância principalmente para sociedade de classe social baixa, uma vez que, tem como propósito ferir o direito ao desenvolvimento social, a saúde de qualidade e conseqüentemente, violar os Direitos Humanos como por exemplo, uma vida digna.

Conclui-se que apesar de haver Leis que impõe o dever de cumprimento de pena pelos devidos crimes de corrupção, nada é feito ou aparentemente é isolado a punição para a maioria. Pois os maiores casos de corrupção no Brasil envolvem políticos, como em grandes casos de corrupções ocorridos no país e que tiveram bastante repercussão como o Mensalão a Operação Lava Jato, onde ninguém vai preso ou o país simplesmente se dar a vergonha de condenar e logo absorver.

Além de ser vergonhoso é totalmente desnecessário o desvio das verbas públicas pois todos os políticos recebem seus bons salários e o país tem o suficiente para suprir as necessidades necessárias.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: dos direitos e garantias fundamentais. Brasília: Diário Oficial da União, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 maio 2023.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. In: **WIKIPÉDIA**, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2023. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Declaração_Universal_dos_Direitos_Humanos. Acesso em: 15 mai. 2023.

A INFLUÊNCIA MIDIÁTICA EM JULGAMENTOS DE REPERCUSSÃO NO ÂMBITO DA JUSTIÇA CRIMINAL

Bianca Fonseca dos Santos¹, aluna do curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário da Vale do Jaguaribe, e-mail: bianca.santos@fvj.br; Orientador: Alfredo Narciso da Costa Neto², Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: alfredonarcisojuridico@gmail.com).

RESUMO

O presente trabalho pretende analisar as possíveis influências geradas através do desenvolvimento massificado dos meios de comunicação e o seu potencial como meio de propagação de informação, bem como a sua eficácia como recurso de divulgação e formação da opinião pública, principalmente, em casos de grande repercussão no âmbito da justiça criminal. Para tanto, pautamos nosso embasamento teórico a partir da pesquisa documental, e bibliográfica objetivando relacionar conceitos e perspectivas de vários doutrinadores, dessa forma, utilizamo-nos de fontes do tipo secundárias (doutrinas) e fontes primárias (Constituição Federal, Código Penal e Código de Processo Penal). Por fim, este trabalho utiliza de método dedutivo que analisará as várias informações acerca do tema e que nos leva a uma inferência de resultado com base nos achados documentais e na capacidade de relacionar essas informações para chegarmos a um resultado final sobre o nosso objeto de pesquisa e as fontes consultadas.

Palavras-chave: Direitos Fundamentais; Influência midiática; Princípios.

INTRODUÇÃO

O trabalho com a justiça nestes tempos, tem oferecido bastantes desafios aos que o fazem. Dentre eles, encontra-se a missão de promover a igualdade no tratamento dos casos criminais, garantindo a todos a efetivação do princípio da imparcialidade. Nesse viés, apesar de reconhecermos o papel social primordial exercido pela mídia, no que se refere à democratização da informação às sociedades, entendemos que, por vezes, esta divulgação acontece de forma arbitrária, principalmente em casos de grande repercussão, o que acaba por conduzir as informações de maneira indubitavelmente tendenciosa, o que tem levado a casos de grande comoção social, funcionando como um “novo poder” na estrutura do estado e das esferas do julgamento criminal. A partir desse ponto, o presente estudo traz, inicialmente, conceitos acerca da origem dos direitos fundamentais, abordando sobre as três dimensões, qual seja direito a liberdade, igualdade e fraternidade, e os princípios que norteiam o processo penal. Aduz ainda, sobre a origem e evolução da liberdade de imprensa usando como base as regulamentações preconizadas em constituições anteriores a de 1988, qual sejam a de 1924, 1891, 1934, 1937, 1946, relacionando o que dizem os documentos sobre os quais esse trabalho está ancorado ao que se estabelece sobre o papel da mídia, promovendo um diálogo sobre o conceito de mídia e sobre o potencial alcance dos meios de comunicação, assim como sua capacidade de influenciar a opinião pública. Dessa forma, é preciso notar que a atuação da grande mídia nos casos de competência da justiça do âmbito criminal atualmente deve ser submetida a uma mudança de pensamento e de perspectiva no que concerne a autonomia dos

poderes. Em detrimento disso, esse trabalho faz uma pesquisa exploratória de cunho bibliográfica, assim, Gil (2008, p. 50) afirma que esse tipo de pesquisa “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Quanto aos objetivos almejados por esta pesquisa, pretendemos refletir qual seja o verdadeiro papel da mídia e qual a sua contribuição ao longo dos anos em torno da democratização da informação e da garantia do direito a participação social em casos de grande repercussão. Este trabalho não pretende, no entanto, fazer juízo de valor sobre a atuação da mídia em qualquer que sejam os casos apresentados neste trabalho, do contrário, pretendemos fomentar a necessidade de uma análise ainda mais minuciosa sobre tal problemática para que possamos ter embasamento suficiente para tais conclusões.

MARCO TEÓRICO

Os Princípios no Direito Penal servem de amparo para a aplicação do direito a casos concretos, bem como na elaboração de leis. Conforme aduz Badaró (2015, p. 26): “Princípio é o mandamento nuclear de um sistema, o princípio é a regra fundante, que, normalmente, está fora do próprio sistema por ele regido”. O judiciário brasileiro é regido por uma série de princípios regulamentadores para que os julgamentos sigam uma sequência ordenada de atos, e cumpra todas as fases processuais. Como já visto, não há de se falar em culpado antes que se obtenha uma sentença penal condenatória transitada em julgado. Sendo assim, o estado tem o poder-dever de punir as condutas penais incriminadoras, e garantir que não restem dúvidas quanto aos indícios de autoria e materialidade do agente, para que seja aplicado a sanção correspondente. O Princípio do Contraditório, imparcialidade do juiz, presunção de inocência, devido processo legal, igualdade processual, oficialidade, oficiosidade, verdade real motivação das decisões, publicidade, estão presentes orientando os processos penais. Assim como os demais princípios já mencionados neste trabalho, a liberdade de imprensa encontra-se também prevista na norma constitucional e é essencial para a sociedade, tendo em vista a relação de garantir essencialmente outros princípios, sendo responsável por garantir-lhes o direito a informação, assim como se configura um importante espaço de visibilidade, que é um direito fundamental conforme o artigo 5,º da Constituição Federal de 1988, que assegura o Direito a liberdade de expressão e Liberdade de imprensa. Todavia, a influência que a mídia exerce sobre boa parcela da sociedade é motivo de forte reflexão, tendo em vista o grande poder de persuasão exercido pela mesma, principalmente, quando se trata de julgamentos penais. Nesse viés, outro componente que merece destaque e que desperta interesse é o fato de que a notícia vinculada pela mídia é o principal meio de informação utilizado por significativa parcela da população, o que gera grandes preocupações.

METODOLOGIA

Esta pesquisa torna-se exploratória, pois tratou-se de um estudo realizado a partir de um levantamento bibliográfico com fontes confiáveis, tais sejam: artigos, monografias, dissertações e teses, com o intuito de analisarmos essas informações e confrontá-las com o que diz a Constituição Federal. Para Gil (2008), a pesquisa exploratória tem como objetivo principal desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Esse trabalho teve como objetivo principal, situar a influência que a mídia tem sobre a sociedade como um todo, tanto nos jurados do tribunal do júri, como em juízes, ressaltando

que, embora não seja legitimada, a mídia detém poder equiparado ao Executivo, Legislativo e Judiciário, porém buscamos com base em estudo de casos evidenciar que esse poder dado a mídia não traz efeitos positivos para a sociedade. Ao concluirmos este trabalho de pesquisa, encontramos-nos gratos e satisfeitos por todos as reflexões que ele fomentou, estamos convictos de que não se pode normalizar a divulgação de informações sem a devida observação do quanto tais informações podem gerar na sociedade uma expectativa muito mais idealizada por força da emoção imediata repassada quase que imediatamente pela mídia do que na apuração minuciosa dos fatos e documentos aos quais estão condicionados ao judiciário brasileiro. Esse trabalho também centra-se numa incontestável necessidade de outros trabalhos ainda mais extensos e que demandem maior tempo e dedicação pelo legado que ele deixará aos profissionais que compoem as esferas da sociedade, sobretudo aqueles que trabalham com as entidades citadas nas diversas instâncias julgadoras deste Brasil. Considerando que a cada dia a mídia evolui mais e fica mais próxima de fato ser um quarto poder. Esta inquietação requer incentivar a realização de muitos outros trabalhos além deste, afim de que vejamos como esse poder pode ter se difundido ainda mais com o surgimento/profusão dos chamados *influencers* e os inúmeros *blogs*, e ainda as *fake news*. A polarização da *internet* e, principalmente, as redes sociais, trouxeram um grande avanço para os setores que trabalham com a informação, o que levava horas para ser noticiado, hoje pode acontecer em tempo real, com isso é ainda mais inegável que a formação de opinião acontece de maneira imediata, o que entendemos ser um processo natural tendo em vista o potencial de entrega instantânea dos meios de comunicação. Diante de tudo que apresentamos, acreditamos que esta monografia, por tudo que oferece, corrobora para que ofereçamos um repensar da imprensa sobre a sua importante participação na formação da opinião pública e que esta precisa acontecer com maior rigor atendendo aos anseios de uma sociedade cada dia mais imediatista e prenehe de resposta, mas que precisa apoiar-se em informações que primem pelo exercício da igualdade de defesa na qualidade de cidadão até então tido como suspeito e não julgado culpado. Ressaltamos, ainda, que esta pesquisa não vislumbra responder às inúmeras questões que envolvem a mídia, mas pretende provocar futuros pesquisadores a buscar reflexões mais amplas e inesgotáveis sobre o tema. Pois entendemos que o acesso a mídia é hoje um dos pilares para o acesso a democracia da informação e, por este motivo faz-se necessário um maior aprofundamento no tema. Nesse sentido, temos como finalidade incentivar mais estudos como este tratando do respectivo tema, para que afirmem ou contradigam o que aqui foi abordado, afim de que forneçam uma melhor reflexão, trazendo mais informações e tornando-a mais eficiente. A realização deste trabalho direcionado com a proposição de uma análise bibliográfica nos oportunizou a percepção sobre a importância de intervenções pontuais na tentativa de solucionar os problemas encontrados na efetivação do rigor da lei. Também é útil levar em conta que o proponente de um conjunto de análises como estas deverá se utilizar de princípios que assegurem a averiguação do resultado ao final do processo de pesquisa e, por isso enfatizamos a necessidade de mais aprofundamentos acerca de tais questões. Outra coisa preponderante a se levar em consideração é o levantamento do que os envolvidos precisam saber para se apropriar do seu papel formador de opiniões e conceitos, elencando assim o que precisa ser revisto e modificado antes que tais práticas criem raízes e a justiça seja prejudicada em escalas ainda não imagináveis. No entanto, foi possível perceber o nosso crescimento ao longo do processo de pesquisa. Alegamos-nos em saber que o fruto do nosso trabalho possa contribuir não apenas com o crescimento pessoal dos autores, mas com abordagens futuras e ainda mais relevantes com aplicação e função social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Código de Processo Penal**. Senado Federal. Atividade Legislativa. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988_atual/_134_.asp. Acesso em: 28 fev. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Senado Federal. Atividade Legislativa. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988_atual/_134_.asp. Acesso em: 12 fev. 2023.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Júri: Princípios Constitucionais**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 1999.

PINHO, Rodrigo Cesar Rebello. **Teoria geral da constituição e direitos fundamentais**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

RIBEIRO, Alex. **Caso Escola Base – os abusos da imprensa**. São Paulo: Ática, 1995.

ANÁLISE DA EFICÁCIA DAS NORMAS DE PREVENÇÃO AOS CRIMES SEXUAIS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Francisca Auciene dos Santos Ferreira¹ (Aluna do Curso de Direito do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. E-mail: auciene.ferreira@fvj.br), Orientadora² Cleidiany Kelly Silva Cavalcante (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: cleidiany.cavalcante@unijaguaribe.edu.br).

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo geral investigar as fragilidades e potencialidades na aplicação das normas de prevenção aos crimes sexuais contra crianças e adolescentes. O tema aborda a análise da legislação pátria, que consiste na reunião de leis e normas vigentes de proteção da dignidade sexual de crianças e adolescentes. Serão analisadas, especialmente, a Constituição Federal de 1988, cujas normas programáticas conferem ampla e prioritária proteção às crianças e adolescentes, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), a Lei nº 9.970/2000 que instituiu o dia de combate aos crimes sexuais, a Lei nº 13.431/2017 (Lei da Escuta Especializada) que trouxe um grande avanço em relação ao combate à revitimização das vítimas de violência infanto-juvenil e a Lei nº 14.344/2022, que apesar de tratar especificamente sobre violência infanto-juvenil intrafamiliar, incluiu em seus dispositivos diversas ações de enfrentamento à realidade criminológica e violadora da dignidade sexual das crianças e adolescentes. Buscar-se-á atingir através do presente estudo atingir os seguintes objetivos específicos: compreender as dificuldades enfrentadas pela rede de proteção na efetivação das políticas públicas de prevenção, identificar potencialidades e desafios existentes no combate da violação da dignidade sexual infanto-juvenil e verificar se tais políticas, tem atendido com eficácia o público alvo, atingindo o fim esperado. Para elaboração do trabalho, foram utilizadas fontes de compilação de dados, revisão bibliográfica e leitura da lei seca, bem como entrevistas realizadas em pesquisa de campo com profissionais atuantes na rede de proteção da rede municipal de educação.

Palavras-chave: criança e adolescente; dignidade sexual; políticas públicas; proteção integral; prioridade absoluta.

INTRODUÇÃO

A temática a ser estudada consiste em uma análise da eficácia das políticas públicas de prevenção aos crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes. A partir do estudo do ordenamento jurídico brasileiro, percebe-se que, após incorporação dos princípios da prioridade absoluta e proteção integral da criança, foram sendo implementadas diversas normas de proteção destes delitos.

Todavia, conforme dados publicados em abril de 2021 pela Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (Disque 100), no ano de 2018 foram registrados 17.093 relatos de violência sexual, sendo 78,5% dos casos relacionados a abuso sexual, 15,7% referente à exploração sexual e 14,8% alusivos à pornografia infantil. Em 2019, também foram recebidas mais de 17 mil denúncias referentes à violência sexual, contabilizando nos últimos anos mais de 34 mil registros.

Por esta razão, tendo em vista o número crescente de casos e em proporção, muitas vezes, incompatível com a realidade fática, em razão do fenômeno da subnotificação, considerando a realidade persistente e de difícil identificação, pela forma oculta com que tais violações ocorrem, enseja na justificativa e importância do presente estudo acadêmico, levando em conta prioridade absoluta com a qual deve ser tratada a questão.

Verifica-se, assim, necessária e pertinente a presente pesquisa, pois tal cenário desemboca diretamente na vivência real e cotidiana de diversas crianças e adolescentes e, conseqüentemente, em seu núcleo familiar e sociedade como um todo, mecanismo inerente ao estudo do direito, cujo desenvolvimento é fundamentado no princípio da dignidade da pessoa humana.

Neste sentido, o estudo busca analisar como vem sendo aplicadas as normas de prevenção dos delitos que atingem a dignidade sexual infanto-juvenil e quais os desafios encontrados na sua efetivação por parte dos agentes integrantes da rede de proteção, com o objetivo de compreender se as políticas públicas atuais conseguem atingir de forma eficaz o público alvo (crianças, adolescentes e núcleo familiar).

Buscar-se-á identificar os mecanismos/formas de superar o desafio da subnotificação, a partir da compreensão dos empecilhos a serem superados pelo sistema de proteção no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, buscando fazer uma reflexão acerca da eficácia das políticas atuais de enfrentamento com base no estudo realizado. Tudo isto ante importância de ações preventivas no combate à crimes tais, na tentativa de que seja garantido o direito à dignidade (sexual) constitucionalmente previsto na Carta Magna vigente (art. 227, *caput*, Constituição Federal de 1988).

METODOLOGIA

Adotar-se-á para o desenvolvimento da pesquisa, o método dedutivo, eis que conforme Carolina Vargas Barbosa (2022) permite a análise de uma premissa maior, para que a partir do conhecimento geral se possa adentrar na premissa menor, qual seja: as normas de tutela da dignidade sexual de menores de idade. Por isso, no primeiro capítulo do trabalho desenvolver-se-á a discussão acerca da premissa genérica, qual seja, a análise da evolução histórica da proteção integral de crianças e adolescentes, afunilando a argumentação pela explanação acerca da legislação especializada, a ser abordada no segundo capítulo.

Por meio da metodologia empírica, observar-se-á a partir de dados fornecidos pelos órgãos competentes, a realidade criminológica brasileira no tocante aos crimes sexuais infanto-juvenis, na tentativa de se compreender os fenômenos jurídicos e sociais que influenciam na aplicabilidade das normas de proteção, além de verificar por meio de pesquisa de campo a realidade local da aplicabilidade de tais normas, na qual será utilizada a abordagem qualitativa. Para isso, realizou-se revisão de literatura a partir da pesquisa bibliográfica, de artigos científicos publicados na área, de documentos oficiais e obras jurídicas.

Ademais, além da revisão de literatura jurídica para construção argumentativa e compreensão do contexto e necessidade de melhor familiarização com a temática, será utilizada a abordagem qualitativa para verificação da validade dos argumentos jurídicos apresentados, como se observa no terceiro capítulo do trabalho, por intermédio da explanação

de dados extraídos de entrevista realizada com profissionais atuantes nas equipes multidisciplinares da rede pública de ensino municipal, a qual se deu mediante roteiro semiestruturado, possibilitando uma maior liberdade na condução dos questionamentos, cuja análise dos dados explanados servirá para a construção da reflexão acerca das dificuldades e potencialidades enfrentadas pela rede de proteção no enfrentamento de crimes desta espécie.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

É possível constatar que, ao longo dos anos, a legislação brasileira passou por mudanças relevantes no tocante ao enfrentamento da violência sexual de crianças e adolescentes, até chegar ao momento atual em que passou-se a tratar a problemática da violação da dignidade sexual de menores de idade como assunto de políticas públicas.

Todavia, verifica-se que, embora o arcabouço legislativo brasileiro seja considerado por muitos como o sistema de legislação de proteção à criança e ao adolescente mais avançado do mundo, tal aglomerado de normas carece de efetividade, tendo em vista o condicionamento de sua efetivação à aplicabilidade de um conjunto de políticas públicas, que envolvem um complexo conjunto de órgãos e agentes, que precisam trabalhar bem e em harmonia.

Não obstante, o recente Plano Nacional de Enfrentamento à Violência de Crianças e Adolescentes ainda encontra-se em fase de implementação, na busca por adequar o fluxo dos procedimentos operacionais entre os órgãos da rede de proteção, ampliação dos canais de notificação, processo de efetivação da garantia da escuta especializada, mobilização da sociedade civil e difusão do conhecimento por parte da população.

Neste sentido, para que se possa analisar a eficácia das normas de proteção, antes faz-se premente que estas sejam, de fato, aplicadas, o que ainda vem caminhando a passos lentos. Apesar do princípio da municipalização, que conferiu aos entes municipais maior responsabilidade na aplicabilidade destas políticas públicas, constatou-se pela pesquisa de campo realizada que a grande maioria dos municípios ainda não as põe em prática, tardando anos de desenvolvimento e dificultando o combate em relação aos crimes sexuais praticados contra menores de idade.

O desafio da subnotificação enfrentado pelo sistema de proteção se dá por diversos fatores, tais como falta de conhecimento por parte da sociedade acerca do papel dos órgãos integrantes da rede de proteção, cultura de proteção familiar do agressor, ausência de apoio familiar e normalização do abuso, os quais só poderão ser combatidos, primeiramente, a partir da difusão de conhecimento tanto das consequências da não punibilidade, como das formas de proteção existentes em favor da vítima e da parte denunciante.

Além disso, também é possível visualizar uma cultura de proteção do abusador, visto que diversas vezes a própria família, pelo vínculo afetivo, prefere apenas afastar a criança do convívio do agressor do que denunciá-lo às autoridades, descreditando as vítimas e dificultando o trabalho punitivo do estado, bem como a reparação dos danos sofridos pela criança ou adolescente violado em sua dignidade sexual.

De mais a mais, cabe mencionar que merece destaque a implementação das equipes multidisciplinares nas escolas por intermédio da Lei nº 13.935/2019. Pela análise das pontuações feitas durante as entrevistas, notou-se que existe também uma correlação entre a subnotificação e a realidade social em que estão inseridas as vítimas e o respectivo núcleo familiar, o que enfatiza ainda mais a importância da presença do assistente social na equipe multidisciplinar, por ser este agente capaz de identificar as diversas violações de direitos sofridas pelas crianças que são, muitas vezes, agravantes da situação de vulnerabilidade.

No entanto, não há como se falar em acesso à justiça e prioridade absoluta à tutela dos interesses da criança e o adolescente se a prestação jurisdicional ainda encontra barreiras,

sobretudo na morosidade das investigações, ao que se pode elencar diversas causas, desde a má prestação do serviço, até a falta de condições de trabalho que possibilitem o regular e célere procedimento das investigações.

Logo, compreende-se que para que a engrenagem da rede de proteção possa ter um bom fluxo de funcionamento e assim possa ser prestado o devido serviço jurisdicional, com o exercício do poder punitivo do Estado, é necessário garantir aos órgãos de proteção as condições mínimas necessárias para a realização de suas funções, bem como a fiscalização destes órgãos. Para além de mudanças legislativas, faz-se necessário fomentar a mudança cultural, a fim de que o enfrentamento não se dê apenas por parte do Estado, mas que em atendimento aos dispositivos constitucionais, as crianças e adolescentes sejam tratados enfim com absoluta prioridade também pela família e pela sociedade.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Caroline Vargas. **Metodologia da Pesquisa Jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2022.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Código Penal Comentado**. 10. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Direito e Políticas Públicas**. São Paulo: Saraiva Educação, 2023.

CUNHA, Rogério Sanches; ÁVILA, Thiago Pierobom de. **Violência Doméstica e Familiar Contra Crianças e Adolescentes**. Lei Henry Borel Comentários à Lei 14.344/22 artigo por artigo. São Paulo: Editora Jus Podivm, 2022.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário de 2019**. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Anuario-2019-FINAL-v3.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2022.

ROSSATO, Luciano Alves. LÉPORE, Paulo. **Manual de Direito da Criança e do Adolescente**. 2. ed. São Paulo: Editora Juspodivm, 2022.

A LUTA PELA TERRA NO ACAMPAMENTO JOSÉ MARIA DO TOMÉ: “AQUI NÃO TEM SÓ HOMEM, AQUI TAMBÉM TEM MULHER”

Francisca da Consolação de Sousa Freitas¹, aluna do curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: consolacao.freitas@fvj.br; Orientador: Jaks Douglas Uchôa Damasceno² (professor-mestre do curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: jaksdouglas@fvj.br).

RESUMO

O presente trabalho propõe-se investigar as práticas de participação das mulheres construídas na luta pelo direito à terra no Acampamento José Maria do Tomé, na Chapada do Apodi, Ceará. O acampamento constituiu-se como espaço de lutas e tensões travadas entre camponeses que vivem da agricultura familiar e empresas do agronegócio instaladas na região do Vale do Jaguaribe, a partir da década de 1990. As mulheres acampadas figuram como sujeitos participativos no processo de luta pelo acesso à terra e pela reforma agrária, enfrentando outros problemas históricos, como as desigualdades socioculturais e de gênero. Parte-se da análise de estudos acadêmicos referentes às seguintes temáticas: o conceito de direito à terra como direito humano, a função social da terra no Brasil, os movimentos sociais que lutam pela reforma agrária no país, o acampamento como fruto de um processo de ocupação de famílias sem-terra que se constitui num espaço de recriação das relações sociais e dos saberes, e, as mulheres acampadas como sujeitos participativos dos movimentos sociais que lutam contra desigualdades sociais, culturais e de gênero. A pesquisa demonstrou que as aprendizagens geraram novas relações familiares e deram voz às mulheres, sujeitos historicamente silenciados, mostrando ser construção social o que pensava-se ser “natural”: o espaço público e político não é lugar somente de homens, enquanto as mulheres não podem permanecer restritas ao âmbito privado e aos afazeres domésticos.

Palavras-chave: Direito à terra; Movimentos sociais; Mulheres camponesas; Relações de gênero.

INTRODUÇÃO

O trabalho acadêmico consolida-se como uma proposta de estudar a participação das mulheres na luta pelo direito à terra no Acampamento José Maria do Tomé, na Chapada do Apodi, Ceará, um espaço de lutas e tensões travadas entre camponeses e empresas do agronegócio instaladas na região do Vale do Jaguaribe, a partir da década de 1990. O confronto ocorre entre a prática da agricultura familiar existente na comunidade versus um

discurso neodesenvolvimentista que se difunde na região do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi, por meio das instalações de empresas de fruticultura voltadas para exportação, que disseminaram o discurso da empregabilidade em massa e melhoria das condições de vida dos trabalhadores e de suas famílias. O ambientalista José Maria Filho, da comunidade do Tomé, Limoeiro do Norte-CE, na Chapada, ao perceber que na prática o que ocorre é a expropriação territorial, exploração do trabalhador e prejuízos à saúde da população e ao meio ambiente, liderou a comunidade contra esse modo de produção, mas em represália, foi brutalmente assassinado em 21 de abril de 2010. O assassinato mobilizou a sociedade civil, política, acadêmica e religiosa da região, culminando, na madrugada de 05 de maio de 2014, na ocupação de uma área ociosa do Perímetro Irrigado Apodi, cujas terras estavam vinculadas ao DNOCS. A ocupação se deu por centenas de famílias das comunidades da Chapada, apoiadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e outros movimentos e organizações.

Neste cenário, as mulheres do Acampamento figuram como sujeitos participativos na luta pelo acesso à terra e pela reforma agrária, enfrentando outros problemas históricos, como as desigualdades socioculturais e de gênero existentes na sociedade eminentemente capitalista e patriarcal. As mulheres camponesas assumem importantes papéis nos movimentos de luta na chapada, construindo nesse processo práticas de autonomia em prol da justiça ambiental, da qualidade de vida e do reconhecimento como produtoras de saberes. Nessa perspectiva, ao tomar o gênero feminino como objeto de estudo, no contexto dos movimentos de luta, considerando-se as mulheres camponesas como personagens de vivências históricas e aprendizados individuais e coletivos, foi delimitado como objetivo geral desta pesquisa investigar as práticas de participação das mulheres construídas na luta pelo direito à terra no Acampamento Zé Maria do Tomé. Primeiramente são analisados o conceito de direito à terra do ponto de vista jurídico e a ideia de função social da terra incorporada na Constituição Federal de 1988 e, em seguida, apresentado o processo histórico dos movimentos sociais de camponeses Sem Terra no Brasil. Posteriormente, esboça-se o envolvimento das mulheres em movimentos rurais que ganharam destaque no país e que também foram essenciais para o alcance de conquistas legislativas por mulheres das áreas rurais em âmbito nacional. Por fim, é realizada uma abordagem do contexto histórico de surgimento do Acampamento José Maria e são analisadas as práticas de participação e resistência das mulheres camponesas Sem Terra e seus saberes produzidos nas vivências públicas e privadas.

MARCO TEÓRICO

A pesquisa acadêmica foi construída com fundamentação teórica em alguns autores para apresentar discussões históricas com relação ao conceito de direito à terra do ponto de vista jurídico, a ideia de função social da terra e o processo histórico dos movimentos sociais de camponeses sem terra no Brasil; abordar o envolvimento das mulheres em movimentos rurais brasileiros e que também foram essenciais para o alcance de conquistas legislativas por mulheres das áreas rurais em âmbito nacional; analisar o contexto histórico de surgimento do Acampamento Zé Maria do Tomé e das práticas de participação e resistência das mulheres camponesas Sem Terra e seus saberes produzidos nas vivências públicas e privadas. Dentre os autores, cabe elencar Gilbert (2013); Schwendler (2009); Reis (2012); Silva e Carvalho (2017); Araújo (1997); Maniglia (2009); Fideles Junior (2014); Paulilo (2009); Alencar, Carvalho e Mendes (2015); Lima (2019); Carvalho, Silva e Barbosa (2020); Brito, Carvalho e Costa (2020); Carvalho, Moreira e Souza (2020).

METODOLOGIA

No que diz respeito ao arcabouço teórico-metodológico foi empregada uma pesquisa metodológica documental, com uso de artigos científicos, dissertações, notícias online, Constituição Federal de 1988, Estatuto da Terra de 1964, Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (1979). Por conseguinte, foram apresentadas discussões conceituais sobre o direito à terra e a função social da terra no Brasil, abordagens históricas de movimentos que lutam pela reforma agrária no país e análises da constituição do acampamento dos sem-terra e da participação das mulheres nos movimentos de luta, tendo-se como referência o Acampamento José Maria do Tomé.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Esta pesquisa orientou-se pelo empenho de estudar a participação das mulheres na luta pelo direito à terra no Acampamento José Maria do Tomé, na Chapada do Apodi-CE, espaço este onde floresceu a resistência à lógica capitalista que destrói os sonhos e perspectivas de vida dos trabalhadores e trabalhadoras do campo. A privação ao acesso à terra pelas populações pobres deu origem a diversos movimentos sociais brasileiros que pleiteiam o direito à terra como um direito humano. O acampamento, originou-se nesse contexto de lutas como fruto do processo de ocupação de famílias sem-terra, constituindo um novo espaço de organização, cujas novas estratégias e ações implementadas implicaram em mudanças nos espaços, nas relações sociais e na construção de saberes.

No estudo referente ao conceito de direito à terra e à ideia da função social da terra em consonância com a Constituição Federal de 1988, como base para compreensão do processo histórico dos movimentos sociais de camponeses sem terra no Brasil, pode-se constatar o reconhecimento do país como um Estado Democrático de Direito que tem a função de transformação social para garantir as condições mínimas de vida digna aos indivíduos. No entanto, embora exista uma igualdade formal não há efetivamente uma igualdade real, não se reconhecendo o exercício de direitos constitucionalmente assegurados à população. Considerando-se a realidade social brasileira, há denúncias de violações aos direitos humanos em decorrência do não cumprimento das determinações constitucionais, desse modo o Estado não tem cumprido sua função, sendo falho no controle da função social da terra, visto que em muitas situações a propriedade rural é utilizada exclusivamente como um instrumento para gerar lucros, sem serem respeitados os dispositivos constitucionais e infraconstitucionais, a exemplo temos o desrespeito de grandes empresas à preservação do meio ambiente, promovendo o desequilíbrio ecológico e produzindo alimentos contaminados.

Com relação à análise do envolvimento das mulheres em movimentos rurais que ganharam destaque no Brasil e que resultaram em conquistas na legislação brasileira para as mulheres rurais do país, pode-se chegar ao entendimento que enquanto sujeitos excluídos de direitos, os Sem Terra constroem uma nova identidade coletiva, recriam experiências, conhecimentos e enfrentam o Estado, que pode vir a se tornar o seu garantidor de seus direitos. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, além de outros movimentos sociais, foram importantes para desnaturalizar a condição feminina e na conquista de direitos das mulheres trabalhadoras do campo, conduzindo à formação de novas relações de poder na sociedade e entre os gêneros. As mulheres passam a assumir ao lado dos homens papéis de liderança no processo de luta pelo acesso à terra e na organização do trabalho nos movimentos e acampamentos. A participação das mulheres na luta pela terra e pela reforma agrária constitui-se um projeto de transformação social, transitando do espaço de exclusão para o de conquistas, entre estas podemos destacar o reconhecimento da profissão de agricultoras, a conquista do salário-maternidade, da aposentadoria, assistência nos casos de acidente de trabalho, direito à sindicalização, direito ao benefício da reforma agrária e direitos relativos à saúde. Embora os

direitos sociais conquistados constitucionalmente pelas mulheres nem sempre representem o acesso efetivo pelas mulheres, mas são o ponto de partida para atenuar as situações de desigualdade social e de gênero. Neste sentido, identifica-se avanços a partir da atuação das mulheres nos movimentos, mesmo havendo ainda um longo caminho para se vencer as desigualdades sociais e de gênero.

Na abordagem sobre o contexto histórico de surgimento do Acampamento José Maria do Tomé na Chapada do Apodi-CE e as práticas de participação e resistência das mulheres camponesas Sem Terra acampadas, foi possível identificar as mulheres desenvolvendo práticas de autonomia. As mulheres aparecem participando da organização do acampamento, protagonizando papéis sociais no enfrentamento de problemas históricos, como desigualdades socioculturais e de gênero, tornaram-se defensoras da justiça social e ambiental, da qualidade de vida e das práticas de agroecologia. Defendem a saúde, a igualdade, a construção de saberes e a disseminação de novas aprendizagens, enfrentam a exclusão social e de gênero, reconstruindo-se no conflito e na desconstrução de papéis de gênero historicamente disseminados nos espaços públicos e privados.

A pesquisa propiciou identificar que a organicidade do MST dentro do acampamento influenciou as transformações ocasionadas nas vivências dos acampados, visto que o trabalho de base do movimento fundamenta-se na equidade entre homens e mulheres. As aprendizagens geraram novas relações familiares e deram voz às mulheres, historicamente silenciadas, mulheres e homens acampados aprendem que o espaço público e político não é lugar somente de homens, enquanto as mulheres não podem permanecer restritas ao âmbito privado e aos afazeres domésticos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Senado Federal.

Atividade Legislativa. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso: 02 set. 2022.

BRASIL. **Lei Nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm.

Acesso em: 05 out 2022.

GILBERT, Jérémie. Direito à terra como direito humano: argumentos em prol de um direito específico à terra. **SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos**, p. 121-143, 2013.

Disponível em: <https://biblioteca.corteidh.or.cr/tablas/r32491.pdf>. Acesso em: 10 set. 2022.

LIMA, Tânia Maria. Introdução. *In*: LIMA, Tânia Maria. **Marchas da infância: práticas educativas e discursivas de resistência das crianças do acampamento José Maria do Tomé Chapada do Apodi – CE**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central, Universidade do Estado do Ceará, Limoeiro do Norte, 2019. p. 20-31.

REIS, Rossana Rocha. O direito à terra como um direito humano: a luta pela reforma agrária e o movimento de direitos humanos no Brasil. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 86, p. 89-122, 2012, Tradução. Disponível em:

<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452012000200004>. Acesso em: 13 set. 2022.

SILVA, Mila Nayane da; CARVALHO, Sandra Maria Gadelha de. **Mulheres, aprendizados e lutas no acampamento José Maria do Tomé**. Curitiba: VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 2017. Disponível em: https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt04_resumoexpandido_1506913057_arquivo_resumosinga2017.pdf. Acesso em: 13 set. 2022.

VIOLÊNCIA DE GÊNERO E SEUS DIFERENTES CICLOS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

Gicele Pinto da Silva¹ (Aluna do Curso de Direito do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, E-mail: gicele.silva@fvj.br), Xeila Maiane da Silva Freitas² (Professora do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, E-mail: xeila.freitas@fvj.br).

RESUMO

A pesquisa aborda sobre a violência de gênero sofrida pelas mulheres nos mais diversos espaços públicos e privados, permitindo que este cenário faça com as mesmas se afastem de seus ciclos sociais. O estudo aponta ainda sobre como a lei nº 11.340/2006 se apresenta como fundamental para o cuidado com as mulheres, no que tange a sua integridade física, já que em muitos casos o óbito se faz presente. Levando em consideração estas informações, surge o devido objetivo de estudo, que busca: Discorrer sobre os fatores associados à violência contra a mulher, sob o norteamo da Lei nº 11.340/2006. Metodologicamente falando, faz-se uso de revisão bibliográfica de literatura com abordagem qualitativa, fazendo uso de livros, periódicos, monografias, teses, dissertações sobre o assunto que se faz presente. A pesquisa efetiva-se também por meio de uma abordagem qualitativa, já que aborda a realidade da sociedade. A lei nº 11.340/2006 aborda os mais diversos problemas de violência, mas ainda não atende a todos os problemas das mulheres, sendo necessário mais políticas públicas para proteger a sua figura e os que estão a seu redor, considerando que este problema de violência é de utilidade pública. A pesquisa conclui que este estudo não se limita a esta monografia, sendo necessário mais estudos a respeito, e, sobretudo, desenvolvidos por meio de uma pesquisa exploratória, entrevistando mulheres que já usaram medidas protetivas para se proteger.

Palavras-chave: lei nº 11.340/2006; Maria da penha; patriarcado; violência de gênero.

INTRODUÇÃO

A violência de gênero têm se apresentado como um dos problemas mais sentidos pelas mulheres, visto que tendem a deparar seus impactos em todos os cenários, ou seja, em casa, nas ruas, no trabalho e afins. E, compreende-se que este é um problema que reverbera por séculos, visto que a sociedade é devidamente patriarcal e os homens se sentem no direito de comandar a vida de uma mulher, sobretudo, quando falamos sobre relações amorosas.

Compreendendo os problemas com a violência contra a mulher, surge a Lei Maria da Pena. A Lei que é alcançada pela Maria da Penha é conhecida por Lei nº 11.340/2006 e considera cenários de violência físico, patrimonial, moral, psicológica e sexual. E, diante dos fatos narrados surge o seguinte problema de pesquisa, que busca entender: Como a Lei nº 11.340/2006 se apresenta fundamental no cuidado com a mulher diante da violência de gênero? A partir disto sujem os objetivos do estudo, sendo o geral: Discorrer sobre os fatores associados à violência contra a mulher, sob o norteamento da Lei nº 11.340/2006. Com relação aos objetivos específicos, estes buscam: Apresentar dados estatísticos sobre a violência de gênero; Identificar como a violência de gênero enraíza-se no seio familiar. Discutir sobre a violência de gênero e as especificidades da Lei nº 11.340/2006.

MARCO TEÓRICO

A sociedade ainda se apresenta com características intensamente patriarcal, mesmo com as mais diversas mudanças acontecendo no século XXI, onde as mulheres se inserem cada dia mais nos mais variados espaços. Neste sentido, identifica-se, por meio da atitude das pessoas, sobretudo, do gênero masculino, que existe um incômodo com a liberdade que amplamente vem sendo conquistada, por meio de muitos entraves, vale ressaltar. Velasco *et al.*, (2023) dizem que o ano de 2022, apenas no Brasil, bateu-se recorde de Femicídio, visto que a cada 6 horas uma mulher veio a óbito devido alguma discussão com seu companheiro. É possível entender que “o Femicídio é um crime de ódio praticado contra uma mulher pelo fato de ser mulher. Via de regra, não se trata de um ato isolado, mas do desfecho trágico de um continuum de violência que a vítima sofre ao longo da vida” (CARVALHO; BARRETO, 2021, p. 02). Assim, evidencia-se que é um problema sofrido pela mulher, independentemente de sua condição econômica. Não se trata de uma dificuldade de classe, mas sim de gênero.

METODOLOGIA

Para que esta pesquisa tenha êxito, desenvolve-se uma pesquisa de revisão de literatura bibliográfica, que faz uso de livros, periódicos, monografias, teses, dissertações e afins sobre o assunto que trata a temática deste estudo. De acordo com Moresi (2003) trata-se de um estudo interessante, considerando que apresenta diversas abordagens acerca do mesmo assunto, mas enfatiza que é uma metodologia que “fornece instrumental analítico para qualquer outro tipo de pesquisa, mas também pode esgotar-se em si mesma” (MORESI, 2003, p. 10). Entre as bases de dados utilizadas para se alcançar os estudos estão, *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), revistas diversas (impressas e on-line), leis e também Google Acadêmico. O estudo tem por abordagem o estudo qualitativo, visto que “a matéria-prima produzida por estes métodos - consistem de descrições detalhadas de situações, eventos, pessoas, interações comportamento observados; citações diretas das pessoas acerca de suas, experiências, atitudes, crenças e pensamentos” (MORESI, 2003, p. 70).

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Oliveira (2016) aponta alguns casos emblemáticos sobre violência de gênero, sendo relevante que estes continuem a serem explanados, como uma forma da sociedade perceber os problemas ainda vivido no século XXI acerca de cenários de possessão com o corpo feminino. Conforme apresenta Oliveira (2016) na matéria que abordar estes casos, a violência de gênero se faz presente por meio de espancamento, incêndio de corpo, golpes de facão e até mesmo cárcere privado. Posteriormente, é apresentado o caso da adolescente Eloá, que foi sequestrada, mantida refém e morta pelo ex-namorado que não aceitava o fim do namoro. O

caso em questão se faz necessário em ser abordado, considerando que recentemente foi reprisado pelo linha direta como um caso que poderia ter tido outro fim, que não a morte da jovem, considerando que as instâncias policiais poderiam ter tomado outra atitude no cuidado com a mesma. Outro caso que é importante considerar é o da Daniela Perez, vítima de Femicídio por causa de uma perseguição de seu agressor, companheiro de trabalho que por ela estava apaixonado. No caso em questão a vítima foi agredida em via pública, e as pessoas que presenciaram a situação não auxiliaram a vítima, que posteriormente foi assassinada. Cabe frisar esta informação porque toda sociedade tem o poder de auxiliar, denunciando os casos ou até mesmo interferindo (BARBOSA, 2022). Considerando os casos que se apresentam, conhecidos como emblemáticos, podemos enfatizar que alguns casos poderiam ter sido evitados se a Lei conhecida como Maria da Penha já estivesse em vigência. Isto porque, na maioria dos casos, houveram problemas que já poderia ter sido enquadrados em violência doméstica e resolvidos. Compreende-se que a Lei nº 11.340/2006 se apresenta como fundamental para garantir qualidade de vida e bem-estar de uma mulher que é submetida a situação de violência. O problema de pesquisa foi respondido, pois buscava entender como a Lei nº 11.340/2006 se apresenta fundamental no cuidado com a mulher diante da violência de gênero, e identifica-se que a partir desta é possível garantir que medidas sejam tomadas, a depender de cada tipo de violência sofrida pela mulher para segurança da mulher e distanciamento do agressor.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Juliana. **Gloria Perez diz ter visto corpo de Daniella intacto após exumação**. Metrôpoles, 2022. Disponível em:

<https://www.metropoles.com/entretenimento/televisao/gloria-perez-diz-ter-visto-corpo-de-daniella-intacto-apos-exumacao>. Acesso em: 20 mai. 2023.

CARVALHO, Luíze Maria Pacheco.; BARRETO, André Valente de Barros. Quem ama não mata-violência de gênero e Femicídio no contexto da cultura machista. **Revista Ciência em Evidência**, v. 2, n. 2, p. 146-167, 2022.

MORESI, Eduardo. **Metodologia da pesquisa**. Brasília: Universidade Católica de Brasília, v. 108, n. 24, p. 5, 2003. Disponível em: <http://www.inf.ufes.br/~pdcosta/ensino/2010-2-metodologia-de-pesquisa/MetodologiaPesquisa-Moresi2003.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2023.

OLIVEIRA, Elida. **G1 reúne mais de 4 mil notícias de violência contra a mulher em 10 anos**. G1, 2016. Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2016/08/g1-reune-mais-de-4-mil-noticias-de-violencia-contramulher-em-10-anos.html>. Acesso em: 12 abr. 2023.

VELASCO, Clara *et al.* **Brasil bate recorde de Femicídio em 2022, com uma mulher morta a cada 6 horas**. G1, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2023/03/08/brasil-bate-recorde-de-femicidios-em-2022-com-uma-mulher-morta-a-cada-6-horas.ghtml>. Acesso em: 10 abr. 2023.

FEMINICÍDIO: O PAPEL DA SOCIEDADE PARA PREVENI-LO COM O APOIO DAS LEIS QUE GARANTEM A SEGURANÇA DA INTEGRIDADE FÍSICA E PSICOLÓGICA DA MULHER.

Girlania Rafael da Silva¹ (aluna do curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: girlania2011@hotmail.com); Orientadora: **Xeila Maiame da Silva Freitas**² (professora Especialista do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ).

RESUMO

O processo de formação histórico-sociológico da sociedade em geral foi calcado na figura do indivíduo fisicamente mais forte. Levando a firmar-se em uma estrutura patriarcal que culmina no domínio social ou de poder social (ou poder real) centralizada no homem ou no masculino, submetendo, assim, as mulheres a situações de vulnerabilidade ao sentimento de posse e controle em função do descaso, desprezo e sentimento de inferioridade ao gênero feminino. A presente monografia objetiva analisar o contexto de construção do patriarcalismo, a dimensão jurídica do fenômeno do feminicídio, formas e manifestações da violência de gênero, legislações nacionais e internacionais de defesa ao público feminino acompanhado de políticas públicas que permitam garantir a integridade física e psicológica da mulher por meio de estudos doutrinários (conceituais e históricos), legislativos e jurisprudenciais acerca da correlação entre insegurança do gênero, movimento feminista, redes de apoio e proteção etc., a fim de identificar a evolução do amparo social e formal contra a violência sistêmica e abusos. Esse ambiente de insanidade, agressões e perseguições recebeu sua mais notável e honorífica resposta no âmbito interno do território brasileiro com a aprovação e publicação da Lei nº 11.340/06, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, com a finalidade de coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. O problema é voltado ao agrupamento de vítimas sem vez e sem voz que, por conta da sensação de insegurança, silenciosamente são espancadas e ultrajadas, temendo procurar ajuda do poder público e das autoridades para, através dos instrumentos legais, socorrer e resguardar a sua integridade e a sua vida. Nota-se que o objetivo da pesquisa fora atingido, uma vez que visava analisar a formação patriarcal, as impressões jurídicas sobre a violência contra a mulher e as leis e instrumentos de prevenção ao feminicídio.

Palavras-chave: Patriarcalismo; Feminicídio; Maria da Penha; Violência doméstica.

INTRODUÇÃO

A sociedade historicamente foi construída e fundamentada sobre domínio patriarcal, culminando em uma estrutura de poder centralizada no homem, submetendo, assim, as mulheres a situações de vulnerabilidade ao sentimento de posse e controle dos homens em função do descaso da inferioridade do gênero feminino quando comparado ao masculino, podendo ser caracterizado como processo de objetificação ou coisificação do outro.

Esse contexto histórico estrutural compactua de forma direta com os casos de agressões físicas e psicológicas dos homens para com as mulheres em razão do seu gênero, categorizando-se nos casos mais graves, onde há o intento direto contra a vida da vítima, ou seja, no crime de feminicídio, seja ele tentado ou consumado.

É necessário discernir e refletir sobre a cultura do machismo, meios para combater a misoginia e costumes patriarcais enraizados, que continuam atravessando os séculos e atingindo a sociedade no presente.

A presente pesquisa analisará o desenvolvimento do domínio do homem sobre a classe feminina, circunstâncias e fatores que o subsidiaram durante o decorrer do tempo, assim como verificar o significado de violência e os tipos de violência previstos na legislação vigente, casos memoráveis de feminicídio e os normativos legais que visam proteger a integridade, denotando-se, ainda, sobre a rede de apoio do poder público cujo ímpeto é amparar as vítimas da violência de gênero.

Ademais, dialogar-se-á sobre os mandamentos legais que buscam dar proteção jurídica a classe feminina, citando, além da Constituição Federal, diplomas constituídos nacionalmente (dentre os quais o que alterou o CP e instituiu o feminicídio como qualificadora nos casos de homicídio) e convenções internacionais sobre direitos humanos da mulher ratificadas pelo Brasil, bem como realizando uma abordagem sintética sobre o movimento feminista de modo a conferir o objeto de luta desta representação social.

Buscar-se-á dessa forma analisar o conteúdo legislativo e jurídico no tocante à regulamentação de normas e instrumentos legais, bem como as ações executadas pelo poder público e seus respectivos órgãos de segurança, enfatizando, sobremaneira, as etapas do ciclo do abuso. Discutir-se-ão os efeitos e as consequências provocadas pelo cumprimento das leis e o papel que órgãos públicos desempenha para a prevenção desse crime hediondo.

METODOLOGIA

Em se tratando da metodologia adotada, usar-se-á as pesquisas bibliográfica e documental. Em relação à primeira, serão analisadas obras que tratam sobre o assunto em exame, especialmente de autores como Pierre Bourdieu e Maria Berenice Dias. Já com relação à documental, a pesquisa enfatizará espécies normativas como a Lei nº 11.343/06 (Lei Maria da Penha) e outros diplomas processuais, buscando discorrer sobre os dispositivos legais voltados para defender a integridade física e psíquica da mulher, além de decisões jurisprudenciais acerca do feminicídio, de modo a identificar sua natureza jurídica.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Tendo em vista que o índice de violência contra a mulher se tornou recorrente no dia a dia, a sociedade através de seus representantes e o poder público sancionaram leis e instituíram medidas públicas importantes para a prevenção e repressão à violência contra a mulher. Promulgou-se espécies normativas protegendo a intimidade no ambiente virtual, alterações de prazos prescricionais para apresentar denúncias contra crimes sexuais

envolvendo crianças e adolescentes, além de garantir o amplo e irrestrito acesso ao sistema de saúde, bem como tornando o feminicídio qualificadora nos casos de homicídio e tornando-o crime hediondo.

Além disso, foram ratificadas convenções internacionais de proteção aos direitos humanos das mulheres pelo Brasil. Com isso, institucionalizou-se redes de apoio como Centros Especializados de Atendimento à Mulher voltados ao oferecimento de abrigos às vítimas, oferecimento de serviço psicossocial e orientações jurídicas e direcionamento aos órgãos legais e competentes, no mesmo sentido do serviço prestado pela Secretaria de Políticas para Mulheres do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Deste modo, conclui-se que o objetivo da pesquisa (conhecer e compreender o ciclo de violência contra a mulher e políticas e leis de prevenção e combate ao feminicídio) foi atendido, identificando a construção patriarcal no decorrer da história e sua influência na sociedade, a expressão da violência decorrente do domínio masculino, com exposição de dados sobre mortes por motivo de gênero e as leis e instrumentos adotados para prevenir e enfrentar o fenômeno do feminicídio.

ERROS JUDICIAIS NA ESFERA PENAL E A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO

Guilherme Alves Pereira¹ (Aluno do Curso de Direito do Centro Universitário Vale do Jaguaribe E-mail: guilherme.pereira@fvj.br; Orientador (a): José Fernando Pereira de Lima Neto² (Professor do Centro Universitário Vale do Jaguaribe) E-mail: fernando.neto@unijaguaribe.edu.br

RESUMO

Analisa-se na presente monografia, apresentar o conceito de Erro judiciário, especificamente dentro do campo do direito penal e processual penal, pois o objeto principal do estudo realizado visa analisar a repercussão do erro já consumado, na vida daquele indivíduo que teve a privação de sua liberdade de forma injusta. A princípio, abordarei a relevância principiológica dentro do contexto de condenações criminais errôneas e equivocadas, cometidas por grotescas falhas do poder jurisdicional estatal, abordando ainda, os princípios basilares que asseguram o direito à liberdade individual, que são o princípio da dignidade da pessoa humana, princípio da presunção de inocência, do devido processo legal e o princípio da ampla defesa e do contraditório. Outrossim, com base no referencial teórico, será analisado as principais causas que ensejam em condenações injustas, com ênfase nas confissões forçadas, abuso de autoridade, perícias imprecisas no processo penal, e das falsas acusações, e no erro no reconhecimento do autor de crime. Por fim, será exposta a responsabilidade extracontratual do Estado, e o dever de indenizar às vítimas desse sistema que ainda apresenta graves falhas nos atos jurisdicionais, bem como a repercussão na vida do indivíduo posteriormente aos danos que lhe foram causados, e ainda, será apresentada possíveis soluções para amenizar a ocorrência dos erros judiciários.

Palavras-chave: Erro judiciário; Inocência; Reparação; Prisão Injustas.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho a ser explanado tem por objetivo geral analisar as falhas por parte do poder judiciário brasileiro, especialmente no âmbito criminal, vez que acaba se

restringindo à liberdade daqueles que são inocentes de forma totalmente equivocada. Sob essa perspectiva, será analisado a responsabilidade objetiva do Estado, com fundamento do artigo 37, § 6, da Constituição Federal.

O conteúdo apresentado buscará apontar as causas, circunstâncias, que levam o Estado a cometer inúmeros tipos de abusos e arbitrariedades, a ponto de se chegar a ferir preceitos fundamentais relacionados à dignidade da pessoa humana, esculpidos no art. 5º Constituição Federal de 1988.

Segundo Lorena Gomes de Moraes (2021) o “*erro judiciário*” na seara criminal se trata de prática de ato específico, quando a prestação jurisdicional não é entregue ao indivíduo, tendo a demora lhe causado efetivo prejuízo, sendo passível de reparação e indenização à luz do artigo 630 do Código de Processo Penal, e ainda sob a perspectiva da teoria do risco administrativo.

Dito isso, é importante frisar que, o Estado, enquanto garantidor da ordem e da paz social dentro do estado democrático de direito, deve ser responsável objetivamente na exata medida de alguma injustiça que venha prejudicar à vida ou liberdade de seus indivíduos. Além disso, o Estado tem o dever de proteger os direitos fundamentais dos cidadãos, ou seja, todos aqueles esculpidos no art. 5º da Constituição Federal, dentre outras garantias decorrentes de tratados internacionais.

Para mais, a situação se torna mais evidente quando fazemos a ligação direta com o teor do art. 37, § 6, inclusive já mencionado acima, que impõe a responsabilidade objetiva para o Estado, de modo que isto incentiva seus agentes a agirem com maior cuidado e diligência em suas atividades, pois sabem que poderão ser responsabilizados pelos danos que possam causar, haja vista a inteligência do direito de regresso contido do mesmo dispositivo legal.

MARCO TEÓRICO

O sistema de justiça visa garantir a proteção dos direitos individuais e a administração de justiça, de modo que, os erros judiciais podem ocorrer e resultar em decisões totalmente equivocadas, sendo que haverá consequências significativas na vida daqueles que foram prejudicados. Nesse contexto, cabe ao Estado promover a devida reparação decorrente dos atos praticados por seus agentes, bem como a própria CF/88 garante e atribui esse dever legal.

No bojo do presente trabalho, foram analisadas as principais causas que são fatores determinantes para a restrição da liberdade dos indivíduos, na qual destacam-se confissões forçadas, abuso de autoridade estatal, perícias imprecisas ou inconclusivas, falsas acusações e ainda, o erro de autoria de crime. A partir das causas que foram identificadas, conclui-se que parte delas decorre da falha ou do abuso da conduta humana, logo, através de efetivas políticas públicas é possível que haja uma redução no número de casos que envolvam erros judiciários, especificamente dentro da esfera penal, e ainda, uma vez já cometido o erro judiciário, o Estado deve auxiliar na recuperação do indivíduo prejudicado, não somente no aspecto indenizatório, mas também na reconstrução familiar e a afetiva

METODOLOGIA

A metodologia do presente trabalho monográfico é a pesquisa exploratória sobre o assunto, com base na sólida doutrina processual penal, bem como a consulta de artigos científicos que explanam a temática sob análise, e ainda a legislação vigente. Diante disso, foi possível determinar as principais causas que ensejam em erros judiciários na esfera penal, bem como através do vasto acervo doutrinário foi verificado a relevância dos princípios

processuais constitucionais dentro do tema (NUCCI, 2015). E por fim, verificar a responsabilidade extracontratual estatal, e o dever de promover a reparação decorrente dos erros provocados, e ainda, possíveis meios para reduzir os erros judiciários.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Diante do exposto, observa-se que os erros judiciários ameaçam diretamente ao sistema de justiça criminal, à confiança pública e aos direitos dos indivíduos. Compreender o conceito, e as causas desses erros judiciais (já elencados acima) é fundamental para promover novas reformas dentro do direito criminal. Ademais, faz-se necessário que os agentes do sistema de justiça (juízes, promotores, defensores, policiais) sejam conscientizados sobre tais erros e adotem medidas proativas para preveni-lo, bem como aprimorando a qualidade das investigações, o treinamento profissional, transparência processual, a fim de que sejam preservados os direitos fundamentais dos indivíduos.

REFERÊNCIAS

NUCCI, Guilherme de Souza. **Princípios constitucionais penais e processuais penais**. 4. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense Ltda, 2015.

Caderno de pós-graduação em direito: **erro judiciário em matéria penal** / coordenador, Lilian Rose Rocha Lemos – Brasília: CEUB: ICPD, 2021.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 35. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

DO COUTO, Almiro et al. **A responsabilidade extracontratual do Estado no direito brasileiro**. Revista de Direito Administrativo.

MÉTODOS E SOLUÇÕES DE CONFLITOS E SUA EFICIÊNCIA EM CAUSAS DE DIVÓRCIO

Henrique Augusto Monteiro Coelho¹ (Aluno do Curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. e-mail: henriquemonteiro.hamc@gmail.com, Alfredo Narciso Neto², Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: alfredonarcisojuridico@gmail.com).

RESUMO

O matrimônio pode ser descrito como uma união estabelecida entre duas pessoas, mediante a definição estipulada por um conceito público, social e político perante a sociedade. De acordo com o § 1º e 2º do artigo 226 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, onde tal disponibiliza sua prática legal. Esta pesquisa irá propor métodos de soluções de conflitos para as causas relacionadas às ações de divórcios. Com isso, pretende-se analisar a problemática causídica instaurada no Direito Brasileiro referente a este tema, tendo em vista que o conflito entre as partes é uma figura que se ambienta em seu meio e por tal modo se torna um poderoso empecilho em uma futura negociação amigável de todas as partes que pertencem neste ato relacionado ao direito de família. Assim, esta pesquisa tem o intuito de apresentar os meios, onde as práticas de soluções de conflitos podem se encaixar e mostrar como sua prática e métodos podem ser úteis perante a problemática de divórcio, utilizando pesquisas em ambientes virtuais e literários existentes.

Palavras-chave: Conflitos; Matrimônio; Métodos; Soluções.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo propor métodos de soluções de conflitos para as causas relacionadas às ações de divórcios. Com isso, pretende-se analisar a problemática

causídica instaurada no Direito Brasileiro referente a este tema. Assim, pode-se propor como umas das espécies de métodos, a mediação que será discutida com o decorrer deste estudo, além de ser informado o modo como este tipo de solução de conflito pode se encaixar nas situações que enquadram as ações de divórcio, e o quão útil ou eficaz esse tipo de solução de conflito pode ser para as espécies de divórcio.

O matrimônio pode ser descrito, como uma união estabelecida entre duas pessoas, mediante a definição estipulada por um conceito público, social e político perante a sociedade. De acordo com o § 1º e 2º do artigo 226 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, onde tal disponibiliza sua prática legal. Onde este artigo define e estabelece os tipos de casamento em que se é reconhecido legalmente e como pode se ter a sua prática.

Neste trabalho também será discutido as espécies de divórcio, em modo de que se possa entender o estilo de dissolução do matrimônio, e como é a forma mais adequada de se obter um divórcio mais amigável entre uma tentativa de conciliação ou mediação no âmbito do divórcio, em prol de se facilitar e explicar como uma ação de divórcio nos meios de mediação pode se obter um acordo.

Além de mencionar os métodos de mediação familiar, que dentro do conceito apresentado no trabalho é essencial. Para garantir o êxito de se obter o melhor tipo de acordo, a fim de garantir a resolução do conflito foi solucionada da melhor maneira possível para os entes que pertencem ao meio familiar.

O que compete e se compõem dentro do meio familiar é de grande importância dentro da pesquisa sobre os meios de mediação no âmbito do divórcio, pois a família é o pilar da sociedade e entender como o meio familiar é e a sua importância deve ser contextualizada, assim a manutenção do meio familiar é mais do que necessário ser discutida para as formas de mediação.

Com isso, o divórcio representa o rompimento definitivo de forma legalizada do casamento civil, tal qual é uma forma de dissolução de contrato social, sendo esta prática recorrente no âmbito legal, onde se conclui uma situação que abrange algumas formas diferentes de ruptura do matrimônio.

MARCO TEÓRICO

Desde antes da sociedade moderna, a instituição do casamento é reconhecida pelo âmbito religioso como uma união indivisível e indissolúvel, pois no costume católico por exemplo é vedado pela igreja a prática do divórcio em sua maioria, pelo motivo de a representação familiar ter como pilar o matrimônio entre o homem e a mulher.

Dessa forma, de acordo com o Cristianismo, que é uma religião centrada na vida e nos ensinamentos de Jesus de Nazaré, considera que o casamento é composto por um homem e uma mulher, na qual é estabelecida uma união com a benção da igreja.

Em religiões diversas existem outras interpretações da instituição do casamento, como na religião hindu que geralmente há ainda a prática do casamento arranjado entre as famílias dos cônjuges ou também como fato costumeiro sobre a religião muçulmana é a prática de poligamia em alguns dos casos.

O conceito de matrimônio é entendido como o início das relações dos seres humanos, ou seja, de modo em que um casal irá se unir e posteriormente constituir uma família, sendo essa a forma basilar das instituições familiares conhecidas no direito brasileiro, ao qual a manutenção deste tipo de relação é a forma ideal para se evitar conflitos no meio familiar.

Dessa forma, o matrimônio é afirmado como a união de um casal legalmente conforme as regras sociais e jurídicas, o matrimônio é o início de uma estrutura familiar já tradicionalmente constituída em toda a sociedade, sendo essa a ideia na qual a família Brasileira necessita ser preservada, com isso, a defesa deve supostamente ser feita pela

manutenção e pelo respeito da prática do matrimônio por qualquer representante do meio familiar.

De antemão a sociedade, não seria conhecida como uma civilização mais humana, se não houvesse a manutenção do amor familiar e com o seu início em um matrimônio devidamente mantido aos moldes de uma base anteriormente estruturada de ambos os indivíduos participantes do casal.

Dessa forma, o conceito de casamento já existente em toda a sociedade deve ser garantido como uma entidade que tem a obrigação de ser respeitada e mantida, mas também a mesma precisa ser modernamente introduzida para as novas gerações que irão se introduzir nessa sociedade em que está vigorando. Conforme são descritos os entendimentos sobre o casamento, o conceito deste como já afirmado por Diniz (2007) o casamento é o vínculo jurídico entre um homem e a mulher que visa o auxílio mútuo material e espiritual, de modo que haja uma integração fisiológica e psíquica e a constituição de uma família.

A visão comumente gerida pela massa da sociedade moderna em relação aos costumes do casamento civil ainda é considerada recente pelo povo brasileiro, sendo este o fato do casamento no século passado ter como sua maioria o casamento religioso, dessa forma, nota-se que alguns integrantes desse todo ainda possuem certos tipos de preconceitos em relação ao casamento civil e ao divórcio.

O conceito de casamento, é entendido como uma formalização ou a legalização de uma devida união matrimonial de seres sexual (pessoas de sexos opostos), de modo em que no mundo atual, esse conceito poderá ser atualizado de forma em que o casamento já pode ser de pessoas do mesmo sexo, pois a esfera familiar é entendida pelo amor entre os indivíduos que à constituem.

Por este sentido o conceito de casamento por indivíduos do mesmo sexo ou gênero, pode ser definido como casamento homoafetivo ou igualitário. De acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o casamento homoafetivo é digno de proteção do Estado igualmente aos casais hetero, tendo em vista que o que deve ser levado em consideração é o vínculo que assegura de forma jurídica às famílias.

METODOLOGIA

Foi realizada a observação, procedimentos teóricos, estudos experimentais, pesquisa contextual, entrevista e entre outras.

Para a concepção da pesquisa, foi feito um levantamento em fontes de pesquisas como: Biblioteca da Universidade, Google Acadêmico, Biblioteca Digital ACM e Biblioteca Digital IEEE. Esta busca foi realizada com o intuito de encontrar livros e artigos que sejam correlacionados à respectiva pesquisa, com o objetivo de buscar um diferencial para o estudo que está sendo realizado.

Foi estudado os problemas para poder prever soluções que são existentes, com o objetivo de propor a mais adequada para um determinado conflito.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O que se concerne sobre os meios de mediação nos casos de divórcio é a solução que pode ser gerada de maneira menos conturbada para com o casal, assim o devido direito das partes será efetuado em estilo de se não necessitar algum desgaste caso se prolongue nos meios judiciais, fazendo com que o direito das partes seja tem sua garantia mais rapidamente em virtude dos meios de mediação.

Assim como uma forma de se observar as vantagens e seus benefícios na mediação aduz Tartuce (2018) “Nessa medida, a vantagem da mediação sobre outros métodos é

permitir, caso as pessoas assim o desejem, a continuidade da relação em uma perspectiva de futuro.”

Em virtude disso, é de grande importância que os métodos e soluções de conflitos se interagem nesses tipos de situação, para propor um meio de diálogo em que os indivíduos não fiquem em constantes desacordos e grandes etapas de soluções de conflitos podem reaver a paz em um meio familiar, sendo menos aceitável para com os entes mais vulneráveis neste tipo de caso.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Senado Federal. Atividade Legislativa. Disponível em:

https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988_atual/_134_.asp. Acesso em: 18 fev. 2023.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: direito de família**. São Paulo: Saraiva, 2008.

TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos conflitos civis**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

CYBERBULLYING, INSTIGAÇÃO E INDUZIMENTO AO SUICÍDIO: SUA OCORRÊNCIA NO USO INDEVIDO DAS REDES SOCIAIS POR MENORES DE IDADE

Iara Vitória Batista Lima¹ (aluna do curso de Bacharelado em Direito da UNIJAGUARIBE – Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: iara.lima@fvj.br); Orientadora: **Cleidiany Kelly Silva Cavalcante**² (professora-especialista do Curso de Bacharelado em Direito da UNIJAGUARIBE – Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: cleidiany.cavalcante@unijaguaribe.edu.br).

RESUMO

Esse estudo tem como objetivo entender a relação dos menores de idade com as mídias sociais sem a orientação de seus responsáveis, o que pode ensejar com o *cyberbullying* contra esses indivíduos, bem como a instigação e o induzimento ao suicídio. Com o passar do tempo a internet vem se tornando cada vez mais um meio de comunicação utilizado na sociedade. Através dela muitas facilidades foram trazidas, bem como uma nova forma de cometer crimes, os quais são conhecidos como crimes cibernéticos. O *cyberbullying*, como um dos crimes cibernéticos, deve receber atenção especial, pois afeta diretamente crianças e adolescentes. Além disso, esses indivíduos podem ser ainda mais afetados quando esse tipo de violência virtual vem a se relacionar com a instigação e o induzimento ao suicídio, os quais são crimes de acordo com o Código Penal brasileiro. Não apenas sendo um assunto de importância jurídica, como também psicológico e social, aborda-se nesse projeto como a lei, a qual deve garantir a segurança de todos os indivíduos sob sua tutela, bem como a família e a sociedade devem proteger os indivíduos em formação.

Palavras-chave: *Cyberbullying*; Crianças e adolescentes; Proteção parental. Instigação e induzimento ao suicídio; Redes sociais.

INTRODUÇÃO

A vida online passou a ser tão comum e frequente na sociedade atual, que torna-se impossível falar de internet sem citar o quanto essa ferramenta pode influenciar a psique toda uma geração. Através de mídias sociais como *Tik Tok*, *Instagram*, *Facebook* e *Twitter* são alterados pensamentos, regras sociais, moda e vários outros fatores que rodeiam a sociedade.

Devido a essa ascensão do mundo virtual, até mesmo o que não deveria estar em nosso meio tomou outras proporções e espaços novos nas mídias sociais, como é o caso dos crimes cibernéticos.

Todavia, é imprescindível citar que jovens, por serem a maioria na rede virtual, vêm se tornando alvos de um crime cibernético muito recorrente que é o *cyberbullying*, o qual caracteriza-se como uma agressão psicológica continuada no espaço virtual.

Vem a ser algo ainda mais alarmante quando nota-se que esse grupo está uma fase da vida crucial e rica em mudanças físicas, psicológicas e de identidade. Portanto, devido a esse acesso frequente a internet, bem como o momento atual que crianças e adolescente vivem, estes mostram-se mais vulneráveis a esse tipo de agressão online.

Devido a isso, várias consequências preocupantes podem ocorrer. Com sua capacidade social e contornos de identidade ainda sendo formados, estar exposto a esse tipo de agressão pode fazer com que crianças e adolescentes tenham diretamente afetados o seu desempenho na escola, sua capacidade de socializar e a ocorrência de diversas doenças psicológicas.

Dessa forma, investiga-se como a internet pode influenciar toda uma sociedade jovem que se mantém atual e conectada à rede. Além de visualizar que crimes como o *cyberbullying* podem afetar uma geração inteira, trazendo danos psicológicos muitas vezes irreversíveis.

Cabe frisar que esse tipo de violência costuma iniciar-se com provocações a honra e dignidade do menor de idade e chegar a pontos extremos como a instigação e o induzimento ao suicídio. Em casos mais graves, a vista erroneamente como "brincadeira" pode levar pessoas em pouca idade a medidas extremas como tirar a própria vida.

De acordo com isso, entende-se como objetivo principal desse projeto aprofundar-se no entendimento atual das diversas nuances da internet, como através desta podem ser cometidos diversos crimes virtuais como o *cyberbullying* e o que vem a ser isto, como este age na nossa sociedade atual, de que forma o Estado deve preparar-se para atender as demandas sociais e como a sociedade e a família devem se portar para proteger essa e a futura geração de crimes cibernéticos através de um melhor entendimento e educação.

MARCO TEÓRICO

Serão avaliadas as definições de *cyberbullying* de acordo com Guilherme Wendt e Carolina Lisboa (2013), definições e classificações de instigação e induzimento ao suicídio tanto antes quanto depois do Pacote Anticrime de acordo com os autores Rogério Greco (2022) e Fernando Capez (2012), *cyberbullying* na adolescência com o autor Hugo Tavares (2012) e, por fim, definições de como pais e responsáveis vêm orientando o uso da internet de crianças e adolescentes segundo Talita Grizólio e Fabio Scorsolini-Comin (2020).

METODOLOGIA

Para constituir a pesquisa será utilizada a revisão bibliográfica no que compete monografias, teses de dissertação, periódicos de revistas e congressos acerca do tema. Além disso, também

serão utilizados documentos como a o Código Penal e o Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como lei de âmbito municipal.

RESULTADO E CONCLUSÕES

Na infância é quando se aprende a maioria das capacidades que serão levadas à vida adulta, ao passo que na fase da adolescência é quando muitas certezas e dúvidas, sejam sobre si mesmo ou sobre o mundo ao redor, são criadas. Dessa forma, esses vêm a ser momentos delicados na formação de cada indivíduo.

Tendo isso em vista, a internet quando não é um ambiente regrado para esses indivíduos torna-se um local perigoso. Entretanto, o seu acesso só vem sendo aumentado cada dia mais, sobretudo após a fatores como a COVID-19, que fez essa ferramenta ser de grande utilidade para os afazeres da vida social.

É de imprescindível necessidade que a lei brasileira acompanhe esse novo fenômeno. Algumas medidas para isso já foram tomadas, como o a Lei N° 93/2017 do município de Araras/SP ou com a Lei N° 13.946 de 2019, o chamado Pacote Anticrime. Entretanto, a lei que abarca especificamente o *cyberbullying* está apenas em âmbito municipal, enquanto a lei nacional faz ajustes e complementos à legislação penal vigente que é datada de 1940.

Como demonstra o Projeto de Lei 2630/2020 muito há o que se discutir acerca da necessidade de criação de leis específicas para crimes no ambiente virtual. Por mais que a lei esteja acompanhando esses crimes no que diz respeito a matéria destes, ainda precisa estar especificamente ligada ao espaço em que eles estão sendo cometidos, o qual seja o espaço virtual.

Não apenas mudanças na legislação vigente são necessárias para acompanhar o mundo tecnológico, mas há também mudanças culturais que precisam ser discutidas, como o entendimento de muitos que a criança é apenas um “pequeno adulto”, o que não é verdade.

Questiona-se, inclusive, se são viáveis instrumentos como a Justiça Restaurativa para punição daqueles que praticam o *cyberbullying*. Concluindo-se, portanto, neste trabalho que cabe visualizar como o ordenamento jurídico brasileiro lida com crimes virtuais, sendo como meio de lidar com isso a criação de leis específicas para esse tipo de conduta. Além disso, não é apenas dever do Estado proteger as crianças e adolescentes, mas também da família e da sociedade nas quais estes fazem parte. Muito além de um meio de convivência em grupo e educação psicossocial, econômica e política, a sociedade e a família, respectivamente, devem tratar para que seus seres em desenvolvimento possam fazer crescer da forma mais correta e saudável possível, seja para sua integridade física ou para sua psique.

Por fim, ressalta-se o questionamento de se os projetos de lei em debate, como a PL 2630 de 2020, já são um primeiro passo importante para o direito integrar-se a atualidade das mídias sociais, afinal trata-se de uma lei específica para o acompanhamento do fenômeno tecnológico.

REFERÊNCIAS

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal, volume 2, parte especial**: dos crimes contra a pessoa a dos crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos (art. 121 a 212). São Paulo: Saraiva, 2012.

GRECO, Rogério. **Curso de direito penal: volume 2: parte especial**: artigos 121 a 212 do código penal. Barueri: Atlas, 2022.

GRIZÓLIO, Talita Cristina; SCORSOLINI-COMIN, Fabio. Como a mediação parental tem

orientado o uso de internet do público infante-juvenil?. **Psicologia Escolar e Educacional**, [S.L.], v. 24, p. 1-10, 09 jan. 2020.

TAVARES, Hugo. Cyberbullying na adolescência. **Nascer e Crescer revista de pediatria do centro hospitalar**, Porto, v.21, n.3, set. 2012. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0872-07542012000300016. Acesso em: 15 mar. 2023.

WENDT, Guilherme Welter; LISBOA, Carolina Saraiva de Macedo. **Agressão entre pares no espaço virtual: definições, impactos e desafios do cyberbullying**. *Psicologia clínica*. Rio de Janeiro, v.25, n.1, p.73-87, jul. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652013000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 mar. 2023.

O PRÉ-CONCEITO CRIADO PELA LEI DE DROGAS: UMA ANÁLISE DA SUBJETIVIDADE NA DIFERENCIAÇÃO DE UM USUÁRIO DE DROGAS E UM TRAFICANTE

RESUMO

A legislação brasileira sobre drogas (Lei 11.343/2006) tem como objetivo regular as diretrizes para a prevenção e combate ao tráfico e consumo de drogas, além de propor ações para o resgate de usuários e dependentes. Contudo, a lei tem sido alvo de críticas, especialmente quanto à sua capacidade de distinguir entre consumidores e traficantes. Frequentemente, essa diferenciação é realizada com base em critérios subjetivos, o que pode perpetuar preconceitos e injustiças sociais, reforçando estereótipos e comprometendo os princípios de justiça e equidade. Nesse contexto, este estudo busca examinar a subjetividade na Lei de Drogas (Lei 11.343/2006) no que tange à diferenciação entre usuário e traficante, bem como seus impactos nas decisões judiciais no Brasil, com o propósito de sugerir melhorias para a legislação que possam promover maior objetividade e justiça na abordagem do tema. Com isso, surge a questão de pesquisa: como a falta de clareza na Lei de Drogas (Lei 11.343/2006) na diferenciação entre usuário e traficante influencia a consistência e a justiça nas decisões judiciais no Brasil, como isso pode reforçar preconceitos e estereótipos sociais no manejo das

questões de drogas e que ações podem ser implementadas para aumentar a objetividade e justiça na aplicação da lei? A abordagem metodológica consiste em uma revisão de literatura, com base em múltiplos estudos acadêmicos e alguns casos práticos. O exame centrou-se na interpretação e síntese das informações coletadas, a fim de aprofundar a compreensão crítica do assunto. A análise apontou que a subjetividade na Lei de Drogas pode levar a injustiças significativas, e ainda perpetuar a criminalização de grupos vulneráveis. Ficou evidente que a falta de critérios objetivos para distinguir usuários de traficantes favorece a aplicação da lei de forma preconceituosa e arbitrária. A estratégia punitiva adotada pela lei parece ser inadequada para lidar com a complexidade da questão do uso de drogas. Portanto, conclui-se que a legislação brasileira sobre drogas necessita de revisões que assegurem maior equidade e justiça, demandando critérios mais claros e objetivos para distinguir usuários de traficantes. Além disso, é essencial uma mudança de enfoque, passando de uma abordagem criminal para uma perspectiva mais humanizada e integral, que considere a prevenção, o tratamento e a reintegração social. Apesar dos desafios, é fundamental buscar garantir o respeito à dignidade humana e aos princípios de justiça.

Palavras-chave: lei de drogas; subjetividade; usuário e traficante; preconceito de classe.

INTRODUÇÃO

A Lei no 11.343/2006 em seu Art. 1º, § único, diz que “consideram-se como drogas as substâncias ou os produtos capazes de causar dependência, assim especificados em lei ou relacionados em listas atualizadas periodicamente pelo Poder Executivo da União”, sendo notório que esta Lei possui o intuito de implementar uma nova política pública sobre drogas, pois define o que é considerado droga já em seu § 1º. As substâncias consideradas drogas estão listadas na Portaria N° 344, de 12 de maio de 1988, editada pelo Secretário de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, norteando a Lei de Drogas na classificação das substâncias proibidas.

Todavia, a falta de objetividade para diferenciar um usuário de um traficante de drogas, segundo a Lei N° 11.343/2006, dificulta o julgamento dos magistrados, abrindo espaços para injustiças, já que as condições sociais e pessoais, assim como o local onde foi apreendida a droga, são critérios de extrema importância para análises que identificam os casos de tráfico, um ato ilícito. Dessa forma, nota-se que o Art. 33 da Lei de Drogas traz em seu teor 18 verbos nucleares relacionados às drogas. Ressalte-se ainda que o Art. 28 da referida Lei traz consigo 5 verbos nucleares, que também estão explícitos no Art. 33.

Por tais motivos, o estudo do impacto social e legal das políticas de drogas tem sido uma questão central para a compreensão das dinâmicas da justiça e da equidade em sociedades contemporâneas. No Brasil, a Lei de Drogas (Lei 11.343/2006) é uma peça fundamental nesse quebra-cabeça, delineando as estratégias e diretrizes para o enfrentamento do tráfico e uso de drogas, bem como as abordagens para a recuperação e reintegração de usuários e dependentes. A lei, contudo, não está isenta de críticas, particularmente em relação à sua capacidade de distinguir entre usuários e traficantes.

Essa distinção, frequentemente baseada em critérios subjetivos, acaba por reforçar estereótipos e preconceitos sociais que afetam sobretudo os mais pobres, comprometendo a equidade e a justiça no tratamento da questão das drogas no país. O presente trabalho se dedica a uma análise detalhada deste aspecto específico da lei, buscando entender como ela contribui para a formação de um pré-conceito que afeta não apenas os indivíduos envolvidos, mas toda a estrutura da justiça penal e a sociedade como um todo.

Assim sendo, há que se mencionar que em um país marcado por disparidades sociais profundas e por desigualdades de acesso a oportunidades e recursos, a questão das drogas

adquire um caráter ainda mais complexo. Nessa perspectiva, a Lei de Drogas brasileira foi concebida e implementada no contexto de uma sociedade que enfrenta desafios multifacetados em relação ao uso de drogas, desde a dependência e os problemas de saúde relacionados, até o crime organizado e a violência associada ao tráfico de drogas.

Dessa forma, a necessidade de uma política eficaz e justa para a questão das drogas é inegável. No entanto, a falta de critérios claros e objetivos na diferenciação entre usuários e traficantes, um dos aspectos mais polêmicos da lei, tem sido uma fonte de controvérsia e crítica. Este trabalho visa explorar esse aspecto em profundidade, analisando as implicações sociais e legais dessa falta de clareza e objetividade. Entende-se que o pré-conceito gerado por essa subjetividade na lei é uma questão preocupante e que merece uma análise cuidadosa.

A percepção social de usuários de drogas e traficantes é fortemente influenciada pela forma como a lei trata esses dois grupos. Quando a lei falha em fornecer uma distinção clara entre eles, abre espaço para uma variedade de interpretações, muitas das quais podem ser baseadas em preconceitos existentes e reforçar estereótipos prejudiciais. Este problema não se limita à esfera social, mas também se estende à justiça penal, onde a falta de critérios claros pode levar a decisões judiciais inconsistentes e, potencialmente, injustas.

Esta pesquisa, portanto, levanta a seguinte questão: como a falta de clareza na Lei de Drogas (Lei 11.343/2006) na diferenciação entre usuário e traficante influencia a consistência e a justiça nas decisões judiciais no Brasil, como isso pode reforçar preconceitos e estereótipos sociais no manejo das questões de drogas e que ações podem ser implementadas para aumentar a objetividade e justiça na aplicação da lei? Este é o problema de pesquisa que norteia o estudo, um problema que transcende o âmbito legal e penetra nas esferas social e cultural de nossa sociedade.

A pertinência e relevância deste tema são claras, especialmente considerando o contexto brasileiro. As políticas de drogas têm uma longa história, cujas raízes podem ser rastreadas até o século XX, quando as primeiras leis proibicionistas foram implementadas. A trajetória dessas políticas, tanto no Brasil como globalmente, tem sido marcada por uma série de controvérsias e debates, refletindo mudanças nas percepções sociais sobre as drogas e seus usuários. No entanto, apesar desses debates e mudanças, as políticas de drogas continuam a gerar desigualdades e injustiças, com grupos vulneráveis frequentemente sujeitos a maior estigmatização e criminalização.

Atualmente, tem-se observado que a questão das drogas, em diferentes regiões do país, permanece como um tópico de grande relevância social, acadêmica e política, pois ainda há muitas lacunas sem respostas. O impacto das políticas de drogas na vida das pessoas e na estrutura social é significativo, afetando desde a saúde e bem-estar dos indivíduos, até questões mais amplas, como a segurança e a justiça social. Por isso, uma análise crítica da Lei de Drogas e suas implicações é crucial para entender e confrontar esses desafios.

Por outro lado, no tocante à comunidade acadêmica, a pesquisa proporciona um olhar aprofundado sobre uma questão complexa e multifacetada, que exige uma compreensão interdisciplinar, envolvendo direito, sociologia, psicologia, medicina, entre outros campos. Além disso, os resultados desta pesquisa podem contribuir para o desenvolvimento de novas abordagens e estratégias para lidar com a questão das drogas, bem como para a formulação de políticas mais justas e eficazes.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar a subjetividade na Lei de Drogas na diferenciação entre usuário e traficante, e suas consequências nas decisões judiciais e na sociedade brasileira. Para alcançar este objetivo, propomos três objetivos específicos: 1) investigar a maneira como a lei atual distingue entre usuários e traficantes; 2) avaliar o impacto desta diferenciação na interpretação e aplicação da lei por juízes; 3) explorar as consequências sociais dessa diferenciação, especialmente em relação ao estigma e preconceito associados ao uso de drogas.

A pesquisa se baseará em uma revisão da literatura, seguindo uma abordagem qualitativa, descritivo-exploratória. Serão consultadas diversas bases de dados acadêmicas, como Scopus, Web of Science, Google Scholar e Scielo, usando descritores relacionados à Lei de Drogas, preconceito, subjetividade e tráfico de drogas. Os critérios de inclusão serão estudos em português, publicados nos últimos dez anos, que abordem diretamente a temática proposta. Serão excluídos trabalhos que não tratem diretamente da Lei de Drogas ou da distinção entre usuários e traficantes no contexto brasileiro.

Em conclusão, a intenção deste estudo é lançar luz sobre uma questão crucial e complexa, que tem profundas implicações tanto para a justiça como para a equidade social no Brasil. A Lei de Drogas, em sua forma atual, deixa um espaço perigoso para a subjetividade na diferenciação entre usuários e traficantes de drogas. Essa subjetividade pode levar à perpetuação e reforço de estereótipos e preconceitos prejudiciais, com sérias consequências para os indivíduos envolvidos e para a sociedade como um todo.

MARCO TEÓRICO

Serão considerados estudos como o de Alves e Barreto Júnior (2021), que discute sobre como são interpretadas as figuras do usuário e do traficante e do traficante na lei de drogas a partir de uma perspectiva racial, de Azeredo e Xavier (2019), analisam o discurso judicial quanto ao tráfico de drogas tendo como base sentenças do Tribunal de Justiça, o de Carvalho e Timbó (2023), que destaca a importância de se pensar em uma política internacional de drogas, fazendo uma análise crítica dos Tratados internacionais quanto ao controle Penal de Drogas, e o de Carvalho (2016), que apresenta um panorama geral sobre a política criminal de drogas no Brasil a partir de uma ótica criminológica e dogmática.

METODOLOGIA

No que tange aos métodos empregados, esta investigação é lastreada em uma revisão bibliográfica, fundamentada na literatura jurídica, com recurso a uma variedade de fontes como artigos acadêmicos, periódicos, teses, dissertações, livros, legislações, jornais, monografias, doutrinas e jurisprudência, que discorram sobre o tema em questão. Utilizou-se de um método de pesquisa exploratório, recorrendo a fontes primárias e secundárias. Vale salientar que essas ferramentas são cruciais para a apreensão e entendimento da problemática aqui tratada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Lei de Drogas no Brasil, instituída pela Lei 11.343/2006, trouxe consigo um desafio que tem sido uma pedra angular na luta contra o tráfico de drogas: a distinção entre o usuário e o traficante. Essa divisão, frequentemente feita de maneira subjetiva, possui implicações que perpassam o âmbito jurídico, adentrando o social, o cultural e o humano. O preconceito se instaura na medida em que a subjetividade se torna o critério para a diferenciação, deixando pessoas vulneráveis em um estado de indefinição, suscetíveis a decisões que não levam em conta suas peculiaridades.

A análise proposta se concentrou na subjetividade implícita na Lei de Drogas, tentando desvendar o impacto desta na diferenciação entre usuário e traficante. Foi observado que essa distinção subjetiva pode resultar em injustiças, visto que depende, em grande parte, da interpretação do agente da lei ou do juiz. Como resultado, a consistência e a justiça das decisões judiciais podem ser comprometidas, criando uma atmosfera de incerteza e potencial

injustiça. Por sua vez, essa falta de clareza pode reforçar estereótipos e pré-conceitos sociais no tratamento das questões de drogas.

A figura do "traficante", por exemplo, pode acabar sendo associada de maneira simplista e generalizante a qualquer indivíduo envolvido em algum nível com drogas, sem considerar o contexto mais amplo de uso, dependência ou mesmo sobrevivência. Essas questões trouxeram à tona a necessidade de propor melhorias na legislação que promovam maior justiça e objetividade. Foi proposto, assim, o aprimoramento da lei, buscando oferecer critérios mais claros e objetivos que possam auxiliar na diferenciação entre usuário e traficante, sem perder de vista a complexidade inerente à questão das drogas.

Dessa forma, na jornada para desvendar e compreender a intrincada realidade das políticas de drogas no Brasil, uma ênfase particular foi dada à Lei 11.343/2006. Essa lei foi projetada com a intenção de regular procedimentos para a prevenção e repressão do tráfico e uso de drogas, e ao mesmo tempo estabelecer medidas para a recuperação de usuários e dependentes. Apesar de suas intenções bem fundamentadas, a aplicação da lei revelou-se um campo minado de subjetividade que, sem intenção, tem potencial para reforçar preconceitos e desigualdades já presentes na sociedade brasileira.

Nesse contexto, uma questão que surgiu como especialmente problemática foi a diferenciação entre usuários de drogas e traficantes. De acordo com a lei, esta diferenciação deveria ser clara, servindo como um princípio orientador para a aplicação de sanções apropriadas. No entanto, na prática, essa distinção tem se mostrado embaçada e sujeita a uma interpretação subjetiva que tem consequências significativas. Esta subjetividade na diferenciação pode dar origem a uma variedade de problemas, desde a inconsistência nas decisões judiciais até a perpetuação de estigmas sociais negativos e preconceitos.

O estudo revelou que essa subjetividade na diferenciação entre usuários e traficantes de drogas não é apenas uma falha na lei, mas também um sintoma de uma abordagem mais ampla e problemática para a questão das drogas. Essa abordagem é caracterizada por uma tendência para criminalizar e estigmatizar os usuários de drogas, em vez de fornecer o apoio e a assistência que eles podem precisar. Esta tendência, por sua vez, pode servir para reforçar as desigualdades sociais e os preconceitos, criando um ciclo vicioso de marginalização e exclusão.

Essa situação sublinha a necessidade urgente de revisão e reforma da Lei de Drogas no Brasil. É imperativo que essa reforma seja informada por uma compreensão clara e objetiva da distinção entre usuários de drogas e traficantes, bem como das consequências sociais dessa distinção. Além disso, a reforma deve levar em conta a necessidade de abordar a questão das drogas de uma forma mais holística e humana, que considere não apenas os aspectos legais e punitivos, mas também as questões sociais, psicológicas e de saúde que estão intrinsecamente ligadas à questão.

Diante desse cenário, observa-se que os resultados aqui elencados contribuem para um entendimento mais completo e informado da Lei de Drogas e suas implicações na sociedade brasileira. Nessa perspectiva, os insights obtidos podem servir como uma base para futuras discussões e pesquisas sobre este tema, bem como para a formulação de políticas de drogas mais justas e eficazes, sobretudo para a população negra e periférica, que é a mais afetada. O desafio é grande, mas é crucial que se busque garantir o respeito à dignidade humana e aos princípios de justiça no tratamento da questão das drogas no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. S.; BARRETO JÚNIOR, J. A. S. **Análise das figuras do traficante e do usuário constantes na lei de drogas (11.343/06) sob a perspectiva do racismo estrutural.** Belo Horizonte, MG: Editora Dialética, 2021.

AZEREDO, F. F. P.; XAVIER, J. R. F. O discurso judicial sobre o tráfico e uso de drogas: uma análise das sentenças do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, v. 6, n. 3, p. 140-172, 2019.

BRASIL. Lei Nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. **Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - SISNAD; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.**

CARVALHO, R. A. M. de.; ALENCAR, I. C.; SOUZA, K. A. Drogas, ditadura e repressão no Brasil: o modelo bélico da política criminal de drogas. **Revista Foco**, v. 16, n. 1, p. 1-19, 2023.

O FENÔMENO DA UBERIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO: UMA ANÁLISE DA PRECARIZAÇÃO DOS DIREITOS TRABALHISTAS A PARTIR DA ECONOMIA COMPARTILHADA

Israel David da Costa Freitas¹, Aluno do curso de direito do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. Email: israel.freitas@fvj.br; Acemira Maria Ferreira², Ribeiro Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. Email: acemira.ribeiro@fvj.br

RESUMO

O presente estudo tem como principal foco abordar o fenômeno da Uberização das relações de trabalho e seus potenciais impactos na precarização dos direitos trabalhistas, sobretudo no que se refere à relação trabalhista existente entre os motoristas de aplicativo e a empresa Uber. O objetivo geral é identificar e analisar os potenciais impactos do crescente fenômeno da uberização na precarização dos direitos trabalhistas.

Palavras-chave: Uberização; Precarização; Relações de trabalho e Economia compartilhada.

INTRODUÇÃO

O primeiro capítulo da monografia apresenta os conceitos de economia compartilhada e Uberização. No capítulo seguinte, é exposto o que significa para o Direito do Trabalho, o conceito de relação de trabalho com a consequente descrição das suas espécies, em especial as que mais interessam para a discussão acerca de qual a relação existente entre trabalhadores e a empresa Uber, bem como é descrito o funcionamento da empresa, levantando-se uma discussão acerca de como essas espécies de trabalho são relacionadas ao vínculo existente entre o motorista e a empresa em comento.

No último capítulo se realiza uma análise das principais decisões emanadas da justiça do trabalho para averiguar como tratam da aludida relação trabalhista. Por fim, com base em toda a pesquisa realizada são analisados os impactos da uberização das relações de trabalho na precarização dos direitos trabalhistas dos operários sujeitos ao modelo de economia em análise.

MARCO TEÓRICO

São trabalhados no trabalho em análise as obras do jurista Delgado (2019), especificamente o clássico livro “Curso de Direito do Trabalho” que nos dá valiosas lições acerca da relação de trabalho e suas espécies; do Dr. Slee (2017) que nos traz lições acerca da economia do compartilhamento e problematiza fatos a ela ligados em seu livro intitulado “Uberização: A nova onda do trabalho precarizado”; e algumas das produções científicas do sociólogo Antunes (2020) que em suas obras analisa a relação entre trabalhadores e as plataformas/aplicativos do novo modelo de negócio em comento, bem como aventa uma discussão acerca da precarização do trabalho e lesão aos direitos trabalhistas ocasionadas pelo indicado modelo de economia. Também serão estudadas algumas das principais decisões da justiça do trabalho acerca do tema.

METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa exploratória utilizando-se de fontes secundárias para coleta dos dados necessários, por meio de uma revisão bibliográfica e análise de documentos jurídicos, que por sua vez serão tratados com uma abordagem qualitativa. Nesse sentido, salienta-se que para a concretização do presente trabalho foram realizados levantamentos bibliográficos e jurisprudencial para um maior aprofundamento do tema, adotando-se uma abordagem qualitativa para o fiel tratamento dos dados, com base em um estudo comparativo das obras de diversos autores e uma análise de sentenças judiciais que versam acerca do problema de pesquisa.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A uberização das relações de trabalho é um fenômeno que tem ganhado cada vez mais destaque na sociedade, mas que tem suscitado muitas dúvidas e debates acerca de seus impactos.

Com base na pesquisa realizada, é possível afirmar que a uberização das relações de trabalho é um fenômeno que tem impactado significativamente a vida dos trabalhadores em todo o mundo. A economia compartilhada trouxe consigo novas formas de trabalho, que se caracterizam pela flexibilidade e pela ausência de vínculo empregatício. Embora essa modalidade de trabalho tenha se popularizado como uma alternativa para a geração de renda, ela tem sido responsável pela precarização dos direitos trabalhistas, o que tem gerado preocupação em relação à proteção social dos trabalhadores.

Identificou-se que a uberização tem gerado uma série de consequências negativas para os trabalhadores, tais como a falta de garantias trabalhistas básicas e a instabilidade na relação de trabalho.

Os resultados obtidos indicam que a uberização tem levado à fragmentação do trabalho, à redução dos salários e à falta de proteção social. Isso tem gerado uma série de problemas, como a perda de direitos trabalhistas e a dificuldade de acesso a benefícios sociais, como a aposentadoria e o seguro desemprego.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo; FILGUEIRAS, Vitor. Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. **Contracampo**, Niterói, v. 39, n. 1, p. 27- 43, abr./jul. 2020.

BRASIL. Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm. Acesso em: 10 mai. 2023.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 18. ed. rev. e atual. São Paulo: LTR, 2019. 1773 p. v. 1. ISBN 978-85-361-9976-4. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5746884/mod_resource/content/1/Curso%20de%20Direito%20do%20Trabalho%20-%20Mauri%CC%81cio%20Godinho%20Delgado%2C%202019.pdf. Acesso em: 27 out. 2022.

SLEE, T. Uberização: a nova onda do trabalho precarizado. Tradução por João Peres; In: BREDA, T.; PERES, J. (Ed.). São Paulo. Editora Elefante, 2017. Não Paginada.

A APLICABILIDADE DA LEI MARIA DA PENHA NA JUSTIÇA BRASILEIRA

Italo Bravo da Costa¹ (Aluno do Curso de Direito do Centro universitário do Vale do Jaguaribe), Jéfer Sobreira² (Professor Centro universitário do Vale do Jaguaribe)

RESUMO

Apontado como um dos requisitos fundamentais da execução de um estado democrático de direito, o princípio da igualdade de gênero, pois sem o mesmo é impossível desenvolver uma sociedade inteiramente instituída nos direitos humanos. Contudo, tem-se percebido que a violência contra a mulher no âmbito doméstico, independentemente de sua forma, sempre esteve presente na sociedade desde a antiguidade, fazendo assim vítimas de diversas classes sociais. Nesse diapasão, a presente monografia tem por objetivo principal proporcionar um conhecimento básico sobre a aplicabilidade da Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006, mais conhecido como Lei Maria da Penha, estabelecendo um estudo sobre a eficácia das medidas protetivas de urgência, tais medidas que na presente lei trazem segurança para as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. Visto que trata-se de dos fenômenos sociais mais denunciados e que mais ganharam visibilidade nas últimas décadas em todo o mundo. Foram

necessárias várias vítimas suportar ou até mesmo que finalizassem com sua própria vida para que então fosse criada a Lei nº. 11.340/2006, mais conhecida como Maria da Penha. No mais, essa pesquisa examinará através de estudos bibliográficos realizados com base em livros, dados, documentários e artigos.

Palavras-chave: Femicídio; Lei Maria da Penha; Violência contra a mulher.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar os institutos legais introduzidos pela Lei Maria da Penha, sua aplicabilidade e eficácia. Mostrando o seu surgimento, a sua aplicabilidade no sujeito agressor, para que as vítimas que sofreram agressão tenham um conhecimento básico de seus direitos.

A lei Maria da Penha surgiu em 2006 para o combate à violência doméstica e familiar, perante uma busca social urgente. Convivemos em uma sociedade de cultura patriarcal na qual permanece com a ideia de que a mulher é patrimônio do homem, sendo excluída a sua condição como sujeito de direitos. Essa ideia machista dá início a violência de gênero, que mulheres dos mais diversos grupos sociais são atingidas, seja violência psicológica, física, sexual, moral ou patrimonial.

Neste seguimento, mesmo que a Constituição da República anteveja a igualdade como princípio fundamental, identificamos a relevância da criação de normas específicas e políticas públicas viradas à diminuição das desigualdades de fato, de forma a atingir uma sociedade mais equilibrada e justa.

Diante a análise destacada, o presente estudo se justifica pela precisão constante de conhecimentos que possam apresentar não somente a norma dos mecanismos de proteção à lei, assim como a efetividade e execução dessas inovações normativas, que fazem parte do sistema de atendimento à mulher vítima de violência doméstica.

Para tal, partiremos do pressuposto de constitucionalidade da lei 11.340/2006, à vista dos princípios da igualdade material, dignidade e isonomia da pessoa humana, por qual o estatuto pode ser visto como ação afirmativa de defesa específica das mulheres e mecanismo com capacidade de auxiliar para a superação da dessemelhança de gênero. Dessa forma, a pesquisa irá investigar o tema e colaborar para o avanço acadêmico, compreendendo a complexidade desse modo de violação.

Para tratar do referido tema, primeiramente será feito um panorama histórico contando como eram as medidas de proteção a vítima, como eram punidos os agressores e a luta de Maria da Penha Maia Fernandes que após sofrer agressões de seu ex-marido que resultou na criação da lei 11.340/2006.

Em segundo momento será abordada a aplicabilidade da lei 11.340/2006, após sua promulgação mostrando sua eficácia e os direitos das vítimas. Por último, a pesquisa deverá expor as medidas de proteção para a vítima e as consequências do descumprimento das medidas para agressor. Em conclusão, a pesquisa deverá responder se a lei de fato se adequa a realidade do país e se os instrumentos previstos são eficazes para a proteção das vítimas.

MARCO TEÓRICO

O combate à Violência contra a mulher atingiu como problema de concepção mundial formalmente em decorrência das discussões da busca de equiparação de gêneros, como não poderia deixar de ser, de acordo com todo o desenvolvimento anteriormente, em decorrência dos efeitos trazidos pela Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de

Discriminação Contra a Mulher (CEDAW) de 1979, entrando em vigor em 1981, que foi o primeiro tratado internacional que dispõe amplamente sobre os direitos das mulheres.

Isso porque a violência doméstica contra a mulher vem do sentimento de inferioridade e fragilidade que sempre esteve no cotidiano feminino, procedendo com ele a submissão e conseqüentemente a violência doméstica. Muitas dessas mulheres dependem financeiramente de seus parceiros, temem pelos seus filhos e acabam sofrendo sozinhas.

Ela é dolorosa e desumana, visto que o agressor conhece profundamente a vítima, e assim, consegue facilmente manipular a mesma para que acredite ser merecedora das agressões ou que foi de fato, a última vez que ocorreria.

Além de que envolve diversos fatores e vários tipos de agressões, onde após um episódio deste, vem o arrependimento somado com promessas que serão em vão. O ciclo da violência é perverso, não tem limites e afeta toda a família em volta, principalmente os filhos, que vivenciam essa violência desde a infância e em muitas das vezes, crescem achando natural aquele comportamento e cometendo os mesmos atos. As feridas de quem já sofreu ou presenciou qualquer tipo de violência dentro de casa são internas e profundas, a depressão está entre a maior delas. Um dano que jamais será cicatrizado.

Quanto a norma legal que tem a intenção de proteger, prevenir e combater os casos de violência doméstica, aqui no Brasil, tem-se a Lei nº 11.340/2006, mais conhecida como a Lei Maria da Penha, fruto de diversos eventos trágicos. Ela foi criada para cuidar da mulher e punir o agressor com mais rigor, expandiram-se assim, os espaços de proteção feminina e grupos de apoio em redes sociais oferecendo assistência psicológica, social, e jurídica, já que os danos sofridos pelo ato de violência não deixam apenas cicatrizes físicas e mentais, mas também na alma.

Com relação ao Covid-19 e o isolamento social horizontal implementados pelos governantes – governadores e prefeitos –, verifica-se que o número de casos de violência doméstica aumentou; e isso não apenas no Brasil, mas em diversos outros países. Portanto, o Estado deve agir – mediante políticas públicas – a fim de conter esses crimes.

Em contexto de pandemia, os números de violências domésticas aumentam, em função, principalmente, de relacionamentos abusivos, o que, em estado de confinamento, tende a se acentuar, visto que, em confinamento, a mulher tende a ficar ainda mais exposta àquele que a agride. Além disso, sob ameaça fica mais difícil de se conseguir ajuda ou fazer denúncias, pois está sendo constantemente vigiada pelo abusador (BRASIL, 2020).

Entre outras políticas, como por exemplo, trazem Alencar et al (2020) as iniciativas de governos locais – governadores e prefeitos – têm auxiliado nesse processo, como é o caso da Secretaria da Mulher do Distrito Federal, que lançou, em março de 2020, a campanha Mulher, você não está só. Em outros locais do país, foram disponibilizados números para denúncias e atendimentos (teleatendimentos); em casos graves, órgãos específicos continuaram atendendo, mesmo com ajustes nos horários.

Concluindo assim que, com base no que foi apresentado, entende-se que, no contexto brasileiro, faz-se necessário o Governo Federal tomar à frente e adotar medidas de enfrentamento à violência contra a mulher e demais violências que afetem os direitos humanos. Essas ações, além de rápidas e efetivas, devem amparar-se – no caso específico da violência doméstica – no previsto na Lei Maria da Penha: ações de prevenção de abordagem integral.

METODOLOGIA

Quanto a metodologia aplicada, se deu por meio da revisão bibliográfica analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites”, além de posições doutrinárias que servirão para indicar os principais pontos do tema

proposto. Tendo por método hipotético-dedutivo, em que pese, partiu do geral ao particular, limitando assim o tema, ou seja, um exercício formulado pelas premissas do pensamento racional com a finalidade de por via da dedução alcançar as possíveis conclusões (LAKATOS; MARCONI, 2010, p. 68; DINIZ; SILVA, 2008).

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Nesse diapasão, sobre as medidas de proteção a mulher, percebe-se que o legislador preocupado com a integridade física, moral, psicológica e a material da mulher, elencou medidas protetivas a fim de garantir a efetiva proteção a vítima de violência doméstica e familiar.

Sendo as medidas de urgência especificadas na Lei Maria da Penha, as constantes ao artigo 23. De modo que tais procedimentos poderão ser aplicados cumulativamente com as demais medidas específicas de proteção a ofendida, as quais se tornem necessário (caput do artigo 23 da Lei nº 11.340/2006).

A primeira medida para essa situação, o encaminhamento da ofendida e seus familiares a programa oficial ou comunitário de proteção ou atendimento (art. 23, I da Lei nº 11.340/2006), o legislador tratou de um assunto interessante, existindo tais programas, criados pelo Estado, por entidades de apoio as mulheres, ou por alguma organização sem fins lucrativos, poderá a mulher vítima de violência doméstica e familiar e seus dependentes serem levados para os mesmos encaminhados.

A segunda medida, é determinar a separação de corpos (art. 23, IV da Lei nº 11.340/2006), aplicada de maneira específica em casos em que haja situação de conjugalidade, sendo necessário o juiz pautar a decisão na necessidade em face de uma provável agressão, ou em eminência de ocorrer, propiciando uma proteção mais eficaz.

E a terceira, será a de ordem patrimonial, aqui, logo após a separação de corpos e o afastamento do domicílio, devem ser preservados todos os bens conquistados durante o casamento, precisando ser dividido de modo que não favoreça tanto para o agressor como para a vítima, da mesma forma impedindo a formalização de contrato de compra e venda de patrimônio em comum, cancelamento de procurações pela vítima ao agressor. O agressor terá que assumir por perdas e danos materiais provenientes do ato de violência doméstica realizado contra a vítima, esta comprovação se dá via de depósito judicial.

Quanto as medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor, tem-se:

A primeira é a suspensão da posse ou restrição ao porte de armas (Art. 22, inciso I) demonstra a preocupação do legislador com a segurança física da vítima, visando sua proteção, pois existiria uma intimidação com o simples fato de existir uma arma de fogo no âmbito doméstico e familiar. Pois, quando se fale de violência doméstica é evidente a grande preocupação para que seja desarmado aquele que tem posse ou porte de armamento que utiliza para provocar violência.

A segunda é o afastamento do Lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida (art. 22, II) visa afastar o agressor do convívio da vítima de violência doméstica e familiar para evitar reiteradas agressões, pressões e ameaças, estando na permanência da mesma casa em que a vítima pode resultar em certo desconforto e/ou podem vir a gerar pressões psicológicas à ofendida, prevendo o afastamento do ambiente de convivência do agressor através de meios coercitivos, independente se a coabitação ocorre em uma casa, um apartamento, uma chácara, etc.

A terceira, é a proibição de frequentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida (art. 22, III, c), trata-se de outra questão restritiva ao direito de ir e vir do agressor a lugares específicos que a vítima costuma

frequentar, como seu trabalho, academia, escola que a mesma ou pessoa sob sua guarda estuda, entre outros lugares dentro desta linha restritiva.

Em relação a quarta, é a suspensão ou restrição de visitas, a solicitação do pedido de afastamento do agressor de seus filhos suspendendo as visitas só pode ocorrer caso a vítima fique sem segurança. De acordo com o Art. 22, IV da lei nº 11.340/06 o Juiz pode suspender ou restringir as visitas.

Por última, é a prestação de alimentos provisionais ou provisórios, insta mencionar que sobre essa medida, estar prevista no art. 1.696 do Código Civil, “é recíproco entre pais e filhos, e extensivo a todos os ascendentes, recaindo a obrigação nos mais próximos em grau, uns em falta de outro”, sem sombra de dúvida, trata-se da garantia constitucional que ao assegurar os direitos da criança e ao adolescente a fim de que possam ter um desenvolvimento sadio e equilibrado, colaborou para que 2002, com o advento do diploma civil supracitado fosse estipulado a referida obrigação.

Ao que tange a essa necessidade, tem-se que a maioria das mulheres que sofrem violência não recorrem à delegacia para propor a queixa, devido a vergonha que sentem diante à sociedade, por dependerem financeiramente e psicologicamente do seu agressor, ou por acreditar na mudança que pode ocorrer futuramente no relacionamento, com o fim das agressões.

Visto que tem-se percebido que os programas de atendimento para mulheres em situação de violência não têm sido considerado prioridade para o poder público. Deixando quase que de lado a sustentação destas instituições, gerando um descompasso nas necessidades das vítimas e o que a Instituições consegue oferecer. Ocorrendo que, muitos projetos viáveis acabem por se tornar ineficazes devido sua aceitabilidade política.

Portanto, um grave problema para a execução das medidas protetivas, e sim de todo dispositivo da Lei 11.340/06, ainda é o número baixo de vítimas que denunciam seus agressores e não confiam na efetividade da lei, devido a carência de ferramentas e políticas do Estado para efetuar os meios pressupostos pela lei.

E caso o agressor venha descumprir essas medidas, o descumprimento sem justificativa das medidas protetivas, é provável que o Juiz mude a medida dada antes por uma com eficácia maior, ou ainda que piore, realizando outra medida, ou que seja decretado prisão preventiva em situações mais preocupantes, o Magistrado sendo capaz de trocar uma medida menos onerosa, de modo direto pela prisão preventiva, logo após investigar o caso concreto demonstrando sua decisão. A primeira é a prisão preventiva e a segunda são os crimes de desobediência à ordem judicial.

Em relação a prisão preventiva aplicada aos casos de violência doméstica, a Lei 11.340/06, retrata uma investida para estabelecer instrumentos que possam mudar o quadro das mulheres que se deparam em condições de violência doméstica, ficando atento para os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

O artigo 42 da Lei 11.340/06 modifica o artigo 313 do Código de Processo Penal, inserindo mais uma possibilidade de prisão preventiva, como modo de assegurar a realização das medidas protetivas. Seguidamente o dispositivo mencionado foi modificado pela Lei 12.403/11, de forma a acolher também outros grupos desprotegidos.

E por fim, sobre o crime de desobediência, correspondente com o que foi apresentado anteriormente, a prisão preventiva é sentenciada como um agravo da medida protetiva, condiz comentar no que diz respeito à especificação da atitude do agressor no caso do descumprimento sem justificativa dessas medidas, passando pelos crimes de desobediência art. 359 e desobediência art. 330, encontrados no Código Penal.

No mais, acrescenta-se que desobediência à ordem de frequência de determinados lugares, ficará o mesmo sujeito às sanções referentes ao descumprimento de ordem restritiva da Lei em questão, além de estar cumulativamente sujeito ao disposto no Código de Processo

Penal, em seu artigo 312, podendo ser decretada sua prisão preventiva, restando análise ao caso concreto.

Concluindo assim no sentido que a referida lei apresenta também não somente um caráter punitivo, mas um caráter preventivo de violência, ou seja, a sua maior intenção é proteger a mulher que está desamparada, com medo e muitas das vezes sem apoio de seus familiares para ajudá-las. Em relação a punição aos agressores a Lei impõe medidas protetivas para que os mesmos possam obedecer-las, caso contrário, terá sua prisão preventiva decretada pelo Juiz.

Nesse contexto, as políticas públicas simbolizam significativos avanços ao reconhecer os direitos das mulheres, contribuindo na e para a transformação na vida de todas essas que já passaram ou ainda estão nessa luta. Vale ressaltar que mesmo com a Lei para coibir tais atos, a violência continua subindo, de acordo com dados e casos verídicos que são mostrados diariamente na internet e em jornais.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Joana Luiza Oliveira *et al.* Políticas públicas e violência baseada no gênero durante a pandemia da Covid-19: ações presentes, ausentes e recomendadas. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução ... **Diário Oficial da União**, 2006.

BRASIL. Coronavírus: sobe o número de ligações para canal de denúncia de violência doméstica na quarentena. 2020.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos da metodologia científica. In: **Fundamentos da metodologia científica**. 2010.

MEDIDAS PROTETIVAS NO ESTADO DO CEARÁ COM O APORTE JURÍDICO DA LEI MARIA DA PENHA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

João Evandro Silva Junior¹ (Aluno do Curso Bacharelado em Direito do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. E-mail: jevanssjr91@gmail.com, Romario Nascimento de Oliveira² (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, email: romario.oliveira@unijaguaribe.edu.br.

RESUMO

A presente pesquisa aborda as medidas protetivas no Estado do Ceará com o aporte da Lei Maria da Penha, Lei nº 11.240, de 7 de agosto de 2006. Nesse contexto, como questão norteadora buscou-se saber quais as contribuições e eficácia das medidas protetivas presentes na Lei Maria da Penha para prevenir os casos de violência contra a mulher no Estado do Ceará? Partindo da presente questão, o principal objetivo foi investigar a eficácia das medidas protetivas da supracitada lei, para prevenir e ou coibir os casos de violência contra a mulher

no Ceará. Pesquisa exploratória de cunho bibliográfico, que consistiu na busca na literatura por artigos publicados nas bases de dados do Google Acadêmico e da Scientific Electronic Library Online (SciELO), para a seleção de artigos publicados no período de 2015 a 2022. Obteve-se um total de 5.580 artigos nas bases de dados citadas, que após ao processo de filtragem, obteve-se na filtragem final 10 artigos para a leitura na íntegra para realizar as análises. Os dados apontaram que a Lei Maria da Penha contribuiu para a diminuição dos casos de violência contra a mulher, mas que na pandemia da Covid – 19, período de isolamento social, observou-se um aumento nos casos de violência contra a mulher, principalmente a violência doméstica. Portanto, conclui-se que esta pesquisa alcançou os objetivos para os quais se propôs, sendo que a Lei Maria da Penha trouxe grandes avanços no combate à violência, destacando as medidas protetivas e os julgamentos em forma de urgência quando comprovado os casos de violência contra a mulher.

Palavras-chave: Medidas Protetivas; Lei Maria da Penha; Estado do Ceará.

INTRODUÇÃO

A Este estudo aborda as medidas protetivas contra os casos de violência contra a mulher no Estado do Ceará, que devido ao aumento nos casos de violência com o passar dos anos e com o intuito de prevenir e erradicar estes casos culminou na promulgação da Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, conhecida como “Lei Maria da Penha”. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (2021), “a violência contra a mulher vai muito além da agressão física”, podendo se manifestar de outras formas, como por exemplo: agressão verbal, abuso emocional ou psicológico na forma de intimidações, humilhações e menosprezos na maioria das vezes por seus próprios companheiros no contexto familiar (OMS, 2021). A situação é tão preocupante que de 83 países, o Brasil ocupa a 5ª posição na taxa de feminicídio, ou seja, crimes baseados no gênero, em consonância com Curia et al. (2020), em se percebe que os assassinatos de mulheres acontecem em contexto de violência doméstica e familiar ou aversão a mesma. Do ponto de vista histórico, os casos de violência contra a mulher na sua maioria tratam-se da violência doméstica, apresentando aumento sistemática dessa violência articulada com a dinâmica dos conflitos urbanos (SOUSA, 2020, p. 34). Partindo dessa premissa, na atualidade, de forma mais específica no contexto da pandemia da Covid – 19, em que se viveu um período de isolamento social, observou-se um aumento na violência doméstica de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), realizado em 2020.

MARCO TEÓRICO

A violência contra a mulher é uma violação a sua integridade e também aos direitos humanos, em que se identifica na Lei nº 13.925/07 em seu Art. 3º, “a violação doméstica familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação aos direitos humanos”. A violência que ocorre dentro do ambiente doméstico é muitas vezes omitida por vergonha ou medo por parte da vítima (SAFFIOTI, 2004, p. 36). Piovesan (2010, p. 285) enfatiza que “a violência doméstica contra a mulher é aquela praticada por indivíduos do convívio íntimo da vítima, principalmente, seus companheiros”, reforçando ainda que este é um dos grandes problemas que o país precisa superar ao longo de sua história. A Lei Maria da Penha contribui na garantia da integridade física das mulheres, buscando através de suas medidas protetivas: prevenir ou garantir a descontinuidade de agressão física, psicológica e moral da mulher vítima de violência no âmbito nas relações domésticas, bem como estabelecer as

consequências imediatas da prática do ato delituoso. Assim, a finalidade “das medidas protetivas é proteger os direitos fundamentais evitando a continuidade da violência e das situações que a favorecem” (DIAS, 2012, p.147-148). Tais medidas precisam ser tomadas de forma rápida, devendo a autoridade judicial decidir no máximo em 48 sobre os casos, sendo um instrumento determinante para a vida de uma mulher (BRASIL, 2006). A Lei Maria da Penha, foi uma forma encontrada de prestar uma homenagem a biofarmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, de origem cearense, a qual foi vítima de violência por seu próprio companheiro na capital Fortaleza, o então professor de nível universitário, o professor Marco Antônio Heredia Viveros, também de origem cearense e que tentou assassinar a própria esposa por duas vezes. A luta de Maria da Penha, resultou na sanção da Lei nº 11.340/2006, lei esta que trata da violência contra a mulher no seio familiar, ou seja, crimes de natureza doméstica em que as mulheres são vítimas de seus próprios companheiros. Com a Lei Maria da Penha, foi criado mecanismos para evitar e prevenir crimes de violência doméstica contra a mulher, com base em seu § 8º, no Art. 226 da CF/88, na Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência Contra a Mulher, Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher e em outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil dispendo, criando a partir de então Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher, e assim, a criação de medidas necessárias de assistência e proteção as vítimas. As Medidas protetivas de urgência prevista na Lei Maria da penha são ordens judiciais para interromper a situação de violência, são formas do Sistema de Justiça e da Segurança Pública intervir para que não se perpetue a situação de violência, a partir do momento que o Estado fica ciente, é essencial tomar as medidas mais rápido possível. Na lei informa que a autoridade judicial deverá decidir o pedido em até 48 horas, é um instrumento que pode ser determinante para a vida de uma mulher (BRASIL, 2006). O Ceará destaca-se por possuir um espaço exclusivo para atendimento as mulheres vítimas de violência, a “Casa da Mulher Brasileira (CMB)”, espaço este que acolhe as mulheres vítimas de violências e realizam os encaminhamentos para os órgãos competentes para que estas tenham a devida assistência, cuidado e proteção. O Estado do Ceará conta ainda com ações da Defensoria Pública do Estado, através do Núcleo de Enfrentamento à Violência contra a Mulher (NUDEM), núcleo este que realiza orientações as mulheres vítimas de violências acerca de seus direitos e realizam total assistência jurídica quando necessário e o devido acompanhamento aos processos seja de natureza civil ou criminal. De acordo com o NUDEM (2022), no primeiro semestre de 2022, foram registradas 5.777 atuações, sendo que destas atuações a grande maioria é de natureza doméstica, ou seja, 4.893 atuações, equivalendo, portanto, a uma média de 600 atendimentos realizados mensalmente ou 20 atendimentos diários, de violências contra as mulheres. Em 2022 o Estado do Ceará avança na legislação em defesa da mulher, sancionando a Lei nº 18.047, de 28 de abril de 2022, que estabelece como um dos critérios a serem utilizados para determinar a prioridade de atendimento no serviço de assistência psicossocial e em cirurgia plástica reparadora na rede pública de saúde estadual, ser a mulher vítima de violência doméstica e familiar. Neste mesmo ano é sancionada também a Lei nº 18.076 de 19 de maio de 2022, a qual em seu Art. 1º afirma “Fica garantido como um dos critérios a ser utilizado para determinar prioridade no atendimento nas delegacias de polícia civil ser a pessoa criança, adolescente, mulher ou idoso, vítima de violência ou abusos sexuais” (CEARÁ, 2022). De acordo com dados Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Ceará (SSPDS), foram realizadas 3.685 denúncias por mulheres contra crimes em consonância com a Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340/2006, denúncias estas registradas pela Polícia Civil do Ceará, no primeiro trimestre de 2023. Em comparação com o acumulado de janeiro e fevereiro dos últimos anos, o número deste ano é 27,2%, equivalente a 2.896 registros, maior do que os dados de 2018 a 2022, ficando atrás apenas, dos registros de 2017, que acumulou 3.832 registros em forma de denúncias de

violência contra as mulheres cearenses. (CEARÁ, 2023). Portanto, para lidar com a violência contra a mulher, há uma necessidade urgente de reduzir o estigma em torno dessa questão, capacitar profissionais de saúde para entrevistar sobreviventes com compaixão e desmontar as bases da desigualdade de gênero de acordo com a (OMS, 2022). Contudo, entende-se que o Brasil assim como o Ceará, possui diversas leis como a própria Lei Maria da Penha para coibir os casos de violência, mas que mesmo assim parece não surtir o efeito desejado, já que a cada dia os casos e registros tendem a aumentar.

MÉTODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa exploratória de cunho bibliográfica, realizada em maio de 2023, objetivando investigar a eficácia das medidas protetivas da Lei Maria da Penha para prevenir e coibir os casos de violência contra a mulher no Estado do Ceará. A pesquisa exploratória tem como objetivo principal desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores (GIL, 2008). Pesquisa de abordagem qualitativa, que tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento. A pesquisa Qualitativa supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada via de regra, por meio do trabalho intensivo de campo. Para Minayo (2002), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. A partir dos critérios estabelecidos, realizou-se a busca dos estudos para compor a amostra, na base de dados do Google Acadêmico e na *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), no período de 2015 a 2023, utilizando as seguintes palavras-chave: “violência contra a mulher”, “medidas protetivas”, “Estado do Ceará”.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Como resultados da pesquisa realizada nas bases de dados: SciELO e Google Acadêmico, foram identificados inicialmente 7110 artigos. Na primeira filtragem foram excluídos 1530 estudos de acordo com os critérios de exclusão estabelecidos. Na segunda filtragem foram excluídos 4380 estudos, dos quais restaram 10 na filtragem final. Partindo dos 10 artigos os quais foram lidos na íntegra, 20%, ou seja, 2 artigos são do SciELO e 80%, equivalente a 8 artigos são do Google Acadêmico. A violência contra a mulher no Estado do Ceará apresenta dados preocupantes, mas com a promulgação da Lei Maria da Penha, tem-se observado um pequeno decréscimo, claro que distante do ideal, que seria erradicar a violência contra a mulher. Embora se tenha percebido um pequeno decréscimo nos casos de violência contra a mulher, de forma mais específica a violência doméstica, aquela cometida pelos próprios companheiros tendeu a aumentar principalmente no contexto da Pandemia da Covid 19, de acordo com os artigos analisados onde se observa que o estado tem sido falho na aplicação da Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340/2006. No toante as políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher, percebe-se que houve avanços no Estado do Ceará, onde se destaca a a “Casa da Mulher Brasileira (CMB) que foi fundamental para tornar visível para muitas mulheres que desconhecem sua existência. A CMB surge como um espaço em que se contém diversos serviços para o atendimento da mulher em situação de violência”. Contudo, conclui-se que a Lei Maria da Penha tem contribuído sim para a diminuição da violência e tem também cobrado das autoridades competentes urgências no julgamento dos casos de violência, sendo, portanto, um grande avanço, já que anteriormente alguns casos demoravam anos para serem julgados ou até mesmo, cair no esquecimento. Dessa forma,

fez-se necessário mais cobranças dos setores ou órgãos responsáveis para que a lei possa surtir seus efeitos positivos e cabe a sociedade como um todo cobrar dos responsáveis. Por fim, sabe-se que há muito o que se pesquisar a respeito da violência no Ceará, mas espera-se que esta pesquisa possa fomentar novas pesquisas sobre este tema e assim contribuir para a formação de medidas ou despertar em órgãos responsáveis urgência no combate à violência contra a mulher.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006.** Palácio do Planalto, Brasília, Distrito Federal. 2006.

OMS. Organização Mundial de Saúde. **Uma em cada 3 mulheres em todo o mundo sofre violência.** Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/115652-oms-uma-em-cada-3-mulheres-em-todo-o-mundo-sofre-viol%C3%Aancia>. Acesso em: 19 abr. 2023.

Gil, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MINAYO, M. C. de L. (org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

SAFFIOTI, Heleith Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

A INVISIBILIDADE DO POVO NEGRO: ASPECTOS SOCIAIS E JURÍDICOS DO RACISMO ESTRUTURAL

José Gilvan Rebouças da Silva Júnior¹ (aluno do curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: gilvan.junior@fvj.br); Orientador: **Jaks Douglas Uchôa Damasceno**² (professor-mestre do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: jaksdouglas@fvj.br).

RESUMO

O objetivo desta monografia é examinar o racismo como um elemento fundamental e estruturante enraizado na sociedade e, por consequência, no Estado Democrático Brasileiro, e como essa realidade afeta a implementação e efetividade das leis antidiscriminatórias. O ponto de partida foi a indagação: como é possível ser-se racionalmente racista? Por meio de pesquisa exploratória, busca-se compreender como o racismo permeia as estruturas do Estado, influenciando o funcionamento das instituições e dificultando o pleno cumprimento das normas que visam combater a discriminação racial. A análise se concentra em identificar os desafios enfrentados na aplicação das legislações antidiscriminatórias. É examinada a histórica miscigenação racial que caracteriza o Brasil como nação, visando compreender como essa diversidade étnica influenciou as relações sociais e a formação do país. São explorados os principais instrumentos normativos presentes no ordenamento jurídico brasileiro que buscam combater a discriminação racial: a Lei 7.716/89, conhecida como lei do Racismo, e a Lei 12.288/10, conhecida como Estatuto da Igualdade Racial. A análise dessas legislações tem como propósito identificar suas disposições e alcance na promoção da igualdade e na erradicação do racismo, contribuindo para a compreensão das bases legais de combate à discriminação racial no Brasil. É abordada a origem histórica do racismo, delineando os conceitos fundamentais de raça e tempo, e como isso se relaciona com a invisibilidade do povo negro na sociedade. Além disso, é apresentada uma distinção entre a injúria racial e o racismo, destacando suas características e peculiaridades legais. Busca-se, ainda, oferecer uma proposta de contribuição para a formação jurídica com foco na luta contra o racismo, baseada nas ideias do direito antidiscriminatório e na construção de uma subjetividade que combate à discriminação.

Palavras-chave: Escravidão; Racismo; Lei de Racismo; Racismo Estrutural; Raça.

INTRODUÇÃO

O racismo é uma realidade presente em muitas sociedades ao redor do mundo e pode se manifestar de diversas formas, desde atitudes individuais até sistemas estruturais que perpetuam a discriminação e a desigualdade. O racismo estrutural, em particular, é um fenômeno que ocorre quando as desigualdades raciais são mantidas por estruturas sociais, políticas e econômicas que favorecem um determinado grupo racial em detrimento de outros. Com base nessa premissa, o objetivo da pesquisa acadêmica é esclarecer questões relacionadas à aplicação deficiente relativa às das normas jurídicas antidiscriminatórias presentes no sistema jurídico brasileiro, bem como analisar a inclusão do povo negro na sociedade brasileira e o papel do direito e da legislação na manutenção e combate ao racismo. A análise será feita tendo como base o conceito de racismo estrutural desenvolvido pelo Professor Silvio de Almeida. O racismo não é uma patologia social nem um desarranjo institucional, mas sim uma consequência da própria estrutura social, é uma resultante das relações políticas, econômicas, jurídicas e familiares, que se constituem de forma "normal". Esse conceito nos ajuda a entender como o racismo tem sido produzido e reproduzido desde o período escravista da História do Brasil. É importante destacar que a relevância e a razão de ser deste trabalho derivam da observação, da leitura e das experiências vividas, bem como da indagação fundamental: como é possível, de maneira racional, ser-se racista? O presente trabalho tem o objetivo de contribuir para a reflexão e o debate sobre o racismo estrutural e a falta de representatividade de indivíduos negros/pardos nas instituições de poder nacionais. Além disso, busca evidenciar as limitações do direito e das leis no combate ao racismo, uma vez que qualquer lei criada para esse fim apenas minimiza ou dificulta os atos racistas, enquanto a sociedade brasileira permanece fundamentada em estruturas racistas.

MARCO TEÓRICO

Com fundamentação teórica de: Lilia Schwarcz (2019), Silvio de Almeida (2019), Mirabete (2013), Adilson José Moreira (2019), Cezar Bitencourt (2018), Sidney de Paula Oliveira (2011) para alicerçar e enriquecer a pesquisa bibliográfica. Assim sendo, foram apresentadas discussões históricas e conceituais relevantes para o tema pesquisado, bem como realizada uma análise dos principais pontos contidos na Lei de Racismo e no Estatuto da Igualdade Racial, além de destacada a diferença entre racismo e injúria racial.

METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem documental e utiliza o conceito de racismo estrutural, utilizado por Sílvia de Almeida (2019). Segundo o autor, o racismo não é uma manifestação individual ou patológica, mas sim uma parte normal da sociedade, integrando a organização do Estado e as relações das instituições políticas e econômicas. O racismo é uma regra comum, e não uma exceção. Esse conceito é o mais apropriado para o estudo em questão, uma vez que o racismo estrutural é um problema social que tem suas raízes na história de longa escravidão do país, e é capaz de explicar como o racismo está presente em toda a sociedade. Na construção da pesquisa foram usados livros, bem como revistas, doutrinas, artigos, monografias, teses de dissertação, inclusive sites online que tratam sobre a temática no Brasil. Em relação à legislação, destacam-se o uso da Constituição Federal de 1988, da Lei de Racismo, Estatuto da Igualdade Racial e Código Penal.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Embora haja legislação antidiscriminatória no país, é possível notar uma falha na sua efetividade e aplicação. O racismo é, sem sombra de qualquer dúvida, um dos mais graves fenômenos da história arquitetado e perpetuado pelo ser humano. Foi e é uma ferramenta de discriminação, genocídio, humilhação, exclusão e outras formas de violência que um ser humano inflige a outro por acreditar ou achar-se superior. Depois de muita luta, sangue e suor negro, esse comportamento a passos lentos vai sendo rejeitado pela sociedade até mesmo punido, positivado em lei. A desigualdade racial é um problema real no Brasil, pois ao longo da história a população negra sempre ocupou os indicadores mais baixos de bem-estar social, uma realidade que persiste até os dias de hoje. Os negros são frequentemente relegados a atividades precárias e desvalorizadas, tendo dificuldades para acessar direitos básicos e sofrendo com o estereótipo de inferioridade que o racismo estruturou socialmente. Por essa razão, é compreendido que a desigualdade racial é um aspecto estrutural e fundamental das relações sociais no país. A influência do sistema escravocrata ainda é presente na sociedade brasileira e, apesar de a pessoa negra ser reconhecida como cidadã e não mais sofrer tratamentos desumanos, ainda é vítima da violação de seus direitos devido à persistência do racismo estrutural. Percebe-se que o Direito não possui um caráter revolucionário em si mesmo. Entretanto, é por meio do daquele que o movimento negro e outros grupos sociais encontram suporte para obter, garantir e expandir seus direitos. Por tal, é importante incentivar a intelectualidade jurídica para que os profissionais do direito possam acompanhar as mudanças sociais e transformações em curso. É cada vez mais evidente a necessidade de debates sociológicos, filosóficos e críticos acerca da teoria racial brasileira. Os discursos que fundamentam as normas e sua aplicação não podem ser considerados neutros e universais, uma vez que, estruturalmente, não somos todos iguais. É essencial que as faculdades de direito explorem o campo do direito antidiscriminatório, do direito sob o olhar do oprimido, a fim de repensar a concepção restrita do positivismo. Por fim, devido ao caráter acadêmico

desta pesquisa, não se faz pertinente encerrá-la, mas sim apresentar considerações finais sobre o tema analisado, a fim de contribuir para futuras pesquisas acadêmicas que se debrucem sobre esse mesmo viés científico. É importante ter em mente a evolução social e legislativa necessárias para a luta contra o racismo, de modo que seja possível dar continuidade ao desenvolvimento e aprimoramento de políticas antirracistas efetivas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Polém 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 mai. 2023.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal: parte geral**. São Paulo: Saraiva, 2018.

Lei nº 12.228, de 20 de julho de 2010. **Estatuto da Igualdade Racial**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 11 abr. 2023.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. Companhia das Letras, 2018.

ANÁLISE CRÍTICA DA ATUAÇÃO DO MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES PARA COM OS DEMAIS PODERES DA REÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

José Matheus Porto Barbosa¹ (Aluno do Curso de Direito do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. E-mail: 2018226865@unijaguaribe.edu.br, Prof^a. Esp. Acemira Maria Ferreira Ribeiro² (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe).

RESUMO

O presente Trabalho tem como objetivo, realizar uma avaliação crítica da atuação do Ministro Alexandre de Moraes, membro do Supremo Tribunal Federal (STF), em suas relações com os demais Poderes da República Federativa do Brasil, analisando sua postura, ações e decisões em relação ao Executivo, Legislativo e Judiciário. Para isso, serão utilizados como base de pesquisa documentos oficiais, jurisprudências, discursos e pronunciamentos do Ministro, assim como artigos acadêmicos, doutrinas e obras que abordem a temática. Será realizada uma análise crítica dos seus posicionamentos em casos relevantes, buscando identificar sua visão sobre a separação de poderes e o equilíbrio entre eles, bem como possíveis influências políticas e sociais em suas decisões. Além disso, serão abordadas as críticas e elogios recebidos por ele em sua atuação em relação aos demais Poderes, considerando a opinião de juristas, acadêmicos, políticos e sociedade civil, de forma a compreender as percepções divergentes acerca de sua atuação. Portanto, esta pesquisa visa contribuir para uma análise crítica e aprofundada da atuação do Ministro Alexandre de Moraes em relação aos demais Poderes da República Federativa do Brasil, possibilitando uma compreensão mais completa e reflexiva sobre o tema e suas implicações no contexto político e jurídico do país.

Palavras-chave: Supremo Tribunal Federal; Ministro; Decisões Monocráticas.

INTRODUÇÃO

A República Federativa do Brasil é um país democrático fundamentado no princípio da separação dos poderes, em que o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário atuam de forma independente e harmônica para garantir a efetivação dos direitos e garantias constitucionais. Nesse contexto, o Supremo Tribunal Federal (STF), como órgão máximo do Poder Judiciário Brasileiro, exerce um papel fundamental na interpretação da Constituição, na salvaguarda dos princípios democráticos e do Estado de Direito.

Dentre os ministros que compõem o STF, destaca-se o Ministro Alexandre de Moraes, que assumiu o cargo em março de 2017. Sua atuação no Supremo tem sido marcada por polêmicas e decisões controversas, especialmente em relação aos demais Poderes da República Federativa do Brasil: o Poder Executivo, representado pela Presidência da República e seus ministérios, e o Poder Legislativo, composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.

Diante dessa conjuntura, surge a necessidade de uma análise da atuação do Ministro Alexandre de Moraes em relação aos demais Poderes, a fim de compreender sua postura, ações e decisões à luz das normas existentes no Brasil, da jurisprudência e do contexto político-institucional do país. Tal análise possibilitará uma reflexão sobre o papel do Poder Judiciário na relação com os demais Poderes, a garantia da separação de poderes e a proteção do Estado de Direito no contexto brasileiro.

A pesquisa está dividida em três capítulos, sendo o primeiro uma breve descrição e apresentação profissional do Ministro Alexandre de Moraes e como se deu sua nomeação para o Supremo Tribunal Federal. No segundo será feita uma conceituação do princípio constitucional da separação dos poderes da República Federativa do Brasil. E no terceiro a discussão das principais decisões proferidas pelo Ministro no âmbito de sua atuação.

Por meio dessa análise, busca-se fornecer uma visão aprofundada sobre a atuação do Ministro, destacando suas ações, decisões, polêmicas e possíveis implicações para o sistema político e institucional do Brasil. Espera-se que este estudo contribua para o enriquecimento

do debate acadêmico sobre o tema e para a compreensão da dinâmica entre os Poderes da República, no contexto atual de desafios e transformações políticas e institucionais do país.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para a elaboração da presente monografia, fez-se necessário realizar de início um estudo sobre a biografia do ministro Alexandre de Moraes, logo após realizamos uma análise histórica e conceitual do princípio constitucional da Separação dos Poderes, levando em consideração a teoria formulada por Montesquieu (1748), para que fosse possível entender a origem e finalidade deste princípio; Por fim foi feito uma análise de três decisões monocráticas atuais do ministro, levando em consideração o próprio entendimento de seus pares da Suprema Corte, como também as normas vigentes.

Ademais, afim de fundamentar acerca da análise abordada, foram utilizados diversos pensamentos de doutrinadores reconhecidos no Brasil, fazendo ênfase aqui a utilização do livro do jurista COSTA (2009), que é natural da cidade de Aracati-CE, para substanciar o estudo sobre a Separação dos Poderes.

METODOLOGIA

As decisões do Ministro Alexandre de Moraes realmente estão dentro das quatro linhas da constituição federal de 1988, ou existe por parte do mesmo uma parcialidade política que extrapola a sua própria competência que lhe é inerente, com a finalidade de prejudicar a partir de seus entendimentos, legítimo ou ativismo?

As técnicas metodológicas utilizadas para a elaboração da presente monografia foram as pesquisas qualitativas e documentais através da coleta de informações em doutrinas de autores, leis e sites de pesquisa na internet. Além de pesquisas em entendimentos jurisprudenciais favoráveis e desfavoráveis à problemática central.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscamos analisar as decisões proferidas pelo Ministro Alexandre de Moraes, tendo como base sua biografia, a separação dos poderes e as próprias decisões diretas do referido Ministro. Ao longo deste estudo, empenhamo-nos em oferecer uma crítica jurídica fundamentada, buscando avaliar os fundamentos e o impacto dessas decisões no contexto jurídico e social.

No primeiro capítulo, apresentamos a biografia do Ministro Alexandre de Moraes, destacando seus principais cargos e trajetória profissional. Compreender a formação e a experiência do Ministro é essencial para contextualizar suas decisões e avaliar a consistência de seu arcabouço jurídico. No entanto, é importante ressaltar que a análise das decisões não deve se pautar exclusivamente em aspectos biográficos, mas sim em uma análise crítica das fundamentações jurídicas adotadas.

No segundo capítulo, discutimos a separação dos poderes como um dos pilares fundamentais do Estado Democrático de Direito. Exploramos a importância desse princípio para a garantia da independência e da autonomia dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Nesse contexto, destacamos a relevância de uma atuação judiciária imparcial, que respeite os limites estabelecidos pela Constituição Federal e pelas leis vigentes.

No terceiro capítulo, abordamos as decisões diretas proferidas pelo Ministro Alexandre de Moraes, levantando questionamentos e críticas jurídicas pertinentes. É válido ressaltar que as críticas aqui apresentadas não têm o intuito de desqualificar ou diminuir a

importância do trabalho realizado pelo Ministro, mas sim de estimular um debate crítico sobre a fundamentação e os efeitos dessas decisões.

Ao longo de nossa análise, observamos que algumas decisões proferidas pelo Ministro Alexandre de Moraes suscitaram questionamentos em relação à sua fundamentação jurídica. Destacamos a importância de uma argumentação sólida e coerente, respaldada nos princípios constitucionais e nas normas vigentes, a fim de garantir a legitimidade das decisões judiciais. Além disso, ressaltamos a relevância de uma atuação jurídica transparente e acessível, que possibilite a compreensão e o debate público sobre as decisões proferidas.

É fundamental destacar que o estudo das decisões de um Ministro específico é apenas uma pequena parcela do amplo espectro de atuação do Poder Judiciário. Portanto, nossas críticas e análises devem ser compreendidas como parte de um debate maior sobre o sistema jurídico como um todo.

Em suma, esta pesquisa buscou analisar as decisões proferidas pelo Ministro Alexandre de Moraes, considerando sua biografia, a separação dos poderes e a fundamentação jurídica adotada. Por meio dessa análise, esperamos contribuir para um debate jurídico mais amplo, que promova o aprimoramento do sistema judiciário e fortaleça os valores democráticos e constitucionais que sustentam nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

BARROSO, L. R. **Curso de direito constitucional contemporâneo**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book.

BRANCO, Paulo Gustavo Gonet; MENDES, Gilmar Ferreira. **Curso de direito constitucional**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Senado Federal. Atividade Legislativa. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988_atual/_134_.asp. Acesso em: 01 maio 2023.

BRASIL. Agência do Senado. Alexandre de Moraes toma posse no TSE e enaltece a confiança no voto eletrônico. **Senado notícias**. Brasília, DF: Senado Federal, ago. 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/08/16/alexandre-de-moraes-toma-posse-no-tse-e-enaltece-a-confianca-no-voto-eletronico>. Acesso em: 12 abr. 2023

BRASIL. **Decreto-lei N° 3.689, de 3 de outubro de 1941**: Código de Processo Penal. Brasília, DF: Presidência da República, 1941. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm. Acesso em: 5 abr. 2023

DIREITO HUMANO AO RECONHECIMENTO JURÍDICO DA REUNIÃO HOMOAFETIVA

José Wellington Porto Costa Lima Júnior¹ (Aluno do Curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. E-mail: Wellingtonjr0705@gmail.com, Dra. Xeila Maiane da Silva Freitas² (Professora Especialista do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: xeila.freitas@unijaguaribe.edu.br).

RESUMO

Este trabalho tem o intuito de explicar o funcionamento do sistema interamericano de direitos humanos no que diz respeito às uniões homossexuais, bem como analisar à luz da Constituição Federal, entretanto, nem sempre é possível concretizar esses direitos já reconhecidos devido à ausência de leis específicas que tratem do assunto. Tendo em vista que é um tema que tem ganhado grande destaque no meio jurídico nos últimos anos, conhecer as leis inerentes as relações homoafetivas no Brasil e no mundo é um ponto crucial a garantia de direitos antes restritos, reconhecer que há falhas e muito o que ser tratado, para a diminuição do preconceito.

Palavras-chave: Direitos humanos; Relações homossexuais; Leis.

INTRODUÇÃO

Atualmente, o processo de superação da discriminação e do preconceito tornou-se mais discutido e efetivo considerando a evolução da sociedade brasileira.

O resultado é “livre”, portanto, a plenitude da orientação sexual e com ela, a liberdade dos relacionamentos homoafetivos públicos, tão duramente criticados antes.

No Brasil, aliás no mundo, atualmente é comum pessoas do mesmo sexo viverem juntas em parcerias contínuas e duradouras, caracterizadas principalmente pelo afeto, e projetos comuns para o futuro. A aceitação social e a desmistificação do assunto, além de seu reconhecimento legal, são relativamente recentes, havendo ainda incertezas e julgamentos que desviam da total liberdade de expressão afetiva, causando também alguns incerteza o escopo legal e como este ramo deve lidar com o tópico atual.

Para o direito positivo do país, ainda não existem regras precisas sobre as diversas relações homoafetivas, porém, o social trazido pela Constituição de 1988, visa uma sociedade sem preconceitos nem discriminações, com fundamentos na igualdade de todos os seres. Portanto, as brechas da legislação vigente também não permitem uniões homoafetivas, porém reconhecem especificamente as relações heterossexuais.

Com base nessa perspectiva, a pesquisa mostra que todos têm o direito de viver em verdadeira dignidade e igualdade, independentemente das escolhas que façam, desde que não causem danos à sociedade em que vivem. Entende-se que as relações afetivas entre pessoas do mesmo sexo têm despertado diferentes opiniões desde sua existência, e a efetivação dos direitos da diversidade sexual e dos direitos delas derivados na sociedade contemporânea enfrenta inúmeros desafios.

Assim, este estudo de triagem abordará algumas questões específicas relacionadas com o casamento entre pessoas do mesmo sexo e o sistema de direitos humanos dos EUA, nomeadamente uma breve reflexão sobre o sistema: Alberto Duque v. Colômbia.

Em suma, o objetivo deste estudo institucional é apresentar e analisar o reconhecimento legal do casamento entre pessoas do mesmo sexo e validar internamente as disposições da Constituição Federal de 1988 e as decisões dos tribunais brasileiros sobre o assunto.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para a elaboração deste documento, foram feitas pesquisas e estudos bibliográficos sobre o preconceito contra homofobia no Brasil, além de leituras e fichamentos de livros, artigos, publicações em periódicos. Tais como a Revista do Ministério Público de 1988, Jornal Lâmpião da Esquina entre outros.

RESULTADO E DISCUSSÕES

Os direitos humanos são, basicamente, o direito que deve ser respeitado por todos e garantido efetivamente pelo estado. O sistema aplicado no Brasil, trata-se do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, que tem como instrumento a Convenção Americana de Direitos Humanos. Essa convenção, é também denominada de Pacto de San José da Costa Rica, que foi assinada em 1969 e entrou em vigor em 1978. A Convenção Americana-CIDH (1969), tem por objetivo assegurar e garantir os direitos civis e políticos.

Entende-se, portanto, ser de responsabilidade dos Estados-partes, não apenas respeitar os direitos citados anteriormente, mas também de assegurar o seu livre e pleno exercício, conforme atenta Thomas Buergenthal. Deste modo, um governo tem obrigações tanto negativas quanto positivas, ou seja, não é apenas a obrigação de não violar direitos individuais, mas também de requerer adoção de medidas razoáveis para assegurar os direitos garantidos na Convenção Americana.

Podemos, portanto, dizer que a Comissão Internacional de Direitos Humanos é responsável por listar e proteger o essencial para uma existência digna para todos.

Ela estabelece ainda, ao Estado, instrumentos que asseguram o cumprimento desses deveres de proteção aos direitos estabelecidos, em suma, a Comissão tem sua atribuição voltada no zelo, na fiscalização e na promoção dos Direitos Humanos.

Portanto, considerando todos os itens acima, a grande importância de esta Convenção é sublinhada, pois não é apenas uma lista de direitos humanos, mas também mecanismos para sua promoção e proteção.

No entanto, a proteção desses direitos não pode estar nesta comissão, ou em um tratado, pois é dever de todos respeitar e garantir a efetividade desses direitos.

Na condução desta pesquisa, é muito necessário mostrar exemplos concretos de todo o mundo para que possamos entender melhor esta experiência de discriminação e formar uma postura adequada sobre este grave problema social com muitas consequências. População LGBTQIA+ Mundial.

Diante dos estudos realizados e ainda defronto aos dois casos emblemáticos trazidos na pesquisa, pode se observar que tanto para Duque X Colômbia como para o caso de Karen Atala, a apreciação mudanças positivas nos conceitos basilares do direito de família ao longo do tempo, e ainda, se fazer compreender que os princípios constitucionais e os fundamentos do sistema aplicado no país, são direitos de todos os cidadãos devendo serem tratados sem nenhuma diferenciação pelas escolhas ou opções sexuais.

CONCLUSÃO

Há muito que ser trabalhado socialmente para garantir os direitos das famílias homoafetivas, haja vista que muitos ainda reconhecem apenas o conceito mais tradicional de família, enquanto existem diversas formas.

Há muito que se combater no tocante do preconceito enraizado na sociedade, não podendo deixar isso interferir nos direitos essenciais das pessoas elencados no Pacto de São José da Costa Rica, por isso é de extrema importância à análise e discussão do tema trabalhado para tentar diminuir o preconceito social.

Pois juridicamente existe o reconhecimento das Uniões Homoafetivas e a conversão desta união em casamento, tendo as partes os mesmos direitos elencados na lei, mesmo que nestas não tenha a relação homem com homem e mulher com mulher.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Roberto Luiz. diferentes, mas iguais: o reconhecimento jurídico das relações homoafetivas no Brasil. Revista do Ministério Público. Rio de Janeiro: MPRJ, n. 47, jan./mar. 2013. Disponível em:

https://www.mprj.mp.br/documents/20184/2580660/Luis_Roberto_Barroso.pdf. Acesso em 25 de abril de 2023.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei n. 10.406, 10 de janeiro de 2002**. Código Civil.

BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 14 de setembro de 1830. Disponível em: <https://goo.gl/bw3qHj>. Acesso em: 13 nov. 2022.

CASAIIS holandeses do mesmo sexo recebem direitos de casamento e adoção. **The New York Times**. EUA. 20 de dez. de 2000. Seção Arquivo. Disponível em:

<https://www.nytimes.com/2000/12/20/world/same-sex-dutch-couples-gain-marriage-and-adoption-rights.html>. Acesso em: 12 maio 2022.

BRASIL, Fundo. ORG. Anna Shvitts. 2022. Disponível em

https://www.fundobrasil.org.br/blog/qual-e-a-importancia-do-dia-internacional-do-orgulho-lgbtqia-em-2022/?gclid=Cj0KCQjw1rqkBhCTARIsAAHz7K0JX7cWX1OS8A5Nz398RiNc-D2Y0hPSB0zjeADo8oMkfmLXa726_q0aArLdEALw_wcB Acesso em 14 de abril de 2023

Comissão para a Construção da Paz. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida:

Wikimedia Foundation, 2017. Disponível em:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Comiss%C3%A3o_para_a_Constru%C3%A7%C3%A3o_da_Paz. Acesso em: 20 maio 2023.

Lana Terra da Silva Vellardi¹ (Aluna do Curso de Direito do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, E-mail: vellardilana@gmail.com), Arielle Arry Carvalho² (Professora do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, E-mail: arielle.carvalho@fvj.br).

RESUMO

A pesquisa enfatiza a relevância de leis e projetos de lei que visam o cuidado com a integridade física e psicológica de crianças e adolescentes que sofrem violência intrafamiliar. Compreende-se que a discussão é relevante, porque, depois da pandemia da COVID-19, as denúncias aumentaram significativamente, exigindo-se do Poder Público medidas efetivas que façam cessar a problemática. Busca-se, ainda, discutir sobre o abuso sexual infantil intrafamiliar e a tomada de medidas na esfera jurídica. A metodologia utilizada para a pesquisa ocorre por meio da pesquisa bibliográfica, documental e de natureza teórica. Ao longo do estudo evidenciou-se que o abuso sexual infantil intrafamiliar representa uma problemática vivida desde sempre pela sociedade e que as subnotificações correspondam a uma das realidades que mais impossibilitam a ação por parte do Poder Público, bem como, do Poder Judiciário. São necessárias medidas mais efetivas que façam cessar a problemática, sobretudo, no tocante à educação e o incentivo às crianças e adolescentes a tomarem as providências necessárias diante dos casos concretos.

Palavras-chave: Abuso sexual infantil; Dinâmica familiar; Fatores de risco.

INTRODUÇÃO

Violências contra crianças e adolescentes sempre ocorreram, entretanto, com o passar das décadas o problema com relação a este cenário passa a ficar mais frequente, e tende a ser ainda mais explanado depois da pandemia do COVID-19, visto que o isolamento social aumentou os riscos contra os menores de idade. Frente a este contexto, surge o seguinte problema de pesquisa: Quais são as medidas jurídicas para o cuidado junto a crianças e adolescentes quando existe o abuso sexual infantil intrafamiliar? Levando em consideração este questionamento, cabe destacar que o estudo sobre o assunto foi escolhido porque os casos de violência contra crianças têm crescido consideravelmente, conforme aponta Velasco (2022, online) quando diz que foram constatados “quase 20 mil casos de maus-tratos contra crianças e adolescentes em 2021”, e que estes relacionam-se, sobretudo, ao fato dos menores terem ficado muito tempo isolados durante a pandemia do covid-19 com seus agressores. Com relação aos objetivos do estudo, compreende-se que o geral busca discutir sobre o abuso sexual infantil intrafamiliar e a tomada de medidas jurídicas. Com relação aos objetivos específicos, estes ensejam: destacar sobre a ocorrência do abuso sexual infantil intrafamiliar; elencar as medidas jurídicas para o combate ao abuso sexual infantil intrafamiliar; enfatizar sobre as subnotificações do abuso sexual infantil intrafamiliar.

MARCO TEÓRICO

É importante salientar que o abuso a figura da criança trata-se de um contexto cultural, visto que cenas que envolvem excessos físicos, psicológicos e sexuais sempre foram possíveis verificar. Entretanto, com o passar dos anos, percebe-se que esse cenário já não é aceito, considerando que a estrutura familiar muda e as concepções acerca de cuidado com as crianças também. De acordo com a Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), são as meninas que mais são acometidas com a violência sexual. Conforme a UNICEF, este perfil representa 80% dos indivíduos que sofrem com a problemática e, estando estes com idades entre 10 a 14 anos. Alguns dados destacam que, durante a pandemia da COVID-19, a frequência destes acontecimentos diminuiu, entretanto, vale ressaltar que existe uma subnotificação neste cenário, permitindo que os dados se apresentem de forma incoerente e preocupante. De acordo com a UNICEF, os estados brasileiros que mais apontam sobre os problemas de violência infantil, sobretudo nos últimos anos, concentram-se nas regiões Norte

e Nordeste, ficando os estados de Alagoas e do Ceará em destaque, com respectivamente 54,3% e 11,4%, considerando anos entre 2016 e 2020. É importante salientar que há mais de vinte anos se iniciou o combate ao crime contra crianças e adolescentes, conhecido por pedofilia. Este momento é conhecido como Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, acordado por meio da Lei 9.970, de 2000. A lei se apresenta a partir de uma homenagem efetivada a uma criança chamada Araceli Sánchez Crespo, que foi assassinada quando tinha apenas oito anos de idade no ano de 1973 (AGÊNCIA SENADO, 2020).

METODOLOGIA

A metodologia usada no estudo trata-se da pesquisa bibliográfica e teórica, visto que existe material vasto para que o cenário seja discutido, por meio de livros, artigos, monografias e afins. Mas também é documental, pois faz observação da mudança do comportamento das pessoas no que tange a sua evolução. Também é descritiva, visto que “têm como finalidade principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno” (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009; OLIVEIRA, 2011, p. 22).

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Mesmo sabendo que existem diversas medidas para o cuidado com a integridade física e psíquica de uma criança que sofre abuso sexual, muitas destas ficam sem atendimento porque os casos não chegam a ser denunciados, ou seja, causando subnotificação. Entre os anos de 2017 e 2020 “foram registrados 179.277 casos de estupro ou estupro de vulnerável com vítimas de até 19 anos – uma média de quase 45 mil casos por ano. Crianças de até 10 anos representam 62 mil das vítimas nesses quatro anos – ou seja, um terço do total”. (FUNDO DE EMERGÊNCIA INTERNACIONAL DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA – UNICEF, 2021, p.06). Portanto, identifica-se que os casos ainda são crescentes, mesmo com as diversas medidas que o cenário judicial disponibiliza. Salienta-se ainda sobre “as piores taxas serem encontradas em Roraima (2,02), Rio Grande do Norte (1,98), Mato Grosso do Sul (1,48), e Rondônia (1,47)” no ano de 2020. (FUNDO DE EMERGÊNCIA INTERNACIONAL DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA – UNICEF, 2021, p.17). É relevante apontar que a negligência quando destina-se a crianças e adolescentes tende a garantir números elevado de abusos junto a estas, que ocorrem significativamente fora do ambiente familiar, mas, sobretudo, quando se fala em cenário intrafamiliar. “Em 2018, dos casos registrados envolvendo crianças, 60,8% sofreram negligência, 10,7% sofreram abuso físico, 7% sofreram abuso sexual e 15,5% sofreram vários tipos de abuso” (FARIAS; ROCHA; LUCENA, 2022, p. 08). Atualmente, fica esclarecido que as medidas jurídicas para o combate ao abuso sexual infantil intrafamiliar relacionam-se ao afastamento do agressor do lar assim como a suspensão dos contatos entre agressor e vítima, sendo estes apresentados junto a ECA, especificamente em seu art. 130. Para além deste cenário, por meio do Projeto de Lei aprovado 1252/21, o tempo para aprisionamento do agressor se torna mais longo, a depender de caso a caso, mas que pode chegar até 20 anos de reclusão.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. **Avanço na legislação marca os 20 anos de combate à exploração sexual de crianças**. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/05/15/avanco-na-legislacao-marca-os-20-anos-de-combate-a-exploracao-sexual-de-criancas>. Acesso em: 15 abr. 2023.

FARIAS, Thais Moraes.; ROCHA, Liele Camyle da Silva.; LUCENA, Fábio Alexandre Abiorana. **Abuso sexual contra crianças: a omissão da denúncia por parte dos responsáveis.** Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 8, n. 8, p. 594-605, 2022.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil.** 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/16421/file/panorama-violencia-letal-sexual-contra-criancas-adolescentes-no-brasil.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2023.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie *et al.* Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista brasileira de história & ciências sociais**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>. Acesso em: 10 abr. 2023.

VELASCO, Clara. Casos de maus-tratos contra crianças e adolescentes crescem 21% no Brasil em 2021, mostra Anuário. G1, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/06/28/casos-de-maus-tratos-contra-criancas-e-adolescentes-crescem-21percent-no-brasil-em-2021-mostra-anuario.ghtml>. Acesso em: 04 mai. 2023.

GUARDA COMPARTILHADA: EFETIVAÇÃO DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA CONVIVÊNCIA FAMILIAR E DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Lucas Emanuel Rebouças Marques¹ (Aluno do Curso de Direito do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. E-mail: le12011998@gmail.com), Professor Esp. Alfredo Narciso Neto² (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, E-mail: alfredonarcisojuridico@gmail.com).

RESUMO

O trabalho de conclusão de curso norteia-se à analisar a Guarda Compartilhada, como meio para a efetivação dos princípios constitucionais, sempre elevando o melhor interesse da criança e do adolescente. Destacando a importância para que possamos desmitificar o tema abordado, conseguindo assim ampliar a linha de estudos no Direito de Família. Usando a fonte metodológica em bibliográfica, utilizando assim como fontes de pesquisa a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, assim como alguns princípios constitucionais sendo norteados pelo Direito de Família. Dessa forma, este trabalho de conclusão de curso, busca contribuir para a compreensão e aplicação correta da Guarda Compartilhada, como forma de garantir a participação igualitária de ambos os pais na vida do filho. Sempre buscando assegurar um ambiente familiar saudável para as crianças e adolescentes. Vale destacar que a guarda compartilhada tem como objetivo garantir a participação igualitária dos pais na vida dos filhos, sempre buscando assegurar um ambiente familiar saudável de todos. Sabemos que há um grande desafio para muitos casais separados, principalmente quando há conflitos e desentendimentos. A guarda compartilhada veio como meio de viabilizar esses conflitos. Fazendo com que esse menor, ou esse adolescente não sinta um impacto de uma separação. No entanto, é necessário destacar que a Guarda Compartilhada não é o único meio de solução para esses conflitos. Cada caso deve ser analisado individualmente de acordo com as necessidades.

Palavras-chave: direito de família; guarda compartilhada; crianças e adolescentes; ambiente familiar

INTRODUÇÃO

Trata-se de uma análise à Guarda Compartilhada com a perspectiva dos princípios constitucionais para o melhor interesse da criança e do adolescente, e temos como base de estudo o Direito de Família, a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como obras doutrinárias e jurisprudências, a fim de nos assegurarmos e ampliarmos a nossa linha de pesquisa sobre o tema. Diante dessas permeáveis normas e preceitos que estabelecem as diretrizes para a proteção e o amparo dessas crianças, buscamos um ambiente seguro, propício ao seu desenvolvimento integral e pleno exercício de direitos fundamentais. Entretanto, é um campo muito multidimensional que engloba a prevenção e o combate de diversas formas de violência, abuso, exploração e negligência que são rotineiramente colocados contra as crianças. Visando assim, nesse contexto, que a regulamentação das normas constitucionais para o melhor interesses da criança e do adolescente, demandem de um esforço conjunto de atores e setores da sociedade. Cabendo o estado, por meio de seus poderes, a responsabilidade primordial para estabelecer marcos legais e sólidos, além de promover políticas públicas que visem a proteção integral dessas crianças e adolescentes. A legislação desempenha um papel central na regulamentação e proteção dos menores. As leis

estabelecem os princípios fundamentais, os direitos e as responsabilidades dos pais em relação a criação e a educação dos seus filhos. No entanto, é importante destacar também que a legislação não é um processo estático. À medida que novas pesquisas, evidências e práticas surgem, as leis podem precisar ser atualizadas e formuladas para refletir as necessidades e os interesses mais eficazes. Em suma, as perspectivas culturais e sociais desempenham um papel significativo.

MARCO TEÓRICO

No trabalho de conclusão de curso, o que nos baseia e nos sustenta para falarmos um pouco mais aprofundo sobre o tema são as leis, as normas, as jurisprudências, e alguns autores. O conceito de guarda compartilhada refere-se a uma modalidade de exercício da responsabilidade parental em que pais separados ou divorciados compartilham igualmente as responsabilidades e as decisões relacionadas aos filhos. Essa abordagem visa garantir a participação ativa de ambos os pais na vida dos filhos, promovendo seu bem-estar e desenvolvimento saudável dos filhos. Já a efetivação das normas constitucionais para o melhor interesse da criança e do adolescente refere-se à necessidade de garantir que os direitos fundamentais estabelecidos na Constituição sejam cumpridos no contexto da guarda compartilhada. A Constituição brasileira, em seu artigo 227, estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente o direito à convivência familiar, bem como a proteção integral de seus direitos. Dando assim uma breve análise nas normas constitucionais vigentes. Para englobar ainda mais, no Brasil, a Lei nº 13.058/2014 introduziu alterações no Código Civil para fortalecer a guarda compartilhada como uma forma de exercício do poder familiar. Essa lei estabelece a guarda compartilhada como a modalidade preferencial, na qual ambos os pais devem participar igualmente da vida dos filhos, incluindo a tomada de decisões importantes sobre sua educação, saúde e bem-estar. Também analisamos estudos e pesquisas acadêmicas que pudessem ainda mais nos ajudar a desenvolver o trabalho de forma mais assertiva. Sempre levando como base o interesse superior da criança e do adolescente.

METODOLOGIA

A metodologia usada neste trabalho de conclusão de curso foi a de revisão bibliográfica, utilizando referencial teórico de autores que discorrem sobre o tema e pesquisa de campo, pelo fato de abordar projetos direcionados à Guarda Compartilhada, utilizando de referencial a própria Constituição Federal de 1988, assim como o Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990. Bem como do Código Civil Brasileiro, de 2002, mais precisamente no Direito de Família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, exploramos a regulamentação e a proteção dos menores, destacando-se a historicidade e a efetivação dos princípios constitucionais na convivência familiar, bem como as penas impostas ao descumprimento das normas constitucionais relacionadas ao melhor interesse da criança e dos adolescentes pelos pais, apresentando propostas de ações preventivas. Abordamos também a Guarda Compartilhada, compreendendo seu conceito, natureza jurídica, requisitos para concessão, suas características e benefícios. Reconhecendo que a guarda compartilhada representa uma forma de proteger os direitos das crianças e com isso, promover uma convivência saudável com ambos os pais, proporcionando-lhes amor, cuidado e estabilidade emocional. No capítulo seguinte,

consideramos ponderações muito importantes sobre o instituto da guarda compartilhada, destacando o papel dos profissionais e instituições na promoção dessa modalidade de guarda, com os aspectos psicológicos envolvidos, todas as perspectivas culturais e sociais, bem como a relevância da legislação para garantir a efetivação. Por fim, concluímos, portanto, que a guarda compartilhada é um instrumento essencial na proteção dos direitos das crianças e na promoção de uma convivência harmônica após a separação ou divórcio dos pais. A sua implementação requer o cumprimento de requisitos específicos, além do envolvimento de profissionais capacitados. Esperamos que este estudo contribua para a reflexão e aprimoramento das políticas públicas do sistema jurídico, a fim de fortalecer a proteção dos menores.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Institui o Código Civil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm. Acesso em: 05 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.698, de 13 de junho de 2008.** Altera os arts. 1.583 e 1.584 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para instituir e disciplinar a guarda compartilhada. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111698.htm. Acesso em: 22 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm

KENJI, V. **Estatuto da Criança e do Adolescente:** Doutrina e Jurisprudência. Editora Rideel, 2015.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

A RELATIVIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA NOS CRIMES JULGADOS PELO TRIBUNAL DO JÚRI

Marfisa Maria Araújo Matos¹ (aluna do curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: marfisamatoss@gmail.com), Jéfter de Oliveira Sobreira² (Professor Especialista do Curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: jefter.sobreira@fvj.br).

RESUMO

O presente trabalho trata sobre a execução provisória da sentença em primeiro e segundo grau a partir da análise do princípio da presunção de inocência elencado no artigo 5º da Constituição Federal. O princípio da presunção de inocência tem o objetivo de garantir ao acusado o direito de ser considerado inocente até o trânsito em julgado, bem como tem o direito de recorrer as instâncias superiores em liberdade. Além disso, aborda a mudança de entendimento dos tribunais superiores dentro dos últimos 15 anos sobre o momento correto para o início da sentença condenatória. Faz-se um apanhado das motivações nas decisões do STF sobre o assunto e da possibilidade da execução provisória sem ferir a Lei Maior do ordenamento jurídico. Por fim, analisa sucintamente a mudança do artigo 492, III, “e” do CPP, feita pela Lei nº 13.964/19, e o famoso Recurso Extraordinário, pendente de julgamento, que discute se a soberania dos veredictos do Tribunal do Júri autoriza a imediata execução de pena impostas pelo Júri Popular.

Palavras-chave: Presunção de Inocência; Recurso Extraordinário; Trânsito em Julgado; Princípio; Tribunal do Júri.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal (CF) é a norma máxima do nosso país, onde há um conjunto de princípios fundamentais que regem as leis brasileiras, servindo como um espelho normativo, ela tem o dever de resguardar os direitos e garantias fundamentais e inerentes dos cidadãos. As normas servem para que a sociedade viva em harmonia, aceitar que uma norma infraconstitucional vá contra a Constituição Federal, a base de todo o ordenamento jurídico, é mostrar a fragilidade normativa do país. O tema possui grande relevância acadêmica e jurídica, pois trata da aplicação de uma garantia fundamental que tem papel extremamente importante na segurança do direito de liberdade do cidadão acusado, as normas devem ser respeitadas para que o Estado não cometa abusos ao Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. O objetivo, é mostrar entendimentos sobre a possibilidade, ou não, da relativização do princípio da presunção de inocência nos crimes julgados pelo tribunal do júri e como a nossa jurisprudência e doutrina tem se posicionado sobre o assunto. Pois, apesar de estar previsto no Código de Processo Penal (CPP), que é um dispositivo infraconstitucional, o cumprimento provisório da pena antes do trânsito em julgado nos crimes de competência do Júri faz parte do rito especial que contempla o princípio constitucional da soberania dos veredictos, mas o que se discute entre doutrinadores é acerca da constitucionalidade do artigo da referida norma infraconstitucional, se há compatibilidade com a nossa lei suprema. O princípio da presunção de inocência desde positivado no ordenamento jurídico brasileiro já sofreu vastas mudanças nas interpretações dos tribunais superiores, no trabalho será analisado

essa divergência jurisprudencial, bem como uma breve alusão histórica da origem desse princípio e a influência de declarações e pactos internacionais. O aludido princípio, antes de ser considerado como garantia constitucional dentro da nossa Constituição Federal de 1988, já tinha previsão expressa em muitos diplomas internacionais, tendo origem na Revolução Francesa, com marco principal a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (DDCH), em 1789. Na constituição federal, está elencado no artigo 5º, LVII, e traz a ideia de que o acusado não pode ser considerado culpado por tal crime antes do trânsito em julgado, ou seja, enquanto não for esgotada todas as vias recursais presume-se a sua inocência ou não-culpabilidade, não sendo possível a execução da pena após condenação em segunda instância.

MARCO TEÓRICO

Com fundamentação teórica de: Jahnel (2020), Meinberg (2014), Ribeiro (2016), Mestrinho (2020) e outros, foi alicerçada e enriquecida a pesquisa bibliográfica. Assim sendo, foram apresentadas discussões históricas e conceituais relevantes acerca do princípio de presunção de inocência como direito fundamental.

METODOLOGIA

Através da metodologia bibliográfica, foi realizada uma pesquisa qualitativa, cujo objetivo geral visou investigar a (in)constitucionalidade e a (in)convencionalidade da execução antecipada da pena nos crimes de competência do tribunal do júri, através de jurisprudências e entendimentos doutrinários pretendeu-se chegar na questão central: é possível aplicar a lei processual penal sem ferir a constituição federal?

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A Constituição Federal busca definir de forma clara qual o momento do início do cumprimento da pena restritiva de liberdade, a Carta Constitucional de 88 representou um marco importante e de grande mudança na interpretação do princípio da presunção de inocência, considerando que as convenções não tratam expressamente da figura do trânsito julgado para início da execução da pena. Embora o país se encontrasse em um momento conturbado de pós-ditadura militar, a CF/88 cuidou em reaver garantias individuais, restaurando também em se artigo 5º a figura do *Habeas Corpus*. Dos anos de 2009 a 2019 o STF tem oscilado no seu posicionamento quanto ao cumprimento provisório da pena em sentença condenatória de segunda instância, a seguir será analisada as principais decisões da suprema corte decorrente de pedidos de HC deste período que reforçam o entendimento da presunção de inocência. Segundo a Min. Ellen Gracie, o indivíduo seria presumidamente inocente até efetiva comprovação da sua culpa por decisão condenatória de autoridade judicial competente, tendo em vista que a decisão se dar por intermédio da análise judicial de provas, principalmente considerando que somente as instâncias ordinárias poderiam julgar os fatos. A ministra entende que tirar a possibilidade de execução da pena após condenação pelas instâncias ordinárias afetaria outros princípios, como a efetividade da jurisdição penal e da garantia geral à proteção. Enfim, foi a partir do caso concreto do fazendeiro Omar Coelho Vitor que o STF, em fevereiro de 2009, de forma consolidada passou a entender ser inconstitucional a execução provisória da pena de sentença condenatória sem trânsito em julgado, ficando claro a incompatibilidade da antecipação provisória do cumprimento de pena sem título cautelar com o texto constitucional. A constituição, norma máxima que rege as demais leis infraconstitucionais, expressa claramente o princípio da presunção de inocência,

onde ninguém será considerado culpado antes que transite em julgado a condenação, defendendo o direito do réu de aguardar em liberdade o esgotamento das instâncias superiores. Pouco tempo após o julgamento do HC n.º 126.292/SP pelo STF, foram ajuizadas três Ações Declaratórias de Constitucionalidade (ADC) que tratavam exatamente do mesmo tema, a constitucionalidade do art. 283 do CPP com redação dada pela Lei n.º 12.403/2011, tendo em vista que o referido artigo replica o texto constitucional quanto a presunção de inocência. A ADC 43 foi proposta pelo Partido Ecológico Nacional (PEN), a ADC 44 pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB) e a ADC 54 pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), por tratarem da mesma matéria foram reunidas e julgadas conjuntamente em novembro de 2019. Segundo o relatório de informações prestadas pelo Eduardo Barbosa, o fundamento da ADC 43 trata da decisão tomada pelo STF em 2016 sem examinar a constitucionalidade da regra contida no art. 283/ CPP, embora o habeas corpus não possua efeito vinculante e nem firma entendimento geral, apresentou bastante repercussão no sistema judicial brasileiro. Foi requerido, liminarmente, que não fossem deflagradas novas execuções provisórias sem título cautelar até o final do julgamento do processo e que fossem suspensas as que já estivesse em curso. O tribunal do júri é uma garantia do devido processo legal que consoante a Constituição Federal, em seu artigo 5º, inc. XXXVIII, é atribuído a competência para julgar crimes dolosos contra a vida. A instituição está pautada em princípios que orientam o funcionamento e são de suma importância para o procedimento, são: plenitude da defesa, sigilo das votações, soberania dos veredictos. Os princípios quando aplicados ao caso concreto podem entrar em conflito, é o exemplo da soberania dos veredictos e a presunção de inocência. Enquanto a presunção de inocência estabelece que a pessoa deve ser considerada inocente até que sua culpabilidade seja comprovada, não podendo haver a execução provisória da pena antes do trânsito em julgado, já no princípio da soberania dos veredictos a decisão do júri deve ser soberana não podendo aos doutos desembargadores a reforma da decisão, devendo a sentença condenatória ser executada desde logo para crimes com pena igual ou superior a 15 anos de reclusão, ou, presentes os requisitos da prisão preventiva o condenado permanecer sob custódia.

REFERÊNCIAS

BECCARIA. Cesare. **Dos delitos e das penas**. São Paulo: Martin Claret, 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 abr. 2023.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.689/41. **Código de Processo Penal**. Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1941. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689compilado.htm. Acesso em: 22 mai. 2023.

MORAES, Alexandre. **Direito Constitucional**. 33. Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de Processo Penal Comentado**. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

ANÁLISE DA HIPERVULNERABILIDADE DO CONSUMIDOR PESSOA IDOSA NO ÂMBITO DOS CONTRATOS DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO

Mariza Costa Félix¹ (aluna do curso de Bacharelado em Direito da UNIJAGUARIBE – Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: mariza.felix@fvj.br); Orientador: Sandro Luís Brito Novais² (Professor do Curso de Bacharelado em Direito da UNIJAGUARIBE – Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: sandro.novaes@fvj.br).

RESUMO

O presente estudo refere-se a análise da hipervulnerabilidade do consumidor pessoa idosa nas relações comerciais envolvendo a concessão de empréstimo consignado, no intuito de responder a problemática de identificar os motivos pelos quais a maioria das pessoas idosas comprometem grande parte de sua renda com empréstimos consignados, qual o impacto que essas concessões podem ocasionar na vida dessas pessoas e como o Estado pode ajudar a amenizar esse problema. Posto isto, salienta-se que este texto monográfico, fruto de pesquisa qualitativa bibliográfica, divide-se em três capítulos a fim de propiciar uma melhor compreensão das particularidades envolvidas neste tema. Frisa-se que foi produzido através de pesquisa exploratória, buscando-se evidências relacionadas a temática por meio de pesquisa bibliográfica, seleção de livros, artigos, dissertações e reportagens sobre o objeto de estudo em questão. Menciona-se ainda, que o método científico utilizado foi o dedutivo e que para auxiliar na consecução deste trabalho monográfico averiguou-se algumas disposições legais específicas, tais como: a Constituição Federal de 1988, o Código de Defesa do Consumidor, o Estatuto da Pessoa Idosa, a Lei do Superendividamento, além de outras fontes doutrinárias.

Palavras-chave: Consumidor Pessoa Idosa; Hipervulnerabilidade; Empréstimo Consignado.

INTRODUÇÃO

É certo que independentemente do que fazemos e de como vivemos, em algum momento de nossa existência estaremos inevitavelmente na posição de consumidores. Assim sendo, desde os primórdios da civilização, época na qual surgiram as primeiras relações comerciais, apareceu também, concomitantemente, a necessidade de criar mecanismos de defesa e proteção desses indivíduos. Atualmente, no Brasil, tem-se em seu ordenamento jurídico o Código de Defesa do Consumidor (Lei no 8.078/1990), o qual refere-se a um aglomerado de disposições legais que discorre sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, a fim de estabelecer mecanismos e diretrizes de proteção e defesa consumerista, de ordem pública e interesse social, conforme previsto em seu Art. 1º.

Dentre a extensa gama de consumidores, destaca-se o consumidor pessoa idosa, objeto deste estudo, visto que a população de pessoas com 60 anos ou mais é cada vez mais representativa e vem crescendo em um ritmo acelerado. Destarte, considerando que a exposição da pessoa idosa aos desafios do mercado consumerista o configura em um sujeito

com vulnerabilidade agravada, e tendo em vista a expansão e consolidação das atividades econômicas e relações comerciais, bem como a necessidade de adquirir dinheiro para atender as suas necessidades básicas e a facilidade na concessão de créditos amplamente instigada pelas instituições financeiras, faz-se necessário aprofundar-se sobre a temática.

Desse modo, pode-se afirmar que o objetivo geral desse estudo é analisar a hipervulnerabilidade do consumidor pessoa idosa nas relações comerciais envolvendo a concessão de empréstimo consignado, considerando os aspectos específicos do consumidor maior de 60 anos, que contribuem para sua vulnerabilidade exacerbada e conseqüentemente para seu superendividamento, bem como averiguar sua condição de hipervulnerável frente as instituições financeiras e identificar quais as contribuições da nova lei do superendividamento.

Este trabalho vislumbra responder a problemática de identificar os motivos pelos quais a maioria das pessoas idosas comprometem grande parte de sua renda com empréstimos consignados e qual o impacto que essas concessões podem ocasionar na vida dessas pessoas e como o Estado pode ajudar a amenizar esse problema.

Cumprido salientar, que esta pesquisa se evidencia como relevante devido à fragilidade encarada pelo consumidor pessoa idosa. Este, que é considerado hipervulnerável, pode ter o seu mínimo existencial – meios, recursos e condições necessários para uma sobrevivência digna em sociedade –, ser comprometido em razão, dentre outros fatores, da má atuação de determinadas instituições de crédito, as quais se aproveitam de subterfúgios e bases informativas de dados de pessoas idosas, que em sua maioria possuem baixo nível de compreensão financeira, bem como da situação precária de vida destes indivíduos, para efetuarem más concessões de crédito consignado, contribuindo negativamente para o superendividamento desses consumidores.

Assim sendo, este texto monográfico, fruto de pesquisa qualitativa bibliográfica, divide-se em três capítulos no intuito de propiciar uma melhor compreensão das particularidades envolvidas neste tema.

MARCO TEÓRICO

Com fundamentação teórica a priori, dentre outros, nas legislações e autores indicados: Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990; Lei nº 14.181, de 01 de julho de 2021; Ecio Perin Junior (2003); Ethel Francisco Ribeiro (2022), para embasar a pesquisa bibliográfica. Ademais, explanou-se sobre as definições e principiologias da temática em questão, elucidando as vulnerabilidades a qual os consumidores estão submetidos, com ênfase no mercado de empréstimos consignados, demonstrando seus conceitos e demais aspectos.

METODOLOGIA

O presente texto foi produzido através de pesquisa exploratória, buscando-se evidências relacionadas ao tema, no intuito de conhecer o contexto do assunto por meio de pesquisa bibliográfica, seleção de livros, artigos, dissertações e reportagens sobre o objeto de estudo em questão. Cabe mencionar ainda, que o método científico utilizado foi o dedutivo. Convém lembrar também que se averiguou as disposições legais específicas, tais como a Constituição Federal de 1988, o Código de Defesa do Consumidor, o Estatuto da Pessoa Idosa, a Lei do Superendividamento, além de outras fontes doutrinárias que auxiliaram para a consecução deste trabalho monográfico.

RESULTADO E CONCLUSÕES

Constatou-se que a pessoa a partir dos 60 anos é mais propensa e hipervulnerável no âmbito da contratação do crédito consignado. Averiguou-se que, em razão da necessidade financeira a qual a pessoa idosa está submetida, das emergências e de tantos imprevistos que se tem no dia a dia, além da enxurrada de propagandas e do *marketing* agressivo adotados pelas instituições financeiras, induzindo as contratações de crédito, aliada à urgência em suprir necessidades básicas e inadiáveis, é quase que inevitável que a pessoa idosa consiga se financiar sozinha e, assim, acabe optando por fazer empréstimos e constantes renovações destes, tão logo as margens são disponibilizadas, transformando-se numa situação quase que permanente, ao tornar as pessoas reféns de empréstimos sem fim.

Observou-se uma maior probabilidade de endividamento da pessoa idosa, a qual encontrando-se em uma situação de insolvência financeira, atrelada à inexistência do planejamento das despesas; da ausência de educação para o consumo; do aumento do custo de sobrevivência decorrente da idade, bem como devido à exploração financeira por parte de familiares, adquire empréstimos consignados como complemento financeiro e compromete quase que a totalidade de sua renda.

Desse modo, faz-se necessária a ampliação dos mecanismos de prevenção e de tratamento desse fenômeno, tal como a atuação estatal de forma eficaz, limitando a atividade do mercado através da implementação de novas políticas e mecanismos de prevenção ao superendividamento, promovendo a educação financeira da população, impondo novas regras de contratação que resguarde, sobretudo, os hipervulneráveis, exigindo o fornecimento de informações mais claras e detalhadas, além de medidas visando a vedação de costumeiras práticas mercadológicas abusivas.

Ressalta-se que a promulgação da Lei nº 14.181/2021, considerada Lei do Superendividamento, foi um grande avanço, pois modificou alguns dispositivos do Código de Defesa do Consumidor, bem como do Estatuto da Pessoa Idosa no intuito de aperfeiçoar as regras de concessão de crédito ao consumidor e implementou disposições a respeito da prevenção e do tratamento do superendividamento. Além disso, instituiu dispositivos que tratam de condições mais justas de negociação para quem contrata crédito, mecanismo para recuperação judicial de dívidas com a garantia do mínimo existencial, vedação ao assédio e pressão ao cliente, maior transparência nas negociações, suporte ao consumidor etc.

Entretanto, ainda assim, é notório o quão preocupante é esta questão e o quanto é necessário a adoção de medidas urgentes a fim de conter e amenizar essa situação, pois é recorrente a falha na prestação dos serviços bancários no que tange à disponibilização e à oferta de crédito consignado.

Portanto, incumbe ao Poder Público o dever de defender os direitos humanos e as garantias fundamentais deste público, através do estabelecimento de ampla proteção jurídica, primordial para o estabelecimento de cláusulas contratuais mais rigorosas, quando na relação consumerista se tem de um dos lados um consumidor pessoa idosa, visto que, ele carece de uma proteção distinta e mais vigorosa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. **Código de Defesa do Consumidor**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078compilado.htm. Acesso em: 11 mar. 2023.

BRASIL. Lei nº 14.181, de 01 de julho de 2021. **Lei do Superendividamento**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14181.htm. Acesso em: 06 mar. 2023.

PERIN JUNIOR, Ecio. **A globalização e o direito do consumidor**: aspectos relevantes sobre a harmonização legislativa dentro dos mercados regionais. Barueri, SP: Manole, 2003.

RIBEIRO, Ethel Francisco. **A vulnerabilidade do idoso nas contratações de crédito pessoal consignado**. 2022. Disponível em:

<https://conteudojuridico.com.br/consulta/artigo/59605/a-vulnerabilidade-do-idoso-nas-contrataes-de-credito-pessoal-consignado>. Acesso em: 28 mar. 2023.

A LEGALIDADE DA UTILIZAÇÃO DAS ALGEMAS NA ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR

Milton Ciriaco da Costa¹ (Aluno do Curso de Direito Centro Universitário Vale do Jaguaribe. E-mail:

milton.costa@fvj.br), Jéfter de Oliveira Sobreira² (Professor do Centro Universitário Vale do Jaguaribe. E-mail: jefter.sobreira@jvj.br)

RESUMO

O presente trabalho investiga o limite entre a legalidade e a violação no emprego de algemas na condução do detido pelo agente de segurança. São discutidos assuntos que abrangem a temática, como o direito à liberdade; prisão em flagrante; o uso de algemas; Como também, são levantados os estudos na Constituição Federal e na súmula vinculante nº 11 estabelecida pelo Supremo Tribunal Federal. Foi possível conhecer a origem da Polícia Militar no Brasil; os crimes de abuso de autoridade e as sanções cabíveis para quem pratica essas ações. A metodologia trabalhada foi a pesquisa bibliográfica, tendo como principais referências teóricas, LOCKE (1978); NICOLITT (2010); ARAÚJO (2010) e a Constituição Federal de 1988. Os resultados foram alcançados, os estudos mostraram que a limitação e o uso das algemas dependem da competência e da dignidade de cada profissional da Segurança Pública, para não realizar um procedimento inadequado e assim, cometer o crime de abuso de autoridade.

Palavras-chave: Uso de algemas; Constituição Federal; Súmula vinculante nº 11; Abuso de autoridade.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente a mídia aponta que a sociedade brasileira tem enfrentado altos índices de violência, com elevação da quantidade de assaltos, furtos, violência contra mulheres, sequestros, assassinatos, entre outros crimes.

Diante desses fatos, a polícia vem atuando de forma incisiva para dar resposta à sociedade, inserindo em suas ações diferentes métodos para enfrentar as diferentes maneiras de criminalidade, não obstante ao cargo, função ou classe social o criminoso faz parte.

A justificativa para a escolha do desenvolvimento dessa temática sucedeu em virtude do investigador trabalhar na área da segurança pública e de tão complexo que se tornar fazer uma análise concreta quanto ao uso das algemas, já que essa ferramenta . Dessa forma, se tornando um tema polêmico, discutível e importante.

O objetivo geral é identificar o uso legal das algemas e suas atribuições legais. Como objetivos específicos, relatar o contexto histórico da polícia militar no Brasil, Reconhecer a garantia de liberdade segundo a Constituição Federal; Identificar situações de prisão em flagrante delito e Conhecer as Leis e os Princípios que discorrem sobre o uso das algemas.

Tratando-se de uma pesquisa qualitativa, como procedimento metodológico para a

realização desta monografia, foi empregada a revisão bibliográfica partindo de diversos especialistas no assunto, tais como: Castelo Branco (2001); Herbella (2008); Mendes; Coelho e Branco (2009); como também através da Constituição Federal de 1988 e de outros materiais.

Este trabalho está dividido em capítulos que abordam a temática quanto à legitimidade do emprego das algemas, a origem da polícia militar no Brasil, apontando ainda a função dessa instituição, bem como, o poder de polícia, o abuso de autoridade e as sanções jurídicas que são aplicadas aos agentes que cometem o crime de abuso de autoridade, a Constituição Federal, Em seguida, sobre alguns conceitos e definições, acerca do uso das algemas.

2 A ORIGEM DA POLICIA MILITAR NO BRASIL

A polícia militar surgiu no Brasil Colonial através de tropas trazidas de Portugal no período em que a Coroa Portuguesa chega ao país, por volta de 1808.

A família Real foi morar no Rio de Janeiro, onde aconteceu a divisão militar da guarda real de polícia devido ao desenvolvimento da população e da precisão de prestar segurança aos nobres que vinham de Portugal.

No século 19, com o crescimento populacional por todo o país, foi necessário criar corporações policiais, chamadas de províncias. Foi a Constituição Republicana de 1891 que estabeleceu que os Estados ficassem a frente do Corpo militar de polícia.

No período do Governo Militar, de 1964 a 1985, a polícia militar perde sua autonomia, já que passou por uma nova estruturação, ficando subordinada ao Exército. Todos os Estados passam a adotar a nomenclatura polícia militar, exceto em Rio Grande do Sul que até os dias de hoje é chamada de brigada militar (BRASIL, 2013).

A Constituição de 1988, chamada de Constituição Cidadã, apresenta o papel da polícia militar, direcionando suas atuações, legalizando as ações. É citado que os policiais militares estão subordinados aos governadores, sendo estes, considerado a mais alta autoridade administrativa no campo da segurança pública (BRASIL, 1988).

Artigo 144 – “A Segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: V – policiais militares e corpos de bombeiros militares.” § 5º – “As Polícias Militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos Corpos de Bombeiros Militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução das atividades de defesa civil” (BRASIL, 1988).

Nos dias de hoje a polícia militar busca assegurar a ordem e o sossego, os direitos humanos, está inserida em questões sociais, na divulgação da cultura, almejando sempre ser bem vista e aceita pela sociedade, se tornando uma polícia cidadã, etc

2.1 O poder de polícia e abuso de autoridade

A Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019, apresenta fundamentos a respeito dos crimes de abuso de autoridade, discorre em seu Art. 1º- “Esta Lei define os crimes de abuso de autoridade, cometidos por agente público, servidor ou não, que, no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las, abuse do poder que lhe tenha sido atribuído” (BRASIL, 2019).

O crime de abuso de poder é em decorrência do emprego exagerado de poder, da força, cometidos de forma desonesta, inapropriada, com uso de extrema violência, de forma

individual ou coletiva.

Na esfera civil, vai acontecer a sanção ao agente quando for gerado danos morais ou materiais, onde vai acontecer através de uma indenização, que vai partir da análise da gravidade desses danos.

Essas ações podem ser vistas na Lei de abuso de autoridade, no capítulo V - Das sanções de natureza civil e administrativa - Art. 6º - As penas previstas nesta Lei serão aplicadas independentemente das sanções de natureza civil ou administrativa cabíveis. Parágrafo único. As notícias de crimes previstos nesta Lei que descreverem falta funcional serão informadas à autoridade competente com vistas à apuração. Art. 7º - As responsabilidades civil e administrativa são independentes da criminal, não se podendo mais questionar sobre a existência ou a autoria do fato quando essas questões tenham sido decididas no juízo criminal. Art. 8º - Faz coisa julgada em âmbito cível, assim como no administrativo-disciplinar, a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito (BRASIL, 2019).

3 A GARANTIA DE LIBERDADE CONFORME A CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Pode dizer que existe uma analogia de dependência recíproca entre o Estado Democrático e o direito de liberdade que o sujeito adquire perante a Constituição, em razão que um precisa do outro para poder existir. Nas palavras de Mendes; Coelho e Branco (2009) a igualdade e a liberdade são dois subsídios primordiais para a dignidade do indivíduo, cujo se faz presente no Estado Democrático.

Analisando a Constituição Federal, é possível compreender que esse Estado Democrático de Direito resulta na prática de uma política de atuação que apresente como princípios a dignidade do indivíduo e a liberdade, onde não se devem considerar esses princípios como algo sem valor, chegando a apontar os sujeitos apenas como indivíduos que precisam de assistência.

A intenção de se criar o Estado Democrático foi para deixar de lado o pensamento fantasioso de ser capaz de transformar a realidade, admitindo como finalidade a igualdade. A Lei surge como um subsídio de reorganização da sociedade, onde não se deve ficar preso inevitavelmente a punições ou estímulos. Frente a isso, a Estado adota como atribuição, o poder de ser defensor e companheiro, onde isso se dá através de diferentes práticas, procurando salvaguardar, principalmente e de maneira concreta os direitos fundamentais.

Podemos citar que a definição de Estado democrático de Direito se relaciona aos princípios de promoção de uma sociedade justa, livre e igualitária.

4 A RELEVÂNCIA DO EMPREGO DAS ALGEMAS

Após a realização de diversas leituras, podemos apontar que as algemas surgiram por volta do século XVI, mas ainda não tinham o formato atual e nem essa denominação, onde eram chamadas de “cadeias, ferros ou grilhões”. Conforme aponta Pitombo (1985) essa ferramenta era utilizada para prender as pessoas pelos pulsos, dedos e polegares, ou também pelos tornozelos.

Na visão de Matos (2008), as algemas são ferramentas de contenção, fortes, com sua composição metálica, na qual é utilizada pelo poder público que atua na área de segurança, para condução, custódia, contenção, prisão, prendendo os braços através dos punhos, que ficam na frente ou nas costas.

O Direito Penal visa às algemas como um símbolo do Direito, pois é pensada como uma forma de identificar o verdadeiro valor do homem, desvendando sua natureza

(CARNELUTTI, 2005). Seguindo essa concepção, Crespo (2018, p. 15) entende as algemas como sendo

a mais importante ferramenta para a compreensão do direito e das formas das relações sociais antecedentes ao mundo contemporâneo, nos permite absorver notáveis elementos interpretativos da construção do Direito, em particular o próprio Direito Penal (CRESPO, 2018, p. 15).

Entende-se com isso, que além das algemas serem uma ferramenta com formato de pulseira metálica empregada para apreender ou tolher o transgressor, elas também são consideradas importantes para o Direito, mediante a simbologia que representam, por ser capazes de apontar o valor do indivíduo, sua natureza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível perceber que a temática desenvolvida que aborda sobre “a legalidade quanto ao uso das algemas por parte do agente de segurança na condução do detido” é relevante para compreender a respeito da colocação das algemas para a integridade física tanto do agente de segurança como também para o conduzido, afim de evitar maiores consequências para ambos.

As leis apresentam textos que tornam a ação de algemar um conduzido regulamentar, entretanto, seu emprego na prática, poderá ser conforme a percepção de cada agente de segurança, onde diferentes situações podem levar ou não ao emprego das algemas. Uma vez que cada sujeito pode reagir de maneira diferente ao ser abordado e conduzido pelo policial, onde um pode agir de forma natural e seguir calmo ou outro que pode se alterar, e ter que ser imobilizado com as algemas.

Outro assunto muito importante tratado no trabalho, foi a respeito da Nova Lei de Abuso de Autoridade, na qual podemos apontar que apresenta como finalidade responsabilizar os agentes públicos que excedem seus limites em suas ações durante o exercício das funções, no caso aqui representado pelo policial militar, desejando com isso, concretizar a denominação de Estado Democrático de Direito, assegurando o cumprimento das leis e do princípio de igualdade entre os sujeitos.

Com isso, foi possível também apresentar as responsabilidades que os policiais militares exercem, desenvolvendo um apanhado histórico das leis que discorrem a respeito do emprego das algemas, como também do abuso de poder e as sanções que podem ser impostas aos agentes.

Espera-se que a efetivação dessa pesquisa venha colaborar para outros estudos, uma vez que assinala circunstâncias nas quais podem ser aprimoradas e apresentar mais informações em novas investigações que possam ser desenvolvidas com essa temática

REFERENCIAS

ANDRADE, José C. V. **Os direitos fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976**. 3. ed. 2ª reimpressão de ed. de 2004. Coimbra: Almedina, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 35 ed atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2005.

BECHARA. Evanildo (org.). **Dicionário da academia brasileira de letras: língua portuguesa**. São Paulo: companhia editora nacional, 2011.

PMCE – Polícia Militar do Estado do Ceará. **Institucional**. Disponível em: <https://www.pm.ce.gov.br/institucional/>. Acesso em: 25 de maio de 2023.
SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 28 ed. Brasil: Malheiros, 2007.

NICOLITT, **Andre Luiz**. **Lei nº 12.403/2011**: o novo processo penal cautelar. São Paulo: Elsevier, 2011

A NOVA LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE: EFEITOS E CONSEQUÊNCIAS NO TRABALHO DA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ NAS CIDADES COBERTAS PELO 1º BPM SEDIADO EM RUSSAS-CE

Natanael Gonçalves Leandro¹ (Aluno do Curso de Direito da Faculdade Centro Universitário UniJuaribe e-mail: nглеandro@fvj.br), Orientador Alfredo Narciso da Costa Neto² (Professor da Faculdade Centro Universitário UniJuaribe e-mail: alfredonarcisojuridico@gmail.com).

RESUMO

A presente monografia tem por objetivo refletir sobre os estudos da nova Lei de Abuso de Autoridade nº 13.869/2019, com ênfase nos efeitos e consequências que a norma traz para o exercício da profissão dos agentes de segurança pública, mais precisamente os policiais militares que trabalham nas cidades cobertas pelo 1º BPM (Batalhão de Polícia Militar), sediado na cidade de Russas-Ce. Busca criar mecanismos de Ensino sobre a Lei de Abuso de Autoridade para serem aplicados na grade curricular do curso de formação e de habilitação da Academia Estadual de Segurança Pública (AESP). Aplicar práticas que elevem o nível das operações policiais, garantindo agentes mais preparados e conhecedores dos seus direitos e deveres e construir novos modelos de abordagens e melhorias no atendimento de ocorrências aos cidadãos usuários do sistema de segurança pública do estado do Ceará. A metodologia utilizada é a revisão bibliográfica, que consiste na compilação de leis brasileiras, entendimentos jurisprudenciais, artigos científicos, monografias e na exposição do pensamento de vários autores que escreveram sobre o tema escolhido e que através de uma abordagem qualitativa busca-se refletir sobre as diversas percepções sobre o assunto estudado. O trabalho encontra-se dividido didaticamente em quatro capítulos. Inicialmente, faz-se uma análise de uma visão geral da Lei de Abuso de Autoridade, de modo a compreender seu desenvolvimento histórico pelo mundo e aqui no Brasil evidenciando os princípios constitucionais para sua interpretação, bem como, os requisitos para sua validade. O segundo capítulo, ocupa-se em analisar a origem da Polícia Militar no Brasil, no estado do Ceará e na cidade de Russas, assim como a previsão constitucional e funções desempenhadas na sociedade. O terceiro capítulo trata da nova Lei de Abuso de Autoridade, a atualização da norma, o sujeito ativo, o procedimento, as sanções e a tipificação dos crimes e as penas. Por fim, o quarto capítulo nos mostra os efeitos e consequências da Lei 13.869 de 2019 nas atividades da Polícia Militar nas cidades cobertas pelo 1º BPM, situado em Russas-Ce.

Palavras-chave: Abuso de Autoridade; Polícia Militar; Efeitos e consequências da Lei 13.869/2019.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho monográfico tem como ideia central realizar uma abordagem sobre as alterações na Lei de Abuso de Autoridade na atuação dos agentes de Segurança Pública, mais precisamente dos Policiais Militares lotados no 1º BPM (Batalhão de Polícia Militar), sediado na cidade de Russas-Ce, com ênfase nos efeitos e consequências que a norma traz no exercício de sua profissão. Enfatizando-se pesquisas realizadas, por meio de compilação bibliográfica, bem como jurisprudências e normas do sistema jurídico brasileiro.

MARCO TEÓRICO

No Brasil, o tema Abuso de Autoridade vem sendo discutido e regrado na legislação desde a época Imperial e nos demonstra um avanço considerável na busca de punição para quem incorre nesse tipo de conduta reprovável e criminosa.

O abuso de autoridade vem desde a Constituição Política do Império de 1824. O diploma delimitava a atuação dos agentes do Estado. O inciso III do artigo 133 definia que “os ministros de Estado serão responsáveis por abuso de poder”. Já o artigo 156 assentava, expressamente que “todos os juizes, e os Oficiais de Justiça são responsáveis pelos abusos de poder, e prevaricações, que cometerem no exercício de seus empregos”. (SIMONETTI, 2021).

Recentemente, a Lei de Abuso de Autoridade passou por muitas alterações legislativas, trazendo muitas indagações e interpretações, tanto para os operadores do direito, como para os usuários e também para atuação da atividade policial em sociedade. A pesquisa busca mostrar as diversas nuances trazidas pelas alterações.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada por meio da metodologia de revisão bibliográfica, utilizando-se do estudo e pesquisa em normas do sistema jurídico brasileiro, entendimentos jurisprudenciais, artigos científicos, monografias, *sites*, documentos, revisão da literatura existente e outros. Utilizou-se uma abordagem de pesquisa qualitativa, ou seja, de forma subjetiva as informações elencadas no trabalho são interpretadas através de percepções e servem de subsídio para refletir sobre diversos entendimentos sobre o tema estudado. Assim sendo, assegura-se que, este trabalho foi sistematizado de forma didática, em quatro partes, sendo que no primeiro capítulo fizemos uma análise do desenvolvimento histórico mundial e no Brasil sobre o Abuso de Autoridade e seu conceito, numa abordagem doutrinária, abarcando os aspectos gerais e requisitos de validade, de modo a compreender os princípios constitucionais das normas de Abuso de Autoridade que os norteiam tanto para a formação da relação jurídica estabelecida no mundo, assim como, para interpretação no direito brasileiro. O segundo capítulo, trata do contexto histórico da Polícia Militar no Brasil, no estado do Ceará e na Cidade de Russas que sedia o quartel do 1º BPM (Batalhão de Polícia Militar), trazendo uma ordem cronológica da origem da instituição em todo território brasileiro, apurando-se a sua finalidade constitucional até os dias atuais, bem como as suas principais funções desenvolvidas no dia a dia, visando o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública. Por conseguinte, o terceiro capítulo analisa as mudanças ocorridas com a vigência da nova Lei de Abuso de Autoridade, seu trâmite legal, os sujeitos do crime, o procedimento judicial, a tipificação dos crimes, as sanções administrativas e cíveis previstas na norma. Por fim, no quarto capítulo verificamos alguns efeitos e consequências que são os

reflexos que essa norma trouxe, inclusive fazendo com que policiais militares, no exercício da função, deixem de realizar algumas de suas atividades de abordagem por receio de incorrerem em abuso de autoridade. Nesse sentido, conclui-se que a nova lei prevê penalidades cabíveis para agentes da segurança pública, que por seu comportamento venha a abusar do poder que lhes tenha sido atribuído. Vale destacar que ao analisar os artigos, incisos e parágrafos da norma conclui-se a necessidade de mudanças na grade curricular dos cursos de formação e de habilitação da Academia Estadual de Segurança Pública (AESP), para os policiais militares que estão na ativa e trabalhando no serviço de atividade fim, nas ruas de nossas cidades, com o intuito de serem mais bem orientados sobre a nova Lei de Abuso de Autoridade, visando uma melhor qualificação desses profissionais de segurança pública, para garantir que esses servidores públicos não venham a responder a processos administrativos, cíveis e penais durante o exercício da atividade policial militar ostensivo e preventivo.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A atualização da legislação sobre o abuso de autoridade se fazia extremamente necessária, uma vez que a sociedade vem evoluindo numa velocidade inimaginável o que se exige normas sempre atualizadas para que se busque reparar as lacunas e trazer justiça, cabendo aos operadores do direito e agentes públicos modificarem suas técnicas e condutas e baseá-las nos novos parâmetros legais.

A nova norma trouxe destaque a crimes que estão mais suscetíveis a acontecer nas atividades de funcionários públicos que atuam na linha de frente para combate aos crimes, tais como agentes de segurança pública, magistratura e ministério público, e ainda regulamentar certos institutos jurídicos relacionados à maioria dessas citadas.

Toda via, baseando-se nos autores pesquisados, podemos concluir que os tipos penais apresentados na nova Lei instituem normas penais incriminadoras aos agentes da segurança pública. No entanto, esses agentes, principalmente os policiais militares, podem ser beneficiados pela própria Lei, uma vez que a falta de dolo específico por parte desses servidores é causa de excludente de ilicitude, principalmente considerando o imediatismo das ações dos representantes do Estado, que geralmente não dispõem do lapso temporal na tomada de decisão que outras categorias possuem para a solução de conflitos penais, e que geralmente são bastante complexos.

Portanto, a intenção deste trabalho é fazer um estudo das normas existentes, criar mecanismos de ensino para serem aplicados nos cursos de formação e de habilitação dos policiais militares, para garantir uma política inovadora e buscar práticas que elevem o nível das operações policiais e a autoestima do policial militar, garantindo com isso, agentes mais preparados e conhecedores dos seus direitos e deveres, não incorrendo em processos administrativos ou penais que possam vir a prejudicá-los no futuro.

Assim, poderemos indicar soluções para dúvidas de como e quando agir, minimizando o risco do policial militar responder a processos na esfera penal, cível e administrativa, usando como base o que outros pesquisadores da ciência jurídica estão debatendo, a fim de oferecer uma contribuição tanto para o ambiente acadêmico, quanto para os profissionais e aos usuários do sistema de segurança pública.

Por fim, que o presente trabalho teve o escopo de colaborar, ainda que de forma modesta, para a melhor compreensão sobre os efeitos e consequências que a Lei de Abuso de Autoridade acarreta na atuação dos agentes da Polícia Militar do Ceará, com ênfase aos valorosos profissionais que trabalham nas cidades cobertas pelo 1º BPM, sediado na cidade de Russas-Ce.

REFERÊNCIAS

COSTA; Adriano Sousa; FONTES, Eduardo; HOFFMANN, Henrique, **Carreiras Policiais Lei de Abuso de Autoridade**. Salvador: Editora JusPodivm, 2021.

CUNHA, Rogério Sanches; GRECO, Rogério. **Abuso de Autoridade lei 13.869/2019 comentada artigo por artigo**. Salvador: Editora JusPodivm, 2020.

MARQUES, Gabriela, MARQUES, Ivan. **A Nova Lei de Abuso de Autoridade**. São Paulo: RT, 2019

SODRÉ, Nelson Werneck. **A História Militar do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro; Editora Civilização brasileira. 1979.

CRIME ORGANIZADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO

Názia Holanda Torres¹, (Aluna do Curso de Direito do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: nazia.torres@fvj.br), Xeila Maiane da Silva Freitas², (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: xeila.freitas@fvj.br).

RESUMO

O combate às organizações criminosas tem sido discutido por operadores do direito, dentre outros estudiosos. Tais discussões perpassam pela análise das leis que foram criadas para solucionar as consequências advindas do crime organizado, considerando o aumento da violência no Brasil. Sob esta ótica, objetiva-se fornecer uma breve explanação sobre as políticas públicas para o enfrentamento ao crime organizado. A partir de então, são objetivos operacionais identificar o perfil das principais facções criminosas no Brasil; analisar a legislação brasileira de combate ao crime organizado; mapear as políticas públicas para o enfrentamento ao crime organizado, na sua forma preventiva e repressiva. Em termos metodológicos, a pesquisa apoia-se em conteúdo de pesquisa bibliográfica fundamentada na literatura jurídica, por meio da pesquisa em artigos científicos, revistas, teses, dissertações, livros, leis, jornais, monografias, doutrinas, jurisprudência, entre outros, que abordem sobre a temática. Para tanto, utilizou-se de pesquisa exploratória, incluindo, fontes primárias e secundárias, tendo em vista que os referidos instrumentos são indispensáveis para a compreensão da problemática abordada. A partir da pesquisa infere-se que deverão ser adotadas políticas públicas pelo Estado para que haja o efetivo combate ao crime organizado, avaliando a forma como essas organizações atuam. As políticas públicas exercidas pelos Estados são necessárias para as medidas de contenção e controle, para o aperfeiçoamento do controle político, administrativo e econômico, ressaltando a necessidade de controle repressivo e preventivo para a real eficácia e efetividade do combate ao crime organizado.

Palavras-chave: crime organizado; organizações criminosas; políticas públicas; Estado paralelo; Estado democrático de direito.

INTRODUÇÃO

Um dos maiores desafios atualmente no Brasil é o combate às organizações criminosas com o objetivo de reduzir à violência e garantir segurança a sociedade. O combate às organizações criminosas tem sido discutido por operadores do direito, dentre outros estudiosos. Tais discussões perpassam pela análise das leis que foram criadas para solucionar

as consequências advindas do crime organizado, considerando o aumento da violência no Brasil.

Dessa forma, a criminalidade organizada está inclusa de forma atuante nos mais diversos setores da sociedade, fazendo parte do cotidiano das comunidades, bem como nos mais altos escalões. Salienta-se a necessidade de conhecer a atuação desses grupos organizados, como se instalou, o seu surgimento, características, malefícios que trazem para a sociedade, assim como conhecer as políticas públicas adotadas pelo Estado para o combate a tais organizações.

Nesse sentido, entende-se que os cidadãos devem não somente participarem da formulação de políticas públicas, mas também da fiscalização da aplicação dos respectivos recursos públicos.

Ressalta-se que, em virtude das suas características típicas e complexas, o crime organizado é um dos principais inimigos do Estado e da sociedade em geral, pela extensão a que as suas atividades atingem e ao grau de influência que detêm dentro do próprio Estado e que perpassa por todas as classes sociais.

Os crimes praticados pelas organizações criminosas têm alto potencial ofensivo, atingindo não somente comunidades locais, mas também a sociedade em âmbito mundial, pois causam lesões a bens fundamentais como a vida, a liberdade, a saúde pública, a paz pública, o meio ambiente, a probidade administrativa, bem como a outros bens que são juridicamente fundamentais.

Assim, as organizações criminosas afrontam o poder do Estado, utilizando-se de violência, ameaçando a paz social, criando um sistema com código próprio, interno e detendo um sistema hierárquico. Os cidadãos são reféns da violência e do medo que são impostos pelos membros dessas organizações. Além disso, os jovens sem perspectivas de vida, de inclusão social, tendo como realidades a pobreza e a discriminação são desassistidos pelo Estado, sendo recrutados por esses grupos criminosos para integrar determinadas organizações.

Dessa forma, faz-se necessário analisar as medidas, políticas públicas que o governo tem utilizado para o combate ao crime organizado, avaliando o modo como essas organizações atuam, ressaltando de que forma as políticas públicas exercidas pelos Estados são necessárias para as medidas de contenção, para o aperfeiçoamento do controle político, administrativo e econômico, ressaltando a necessidade de controle repressivo e preventivo para a real eficácia e efetividade do combate ao crime organizado.

A abordagem do tema justifica-se, pois, envolve uma problemática de relevância nacional, que influencia a vida de todas as pessoas, nos mais diversos aspectos, sociais, políticos, econômicos, culturais, além de impedir o desenvolvimento do país e inibir a qualidade de vida de população, comprometendo a segurança de todos os cidadãos.

Tem-se como objetivo geral fornecer uma breve explicação sobre as políticas públicas para o enfrentamento ao crime organizado e como objetivos específicos identificar o perfil das principais facções criminosas no Brasil; analisar a legislação brasileira de combate ao crime organizado; mapear as políticas públicas para o enfrentamento ao crime organizado, na sua forma preventiva e repressiva.

MARCO TEÓRICO

Os principais autores que irão fundamentar este trabalho, serão Almeida (2017) que analisa a origem ou o marco inicial do crime organizado, considerando algumas de suas características; Marinho *et al.* (2019) e Xavier (2018) que analisam as políticas públicas para o enfrentamento ao crime organizado.

METODOLOGIA

Quanto aos procedimentos metodológicos, apoia-se em conteúdo de pesquisa bibliográfica fundamentada na literatura jurídica, por meio da pesquisa em artigos científicos, revistas, teses, dissertações, livros, leis, jornais, monografias, doutrinas, jurisprudência, entre outros, que abordem sobre a temática. Para tanto, utilizou-se de pesquisa exploratória, incluindo, fontes primárias e secundárias. Tendo em vista que os referidos instrumentos são indispensáveis para a compreensão da problemática abordada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O surgimento e crescimento das facções dentro dos presídios se deram em decorrência das superlotações dos presídios, rebeliões penitenciárias, falência dos processos de ressocialização, instabilidade institucional. Além dos fatores elencados, tal crescimento se deu em decorrência da falta de suporte dada pelo Estado nas áreas de saúde, educação, cultura, fazendo com que a violência e as promessas de dinheiro e bens fossem atrativos para os jovens entrarem no mundo do crime, com a esperança de obter visibilidade e melhores condições de vida.

Assim, tem-se uma estrutura hierarquizada, articulada, integrada, um Estado paralelo ao Estado democrático de direito, com poder bélico, de armas, ancorado na corrupção, na lavagem de dinheiro, no comércio de armas e drogas internacional, com financiamento de campanhas políticas, que chega até mesmo ao poder judiciário, com a compra de liminares favoráveis, enfim, perpassa todos os poderes, executivo, legislativo e judiciário. Ressalta-se que são grandes os desafios para o enfrentamento ao crime organizado em virtude da estrutura existente e do poder econômico, bélico, bem como das relações de infiltração existente dentro das próprias instituições.

A criação e execução das leis, tais como a Lei de Organização Criminosa (Lei nº 12.850/2013) é de fundamental importância para o combate, aliado a um projeto de políticas públicas de base que dê o mínimo de dignidade existencial às pessoas com foco na educação, para a formação profissional, tendo em vista os malefícios existentes, bem como a perda de vidas jovens para o crime, onde crianças são desde cedo atraídos para o mundo do crime, tornando-os visíveis, em troca de necessidades básicas.

Ressalta-se também a necessidade de real efetivação da Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984), tendo em vista que os presos atualmente diante da superlotação dos presídios não têm estrutura para a ressocialização, mas saem pior do que entra na prisão, uma vez que estas são comandadas pelas organizações criminosas. Dessa forma, não há espaço para a ressocialização dos presos na atual realidade.

Assim, torna-se necessário a implementação de políticas públicas que combatam o crime organizado, visando a diminuição da corrupção no país, trazendo paz social, para que o país não seja conhecido pela violência, trazendo uma boa imagem internacional, na relação com outros países, impulsionando o turismo, trazendo crescimento econômico ao país, gerando emprego e renda, bem como melhorando os índices de educação e cultura no país.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lucas Laire Faria. **Crime Organizado**: aspectos dogmáticos e criminológicos. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2017.

BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 07 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013.** Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112850.htm. Acesso em: 13 fev. 2023.

MARINHO, Glaucia *et al.* **Democracia e o crime organizado:** os poderes fáticos das organizações criminosas e sua relação com o Estado. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2019.

XAVIER, Laecio Noronha. **Organização política e empresarial do crime e obsoleta guerra às drogas:** monopólio da economia marginal como Sustentáculo dos conflitos urbanos e da crise penitenciária Brasileira. *In:* CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, 27, 2018, Porto Alegre.

A (IN)EFICIÊNCIA DA MEDIDA PROTETIVA DE URGÊNCIA DE DISTANCIAMENTO ENTRE DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E O AGRESSOR

Netânia Januário Ferreira¹ (aluna do curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: netania.ferreira@fvj.br); Orientador: Alfredo Narciso da Costa Neto² (professor-especialista do Curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: alfredo.neto@fvj.br)

RESUMO

O presente trabalho trata-se da ineficiência das medidas protetivas de urgência, que são mecanismos imprescindíveis para combater a violência doméstica e tem como principal objetivo garantir proteção à mulher e a todos aqueles que compõem o núcleo familiar em situações de vulnerabilidade. É um tema recorrente nas sociedades, sobretudo por ter como resultado a violência contra o ser feminino. No ordenamento jurídico brasileiro, as medidas protetivas de urgência estão previstas na Lei Maria da Penha (11.340/2006). Neste trabalho, busca-se fazer uma análise acerca da eficiência das medidas protetivas de urgência, dando ênfase se as mesmas são instrumentos eficazes para proteger a mulher vítima de violência doméstica. O primeiro capítulo tem caráter introdutório, com o fito de apresentar a historicidade do papel da mulher na sociedade, a relação da violência doméstica e os direitos humanos e os instrumentos de proteção à mulher na legislação brasileira. O segundo capítulo cuida do conceito da violência doméstica, analisando as formas de violência, e fazendo uma breve explicação da história da lei Maria da Penha, bem como o porquê a lei carrega esse nome e a importância da mesma na legislação brasileira. Ainda no mesmo capítulo, busca fazer uma explanação do ciclo da violência doméstica e a dificuldade da mulher conseguir rompê-lo. O terceiro capítulo está destinado às medidas protetivas de urgência, que tem como finalidade garantir à mulher uma maior proteção, abordando as medidas protetivas que obrigam o agressor e as dirigidas à proteção da vítima, bem como a ineficiência dessas medidas.

Palavras-chave: medidas protetivas; violência doméstica; Lei Maria da Penha; mulher.

INTRODUÇÃO

A violência doméstica é uma infeliz realidade vivida por muitas mulheres no Brasil. Apesar de ser um tema recorrente, precisa ser revisto com urgência, sendo uma violação aos direitos humanos e muitas vezes tratada de forma invisível. À título propedêutico, perpassa a

temática da violência contra a mulher, superando a velha máxima do “sexo frágil”, ao investigar os aspectos históricos e culturais da sociedade brasileira que justificam a necessidade das medidas previstas na legislação.

A pesquisa será realizada por meio de revisão de literatura, tratados internacionais, legislação e de julgados pertinentes à temática, sendo utilizada a abordagem qualitativa, ou seja, as informações coletadas serão cotejadas e analisadas criticamente. O objetivo desta pesquisa acerca das medidas protetivas de urgência prevista na Lei 11.340/2006, com a finalidade de fazer uma análise à eficácia das mesmas em relação a violência doméstica sofridas pelas mulheres brasileiras. O interesse pelo tema surgiu pelo ambiente em que esta pesquisadora cresceu em sua sociedade, uma vez que vivenciou situações de agressões injustificadas contra mulheres de seu convívio e o sentimento de impotência vivenciada diante da ineficiência das medidas protetivas aplicadas, as quais não foram suficientes para sanar os episódios de violência. Com a universalidade dos direitos humanos e a tentativa de igualdade de gênero, os Estados foram obrigados a assegurar as medidas protetivas de distanciamento entre a mulher e o homem e garanti-los, para possibilitar o desenvolvimento de uma existência digna às mulheres e para evitar que ocorra futuras tragédias.

MARCO TEÓRICO

Com fundamentação teórica de: Almeida, Perlin, Vogel (2020); Baggenstoss (2017); Baker (2015); Bianchini (2014); Dias (2018); Espínola (2018) e enriquecido por tratados e convenções internacionais.

METODOLOGIA

A metodologia apresentada neste trabalho baseia-se na revisão bibliográfica, cujo objetivo geral visou analisar a (in)eficiência das medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha (11.340/2006), que tem por objetivo coibir e prevenir a violência doméstica contra a mulher.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O papel secundário da mulher na sociedade ao longo do tempo, a cosmovisão de que os homens tinham propriedade sobre as mulheres demonstra que a violência de gênero era algo que não tinha qualquer repúdio social. Com o advento da Organização das Nações Unidas e a necessidade universal de reconhecimento dos Direitos Humanos, a luta pelos Direitos das Mulheres ganhou notoriedade mundial, sendo questionada e trazida à tona a questão da violência de gênero. Após reprimenda internacional, o Brasil foi obrigado a editar legislação protetiva à mulher, tendo em vista os aspectos culturais brasileiros de leniência e conivência com as atitudes dos homens e o sufocamento dos pleitos femininos. Com a criação da Lei Maria da Penha, houve enorme avanço no reconhecimento da proteção especial às mulheres, de sorte que houve a definição das diversas formas de violência e a promoção de medidas protetivas de urgência para garantir a segurança para as vítimas. Apesar dos avanços, as medidas protetivas de urgência são ineficazes ao combate da violência contra a mulher, principalmente, pela falta de fiscalização do cumprimento das medidas e pela lentidão na aplicação das penalidades. Hodiernamente, as mulheres que conseguem o deferimento de medidas protetivas em seu favor sofrem com o receio dos agressores tentarem algum ato de violência, uma vez que não há qualquer esforço estatal no sentido de garantir o cumprimento das medidas. Vale destacar a notória situação das medidas de distanciamento, as quais são determinadas e ficam a cargo da vítima para serem fiscalizadas, ou seja, caso o agressor realize uma tentativa de homicídio, a vítima não terá qualquer chance de se proteger com a

ajuda estatal. A ineficácia das medidas protetivas de urgência enseja o recrudescimento dos números da violência de gênero no Brasil, sendo válida a ponderação acerca de medidas a serem aplicadas que tenham maior efetividade no combate à violência contra a mulher. Existem medidas protetivas de urgência que podem ser implementadas no Brasil para garantir maior eficácia no combate à violência de gênero, tais como, o monitoramento eletrônico dos agressores nas situações de deferimento de medidas de distanciamento; e a aprovação de porte de arma para mulheres vítimas de violência doméstica. A medida de monitoramento eletrônico dos agressores no cumprimento das medidas de distanciamento garantiria que a vítima tivesse como prever situações de perigo e se prevenir com ajuda policial de que haja alguma fatalidade. A medida de aprovação de porte de arma para as mulheres vítimas de violência doméstica teria o condão de suprir a omissão estatal no exercício da força para conter as injustas agressões, ou seja, a própria vítima estaria autorizada a exercer o direito a legítima defesa de sua vida em face do agressor. Portanto, conclui-se que as medidas protetivas de urgência são ineficazes no combate à violência contra a mulher em decorrência da impotência estatal em prever e reprimir as agressões que possam surgir após um caso de violência, ficando elencadas duas alternativas para garantir a segurança e a eficácia dos direitos das mulheres. Não foi objeto deste trabalho esgotar o tema, mas sim suscitar o debate em torno da temática enfrentada. Espera-se que tenha alcançado, com esta pesquisa, o objetivo de contribuir com o crescimento do conhecimento crítico e científico a que se presta o pensamento jurídico acadêmico.

REFERÊNCIAS

BAGGENSTOSS, Grazielly Alessandra. **Direito das Mulheres**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

BAKER, Milena Gordon. **A tutela da mulher no direito penal brasileiro: a violência física contra o gênero feminino**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 24 mar. 2023.

BIANCHINI, Alice. **Lei Maria da Penha: lei N. 11.340/2006: Aspectos assistenciais, protetivos e criminais da violência de gênero**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

DIAS, Maria Berenice. **A Lei Maria da Penha na Justiça**. 5. ed. Salvador: JusPODIVM, 2018.

JUDICIALIZAÇÃO, JURISTOCRACIA E ATIVISMO JUDICIAL EM DECISÕES POLÍTICAS DO STF

Nortarso Gomes Chaves Mendes (Aluno do Curso de Direito do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, e-mail: nortarso@gmail.com), Alfredo Narciso da Costa Neto (Professor do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, e-mail: -----)

RESUMO

Objetiva-se verificar que critérios orientaram o STF nas decisões, entre 2006 e 2017, relativas às prerrogativas parlamentares. Utilizou-se dois grupos semânticos: o contextual e o hermenêutico. Nesse, serão analisados três institutos: a estrutura dinâmica das normas (ALEXY, 2006; DWORKIN, 2004); o uso do *in malam partem* como critério hermenêutico para se sancionar parlamentares no caso de omissão ou vazio legislativos; e a derrotabilidade da regra (HART, 2001). No grupo contextual, serão analisados quatro institutos: Judicialização (GARAPON, 1999), Juristocracia (HIRSCHL, 2004), Ativismo Judicial (ALEXY, 2006; ÁVILA, 2006; STRECK, 2013) e a Teoria do Comportamento Judicial (ROS, 2018). Essa análise será feita através de cinco arestos do STF: o HC 89.417 de 2006, no qual deputado estadual tem sua prisão mantida em desacordo o §2º do artigo 53 da CF; a AC 4.039, em que senador teve sua prisão determinada por decisão monocrática, sendo essa referendada pelo pleno; a AC 4.070, que destituiu o Presidente da Câmara dos Deputados; uma liminar na ADPF 402, que determinou o afastamento provisório do Presidente do Senado; e a ADI 5.526 em que se decidiu que o STF pode aplicar medidas cautelares a congressistas, mas a respectiva casa pode afastá-las. O método utilizado é o indutivo: estabeleceu-se uma regra geral a partir de casos particulares. A pesquisa foi básica, explicativa, qualitativa e bibliográfica. Observou-se que elementos jurídicos (dinâmica entre princípios e regras, derrotabilidade da regra) e sócio-políticos (Judicialização, Juristocracia, Ativismo Judicial e Teoria do Comportamento Judicial) condicionam as decisões judiciais quando se trata de enfrentamento substancial às prerrogativas parlamentares.

Palavras-chave: Judicialização; Juristocracia; Ativismo Judicial; derrotabilidade da regra; Teoria do Comportamento Judicial.

INTRODUÇÃO

Optou-se por verificar se o Judiciário extrapola suas funções e decide não conforme a Constituição, mas sim em consonância com as pressões políticas e/ou as preferências pessoais de cada juízo. Considerar todas as decisões seria missão impossível. As decisões dos tribunais superiores condicionam, de certa forma, as dos órgãos inferiores. O STF é a instância derradeira. Mas apenas em 2022, foram 89.959 (oitenta e nove mil novecentos e cinquenta e nove). É preciso um filtro. E esse será casos de enfrentamento dos poderes da república. As prerrogativas parlamentares têm sido judicializadas. As prerrogativas estão na Constituição, taxativamente. **Só** podem ser **ampliadas** por Emenda Constitucional. Há um corte temporal (2006-2017), e um corte qualitativo [apenas decisões judiciais terminativas que contrariaram frontalmente regras da Constituição Federal (CF)].

Analisar-se-ão cinco julgados: o Habeas Corpus (HC) 89.417, a Ação Cautelar (AC) 4.039, a AC 4.070, a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 402 e a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5.526. O primeiro capítulo aborda os conceitos de Judicialização, Juristocracia e Ativismo Judicial. O segundo, os casos do deputado estadual de Rondônia José Carlos de Oliveira, do senador Delcídio do Amaral Gómez e do Presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cosentino da Cunha. No terceiro, analisa-se os casos dos senadores José Renan Vasconcelos Calheiros e Aécio Neves da Cunha. No quarto, faz-se uma análise teórica dos casos concretos elencados, articulando-os com os conceitos apresentados: Judicialização, Juristocracia, Ativismo Judicial, derrotabilidade da regra e Teoria do Comportamento Judicial.

Um dos principais referenciais teóricos é Dworkin (2002). Os constructos **argumentos de política** e **argumentos de princípio** serão bastante utilizados. Os conceitos de **princípio e regra**, estruturados por Alexy (2006), e a constatação de um campo semântico coletivamente construído [nominado, por Rale (*apud* ÁVILA, 2018), como **condição a priori intersubjetiva**], já dado a todos os agentes sociais e que estrutura e condiciona todas as instituições [ideia essa exposta por Streck (2013) e Ávila (2018)] são igualmente relevantes. Além disso, há a derrotabilidade da regra de Hart (2001), a Teoria do Comportamento Judicial (ROS, 2008), a Judicialização (GARAPON, 1999) e a Juristocracia (HIRSCHL, 2004).

Neste trabalho, almeja-se construir ferramentas que instrumentalizem aqueles que anseiam por compreender o contexto em que ocorrem as decisões judiciais sobre questões políticas e os critérios jurídicos e políticos utilizados nessa sua construção.

METODOLOGIA

Esta monografia estruturou-se com fulcro numa pesquisa que, devido ao objeto estudado e ao objetivo, tem a seguinte classificação, adotando como referência Sakamoto & Silveira (2019). Quanto à **natureza**, foi **básica**, pois buscou principalmente novas articulações teóricas que expliquem a realidade. Quanto à **abordagem**, foi **qualitativa**, ao objetivar a explicitar o “[...] *universo de significados motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes*” (MINAYO, 2001 *apud* SAKAMOTO; SILVEIRA, 2019, p. 14) que se consolidaram como timoneiros da jurisdição. Quanto aos **objetivos**, foi **explicativa**, visto buscar a “[...] *causa de determinação do Objeto estudado, aquilo que possa explicá-lo identificando fatores determinantes para sua existência*” (SAKAMOTO; SILVEIRA, 2019, p. 37). Quanto ao **procedimento**, foi **bibliográfica**, pois realizou levantamento de referencial bibliográfico concernente ao tema (o que está presente em qualquer tipo de pesquisa) e visou elaborar fundamentos teóricos que expliquem os acórdãos.

O método foi o **indutivo**, isso devido à amostragem e à natureza das amostras. No dedutivo, estabelece-se regras que se restringirão aos casos estudados. Noutras palavras,

parte-se do geral para o particular. Não é o caso da presente pesquisa. Com as amostras, selecionadas devido à sua grande repercussão e à força de precedente que encerram (amostras qualitativas), busca-se inferir regras que, num dado contexto, constituem, **provavelmente**, a fundamentação judicial. Ou seja, as regras a serem expostas *poderão* (em vez de *deverão*) incidir sobre casos não contemplados no estudo e sobre decisões que serão tomadas.

Logo, observando as decisões judiciais que resolveram conflitos relativos à definição e aos limites das prerrogativas parlamentares, sob a luz de Dworkin (2002), de Ávila (2018), de Streck (2013), Alexy (2006), de Hirschl (2004), de Garapon (1999) e de Ros (2018), utilizando-se de uma pesquisa básica, explicativa, qualitativa e bibliográfica, por meio do emprego do método indutivo, verificou-se que elementos jurídicos (dinâmica entre princípios e regras, derrotabilidade da regra) como elementos sócio-jurídico-políticos (Judicialização, Juristocracia, Ativismo Judicial e Teoria do Comportamento Judicial) condicionam as decisões judiciais, mormente quando se trata de enfrentamento substancial às prerrogativas parlamentares.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Ao longo da pesquisa, dos diálogos, das leituras, observou-se que, para se entender o que leva os magistrados a tomarem determinada decisão não se deve considerar apenas os elementos endógenos ao Direito. Além da hermenêutica jurídica, é preciso recorrer-se, no mínimo, ao **Ativismo Judicial**, à **Judicialização**, à **Juristocracia** e à **Teoria do Comportamento Judicial**. Inicialmente, o diálogo mais intenso foi travado com Dworkin (2004) e com Ávila (2018). O centro era a hermenêutica jurídica, com foco na dinâmica entre princípios e regras, que constituem a norma. Depois, com Garapon (1999), com Hirschl (2004) e com Ros (2008), que analisam o contexto, tanto interno como externo, em que ocorre a criação, a interpretação e a aplicação do Direito.

As análises estruturais e conjunturais constantes nos primeiros capítulos deixaram claro que se judicializou o *ethos*, o *leitmotiv* que perpassa o mundo. Mais do que isso: é um verdadeiro *zeitgeist*. Os tempos contemporâneos foram judicializados e o seu **espírito** se tornou **litigioso**. A lide constitui as relações pessoais e institucionais. Em Garapon (1999), isto está mais claro. Esse demonstra que essa é a realidade cotidiana do homem comum. Hirschl (2004) centra-se mais na instrumentalização do Judiciário. Com seu conceito de **preservação hegemônica**, denuncia o uso da justiça com o fito de afastar da deliberação democrática questões de ordem econômica e questões relativas à distribuição de bens e de serviços.

Ros (2008) investe nos elementos que determinam a decisão judicial. Discorre sobre os modelos atitudinal e estratégico. O que se difundiu no imaginário do povo foi o **atitudinal**. O juiz é um ser apartado da sociedade. É imparcial. Técnico. Justo. Conjecturas sociais, pressão dos pares e dos grupos de influência, clamor popular: nada disso o afasta de Têmis. É o super juiz. Ocupa, no imaginário coletivo, o papel antes reservado ao rei e ao líder religioso. Mas isso é um mito, não é a realidade. Essa é descrita pelo modelo **estratégico**. Para decidir — em regra —, há a consulta e a articulação com os pares, com os políticos, com os grupos de influência. Numa palavra, com todos os que podem — seja isolada ou conjuntamente —, desfazer ou não cumprir o ditame judicial.

REFERÊNCIAS

ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. 5. ed. São Paulo: Malheiros Editores LTDA, 2006.

ÁVILA, Humberto. **Teoria dos princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos**. 18ª ed. Revisada e atualizada. São Paulo: Malheiros, 2018.

DWORKIN, Ronald. **Levando os direitos a sério**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GARAPON, Antoine. **O juiz e a democracia: o guardião das promessas**. Tradução: Maria Luiza de Carvalho. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

HIRSCHL, Ran. **Towards Juristocracy: The Origins and Consequences of the New Constitutionalism**. HARVARD UNIVERSITY PRESS Cambridge, Massachusetts, and London, England 2004.

USUCAPIÃO COMO FORMA DE REGULARIZAÇÃO DE IMÓVEIS ADQUIRIDOS POR CONTRATO DE COMPRA E VENDA PARTICULAR

Osnalba Torres de Almeida¹ (Aluna do Curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe -UNIJAGUARIBE. e-mail: osnalba.almeida@fvj.br), Orientador: **Jaks Douglas Uchôa Damasceno**² (Professor-Mestre do Curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe -UNIJAGUARIBE, e-mail: jaksdouglas@fvj.br).

RESUMO

Este trabalho objetiva analisar a Usucapião como forma de regularização de imóveis adquiridos por contrato de compra e venda particular, devido à maioria dos imóveis no Brasil apresentar como documentação apenas um contrato de compra e venda particular, devido à falta de registro no Cartório de Imóveis, inexistindo prova de propriedade, apenas posse, o que impossibilita a regularização da situação do imóvel. Essa ausência de propriedade acarreta insegurança jurídica, com prejuízos financeiros e desvalorização imobiliária. Assim, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar o instituto da Usucapião como forma de regularização de imóveis sem registro público, adquiridos por meio de contrato particular de compra e venda, de acordo com o ordenamento jurídico brasileiro, com a finalidade de apontar soluções para o expressivo número de imóveis irregulares existentes. Para tanto, aborda-se os conceitos de posse e propriedade, de contrato e usucapião, e analisa-se a viabilidade da usucapião para aquisição da propriedade e regularização dos imóveis adquiridos pelo contrato conhecido como contrato de gaveta. O presente estudo consiste em uma pesquisa aplicada de caráter descritiva, e adota-se como metodologia uma abordagem de forma qualitativa, por meio de comparações dos pensamentos de autores e doutrinadores, em uma pesquisa e revisão bibliográfica. Como resultados, percebe-se que a propriedade traz maior segurança jurídica às transações imobiliárias, e que só é adquirida com o registro do imóvel no cartório. Obtém-se também, que a Usucapião, em especial a Ordinária, judicial ou extrajudicial, se mostra como forma viável de regularização imobiliária, com a aquisição da propriedade de imóveis adquiridos com contrato particular de compra e venda, sem existência de matrícula. Conclui-se que há a necessidade de efetivação de ações de marketing para

divulgação do direito de propriedade à população, com esclarecimentos sobre a usucapião como forma de sua viabilização, e confecção de material com orientações.

Palavras-chave: propriedade; regularização de imóveis; usucapião.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem por objetivo analisar o instituto da Usucapião como forma de regularização de imóveis sem registro público, adquiridos por meio de contrato particular de compra e venda, de acordo com o ordenamento jurídico do Brasil, com a finalidade de apontar soluções para o expressivo número de imóveis irregulares existentes. Tem-se que os imóveis, em sua maioria, apresentam como documentação apenas um contrato de compra e venda particular, devido à falta de registro no Cartório de Imóveis, inexistindo assim prova de propriedade, apenas posse, o que impossibilita a regularização da situação do imóvel, acarretando prejuízos financeiros e desvalorização. Nesse contexto, surge a usucapião como forma de possibilitar a regularização desses imóveis. Ao observar-se, ao longo do tempo, a situação dos imóveis, percebe-se a quantidade significativa de imóveis sem registro cartorário, tendo como documento apenas um Contrato Particular de Compra e Venda, o que acarreta prejuízos e insegurança jurídica. Este é o motivo gerador da opção pelo tema. A pesquisa mostra-se relevante, tanto social quanto acadêmica. Academicamente, em razão de ser um tema objeto de controvérsias e dúvidas, em razão da variedade e complexidade que envolve o instituto da Usucapião, e poderá vir a somar ao conhecimento científico, contribuindo para identificar e apresentar alternativas para superar lacunas existentes. Já quanto à relevância social, pela contribuição que possa acrescer à sociedade no sentido de prestar esclarecimentos e conscientizá-la da necessidade e importância de ser efetuada a regularização dos imóveis, apresentando formas mais céleres e eficazes para tal, impactando assim diretamente na realidade da situação dos imóveis e, conseqüentemente, das pessoas. É de conhecimento geral ser uma prática rotineira, principalmente em cidades interioranas, a aquisição de imóveis por meio apenas de contrato particular de compra e venda, em razão da inexistência de registro desses imóveis em Cartório competente, ou seja, não havendo matrícula do imóvel, não há como formalizar a transação imobiliária e, assim, são efetuadas por meio de “contrato de gaveta”. A proposta do presente trabalho de pesquisa é justamente analisar a viabilidade do instituto da Usucapião como alternativa para regularização da propriedade desses imóveis, trazendo segurança jurídica e benefícios. Será viável e possível a sua utilização? Quais ações passíveis e eficazes podem ser desenvolvidas para obter resoluções práticas e palpáveis para este conflito na Sociedade? Como regularizar a situação de inúmeros imóveis em que há somente posse, na maioria das vezes por desconhecimento da diferença entre posse e propriedade, entre contrato de compra e venda e matrícula cartorária? Eis as perguntas principais que nortearam o trabalho de pesquisa.

MARCO TEÓRICO

Com fundamentação teórica dos doutrinadores clássicos: Diniz (2022), Pereira (2022), Venosa (2022), e de autores como Aghiarian (2015), Gonçalves (2023), dentre outros, além da legislação pertinente à matéria, para enriquecimento e diversificação da pesquisa bibliográfica e documental. Nesse sentido, apresentam-se os conceitos de posse e propriedade relacionados à imóveis, atinentes ao tema pesquisado, destacando para a relevância doutrinária quanto à propriedade, enfatizando a possibilidade de regularização da propriedade de imóveis adquiridos por contrato particular, utilizando-se do instituto da usucapião.

METODOLOGIA

O presente estudo consiste em uma pesquisa aplicada de caráter descritiva, e adota-se como metodologia uma abordagem de forma qualitativa, por meio de comparações dos pensamentos de autores clássicos em suas obras, doutrinadores estes respeitados quanto ao tema, em uma pesquisa e revisão bibliográfica que possibilite um aprofundamento sobre o objeto da pesquisa.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A pesquisa bibliográfica e o pensamento dos doutrinadores colacionados e comentados durante o trabalho, deixou clara a importância da efetivação da propriedade em face da posse obtida com o contrato de compra e venda particular, também denominado de “contrato de gaveta”. Pode-se afirmar, então, que propriedade é mais do que posse, trazendo mais benefícios e direitos, e, conseqüentemente, maior segurança jurídica quando se trata de imóveis. Imperativo assim que seja adquirida por quem está apenas com a posse do imóvel. Apropriação de um imóvel só é efetiva, portanto, quando se apropria a propriedade, e isso é realizado através do registro do imóvel no cartório. A Usucapião, judicial ou extrajudicial, surge então como forma de regularização de imóveis adquiridos por contrato de compra e venda particular, dos quais só há a posse, e que não constam inscritos no Registro Imobiliário, carecendo, portanto, de que seja estabelecida a sua propriedade por meio de registro cartorário. E o contrato particular de compra e venda se enquadra como justo título para a aquisição da propriedade por usucapião, sendo efetivo para a regularização de imóvel desprovido de matrícula. Tal informação é desconhecida da maioria da população que, ao efetivar uma transação imobiliária, com a assinatura apenas de um contrato particular de compra e venda, deduz que já é o proprietário do imóvel, tendo, no entanto, só a posse, não buscando os meios eficazes para adquirir a propriedade do imóvel, o que acarreta a inúmera quantidade de imóveis sem registro cartorário, gerando uma insegurança jurídica. Como foi visto, a propriedade representa segurança jurídica nas transações imobiliárias, e se constitui um direito que não pode continuar a ser ignorado pela sociedade, constituindo-se um direito de informação devido à mesma, devendo ser empreendidas ações para sua divulgação e efetivação, a fim de possibilitar o usufruto por toda a sociedade desse relevante direito. Em uma época de redes sociais e comunicação, nada mais propício do que se utilizar desses meios de divulgação para executar ações visando o esclarecimento da população quanto à necessidade de regularização da propriedade de seus imóveis, informando-a da viabilidade da Usucapião como forma eficaz de alcançar o referido intento. Panfletos, cartilhas, posts em redes sociais, com informações específicas e orientações quanto ao tema, contribuiriam para que a transmissão do conhecimento e minimização dos conflitos na sociedade, com resoluções pacíficas. Obtém-se assim que o instituto da Usucapião se mostra sim viável e adequada à regularização de imóveis que foram adquiridos por contrato particular de compra e venda, com inexistência de registro imobiliário anterior. A Usucapião, em especial a Ordinária, judicial ou extrajudicialmente, surge como uma forma de adquirir a propriedade de referidos imóveis e conceder os poderes inerentes à propriedade aos titulares da transação imobiliária, regularizando assim a situação em que se encontram, devendo ser otimizadas ações de marketing visando a divulgação desse direito e, conseqüentemente, de sua forma de viabilização, à população em geral, com confecção de material digital, como cartilhas, folders, com instruções precisas de como proceder para tal finalidade.

REFERÊNCIAS

AGHIARIAN, Hércules. **Curso de Direito Imobiliário**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2015. *E-book*.

DINIZ, Maria Helena. **Manual de direito civil**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. *E-book*.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro: Contratos e atos unilaterais**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. *E-book*.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil: direitos reais**. 28. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022. v. IV. *E-book*.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: reais**. 22. ed. Barueri-SP: Atlas, 2022. v. 4. *E-book*.

GUARDA, VISITA E ALIMENTOS PARA ANIMAIS DOMÉSTICOS NO CONCEITO DE FAMÍLIA MULTIESPÉCIE

Sandielen Martins Barbosa¹ (Aluna do Curso de Direito do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: sandielen28@gmail.com), Jéfter de Oliveira Sobreira² (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: jefter.sobreira@fvj.br).

RESUMO

A legislação não acompanhou a evolução da sociedade quanto ao surgimento de várias entidades familiares, dentre elas a família multiespécie formada por animais e humanos. Com isso, analisaremos o *status* do animal dentro do contexto social, debatendo se o mesmo permanece sendo tratado como coisa conforme o Código Civil ou passou a ser considerado “sujeito de direito” frente as leis específicas que trazem proteção, como exemplo da lei municipal de nº 549/2021 da Cidade de Aracati/Ceará. Nesse sentido, o trabalho monográfico visa verificar a possibilidade do animal demandar como parte em ação judicial, bem como, a regulamentação nas questões de guarda, visita e alimentos após a ruptura da sociedade conjugal, constatando a possibilidade da aplicação analógica das normas do direito de família. A metodologia empregada é bibliográfica, a fim de reunir produções científica, fundamentação teórica, jurisprudências e doutrinas. Conclui-se que a classificação do animal como “coisas” prevista no Código Civil está desatualizada e incompatível com a concepção da realidade social, bem como, o tratamento adquirido pela sociedade. Com isso, os tribunais vêm reconhecendo que os animais merecem tratamento e proteção em virtude de serem seres sencientes, além de aplicarem, por analogia, o instituto da guarda, visita e alimentos do Código Civil dos menores infantes aos animais na pretensão de solucionar os conflitos judiciais. Contudo, faz-se necessário uma regulamentação específica.

Palavras-chave: Animal; Família Mutiespécie; Família; Coisa; Guarda;

INTRODUÇÃO

O modelo inicial de família no Brasil era o patriarcal. Contudo, devido aos marcos históricos e a urbanização, novas crenças e ideologias surgiram, o direito canônico separou do direito estatal, as pessoas passaram a dar mais valores aos sentimentos e afeto do que às regras impostas.

Com isso, surgiram novas concepções de família e as mudanças também refletiram na relação do homem e os animais, que passaram a ser introduzidos nos lares, que motivou a formação do modelo de família multiespécie.

No entanto, o ordenamento brasileiro prevê o animal como coisa, conseqüentemente surgem múltiplas discussões de exímia importância no sentido de questionar se o animal deve permanecer com o *status* de coisas ou passe a ser sujeito de direito frente ao surgimento de novas leis de proteção.

Decorrente ao surgimento da família multiespécie, a justiça vem recebendo demanda para regulamentar guarda, visita e alimentos de animais, no entanto, não existe legislação específica para reger os conflitos dessa matéria, assim, a importância de verificar a possibilidade da aplicação das normas do direito de família de forma analógica a fim de solucionar o conflito, bem como, da possibilidade do animal ser parte o que gera outras discussões, haja visto, o animal não possuir personalidade jurídica.

A presente pesquisa tem por objetivo, tornar relevante o conhecimento do surgimento da família multiespécie, de forma apontar as inovações no campo do direito, lacunas normativas existentes, reflexões nas atitudes de valores, problemas de conflitos, análise de possibilidade na aplicabilidade da lei e contribuição para o universo das relações sociais e das ciências jurídicas.

O trabalho foi dividido em seis capítulos, o primeiro intenciona conceituar e contextualizar a evolução histórica de família inclusive no Brasil, ademais a previsão do conceito família disposto no ordenamento brasileiro. Conseqüente, busca-se traçar a construção histórica da relação humana com os animais até a inclusão deste como membro da família e o surgimento da família multiespécie, como os elementos caracterizadores.

Em seguida, abordam-se as previsões normativas do status do animal no Brasil, destacando as legislações específicas, tencionando analisar se o animal é visto como sujeito de direito, além de analisarmos os posicionamentos das jurisprudências dos tribunais no Brasil sobre a matéria.

Ademais, no quarto capítulo, dispõe sobre a família multiespécie enquanto fenômeno jurídico e social, seguido da apresentação dos projetos de lei a respeito da matéria com relatos de decisões sobre casos práticos.

Por fim, tende-se dispor sobre o futuro do animal após a dissolução da relação conjugal, quanto o direito de guarda, visita e alimentos para os animais, observando as jurisprudências.

MARCO TEÓRICO

Com fundamentação teórica *a priori* dos autores indicados: Dias (2021), Tartuce (2021), Madaleno (2020) Gonçalves (2017) e Pereira (2021) para alicerçar e enriquecer a pesquisa bibliográfica. Nesse sentido, apresentando a evolução do contexto histórico, conceitos, destacando para divergências jurisprudenciais, doutrinária e normativa quanto a classificação do animal e ressaltando sobre a regulamentação dos institutos de guarda, visita e alimentos dos animais e da legitimidade para demandar.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para construção do trabalho busca-se alicerçar em uma pesquisa bibliográfica, explorando sites eletrônicos destinados a reunir produções científicas, a fim de que haja fundamentação teórica, elaborada por meio de materiais já publicados sobre o assunto em questão, além de doutrinas, jurisprudências, dissertações, artigos e legislação normativa, que tratem do assunto e que servirão como base para o desenvolvimento da pesquisa.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Conclui-se que mesmo diante das lacunas legislativas a respeito da matéria, não impede o reconhecimento e julgamento pelo Estado nas demandas judiciais que trata de guarda, visita e alimentos de animais, ainda de atuar como parte. Visto pela presente pesquisa que apesar das ausências normativas, os tribunais passaram a julgar e assim criar precedentes como as jurisprudências a respeito da matéria se aliando a doutrina.

Com a presente pesquisa, compreende-se que o afeto ou afetividade é a base da formação familiar, não apenas a coabitação, e que o animal passou a ser considerado membro da família e sujeito de direito.

Com isso, foi entendido que existe um sistema familiar emocional, construído por pessoas sem ligação sanguínea, além da família formada pela imposição da lei.

Nos casos de guarda, visita e alimentos, verificou-se a possibilidade da aplicação analógica desses institutos, previsto no direito de família que regem as ações dos menores infantes, possibilitando resolver os conflitos a respeito da matéria, porém devem ser decididos aplicando o melhor interesse do animal.

No mais, as jurisprudências vêm se posicionando e reconhecendo a competência das varas de famílias para julgar os casos que envolvam animais, bem como, a sua personalidade jurídica. No entanto, o julgador não deve se apoiar na aplicação da analogia para resolver os casos, pois existem julgamentos divergentes a respeito da mesma matéria.

Contudo, visa-se que após o reconhecimento da dignidade do animal na constituição, as leis infraconstitucionais devem se adequar conforme os anseios sociais. Mostra-se então necessária a atualização do Código Civil, e a necessidade de uma legislação específica a respeito da matéria.

REFERÊNCIAS

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 14. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil**: volume único. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense; Método, 2021.

MADALENO, Rolf. **Direito de Família**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Direito das Famílias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro: Direito de Família**. vol. 6. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

SUCESSÃO DOS DIREITOS AUTORAIS: A LIMITAÇÃO DO PRAZO DE USUFRUTO DOS HERDEIROS SOBRE O DIREITO PATRIMONIAL ATÉ O INGRESSO NO DOMÍNIO PÚBLICO

Têmily Vanessa Monteiro¹ Aires (aluna do curso de Bacharelado em Direito da UNIJAGUARIBE – Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: temily.vanessa@fvj.br); Orientador: Jaks Douglas Uchôa² Damasceno (professor-mestre do Curso de Bacharelado em Direito da UNIJAGUARIBE – Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: jaksdouglas@fvj.br).

RESUMO

Este estudo objetivou compreender os limites usufrutuários dos herdeiros patrimoniais na partilha da herança de direitos autorais. Os direitos autorais surgiram com a finalidade de proteger as obras artísticas, e garantir o sustento por via de lucro aos autores, assim, essa via econômica surgiu por meio da propriedade intelectual, tendo como reconhecimento a Convenção de Berna de 1886. O direito à herança, resguardado no código civil brasileiro, conhecido como direito das sucessões, traz aos herdeiros autorais o recebimento de obras herdadas, como também o lucro destas. Assim, os herdeiros têm o direito de desempenhar o papel de protetor das obras, sendo os autores/sucessores, contudo, não podendo modificá-las, e não tendo o poder de tirar obras raras em posse de terceiros, mesmo sendo o herdeiro do espólio. O direito sucessório é feito por meio de inventário, o qual é nortado pela sucessão legítima e testamentária, e pelo espólio dos bens. No direito sucessório autoral também tem a partilha de bens por meio de inventário, no entanto, acaba se tornando um processo mais longo devido ao pouco conhecimento e divulgação desse tipo de sucessão, visto que são mais específicas, devido ao lucro advindo da propriedade intelectual, as limitações de poder sobre os bens herdados e ao resguardo da essência do artista. Há-se o processo de domínio público, que ocorre posteriormente à sucessão, após 70 anos de usufruto dos herdeiros, as obras entram em domínio público e não tem mais a proteção legal, assim, quando se tornam públicas podem ter adaptações seja no cinema ou na literatura, como também o lucro sobre as obras

encerram-se. Assim, na sucessão patrimonial preserva-se o equilíbrio entre os sucessores e a essência do artista, para que em uma toda essa essência não se apague, mas que continue em vista para todos.

Palavras-chave: Direitos autorais; Propriedade intelectual; Sucessão dos direitos patrimoniais; Herança.

INTRODUÇÃO

A humanidade é polida por obras de grandes artistas, e o direito autoral é o seu apanágio, com isso, após a perda de grandes nomes, o patrimônio torna-se sucessório, assim, os direitos patrimoniais perduram por setenta anos contados de 1º de janeiro do ano subsequente ao falecimento do artista, e durante esse período, os herdeiros têm o domínio sobre as obras.

Um autor vive de suas criações, e seus herdeiros viverão de suas lembranças. A sucessão traz consigo a lembrança daquilo que um dia foi de outro alguém, e o direito autoral traz consigo nessas lembranças uma melodia, versos inesquecíveis, capítulos de história. São essências intransferíveis, transferíveis.

A se ver a arte, é difícil tentar moldá-la ao direito, por isso a legislação não modela ela, mas sim, protege seus criadores para que eles não percam sua essência. O dom inevitável da vida é o legado que deixamos para os nossos herdeiros, e esse legado é recheado de emoção ao se falar em direitos autorais. Por isso, questiono: Você, como artista da sua vida, qual o legado que deixará para os seus sucessores? Quando falamos em legado, espólio autoral não necessariamente quer falar de dinheiro, fama, reconhecimento, mas sim de cuidado, afetado, admiração pelo que foi deixado, pois ali tem um pedaço do universo de alguém, e esse pedaço de universo não pode ser modificado, visto que a limitação do direito autoral não permite que os herdeiros modifiquem as obras. Desta forma, o ponto central desse estudo, é a limitação de usufruto dos bens herdados pelos herdeiros patrimoniais, até os bens – obras – entrem em domínio público.

MARCO TEÓRICO

Com fundamentação teórica a priori dos autores indicados: Fernanda Freitas (2021), João Francisco Chacarosque de Castro e prefácio de Sérgio Branco (2022), Carlos Roberto Gonçalves (2022) e Eliane Cordeiro de Vasconcellos Garcia (2009) para alicerçar e enriquecer a pesquisa bibliográfica. Neste sentido, apresentando os conceitos históricos, e principiológicas sobre o tema pesquisado, destacando os conceitos e classificando a transmissão dos direitos autorais, tendo em vista o usufruto dos bens herdados.

METODOLOGIA

São utilizadas na construção da pesquisa duas formas de pesquisa metodológica: o bibliográfico, por meio de doutrinas, artigos, monografias, teses de dissertação, inclusive online que tratam sobre a temática. Da mesma maneira, a documental, com a Lei de Direitos Autorais, a Lei 9610/88, a Constituição Federal de 1988, e o Código Civil de 2002, que demonstram o cuidado do legislador com os artistas e seus sucessores.

RESULTADO E CONCLUSÕES

O direito autoral não está longe de ser a história de vida de um alguém, assim como o direito das sucessões é o perpasso dessas histórias. Como herdeiro, há a garantia de preservação. Herdar bens patrimoniais, não significa ostentar com o que foi ganho, mas sim garantir a preservação daquilo que se foi adquirido no espólio.

Usufruir de um bem herdado no direito sucessório autoral é muito mais intenso que herdar um bem móvel, como uma casa. Está com algo e não poder fazer nada com aquele algo, é muito difícil. Ser o herdeiro de livros *best sellers* e não poder modificar nenhum capítulo é o que faz a preservação e limitação de usufruto dos direitos autorais.

Tendo em vista que o objetivo geral deste trabalho foi desenvolver um esclarecimento do que é sucessão, o que são os direitos autorais, e quais limites de usufruto os herdeiros têm. Contextualizou-se a narrativa histórica e percurso que os direitos autorais enfrentaram até a fundação da lei 9.610, pois assim como o curso da viagem do peregrino houve vários pontos que o marcaram fazendo-o chegar aonde chegou, e esses direitos também passaram por percalços.

A partir dos resultados e esclarecimentos abordados nesta pesquisa, entendemos que sucessão é tudo aquilo que sucede algo ou alguém, no direito civil brasileiro, apontado para o lado da pesquisa, foi-se estudado a sucessão dos direitos patrimoniais, o espólio patrimonial de um artista, assim, conclui-se que a sucessão autoral é diferente da sucessão material, visto que há norteammento diferente.

Por fim, em razão do caráter acadêmico desta pesquisa, não cabe concluir o estudo, mas apenas tecer as considerações finais sobre o tema analisado, com vista a contribuir nas futuras pesquisas acadêmicas com esse viés científico, levando em consideração os temas que envolvem sucessão dos direitos autorais e usufruto dos herdeiros.

REFERÊNCIAS

FREITAS, Fernanda. Direitos Autorais Para Todos: A transmissão hereditária dos direitos autorais. In: DIREITOS Autorais Para Todos: Rio de Janeiro: Litteris Editora, 2021.

DUARTE, Eliane Cordeiro de Vasconcellos Garcia. **Direito autoral:** Perguntas e Respostas. Paraná: UFPR, 2009.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro:** direito das sucessões 7. São Paulo: Editora Saraiva, 2022.

CASTRO, João Francisco Chacarosque e prefácio de BRANCO, Sérgio. **Direito autoral:** Exceções e limitações. Rio de Janeiro: EditoraLumen Juris, 2022.

A APLICAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS (PNRS) NO MUNICÍPIO DE ARACATI E SUA DESTINAÇÃO AMBIENTALMENTE CORRETA

Vilma Faustino Rocha¹ (aluna do curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: vilmaserva2017@gmail.com), Orientador: Prof. Me. Jaks Douglas Uchôa Damasceno² (professor - mestre do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe - FVJ - e-mail: jaksdouglas@fvj.br).

RESUMO

O estudo em questão tem como foco os resíduos sólidos e visa sensibilizar a comunidade de Aracati, bem como os seus gestores, para a importância de um planejamento adequado no tratamento desses materiais. A ausência de um plano mais elaborado tem produzido impactos diretos na dinâmica do homem e da natureza. Além disso a educação ambiental atua como uma ferramenta essencial para conscientizar a população o valor existente ao fazer adequadamente a coleta seletiva e o consumo consciente. É imprescindível que a gestão de ciclos de resíduos sólidos urbanos tenha como prioridade a proteção ambiental e esteja fundamentada nos princípios do desenvolvimento sustentável. É fundamental reconhecer a dimensão do poder público na gestão dos resíduos urbanos. O objetivo primordial é assegurar a máxima proteção do meio ambiente, ao mesmo tempo que se estabelece um modelo que se orienta pelos princípios da sustentabilidade garantindo assim um futuro mais equilibrado e próspero para as gerações presentes e futuras. Primar pela busca de cooperação e adoção de comportamentos similares, com objetivo de invalidar os esforços alheios com escolhas individuais inapropriada. Para que a conscientização individual seja importante, evidencia-se o comportamento dos cidadãos para que seja orientado por um sistema eficaz, em que possa prevenir e reduzir essa produção demasiada de resíduos, concomitantemente, haver

preocupação central do poder público ao estabelecer políticas e sistemas adequados para orientar e incentivar aos habitantes hábitos mais sustentáveis.

Palavras-chave: Catadores; Educação Ambiental; Materiais Recicláveis; Resíduos Sólidos.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho consiste em demonstrar a necessidade da viabilidade na aplicação de maneira correta, no que concerne ao gerenciamento e do processo de descarte dos resíduos sólidos no meio natural e seus possíveis impactos positivos, pelos quais possam refletir diretamente na coletividade e na sua qualidade de vida. Cogita-se alcançar a compreensão a respeito da gestão dos resíduos sólidos e suas vantagens, ao reconhecer que a proteção e manutenção do meio ambiente requer uma perspectiva ampla e gradativa, além de priorizar os recursos naturais. Levando em conta a importância da educação ambiental para a comunidade aracatiense, bem como a relevância dos catadores e carência de políticas públicas no município em estudo para o gerenciamento de resíduos sólidos. No empenho de alcançar esse objetivo, é essencial que a comunidade entenda a importância da preservação dos recursos naturais, que tornam-se cada vez mais escassos, primando pela dignidade da vida humana não negligenciando a participação dos catadores no desempenho de suas funções ambientais. Portanto, o gerenciamento de resíduos sólidos deve ser uma prioridade para o município supracitado, e a educação ambiental com a criação de um modelo socioambiental como estratégias para conquistar esse propósito. O estudo analisa os procedimentos necessários para a aplicação da Política Nacional de Resíduos Sólidos(PNRS), destacando a regulamentação dessa política, em 2022 foi publicado Decreto Presidencial com objetivo de modernizar dispositivos e simplificar procedimentos para implementação mais eficiente da lei 12.305/2010. Além disso, a pesquisa ressalta a relevância da Agenda 21 na gestão de resíduos sólidos e a inclusão dos catadores de lixo no Brasil, um país que produz uma considerável quantidade de resíduos.

MARCO TEÓRICO

Tendo em vista que desde a promulgação da PNRS (Política Nacional de Resíduos Sólidos no ano de 2010 e dentre os avanços legislativos no Brasil, por meio do embasamento teórico inicial dos estudiosos mencionados - Eigenheer (2009), CRIVELLARO; SOUSA (2011), FIORILLO (2021), Lenza (2022), MARCHI (2018), TRENNEPOHL (2022) - busca-se consolidar e ampliar a pesquisa bibliográfica, contemplando reflexões históricas, conceituais e principiológicas acerca do objeto de estudo. Dessa forma, é possível apresentar uma discussão robusta sobre o tema proposto. Deve-se ressaltar que a Constituição da República Federativa do Brasil faz referência ao marco na história do Meio Ambiente. Já a Agenda 21 é um plano de ação global que foi adotado pelos líderes mundiais na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Com base nessa investigação, será viável buscar superar ao máximo as dificuldades que impedem a implementação da política nacional de resíduos sólidos no município de Aracati, uma vez que é crucial avaliar se quanto pode ser benéfico e legal para o meio ambiente, além de verificar se é realizável juridicamente o seu estabelecimento.

METODOLOGIA

Para a elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso, foi empregada uma metodologia que englobou tanto a pesquisa bibliográfica quanto a análise de fontes secundárias, com base em estudos realizados por especialistas no assunto. Além disso,

recorreu-se à pesquisa documental, por meio da análise minuciosa de fontes primárias, como legislações relevantes, destacando-se a Constituição Federal, bem como todo o conjunto de normas ambientais vigentes e acórdãos relacionados. A estratégia metodológica da pesquisa é o conceito de Resíduos Sólidos, segundo a Lei Federal 12.305 de 2010, sendo assim o trabalho será direcionado ao tema citado, almejando um planejamento mais adequado no trato dos produtos que são dispostos no Meio Ambiente, causando impactos na dinâmica do homem na natureza. Dessa maneira será proporcionado a geração de empregos para pessoas que vivem à margem da sociedade, estando garantida legalmente na PNRS (Política Nacional de Resíduos Sólidos). O estudo bibliográfico contribuirá para a identificação de determinadas características e perceber diretamente o cenário daquilo que está sendo descartado. No tocante aos indicadores qualitativos será utilizado nesta pesquisa e estudos bibliográficos para identificar como encontra-se a situação organizacional dos catadores de resíduos e sua vulnerabilidade. Como já mencionado, o estudo será estruturado de revisão bibliográfica do tema em estudo e serão utilizados livros, monografias e artigos que estão disponibilizados na internet, os quais servirão de suporte no auxílio de como identificar o papel e envolvimento de maneira formas desses profissionais mediante a sua inclusão nas suas ações no ciclo de resíduos sólidos.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

No que foi exposto através de um fundamento jurídico, o projeto representa das inquietudes e expectativas pessoais relacionadas ao objetivo do estudo no tocante ao que se refere à abordagem do tema explanado, ao considerar o todo e não somente as partes isoladamente. Levando em conta uma compreensão mais integralizada e mais acentuada do assunto em questão, apoderando-se e considerando-se suas dimensões os aspectos interconectados, elementos e contextos envolvidos. Com base nesses referenciais teóricos, foram avaliados os possíveis impactos da implementação dessas políticas públicas ao município, ao levar em conta as particularidades da cidade do Aracati, atentando as limitações e desafios locais, no cumprimento de medidas que poderiam ser adotadas para garantir medidas essenciais na efetivação dessas políticas. O trabalho procurou oferecer subsídios para que os gestores públicos e demais atores envolvidos na gestão de resíduos sólidos em Aracati possam tomar decisões informadas e conscientes sobre o conteúdo.

REFERÊNCIAS

AGENDA 21 GLOBAL. UNCED - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992), **Agenda 21** (global). Ministério do Meio Ambiente – MMA. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/se/agen21/ag21global/>. Acesso em: 28 ago. 2022.

CRIVELLARO, F. F.; SOUSA, F. T. **Logística Reversa um Colaborador para o Meio Ambiente**. III Encontro Científico e Simpósio de Educação Unisalesiano - Educação e Pesquisa: a produção do conhecimento e a formação de pesquisadores. Acesso em: 12 mar. 2023

MACHADO, Isis Layanne de Oliveira. **Proteção ao Meio Ambiente e às gerações futuras: desdobramentos e reflexões bioéticas**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/qwqC4w64RTNh7PJDQHgqdNF/?lang=pt>. Acesso em: 12 mar. 2023.

MIURA, P. O; SAWAIA, B. B. Tornar-se catador: sofrimento ético-político e potência de

ação. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, n. 2, p. 331-341, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/5C6kGM6PmSrZTrNqN7cC8Rk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 abr. 2023.

NOGUEIRA, C. F. DE A. Política Nacional de Resíduos Sólidos, Coleta Seletiva e seus Atores – o caso do Distrito Federal. Distrito Federal. **Revista Brasileira de Direito**, vol. 10, nº. 1. Disponível em: <https://seer.atitus.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/617/985>. Acesso em: 04 mar. 2023.

EUTANÁSIA: DIREITO A VIDA X MORTE COM DIGNIDADE

Ytalo Dos Santos Rocha¹ (Aluno do Curso de Bacharelado em Direito pelo Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – UNIJAGUARIBE em Aracati-CE. E-mail: ytalorochoa.ce@gmail.com, Xeila Maiane da Silva Freitas² (Orientadora do curso de Bacharelado em Direito do pelo Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – UNIJAGUARIBE em Aracati-CE. E-mail: ytalorochoa.ce@gmail.com).

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo estudar a Eutanásia abordando a dignidade da pessoa humana e as implicações quanto ao direito à vida e à morte, tendo como base a constituição, bem como apresentar seu conceito, as formas de aplicação diante da dignidade humana, discutir até que ponto a autonomia da vontade prevalecesse, com enfoque na dignidade da pessoa humana, está relacionada com o direito à vida, e as possibilidades de uma morte digna, tudo sob o prisma constitucional. O estudo foi desenvolvido a partir de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa e explicativa devido a necessidade de maiores esclarecimentos sobre o tema, tendo em vista a finalidade de compreender, de forma ampla e conjugada, os diversos elementos envolvidos nessa temática tão complexa. Enfim, que nenhum indivíduo seja submetido algum tipo de tratamento sem o devido respeito a sua vontade, ademais o direito à vida é fundamental e conexo ao princípio da dignidade humana e autonomia do indivíduo, e a liberdade e o direito a uma vida digna.

Palavras-chave: Eutanásia; Dignidade da Pessoa Humana; Autonomia; Direito à Vida.

INTRODUÇÃO

A vida sempre foi descrita como o bem maior universal, fazendo com que o desenvolvimento humano visasse a melhoria da qualidade de vida no decorrer da história, porém, na outra extremidade, a tão temida morte também se fez e faz presente em tal contexto. Apesar de ser um tema que não tenha uma posição prevalecente, a Eutanásia por mais complexa e divergente que seja, sempre foi tema de debates entre aqueles que defendiam tal procedimento com base na dignidade não só da vida, mas também da morte e por outro lado os que a condenavam, por acreditar que ninguém possa ceifar a vida de outrem em hipótese alguma. Critérios sociais, religiosos e culturais são norteadores nos posicionamentos sobre a eutanásia, independentemente do período ou do local. A questão religiosa tende a ser o maior motivador daqueles que condenam tal prática, uma vez que, mediante a crença religiosa a vida é uma dádiva divina, onde apenas Deus pode dar fim a esta. Já aqueles que defendem o uso da eutanásia são de acordo, pois, levam em consideração que se o ser tem direito a vida, este também tem direito a morte, tendo em mente aqueles que estão em estado terminal, sem perspectiva de melhora e sofrendo muito (MARTINS, SILVA, 2016; PESSINI, 2020). A eutanásia esteve em pauta e era utilizada na Grécia, nos Celtas, na Índia, em Esparta, nos Povos Escandinavos, nas Tribos Indígenas, até a atualidade, que com o avanço da tecnologia os meios existentes hoje buscam trazer o mínimo de dor e o máximo de agilidade na abreviação da vida do paciente que optou em aderir tal procedimento, uma vez que esse é o intuito da eutanásia (QUEIROZ, 2011).

MARCO TEÓRICO

A vida é um dos mais preciosos direitos defendidos pela Constituição Federal (CF) de 1988 e também pelo Código Penal. No caput do artigo 5º, da CF a vida é explicitada como garantia fundamental. (BRASIL, 1988). A Constituição Federal lembra e oficializa a vida, protegendo-a como o direito de estar vivo, e de vivê-la com dignidade. Para isto foram criados mecanismos, que têm como finalidade principal proporcionar, confirmar e fazer valer esta aspiração tão especial destinada à vida. O direito à vida é inviolável, ninguém poderá ser privado arbitrariamente de sua vida, sob pena de responsabilização criminal. A inviolabilidade está garantida na Constituição Federal, que o consagra como o mais fundamental dos direitos, e, igualmente, pelo Código Penal (CP), que prevê as sanções para o indivíduo que violar esse direito, ademais, Vasconcelos (2019) aduz que princípio algum é mais relevante para sintetizar a Constituição que o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, uma vez que oferece um campo de integridade moral a ser defendida a qualquer pessoa, exclusivamente, por causa de sua existência. O princípio da dignidade da pessoa humana se sobressai no ordenamento jurídico dos estados democráticos de direito contendo uma série de direitos que são de interesse da categoria daqueles próprios ao homem, a personalidade e a dignidade; constitui-se natureza de direito fundamental e, em última análise, de direitos humanos (LEITE, et al., 2017).

METODOLOGIA

O estudo foi desenvolvido a partir de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa e explicativa devido a necessidade de maiores esclarecimentos sobre o tema, tendo em vista a finalidade de compreender, de forma ampla e conjugada, os diversos elementos envolvidos nessa temática tão complexa.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

É importante ressaltar que as discussões em torno da eutanásia são bem polêmicas, é um dos temas humanitários e jurídicos mais controversos do mundo, ressalta-se que os valores culturais, religiosos e sociais têm grande influência quando se fala na legalização ou não da Eutanásia, porém, geralmente quando indaga-se sobre este assunto grande parte da sociedade prefere o silêncio ou tem resposta incerta, devido ao grau de complexidade e responsabilidade que o assunto trás. Compreendeu-se que a Eutanásia é uma questão polêmica com posições muito variadas, que contempla fatores psicológicos, filosóficos, éticos, religiosos, jurídicos entre outros. Desse modo, entende-se que numa sociedade entranhada de valores, conceitos éticos e religiosos constituem as mais variadas concepções, que perseveram em interrogar o indivíduo na qualidade de titular de sua vida, e possuidor de autonomia capaz de realizar vontades próprias tomando decisões e escolhendo pela vida. Considerando os objetivos desse estudo foi possível entender que proporcionar aos indivíduos o direito à vida vai além de garantir os subsídios materiais necessários à sua subsistência. É sobretudo dar oportunidade para usufruir da vida dignamente, inclusive de ter o direito de decidir sobre sua vida e sua morte, por meio de sua dignidade pessoal. Ressalva-se que o direito à vida é garantido pela Constituição Federal, de 1988, e antecipar a morte de um indivíduo por compaixão, achando que o mesmo sofrerá de dor insuportável, ou ainda que as possibilidades se esgotaram, portanto, não há mais nenhuma expectativa de vida, é um ato de proporcionar dignidade pelo menos na morte, já que não poderá ter mais dignidade em vida. No Brasil não lei que torne possível a prática da eutanásia. Com base no Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e ao Princípio da Autonomia da Vontade, concatenados aos Direitos Humanos, em vista da possibilidade de assegurar os últimos desejos do paciente terminal, o paciente determina qual tipo de tratamento deseja ou recusa, no futuro caso seja acometido de uma doença terminal e fique impossibilitado de manifestar sua vontade. Por fim, que seja respeitada a vontade dos indivíduos que com o apoio da autonomia da vontade, fundamentada na liberdade que são detentoras tomem suas decisões, de submeter-se ou não a algum tipo de tratamento visando o prolongamento da sua vida. Isto é uma opção comum visto é o exercício do seu direito de morrer com dignidade apoiado na relação médico e paciente, que deve ser pautada na confiança. Espera-se que este trabalho possa contribuir sendo norteador para os operadores/julgadores e acadêmicos de Direito, na forma de mais conhecimento e análise sobre a questão para que possa haver possibilidades de abertura para debates a respeito da eutanásia.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.**

LEITE, E. S. TOJEVICH, et.al. **Eutanásia: A dignidade da pessoa humana versus o direito à vida.** Anais do 15º Encontro Científico Cultural Interinstitucional e 1º Encontro Internacional – 2017.

LIPPMANN, E. **Testamento vital.** Matrix Editora, 2016.

MARTINS, E.; SILVA, J. **Eutanásia: Direito, Ética e Religião.** ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba PR - Brasil. Ano VIII, n.º. 15, jul/dez 2016. ISSN 2175-7119. 296

PESSINI, L. **A Eutanásia na Visão das Grandes Religiões Mundiais.** Portal do Conhecimento, 2020

QUEIROZ, A. **Eutanásia:** Uma Morte Digna a Luz do BioDireito. Brasil Escola. 2011.

Educação física

EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E SEDENTARISMO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NA ESCOLA E.E.F. JOSÉ NUNES SOBRINHO

Daniel Bezerra Nogueira¹ aluno do Curso de Licenciatura em Educação Física do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: danielbezerranogueira@gmail.com, orientador Leandro Nascimento Borges², Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: leandro.borges@fvj.br

RESUMO

Diante dos desafios encontrados no ensino da educação escolar em estágios supervisionados na escola E.E.F. José Nunes sobrinho, com a intenção de caracterizar a prática e aproximação dos graduandos em educação física (licenciatura) com a realidade da escola, se faz necessário relatar as experiências, aprendizagens, dificuldades e ressaltar a importância do profissional de educação física diante do comportamento sedentário nas aulas de educação física. Em busca da promoção da saúde na escola e fora da mesma, o profissional de educação física têm o papel fundamental na autorreflexão dos alunos, revertendo o seu sedentarismo por meio de atividades sugeridas em sala de aula. A mesma aumenta a conscientização sobre os perigos significativos de um estilo de vida sedentário, já que muitas vezes o único momento em que os adolescentes são fisicamente ativos é na escola durante as aulas de educação física. Quanto mais os alunos participam das aulas de EF, maior será o nível de atividade física e, conseqüentemente, melhor a sua saúde.

Palavras-chave: Estágio supervisionado; educação física escolar; sedentarismo.

1 INTRODUÇÃO

O sedentarismo pode ser definido como um comportamento do cotidiano caracterizado como a falta ou diminuição de atividades físicas, assim não promovendo um gasto energético significativo quando comparado ao gasto produzido em níveis de repouso ou atividades com baixo gasto de energia (MATTOS et al 2006). Conforme Kiessler (2015), com o avanço da modernidade e dos recursos tecnológicos, além de outros fatores como o período pandêmico na qual todos permaneciam em isolamento social, dessa maneira dificultando a prática de atividade física e estimulando hábitos sedentários que é um dos grandes problemas de saúde em nossa atualidade, causando estragos na autoestima dos alunos durante sua adolescência. A Organização Mundial de saúde recomenda que crianças e adolescentes de cinco a dezessete anos devem realizar em média pelo menos sessenta minutos por dia de intensidade moderada a alta, intensidade bem como aquelas que fortalecem os músculos e ossos, pelo menos três dias por semana (OMS, 2022). Porém, a maioria das pessoas não segue as recomendações, devido ao uso excessivo das tecnologias e redes sociais que nos auxilia no meio de comunicação, fontes de pesquisa, relacionamentos, entretenimento. Mas, se usada da maneira incorreta e imprudente, acarreta vários danos à saúde. Sendo assim, o estagiário durante sua passagem na escola, constatou como é a estrutura física da escola, corpo docente, a sala de aula, como é a metodologia de ensino do professor, comportamento dos alunos, essas pequenas observações fazem a diferença para o futuro professor entender o processo de ensino aprendizagem (SCALABRIN,2013). Esta pesquisa justifica-se pelo fato dos desafios encontrados no ensino da educação física escolar em campos de estágios supervisionados na escola E.E.F. José Nunes sobrinho. Com a intenção de caracterizar a prática e aproximação dos graduandos em educação física (licenciatura) com a realidade da escola, se faz necessário relatar as experiências, aprendizagens e investigar o sedentarismo escolar, que é um problema existente na sociedade e no período de isolamento social. Junto com a utilização de aparelhos tecnológicos no sistema de ensino remoto, em que os alunos ficavam no conforto de suas

casas e não tinha o contato físico com ambiente escolar, contribuindo com a desmotivação e inatividade dos discentes, ou seja, não praticavam nenhuma atividade física ou exercício físico, tornando-se pessoas sedentárias.

2 OBJETIVOS

2.1 Geral

Investigar, as experiências e aprendizados em estágios supervisionados, aproximando os graduandos em educação física com a realidade da educação física escolar.

2.2 Específicos

Descrever ações por partes dos professores e identificar os problemas que persiste na realização de estágio. Assim, explicando o papel do profissional de educação física escolar frente ao comportamento sedentário.

3 METODOLOGIA

3.1 Tipo de estudo e abordagem

Para alcançar os objetivos propostos e melhor apreciação deste trabalho, foi utilizada uma abordagem qualitativa, tipo relato de experiência, de caráter descritivo realizado na escola E.E.F. José Nunes Sobrinho, na comunidade de lagoa da Barbada, interior do município de Palhano no estado do Ceará, nos períodos de agosto a outubro de 2022

4 DESCREVER AÇÕES POR PARTES DE PROFESSORES

O estágio foi realizado em turmas de 8 e 9º ano que variavam entre quinze a vinte e quatro alunos. O professor regente da sala não possuía formação em educação física, dificultando a ampliação do conhecimento do estagiário. Mesmo com a ausência e todas as diversidades houve uma construção multidisciplinar do estagiário e professor da escola que concordou em auxiliar nas atividades planejadas. A primeira semana de observação foi o divisor de águas, permitindo investigar a realidade da escola e compreendendo as práticas institucionais dos professores, desde o planejamento até a metodologia em sala de aula na etapa de planejamento, o professor apresentou o projeto desenvolvido pela secretária municipal de saúde, que tinha como principal objetivo combater o sedentarismo na adolescência, abordando a importância da atividade física como conteúdo do 3º bimestre. Na qual foram abordadas, discutidas e escolhidas atividades relacionadas a unidade temática ginástica de condicionamento físico, que tem como objetivo proporcionar um estilo de vida ativo na adolescência, consequentemente, precaver e controlar doenças não transmissíveis em busca da promoção a saúde (OMS, 2022). Diante disso na aula teórica, o professor deu total autonomia para o estagiário comentar e resenhar juntamente com alunos a importância da atividade física no combate ao sedentarismo. Logo de início, o estagiário passou um breve questionário no intuito de conhecer o nível de sedentarismo da turma, você pratica alguma atividade física? Quantas horas do seu dia você permanece em frente a tela do celular? Participa das aulas práticas de Educação Física? Diante das seguintes perguntas realizadas, o professor e estagiário constataram que a maioria dos alunos apresentavam uma vida inativa, consequentemente sedentários. Então, o estagiário questionou os alunos diante da seguinte pergunta: qual a diferença entre atividade física e exercício físico? A expressão de dúvida em

suas faces era notória. Expliquei, segundo a (OMS, 2022) define atividade física como qualquer movimento no cotidiano que requer músculos esqueléticos que consomem energia, incluindo tempo de lazer, locomoção ou como parte do trabalho de um indivíduo. Tanto a atividade física de intensidade moderada quanto a de intensidade vigorosa podem melhorar a saúde. Maneiras populares de ser ativo incluem caminhada, ciclismo, exercícios, recreação ativa e brincadeiras, e podem ser feitas em qualquer nível de habilidade e apreciadas por todos. Dessa forma, o estagiário juntamente com o professor planejou uma aula de campo na academia que reside próxima a escola, o proprietário do local é graduado em educação física e nos auxiliou nas atividades propostas que basicamente eram exercícios com o peso corporal como: alongamentos, agachamentos, flexão de braços com apoio, dentre outros.

5 ENUMERAR OS PROBLEMAS QUE PERSISTE NA REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO

De acordo com as observações realizadas na escola, umas das principais dificuldades apresentadas é a falta de infraestrutura da escola para realização de aulas teóricas e práticas. O espaço que permite as aulas práticas é uma quadra com teto incompleto, com más condições de estrutura e que se localiza fora da escola, com possibilidade de ter evasão de alunos. A ausência de materiais para realização de atividades teóricas e práticas dificulta o professor durante seu planejamento confeccionando materiais adaptados. A Educação física além de ser uma disciplina obrigatória no currículo escolar, estimula os alunos a desenvolver a consciência corporal e a desenvolver habilidades motoras de diversas formas. De acordo com as observações do perfil dos estudantes, a manutenção da participação tornou-se um desafio. Para (KIESSLER, 2015) o avanço da modernidade impactou no estilo de vida do ser humano, devido ao aumento da tecnologia que domina o cotidiano das pessoas. Quando essa utilização é de forma exagerada, acarreta um em problemas na qualidade de vida das pessoas. A adolescência é uma fase entre a infância e a vida adulta, dos dez aos dezenove anos. Fase responsável pelo o desenvolvimento humano, na qual os adolescentes conhecem a puberdade, experimentam mudanças físicas, uso de substâncias, atividades sexuais, crescimento, cognitivo e psicossocial. Etapa que afeta como eles se sentem, refletem, interagem com o mundo ao seu redor, momento importante para lançar as bases de um estilo de vida saudável (OMS, 2022). A família tem um papel importante no processo de transição da infância para adolescência, pois ela é seu primeiro grupo de socialização em que o adolescente busca orientações, apoio, então por isso a necessidade de uma família presente que deixem seus filhos confortável ao falar sobre qualquer determinado assunto. Na maioria das vezes a família influencia seus filhos ao sedentarismo, já que os adolescentes se espelham em seus pais e se tornam reflexo, ou seja, uma família inativa, influencia seus filhos a uma vida inativa, se tornando-se sedentários.

6 DISCUTIR O PAPEL DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA FRENTE AO COMPORTAMENTO SEDENTÁRIO

Atualmente, entende-se que um dos objetivos da educação física escolar é o aluno experimentar as diversas manifestações dos conteúdos através da cultura corporal de movimento. Outro objetivo que a disciplina possui é preparar o jovem para conviver em sociedade. O professor que exerce sua profissão com severidade e responsabilidade independente da sua área de formação tem o poder de fazer a diferença na vida de crianças, adolescentes e adultos. Podendo ser um agente transformador na vida das pessoas que possibilita novos caminhos para que o estudante assuma o protagonismo e exerça a profissão que desejar na sociedade (KIESSLER, 2015). Porém, a participação das aulas práticas de educação física vem diminuído ao longo dos anos. por conta do isolamento social causado

pela pandemia, o avanço da tecnologia e a inatividade dos discentes. Em busca de uma qualidade de vida saudável na escola e cotidiano, o profissional de educação física tem o papel de súmula importância na autorreflexão dos discentes na reversão a situação de um aluno que se encontra na condição de sedentário, através das atividades propostas em sala de aula na conscientização sobre os perigos eminentes do sedentarismo, pois muitas vezes o único contato que o adolescente tem com a atividade física é na escola através da educação física. O professor tem o papel de planejar, motivar e aplicar aulas criativas dinamizadas e principalmente que leve o aluno a uma aproximação com sua prática.

7 CONCLUSÃO

Com a realização deste trabalho deve-se ressaltar as contribuições e importância a partir de experiências vividas em estágios supervisionados nos anos finais do ensino fundamental e ressaltar a importância do profissional de educação física diante do comportamento sedentário nas aulas práticas de educação física.

REFERÊNCIAS

ATIVIDADE física. disponível em:

<https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/physical-activity>. Acesso em: 28 maio. 2023.

EXERCÍCIO Físico x Atividade Física: você sabe a diferença? Disponível em:

<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/eu-quero-me-exercitar/noticias/2021/exercicio-fisico-x-atividade-fisica-voce-sabe-a-diferenca>. Acesso em: 15 maio. 2023. Bibliografia

LIMA, I. S. M. S. de; ANDRADE, A. I.; COSTA, N. M. V. N. da. A prática pedagógica na formação inicial de professores em Cabo Verde: Perspectivas dos supervisores. **Educ. Form.**, [S. l.], v. 5, n. 13, p. 3–26, 2020. DOI: 10.25053/reduforv5i13.1448. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/1448> Acesso em: 4 mar. 2023.

PEREIRA, Lucia Helena Pena. **Bioexpressão: a caminho de uma educação lúdica para a formação de educadores**. Rio de Janeiro: Mauad X: Bapera, 2005.

SCALABRIN, Izabel Cristina; MOLINARI, Adriana Maria Corder. A importância da prática do estágio supervisionado nas licenciaturas. **Revista Unar**, v. 7, n. 1, p. 1-12, 2013.

IMPLICAÇÕES DO TREINAMENTO RESISTIDO NA SAÚDE DO IDOSO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NA CIDADE DE ICAPUI

Francisco Manoel Porto Maia1 (Aluno do curso de Bacharelado em Educação Física do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: portomaiaf@gmail.com), Orientador2: Me. Leandro Nascimento Borges, (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: leandro.borges@fvj.br)

RESUMO

O envelhecimento traz algumas implicações para o idoso, como: perda da densidade ossea, perda da massa muscular, perda de força entre outras, muitas vezes impedindo de realização de atividades do dia como: andar, sentar, levantar. O treinamento resistido é de grande importância pois através dele os idosos podem ter uma melhora da qualidade de vida na saúde do idoso. O treinamento proporciona um ganho de massa muscular, ganho de força, permitindo fazer as atividades básicas normalmente mesmo após os 60 anos de idade. Sendo assim, este estudo tem como principal objetivo descrever as experiências, vivências e aprendizados em estágios supervisionados, relacionando com a importância do treinamento resistido na saúde da comunidade idosa do município de Icapuí. Foi elaborado tendo como referência o relato de experiência. Os resultados mostraram que o treinamento resistido é seguro e recomendado para melhoria da qualidade de vida, quando orientado por um profissional de educação física, respeitando o limite de cada indivíduo.

Palavras-chave: Estágio supervisionado; treinamento resistido; envelhecimento.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho discorre sobre a temática do treinamento resistido e sua implicação para a melhoria da qualidade de vida dos sujeitos idosos pertencentes a cidade de Icapuí, tendo como referência a proposta do relato de experiência. Antes da exposição do trabalho é válido ressaltar que há um tempo não muito distante a prática do treinamento resistido na maioria das vezes era associado somente à fins estéticos, no entanto, hoje em dia, com o avanço da área de Educação Física, da motricidade humana e dos esportes, sabemos que esta prática proporciona inúmeros benefícios a seus praticantes, que podem ser, praticamente de todas as idades e de diferentes níveis de condicionamento e aptidão.

Por isso, na prática de treinamento resistido é possível trabalhar inúmeras valências físicas, tais como: força muscular, composição vascular, equilíbrio, flexibilidade, equilíbrio, resistência, dentre outros. A prática desse treinamento traz vários benefícios na qualidade de vida de seus praticantes como: ganho de massa muscular, aumento da força, perda de gordura etc.

O treinamento resistido, pensando em sua classificação, para Teixeira e Gomes (2014) é um método específico de condicionamento físico que envolve o emprego progressivo e sistemático de diferentes cargas e uma imensa variedade de modalidades, com o objetivo manter/melhorar os níveis de saúde e/ou o desempenho esportivo, com base, sobretudo na melhora da força muscular em suas distintas manifestações.

Segundo Oliveira (2021) O treinamento resistido tem grande importância para qualidade de vida, porque promove adaptações importantes como: maior força e resistência muscular, diminui o percentual de gordura, aumenta a massa muscular, diminui o nível de glicose no sangue, melhora a saúde cardiovascular, melhora densidade óssea.

Na mesma linha de raciocínio, estudos mais recentes de Oliveira (2021) aponta que, como o próprio nome diz, o treinamento resistido é um tipo de treino, que é realizado contra alguma resistência e esta pode ser por meio de pesos, máquinas ou até mesmo o próprio peso corporal.

Nesse bojo, a musculação (treinamento resistido mais conhecido) torna-se o tipo de exercício realizado com resistência de peso corporal ou com o uso de alguns equipamentos tais como: anilhas, molas, halteres, barras, elásticos ou máquinas em academias.

O profissional de educação física tem grande importância no treinamento pois através da orientação a sua prática se torna segura, principalmente para pessoas acima dos 60 anos ou com alguma comorbidade.

Portanto, esse trabalho impariu de um contexto interdisciplinar. É dizer, com base nas experiências alcançadas na disciplina de Estágio Obrigatório, pude experienciar como os professores de educação física desenvolviam um trabalho de treinamento com a população idosa. Vale lembrar que a interdisciplinaridade “é uma ‘exigência’ não somente no que tange às atividades escolares, mas também às práticas do dia-a-dia com as quais frequentemente nos deparamos (TERRADAS, 2019, p. 96).

Na condição de estagiário na academia em investigação, pude ver toda a estrutura física e a metodologia utilizada pelos profissionais que lá trabalhavam para orientação no treinamento resistido de cada público específico, e em especial a população idosa, respeitando o limite de cada aluno. Por isso, a importância de um trabalho interdisciplinar, que une as várias áreas de conhecimento e proporciona a imersão da teoria na prática e vice-versa.

2 METODOLOGIA

O percurso metodológico traçado se ancora na proposta de Relato de Experiência. O relato de experiência tem a intenção de descrever de forma rica e cautelosa, como o próprio nome diz, todas as aprendizagens, dificuldades, os problemas vivenciados em uma empreitada metodológica, sendo pautado sobretudo pela ética acadêmica e possibilitando a elaboração do conhecimento para a área em questão.

Por sua vez, a proposta desse trabalho se apropriou da abordagem qualitativa. Minayo (2001, p.14) sinaliza que a pesquisa qualitativa trabalha com “o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.

Portanto, nessa abordagem que não se preocupa com números ou meras quantificações, tive contato direto com o ambiente da pesquisa e com o objeto de estudo em sua dinâmica real, ou seja, a prática de treinamento resistido pela população idosa do município de Icapuí.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O envelhecimento um processo natural onde ocorre inúmeras mudanças fisiológicas como por exemplo: perda de massa muscular, força, densidade óssea entre outras.

De acordo com Organização Mundial de Saúde (OMS, 2021) é considerada idosa qualquer pessoa a partir de 60 anos de idade, mas vale lembrar que tal consideração é avaliada segundo o envelhecimento fisiológico, o que não impede uma pessoa de ser social e intelectualmente ativa. A saúde intelectual e física nesse processo é de grande valia. Essas podem ser equilibradas através de atividades sociais e de lazer que não deixam com que o indivíduo em fase de envelhecimento se sinta excluído da sociedade e incapaz de exercer funções (DANTAS, 2023).

A oportunidade de escrever esse estudo se pautou pela partilha de conhecimentos trazidos em meio à disciplina de Estágio Supervisionado. O estágio supervisionado é regido pela lei nº 11.788/2008 (BRASIL, 2008), além de ser uma disciplina obrigatória nos currículos dos cursos de Licenciatura e especial, no curso de Educação Física da UNIJAGUARIBE, uma vez que tem grande importância para o discente e gera muitos impactos no entorno de onde é realizado. De acordo com Kulcsar (1991, p. 63):

O profissional de educação física é de grande importância no treinamento resistido e na melhora da qualidade de vida dos idosos e da população de uma maneira geral. Inicialmente é uma prática comum e recomendada pelas principais autoridades em educação física, como por exemplo, o Conselho Federal de Educação Física (CONFEF) e Conselhos Regionais de Educação Física (CREFs) que se realize uma avaliação anamnese para identificar possíveis empecilhos à prática dos exercícios, como locomoção, e somente depois o profissional de educação física pode planejar e prescrever os melhores exercícios.

O treino deles foi dividido no modelo de treino A,B,C, onde na segunda-feira era feito o treino A, treino de costas de bíceps, exercícios realizados: remada baixa, pulley frente, rosca no cabo com barra reta, rosca martelo com halter, terça-feira treino B exercícios para membros inferiores, foi utilizado 5 a 6 exercícios como: cadeira extensora, leg press 45, cadeira flexora, Mesa flexora, panturrilha sentado, quarta-feira treino C, treino de peito tríceps e ombro, exercícios utilizados: supino reto com barra, peck deck, tríceps francês com halter, tríceps com barra no cross over, elevação lateral com halter. Foi utilizado 3 a 4 séries com 8 a 10 repetições.

No período de acompanhamento, foi feito exercícios com pouca carga, priorizando uma boa execução para não causar lesões nos alunos. Após algumas semanas de treino percebi que os alunos tiveram um ganho de força e melhoraram a execução dos exercícios, alguns alunos relataram ter tido uma grande melhora de sua qualidade de vida, começaram a fazer coisas que não conseguiam antes dos treinos e relataram uma grande melhora nas dores no corpo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por tudo que foi exposto, o referido trabalho investigativo, como expresso na seção introdutória, objetivou mostrar os benefícios do treinamento resistido em idosos, mostrar a importância do estágio supervisionado obrigatório e destacar a importância do profissional de educação física no treinamento dos idosos.

De acordo com o estudo, o treinamento resistido mostra vários benefícios à saúde do idoso, como aumento da massa muscular, ganho de força, melhora do equilíbrio. Dessa forma com a melhoria de suas condições físicas os idosos passam a ser mais independente para realização de suas tarefas diárias, assim tendo um menor índice de quedas, lesões e fraturas.

Como mostrado na pesquisa o treinamento resistido é seguro e recomendado para melhoria da qualidade de vida, quando orientado por um profissional de educação física, respeitando o limite de cada indivíduo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **População cresce, mas número de pessoas com menos de 30 anos cai 5,4% de 2012 a 2021**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34438-populacao-cresce-mas-numero-de-pessoas-com-menos-de-30-anos-cai-5-4-de-2012-a-2021>. Acesso em: 12 mai. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm. Acesso em: 01 mai. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES nº 6 de 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/publicacoes-para-professores/30000-uncategorised/62611-resolucoes-cne-ces-2018#:~:text=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CNE%2FCES%20n%C2%BA%206,F%C3%ADsica%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias>. Acesso em: 24 abr. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Documento de Orientação Técnica CONFEF Nº 001/2019. Disponível em: <https://www.confef.org.br/confef/conteudo/1856>. Acesso em: 02 maio 2023.

DANTAS, Gabriela Cabral da Silva. "Envelhecimento". **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/saude/envelhecimento.htm>. Acesso em 05 de junho de 2023.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, Vitor Hugo Rocha ferreira. Treinamento Resistido: O que é, benefícios e 17 exemplos de treino. In: **Treinamento Resistido: O que é, benefícios e 17 exemplos de treino**. [S. l.], 7 jun. 2021. Disponível em: <https://treinomestre.com.br/treino-resistido-treinamento/>. Acesso em: 20 abr. 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Envelhecimento saudável 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/envelhecimento-saudavel>. Acesso em: 01 mai. 2023.

FORMAÇÃO INICIAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA PARA O ENSINO DO JIU-JITSU BRASILEIRO

Luis Sávio Freitas da Costa¹ (Aluno do Curso de Educação Física do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, saviocosta.15@outlook.com) orientador (Professor do Cento Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: Leandro.borges@fvj.br)

RESUMO

Este estudo propõe uma discussão sobre a importância do conhecimento acadêmico em Educação Física para uma melhor formação de professores de nível faixa preta de Jiu-jítsu. Partindo desse pressuposto, através de um estudo de caso e de um questionário respondido por professores faixa preta de Jiu-jítsu com formação acadêmica e também por professores sem a formação, foram averiguadas, com base nessa análise, as metodologias de ensino e a concepção desses professores em relação à formação acadêmica em Educação Física para o Ensino do Jiu-jitsu Brasileiro. Nos dias atuais, sabe-se que as artes marciais vêm ganhando notoriedade na mídia e na vida de pessoas que buscam praticá-las, seja com intuito de se tornarem profissionais, atletas, ou apenas para se obter uma melhor qualidade de vida. Com tal demanda de adeptos a essas formas de esporte, há a necessidade de profissionais cada vez mais capacitados para ministrar suas aulas com qualidade e segurança. Por isso, a presente pesquisa, fruto de um trabalho de conclusão de curso, servirá para outros interessados nessa área conseguirem compreender a importância de uma formação continuada para a melhor capacitação para o ensino do Jiu-jítsu brasileiro e das demais artes marciais como um todo.

Palavras chaves: Educação Física; formação continuada; artes marciais.

INTRODUÇÃO

Na atual conjuntura do século XXI, percebe-se que o Brasil progride com o número relevante de atletas de artes marciais, evoluindo cada vez mais dentro desse cenário, com especial destaque ao Jiu-jítsu, o qual, por sua vez, mostra-se um esporte promissor no quesito de revelar talentos Brasil à fora. O Brasil se mostrou nos últimos cinco anos em evidência nessa modalidade, com um grande número de atletas do país sendo campeões mundiais, tanto nas categorias femininas como também nas masculinas. No presente ano de 2023, as mídias têm ajudado bastante na propagação do Jiu-jítsu e isso representa uma grande evolução quando se compara à realidade anterior. Há aproximadamente dez anos, era muito difícil viver somente do esporte, os atletas tinham sempre grandes dificuldades, assim como os professores e, embora infelizmente isso perdure, pode-se observar que houve uma grande melhoria, já que a mídia tem dado maior visibilidade a esse esporte. Dessa forma, é interessante observar a relevância que a modalidade tem ganhado, no que diz respeito ao seu ensino de forma regular, como acontece em alguns países, a exemplo de Abu Dhabi, o qual introduziu o Jiu-jítsu como matéria escolar, tamanho é o reconhecimento dessa belíssima arte marcial mundo à fora. Assim, faz-se necessário, aos professores do Jiu-jítsu Brasileiro, sempre buscar uma formação continuada para melhor atender seus alunos. Com isso, acredita-se que a formação acadêmica em Educação Física é de real importância para o currículo docente e ao desenvolvimento das aulas de Jiu-jítsu. Assim, nasce a motivação desse estudo, pois, como praticante ativo dessa arte marcial, o pesquisador deste trabalho visita diversas academias e percebe que há um ensino um tanto quanto militarizado, no qual, por exemplo, se o aluno chega atrasado ou não

executa uma ordem tal qual lhe foi dada, este deve “pagar” algumas determinadas punições. Percebe-se, então, a necessidade de melhor analisar essas práticas.

METODOLOGIA

Esta pesquisa, é um estudo de cunho qualitativo do tipo estudo de caso, que com base em Gil (2002), “O estudo de caso é uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas ciências biomédicas e sociais. Consiste, assim, no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento.” [...] (GIL, 2002, p54) seguindo essa metodologia, buscou-se entender de que forma a Educação física poderá vir a agregar na formação de professores do Jiu-Jítsu Brasileiro. Observando diferentes metodologias, uma vez que no Brasil há vários atletas e professores de Jiu-Jítsu, bem como há nos países estrangeiros muitos professores de Jiu-Jítsu, os quais são em maioria brasileiros, depara-se, assim, com diversas práticas nas formas de ensino. A construção do instrumento de coleta se dá com a elaboração de perguntas voltadas para alguns professores selecionados, a qual foi realizada por meio de um questionário, onde se pode averiguar se há diferenciação na formação desses professores, sendo eles com formação acadêmica em Educação Física e sem a formação. A pesquisa foi realizada exclusivamente com professores faixa preta, pois, no Jiu-Jítsu, é a faixa na qual se ganha o título de professor. Os designados são essencialmente da região do Vale do Jaguaribe e Litoral leste do CE, regiões nas proximidades em que o pesquisador deste trabalho reside, em cidades como Limoeiro do Norte, Russas e Aracati - região na qual o pesquisador está inserido em seus treinos e aulas. A forma de escolha se deu devido ao fato de estarem exercendo a função de professores ministrando aulas, uma vez que há faixas pretas que não ministram aula: aqueles que são apenas atletas competidores. Foi selecionado um total de quatro professores, dois formados em Educação Física, e dois sem a formação acadêmica. Para conseguirmos executar a pesquisa, o questionário foi elaborado através do *google forms*, compartilhado com os envolvidos através do aplicativo de mídia social, WhatsApp.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Aqui, apresentam-se as perguntas realizadas aos professores, e a discussão a respeito das respostas destes. Na pergunta 1, indagado sobre quais cursos de especialização e/ou capacitação foram realizados para uma melhor qualidade no ensino do Jiu-Jítsu Brasileiro, o professor A relatou ter a formação acadêmica de Bacharel em Educação Física, além da faixa preta, e apontou achar importante ter essas qualificações extras, pois, segundo ele, "a capacitação o torna um profissional mais completo". Complementando nos termos apresentados por Borges (2021, p50), “A formação contínua contempla e urge com necessidade para professores que aderem à utilização das lutas como conteúdo, contribuindo para a compreensão do processo pedagógico e desmitificação de padrões e mitos sobre as lutas. Segundo o professor B, quando questionado se tem outras capacitações para além da faixa preta, ele afirmou que não tem cursos para uma melhor capacitação, mas, relata que "estuda de forma independente, consumindo conteúdos sobre o Jiu-Jítsu por diversos meios". Para Borges (2021, p51), “[...] compreendemos que as lutas podem ir além da especificidade de cada arte, inserindo o lúdico em suas ações, apropriando-se do contexto em que o indivíduo está inserido e não centralizando apenas atividades técnicas propriamente ditas”. Por sua vez, o professor C, explanou que, sobre cursos de melhor capacitação, participou de seminários de técnicas, cursos de regras de arte marcial e cursos de metodologias de ensino, além de ser formado em Educação Física. O professor C responde que acha importante para o ensino de Jiu-Jítsu Brasileiro: ser faixa preta e ser profissional de Educação Física. Também

considerou importante a introdução do Jiu-Jítsu nas escolas, uma vez que melhoraria a autoestima dos praticantes, promovendo saúde e ajudando na socialização. É importante citar que o professor C ministra aulas de Jiu-Jítsu há aproximadamente 20 (vinte) anos, então, com base no pensamento de Tadif (2005), ele apresenta o saber da experiência, já que ministra aulas por muito tempo, mas, mesmo sendo relativamente experiente na área, não se limitou somente à formação da arte marcial e buscou adquirir mais conhecimento que pudesse vir a agregar ao seu trabalho e às suas metodologias de ensino. Por seguinte, o professor D, descreveu, de forma breve, que nunca fez nenhum curso para uma melhor capacitação de ensino do Jiu-Jítsu Brasileiro. “Desse modo partimos do pressuposto de que é percebida a ausência de uma formação que possa implicar na prática pedagógica do professor ministrante da arte marcial” (OLIVEIRA, 2021, p4), porém ele acha importante ser faixa preta e educador físico para o ensino do Jiu-Jítsu Brasileiro. Pontuando ser necessário a formação continuada, dando como exemplos: serviço social, psicologia e Educação física que venham a agregar nesse campo de atuação e acha que não somente o Jiu-Jítsu, mas também diversas artes marciais deveriam ser introduzidas nas Escolas. [...] “Compreendemos que uma formação a nível superior possa suprir um profissional ao desenvolver da sua trajetória.” (OLIVEIRA, 2021, p. 4)

CONCLUSÃO

Ao fim desta pesquisa, conclui-se que, com base nos relatos dos professores selecionados, e comparando com a proporção que o Jiu-Jítsu vem tomando mundialmente, percebeu-se que há uma conscientização por parte dos professores envolvidos nessa pesquisa, na qual reconhecem a importância de uma formação em Educação Física, sendo essencial para uma melhor qualidade de ensino do Jiu-Jítsu Brasileiro, entretanto, alguns desses professores não colocaram em prática o que foi descrito. Segundo o pensador Geraldo Quintão, "falar e não fazer é não saber" sendo assim, compreendeu-se aqui que se faz necessário aos professores de Jiu-Jítsu, buscar formas de melhorias para a qualidade do ensino do Jiu-Jítsu Brasileiro na prática, não somente oralizar, mas de fato fazer, buscando através de estudos, cursos, formações acadêmicas. Para assim, melhor capacitar e orientar seus alunos, de maneira mais profissional e segura possível. Compreendeu-se também que, através desta formação, podemos ter vários parâmetros fisiológicos, humanos e pedagógicos, que podem possibilitar conhecer mais de perto seu aluno, ter mais profissionalismo, para assim, atender da melhor forma as demandas desta área de atuação. Por fim, esta pesquisa não tem como intuito esgotar toda a discussão que envolve este objeto de estudo, mas, colaborar para com a discussão da formação de novos profissionais e professores do Jiu-Jítsu Brasileiro. Ajudando-os a compreender a importância que uma formação continuada, para além da faixa preta e essencialmente a Educação Física, tem para o melhor preparo metodológico de ensino das Artes marciais.

REFERÊNCIAS

ANTONIO, Ricardo de Oliveira Ferreira Junior. **Formação de professores para o ensino do jiu-jitsu brasileiro**: Esportes de combate como ferramenta pedagógica. 2021. Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Educação Física do IDJ, Curso de graduação em Educação Física, Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, Fortaleza, 2021.

BORGES, Leandro Nascimento. **Formação de professores para o ensino de lutas brasileiras**: uma pesquisa-ação com professores de educação física. 2021. 142 f. Dissertação

(Mestrado) - Curso de Educação, Centro de Educação, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4º Edição, Editora ATLAS S.A. São Paulo, 2002. *E-book*. Disponível em:

https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf Acesso em: 22/05/2023

TADIF, **Saberes docentes e Formação profissional**. 5º EDIÇÃO, Editora VOZES – Petrópolis, 2005. *E-book*. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2724102/mod_resource/content/1/Saberes%20docentes%20e%20forma%C3%A7%C3%A3o%20profissional.pdf

Enfermagem

IDOSOS COM DEMÊNCIA E AS IMPLICAÇÕES NA SAÚDE MENTAL DO CUIDADOR

Ana Laís Ribeiro Bastos¹ (Graduanda do Curso de Bacharelado em Enfermagem do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe - Unijaguaribe, e-mail: analais.ribeiro14@gmail.com), Amália Gonçalves Arruda² (Professor orientador. Docente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – Unijaguaribe. Mestre em Saúde Pública pela Universidade Estadual do Ceará – UECE. E-mail: amaliagoncalves@fvj.com).

RESUMO

O processo de senescência ou envelhecimento fisiológico demanda uma necessidade natural em que o idoso precisa de mais atenção e cuidado e neste contexto surge a figura do cuidador. Estudo do tipo narrativo autobiográfico com o objetivo de averiguar os danos que implicam na saúde mental de cuidadores de idosos com demências. Teve como cenário da narração a história de uma cuidadora de idosa portadora de demência sendo contada por a filha desta cuidadora. Foi elaborado um texto narrativo e a interpretação desses discursos geraram unidades analíticas. Averiguou-se que a saúde mental do cuidador é afetada principalmente devido a sobrecarga física e emocional, os sentimentos de impotência diante da evolução das demências, os medos e inseguranças provenientes do desconhecimento da doença, o isolamento social e a baixa autoestima e autocuidado. Conclui-se que o cuidador precisa de assistência de saúde assim como o portador de demências e que a enfermagem, juntamente com outros profissionais de saúde, necessita voltar o seu olhar para esse cuidador não apenas como parceiro nos cuidados dos idosos, mas também como sujeito fonte de necessidades e cuidados físicos e emocionais.

Palavras-chave: Cuidadores; Idoso fragilizado; Saúde mental.

INTRODUÇÃO E MARCO TEÓRICO

A fase de maior receio dentre a maioria dos indivíduos no desenvolvimento humano é a velhice, o processo de senescência ou envelhecimento fisiológico demanda uma necessidade natural em que o idoso precisa de mais atenção e cuidado, desse modo, associado ao desgaste espontâneo das células, destaca-se a senilidade que é o aparecimento de patologias na vida do idoso, tais como as doenças crônicas e neurodegenerativas, incluindo o aparecimento das demências (LEITE et al., 2017). Diante de doenças neurodegenerativas, o cérebro, gradativamente vai se danificando, dessa forma as demências comprometem o funcionamento cognitivo cerebral do indivíduo, interferindo no raciocínio, organização, execução das tarefas diárias e na memória, impedindo que o idoso vivesse normalmente e independente sem a ajuda ou supervisão de alguém, dessa forma, surge o cuidador (RUFINO, 2022). Inicialmente, o familiar acredita que a função do cuidado é naturalmente sua, onde terão o completo domínio sobre a vida do idoso e deverá se adaptar às necessidades dele (SOUSA et al., 2021). É normal que o cuidador acompanhe os estágios e o avanço da doença, mudando completamente a rotina e a estrutura da casa, é comum que o responsável demore a aceitar e a entender o processo de adoecimento, pois é algo que foge do seu controle, tendo que encarregar-se de conflitos diários que estavam longe de sua rotina (BRASIL, 2008). Muitas vezes se perdem e se isolam provocando o abalo psicológico, que inclui o estresse, exaustão mental, esgotamento, dentre outras, acaba interferindo no modo de cuidado e atenção que se dá ao idoso, além de aumentar as dificuldades de realizar tarefas básicas do dia a dia, de acordo com a sua rotina. Ao entender o papel do cuidador no exercício do cuidado é observado o quão é desgastante e veem-se os impactos que podem causar no cuidador, quando ele não recebe nenhuma ajuda. A pergunta norteadora deste estudo é: Quais os danos

causados à saúde mental de cuidadores de idosos com demência? Por conseguinte, o objetivo do estudo é averiguar os danos que implicam na saúde mental de cuidadores de idosos com demência.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa autobiográfica, com abordagem qualitativa. Justifica-se que a narrativa autobiográfica, fica por parte da autora dessa pesquisa, permitindo que possam compreender o processo na qual ela passou, implicando em diversos âmbitos de sua vida e principalmente como impactou em sua futura área profissional, podendo levar o conhecimento para outras pessoas sobre a realidade da saúde mental do cuidador de idosos com demência, a partir de seu olhar sobre essa experiência. Desse modo, ao utilizar nessa pesquisa a narrativa pessoal escrita, também trabalha com a memória a fim de registrar o que aconteceu, pois não existe a possibilidade de narrar sem recordar os episódios que já aconteceram dessa forma não se pode negar que a memória é seletiva, por essa razão foi elaborado um roteiro, no qual norteou a elaboração da narrativa escrita, assim, facilitando na escrita da autora. Destaca-se também que, a narrativa foi elaborada pela autora no período de março a maio de 2023, contudo, o momento em que se refere à narrativa, é na fase em que aconteceu o processo de cuidado da avó com Alzheimer entre julho de 2021 a janeiro de 2022. Por fim, para facilitar a identificação dos trechos referentes à narrativa autobiográfica, foi atribuído à autora o pseudônimo de Narradora.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a interpretação dos dados narrativos surgiram as seguintes categorias de análise: *como eu vejo o cuidador e sua saúde mental; minhas percepções dos sentimentos que envolvem o cuidado e meu olhar da enfermagem para o cuidador.*

Como vejo o cuidador e sua saúde mental:

Descobrimos o Alzheimer da minha avó em julho de 2021, ela estava perto de completar 92 anos quando os primeiros sintomas apareceram, de forma repentina e bastante agressiva. Ela era uma mulher lúcida, apesar de ter bastante idade, sempre foi ativa, como ela morava conosco, a minha mãe assumiu rapidamente o papel de cuidadora, teve que aprender tudo e se adaptar o mais rápido possível para exercer esse papel (NARRADORA)

Sabe-se que o número de idosos com demência vem aumentando ao decorrer dos anos, dessa forma, para a melhor manutenção dos idosos em seus domicílios e para uma melhor promoção de saúde na vida dos idosos, o familiar mais próximo, assume o papel de cuidador, adaptando-se a uma nova realidade e assumindo novos papéis. Quem está à frente do papel de cuidador normalmente é um filho, cônjuge, irmão, neto. Aquele parente que já convivia com o idoso antes da demência, que já conhecia os seus gostos e a sua rotina.

A minha mãe teve que lidar com essa situação sozinha e aprender tudo muito rápido, ela tinha a nossa ajuda nos afazeres de casa, porém quanto a ser cuidadora, era um trabalho que ela desempenhava só. Quando ela precisava sair de casa para resolver alguma coisa, eu ou meu pai assumíamos, mas não o trabalho pesado, esse, ela desempenhava sozinha. Ela fazia tudo pela minha avó, higiene pessoal, alimentação, passeios, horários de medicação, estava 24 horas em prol dela, para o que ela precisasse. (NARRADORA).

Esse depoimento remete a rotina do cuidador, que é única e exclusiva para os cuidados com o idoso, desde a hora que acorda até a hora que vai dormir. Onde ele desempenha um papel fundamental sobre a vida do idoso, precisando ficar atento a alimentação do idoso, além de cuidar de toda a higiene pessoal, como banho, troca de fraldas e troca de roupas, dentre as demais obrigações do dia a dia, pois além de exercer o papel de cuidador, ainda precisa dar conta de todas as atividades da sua casa e de si.

Minhas percepções dos sentimentos que envolvem o cuidado:

O tempo dedicado às atividades do idoso, sendo elas as de supervisão ou as atividades de vida diárias, acaba gerando indiretamente uma perda na qualidade de vida do cuidador, essa restrição ocasiona uma insatisfação na vida do cuidador, influenciando em suas atividades sociais. Com tamanha responsabilidade e com a ligação direta com o idoso, o medo se torna constante, pois a cada dia o cuidador se sente menos capacidade para exercer tal função.

Com o passar do tempo, minha mãe começou a perceber que o Alzheimer da minha avó tinha tomado conta de todos os seus sentidos, acredito que foi a partir daí que a ficha caiu, ao ver a debilitação dela, os sentimentos de incapacidade e medo vieram à tona, pois ela nunca tinha lidado com algo parecido. Ela pesquisava e estudava sobre o assunto todos os dias para um melhor cuidado e melhor qualidade de vida (NARRADORA).

Na fala acima da autora, percebe-se a importância do autocuidado no processo do cuidar. Esses membros familiares que estão a frente dessa tarefa enfrentam muitos fardos, onde desprezam a sua própria vida, sempre atentos ao cuidado do outro. Findam se distanciando de si mesmo, contribuindo para o processo de adoecimento. Alguns só percebem a necessidade de se cuidar quando já estão vivendo o adoecimento. O comportamento inesperado do idoso gera incertezas na rotina de cuidado, o amanhã será uma novidade, conseqüentemente o cuidador também se sente apreensivo por não saber que lhe espera em um novo dia.

Comecei a perceber que o nível de sobrecarga da minha mãe estava bem forte, quando ela não tinha mais tempo para se cuidar, fazer o que gostava, ir a igreja e até mesmo fazer suas caminhadas. Ela viveu todo o processo ao lado da minha avó e em nenhum momento renunciou esse processo, mas para vivê-lo, ela precisou renunciar de si e as conseqüências vieram de forma sutil que nem ela percebeu, mas os níveis de exaustão, cansaço e medo eram aparentes com o passar do tempo, ela não vivia mais sua vida, somente vivia o cuidado, o que não é saudável, pois todo ser humano precisa de um tempo para si, para recarregar as energias e começar de novo (NARRADORA).

Cuidar de um idoso com demência traz inúmeras alterações para a vida do cuidador, conseqüentemente, a mente dele, fica mais suscetível para adquirir a ansiedade. Dentre os motivos, também relatados anteriormente como a falta de tempo para si, pois houve mudança repentina em sua vida, a falta de tempo, é inevitável o prejuízo em sua vida pessoal, trazendo frequentemente para vida do cuidador um sentimento de isolamento e solidão, influenciando para o aparecimento da ansiedade e do medo. É comum o aparecimento de emoções negativas, pois o cuidador se sente refém do cuidado ao outro, ocasionando um sentimento de solidão.

Meu olhar da enfermagem para o cuidador:

A demência, é uma doença que não atinge somente o portador dela, mas também todo um lar. Ela reformula os lares, altera a rotina daquele que assume o papel do cuidador sem avisar, chega inesperadamente e ele se vê em uma situação que o obriga a estar preparado

para esperar o que está por vir. Dessa forma, não é só o portador da demência que deve ter um olhar clínico, aquele que está ao seu lado também tem que ser acompanhado, o fardo é grande e muito desgastante, afetando a saúde física e mental do cuidador. A atenção básica, através da enfermagem e dos outros profissionais da equipe tem maior conhecimento sobre o que se passa em sua região, conhece os casos e quais precisam de mais atenção. Desse modo, a atenção básica é capaz de elaborar práticas que possam beneficiar os cuidadores de idosos, pois o cuidado não deve ser somente para aquele que está debilitado fisicamente. A enfermagem deve olhar a situação como um todo, avaliando também o cuidador, buscando ser empático com a carga que o cuidado exerce no cuidador, ser sensível aos sentimentos e sintomas físicos e emocionais. A avaliação deve ser completa, o enfermeiro tem a autonomia e o papel de orientar, analisar a situação, encaminhar se necessário aquele cuidador para uma assistência em saúde mental. Além de poder promover práticas que auxiliem o cuidador a espalhar (SOUSA; SOUSA; NOGUEIRA, 2022).

Como futura enfermeira e também por ter visto de perto o processo de cuidado da minha mãe com a minha avó, eu vejo o quanto é necessário o suporte não só da enfermagem, como de toda a equipe de saúde, promovendo não só o bem estar da minha avó, mas também o da minha mãe. A enfermagem pode e tem autonomia para promover um melhor bem estar para os cuidadores, com orientações sobre o tema, contribuindo com o melhor conhecimento dos cuidadores, além de poder promover práticas que auxiliem na saúde mental e física. Ter controle sob os pacientes e não olhar somente para o “doente”, olhar a situação como um todo (NARRADORA).

Ademais, existe a carência de serviços que facilitem o cuidado de forma concreta e que dê uma assistência no cuidado de forma eficaz, dando suporte também no exercício do cuidado. Estes são aspectos que contribuem para um desgaste da assistência da enfermagem, pois não pode existir um cuidado direcionado se não houver serviços ativos, dificultando a chegada de amparo e assistência a quem necessita. É uma via de mão dupla, o enfermeiro e os profissionais de saúde precisam disponibilizar esses serviços para que cheguem à população, uma vez que os cuidadores de idosos são uma classe quase inexistente para todos e que é que é quase imperceptível ver os sintomas e que precisam de ajuda. Se não houver uma assistência eficaz, essa ajuda não chegará para eles (SOUSA; SOUSA; NOGUEIRA, 2022).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O seguinte estudo expôs a dualidade de opiniões em relação aos cuidadores de idosos com demência e sua saúde mental. Quanto ao objetivo da pesquisa averiguou-se que de um lado há a história da cuidadora e todo o seu processo de cuidado, novos aprendizados e a aceitação a uma adaptação de uma nova rotina. Por outro lado, houveram todos os fatores físicos e mentais que influenciaram nessa nova tarefa, a solidão, sobrecarga, medo e a conciliação de todos esses fatores no processo de cuidado. Averiguou-se que a saúde mental do cuidador é afetada principalmente devido a sobrecarga física e emocional, os sentimentos de impotência diante da evolução das demências, os medos e inseguranças provenientes do desconhecimento da doença, o isolamento social e a baixa autoestima e autocuidado. Constatou-se, portanto, que o papel do cuidador vai muito além só dos cuidados diários, ele está ali disposto a realmente viver a vida do outro, ele é extremamente necessário para vida do idoso com a sua ajuda e dedicação, porém, abdica das suas próprias necessidades e vontades para estar ao lado do idoso vivendo a demência lado a lado. Nesse sentido, profissionais da saúde e em especial os da área da enfermagem, necessitam mudar a sua perspectiva a respeito do cuidador, e começar a ampliar o olhar para ele. O profissional precisa agir de forma acolhedora, pois muitas vezes o cuidador se sente isolado e incapaz, assim, o profissional irá conseguir construir um vínculo com o cuidador, possibilitando uma melhor identificação das

necessidades dele, conseguindo ampliar e promover formas de cuidados que atinjam o cuidador. Conclui-se que o cuidador precisa de assistência de saúde assim como o portador de demências e que a enfermagem, juntamente com outros profissionais de saúde, necessitam voltar o olhar para esse cuidador não apenas como parceiro nos cuidados dos idosos, mas também como sujeito fonte de necessidades e cuidados físicos e emocionais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Guia prático do cuidador**. Ministério da saúde. Brasília. 2008. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_pratico_cuidador.pdf. Acesso em: 16 Abr 2023

LEITE, Bruna Silva et al. A vulnerabilidade dos cuidadores de idosos com demência: revisão integrativa. **Revista de Pesquisa: Cuidado é fundamental online**, v. 9, n. 3, p. 888-892, 2017. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-982972>. Acesso em: 10 Abril 2023

NOGUEIRA, Maria Joaquina Correia et al. Atenção Familiar no Cuidado em Saúde Mental: Quem Cuida do Cuidador?. **Revista PsicoFAE: Pluralidades em Saúde Mental**, v. 11, n. 1, p. 59-70, 2022. Disponível em: <https://revistapsicofae.fae.edu/psico/view/395>. Acesso em: 22 Abril 2023

RUFINO. R. S. J. **Nunca se esqueça de sorrir**: Uma história de amor e humor para ficar na memória. São Paulo: Câmara brasileira do livro, 2022

SOUSA, Gírliani Silva de et al. “A gente não é de ferro”: Vivências de cuidadores familiares sobre o cuidado com idosos dependentes no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 27-36, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/bk3BFy4P3jffFtmnkcC74v/?lang=pt>. Acesso em: 10 Abril 2023.

ABUSO SEXUAL INFANTO-JUVENIL INTRAFAMILIAR: CONDUÇÃO DO ENFERMEIRO FRENTE À EDUCAÇÃO EM SAÚDE

Anna Júlia Mota de Oliveira¹, Waline Lara Vital Lopes² (Alunas do Curso de Enfermagem da UniJaguaribe, e-mail: anna.oliveira@fvj.br/waline.lopes@fvj.br), Sabrina Silva dos Santos³ (Professora da UniJaguaribe, e-mail: sabrinasilva.santos@fvj.br).

RESUMO

A violência sexual é considerada uma violação aos direitos humanos e também um problema de saúde pública pela Organização Mundial da Saúde. Diante ao preocupante índice de aumento dos casos, com ênfase no meio intrafamiliar, onde o abusador trata-se de parentela ou alguém do convívio da vítima, é necessário abordar a integralidade e a assistência do Enfermeiro perante à essas ocorrências. O objetivo é analisar com base na literatura científica a assistência de enfermagem às vítimas de violência sexual incluindo medidas de prevenção e tratamento. Realizou-se um estudo de revisão integrativa, em bancos de dados disponíveis, entre os anos de 2012 a 2023 que mencione a importância do papel do enfermeiro voltado às vítimas de abuso sexual menores de idade. Em decorrência a essas violências, nota-se que o enfermeiro atua em três níveis (primário, secundário e terciário), enfatizando sua atuação em diversos setores da saúde, e assim, ao receber um caso de violência, mesmo sabendo da importância da notificação passam esse papel para outros profissionais, se omitindo daquela situação, tornando um problema de saúde pública. É essencial que o enfermeiro esteja preparado para reconhecer os sinais e sintomas do abuso sexual, acolher e escutar as vítimas, orientar sobre os procedimentos legais e de saúde necessários, além de desenvolver ações preventivas e de promoção da saúde, visando prevenir a ocorrência de novos casos.

Palavras-chave: Abuso sexual infanto-juvenil; Maus tratos; Enfermagem.

INTRODUÇÃO

A Violência Sexual pode ser compreendida como uma violação aos direitos humanos, onde acontece em todas as classes sociais, sem ter em conta, gênero, raça e etnia. (ECA, 1990) O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) define como adolescente a faixa etária dos 12 aos 18 anos (ECA, 1990). O abusador ou agressor tem por intenção estimular a criança sexualmente ou utilizá-la para obter satisfação sexual. Essas práticas eróticas ou sexuais são impostas às crianças pela violência física, ameaças ou introduções de sua vontade. (DESLANDES, 1994). A violência sexual é considerada um problema de saúde pública complexo e grave, principalmente quando são casos no meio intrafamiliar, onde na maioria das ocorrências a vítima se trata de uma criança ou adolescente e que sem o apoio devido, poderá ser submetida à danos traumáticos irreversíveis. O abuso sexual contra crianças e adolescentes percorre desde a associação carnal até o ato libidinoso com o intuito de sentir prazer. (BRASIL, 1990). De acordo com um relatório publicado em novembro de 2017 pela United Nations International Children's Emergency Fund (UNICEF), aproximadamente 15 milhões de adolescentes no mundo todo, já afirmaram terem sido forçadas a praticar relações sexuais ao longo da vida (UNICEF, 2017). Os profissionais do Sistema Único de Saúde-SUS estão diretamente e diariamente ligados à população e à famílias, por esse motivo é mais corriqueiro para ele atender pacientes com tais características de vítima de violência sexual intrafamiliar. É dever do profissional de saúde notificar e não se omitir diante a esses casos (CONCEIÇÃO et al., 2020). Segundo dados atualizados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a porcentagem média de relação da vítima e abusador é de 82,5% conhecidos e somente 17,5% desconhecidos. Já em relação à raça da vítima, é de 49,7% de meninas

brancas, logo após, 49,4% negras e indígenas por último com 0,4% (FBSP, 2022). A pesquisa mostrou que, devido à alta demanda, faz-se necessário a formação de enfermeiros peritos aptos a atuar no contato direto com as vítimas de abuso, não apenas na coleta de informações como na parte jurídica, formando a cadeia de custódia e contribuindo para evitar a subnotificação de violência e seus indicadores, auxiliando também na identificação dos agressores (SOUZA et al., 2022).

METODOLOGIA

Tratou-se de uma revisão integrativa da literatura. As bases de dados foram: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Electronic Library Online (SCIELO). Por fontes de dados eletrônicos do Sistema Online de Busca., os descritores utilizados para escolha dos artigos, visando a composição da pesquisa foram: “Abuso sexual infanto-juvenil”, “Maus tratos” e “Enfermagem”. Os critérios de inclusão foram baseados em estudos ou artigos que exprimem o papel do enfermeiro mediante à vítima de abuso sexual, sendo ela menor de idade, em ambiente intrafamiliar. Utilizamos os operadores Booleanos: AND e AND NOT. Os dados foram organizados a partir do passo a passo do processo de: a) Leitura rápida e exploratória de todo material selecionado; b) Leitura seletiva, mais aprofundada nas partes que realmente interessam a esta pesquisa; c) Registro das informações extraídas das fontes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra se deu a partir da síntese de quadros, distribuídos em percentual. No primeiro quadro, deu de acordo com país de publicação, tipo de estudo e ano de publicação, resultando em 05 qualitativos e 01 quantitativo, 83,3% e 16,6% respectivamente. No segundo quadro, apresenta-se os objetivos destacados a partir da análise dos artigos. No terceiro quadro, apresenta-se os principais resultados dos artigos relativamente ao Abuso sexual infanto-juvenil intrafamiliar. Com a análise dos quadros, permitiu-nos explorar acerca da condução do enfermeiro frente à educação em saúde, compreendendo as fragilidades e potencialidades na prevenção à violência infanto-juvenil, trazendo importantes reflexões e possibilidades para uma atuação efetiva nesse cenário de atenção à saúde. O paciente é atendido por toda uma equipe multidisciplinar, de acordo com as suas necessidades, mas, é o profissional de enfermagem a sua porta de entrada, é por ele que o paciente é atendido inicialmente, logo, o dever de identificar que aquele jovem foi vítima de abuso sexual e notificar, é do enfermeiro. A falta de educação em saúde se torna um dos maiores desafios, levando à baixas taxas de notificações, logo, outras barreiras também são encontradas, como a falta de consonância, sobre o que é visto como abuso sexual, ou não ter certeza sobre os sintomas observados (Goodridge, Shonette Stacy Crystal, 2021). Por conseguinte, é de suma importância conhecer os entraves para identificar e denunciar os abusos, para que aquela vítima possa receber um tratamento adequado. Os números de casos identificados, é satisfatório. Os enfermeiros são os profissionais que mais detectam, tanto nas UBS como na ESF. Constatou-se a partir da pesquisa, em relação a atuação do profissional enfermeiro na notificação da violência sexual contra crianças e adolescentes, que os mesmos, afirmaram nunca terem realizado tal registro durante toda a carreira profissional, e os que fizeram, referem um número menor que 4 casos notificados. Destaca-se também a necessidade de uma implantação do tema violência, circundando à todos os tipos, na graduação desses profissionais, assim como capacitações e treinamentos (MARQUES et al., 2021). Segundo o estudo de Miller, esses homens entrevistados tiveram seu crescimento vital grandemente comprometido. Menciona ainda, que muitas pessoas reproduzem as atrocidades que viveram

como vítimas, por não conseguir lidar ou superar de forma consciente, os traumas de infância (MILLER,1997). Todos os artigos analisados expõem a mesma narrativa, sobre a infância ser um período importante e crítico quanto ao psicológico. O que se vive durante esse momento tão delicado, perpetua durante toda a vida, e a forma como o indivíduo irá preponderar os traumas que sofreu, é que irá torná-lo um adulto do bem ou não.

CONCLUSÕES

O papel do enfermeiro é fundamental na condução da educação em saúde, tanto para as vítimas quanto para suas famílias e para a sociedade em geral. É essencial que o enfermeiro esteja preparado para reconhecer os sinais e sintomas do abuso sexual, acolher e escutar as vítimas, orientar sobre os procedimentos legais e de saúde necessários, além de desenvolver ações preventivas e de promoção da saúde, visando prevenir a ocorrência de novos casos. Para tanto, é fundamental desenvolver mais meios educativos profissionais que capacitem o enfermeiro para atuar nessa área, e que saibam como agir em prol que haja a denúncia. É necessário a realização de pesquisas e estudos para aprofundar o conhecimento sobre o tema e desenvolver estratégias eficazes de prevenção e enfrentamento do abuso sexual infanto-juvenil intrafamiliar. Por fim, essa insegurança e esse despreparo dos profissionais de enfermagem, perpassam desde as dificuldades de identificar os casos, fazer as denúncias aos órgãos competentes e o acompanhamento da vítima e suas famílias. Havendo uma grande relevância dessa temática desafiadora para os profissionais, com o intuito de melhorar os resultados de prevenções e tratamentos, cada criança merece viver sem violência e é de responsabilidade dos responsáveis pela criação de políticas públicas promover essa mudança.

REFERÊNCIAS

- ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023/ 18, p. 66, 2018. Disponível em:
<https://www.ufpe.br/documents/40070/1837975/ABNT+NBR+6023+2018+%281%29.pdf/3021f721-5be8-4e6d-951b-fa354dc490ed>. Acesso em: 12 mar. 2023.
- CONCEIÇÃO, Marimeire Morais da et al. Gestação secundária   violência sexual infantojuvenil: percepções de profissionais de saúde. **Enferm Foco.**, v. 12, n. 4, p. 667-674, 2021. Disponível em:
https://enfermfoco.org/wp-content/uploads/articles_xml/2357-707X-enfoco-12-04-0667/2357-707X-enfoco-12-04-0667.pdf. Acesso em: 18 de set. 2022.
- DESLANDES, Suely F. Atenção a crianç as e adolescentes vítimas de violência doméstica: análise de um serviç o. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 10, p. S177-S187, 1994. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/t7HjQpTPVJr3p5JTqVsgSKM/abstract/?lang=pt>. Acessado em: 06 de abri. 2023.
- DE SOUZA, Maria Karisya Silva Temóteo et al. **Enfermagem forense: atendimento às vítimas de abuso e violência sexual.** Disponível em:
https://www.interdisciplinaremsaude.com.br/Volume_30/Trabalho_81_2022.pdf. Acessado em: 22 de mai. 2023.
- BOHNENBERGER, Marina; BUENO, Samira. Os registros de violência sexual durante a pandemia de covid-19. **FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇ  PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Seguranç  Pública, São Paulo, ano**, v. 15, p. 230-255, 2021. Disponível em:

<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/7-os-registros-de-violencia-sexual-durante-a-pandemia-de-covid-19.pdf>. Acesso em: 14 de abril de 2023.

EMERGÊNCIAS OBSTÉTRICA E MORTALIDADE NEONATAL: REFLETINDO SOBRE O PROCESSO

Clarisse Evangelista Laurindo¹ (Aluna do Curso de Enfermagem da Unijagaribe, e-mail: clarisseevangelista2@gmail.com), Sabrina Silva Dos Santos Costa² (Professora da Unijagaribe, e-mail: sabrinasilva.santos@fvj.br).

RESUMO

As emergências obstétricas são comuns durante o período gestacional, o que consequentemente ocasiona a mortalidade neonatal. Em face disso, é possível entender que as emergências obstétricas precisam cada vez mais serem investigadas pelos profissionais da saúde, visando que os casos sejam diminuídos. Importante frisar que o acolhimento é fundamental para que as mulheres sintam-se seguras no ambiente em que procuram ajuda, o que auxilia consideravelmente no entendimento de como ocorre o período gestacional, permitindo que as mulheres cuidem-se ainda mais neste processo. Dessa forma, visando o alcance do objetivo, desenvolve-se uma pesquisa bibliográfica. Foram escolhidas para a coleta de dados as seguintes bases de dados: *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). Optou-se por desenvolver o estudo fazendo uso de pesquisas desenvolvidas nos últimos dez anos, ou seja, entre 2013 a 2023. Compreende-se que abordar a temática emergências obstétricas e mortalidade neonatal trata-se de humanizar as abordagens, demandando qualidade de vida as mulheres, sobretudo. Portanto, conclui-se que a prevenção e o tratamento adequado das emergências obstétricas são essenciais para garantir a saúde e o bem-estar de mães e recém-nascidos. A conscientização da população, aliada a melhoria na qualidade dos serviços de saúde, é um importante passo rumo à redução da mortalidade neonatal e à promoção de uma assistência obstétrica mais humanizada e eficiente.

Palavras-chave: enfermeiro; obstetrícia; urgência e emergência.

INTRODUÇÃO

As emergências obstétricas são comuns durante o período gestacional, o que consequentemente ocasiona a mortalidade neonatal. Entre os anos de 2007 a 2017, a taxa média de mortalidade neonatal, relaciona-se a 9,46/1.000 nascidos vivos. Compreende-se que exista uma redução nas mortes de 2,15% ao ano, porém ainda é preciso fazer mais para minimizar o ensejo (BERNARDINO *et al.*, 2022). Dessa forma, entre as hipóteses que se apresentam para essa questão, se voltam a necessidade de um planejamento familiar, uma nutrição melhor a gestante, o devido acompanhamento do parto, desde que descoberto a gravidez e uma qualidade adequada de assistência pré-natal. Em face disso, é possível entender que as emergências obstétricas precisam cada vez mais serem investigadas pelos profissionais da saúde, visando que os casos sejam diminuídos. Neste sentido, cabe ressaltar que as emergências obstétricas são irregularidades que ocorrem na gestação, colocando o feto em risco, exigindo dos profissionais tomadas de decisões urgentes. No que tange a possibilidade da mortalidade, vale saber que o óbito neonatal acontece em crianças com 27 e 28 dias de idade, sendo que estes podem ser divididos em duas situações. A primeira relaciona-se a neonatal precoce que compreende óbitos acontecidos nos primeiros seis dias de vida e o neonatal tardio que ocorre entre 7 e 27 dias de vida. Também cabe destacar que o

nascimento de uma criança prematura está relacionada a questões sociodemográficas, mas também condições obstétricas, portanto, escolher os profissionais para atuarem com a mulher gestante é fundamental. Os programas assistenciais que esses profissionais lideram devem considerar a idade da mulher, o estilo de vida da mesma, as possíveis doenças que a mulher carrega. Este busca alcançar o objetivo do estudo, que busca refletir sobre as situações de emergências obstétricas que ocasionam a mortalidade neonatal.

METODOLOGIA

Tratou-se de uma revisão integrativa da literatura. As bases de dados foram: Lilacs (BVS), *SciELO* e *BDENF* por meio de estudos publicados nos últimos 05 (cinco) anos, os descritores utilizados para escolha dos artigos, visando a composição da pesquisa foram: “Malformações Congênitas”; “Crianças” e “Assistência de Enfermagem”. Os critérios de inclusão foram estudos publicados em português, inglês e espanhol nos últimos cinco anos, filtrados entre 2019 e 2023, referentes ao tema deste estudo e seus objetivos Na *SciELO* 05 (Cinco) estudos compuseram a amostra, na *BDENF* foram incluídos 03 (três) artigos e no Lilacs foram escolhidos 08 (oito) estudos após aplicação dos filtros. Em relação às questões éticas e metodológicas, todos os autores utilizados na descrição do texto estão de acordo com a Norma Regulamentadora Brasileira 6023/2018 Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2018).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entre os estudos selecionados para responder ao problema de pesquisa, 25% foram publicadas nos anos de 2016, 2021 e 2022, respectivamente. Os demais estudos consideram os anos de 2017 e 2018, sendo que ambos se apresentam com 12,5% dos estudos. Com relação a metodologia das pesquisas, 50% se tratam de estudos descritivos, 25% de corte transversal e 12,5, são avaliativo e estudo ecológico, respectivamente. Considerando as informações que se apresentam junto às pesquisas selecionadas, posteriormente, apresentam-se discussões entre os autores sobre a mortalidade neonatal, destacando os motivos que ocasionam este cenário e quais medidas podem ser tomadas para que este cenário seja minimizado. De acordo com Baptista e Poton (2021), apontam que a mortalidade neonatal no geral ocorre, sobretudo, junto as mulheres que sofrem com a desigualdade social, visto que o atendimento de qualidade não chega até a região em que residem. Monteiro *et al.* (2016) destacam sobre as intercorrências obstétricas que mais se apresentam nos hospitais estão relacionados a hemorragias e dores pélvicas, mas ainda é possível enfatizar sobre os problemas com cefaleia, êmese, pré-eclâmpsia/eclampsia. Brilhante *et al.* (2016) salientam sobre as mulheres procurarem atendimento relatando dores e sangramento transvaginal antes da efetivação da mortalidade neonatal. Com relação ao estudo de Araújo Filho *et al.* (2017) esclareceu-se sobre a qualidade da assistência pré-natal e neonatal durante o parto ser fundamental para minimizar estes problemas com o óbito da criança, sendo que estes se apresentam devidamente com baixo peso ao nascer e prematuridade. Importante saber que a maioria dos óbitos pode ser evitada pelos profissionais de saúde, quando estes fazem uso das técnicas viáveis para cada caso que se apresenta como possibilidade de óbito neonatal. Entre algumas dificuldades que se apresentam como causadoras de óbitos neonatais, estão: as afecções maternas, a Hipóxia intrauterina e Asfixia, e as Infecções específicas perinatais.

CONCLUSÕES

Ao longo da pesquisa, foi possível perceber que as emergências obstétricas são uma das principais causas de mortalidade neonatal, sendo que muitos casos poderiam ser evitados por meio de um atendimento qualificado e ágil. Foi destacado também a importância da capacitação dos profissionais de saúde, bem como a adoção de protocolos de atendimento para garantir a segurança da mãe e do recém-nascido. A implantação de redes de atendimento integrado e o fortalecimento dos serviços de referência também se mostraram fundamentais na redução da mortalidade neonatal, visto que os profissionais conseguem atuar com qualidade quando em situação de sangramento, dores pélvicas, infecções do trato urinário e ainda no auxílio de mulheres que sofrem com cefaleia, êmese e pré-eclâmpsia/eclâmpsia. Portanto, conclui-se que a prevenção e o tratamento adequado das emergências obstétricas são essenciais para garantir a saúde e o bem-estar de mães e recém-nascidos. A conscientização da população, aliada a melhoria na qualidade dos serviços de saúde, é um importante passo rumo à redução da mortalidade neonatal e à promoção de uma assistência obstétrica mais humanizada e eficiente.

REFERÊNCIAS

ARAUJO FILHO, A. C. A *et al.* Aspectos epidemiológicos da mortalidade neonatal em capital do nordeste do Brasil. **Revista Cuidarte**, v. 8, n. 3, p. 1767-1776, 2017. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2216-09732017000301767. Acesso em: 12 jun. 2023.

BAPTISTA, G. C.; POTON, W. L. Evolução da mortalidade neonatal por causas evitáveis no Espírito Santo ao longo de dez anos. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 21, p. 45-54, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/n9PX4j8mr4kBJSc9nB8cLN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 abr. 2023.

BERNARDINO, F. B. S *et al.* Tendência da mortalidade neonatal no Brasil de 2007 a 2017. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, p. 567-578, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/zkCVBtNrvFTDCkw9vTcb85d/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 set. 2022.

BRILHANTE, A. F *et al.* Implementação do protocolo de acolhimento com classificação de risco em uma emergência obstétrica. **Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste**, v. 17, n. 4, p. 569-575, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3240/324047429018/>. Acesso em: 10 jun. 2023.

MONTEIRO, M. M *et al.* Emergências obstétricas: características de casos atendidos por serviço móvel de urgência. **Revista Interdisciplinar**, v. 9, n. 2, p. 136-144, 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6771908>. Acesso em: 01 jun. 2023.

USO DE PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERÁPICAS EM PACIENTES COM LESÕES DE PELE E INFECÇÕES: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Joice Karolina de Matos Carvalho¹ (Aluna do Curso de Enfermagem da UniJagaribe, email: joicecarvalho76@gmail.com), Amália Gonçalves Arruda² (Professora da UniJagaribe, email: amaliagoncalves@fvj.com).

RESUMO

A flora brasileira é repleta de plantas centenárias que são empregadas para os mais diversos tratamentos. A Medicina Complementar e Alternativa é uma área que está em constante desenvolvimento mundialmente. No Brasil, a fitoterapia é uma forma de reabilitação focada, dentre outros, no uso de plantas terapêuticas em pacientes acometidos por lesões epidérmicas e/ou infecções. **Objetivo:** Compreender o tratamento alternativo mediante o uso de plantas na recuperação de pacientes com lesões na pele e infecções. **Metodologia:** Tratou-se de uma revisão integrativa com estudos indexados na Lilacs, Pubmed e Scielo, publicados nos últimos cinco anos, em português, inglês e/ou espanhol. Incluíram-se ensaios clínicos, estudos quantitativos e pesquisas analíticas descritivas envolvendo seres humanos. Os descritores foram: fitoterapia; plantas medicinais; ferimentos e lesões; cuidados de enfermagem; assistência de enfermagem com fitoterápicos. Excluíram-se monografias, cartas ao editor, artigos científicos incompletos, entre outros. Inicialmente foram encontradas 1908 referências, das quais, após a utilização de filtros específicos, restaram 20 estudos. **Resultados e Discussões:** Os estudos evidenciaram que as propriedades das seguintes espécies terapêuticas: a cúrcuma e seus subtipos, a aloe vera, a archillea millefolium e suas subclasses, a calêndula, a camomila, a anacardium occidentale, mentha pulegium, a malva sylvestris, entre outras. As ações fitoterápicas estiveram associadas à síntese fibroblástica, à reparação de tecidos lesionados, à angiogênese, à redução da dor e à aceleração da cicatrização das feridas. Géis, polímeros, extratos e outras partes da planta foram importantes para o tratamento. **Conclusão:** As plantas medicinais e fitoterápicas são eficientes no tratamento de lesões dérmicas e infecções.

Palavras-chave: fitoterapia; plantas medicinais; ferimentos e lesões; cuidados de enfermagem; assistência de enfermagem com fitoterápicos.

INTRODUÇÃO

Diante dos dados expostos anteriormente, tornou-se necessária a construção de estudos integrativos com fins acadêmicos sobre as atividades bioterapêuticas dos fitoterápicos, suas aplicações e mecanismos de ação em pacientes acometidos com lesões de pele e/ou infecções, com o fito de enriquecer a literatura científica e sanar dúvidas sobre a aplicação de plantas para o tratamento de disfunções cutâneas e microbianas. O estudo justificou-se pela relevância social e biológica do tema, haja vista que a informatização da fitoterapia configura-se como sendo imprescindível para a criação de terapias mais direcionadas e amplas, considerando os aspectos locais e econômicos dos pacientes. A

aquisição de saberes sobre o tema favorecerá a sociedade, visto que, fornecerá subsídios para a reflexão e a orientação sobre os benefícios, bem como os malefícios da utilização de plantas, sobretudo, nos tratamentos envolvendo lesões e infecções de pele. Pressupõe-se que a assimilação de ideias sobre as funcionalidades de cada espécie de planta e a forma de usabilidade melhore os indicadores de saúde no que se refere às lesões de pele e processos infecciosos. O presente artigo buscou responder à seguinte pergunta problema: Qual a função da fitoterapia no tratamento de lesões dermatológicas e/ou infecções? O objetivo foi compreender o tratamento alternativo mediante o uso de plantas na recuperação de pacientes com lesões na pele e infeções.

MARCO TEÓRICO

O estudo e a utilização de plantas para tratamentos de saúde é algo recorrente na sociedade (NASCIMENTO *et al.*, 2021). O Brasil dispõe de várias espécies de vegetação que podem auxiliar e aperfeiçoar esse tipo de tratamento, porém ainda se fazem necessários estudos sobre as plantas medicinais e suas aplicações na cura das doenças (PASSOS *et al.*, 2019). A fitoterapia consiste no tratamento ou na prevenção de doenças através do uso de plantas (COSTA *et al.*, 2019). Já a planta medicinal é uma espécie vegetal utilizada com propósitos terapêuticos, representando um meio e um recurso natural (FERRARI *et al.*, 2021). Os fitoterápicos podem auxiliar no combate contra diversas doenças, inclusive infecções e traumas de feridas ou queimaduras (VALERIANO *et al.*, 2019).

METODOLOGIA

Estudo do tipo revisão integrativa da literatura. As bases de dados escolhidas foram: Lilacs, Scielo e Pubmed. Os descritores usados foram: Fitoterapia, Plantas Mediciniais, Ferimentos e Lesões, Cuidados de Enfermagem e Assistência de Enfermagem com Fitoterápicos. Foram incluídos estudos gratuitos, disponíveis integralmente, publicados em português, espanhol ou inglês no período de 2019 – 2023, do tipo ensaio clínico, quantitativo, descritivo, entre outros. Excluíram-se, dentre outros, teses, fichamentos e dissertações, anais de congresso e cartas ao editor. A análise dos estudos foi feita pela leitura do título e/ou resumo. Foram estabelecidos filtros específicos, na intenção de categorizar os estudos mais relevantes para a presente revisão. No refinamento dos estudos, foram encontrados, inicialmente, 1908 estudos, dos quais, somente 20 compuseram a amostra.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A amostragem final da revisão consistiu em 20 (vinte) referências. Os artigos abordaram: Composição química; (2) *Achillea Millefolium*; (3) Atividades citotóxicas; (4) Nanopartículas de ouro verde sintetizadas; (5) *Aloe vera*; (6) Curcumina; (7) *Calendula officinalis* L.; (8) *Malva sylvestris* e; (9) *Anacardium occidentale* L. Na categoria temática 1, os principais achados compreenderam: (1) coagulação e hemostasia; (2) inflamação; (3) proliferação e; (4) remodelação da ferida. Na categoria temática 2, destacaram-se: a excelente eficácia antibacteriana foi demonstrada por 15, 20 e 30% de tapetes carregados com camomila, e as zonas inibitórias cresceram à medida que o teor de camomila aumentou; Houve associação considerável entre os grupos experimental - *Calendula officinalis* L. – e a rapidez de cicatrização ($p = 0,033$); *C. officinalis* pode favorecer a cicatrização de feridas, aumentando a angiogênese da lesão, os níveis de polissacarídeos e metabolismo do colágeno; o óleo essencial de Cúrcuma Aromática exibiu um expressivo poder anti-inflamatório por meio da eliminação da síntese de citocinas pró-inflamatórias; a eficácia anti-inflamatória de *Achillea millefolium* foi associada à sua aglomeração de flavonoides; a *aloe vera* previne a

formação de cicatrizes anormais durante as lesões epidérmicas, fortalecendo a síntese de células e o processo regenerativo nas regiões mais profundas da pele e; a *Anacardium Occidentale* L possibilitou a formação de crostas após cirurgia. Na categoria temática 3, pontuam-se: o óleo essencial da *Mentha Pulegium* apresentou uma alta atividade antibacteriana; os extratos hidroetanólicos da *Foeniculum Vulgare* possuem características de diminuição dos radicais livres diretamente proporcionais à quantidade de compostos fenólicos do extrato de erva-doce; numerosos estudos confirmaram o poder inibitório da *Mentha* considerando o tipo de bactéria e sua forte habilidade antimicrobiana contra bactérias Gram-positivas, sobretudo *S. aureus*, entre outros. Concluiu-se que as plantas medicinais e fitoterápicas são eficientes no tratamento de lesões dérmicas e infecções.

REFERÊNCIAS

COSTA, Igor de Moura; ALENCAR, Isnara da Rocha; LYRA, Juliana Anchieta; NASCIMENTO, Marcus Francisco Sobrinho; JÚNIOR, Raimundo Nonato da Silva. Uso de plantas medicinais e fitoterápicos na atenção primária à saúde. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, Piauí, v. 1, n. 26, p. 1 – 8, abr/jul. 2019. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/828/555>. Acesso em: 06 fev. 21h39.

FERRARI, Tiago; MAIA, Vinicius; FELIPE, Daniele Fernanda; FERRARI, Ariana. Fitoterapia, sustentabilidade e saúde pública: efeitos da *camellia sinensis* na perda de peso. **Enciclopédia Biosfera**, Jandaia/GO, v. 18, n. 38, p. 345. 2021. Disponível em: <https://www.conhecer.org.br/enciclop/2021D/fitoterapia.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2023 às 21h42.

NASCIMENTO, Amanda Taís; VERONEZE, Eduardo Koura; PEREIRA, Leia; GARCIA, Cláudia Denise; PETENUCCI, Diego Lima. O papel do enfermeiro no uso da fitoterapia como prática complementar na atenção primária em saúde (APS): uma revisão bibliográfica. **Revista Terra e Cultura**, Londrina/PR, v. 37, n. 1, p. 11 – 21. 2021. Disponível em: <http://periodicos.unifil.br/index.php/Revistatest/article/view/2350/1766>. Acesso em: 06 fev. 2023 às 21h08.

PASSOS, Márcia Maria Barros; ALBINO, Rayane da Cruz; FEITOZA-SILVA, Michele; OLIVEIRA, Danilo Ribeiro. A disseminação cultural das garrafadas no Brasil: um paralelo entre medicina popular e legislação sanitária. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 116, p. 248 – 262, jan/mar. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/frsCzjwQK7VZwpSC9dCMtqg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 fev. 2023 às 21h12.

VALERIANO, Andreia Cristina de Freitas; JÚNIOR, Edivaldo Xavier da Silva; BEDOR, Cheila Nataly Galindo; COSTA, Mateus MatiuZZi. O uso da fitoterapia na medicina por usuários do SUS: uma revisão sistemática. **Revista Multidisciplinar de Psicologia**, Petrolina/PE, v. 10, n. 33, p. 219 – 236, jan. 2019. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/631/932>. Acesso em: 06 fev. 2023 às 22h05.

O PAPEL DA ENFERMAGEM NA ASSISTÊNCIA À PACIENTES COM HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA NA COVID-19: REVISÃO INTEGRATIVA

Juliana Souza Silva Santiago¹ Aluna do Curso de Enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe. E-mail: julianasantiago052@gmail.com Sabrina Silva dos Santos², Orientadora - Docente do curso de Enfermagem da Unijaguaribe, Mestre em Enfermagem pela UNILAB-CE, residência em Saúde da Família e Comunidade - UFC/CE, Doutoranda em Saúde Pública - UFC/CE, e-mail: sabrinasilva.santos@fvj.br.

RESUMO

SarsCoV- 2 é um novo vírus que pode causar doenças respiratórias graves e pode causar síndrome respiratória aguda grave e que pode levar à morte. O enfermeiro, sendo integrante da equipe de saúde, assume as ações de cuidado do paciente para a promoção e prevenção da saúde e riscos de agravos da doença. O objetivo geral desta pesquisa é analisar o papel da enfermagem na atuação em pacientes com hipertensão arterial e será realizada por meio de revisão integral da literatura em bases online de dados e estudos concernentes à temática aqui explorada.

Palavras-chave: COVID-19; Cuidados; Enfermagem; Hipertensão Arterial; Pacientes.

INTRODUÇÃO

O *Sars-cov-2* é um novo vírus que pode causar doenças respiratórias graves e pode causar síndrome respiratória aguda grave e que leva a morte, mais incidentes entre os idosos, mas são poucos os casos registrados em adultos e jovens que morreram. O vírus originalmente surgiu em Wuhan, na China, e pode contaminar animais e humanos (OPAS; OMS, 2020)

Desde o surto de coronavírus atual (SARS- CoV 2), levando a Covid-19, preocupou-se com a propagação da doença que se desenvolveu rapidamente em várias regiões do mundo e produziu diferentes influências. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) em 18 de março de 2020 confirmou que COVID-19 excedeu 214 milhares de confirmado em todo o mundo. Sem plano estratégico para se proteger em uma pandemia de saúde Coronavírus - tudo é novo (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2020).

MARCO TEÓRICO

A pesquisa tratou-se de uma Revisão Integrativa da Literatura (RI), na qual consiste na produção de uma análise ampla da literatura, contribuindo para a ampliação da temática investigada e da produção científica (Mendes et al., 2008). Estudos como esse, possibilitam o conhecimento de outras publicações existentes, permitindo que se estabeleçam novas conclusões sobre o conhecimento já produzido em torno da temática: Hipertensão, atenção primária a hipertensos, assistência de enfermagem durante a pandemia da COVID-19.

A RI tem por objetivo obter um conhecimento aprofundado, baseado em estudos anteriores. A elaboração do estudo incluiu: *a) definição do objetivo; b) estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão para a seleção da amostra; c) definição das informações a serem extraídas dos artigos selecionados; d) análise e discussão dos resultados* (Rother, 2007).

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, onde a mesma foi estruturada nas seguintes etapas: identificação do tema e seleção da questão da pesquisa, estabelecimento dos critérios inclusão e exclusão, identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados, categorização dos estudos selecionados, análise e interpretação dos resultados, e por fim, apresentação da revisão e síntese do conhecimento (Mendes et al., 2008).

Para a coleta dos dados foi elaborada a estratégia de busca utilizando-se a base de dados Biblioteca Virtual em Saúde-BVS a Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde- LILACS e a plataforma do Periódico da Capes para acessar as seguintes base de dados SCIELO, bem como a base de dados da PubMed. Para a busca nas bases de dados foi utilizado descritores indexados e cadastrados no banco de dados Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e Medical SubjectHeadings (MeSH).

RESULTADOS E CONCLUSÕES

É de sumária importância salientar que os artigos que foram tomados como bases desta pesquisa são - e não poderiam ser diferentes - recentes, uma vez que a temática concernente à COVID-19 é recente, mas ainda tomada de obscurantismo naquilo que se refere à completa forma de entender esta patologia.

Deste modo, entender as formas de atuar do Enfermeiro é o desafio que se faz mais urgente de se averiguar e se debruçar sobre o que já há de escrito mediante a análise da prática de profissionais que viveram este momento conturbado que foi a declara e vivida pandemia de Covid-19. Assim, se analisam de modo bem eficaz, mediante as exposições que os artigos e estudos nos trazem, as seguintes formas de explorar o tema:

- Hipertensão como comorbidade;
- Covid e suas formas de agir;
- Atuação do enfermeiro.

Assim, a revisão dos trabalhos aponta para o norte de que a hipertensão já era uma patologia que demandava cuidados diversos e, em muitos casos, tal cuidado era manifestada num acompanhamento mais próximo, demandando, deste modo, a assistência especializada do profissional de enfermagem, sendo este de importância na garantia básica ao aporte de saúde ofertado em todos os dispositivos que se dedicam à saúde.

Cabe-se também salientar que a temática encontrou nos trabalhos a base para correlacionar a hipertensão à um risco de maiores prejuízos à saúde nos casos onde esta foi alinhada a um quadro de Covid-19, podendo ser causa de óbito. Foi no cuidado ofertado pelo enfermeiro que diversos pacientes puderam ter uma oportunidade de acesso a um tratamento humanizado e melhor direcionado às suas necessidades.

Destarte, 5 dos artigos, se debruçam sobre a temática da conceitualização da hipertensão, falando das suas complicações para a saúde, 8 versam sobre a atuação do enfermeiro e 2 sobre as formas nas quais a doença pode agravar os quadros de covid.

De modo especial, as formas de atuação do enfermeiro são à base desta pesquisa.

Assim, se faz necessário que os trabalhos que se dedicam a este ponto fossem de número mais robusto, tal qual o foi neste.

Por tal, é notório que a pandemia de covid-19 inaugurou um tempo cheio de desafios para a sociedade como um todo e que a enfermagem desempenha um papel de suma importância na compreensão e tratamento, bem como no acompanhamento de paciente já acometido por hipertensão.

REFERÊNCIAS

ABC CARDIOL, 7ª **Diretriz Brasileira de Hipertensão Arterial**. ArqBrasCardiol 2016; 107(3Supl.3):1-83. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/abc/v107n3s3/pt_0066-782X-abc-107-03-s3-0001.pdf>. Acesso em 16 mai. 2021.

ABC CARDIOL. VI Diretrizes Brasileiras de Hipertensão. **ArqBrasCardiol** 2010; 95(1 supl.1): 1-51. Disponível em: http://publicacoes.cardiol.br/consenso/2010/Diretriz_hipertensao_associados.pdf. Acesso em: 15 mai. 2021.

_____, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.

ANDRADE CR, et al. Gripe aviária: a ameaça do século XXI. **J bras pneumol** 2009; 35(5):470-479.

BRASIL, Ministério da Saúde. Conceituação, Epidemiologia e Prevenção Primária. **J Bras Nefrol**, 32; Supl1 (2010) S1-S4. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/jbn/v32s1/v32s1a03.pdf>. Acesso em: 17 maio 2021.

BRASIL, **Ministério da Saúde**. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de atenção básica. Coordenação Nacional de Hipertensão e Diabetes. Hipertensão arterial e diabetes mellitus. Morbidade auto referida segundo o VIGTEL, 2009. Cadastro de Portadores do SIS-HIPERDIA, 2010. Brasília: Ministério da Saúde; 2011. Disponível em: <http://www.sbn.org.br/pdf/vigitel.pdf>. Acesso em 17 mai. 2021.

COSTA, Y. F. et al. O papel educativo do enfermeiro na adesão ao tratamento da Hipertensão Arterial Sistêmica: revisão integrativa da literatura. **O Mundo da Saúde, São Paulo**, 2014;38(4):473-481. Disponível em: http://www.saocamilo-sp.br/pdf/mundo_saude/155566/A12.pdf. Acesso em: 17 mai. 2021.

CRUS, M. M. **Concepção de saúde-doença e o cuidado em saúde**. Qualificação de Gestores do Sus. 2011. Disponível em: http://www5.enp.fiocruz.br/biblioteca/dados/txt_14423743.pdf. Acesso em: 17 maio 2021.
DESLAURIERS, J. P. La recherche qualitative. Montreal: McGraw-Hill, 1991.

FAUCI, A. S. et al. **Harrison Medicina Interna**. 17.ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2008. v. 2.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. São Paulo: Record, 1997.

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: POSSÍVEIS INTERVENÇÕES DA ENFERMAGEM NA BUSCA DA ACEITAÇÃO FAMILIAR NO DIAGNÓSTICO INFANTIL

Kátia Michelle de Oliveira Silva¹, Aluna do Curso de Enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe. Email: katiamich1508@gmail.com; Sabrina Silva dos Santos², Orientadora - Docente do curso de Enfermagem da Unijagaribe, Mestre em Enfermagem pela UNILAB-CE, residência em Saúde da Família e Comunidade - UFC/CE, Doutoranda em Saúde Pública - UFC/CE, e-mail: sabinasilva.santos@fvj.br.

RESUMO

O Transtorno do Espectro Autista - TEA é um transtorno global de desenvolvimento que afeta o desenvolvimento da criança e se manifesta em níveis mensurados de 1 à 3 graus, com prevalência no sexo masculino. Por volta dos primeiros meses de vida são perceptíveis os sinais de alerta e entre 2 a 3 anos de idade é estabelecido o diagnóstico. Para se obter maior conhecimento da atuação da enfermagem no processo de diagnóstico do TEA fez se necessário a pesquisa de revisão literária, de carácter exploratório descritivo com objetivo de apresentar as intervenções que a enfermagem utiliza no auxílio da aceitação familiar do diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista - TEA em crianças.

Palavras-chave: Autismo. Assistência de enfermagem. Atuação profissional.

INTRODUÇÃO

Atualmente, o conhecimento acerca das manifestações precoces do Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um dado bastante difundido até mesmo no senso comum das pessoas leigas. Fato este que confere às crianças um benefício quanto à possibilidade de intervenções o mais cedo possível, as quais contribuem reduzindo o risco da manifestação mais grave dos sintomas e melhorando o prognóstico (STEYER et al., 2018).

O Transtorno do Espectro Autista - TEA é um transtorno no comprometimento do desenvolvimento, prejudicando e dificultando a educação e integração social da criança. O autismo se manifesta em níveis de 1 a 3 graus, que se diferenciam como leve, moderado e severo. É caracterizado pelo déficit na comunicação, interação social, percepção, mudanças no comportamento e de movimentos repetitivos, dificuldade para se expressar ou falar, apresentando desconforto em meio a outras pessoas e barulho (ROCHA et al., 2019).

Desde a descoberta da gravidez os pais e a família preparam-se fisicamente e psicologicamente para receber o filho idealizado, não cogitam de que possa desenvolver algum transtorno que poderá impossibilitá-lo de realizar todos os desejos e planos, por tanto evidencia a não estarem capacitados para receber alguma “imperfeição” que venha a apresentar (NASCIMENTO, 2016).

No que concerne ao quantitativo de pessoas que se pode constatar a presença de TEA,

segundo dados oficiais, este quantitativo gira em torno de 5.997.222, isto segundo o Censo 2022 do IBGE, recentemente divulgado, onde deste montante, estima-se que $\frac{1}{3}$ é de crianças (IBGE, 2023).

MARCO TEÓRICO

Trata-se de uma Revisão Integrativa da Literatura (RI). Segundo Martins (2018), a revisão integrativa trata-se de um método específico e objetivo traçar uma análise sobre o conhecimento já construído em pesquisas anteriores sobre um determinado tema.

Quanto às etapas da revisão integrativa, destacam-se: identificação do problema e seleção da questão de pesquisa; estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão; identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados; categorização dos estudos selecionados; análise e interpretação dos resultados; apresentação da revisão e síntese do conhecimento (MARTINS, 2018).

METODOLOGIA

Foram registradas as informações coletadas dos estudos, como: título, objetivo geral e objetivos específicos. Designada, de igual modo, a população-alvo dos estudos, resultados satisfatórios, conclusões, que se mostraram de grande e valorosa colaboração para a autora da presente revisão na formulação de categorias temáticas.

A presente pesquisa se desenvolveu em conformidade com a NBR 6023/18, mencionando todos os autores utilizados na descrição do texto. Esta resolução está formada por princípios normativos que direcionam a execução, informação e documentação de artigos científicos (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2018).

Os descritores utilizados na pesquisa foram com base nos Descritores de Ciências da Saúde (DeCS), foram: Autismo; Papel do Profissional de Enfermagem; Atuação Profissional; Transtorno do Espectro Autista; Inclusão.

Com o objetivo de fornecer uma revisão estruturada e em conformidade com o atual cenário da sociedade, também em busca de servir, esta pesquisa, como norte de futuras pesquisas acerca da temática, se buscou artigos, estudos e documentos com a amostragem temporal dos últimos 10 (dez) anos, a fim de se possa ter ciência de uma realidade mais próxima da que se vive.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Destarte, evidenciam-se as constatações obtidas através da revisão: percepção da importância da presença do enfermeiro na atuação em amparo a às crianças e famílias com crianças autistas, bem como salientar que o enfermeiro é capaz, mediante uma formação substancialmente aceitável, de desenvolver meios e técnicas para integrar ao tratamento as famílias, bem como tornar este processo de cuidados aceito e participativo por parte dos pacientes.

Logo, muitas reflexões podem ser levantadas, buscando a melhoria da atuação do enfermeiro na atuação visando humanização da assistência nas suas mais variadas áreas de atuação, logo, também na assistência à saúde mental. Uma dessas melhorias pode ser conseguida por meio das políticas de valorização à classe, sendo essa valorização por meio do fornecimento de qualidades adequadas de trabalho, ou ainda por meio da implementação de modos de capacitação deste profissional de enfermagem, fornecendo, assim, uma atuação de qualidade e que atende às necessidades do paciente deixado sob seus cuidados.

Desta forma, pesquisas que busquem entender e teorizar sobre as possíveis formas de

atuação do enfermeiro, seja qual área se desejar, são de suma importância, uma vez que fornecem base teórica e situacional da realidade da prática em enfermagem, guiando a discussões novas, que despertam movimentos que buscam conquistas e também trazendo diálogos do passado, reafirmando os valores e princípios da enfermagem.

Não obstante às conquistas que se podem chegar a obter por meio das pesquisas que teorizam sobre a prática da enfermagem, muitas limitações são detectadas, uma vez que temas de interdisciplinaridade despertam cuidados e cautelas em termos de saber delimitar a área de atuação de cada base epistemológica, bem como não se prender a paradigmas. É de necessário cuidado levantar questões que possam ser respondidas pelas experiências da prática, bem como da pesquisa, que encontra esses limites em suas elaborações e teorizações.

REFERÊNCIAS

ARTIGAS-PALLARES, Josep; PAULA, Isabel. El autismo 70 años después de Leo Kanner y Hans Asperger. **Rev. Asoc. Esp. Neuropsiq.**, Madrid , v. 32, n. 115, p. 567-587, 2023.

BONFIM, T. DE A. et al. Family experiences in discovering Autism Spectrum Disorder: implications for family nursing. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 73, p. e20190489, 2020.

BRAGA, Wilson Candido. **Autismo: azul e de todas as cores: guia básico para pais e profissionais**/Wilson Candido Braga. São Paulo: Paulinas, 2018. (Coleção psicologia, família e escola).

BORTONE, Alexandra Resende; WINGESTER, Edna Lúcia Campos. **Identificação do espectro do transtorno autista durante o crescimento e o desenvolvimento infantil: o papel do profissional de enfermagem**. v. 7 n. 1 (2016): Edição 07

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa.

FERREIRA, Adriana Gomes Nogueira et. al. **Humanização na perspectiva dialógica de paulo freire**. **Revista de Enfermagem UFPE-online**. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/download/11625/13688>. Acesso em: 08 maio 2023.

FRANZOI, M. A. H. et al. Intervenção musical como estratégia de cuidado de enfermagem a crianças com transtorno do espectro do autismo em um centro de atenção psicossocial **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 25, n. 1, p. e1020015, 2016.

CONSEQUÊNCIAS DO DESMAME PRECOCE E INTERVENÇÕES DE ENFERMAGEM

Larissa Moreira de Castro¹, Aluna do Curso de Enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe. E-mail: larissamc430@gmail.com; Sabrina Silva dos Santos², Orientadora - Docente do curso de Enfermagem da Unijaguaripe, Mestre em Enfermagem pela UNILAB-CE, residência em Saúde da Família e Comunidade - UFC/CE, Doutoranda em Saúde Pública - UFC/CE, e-mail: sabrinasilva.santos@fvj.br.

RESUMO

Trata-se de um estudo de revisão biográfica, com o objetivo de explicar as consequências do desmame precoce, neste intuito, também se propõe em orientar e esclarecer sobre os danos que a falta da devida amamentação pode trazer para o lactente e analisar as intervenções de enfermagem que podem ser feitas. Foram utilizados artigos como SciELO, MEDLINE, publicados no período de 2013 a 2023. O estudo tenta compreender e analisar as intervenções da equipe de enfermagem, frente ao desmame precoce, evidenciando a importância do conhecimento técnico e científico.

Palavras-chave: desmame; amamentação; enfermeiro.

INTRODUÇÃO

O Aleitamento Materno (AM) proporciona inúmeros benefícios para nutrição da criança e também aumenta o vínculo entre mãe e filho. A prática de amamentação é de extrema importância e influência nas demais fases da vida (MOURA, 2015).

O leite materno é um alimento rico em proteínas assim trazendo benefícios para o crescimento e desenvolvimento do bebê. Segundo a OMS é importante que a criança receba o leite materno até o sexto mês de vida e deve ser exclusiva, ou seja, sem a adição de outros alimentos, inclusive água, pois o leite materno supre todas as necessidades da criança. A infância é base para o desenvolvimento saudável das demais fases da vida. Nesse sentido, um dos fatores está relacionado com a boa nutrição desde o nascimento, a fim de que haja um desenvolvimento saudável em todas as áreas (OMS, 2022)

Assim, evidencia-se que o aleitamento promove uma nutrição adequada, além de ser um alimento livre de qualquer contaminação, adequado para a alimentação do lactente, traz muitos benefícios como a proteção e prevenção contra agentes infecciosos e possui outras características que não são encontrados nas demais formulações infantis, e que torna este alimento essencial para o desenvolvimento do bebê (MOURA, 2015).

MARCO TEÓRICO

Trata-se de um estudo bibliográfico utilizando o método Revisão Integrativa (RI), que tem por conceito um método com finalidade de sintetizar resultados obtidos em pesquisas sobre o tema em questão, de maneira sistemática, ordenada e abrangente. É denominado integrativa porque fornece informações mais amplas sobre um assunto/tema (OLIVEIRA, 2018).

O levantamento bibliográfico foi realizado através de pesquisas na base de dados de portais como: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Electronic Library Online (SciELO), PUBMED), Medical Literature Analysis (MEDLINE) e Periódicos CAPES. Os dados foram coletados entre os meses de agosto/2022 a maio/2023.

METODOLOGIA

Para a busca foram incluídos artigos científicos originais, que estavam disponibilizados totalmente de forma gratuita, com versão em língua portuguesa e língua inglesa, publicados no período de 2013 a 2023, que disponibilizam link de acesso funcional e que abordavam o tema estabelecido no estudo de forma integral.

Obras fora do período estipulado, que não estivessem disponíveis de forma gratuita, aquelas que não apresentaram de forma direta e acesso funcional, as quais não se relacionavam ao objetivo ou assunto em paralelo ao tema da pesquisa, publicações de artigos repetidos em diferentes bases de dados, foram excluídas do estudo.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Nas buscas foram encontrados 115 trabalhos e estudos pelo método de busca por palavra destaque no título. Com a aplicação dos primeiros filtros de alinhamento ao tema como de modo integral, o número de estudos que permaneceram foi de 35 arquivos. Após a aplicação do filtro final, que era a concordância da busca da revisão, 16 trabalhos permaneceram para fins da revisão.

Assim, analisou-se que 6 trabalhos se ocupam da forma de elencar os riscos do desmame de forma precoce; outros 4 falam sobre os fatores que contribuem para o desmame de modo precoce e 6 falam ainda qde como o enfermeiro pode ser apoio em evitar tal situação de risco à saúde do bebê e da mãe.

Por fim, conforme o que foi levantado na revisão, evidencia-se que há ainda muito que se crescer no que diz respeito à prática do profissional de enfermagem, não obstante, óbvio às suas grandes contribuições, logo, também na área da obstetrícia e da atenção básica à saúde, que são os eixos onde as lactantes se encontram e são um dos públicos desta pesquisa.

Em segunda análise, cabe aqui pontuar que há uma tradição de que o “bem do bebê” é a causa máxima dos processos corretos de amamentação, mas também se evidencia que a valorização da mulher pode trazer benefícios a esta realidade. Benefícios estes que podem ser usufruídos pela criança e pela mãe, tornando assim a possibilidade de uma desmame fora do tempo cada vez mais improvável.

Necessário se faz que estudos como estes sejam mais frequente, a fim de que possam fomentar por parte do poder público as iniciativas corretas na atenção à saúde da mulher e do bebê e da iniciativa privada a intenção de participação nas mesmas políticas públicas e valorização da figura feminina, encorajando a mulher a cada vez mais ser protagonista em todos os meios onde está inserida.

REFERÊNCIAS

ACCIOLY, Consequência do desmame precoce para a criança, 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/18683-Article-237981-1-10-20210825.pdf>. Acesso em 30 de setembro de 2022.

AZEVEDO, A. R. R. et al. O manejo clínico da amamentação: saberes dos enfermeiros. **Escola Anna Nery**, v. 19, n. 3, p. 439–445, jul. 2015.

BATISTA, K. R. DE A.; FARIAS, M. DO C. A. D. DE; MELO, W. DOS S. N. DE .. Influência da assistência de enfermagem na prática da amamentação no puerpério imediato. **Saúde em Debate**, v. 37, n. 96, p. 130–138, jan. 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. A legislação e o marketing de produtos que interferem na amamentação: um guia para o profissional de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Saúde da criança: nutrição infantil: aleitamento materno e alimentação complementar. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_crianca_nutricao_aleitamento_alimentacao.pdf. Acesso em: 10 set. 2022.

GALVÃO, D. G. Formação em aleitamento materno e suas repercussões na prática clínica. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 64, n. 2, p. 308–314, mar. 2014.

ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NO CONTROLE DAS INFECÇÕES HOSPITALARES: REVISÃO INTEGRATIVA

Maria Imaculada da Costa Oliveira¹ (Aluna do curso de Bacharelado em Enfermagem do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, E-mail: imaculadamaria05@gmail.com.) Fabianne Ferreira Costa Róseo² (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, E-mail: fabianneprof@unijaguaribe.edu.br.).

RESUMO

O termo Infecção Hospitalar vem sendo substituído nos últimos anos por Infecções Relacionadas a Assistência à Saúde (IRAS), no qual a prevenção e o controle das infecções passam a ser considerados para todos os locais onde se presta o cuidado e a assistência à saúde. Objetivou-se discutir de que forma o enfermeiro atua no controle de Infecções Relacionadas a Assistência à Saúde. Estudo de revisão integrativa. Para orientar a pesquisa utilizou-se a questão norteadora: como as pesquisas científicas abordam a atuação do enfermeiro na prevenção das IRAS no ambiente hospitalar? Foram selecionados 10 artigos das bases de dados SciELO, Lilacs e BDENF. Quanto ao tipo de estudo incluíram-se: revisão integrativa/literatura (n=6); dois estudos descritivos, sendo um com abordagem qualitativa, um com abordagem quantitativa; e um estudo exploratório de natureza quanti/qualitativa. Utilizaram-se os descritores em português: “Infecção Hospitalar”; “Desinfecção das Mãos”; “Serviço Hospitalar de Enfermagem”, separados pelo operador booleano *AND*, sendo estudos na íntegra, disponíveis gratuitamente, com publicações no intervalo de dez anos. Revelou-se que é evidente o processo de educação continuada, para adquirir práticas e condutas, em toda a equipe do hospital e assim prevenir ou até mesmo evitar riscos de disseminação de infecções dentro do ambiente hospitalar. Desse modo deve-se frisar a lavagem das mãos e seguir as medidas de controle de infecção. De uma forma geral, conclui-se por meio desse estudo que o enfermeiro é uma peça fundamental, e que suas atividades são de grande importância para toda a comunidade hospitalar.

Palavras-Chave: Infecção Hospitalar; Desinfecção das mãos; Serviço Hospitalar de Enfermagem.

INTRODUÇÃO

A infecção é uma entidade clínica de múltiplos fatores envolvidos, as IRAS constituem um dos grandes problemas enfrentados pelos profissionais de saúde e pacientes (SANTANA *et al.*, 2015). Os avanços tecnológicos relacionados aos procedimentos invasivos, diagnósticos e terapêuticos, e o aparecimento de organismos multirresistentes aos antimicrobianos usados rotineiramente na prática hospitalar tornaram as IRAS um grande obstáculo encontrado nas unidades hospitalares (COSTA *et al.*, 2020). Algumas IRAS podem ser evitáveis, utilizando-se técnicas e métodos preventivos estabelecidos pelas instituições de

saúde, a higienização de mãos, por exemplo, é considerada um dos processos mais importantes e eficazes no combate a transmissão de infecção no ambiente hospitalar. As mãos constituem a principal via de transmissão de microrganismos durante a assistência prestada ao paciente, e manter essa higienização é a medida mais eficaz para prevenir a infecção hospitalar (COSTA *et al.*, 2020). Acrescenta-se que o enfermeiro tem participação e grande responsabilidade pelo Controle de Infecção Hospitalar (CIH), uma vez que inclui dentre suas funções a busca pelo repasse das informações importantes sobre infecções dentro da unidade hospitalar junto aos pacientes (QUEIROZ *et al.*, 2021). Com o intuito de reduzir o crescimento e incidência da Infecção Hospitalar (IH) a Lei 9.431/97 foi criada e executada de forma obrigatória a instauração e continuidade do Programa de Controle de Infecção Hospitalar (PCHI), no qual o enfermeiro é o executor do programa, com a responsabilidade pela implementação de todas as medidas e mudanças necessárias na Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (BRASIL, 2015). O enfermeiro, por meio do cuidado prestado, integra o trabalho dos demais profissionais, possibilitando incrementar esta política institucional de CIH (CAMARGO *et al.*, 2021). Diante do exposto, a questão norteadora deste estudo consiste em: como as pesquisas científicas abordam a atuação do enfermeiro na prevenção das IRAS no ambiente hospitalar? Para isso, objetivou-se discutir de que forma o enfermeiro atua no controle de Infecções Relacionadas a Assistência à Saúde (IRAS) nas unidades hospitalares.

METODOLOGIA

Desenvolveu-se um estudo de revisão integrativa. O levantamento dos artigos científicos ocorreu no período de período de julho de 2022 a abril de 2023 no endereço eletrônico da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) nas bases de dados: *Scielo EleTronic Library Online* (SciELO), Sistema Latino Americano e do Caribe de Informações em Ciências da Saúde (Lilacs) e Biblioteca Virtual em Saúde Enfermagem (*BDENF*). Os descritores utilizados para a escolha dos artigos foram: “Infecção Hospitalar”; “Desinfecção das mãos”; e “Serviço Hospitalar de Enfermagem”, sendo realizada a combinação e cruzamento com o operador booleano *AND* entre as palavras. O levantamento dos artigos científicos ocorreu no período de período de julho de 2022 a abril de 2023. Sendo assim, para a organização dos artigos desta revisão foram apresentados de forma estruturada e sucinta, procurou-se analisar as características metodológicas dos estudos e principais resultados. Após esse agrupamento, os resultados foram analisados e discutidos conforme a literatura pertinente. Para a análise dos dados, procurou-se interpretar os sentidos das ideias centrais dos estudos. Após a seleção dos textos, procedeu-se à leitura constante e organizou-se o *corpus* de análise, conforme os objetivos do estudo. Em seguida, foram identificados os registros e agrupados em três categorias temáticas que emergiram das publicações.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para melhor interpretação, os dados foram organizados em tabelas, na Tabela 1, abordaram-se informações inerentes ao conteúdo dos 10 (dez) artigos: autoria, título do estudo, ano de publicação e tipo de estudo e as categorias aos quais cada estudo pertencia, enquanto que na Tabela 2, descreveu-se os objetivos de cada artigo selecionado. Quanto ao tipo de estudo, verificou-se que mais da metade dos estudos (n=6) foram de revisão integrativa/literatura; três estudos descritivos, sendo um com abordagem qualitativa e dois com abordagem quantitativa; e um estudo exploratório de natureza quanti/qualitativa. Os estudos foram organizados em três categoriais, são elas: Categoria 1: Atuação do enfermeiro na prevenção da infecção hospitalar; Categoria 2: O enfermeiro frente à Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH) e Categoria 3: Dificuldades presentes no controle das

Infecções Hospitalares. A primeira categoria trata da atuação do enfermeiro na prevenção da Infecção Hospitalar – IH, com o intuito de reduzir intervenções desnecessárias e manter sob controle as IH em uma unidade hospitalar. A higienização das mãos, embora considerada um procedimento simples, ainda é considerada a forma mais efetiva de prevenir a transmissão de infecções em ambiente hospitalar. Pode ser realizada por meio da lavagem com água e sabão ou por meio de fricção com álcool à 70%. Essa recomendação vale tanto para profissionais de saúde quanto para visitantes e pacientes (COSTA; VALADÃO; ALVES, 2021). O enfermeiro, como responsável por uma equipe de saúde, independente de compor a equipe da CCIH, já em suas funções desempenha o dever dentro das instituições hospitalares, de manter o controle da higienização pessoal do paciente e do ambiente como um todo, sempre a desenvolver ações de vigilância das IH, e de atuar como multiplicador das ações de prevenção (CAMARGO *et al.*, 2021). Essa categoria procurou mostrar a importância do enfermeiro frente a CCIH que é uma Comissão, que anualmente discute e aprova o Programa de Controle de Infecção Hospitalar (PCIH), sendo a base para o desenvolvimento das ações do Serviço de Controle de Infecção Hospitalar (SCIH), que é o órgão executivo, fomentando ações preventivas imprescindíveis para a qualidade da assistência e prevenção das infecções. O papel do enfermeiro na CCIH é de extrema importância, uma vez que é o responsável pela equipe de profissionais que presta atendimento de maior contato com o paciente na unidade hospitalar de saúde. Isso o torna criterioso pela utilização de técnicas e rotinas que tanto previnem como minimizam o potencial de infecção dentro do local de trabalho (QUEIROZ *et al.*, 2021). Na categoria 3 foram retratados os desafios que na prática, os enfermeiros se deparam e enfrentam com o impacto decorrente das dificuldades encontradas para o controle das infecções. Além disso, os aspectos organizacionais, como a escassez de material, a falta de assistência e ausência de mão de obra especializada de profissionais qualificados e que mantém o compromisso não só com o serviço, mas também com a luta diária, acompanham os profissionais da saúde (BRASIL, 2015), que buscam incessantemente controlar as IH.

CONCLUSÕES

A Infecção Hospitalar transcende seus aspectos perceptíveis e conhecidos, situando-se em dimensões complexas do cuidado à saúde. Assim, a IH é um evento histórico, social e não apenas biológico, requerendo investimentos científicos, tecnológicos e humanos para a incorporação de medidas de prevenção e controle, sem perder de vista a qualidade do cuidado prestado principalmente pela enfermagem. Contudo, contornar a infecção hospitalar pode-se considerar um dos maiores desafios para o enfermeiro das unidades hospitalares, junto a Comissão de Controle de Infecção Hospitalar - CCIH, visto o inquestionável volume de atividades que este profissional desempenha. Assim é necessário refletir sobre todas as estratégias possíveis que possam contribuir para novas mudanças no panorama que a IH se mantém, a fim de serem reduzidas as chances do paciente de ser acometido por um processo infeccioso.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Controle de Doenças – CCD/Centro de Vigilância Epidemiológica "Prof. Alexandre Vranjac"- CVE/Divisão de Infecção Hospitalar: Sistema de vigilância epidemiológica das infecções hospitalares do Estado de São Paulo - Revisão Janeiro 2015 (Manual e Apêndice, 2015).

CAMARGO, Gianeide da Silva *et al.* Infecção Hospitalar Relacionada à Assistência de Enfermagem: Uma Revisão Integrativa. Editora Científica Digital. Enfermagem: desafios e

perspectivas para a integralidade do cuidado. Cap 16. p. 210. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.37885/210605202>. Acesso: 05 jan. 2023.

COSTA, Milce *et al.* Principais micro-organismos responsáveis por infecções relacionadas à assistência em saúde (iras) em UTIs: uma revisão integrativa. **Revista Eletrônica da Faculdade Ceres**, Goiânia. 2020. v. 8, n. 1, p. 30-45, 24 jan. 2023. Disponível em: <http://periodicos.unievangelica.edu.br/index.php/refacer/article/view/4480>. Acesso em: 15 jan. 2023.

COSTA, Christiane Santana; VALADÃO, Cinthya Silva; ALVES, Larissa Luz. Um estudo sobre a importância do enfermeiro na orientação da utilização dos Equipamentos de Proteção Individual – EPIS. *Revista Ibero Americana de Humanidades. Ciências e Educação*, [s. l.], v. 7, n. 10, p. 1222 - 1240, 31 out. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.51891/rease.v7, n.10, p.26 – 58>. Acesso em: 05 abr. 2023.

QUEIROZ, Kalry Miranda Oliveira *et al.* **Contribuições da enfermagem para a prevenção e controle das infecções relacionadas à assistência à saúde**: uma revisão integrativa da literatura. 2021. Disponível em: <http://conferencia2018.redeunida.org.br/ocs2/index.php/13CRU/13CRU/paper/view/4062.%202018>. Acesso em: 18 fev. 2023.

SANTANA, Rosane da Silva, BRITO, Bianca Anne Mendes de, FERREIRA, Jose Lucas Silveira. Atribuição do enfermeiro na Comissão de Controle de Infecção Hospitalar, 9, **Revisão integrativa. Revista Prevenção Infecção**, Piauí. v1, n.2, p. 67- 75, 2015.

IMPACTOS DA COVID-19 EM GESTANTES COM VULNERABILIDADES SOCIAIS

Pedro Davi Quirino¹ (aluno do curso de enfermagem do centro universitário do vale do Jaguaribe. Email: pedrodavi2000@hotmail.com); Sabrina Silva dos Santos², Orientadora - Docente do curso de Enfermagem da Unijagaribe, Mestre em Enfermagem pela UNILAB-CE, residência em Saúde da Família e Comunidade - UFC/CE, Doutoranda em Saúde Pública - UFC/CE, e-mail: sabrinasilva.santos@fvj.br.

RESUMO

A pandemia da Covid-19 teve inúmeras repercussões na saúde mundial, especialmente entre pessoas com comorbidades, como idosos e, em particular, gestantes. Devido às alterações fisiológicas durante a gravidez, principalmente no sistema imunológico e respiratório, as gestantes foram consideradas grupo de risco. Este estudo consiste em uma revisão de literatura que foi realizada no primeiro semestre de 2023, com o objetivo de investigar os impactos do Covid-19 em gestantes em situação de vulnerabilidade social. A pesquisa possui caráter exploratório e utiliza uma abordagem qualitativa do problema em questão. O objetivo principal deu-se por investigar os impactos socioeconômicos e assistenciais causados pela pandemia do Covid-19 em gestantes vulneráveis socialmente. Para isso, serão feitas buscas em bases de dados como a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), com sistema de busca online, bases de dados eletrônicas, a Coleção Nacional de Recursos do SUS (Coleciona SUS) e a Literatura Latino-Americana e Caribenha de Ciências da Saúde (Lilacs). O estudo contribuirá para a produção de conhecimento e poderá fornecer subsídios para a elaboração de políticas públicas e diretrizes de cuidados voltados para esse grupo específico.

Palavras-chave: Gestantes; Impactos; Vulnerabilidade Social.

INTRODUÇÃO

O presente resumo expandido tem como objetivo analisar os principais impactos do COVID-19 em gestantes em situação de vulnerabilidade social, considerando suas condições socioeconômicas e acesso à saúde. A vulnerabilidade social é caracterizada pela fragilidade de indivíduos ou grupos devido à pobreza, falta de saneamento básico, deficiência educacional e condições geográficas precárias, que os expõem a riscos elevados e desagregação social.

Durante a pandemia da COVID-19, as diferenças nos serviços públicos de saúde, proteção social e falta de geração de renda foram intensificadas, agravando as desigualdades sociais no país. As gestantes, em particular, foram incluídas no grupo de risco devido às alterações fisiológicas durante a gravidez, tornando-as mais suscetíveis a complicações graves da doença, como aborto espontâneo, morte materna e atraso no crescimento fetal.

A pandemia afetou diretamente o serviço integral de saúde para gestantes, comprometendo a segurança durante essa fase. O modelo de atenção em saúde preconizado

pelo Sistema Único de Saúde (SUS) é fundamental para garantir o cuidado adequado, mas as desigualdades sociais dificultam o acesso a serviços pré-natais adequados e aumentam a exposição ao vírus.

As desigualdades sociais agravaram ainda mais as condições das gestantes em situação de vulnerabilidade, dificultando o cumprimento das medidas de isolamento social e recomendações médicas devido a recursos financeiros limitados. Isso resultou em acesso limitado aos cuidados pré-natais adequados e maior exposição ao vírus durante o parto, criando um cenário desfavorável para a saúde materno-infantil.

Diante desses impactos, a pesquisa busca fornecer uma visão abrangente sobre o tema por meio de uma revisão integrativa da literatura. A metodologia adotada segue o modelo proposto por CooperH (1984) e incluiu uma busca nas bases de dados MEDLINE, BVS, Coleção SUS e Lilacs. Os critérios de inclusão e exclusão foram estabelecidos para selecionar os artigos relevantes, e os resultados foram sistematizados e discutidos para atender aos objetivos do estudo.

MARCO TEÓRICO

A vulnerabilidade social é uma condição de fragilidade de um indivíduo ou grupo, provocada por fatores como a pobreza, a falta de saneamento básico, a deficiência educacional e o espaço geográfico precário. Esses fatores podem tornar as pessoas mais suscetíveis aos efeitos negativos da pandemia da COVID-19.

A pandemia da COVID-19 intensificou os desafios enfrentados por gestantes em situação de vulnerabilidade social. Gestantes em situação de vulnerabilidade social têm maior risco de desenvolver complicações durante a gravidez, parto e pós-parto. Elas também têm maior probabilidade de ter bebês com baixo peso ao nascer e de morrerem durante a infância.

Os impactos da COVID-19 em gestantes são ainda mais graves em gestantes em situação de vulnerabilidade social. Gestantes em situação de vulnerabilidade social têm maior probabilidade de ter comorbidades, como diabetes e hipertensão, que as tornam mais suscetíveis aos efeitos da COVID-19. Elas também têm menos acesso a cuidados de saúde, o que dificulta o diagnóstico e o tratamento da COVID-19.

METODOLOGIA

O estudo em questão é uma Revisão Integrativa (RI) da literatura baseada no modelo proposto por CooperH (1984), buscando quais os impactos do COVID-19 em gestantes com vulnerabilidades sociais. Possui caráter exploratório e terá uma abordagem qualitativa do problema abordado. A investigação teve início após a consulta das seguintes bases de dados eletrônicas: Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) com sistema de busca on-line, bases de dados eletrônicas, Coleção Nacional de Recursos do SUS (Coleção SUS), Literatura Latino-Americana e Caribenha de Ciências da Saúde (Lilacs) através da utilização dos seguintes descritores, segundo os descritores em saúde da Bireme (DeCS): “Gestantes”, “COVID-19” e “Vulnerabilidade Social”.

como critérios de inclusão foram adotados: os artigos publicados entre 2019 e 2022 e que se baseavam nos impactos do Covid-19 em gestantes em situação de vulnerabilidade social; artigos disponíveis em português, espanhol e inglês, e não houve sobreposição de artigos nas bases dos periódicos pesquisados

Foram discutidas as principais questões encontradas nos materiais selecionados e a partir disso, foram formuladas categorias para apresentar os resultados e fazer uma reflexão sobre os achados da pesquisa. Em relação aos aspectos éticos foram respeitados os direitos

autorais e o conteúdo, não havendo modificação dos mesmos.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Os resultados desta revisão integrativa da literatura proporcionaram insights importantes sobre os impactos do COVID-19 em gestantes em situação de vulnerabilidade social. As gestantes em situação de vulnerabilidade social enfrentaram desafios adicionais durante a pandemia, tanto em termos de condições socioeconômicas quanto de acesso à saúde, corroborando os achados de outros estudos (MARTINEZ et al., 2011).

Essas gestantes foram afetadas de forma desproporcional pela doença, com taxas mais altas de complicações, como aborto espontâneo, morte materna e atraso no crescimento fetal, evidenciando a necessidade de uma atenção especial para esse grupo. O estudo de Gois et al. (2020) ressalta que as gestantes em situação de vulnerabilidade enfrentaram desafios emocionais e psicológicos adicionais, como mudanças de humor, aumento do medo e da ansiedade, devido aos desequilíbrios hormonais característicos da gravidez, combinados com o isolamento social necessário durante a pandemia.

A desigualdade social exacerbou os desafios enfrentados pelas gestantes em situação de vulnerabilidade durante a pandemia, conforme observado por Martinez et al. (2011). Devido a baixos recursos financeiros, essas gestantes tiveram dificuldades em manter o isolamento social e seguir as recomendações médicas. Isso resultou em um acesso limitado aos cuidados pré-natais adequados e maior exposição ao risco de contrair o vírus. Além disso, essas gestantes enfrentaram um cenário desfavorável durante o processo de parto, devido à falta de suporte adequado.

Em conclusão, este estudo, embasado nas pesquisas de Gois et al. (2020), Bittencourt (2020) e Martinez et al. (2011), destacou os impactos do COVID-19 em gestantes em situação de vulnerabilidade social. A pandemia intensificou as desigualdades sociais existentes, afetando negativamente a saúde materno-infantil. As gestantes em situação de vulnerabilidade enfrentaram complicações físicas, desafios emocionais e dificuldades no acesso aos cuidados pré-natais adequados, o que reforça a importância de políticas e intervenções voltadas para a redução das desigualdades sociais e o acesso equitativo aos cuidados de saúde durante a pandemia.

É essencial que sejam implementadas medidas que visem proteger a saúde e o bem-estar das gestantes em situação de vulnerabilidade social, garantindo-lhes um suporte adequado durante a gravidez, o parto e o pós-parto. Políticas públicas efetivas devem ser desenvolvidas para enfrentar as disparidades socioeconômicas e promover o acesso igualitário aos serviços de saúde, incluindo cuidados pré-natais de qualidade e apoio emocional. Além disso, é fundamental fortalecer as redes de apoio social e comunitário, a fim de garantir que essas gestantes recebam o suporte necessário para enfrentar os desafios adicionais impostos pela pandemia.

Portanto, esse estudo reforça a importância de uma abordagem abrangente e integrada para lidar com os desafios enfrentados pelas gestantes em situação de vulnerabilidade social durante a pandemia. A saúde e o bem-estar de todas as gestantes devem ser prioridade, e ações efetivas devem ser tomadas para garantir que nenhuma gestante seja deixada para trás devido a fatores socioeconômicos.

REFERÊNCIAS

FIOCRUZ. **Desigualdade social e econômica em tempos de COVID-19**. Portal Fiocruz, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/desigualdade-social-e-economica-em-tempos-de-covid-19>.

Acesso em: 24 maio 2023.

MARTINEZ, et al. Gravidez na adolescência e características socioeconômicas dos municípios do Estado de São Paulo, Brasil: análise espacial. **Cad. Saúde Pública**, São Paulo. v.27, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/YRG9GZBggxCfygm4DZrsS5N/?lang=pt>. Acesso em: 13 set. 2022.

GALVÃO, CM et al. A busca das melhores evidências. **Rev Esc Enferm USP**, 2003 Dez; 37(4):43-50. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v37n4/v37n4a06.pdf>. Acesso em: 24 set. 2022

MENDES, KDS et al. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto - Enfermagem**, 2008; 17(4), 758-764. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v17n4/18.pdf>. Acesso em: 15 set. 2022

ASSISTÊNCIA DO ENFERMEIRO À CRIANÇAS E RECÉM-NASCIDOS COM MALFORMAÇÕES CONGÊNITAS DO TUBO NEURAL: REVISÃO INTEGRATIVA

Rayssa Colaço Pereira¹ (Aluna do Curso de Enfermagem da UniJaguaribe, e-mail: rayssacfenfermagem134@gmail.com), Fabianne Ferreira Costa Róseo² (Professora da UniJaguaribe, e-mail: fabianneprof@unijaguaribe.edu.br).

RESUMO

A malformação congênita do tubo neural é uma alteração que ocorre nesta estrutura está presente inicialmente no período gestacional até a vida adulta. Estima-se que 303.300 recém-nascidos, a cada ano, não sobrevivem nas primeiras 4 semanas de nascimento em virtude desta malformação congênita. Objetivou-se discutir sobre o papel do enfermeiro na assistência a crianças e recém-nascidos que possuem malformações congênitas do tubo neural. Realizou-se um estudo de revisão integrativa da literatura. Analisou-se no período de fevereiro a maio de 2023, 12 artigos retirados das bases de dados Lilacs, SciELO e BDENF. Após a análise dos dados elaborou-se três categorias temáticas: 1) Crianças e recém-nascidos com malformações congênitas no contexto familiar, 2) Capacitação do enfermeiro no processo assistencial a recém-nascidos que possuem malformações congênitas do tubo neural, 3) Assistência do enfermeiro a crianças com malformações orofaciais. Foram incluídos estudos disponíveis na íntegra, online, publicados entre 2019 a 2023, sendo eles, nas línguas, português, inglês e espanhol. A busca inicial resultou em 136 artigos, dos quais 12 obedeceram aos critérios de inclusão deste estudo. Verificou-se que o pré-natal é o principal ponto de partida para o diagnóstico de diversas malformações congênitas. O enfermeiro pode contribuir com aconselhamento educacional, apoio emocional e visitas domiciliares após o diagnóstico destas malformações. Para tanto, os enfermeiros que atuam na assistência hospitalar devem estar devidamente capacitados para prestar assistência de qualidade às crianças e promover apoio à família a fim de melhorar a qualidade de vida tanto no contexto do cuidado, quanto na vida social e familiar.

Palavras-chave: Malformações Congênitas; Crianças; Recém-nascido; Assistência a Enfermagem.

INTRODUÇÃO

A definição de malformação congênita pela Organização Mundial da Saúde (OMS) compreende um conjunto de anomalias no desenvolvimento embriofetal, podendo ser identificadas durante o pré-natal, ou após o nascimento (OMS, 2014, p.28). Dentre as malformações congênitas do tubo neural as mais frequentes são: espinha bífida, anencefalia, mielomeningocele, fissuras orofaciais, entre outros (AGUIAR *et al.*, 2003). No Brasil atualmente, podem se encontrar cirurgias pediátricas para a reparação e correção de fissuras orofaciais que são aberturas ou fendas no céu da boca e nos lábios (SANTOS *et al.*, 2021). A

anencefalia é uma malformação neurológica fetal fatal. Essa deformidade é responsável por 40% dos defeitos do tubo neural (WANJARI *et al.*, 2022). Já nos casos da espinha bífida, esta ocupa lugar de maior relevância nas causas de mortalidade por malformações congênitas atualmente no Brasil (AGUIAR *et al.*, 2003). A mielomeningocele é uma forma grave de espinha bífida na qual a medula espinhal e os nervos crescem fora do corpo e estão contidos em sacos cheios de líquido que são visíveis fora da área das costas (ASHNA, 2022). Crianças com malformações congênitas devem receber atenção integral nos serviços de saúde. Portanto, é fundamental proporcionar às crianças e suas famílias condições adequadas desde o diagnóstico até o tratamento (PEREIRA *et al.*, 2021). Além disso, a capacitação do enfermeiro é de extrema importância para ampliar o conhecimento da área do cuidado, possibilitando o desejo dos enfermeiros de realizar novas pesquisas sobre este tema. Neste sentido, esta pesquisa objetivou discutir sobre a atuação do enfermeiro na assistência a crianças e recém-nascidos com malformações congênitas do tubo neural.

METODOLOGIA

Tratou-se de uma revisão integrativa da literatura. As bases de dados foram: Lilacs (BVS), SciELO e BDENF por meio de estudos publicados nos últimos 05 (cinco) anos, os descritores utilizados para escolha dos artigos, visando a composição da pesquisa foram: “Malformações Congênitas”; “Crianças” e “Assistência de Enfermagem”. Os critérios de inclusão foram estudos publicados em português, inglês e espanhol nos últimos cinco anos, filtrados entre 2019 e 2023, referentes ao tema deste estudo e seus objetivos Na SciELO 05 (Cinco) estudos compuseram a amostra, na BDENF foram incluídos 03 (três) artigos e no Lilacs foram escolhidos 07 (sete) estudos após aplicação dos filtros. Em relação às questões éticas e metodológicas, todos os autores utilizados na descrição do texto estão de acordo com a Norma Regulamentadora Brasileira 6023/2018 (ABNT, 2018) Associação Brasileira de Normas Técnicas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos doze artigos que compuseram esta revisão, sete foram pesquisas com seres humanos e cinco revisões integrativas. Quanto aos estudos com seres humanos, a maior amostra contou com 1.132.904 participantes e a menor com 17 participantes. Em relação aos estudos de revisão integrativa, a maior amostra contou com 41 artigos e a menor com 10 artigos. Em relação ao tipo de estudo, verificou-se que foram incluídos 4 artigos de revisão integrativa; 1 artigo transversal; 2 estudos observacionais descritivo e retrospectivo; 1 artigo qualitativo exploratório e descritivo; 1 estudo ecológico; 1 artigo de revisão literária; 1 estudo descritivo, de abordagem qualitativa e 1 estudo descritivo, de abordagem quantitativa. Além disso foram elaboradas três categorias: 1) Crianças e recém-nascidos com malformações congênitas no contexto familiar: A categoria 1 diz respeito a crianças e recém-nascidos com malformações congênitas do tubo neural no ambiente doméstico. Lidar com esta situação é um desafio para muitas famílias, o que pode gerar preocupação e necessidades de cuidados especiais. Dependendo da gravidade da condição, as malformações congênitas podem afetar a vida das crianças e de suas famílias de maneiras diferentes. Crianças com malformações congênitas podem exigir tratamento intensivo, expectativa de vida reduzida ou cuidados de longo prazo. Os enfermeiros precisam aproveitar todas as oportunidades para manter as linhas de comunicação abertas com os pais e auxiliá-los durante todo o processo, desde o diagnóstico inicial até as informações educacionais básicas e, finalmente, as necessidades e preocupações futuras da criança (BRITO *et al.*, 2019). E alertar aos pais que a interação social é fundamental para o desenvolvimento de uma criança. A falta de interação pode prejudicar as

relações sociais em crianças com malformações congênitas devido à falta de estímulo adequado para seu desenvolvimento (SCHÖNARDIE *et al.*, 2021). 2) Capacitação do enfermeiro no processo assistencial a crianças que possuem malformações congênitas do tubo neural: A categoria 2 abrange aspectos relacionados à importância da capacitação do enfermeiro no atendimento a crianças com defeitos do tubo neural. Essas malformações afetam a formação do cérebro e da medula espinhal e podem levar a muitas complicações. 3) Assistência do enfermeiro a crianças com malformações orofaciais: A categoria 3 aborda a importância de cuidar de crianças com anomalias orofaciais, que incluem várias condições congênitas que afetam a boca, lábios, língua e palato. Essas deformidades podem causar dificuldade para comer, falar e respirar, além de afetar a autoestima e a qualidade de vida do paciente. Portanto é necessário que o enfermeiro que atua neste setor hospitalar deve sempre estar se aprimorando para suprir uma assistência de qualidade visando um melhor desenvolvimento clínico da criança e dando suporte aos pais no processo pós-operatório ofertando todas as orientações necessárias.

CONCLUSÕES

A assistência do enfermeiro a crianças e recém-nascidos com defeitos do tubo neural é fundamental, visto que recém-nascidos e crianças que se encontram nessas situações podem ter um impacto significativo em sua saúde e qualidade de vida. A revisão abrangente realizada neste estudo permitiu a compilação e análise de vários estudos que tratam desse tema. Pode-se analisar e verificar que o enfermeiro tem papel fundamental no tratamento e acompanhamento desses pacientes, além de fornecer informações e suporte emocional aos familiares. Para tanto, é importante que o enfermeiro possua conhecimentos e habilidades especializadas para lidar com as especificidades e necessidades dessas crianças e recém-nascidos. Diante disso, ressalta-se a importância da formação acadêmica e da constante atualização sobre o tema para que o enfermeiro possa garantir uma assistência humanizada e de qualidade a essas crianças e recém-nascidos. A aplicação de diretrizes e protocolos voltados para o atendimento de qualidade e eficaz também é fundamental para o sucesso das intervenções implementadas em ambientes hospitalares. Por fim, este estudo destaca a importância do enfermeiro no cuidar das crianças e recém-nascidos com malformações congênitas do tubo neural e enfatiza a necessidade de cuidados multidisciplinares e integrados para proporcionar melhores resultados.

REFERÊNCIAS

- ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023/ 18, p. 66, 2018. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/40070/1837975/ABNT+NBR+6023+2018+%281%29.pdf/3021f721-5be8-4e6d-951b-fa354dc490ed>. Acesso em: 12 mar. 2023.
- AGUIAR, Marcos José Burle *et al.* Defeitos de fechamento do tubo neural e fatores associados em recém-nascidos vivos e natimortos. **Jornal de Pediatria**, v. 79, n. 2, p. 129-134, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0021-75572003000200007>. Acesso em: 14 abr. 2023.
- ASHNA, Ranjana Sharma. Myelomeningocele, a congenital defect with severe form of spina bifida: a rare clinical image. **Pan Afr Med J** ; 42: 281, 2022. Article in English | MEDLINE | ID: mdl-36405667. Disponível em: <https://doi.org/10.11604/pamj.2022.42.281.36395>. Acesso em: 17 mar. 2023.

BRITO, Ana Paula Moreira et al. Enfermagem no contexto familiar na prevenção de anomalias congênitas: revisão integrativa, 2018. **Journal of Health & Biological Sciences**. Disponível em: DOI: <http://dx.doi.org/10.12662/2317-3076jhbs.v7i1.2202.p64-74.2019>. Acesso em: 17 mar. 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Centers for Disease Control and Prevention, International Clearinghouse for Birth Defects Surveillance and Research. Vigilância de anomalias congênitas: manual para gestores de programas. Genebra: OMS, 2014.

PEREIRA, Jessyca Adriana et al. Atuação da enfermagem no planejamento da assistência ao recém-nascido com anomalias congênitas (2021). **Nursing**, São Paulo, v.24, n.283, p. 6622–6631. Disponível em: <https://doi.org/10.36489/nursing.2021v24i283p6622-6631>. Acesso em: 17 mar. 2023.

ABUSO SEXUAL INFANTO-JUVENIL INTRAFAMILIAR: CONDUÇÃO DO ENFERMEIRO FRENTE À EDUCAÇÃO EM SAÚDE

Anna Júlia Mota de Oliveira¹, Waline Lara Vital Lopes² (Alunas do Curso de Enfermagem da UniJaguaripe, e-mail: anna.oliveira@fvj.br/waline.lopes@fvj.br), Sabrina Silva dos Santos², Orientadora - Docente do curso de Enfermagem da Unijaguaripe, Mestre em Enfermagem pela UNILAB-CE, residência em Saúde da Família e Comunidade - UFC/CE, Doutoranda em Saúde Pública - UFC/CE, e-mail: sabrinasilva.santos@fvj.br.

RESUMO

A violência sexual é considerada uma violação aos direitos humanos e também um problema de saúde pública pela Organização Mundial da Saúde. Diante ao preocupante índice de aumento dos casos, com ênfase no meio intrafamiliar, onde o abusador trata-se de parentela ou alguém do convívio da vítima, é necessário abordar a integralidade e a assistência do Enfermeiro perante à essas ocorrências. O objetivo é analisar com base na literatura científica a assistência de enfermagem às vítimas de violência sexual incluindo medidas de prevenção e tratamento. Realizou-se um estudo de revisão integrativa, em bancos de dados disponíveis, entre os anos de 2012 a 2023 que mencione a importância do papel do enfermeiro voltado às vítimas de abuso sexual menores de idade. Em decorrência a essas violências, nota-se que o enfermeiro atua em três níveis (primário, secundário e terciário), enfatizando sua atuação em diversos setores da saúde, e assim, ao receber um caso de violência, mesmo sabendo da importância da notificação passam esse papel para outros profissionais, se omitindo daquela situação, tornando um problema de saúde pública. É essencial que o enfermeiro esteja preparado para reconhecer os sinais e sintomas do abuso sexual, acolher e escutar as vítimas, orientar sobre os procedimentos legais e de saúde necessários, além de desenvolver ações preventivas e de promoção da saúde, visando prevenir a ocorrência de novos casos.

Palavras-chave: Abuso sexual infanto-juvenil; Maus tratos; Enfermagem.

INTRODUÇÃO

A Violência Sexual pode ser compreendida como uma violação aos direitos humanos, onde acontece em todas as classes sociais, sem ter em conta, gênero, raça e etnia. (ECA, 1990) O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) define como adolescente a faixa etária dos 12 aos 18 anos (ECA, 1990). O abusador ou agressor tem por intenção estimular a criança sexualmente ou utilizá-la para obter satisfação sexual. Essas práticas eróticas ou sexuais são impostas às crianças pela violência física, ameaças ou introduções de sua vontade. (DESLANDES, 1994).A violência sexual é considerada um problema de saúde pública

complexo e grave, principalmente quando são casos no meio intrafamiliar, onde na maioria das ocorrências a vítima se trata de uma criança ou adolescente e que sem o apoio devido, poderá ser submetida à danos traumáticos irreversíveis. O abuso sexual contra crianças e adolescentes percorre desde a associação carnal até o ato libidinoso com o intuito de sentir prazer. (BRASIL, 1940). De acordo com um relatório publicado em novembro de 2017 pela United Nations International Children's Emergency Fund (UNICEF), aproximadamente 15 milhões de adolescentes no mundo todo, já afirmaram terem sido forçadas a praticar relações sexuais ao longo da vida (UNICEF, 2017). Os profissionais do Sistema Único de Saúde-SUS estão diretamente e diariamente ligados à população e à famílias, por esse motivo é mais corriqueiro para ele atender pacientes com tais características de vítima de violência sexual intrafamiliar. É dever do profissional de saúde notificar e não se omitir diante a esses casos (CONCEIÇÃO et al., 2020). Segundo dados atualizados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a porcentagem média de relação da vítima e abusador é de 82,5% conhecidos e somente 17,5% desconhecidos. Já em relação à raça da vítima, é de 49,7% de meninas brancas, logo após, 49,4% negras e indígenas por último com 0,4% (FBSP, 2022). A pesquisa mostrou que, devido à alta demanda, faz-se necessário a formação de enfermeiros peritos aptos a atuar no contato direto com as vítimas de abuso, não apenas na coleta de informações como na parte jurídica, formando a cadeia de custódia e contribuindo para evitar a subnotificação de violência e seus indicadores, auxiliando também na identificação dos agressores (SOUZA et al., 2022).

METODOLOGIA

Tratou-se de uma revisão integrativa da literatura. As bases de dados foram: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Electronic Library Online (SCIELO). Por fontes de dados eletrônicos do Sistema Online de Busca., os descritores utilizados para escolha dos artigos, visando a composição da pesquisa foram: “Abuso sexual infanto-juvenil”, “Maus tratos” e “Enfermagem”. Os critérios de inclusão foram baseados em estudos ou artigos que exprimem o papel do enfermeiro mediante à vítima de abuso sexual, sendo ela menor de idade, em ambiente intrafamiliar. Utilizamos os operadores Booleanos: AND e AND NOT. Os dados foram organizados a partir do passo a passo do processo de: a) Leitura rápida e exploratória de todo material selecionado; b) Leitura seletiva, mais aprofundada nas partes que realmente interessam a esta pesquisa; c) Registro das informações extraídas das fontes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra se deu a partir da síntese de quadros, distribuídos em percentual. No primeiro quadro, deu de acordo com país de publicação, tipo de estudo e ano de publicação, resultando em 05 qualitativos e 01 quantitativo, 83,3% e 16,6% respectivamente. No segundo quadro, apresenta-se os objetivos destacados a partir da análise dos artigos. No terceiro quadro, apresenta-se os principais resultados dos artigos relativamente ao Abuso sexual infanto-juvenil intrafamiliar. Com a análise dos quadros, permitiu-nos explorar acerca da condução do enfermeiro frente à educação em saúde, compreendendo as fragilidades e potencialidades na prevenção à violência infanto-juvenil, trazendo importantes reflexões e possibilidades para uma atuação efetiva nesse cenário de atenção à saúde. O paciente é atendido por toda uma equipe multidisciplinar, de acordo com as suas necessidades, mas, é o profissional de enfermagem a sua porta de entrada, é por ele que o paciente é atendido inicialmente, logo, o dever de identificar que aquele jovem foi vítima de abuso sexual e notificar, é do enfermeiro. A falta de educação em saúde se torna um dos maiores desafios,

levando à baixas taxas de notificações, logo, outras barreiras também são encontradas, como a falta de consonância, sobre o que é visto como abuso sexual, ou não ter certeza sobre os sintomas observados (Goodridge, Shonette Stacy Crystal, 2021). Por conseguinte, é de suma importância conhecer os entraves para identificar e denunciar os abusos, para que aquela vítima possa receber um tratamento adequado. Os números de casos identificados, é satisfatório. Os enfermeiros são os profissionais que mais detectam, tanto nas UBS como na ESF. Constatou-se a partir da pesquisa, em relação a atuação do profissional enfermeiro na notificação da violência sexual contra crianças e adolescentes, que os mesmos, afirmaram nunca terem realizado tal registro durante toda a carreira profissional, e os que fizeram, referem um número menor que 4 casos notificados. Destaca-se também a necessidade de uma implantação do tema violência, circundando à todos os tipos, na graduação desses profissionais, assim como capacitações e treinamentos (MARQUES et al., 2021). Segundo o estudo de Miller, esses homens entrevistados tiveram seu crescimento vital grandemente comprometido. Menciona ainda, que muitas pessoas reproduzem as atrocidades que viveram como vítimas, por não conseguir lidar ou superar de forma consciente, os traumas de infância (MILLER,1997). Todos os artigos analisados expõem a mesma narrativa, sobre a infância ser um período importante e crítico quanto ao psicológico. O que se vive durante esse momento tão delicado, perpetua durante toda a vida, e a forma como o indivíduo irá preponderar os traumas que sofreu, é que irá torná-lo um adulto do bem ou não.

CONCLUSÕES

O papel do enfermeiro é fundamental na condução da educação em saúde, tanto para as vítimas quanto para suas famílias e para a sociedade em geral. É essencial que o enfermeiro esteja preparado para reconhecer os sinais e sintomas do abuso sexual, acolher e escutar as vítimas, orientar sobre os procedimentos legais e de saúde necessários, além de desenvolver ações preventivas e de promoção da saúde, visando prevenir a ocorrência de novos casos. Para tanto, é fundamental desenvolver mais meios educativos profissionais que capacitem o enfermeiro para atuar nessa área, e que saibam como agir em prol que haja a denúncia. É necessário a realização de pesquisas e estudos para aprofundar o conhecimento sobre o tema e desenvolver estratégias eficazes de prevenção e enfrentamento do abuso sexual infanto-juvenil intrafamiliar. Por fim, essa insegurança e esse despreparo dos profissionais de enfermagem, perpassam desde as dificuldades de identificar os casos, fazer as denúncias aos órgãos competentes e o acompanhamento da vítima e suas famílias. Havendo uma grande relevância dessa temática desafiadora para os profissionais, com o intuito de melhorar os resultados de prevenções e tratamentos, cada criança merece viver sem violência e é de responsabilidade dos responsáveis pela criação de políticas públicas promover essa mudança.

REFERÊNCIAS

- ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023/ 18, p. 66, 2018. Disponível em:
<https://www.ufpe.br/documents/40070/1837975/ABNT+NBR+6023+2018+%281%29.pdf/3021f721-5be8-4e6d-951b-fa354dc490ed>. Acesso em: 12 mar. 2023.
- CONCEIÇÃO, Marimeire Morais da et al. Gestação secundária   violência sexual infantojuvenil: percepções de profissionais de saúde. **Enferm Foco.**, v. 12, n. 4, p. 667-674, 2021. Disponível em:
https://enfermfoco.org/wp-content/uploads/articles_xml/2357-707X-enfoco-12-04-0667/2357-707X-enfoco-12-04-0667.pdf. Acesso em: 18 de set. 2022.

DESLANDES, Suely F. Atenção a crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica: análise de um serviço. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 10, p. S177-S187, 1994. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/t7HjQpTPVJr3p5JTqVsgSKM/abstract/?lang=pt>. Acessado em: 06 de abri. 2023.

DE SOUZA, Maria Karísya Silva Temóteo et al. **Enfermagem forense: atendimento às vítimas de abuso e violência sexual**. Disponível em: https://www.interdisciplinaremsaude.com.br/Volume_30/Trabalho_81_2022.pdf. Acessado em: 22 de mai. 2023.

BOHNENBERGER, Marina; BUENO, Samira. Os registros de violência sexual durante a pandemia de covid-19. **FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública, São Paulo, ano**, v. 15, p. 230-255, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/7-os-registros-de-violencia-sexual-durante-a-pandemia-de-covid-19.pdf>. Acesso em: 14 de abri. 2023.

Farmácia

COSMECÊUTICA E FARMÁCIA MAGISTRAL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA SOBRE O USO DE DERMOCOSMÉTICOS NO BRASIL

Chayanna Mayara Oliveira Martins¹ (Aluna do Curso de Farmácia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail chayanna.martins@fvj.br), José Damião da Silva Filho² (Professor Me. do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: damião.silva@fvj.br)

RESUMO

A pele é o órgão do corpo humano mais exposto aos desgastes causados pelos fatores externos presentes no dia a dia e pelo desgaste natural do tempo, deixando visíveis os sinais de envelhecimento. Com a maior expectativa de vida e cobranças por padrões estéticos ocorre a busca por prevenir e combater esse envelhecimento, recorrendo a tratamentos em clínicas e produtos que tragam benefícios nesse intuito, além de soluções para outras desordens estéticas. Frente a isso, a indústria farmacêutica surge através da cosmecêutica trazendo soluções com o desenvolvimento de dermocosméticos que, no Brasil, é considerado cosmético grau 2 e requer cumprir alguns requisitos para comercialização. Nesse contexto, é relevante conhecer o uso dos dermocosméticos, bem como o papel do farmacêutico nesse âmbito. Para isso, foi realizada uma revisão integrativa trazendo formulações dermocosméticas, objetivando conhecer os ativos e aplicações. Os estudos selecionados mostraram a importância dos dermocosméticos, bem como da atuação do farmacêutico desde a manipulação até a identificação do ativo correto para a necessidade do paciente, na orientação de uso e avaliação de efeitos adversos.

Palavras-chave: cosmecêuticos; cosméticos; controle de qualidade; pele.

INTRODUÇÃO

A pele é o órgão do corpo humano mais exposto aos desgastes causados pelos fatores externos, bem como pelo desgaste natural do tempo, deixando visíveis os sinais de envelhecimento. Com a maior expectativa de vida, e a crescente busca por combater essas desordens, medidas preventivas estão sendo buscadas mais precocemente, visto que, algumas desordens estéticas afetam o indivíduo funcional e psicologicamente (SALVADOR; CECHINEL-ZANCHETT, 2019). Frente a isso a indústria farmacêutica surge de modo a inovar com a criação e desenvolvimento de produtos que venham a suprir a necessidade dos consumidores no âmbito da beleza e da saúde da pele, criando os dermocosméticos que, segundo a Resolução RDC nº 07 de 10 de fevereiro de 2015, são cosméticos grau 2, os quais necessitam de testes e pesquisas para atestar sua eficácia. Entretanto órgãos como a *Food and Drugs Administration* (FDA), nos Estados Unidos e a ANVISA, no Brasil, não reconhecem o termo dermocosmético para designar esses produtos (BORGES, 2018). Nesse sentido, o proposto geral deste trabalho é mostrar diferentes aplicações dermocosméticas com seus benefícios, nos quais o farmacêutico tem seu papel no desenvolvimento, controle de qualidade e de eficácia e nas orientações sobre o uso de dermocosméticos em farmácias de manipulação, de maneira a apresentar matérias-primas utilizadas como ativos em cosmecêuticos. Isso será abordado através de revisão integrativa, com análise de estudos publicados.

METODOLOGIA

O estudo teve como metodologia a revisão integrativa, que consiste na análise ampla de estudos publicados, buscando compreender de forma geral os cosmecêuticos, e respondendo a questão norteadora: “Em que se aplica o uso de dermocosméticos?”. O levantamento dos artigos científicos foi realizado em bases de dados eletrônicas: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS); Literatura Latino Americana e do Caribe (Lilacs) e na biblioteca Scientific Electronic Library Online (SciELO). Para o levantamento foram utilizados os

Descritores em Ciências da Saúde: cosmeceuticos; cosméticos; controle de qualidade; pele. Aplicou-se filtros para selecionar materiais com texto completo, em português, entre os anos de 2010 e 2023. Na etapa de seleção foram adotados os seguintes critérios para inclusão: artigo na íntegra, com a versão online gratuita e produções nacionais. Foram excluídos da amostra: editoriais; cartas ao editor; teses; dissertações; artigos que não atendem ao objetivo de estudo proposto; artigos com método de revisão bibliográfica, além das publicações duplicadas. As publicações foram avaliadas e lidas, sendo selecionadas as que satisfazem à questão norteadora. Os dados foram analisados e discutidos.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O processo de busca e seleção de materiais foi realizado aplicando os critérios de inclusão e exclusão. Assim, foram selecionados 9 artigos para abordar a questão norteadora. Os estudos trazem alguns exemplos de inúmeros dermocosméticos existentes e que estão sendo constantemente desenvolvidos para suprir demandas do mercado consumidor. Inicialmente, temos a água termal que é utilizada tanto *in natura* quanto com outros ativos, coadjuvante na hidratação da pele. Além do tratamento do envelhecimento cutâneo, ela pode contribuir em tratamentos de problemas como acne, rosácea e em outras dermatoses inflamatórias (SEGURA, et al, 2010). Considerando efeitos após tratamentos, como descamação e irritação na pele, são indicados produtos com ação hidratante. Nesse intuito, uma combinação de ativos é o complexo ERC-5, composto por PCA sódico, pantenol, dimeticone, ciclopentasiloxane e manteiga de karité em emulsão, tendo ação hidratante e reparadora de barreira cutânea (SCHALKA, 2013). Temos, ainda, os desenvolvidos visando a renovação celular, prevenindo envelhecimento e reduzindo efeitos causados pelos raios solares. Os fatores de crescimento e análogos são naturalmente sintetizados e liberados pelas células, e sua reposição regula mecanismos de defesa, renovando a pele. Isso desacelera o envelhecimento, agindo no controle de uma variedade de distúrbios cutâneos, sendo capaz de reparar danos pela ação de radicais livres, como os gerados pela radiação ultravioleta (DIEAMANT, 2012). Já a combinação entre retinaldeído, ácido glicólico e nicotinamida, também diminui os efeitos do fotoenvelhecimento, sendo que o primeiro tem ação inibidora de atividades de enzimas que rompem o colágeno; o segundo tem a capacidade de melhorar penetração de outros agentes reduzindo o aspecto hiperqueratótico da pele fotoenvelhecida; e o último, tem ação antioxidante, imunomoduladora e anti-inflamatória (SCHALKA, et al, 2012). O ácido glicólico participa da renovação celular, penetrando facilmente na pele, sendo utilizado em dermocosméticos antirrugas e esfoliantes químicos, pois proporciona emoliência e suavidade. Também indicado para tratamento de acne, envelhecimento cutâneo, melasma, verrugas e outros (CENTURIÃO, et al, 2021). Um ativo bem conhecido é o ácido hialurônico, que reduz linhas de expressão, principalmente relacionadas à perda de água, atuando na formação de novos capilares sanguíneos e fibroblastos; com efeito antioxidante, sequestrando radicais livres. O estudo de Rocco, et al (2022), traz esse ácido como creme-gel, adequado para peles oleosas ou com acne, sendo comumente manipuladas em farmácias. Os dermocosméticos mencionados, em geral trazem como orientação o uso associado ao protetor solar, sendo o produto mais indicado para proteção da radiação ultravioleta, além de ser eficaz na prevenção de câncer de pele. Dessa forma, os protetores devem ter orientações de uso em seus rótulos, para que seja utilizado corretamente garantindo a proteção (SANTOS, 2018). O protetor solar é indispensável também para quem tem patologias como o melasma. Para esses pacientes são buscadas formulações dermocosméticas com menos efeitos adversos. Foi testada uma formulação combinando ácido hidroxifenoxi propiônico, extrato de levedura, ácido elágico e ácido salicílico, comprovando eficácia na diminuição da intensidade das manchas e boa tolerabilidade em pacientes com melasma (AYRES, et al, 2016). Outra patologia que afeta muitas pessoas é a queda capilar, sendo desenvolvidos produtos como xampu esfoliante, que utilizou *Capsicum frutescens L.*, conhecida como pimenta-malagueta. Sua ação melhora a circulação, tratando a queda simples e melhorando o brilho do cabelo (SCACHETI, et al, 2011). De maneira geral, os ativos explorados nos estudos trouxeram eficácia e melhorias ao que cada um se destinou, mostrando propriedades desses ativos que podem ser aproveitadas ainda em outras formulações. Os estudos destacaram a importância dos testes de eficácia e qualidade. Destaca-se, ainda, a importância do papel do farmacêutico no desenvolvimento e orientações dos dermocosméticos, principalmente nas

farmácias magistrais. Assim, foi possível constatar a ampla aplicação da cosmeceutica e o desenvolvimento crescente de produtos dermocosméticos que trazem os mais diversos ativos, e, conseqüentemente, benefícios em várias áreas.

REFERÊNCIAS

- AYRES, E. L.; COSTA, A.; JORGE, A. C. F.; GONÇALVES JÚNIOR, J. E.; SZRABJMAN, M.; SANT'ANNA, B. Estudo monocêntrico, prospectivo para avaliar a eficácia e a tolerabilidade de formulação cosmeceutica em pacientes com melasma. **Surg Cosmet Dermatol**, São Paulo, v. 8, n. 3, p. 232-40, 2016. Disponível em: https://docs.bvsalud.org/biblioref/2017/11/875037/2016_232.pdf. Acesso em: 10 abr. 2023.
- BORGES, F. G. **Avaliação do comportamento do consumidor frente ao consumo de Dermocosméticos em Araxá-MG**. 2018. Trabalho de conclusão de curso (Curso de Farmácia), Universidade de Uberaba, Uberaba – MG, 2018. Disponível em: <http://dspace.uniube.br:8080/jspui/handle/123456789/730>. Acesso em: 15 mai. 2023.
- DIEAMANT, G.; COSTA, A.; BECHELLI, L.; TIBÉRIO, J.; PEREIRA, C. Avaliação in vitro do perfil de segurança de cosmeceuticos contendo fatores de crescimento e seus análogos. **Surg Cosmet Dermatol**, São Paulo, v. 4, n. 3, p. 229-36, 2012. Disponível em: https://docs.bvsalud.org/biblioref/2017/08/847592/2012_229.pdf. Acesso em 13 abr 2023.
- SALVADOR, M. M. G.; CECHINEL-ZANCHETT, C. C. Nutricosméticos em desordens estéticas: foco na acne e envelhecimento cutâneo. **Arch Health Invest**, Porto Alegre-RS, v. 8, n. 12, p. 853-860, 2019. Disponível em: <https://www.archhealthinvestigation.com.br/ArcHI/article/view/4662/pdf>. Acesso em: 06 mai 2023.
- SCHALKA, S.; AGELUNE, C. M.; NOGUEIRA, A. T.; ABREU, F. F. Estudo comparativo e randomizado para avaliação de dermocosmético contendo um complexo reparador de barreira nos cuidados da pele após tratamento cosmiático. **Surg Cosmet Dermatol**, São Paulo, v. 5, n. 4, p. 337-343, 2013. Disponível em: https://docs.bvsalud.org/biblioref/2016/08/1076/2013_337.pdf. Acesso em: 10 abr 2023

AUTOMEDICAÇÃO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Fernando Maia Pereira Filho¹ (Aluno do Curso de Graduação em Farmácia do Centro Universitário do Jaguaribe. E-mail: Fernando.pereira@fvj.br), Francisco Wanderley Lima da Silva² (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe)

RESUMO

O ato de tomar remédios por conta própria, sem orientação ou prescrição médica, chamam-se automedicação. De acordo com estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o hábito da automedicação não é só uma cultura, é uma prática bastante difundida não apenas no Brasil, mas também em outros países. A automedicação, é uma prática muito comum, vivenciada por civilizações de todos os tempos. Assim o objetivo geral da pesquisa foi investigar a ocorrência da automedicação, riscos inerentes ao uso irracional e suas motivações. O trabalho será produzido através de uma revisão integrativa, feita com base em pesquisas realizadas e publicadas entre os anos de 2015 a 2021 sobre os cuidados com a automedicação destacando o uso irracional de medicamentos. Foram incluídos 13 artigos na amostra final, os quais apresentaram o fator de risco para a automedicação. Os resultados obtidos na presente revisão integrativa demonstram que a prática da automedicação pode ser ocasionada por inúmeras razões, baseado no conjunto de achados. A falta de conhecimento da população aos princípios da farmacologia e as particularidades dos medicamentos na qual são utilizados pode resultar em sérios riscos à saúde. Com o levantamento de trabalhos selecionados foi perceptível que a automedicação pode ser considerada um problema de saúde pública, pois pode inferir em uma diversidade de impasses a saúde do indivíduo.

Palavras-chaves: Automedicação; Saúde; Riscos.

1 INTRODUÇÃO

O ato de tomar remédios por conta própria, sem orientação ou prescrição médica, chamam-se automedicação. Essa ação ocorre na maioria das vezes como a maneira encontrada pelo indivíduo para solucionar ou buscar alívio imediato de alguns sintomas seguido de dor ou desconforto, sem levar em consideração as consequências graves ou até mesmo letais que essa situação pode ocasionar (HORN, 2017). Segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA define automedicação quando existe o uso de medicamentos sob sua própria responsabilidade ou por indicação de pessoas não habilitadas para algum problema de saúde em geral não diagnosticado ou clinicamente identificado (COSTA, 2018). Alguns fatores podem ser considerados influenciadores para a população se automedicar como: a dificuldade de acesso aos serviços de saúde, tanto pelo tempo de espera por uma consulta, quanto pelo valor cobrado, a carecia da prescrição médica e a recomendação de medicamentos por terceiros (DOMINGUES, 2018). Porém o índice da utilização de medicamento sem prescrição médica no Brasil é um hábito comum dos brasileiros com estimativa de 77% da população em geral. O sexo feminino ganha destaque com um percentual de 53% mensalmente, na qual faz uso de medicamento por conta própria, tendo como principais influenciadores: familiares, amigos e vizinhos, a escolha de medicamentos usados sem prescrição chega a porcentagem de 25% (ARRAIS, 2019). Então a pesquisa em estudo busca reunir evidências e enfatizar sobre os fatores de risco que a automedicação causa, além de explanar novas posturas multiprofissionais em virtude de reduzir esse consumo medicamentoso pela população mundial sem acompanhamento médico.

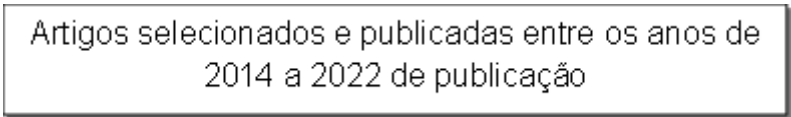
2 REFERENCIAL TEÓRICO

A automedicação, é uma prática muito comum, vivenciada por civilizações de todos os tempos, essa habilidade pode ter iniciativa do doente, de seu familiar ou responsável e terceiros sensatos por adquirir, produzir e utilizar independente da via de administração um produto na qual acredita que lhe trará benefícios necessários para o tratamento da doença existente ou alívio ao desconforto. É a forma mais comum de cuidados pessoais e de resposta a sintomas (FERNANDES, 2019). O elevado consumo de medicamentos no cotidiano da população de um modo geral, pode vir a apresentar como consequência os frequentes problemas relacionados à farmacoterapia (reações adversas, interações, utilização errada, tratamento inadequado, etc.), ocorrendo maiores agravos diante aos processos patológicos e/ou as mudanças fisiológicas próprias de cada faixa etária (LIMA et al. 2022). Visto que a automedicação não acontece somente em pacientes que não conhecem a medicação ou adquire sem prescrição e/ou orientações médicas, o consumo abusivo de fármacos ganha espaço também quando o consumidor faz uso, e por conta própria aumenta a dosagem, altera horários visando que será a solução imediata para as enfermidades, a fim de não interromper as atividades cotidianas ou possibilitar um pronto retorno a elas (CINTRA, 2019). Então fica claro, a importância da vigília junto a existência da automedicação no intuito de instruir a população de um modo geral, repassando orientações sobre particularmente para quem faz uso simultâneo de medicamentos, vulnerabilidade a riscos, desconhecer a farmacodinâmica, etc (GUIMARÃES, 2021).

4 METODOLOGIA

O trabalho foi produzido através de uma revisão integrativa da literatura, feita com base em pesquisas realizadas e publicadas entre os anos de 2014 a 2022 sobre os cuidados com a automedicação destacando o uso irracional de medicamentos. Esse método de pesquisa proporciona a síntese de conhecimentos já existentes e a incorporação da aplicabilidade de resultados de estudos significativos na prática.

Figura 1- Fluxograma da seleção dos artigos conforme aplicação dos critérios de inclusão e exclusão



Artigos selecionados e publicadas entre os anos de 2014 a 2022 de publicação

Como critérios de inclusão foram avaliados: ser escrito no idioma português, artigos atualizados dos últimos dez anos, atender os objetivos propostos pela pesquisa. Quanto aos critérios de exclusão, foram excluídas as publicações que se encontravam fora do recorte temporal estabelecido no projeto, publicados em outros idiomas e que não correspondam aos objetivos propostos pela pesquisa. Para a seleção inicial das publicações, foi realizada a avaliação dos títulos e resumos. De forma independente, os estudos que atendiam aos critérios de inclusão na fase preliminar foram revisados pela autora. A rejeição inicial ocorreu quando o título ou resumo, ou ambos, não atendiam aos critérios de inclusão, finalizando com os artigos em texto completo e avaliados em relação à pertinência com a proposta de estudo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos na presente revisão integrativa demonstram que a prática da automedicação pode ser ocasionada por inúmeras razões, baseado no conjunto de achados, alguns fatores indicam que podem estar relacionados à faixa etária com mais predisposição,

ser portador de doenças crônicas, contextos sociais, econômicos e culturais, bem como, a presença e/ou relato de dor, como nos casos de enxaqueca, cefaleia, crises alérgicas, tensões musculares, entre outras, sintomas na qual pode ser adquirido a medicação no balcão das farmácias sem prescrição médica. Ainda seguindo a linha de raciocínio os autores Costa e Domingues (2018) salientam que merece atenção redobrada a mais um fator relacionado a alta taxa de automedicação, a relação da facilidade de compra e acesso aos medicamentos em farmácias municipais, além disso, as intensas doenças presentes no cotidiano nos últimos anos podem também somar como influenciadoras para a automedicação. Portanto é importante ressaltar como pauta discursiva que embora o material de pesquisa tenha atingido o objetivo proposto, este levantamento teve algumas limitações no que diz respeito ao ponto de vista do “usuário”, tipo, se os mesmos recebem orientações no ato da compra, ou recebimento público, dosagens, horários, riscos presentes caso o uso ocorra de forma indevida, foi observado que sempre os autores enfatizam a existência da automedicação e fatores que podem colaborar para essa ação. Dessa forma, seria interessante que levantamentos futuros utilizassem amostras representativas e métodos mais robustos que permitissem por meio do acompanhamento da população e uma análise de causalidade fosse utilizado, com o intuito de avaliar o comportamento e o conhecimento de forma individual e coletiva em relação a automedicação. Este trabalho abordou uma problemática importante no que se refere os achados que revelam e apresentam uma alta prevalência de automedicação, as vezes conscientes dos riscos e consequências outros totalmente leigos levados por indução de terceiros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se afirmar a necessidade em curto prazo de profissionais de saúde e equipes multidisciplinares que fortaleçam ações de educação em saúde sobre o uso de medicamentos, doses, tempo de ingestão, interações medicamentosas e efeitos adversos. Dessa forma, o presente trabalho abre caminhos para estudos futuros que definam estratégias relacionadas à promoção e importância do uso racional de medicamentos, sendo enfatizado que em todas as faixas etárias existe risco independente de apresentar ou não fatores predispostos e que levem a exercer a prática de automedicação. Concluindo a recomendação na busca por novos estudos que direcionem mais atenção aos problemas citados, que estão correlacionados a prática da automedicação, para que no futuro breve seja possível conhecer com maior exatidão os fatores de riscos e seus respectivos danos à saúde global evitando assim a persistência pelo ato de consumir.

REFERÊNCIAS

ARRAIS, PS, Fernandes ME, Pizzol TD, Ramos LR, Mengue SS, Luiza VL, Tavares NU, Farias MR, Oliveira MA, Bertoldi AD. Prevalência da automedicação no Brasil e fatores associados. **Rev Saúde Públ.** 50(supl2):13s. 2017.

BUZON, B. M. et al. Automedicação: um risco silencioso à saúde. **Revista Científica SMG**, v. 6, n. 2, 2018.

CINTRA, FA, Guariento ME, Miyasaki LA. Adesão medicamentosa em pacientes em seguimento ambulatorial. **Ciênc Saúde Colet.**;15(Supl 3):3507-15. 2019.

COSTA, CMFN, Silveira.MR, Acurcio, FA, Guerra Junior AA, Guibu IA, Costa KS, et al. Utilização de medicamento pelos usuários da atenção primária do Sistema Único de Saúde. *Rev Saúde Públ.*, 51(supl2):18s. 2019.

PREVALÊNCIA E O RISCO DO USO DE PREDNISOLONA DISPENSADOS EM UMA FARMÁCIA COMERCIAL DE ARACATI

Francisco Léo Ribeiro Rocha¹ (Aluno do Curso de Graduação em Farmácia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. E-mail: leo.rocha@fvj.br), Francisco Wanderlei Lima Silva² (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. E-mail: wanderlei.lima@fvj.br).

RESUMO

O córtex da glândula adrenal produz hormônios esteroides, entre eles destacamos os corticoides ou glicocorticoides, medicamentos que são produzidos a partir do cortisol que é derivado do colesterol e tem um rápido efeito anti-inflamatório. O objetivo geral do estudo foi analisar a quantidade de glicocorticoide em particular a prednisolona dispensados com e sem receita. Tratou-se de uma pesquisa de campo do tipo descritiva e observacional com uma abordagem quantitativa. O uso de corticoides tem se tornado bem frequente principalmente nos últimos anos devido ao agravamento de doenças respiratórias, tornando com que seu uso irracional cause um impacto negativo na própria saúde. Os resultados mostram que o farmacêutico tem uma importância indispensável a respeito da atenção farmacêutica, onde levamos informações importantes acerca da maneira correta de se consumir, e principalmente do perigo que o uso de forma prolongada desses medicamentos trazem.

Palavras-chaves: Corticoides, automedicação, farmacêutico.

INTRODUÇÃO

O córtex da glândula adrenal produz hormônios esteroides, entre eles destacamos os corticoides ou glicocorticoides eles são produzidos a partir do cortisol que é derivado do colesterol. Os Hormônios são secretados pela região cortical da glândula suprarrenal, que é formada por duas partes, a medula interna, que secreta catecolamina e o córtex externo que secreta os esteroides. O córtex é formado por zonas, possui uma camada externa sendo a zona glomerulosa que é responsável pela produção dos mineralocorticoides; a zona fasciculada que é a produtora de glicocorticoide e a zona reticular que tem como produto os percussores de andrógenos. Os principais esteroides da suprarrenal são os que possuem atividade de glicocorticoides e mineralocorticoides. (RANG; DALE, 2016).

Além dos efeitos anti-inflamatórios e imunossupressores desse medicamento serem excelentes, sabe-se que a utilização de corticosteroides pode levar a múltiplos efeitos colaterais, entre eles estrias, hipertricose, fácies cushingoide, obesidade, convulsões, pseudotumor cerebral, hipertensão arterial, maior propensão a infecções, tromboembolismo, pancreatite, osteocondrite, necrose avascular, osteoporose, alterações do crescimento e graus variados de insuficiência adrenal (DONATTI et al., 2011)

Nessa circunstância, o presente trabalho teve assim como objetivo analisar a quantidade de glicocorticoides, em particular a prednisolona, dispensados com e sem prescrição médica em uma farmácia comercial do município de Aracati-CE.

METODOLOGIA

Constituiu-se de uma análise do tipo descritivo e observacional com uma abordagem quantitativa. A pesquisa foi realizada em uma farmácia comercial do município de

Aracati-Ceará, que atende a toda população de modo geral, tendo como principal objetivo realizar uma boa prática da atenção farmacêutica contribuindo assim com uma boa promoção e manutenção da saúde.

O estudo foi composto por mulheres e homens com idade acima de 18 anos, que faziam ou fazem o uso do glicocorticoide.

Foram abordados 38 pacientes da Farmácia, destas, 35 participaram do estudo, 3 não desejaram participar da pesquisa ou não souberam responder o questionário de forma satisfatória e impossibilitando a interpretação, se enquadrando, portanto, nos critérios de exclusão.

Previamente foram apresentadas as informações do trabalho e na sequência foi feito um convite a participarem. Os pacientes que aceitaram participar do estudo assinaram o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) e logo após foram submetidas a resolução de um questionário específico em que ocorreu em um único momento, ou seja, em um único contato com o paciente.

O questionário foi composto por perguntas objetivas, elaborado pelo pesquisador, onde inicialmente eram respondidas perguntas sociodemográficas como: sexo, idade, renda familiar e em seguida as perguntas específicas sobre o tema abordado, tais como, qual profissional envolvido na indicação, qual a frequência do uso, se realiza a compra com ou sem prescrição, entre outras.

Depois de serem feitas as organizações dos dados, realizou-se a análise no Programa Excel©, da Microsoft Windows versão 2016, onde foram realizadas as tabulações, tendo os resultados exibidos através de tabelas e gráficos.

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética da Plataforma Brasil, atendendo as recomendações da Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que dispõe das diretrizes e normas da pesquisa em seres humanos, e outorgada com parecer de nº 3.791.165.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No estudo em que participaram 35 indivíduos, a quantidade de indivíduos do sexo feminino 29 (83%), foi consideravelmente maior que no sexo masculino 6 (17%). A busca por serviço de saúde é maior entre as mulheres, tendo efeito na maior prescrição e uso de medicamentos. Um inquérito em cinco farmácias comunitárias selecionadas aleatoriamente no norte da Itália observou que o sexo feminino é o mais frequente na compra de medicamentos e suplementos, principalmente após obter informações na internet (GOMES; SILVA; GALVÃO, 2017). Dentre esses, 23 (66%) relataram que seria para uso próprio, e 12 (34%) para outra pessoa, no qual, 12 (34%) declararam renda familiar de um salário mínimo, 8 (23%) dois salários mínimos, e 15 (43%) maior ou igual a três salários mínimos. Foi perceptível que essa renda equivalente à maior ou igual a três salários mínimos também é característica de maior prevalência no estudo entre as que adquiriram o medicamento, possivelmente podendo ser representado por pessoas que tenham mais facilidade de acesso a informação, dado esse podendo ser comprovado através da quantidade de pessoas 19 (54%) que declararam ter graduação em ensino superior, 15 (43%) ensino médio, e 1 (3%) ensino fundamental. Outro dado muito relevante que traz um impacto positivo na saúde e na terapêutica do paciente foi em relação à frequência de uso, onde 23 (66%) relataram fazer o uso apenas quando prescrito por um profissional, 7 (20%) usam sempre que tem alguma crise decorrente de uma inflamação ou alergia, e 5 (14%) usam raramente. Acrescido a isso notou-se que, 26 (74%) dessas dispensações foram com prescrição, 9 (26%) sem prescrição. O estudo também concretizou informações à cerca da faixa etária mais envolvida no consumo final do medicamento, sendo de 42 à 53 anos 8 (23%), de 0 à 10 anos 7 (20%), e de 30 à

41anos 6 (17%).O estudo também revela os profissionais envolvidos na prescrição ou indicação desse medicamento, sendo a maioria prescritos por médicos 26 (74%), indicados por farmacêuticos 5 (14%), e por enfermeiros 1 (3%). A prevalência dos Médicos nessa prescrição é garantida pela ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) através da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, assegurando que Art 2º Todos os medicamentos cujos grupos e indicações terapêuticas não estão descritos no GITE (Grupos e Indicações Terapêuticas Especificadas), são de venda sob prescrição apenas do médico (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2003). Dentre os entrevistados, apenas 3 (9%) declararam automedicar-se, onde o principal motivo dessa prática era a afirmação de que os outros medicamentos não faziam mais efeito. Esse resultado torna-se um ponto surpreendente de maneira positiva, visto que, o predomínio da automedicação na população brasileira foi de 16,1%; maior no sexo feminino, e com faixa etária entre 20-39 anos, em meio aos indivíduos que declararam ser de raça indígena e amarela, com nível de escolaridade igual ou maior que 12 anos de estudos, residentes da região nordeste (ARRAIS PSD, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo exposto, os resultados obtidos ressalva ainda mais o importante papel do profissional farmacêutico, buscando promover a conscientização dos pacientes acerca da automedicação e uso racional desses medicamentos, levando sempre informações relevantes para que na tentativa de tratar uma doença se evite o surgimento de outras decorrente do efeito do fármaco utilizado, sem desprezar a devida importância médica, os farmacêuticos são no âmbito da farmácia comercial o profissional mais apto a atuar nessa promoção do uso racional de medicamentos

REFERÊNCIAS

ARRAIS, Paulo Sérgio Dourado. et al. Prevalência da automedicação no Brasil e fatores associados. **Revista Saúde Pública** 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rsp/a/PNCVwkVMbZYwHvKN9b4ZxRh/?format=pdf&lang=pt>

DONATTI, Teresinha L. et al. **Os glicocorticoides e seus efeitos no crescimento e na mineralização óssea**. Rio de Janeiro, Fevereiro 2011. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/jped/a/3fBVx64L6KkdbbPVkjryHjF/#:~:text=Sabe%2Dse%20que%20a%20utiliza%C3%A7%C3%A3o,osteocondrite%2C%20necrose%20avascular%2C%20osteoporose%2C>

GOMES, Vanessa Pereira; SILVA, Marcus Tolentino; GALVÃO, Taís Freire. **Prevalência do consumo de medicamentos em adultos brasileiros: uma revisão sistemática**. Agosto, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/yhBWPdDJ8sh9Fz6ppCw6CBR/>

RANG, HP; DALE, M.M; RITTER, JM. **Farmacologia**. 8ª ed. Rio de Janeiro 2016.

Resolução - RDC nº 138, de 29 de maio de 2003. Disponível em:

https://www.cff.org.br/userfiles/33%20-%20BRASIL_%20MINIST%C3%89RIO%20DA%20SA%C3%9ADE%202003%20RDC_138_2003_ANVISA.pdf

PREVALÊNCIA E O RISCO DO USO DE PREDNISOLONA DISPENSADOS EM UMA FARMÁCIA COMERCIAL DE ARACATI

Francisco Léo Ribeiro Rocha¹ (Aluno do Curso de Graduação em Farmácia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. E-mail: leo.rocha@fvj.br), Francisco Wanderlei Lima Silva² (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. E-mail: wanderlei.lima@fvj.br).

RESUMO

O córtex da glândula adrenal produz hormônios esteroides, entre eles destacamos os corticoides ou glicocorticoides, medicamentos que são produzidos a partir do cortisol que é derivado do colesterol e tem um rápido efeito anti-inflamatório. O objetivo geral do estudo foi analisar a quantidade de glicocorticoide em particular a prednisolona dispensados com e sem receita. Tratou-se de uma pesquisa de campo do tipo descritiva e observacional com uma abordagem quantitativa. O uso de corticoides tem se tornado bem frequente principalmente nos últimos anos devido ao agravamento de doenças respiratórias, tornando com que seu uso irracional cause um impacto negativo na própria saúde. Os resultados mostram que o farmacêutico tem uma importância indispensável a respeito da atenção farmacêutica, onde levamos informações importantes acerca da maneira correta de se consumir, e principalmente do perigo que o uso de forma prolongada desses medicamentos trazem.

Palavras-chave: Corticoides, automedicação, farmacêutico.

INTRODUÇÃO

O córtex da glândula adrenal produz hormônios esteroides, entre eles destacamos os corticoides ou glicocorticoides eles são produzidos a partir do cortisol que é derivado do colesterol. Os Hormônios são secretados pela região cortical da glândula suprarrenal, que é formada por duas partes, a medula interna, que secreta catecolamina e o córtex externo que secreta os esteroides. O córtex é formado por zonas, possui uma camada externa sendo a zona glomerulosa que é responsável pela produção dos mineralocorticoides; a zona fasciculada que é a produtora de glicocorticoide e a zona reticular que tem como produto os precursores de andrógenos. Os principais esteroides da suprarrenal são os que possuem atividade de glicocorticoides e mineralocorticoides. (RANG; DALE, 2016).

Além dos efeitos anti-inflamatórios e imunossupressores desse medicamento serem excelentes, sabe-se que a utilização de corticosteroides pode levar a múltiplos efeitos colaterais, entre eles estrias, hipertricose, fácies cushingoide, obesidade, convulsões, pseudotumor cerebral, hipertensão arterial, maior propensão a infecções, tromboembolismo, pancreatite, osteocondrite, necrose avascular, osteoporose, alterações do crescimento e graus variados de insuficiência adrenal (DONATTI et al., 2011)

Nessa circunstância, o presente trabalho teve assim como objetivo analisar a quantidade de glicocorticoides, em particular a prednisolona, dispensados com e sem prescrição médica em uma farmácia comercial do município de Aracati-CE.

METODOLOGIA

Constituiu-se de uma análise do tipo descritivo e observacional com uma abordagem

quantitativa. A pesquisa foi realizada em uma farmácia comercial do município de Aracati-Ceará, que atende a toda população de modo geral, tendo como principal objetivo realizar uma boa prática da atenção farmacêutica contribuindo assim com uma boa promoção e manutenção da saúde.

O estudo foi composto por mulheres e homens com idade acima de 18 anos, que faziam ou fazem o uso do glicocorticoide.

Foram abordados 38 pacientes da Farmácia, destas, 35 participaram do estudo, 3 não desejaram participar da pesquisa ou não souberam responder o questionário de forma satisfatória e impossibilitando a interpretação, se enquadrando, portanto, nos critérios de exclusão.

Previamente foram apresentadas as informações do trabalho e na sequência foi feito um convite a participarem. Os pacientes que aceitaram participar do estudo assinaram o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) e logo após foram submetidas a resolução de um questionário específico em que ocorreu em um único momento, ou seja, em um único contato com o paciente.

O questionário foi composto por perguntas objetivas, elaborado pelo pesquisador, onde inicialmente eram respondidas perguntas sociodemográficas como: sexo, idade, renda familiar e em seguida as perguntas específicas sobre o tema abordado, tais como, qual profissional envolvido na indicação, qual a frequência do uso, se realiza a compra com ou sem prescrição, entre outras.

Depois de serem feitas as organizações dos dados, realizou-se a análise no Programa Excel©, da Microsoft Windows versão 2016, onde foram realizadas as tabulações, tendo os resultados exibidos através de tabelas e gráficos.

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética da Plataforma Brasil, atendendo as recomendações da Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que dispõe das diretrizes e normas da pesquisa em seres humanos, e outorgada com parecer de nº 3.791.165.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No estudo em que participaram 35 indivíduos, a quantidade de indivíduos do sexo feminino 29 (83%), foi consideravelmente maior que no sexo masculino 6 (17%). A busca por serviço de saúde é maior entre as mulheres, tendo efeito na maior prescrição e uso de medicamentos. Um inquérito em cinco farmácias comunitárias selecionadas aleatoriamente no norte da Itália observou que o sexo feminino é o mais frequente na compra de medicamentos e suplementos, principalmente após obter informações na internet (GOMES; SILVA; GALVÃO, 2017). Dentre esses, 23 (66%) relataram que seria para uso próprio, e 12 (34%) para outra pessoa, no qual, 12 (34%) declararam renda familiar de um salário mínimo, 8 (23%) dois salários mínimos, e 15 (43%) maior ou igual a três salários mínimos. Foi perceptível que essa renda equivalente à maior ou igual a três salários mínimos também é característica de maior prevalência no estudo entre as que adquiriram o medicamento, possivelmente podendo ser representado por pessoas que tenham mais facilidade de acesso a informação, dado esse podendo ser comprovado através da quantidade de pessoas 19 (54%) que declararam ter graduação em ensino superior, 15 (43%) ensino médio, e 1 (3%) ensino fundamental. Outro dado muito relevante que traz um impacto positivo na saúde e na terapêutica do paciente foi em relação à frequência de uso, onde 23 (66%) relataram fazer o uso apenas quando prescrito por um profissional, 7 (20%) usam sempre que tem alguma crise decorrente de uma inflamação ou alergia, e 5(14%) usam raramente. Acrescido a isso notou-se que, 26 (74%) dessas dispensações foram com prescrição, 9 (26%) sem prescrição. O estudo também concretizou informações à cerca da faixa etária mais envolvida no consumo

final do medicamento, sendo de 42 à 53 anos 8 (23%), de 0 à 10 anos 7 (20%), e de 30 à 41anos 6 (17%).O estudo também revela os profissionais envolvidos na prescrição ou indicação desse medicamento, sendo a maioria prescritos por médicos 26 (74%), indicados por farmacêuticos 5 (14%), e por enfermeiros 1 (3%). A prevalência dos Médicos nessa prescrição é garantida pela ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) através da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, assegurando que Art 2º Todos os medicamentos cujos grupos e indicações terapêuticas não estão descritos no GITE (Grupos e Indicações Terapêuticas Especificadas), são de venda sob prescrição apenas do médico (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2003). Dentre os entrevistados, apenas 3 (9%) declararam automedicar-se, onde o principal motivo dessa prática era a afirmação de que os outros medicamentos não faziam mais efeito. Esse resultado torna-se um ponto surpreendente de maneira positiva, visto que, o domínio da automedicação na população brasileira foi de 16,1%; maior no sexo feminino, e com faixa etária entre 20-39 anos, em meio aos indivíduos que declararam ser de raça indígena e amarela, com nível de escolaridade igual ou maior que 12 anos de estudos, residentes da região nordeste (ARRAIS PSD, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo exposto, os resultados obtidos ressalva ainda mais o importante papel do profissional farmacêutico, buscando promover a conscientização dos pacientes acerca da automedicação e uso racional desses medicamentos, levando sempre informações relevantes para que na tentativa de tratar uma doença se evite o surgimento de outras decorrente do efeito do fármaco utilizado, sem desprezar a devida importância médica, os farmacêuticos são no âmbito da farmácia comercial o profissional mais apto a atuar nessa promoção do uso racional de medicamentos

REFERÊNCIAS

ARRAIS, Paulo Sérgio Dourado. et al. Prevalência da automedicação no Brasil e fatores associados. **Revista Saúde Pública** 2016. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rsp/a/PNCVwkVMbZYwHvKN9b4ZxRh/?format=pdf&lang=pt>

DONATTI, Teresinha L. et al. **Os glicocorticoides e seus efeitos no crescimento e na mineralização óssea**. Rio de Janeiro, Fevereiro 2011. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/jped/a/3fBVx64L6KkdbbPVkjryHjF/#:~:text=Sabe%2Dse%20que%20a%20utiliza%C3%A7%C3%A3o,osteocondrite%2C%20necrose%20avascular%2C%20osteoporose%2C>

GOMES, Vanessa Pereira; SILVA, Marcus Tolentino; GALVÃO, Taís Freire. **Prevalência do consumo de medicamentos em adultos brasileiros: uma revisão sistemática**. Agosto, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/yhBWPdDJ8sh9Fz6ppCw6CBR/>

RANG, HP; DALE, M.M; RITTER, JM. **Farmacologia**. 8ª ed. Rio de Janeiro 2016.

Resolução - RDC nº 138, de 29 de maio de 2003. Disponível em:
https://www.cff.org.br/userfiles/33%20-%20BRASIL_%20MINIST%C3%89RIO%20DA%20SA%C3%9ADE%202003%20RDC_138_2003_ANVISA.pdf

USO DE MEDICAMENTOS ISENTOS DE PRESCRIÇÃO E OS RISCOS À SAÚDE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA

Jão Francisco Nogueira* (Aluno do Curso de Farmácia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail),
José Damião da Silva Filho** (Professor Me. do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail:
damiao.silva@fvj.br)

RESUMO

A escassez de medicamentos no sistema de saúde leva os usuários a buscar tratamentos imediatos, resultando em autodiagnóstico e automedicação com Medicamentos Isentos de Prescrição (MIPs). Embora sejam seguros e eficazes quando usados corretamente, seguindo as instruções da embalagem, o uso indiscriminado desses medicamentos pode causar danos à saúde. Nesta revisão integrativa, realizada entre fevereiro e abril de 2023, foram identificados 73 estudos, dos quais 49 foram excluídos. Após a análise completa dos 24 artigos restantes, 14 foram descartados por não abordarem a questão principal. Assim, restaram 10 artigos como amostra final. A literatura destaca o alto uso indiscriminado de MIPs, resultando em riscos significativos à saúde, como sobrecarga hepática, renal e pulmonar, infecções cutâneas e sangramentos estomacais. O cuidado farmacêutico tem sido evidenciado como uma medida que melhora a adesão à terapia medicamentosa e reduz os problemas relacionados aos MIPs. No entanto, devido ao fácil acesso, esses medicamentos continuam sendo amplamente utilizados. O presente trabalho apresenta como objetivo apresentar os problemas ocasionados com o uso irracional de MIPs e a contribuição do farmacêutico no manejo da farmacoterapia.

Palavras-chave: Automedicação; Medicamentos Isentos de Prescrição; Atenção Farmacêutico; Farmacêutico.

INTRODUÇÃO

Os medicamentos isentos de prescrição são aqueles que necessitam de autorização sanitária para serem comercializados em farmácias e drogarias, utilizados para tratar problemas autolimitados, os quais não necessitam de prescrição médica para serem liberados, já que apresentam eficácia e segurança quando são utilizados seguindo as orientações descritas na bula e rótulo (GUIMARÃES; PACHECO; DE JESUS MORAIS, 2021). Dessa forma, os MIPs são utilizáveis em casos de problemas de saúde autolimitados que são definidos como problemas de saúde agudos de baixa gravidade, como por exemplo: tosse seca, cefaleia, dispepsia, resfriados, cólicas, entre outros, que evoluem sem gerar danos à saúde do indivíduo, sendo estas identificadas e relatadas pelo próprio paciente. O tratamento para estes transtornos menores pode requerer a utilização de medidas farmacológicas como o uso dos MIPs ou de medidas não farmacológicas (MIRANDA FILHO et al, 2018). Diante do exposto, busca-se investigar o conhecimento dos profissionais farmacêuticos quanto a farmacoterapia dos MIPs e identificar se existem dificuldades e riscos na sua aplicabilidade. Isso será abordado através de revisão integrativa, com análise de estudos publicados.

METODOLOGIA

O estudo teve como metodologia a revisão integrativa, que consiste na análise ampla de estudos publicados, buscando compreender de forma geral os cosmecêuticos, e respondendo a questão norteadora: “Qual a contribuição do farmacêutico na orientação da utilização desses medicamentos?”. O levantamento dos artigos científicos foi realizado em bases de dados eletrônicas: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS); Literatura Latino Americana e do Caribe (Lilacs) e na biblioteca Scientific Electronic Library Online (SciELO). Para o levantamento foram utilizados os Descritores em Ciências da Saúde: Automedicação, Medicamentos Isentos de Prescrição e Atenção Farmacêutica. Aplicou-se filtros para selecionar materiais com texto completo, em português, entre os anos de 2010 e 2023. Na etapa de seleção foram adotados os seguintes critérios para inclusão: artigo na íntegra, com a versão online gratuita e produções nacionais. Foram excluídos da amostra: editoriais; cartas ao editor; teses; dissertações; artigos que não atendem ao objetivo de estudo proposto; artigos com método de revisão bibliográfica, além das publicações duplicadas. As publicações foram avaliadas e lidas, sendo selecionadas as que satisfazem à questão norteadora. Os dados foram analisados e discutidos.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O processo de busca e seleção de materiais foi realizado aplicando os critérios de inclusão e exclusão. Assim, foram selecionados 10 artigos para abordar a questão norteadora. O Brasil se destaca como um dos principais consumidores de medicamentos no mundo, movimentando anualmente cerca de 22,1 bilhões de dólares (FAVARO et al., 2017). A maior parte dos medicamentos utilizados no país são classificados como Medicamentos Isentos de Prescrição (MIPs). Quando utilizados corretamente, os MIPs configuram a automedicação responsável, estando relacionados à prática do autocuidado e ao uso racional de medicamentos (URM). No entanto, esse processo deve ser acompanhado de orientação e informação adequadas. Nesse contexto, a indicação farmacêutica, em que o profissional seleciona o MIP para solucionar a queixa do paciente ou encaminhá-lo ao médico quando necessário, e a prescrição farmacêutica, que visa a promoção, proteção e recuperação da saúde, são instrumentos fundamentais (MOTA et al., 2020). O farmacêutico é o profissional de saúde que tem contato direto com os consumidores, desempenhando um papel ativo no momento da aquisição de medicamentos e substâncias correlatas. Por essa razão, é crucial que ele forneça aconselhamento adequado ao paciente, orientando sobre as terapias disponíveis e recomendáveis para sua queixa, incluindo a dose indicada, a forma de uso, os possíveis efeitos adversos e as contraindicações existentes (MARINHO; MEIRELLES, 2021). A Atenção Farmacêutica é uma ferramenta utilizada pelo farmacêutico para aumentar o sucesso do tratamento farmacoterapêutico, minimizando os efeitos adversos dessa prática, por meio da orientação personalizada às necessidades do paciente. Com base nisso, esse profissional desempenha um papel fundamental na utilização correta dos MIPs, estando apto a indicar, prescrever e orientar os pacientes, contribuindo para a redução da automedicação e garantindo o bem-estar da população (OLIVEIRA, 2021; SOTERIO; SANTOS, 2016). É importante destacar que os anti-inflamatórios devem ser evitados em pacientes idosos, especialmente aqueles com úlcera péptica, doença hepática crônica, problemas cardíacos, hipertensão arterial ou que estejam em uso de anticoagulantes. Estudos têm demonstrado uma prevalência preocupante de prescrições de medicamentos que interagem entre si em pacientes que utilizam anti-inflamatórios (ELY et al., 2015). Pacientes com doenças crônicas, como hipertensão arterial, podem utilizar MIPs anti-hipertensivos, porém, o uso concomitante desses medicamentos pode contribuir para hospitalizações, aumento dos gastos com complicações relacionadas e, em casos mais graves, aumento da mortalidade cardiovascular. A utilização desses medicamentos em conjunto com outras classes de fármacos pode resultar

em interações medicamentosas (GUIMARÃES et al., 2021). Alguns dos MIPs mais vendidos no Brasil incluem Dorflex®, Neosaldina®, Torsilax®, Addera D3, Sal de Eno e Novalgina®. Os riscos à saúde associados ao uso inadequado desses medicamentos podem variar de problemas gastrointestinais e úlceras a choque anafilático, diminuição da liberação de endorfina no corpo, danos renais, interferência em efeitos hipotensores de medicamentos diuréticos, betabloqueadores e inibidores da ECA, intoxicação por vitamina D, alcalose metabólica, taquicardia, fraqueza, entre outros (MARINHO; MEIRELLES, 2021). A questão da automedicação com medicamentos de venda livre é problemática porque eles não exigem prescrição para serem comercializados e são considerados seguros. No entanto, se a dose e a finalidade terapêutica não forem respeitadas, podem ocorrer eventos adversos, intoxicações, baixa adesão ao tratamento e ineficácia terapêutica (MARTINS, 2019; VICTORINO, 2021). Os Medicamentos Isentos de Prescrição são indicados para tratar problemas de saúde menores e autolimitados, sendo seguros e eficazes quando utilizados corretamente. No entanto, mesmo sem a necessidade de prescrição médica, esses medicamentos podem causar efeitos adversos, falta de eficácia terapêutica e interações com outros medicamentos se não forem usados corretamente. O farmacêutico, como profissional capacitado e respaldado por lei, desempenha um papel fundamental na promoção do uso seguro e adequado dos Medicamentos Isentos de Prescrição. Ele orienta os pacientes sobre a dosagem correta, o modo de uso, as possíveis interações e os efeitos adversos, visando melhorar a qualidade de vida e reduzir os problemas associados ao uso indiscriminado desses medicamentos, por meio de acompanhamento, orientação e prescrição farmacêutica.

REFERÊNCIAS

Guimarães, P.H.D., Pacheco, R.P.,Morais, Y. J. (2021). Cuidados farmacêuticos e uso de Medicamentos Isento de Prescrição (MIPs). **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, 10 (12), e485101220405-e485101220405. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i12.20405>

MOTA, K.; PEREIRA, M. L.; COELHO, E. B.; REIS, T.; NASCIMENTO, M.; OBRELI-NETO, P. R.; BALDONI, A. O. (2020). Medicamentos isentos de prescrição (MIP): o farmacêutico pode prescrever, mas ele sabe o que são? **Revista de la OFIL**, 30(1), 52-55. <https://dx.doi.org/10.4321/s1699-714x20200001000013>

MARTINS, L. D. P. (2019). Critérios racionais que orientem a prescrição farmacêutica de medicamentos isentos de prescrição. **Pós-Graduação em Ciência da Saúde**.

ELY, L. S.; ENGROFF, P.; GUISELLI, S. R.; CARDOSO, G. C.; MORRONE, F. B.; CARLI, G. A. D. (2015). Uso de anti-inflamatórios e analgésicos por uma população de idosos atendida na Estratégia Saúde da Família. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, 18, 475-485: <https://www.scielo.br/pdf/rbagg/v18n3/1809-9823-rbagg-18-03-00475.pdf> .

FAVARO, P.R.A. *et al.* Influência da mídia na automedicação. 11º Congresso Nacional dos Estudantes de Saúde. Porto Seguro, Bahia, 2017. Acesso em 2020 set 20. Disponível em: https://conaccones.com.br/2017/anais/anais/assets/uploads/trabalhos/06012017_150613.pdf.

OLIEVEIRA, V. L. G.; JUNIOR, E. J. B.; CAVALCANTE, M. S.; NASCIMENTO, M. H. M.; et al. Sistema de Triagem Manchester: dificuldades enfrentadas pelos enfermeiros na classificação de risco. **Research, Society and Development**, v.11, n.1, e3911124358, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/24358/30793/406711>.

VICTORINO, R. (2021). **Automedicação**: fatores que são a intenção de compra dos consumidores de prescrição (MIPs). Dissertação.

INDICAÇÕES PARA O USO DO METILFENIDATO NO TRATAMENTO DO TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

José Osivan Silvério oliveira¹ (aluno do Curso de Graduação em Farmácia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. E-mail: osivan.oliveira@fvj.br, Francisco Wanderlei Lima Silva² (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. E-mail: wanderley.lima@fvj.br).

RESUMO

O Metilfenidato é a medicação de primeira escolha para crianças e adolescentes com TDAH, cuja principal indicação se dá para pacientes a partir dos 6 anos de idade. Porém, pouco se sabe sobre seus efeitos, como também se percebe que esse medicamento é usado em grande escala por pacientes com sintomas iniciais da doença. O objetivo geral da pesquisa foi identificar, com base na literatura, a indicação real para a utilização do Metilfenidato no tratamento do TDAH em crianças e adolescentes. O estudo foi uma Revisão Integrativa da Literatura, realizada via INTERNET, nas bases de dados da *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* e da Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde, disponíveis na Biblioteca Virtual em Saúde, e na *Cientific Electronic Library Online*. A mostra foi constituída por 9 estudos, retirados dos 3.711 encontrados com base em 3 descritores controlados. Os resultados foram apresentados e discutidos em três categorias temáticas que caracterizaram a real indicação do Metilfenidato para o tratamento do TDAH nas faixas etárias de 4 a menores de 6 anos; 6 a 12 anos e 13 a 18 anos, cujos achados apontaram para a utilização segura e eficaz do medicamento em todas as faixas etárias. A principal conclusão foi a de que o Metilfenidato tem indicação segura e eficaz, comprovada para o tratamento farmacológico de crianças e adolescentes com diagnóstico confirmado de TDAH mesmo em crianças na faixa etária pré-escolar, de 3 a 5 anos, pois, não apresentaram reações diferentes das crianças mais velhas.

Palavras-chave: metilfenidato; tratamento; transtorno de déficit de atenção e hiperatividade.

INTRODUÇÃO

Considerado um problema de saúde pública no Brasil e no mundo, o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) é uma condição ocorrida com o desenvolvimento do sistema nervoso que pode afetar funções como a motricidade e manipulação, competências sensoriais, comunicação e linguagem, comportamentos, cognição, afetos e emoções, caracterizada por desatenção, hiperatividade e/ou impulsividade que se apresentam, frequentemente, e desproporcional quando comparada com os sujeitos da mesma idade, causando sofrimento ao indivíduo (ASSOCIAÇÃO PSIQUIÁTRICA AMERICANA, 2014). Trata-se de um transtorno neuropsiquiátrico que, geralmente, se desenvolve durante a infância e adolescência, cujos sintomas tendem a aumentar com o crescimento e podem levar a deficiências resistentes na fase adulta (WEIBEL et al., 2020). O tratamento é medicamentoso, geralmente, associado à psicoterapia, sendo o Metilfenidato o fármaco mais utilizado e tido como o medicamento de primeira escolha (CARTON et al., 2019). O interesse

pelo tema surgiu com base na utilização, cada vez maior, desse fármaco para o tratamento de pacientes com TDAH, principalmente, no contexto pediátrico, o que justificou o problema da pesquisa que se evidenciou a partir do seguinte questionamento: qual é a indicação real para a utilização do Metilfenidato no tratamento do TDAH em crianças e adolescentes? Neste contexto o estudo teve como objetivo identificar, com base na literatura, a indicação real para a utilização do Metilfenidato no tratamento do TDAH em crianças e adolescentes.

METODOLOGIA

Tratou-se de uma Revisão Integrativa da Literatura (RIL) que é um método investigativo utilizado para a produção de novos conhecimentos com base em estudos publicados, cuja sintetização dos resultados obtidos através de revisão desses estudos, sem levar em consideração as metodologias utilizadas e sem modificar os resultados originais, possibilita a aplicação prática dos resultados atuais. (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010; SOARES, *et al.*, 2014). Como percurso metodológico foram utilizadas as seis etapas definidas por Souza, Silva e Carvalho (2010), que caracterizam esse tipo de investigação: etapa 1- identificação do problema através da pergunta metodológica; etapa 2- definição dos objetivos; etapa 3- elaboração dos critérios de inclusão e exclusão das publicações para a constituição da amostra; etapa 4- pesquisa, propriamente, dita dos estudos na literatura; etapa 5- análise crítica dos estudos selecionados; etapa 6- apresentação e discussão dos resultados. Os estudos originais foram pesquisados no mês de março do ano 2023, nas bases de dados da *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE), da Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e na *Cientific Electronic Library Online* (SciELO) a partir da utilização de três descritores controlados em Ciências da Saúde: Metilfenidato AND tratamento AND Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade. Inicialmente, foram encontrados 3.708 estudos na MEDLINE e LILACS e 03 na SCIELO, perfazendo um total de 3.711 estudos que diminuiu para 105, após a aplicação dos seguintes critérios de inclusão: ser estudo original do tipo artigo científico, monografia, dissertação e tese; ser publicação entre 2020 e 2023; ter texto completo e redação em espanhol, inglês ou português; ter como assunto principal o Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade e Metilfenidato; ser ou ter base em ensaio clínico controlado e está disponível, gratuitamente, na INTERNET. Foram excluídos os artigos de revisão da literatura, os estudos de caso; os estudos repetidos e aqueles que se distanciaram dos objetivos da pesquisa. Dos 105 estudos que ficaram após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, restaram 21 após a leitura dos títulos e resumos que caíram para 09 após a leitura na íntegra, constituindo a amostra final da pesquisa. Para a coleta dos dados foi utilizado o método de fichamento bibliográfico, cuja análise se deu por meio da leitura crítica dos estudos que compuseram a amostra, com base no método de Categorias Temáticas de Minayo (2007).

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Os resultados foram analisados por meio de três categorias temáticas, a saber: Categoria 1 – Indicação do Metilfenidato para crianças com TDAH na faixa etária entre 4 e menores de 6 anos, cujos achados demonstraram que, tanto a longo prazo quanto a curto prazo, o Metilfenidato apresentou segurança e eficácia no tratamento do TDAH nessa faixa etária, devendo-se, entretanto, acompanhar as reações adversas, principalmente, a longo prazo que podem ser graves, porém, não contraindicam o tratamento; Categoria 2 - Indicação do Metilfenidato para crianças com TDAH na faixa etária entre 6 e 12 anos, na qual se identificou que, o tratamento com Metilfenidato, nessa faixa etária, é capaz de estabilizar a dinâmica funcional cerebral em crianças com TDAH, promovendo os estados cerebrais

exigidos para a realização de tarefas cognitivas, melhorando a atenção sustentada, o raciocínio e a orientação com apenas uma dose, tanto com liberação retardada quanto prolongada e Categoria 3 – Indicação do Metilfenidato para adolescentes com TDAH na faixa etária entre 13 e 18 anos, identificando-se que o Metilfenidato teve sua indicação comprovada nessa faixa etária através dos efeitos já mencionados, com melhora da atenção sustentada, da dinâmica aberrante do circuito cerebral de controle cognitivo, do funcionamento executivo e efeitos positivos no desempenho matemático, indicativo para melhorias de longo prazo na motivação e no desempenho acadêmico. Concluiu-se que o Metilfenidato tem indicação segura e eficaz, comprovada para o tratamento farmacológico de crianças e adolescentes com diagnóstico confirmado de TDAH mesmo em crianças na faixa etária pré-escolar, de 3 a 5 anos, pois não apresentaram reações diferentes das crianças mais velhas e cuja utilização desse medicamento por pacientes nessa idade, ainda é contraindicada, exceto nos Estados Unidos. A principal justificativa para a utilização do Metilfenidato no tratamento de crianças e adolescentes com TDAH foi o fato de que a sua ação apresentou melhorias significativas com redução dos sintomas gerais da doença, favorecendo a qualidade de vida dos pacientes que passaram a controlar melhor o comportamento negativo, a atuar com maior desenvoltura nas atividades cognitivas e interpessoais, inclusive, nas funções acadêmicas com destaque para as funções matemáticas, além de tomar decisões mais acertadas.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO PSIQUIÁTRICA AMERICANA (APA). **Manual Estatístico e Diagnóstico dos Transtornos Mentais-DMS-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

CARTON, L. *et al.* Supervised offlabel prescribing of methylphenidate in adult ADHD. **L'Encéphale**. v. 45, p. 74-81, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/340677894_supervised_off-label_prescribing_of_methylphenidate_in_adult_adhd. Acesso em: 14 set. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. ed. 10. São Paulo: HUCITEC, 2007. 406 p.

SOARES, C. B. *et al.* Revisão integrativa: conceitos e métodos utilizados na enfermagem. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v.48, n. 2, p. 335-45, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v48n2/pt_0080-6234-reeusp-48-02-335.pdf. Acesso em: 21 set. 2022.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. **Revisão integrativa: o que é e como fazer**, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/eins/v8n1/pt_1679-4508-eins-8-1-0102.pdf. Acesso em: 15 set. 2022.

WEIBEL, S. *et al.* Practical considerations for the evaluation and management of Attention Deficit Hyperactivity Disorder (ADHD) in adults. **L'Encéphale**, v. 46, n. 1, p. 30-40, 2020. Disponível em: <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-03489510/>. Acesso em: 14 set. 2022

FITOTERAPIA NA SAÚDE FEMININA

Juan Nathalyel de Moura Valentim¹ (Aluno do Curso de Farmácia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: juan.valentim@fvj.br), Orientador² (Professor Francisco Wanderlei Lima da Silva, e-mail: wanderlei.lima@fvj.br).

RESUMO

A fitoterapia, que utiliza plantas medicinais, tem sido amplamente utilizada na saúde da mulher como uma alternativa terapêutica devido à biodiversidade existente no Brasil e aos altos custos dos medicamentos convencionais. Este estudo teve como objetivo examinar o uso da fitoterapia na saúde feminina, com foco nas condições relacionadas ao climatério, menopausa, cólicas menstruais, infecções ginecológicas e pós-parto. Foi realizada uma revisão integrativa, com a coleta de dados em bases de dados como PubMed, Periódicos CAPES e SCIELO. Foram incluídos oito artigos originais publicados entre os anos de 2011 e 2023. Após a análise dos dados, utilizando a técnica de Discurso do Sujeito Coletivo, foram identificadas informações relevantes sobre o uso de plantas medicinais nessas condições específicas.

Palavras-chave: Fitoterapia; saúde da mulher.

1 INTRODUÇÃO

O uso de plantas medicinais nas artes da cura remonta às origens ancestrais da medicina, com base em conhecimentos transmitidos de geração em geração. A fitoterapia tem sido uma prática tradicional para o tratamento de diversas doenças ao longo dos séculos. Assim, o uso de plantas medicinais no tratamento de enfermidades que acometem a saúde da mulher pode ser uma alternativa terapêutica (Quirino et al., 2019), pelo fato das comunidades brasileiras conviverem com uma grande biodiversidade de plantas, e esse tipo de terapia na maioria dos casos ser a única opção, em virtude dos elevados custos financeiros dos medicamentos convencionais (Trindade et al., 2019).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) 2012, mais de três quartos da população mundial usam a fitoterapia para os seus cuidados de saúde, e, nas últimas décadas, um número crescente procura de plantas medicinais e medicamentos fitoterápicos como uma abordagem complementar para a saúde feminina. As plantas medicinais têm sido utilizadas há séculos em diferentes culturas para tratar uma variedade de condições de saúde, incluindo aquelas específicas para as mulheres.

Portanto, este trabalho tem como objetivo realizar uma revisão de literatura detalhada sobre as plantas medicinais e medicamentos fitoterápicos utilizados na saúde da mulher, com foco nas condições como menopausa, cólicas menstruais e saúde reprodutiva. Serão exploradas as propriedades terapêuticas das plantas medicinais mais comumente utilizadas, bem com o conhecimento empírico e científicos disponíveis que sustentam seu uso.

2 MATERIAIS E MÉTODOS OU METODOLOGIA

Foi realizado um levantamento bibliográfico em bases de dados como PubMed, Periódicos CAPES e SCIELO. Os critérios de inclusão foram artigos originais integralmente disponíveis, diretamente relacionados ao tema proposto e publicados entre os anos de 2011 e 2023. Foram excluídos artigos não relacionados diretamente ao uso de plantas medicinais na saúde feminina, artigos com população masculina predominante, artigos com metodologia inadequada e artigos duplicados encontrados em diferentes fontes. Esses critérios de exclusão ajudaram a garantir que apenas os artigos relevantes e de qualidade fossem incluídos na revisão de literatura, possibilitando uma análise abrangente e confiável sobre o uso de plantas medicinais e fitoterápicos na saúde feminina, abordando as condições específicas mencionadas. Nessa perspectiva, a análise foi conduzida por meio da leitura cuidadosa de 08 artigos previamente escolhidos e selecionados. O objetivo principal foi descobrir o sentido real contido nesses estudos, examinando os dados de forma a realizar uma nova análise e extrair categorias relevantes que serviram como embasamento para a pesquisa. Essas categorias foram estabelecidas seguindo um padrão que visa alcançar os objetivos propostos, além de fornecer uma base teórica e conceitual sólida relacionada às etapas essenciais para a elaboração do projeto de pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da revisão indicaram que a fitoterapia é uma opção terapêutica promissora para condições relacionadas ao climatério, menopausa, cólicas menstruais, infecções ginecológicas e pós-parto. No contexto do climatério e da menopausa, estudos e pesquisas têm se mostrado importantes para profissionais e mulheres que buscam tratamentos alternativos às terapias de reposição hormonal. No entanto, observou-se que as mulheres têm pouca informação sobre os tratamentos disponíveis para os sintomas do climatério e da menopausa.

No que diz respeito às cólicas menstruais, a fitoterapia tem sido utilizada como uma abordagem complementar para aliviar os sintomas. Plantas medicinais como a camomila e a amora foram mencionadas por mulheres com renda limitada como opções frequentemente utilizadas para aliviar os sintomas relacionados à menopausa.

No contexto das infecções ginecológicas, foi observado que as mulheres utilizam chás e infusões de plantas medicinais como parte dos cuidados ginecológicos e/ou urinários. No entanto, é importante ter cuidado devido à possível presença de substâncias tóxicas nas plantas.

No período pós-parto, o uso de plantas medicinais é comum para tratar diversos sintomas e promover a recuperação das mulheres. Infusões de camomila e matico são aplicadas topicamente para limpeza de feridas e prevenção de infecções. Banhos com plantas medicinais também são práticas comuns em alguns países, e o uso de galactagogos naturais, como gengibre e feno-grego, é recomendado para aumentar a produção de leite materno.

4 CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FIINAIS

A fitoterapia na saúde feminina, especialmente nas condições relacionadas ao climatério, menopausa, cólicas menstruais, infecções ginecológicas e pós-parto, é uma área promissora e oferece opções terapêuticas complementares e menos invasivas. É necessário realizar mais pesquisas e estudos clínicos bem controlados para melhor compreensão dos efeitos e benefícios das plantas medicinais nesses contextos específicos. A capacitação dos profissionais de saúde é fundamental para promover o uso seguro e eficaz da fitoterapia. Além disso, é importante conscientizar as mulheres sobre as opções de tratamento disponíveis, incluindo a fitoterapia, como parte de uma abordagem multidisciplinar. A integração dos

conhecimentos científicos e dos saberes populares é essencial para uma abordagem holística e individualizada na saúde da mulher.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, V. M. **Fitoterápicos e plantas medicinais na prática de promoção da saúde da mulher: revisão integrativa**. 2018. 71 f. Tese (Doutorado) - Curso de Enfermagem, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

BADKE, M. R.; BUDÓ, M. D. L. D.; SILVA, F. M. D. ET AL. (2011) Plantas medicinais: o saber sustentado na prática do cotidiano popular. **Escola Anna Nery**, v. 15, n. 1, p. 132-139. <https://doi.org/10.1590/S1414-81452011000100019>

BHAT, T. A & BEGUM, W. (2018). Efficacy of Tamarindus indicus, Melia azadirach and Santalum album in syndromic management of abnormal vaginal discharge: A single-blind randomised controlled trial. **Journal of Complementary and Integrative Medicine**, v. 15, n. 2. P.1-8. <https://doi.org/10.1515/jcim-2015-0023>

BRASIL (2008A). Manual de Atenção à Mulher no Climatério/Menopausa. http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_atencao_mulher_climaterio.pdf.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política nacional de plantas medicinais e fitoterápicos. Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Assistência Farmacêutica. Brasília: Ministério da Saúde. 60 p. 2006.

PERCEPÇÃO DA IMPORTÂNCIA DO ACOMPANHAMENTO FARMACOTERAPÊUTICO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ARACATI-CE

Katia Veruska Ferreira Gondim de Lima¹ (Aluna do Curso de Graduação em Farmácia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. E-mail: katia.lima@fvj.br), Ana Karenina de Souza Gondim Pedrosa² (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. E-mail: anakarenina@fvj.br).

RESUMO

A presença do profissional farmacêutico nas UBS se dá tanto pela assistência direta ao paciente, quanto em atividades associadas à condução dos medicamentos, assim como por meio de ações de apoio matricial, em conjunto às equipes da ESF (Estratégia Saúde da Família), na proporção em que se inclui no Núcleo Ampliado de Saúde da Família (Nasf) (Brasil, 2011; Barros, Silva e Leite 2020). Esta pesquisa teve como objetivo relatar a importância da presença do farmacêutico na Atenção Primária a Saúde (APS) em uma Unidade Básica de Saúde no município de Aracati-ce. O método usado foi pesquisa de natureza observacional, descritiva, transversal e quantitativa, ela se deu a partir de dados coletados do Município de Aracati com questionários aplicados junto aos usuários do SUS, foram abordados pacientes que estavam no Posto de Saúde do Campo Verde, situado na cidade do Aracati, ao perguntar a importância da farmacoterapia na unidade básica de saúde, 10 pacientes relataram não saber ou não quiseram responder as perguntas, 40 pacientes foram de acordo com a pesquisa. De acordo com os atributos do farmacêutico e a abordagem do assunto com os entrevistados, 80% (32) conhecem e sabem da importância do Farmacêutico nas UBS. De acordo com pacientes participantes da pesquisa, que totalizaram em 75% (30), mulheres e 25% (10) homens, 100% (40) estão de acordo com a presença do farmacêutico nas Unidades Básicas de Saúde, e 100% (40) e aceitariam fazer uso de medicamentos prescritos pelo profissional farmacêutico. Esta pesquisa ilustra o potencial que as intervenções farmacêuticas têm para contribuir com o aumento da resolutividade da Atenção Primária na cidade de Aracati-Ce, a partir de um conjunto articulado de tecnologias de cuidado individual e coletivo.

Palavras-Chave: Farmacêuticos; atenção primária; atenção farmacêutica.

INTRODUÇÃO

A atenção primária à saúde (APS) tem avançado significativamente na oferta de assistência universal e integral à saúde da população brasileira. Como resultado, a desigualdade no acesso aos serviços é reduzida e melhores resultados de saúde para famílias e comunidades nos espaços sociais em que vivem e trabalham. (Fertonanni et al., 2015). Nas últimas décadas, os farmacêuticos reorientaram a sua formação sobretudo para a prescrição médica, esquecendo-se do seu principal objetivo, que é o paciente. No entanto, nos dias de

hoje, devido ao modelo implementado pelo serviço de saúde, uma nova relação profissional com o farmacêutico tem alcançado primordial importância, assumindo um papel central no acompanhamento farmacoterapêutico dos pacientes com patologias crônicas. A presença do profissional farmacêutico na APS se dá tanto pela assistência direta ao paciente, quanto em atividades associadas à condução dos medicamentos, assim como por meio de ações de apoio matricial, em conjunto às equipes da ESF (Estratégia Saúde da Família), na proporção em que se inclui no Núcleo Ampliado de Saúde da Família (Nasf) (Brasil, 2011; Barros, Silva e Leite, 2020). O trabalho do farmacêutico na APS está em permanente mudanças (Barberato, Scherer e Lacourt, 2019) e sujeito às influências do ambiente das normas e da capacidade do profissional para atuar com competência. A assistência Farmacêutica (AF) é um conjunto de ações que possam garantir com segurança ao paciente, o acesso ao medicamento, a qualidade e ao uso racional. Estas ações são efetuadas por uma equipe de multiprofissionais, juntamente com outros serviços, visando apoio as ações de saúde. Entre as ações de assistência farmacêutica, será incluída a atenção farmacêutica, é classificada uma prática da presença direta do farmacêutico com o paciente, proporcionando a farmacoterapia racional, com resultados positivos, voltados a melhoria de qualidade de vida do indivíduo. Essa inclusão também obedece às particularidades bio-psico-social-espiritual do paciente, cuidando como um todo e não apenas sua doença ou parte do seu corpo a ser tratado. (PNA, 2004).

METODOLOGIA

A pesquisa é de natureza observacional, descritiva, transversal e quantitativa, a mesma se deu a partir de dados coletados do Município de Aracati com questionários aplicados junto aos usuários do SUS, no mês de abril e maio de 2023. O estudo foi composto por mulheres e homens com idade acima de 18 anos, que estavam presente no momento da pesquisa na UBS (Unidades Básicas de Saúde) do Campo Verde na cidade de Aracati. Foram abordados 50 pacientes na referida unidade de saúde, destes apenas 40 participaram do estudo, pois 10 pacientes não desejaram participar da pesquisa ou não souberam responder o questionário de forma satisfatória, impossibilitando assim a interpretação e se enquadrando, portanto, nos critérios de exclusão. A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética da Plataforma Brasil, atendendo as recomendações da Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que dispõe das diretrizes e normas da pesquisa em seres humanos, e outorgada com parecer de nº 6.124.032. A princípio foram apresentadas as informações do trabalho e na sequência foi feito um convite a quem concordasse em participar. Os pacientes que aceitaram participar da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e logo após foram submetidos a uma entrevista através de um questionário específico que ocorreu em um único momento, ou seja, contanto direto com o paciente. O questionário foi composto por perguntas objetivas, elaborado pelo pesquisador, onde inicialmente eram respondidas perguntas sociodemográficas como: sexo, idade, e em seguida as perguntas específicas sobre o tema abordado, tais como, a importância do farmacêutico nas UBS e a farmacoterapia aplicada pelo profissional. Os dados colhidos foram transcritos e tabulados após correlacionar as informações, por meio de uma planilha eletrônica no Programa Excel©, da Microsoft Windows versão 2019 e, em seguida, transpostos para o software SPSS (Statistical Package for Social Sciences) versão 28.0, onde foram realizadas análises estatísticas, que serão apresentados na forma de tabelas e gráficos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram abordados no Posto de Saúde do Campo Verde, situado na cidade do Aracati, 50 pacientes, ao perguntar a importância da farmacoterapia na unidade básica de saúde, 10

pacientes relataram não saber ou não quiseram responder as perguntas. Participaram da pesquisa 40 pacientes na referida unidade de saúde, onde foi constatado que a proporção de pacientes do sexo feminino 30 (75%) se mostrou superior que o masculino 10 (25%). A faixa etária dos pacientes que prevaleceu foi acima de 40 anos 22 (55%), seguida de 25 a 35 anos com 16 (40%) e na sua minoria de 18 a 24 anos com 2 (5%). Sendo assim a procura de atendimento na unidade básica estar em maior número a busca por medicamentos 28 (70%), sobressaindo a busca por atendimento médico 12 (30%). De acordo com os atributos do farmacêutico e a abordagem do assunto com os entrevistados, 32 (80%) conhecem e sabem da importância do Farmacêutico nas UBS, e 18 (20%) conhecem a importância, mais não presente no posto de saúde. Logo após a explicação sobre a importância da farmacoterapia todos foram de acordo com a presença do profissional farmacêutico 40 (100%). Alguns dos entrevistados relataram já fazer uso do atendimento do farmacêutico em outros ambientes, como a farmácia comunitária em que o farmacêutico está sempre presente, e outros já ouviram de vizinhos e familiares relatos positivos do atendimento oferecido pelo farmacêutico sendo assim como 40 (100%) ficariam satisfeitos com o atendimento do farmacêutico nas UBS (Unidades Básicas de Saúde). 40 (100%) fariam e/ou fazem uso de medicamentos prescritos pelo profissional farmacêutico com atendimentos nas farmácias comunitárias, logo a aceitação na farmacoterapia é efetiva. E de acordo com a pesquisa 100% aceitam o acompanhamento farmacoterapêutico.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa, apontaram que:

- A maior parte dos entrevistados eram do sexo feminino
- A grande parte dos pacientes conhecem a importância do farmacêutico nas UBS (Unidade Básica de Saúde).
- A ida dos pacientes ao Posto de Saúde na sua maioria é a busca de medicamentos.
- Todos os pacientes entrevistados fariam uso de medicamentos prescrito pelo farmacêutico

REFERÊNCIAS

BARBERATO, Luana C.; SCHERER, Magda D. A.; LACOURT, Rayane M. C. **The pharmacist in the Brazilian primary health care:** insertion under construction. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 10, p. 3.717-3.726, 2019.

<https://doi.org/10.1590/1413-812320182410.30772017>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/FnYZKhZG6QJxWfmHJsVz8dH/?lang=en>. Acesso em: 9 jul. 2021.

BARROS, Débora S. L.; SILVA, Dayde L. M.; LEITE, Silvana N. **Serviços farmacêuticos clínicos na atenção primária à saúde do Brasil.** Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, 2020. <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00240>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/tes/a/Z8nY8RZDgvtDZNS3RTPHMCM/?lang=pt>. Acessado em: 10 jul. 2021

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. Diretrizes para estruturação de farmácias no âmbito do Sistema Único de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

FERTONANI, Hosanna P. et al. **Modelo assistencial em saúde: conceitos e desafios para a atenção básica brasileira.** *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 6, p. 1.869-1.878, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232015206.13272014>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232015000601869&lng=pt&nrm=iso&tlng=em. Acessado em: 10 set. 2021.

A HIPERTENSÃO ARTERIAL COMO FATOR DE RISCO PARA AS DOENÇAS CARDIOVASCULARES E A FUNÇÃO DO CUIDADO FARMACÊUTICO

Maria Eduarda Matias Almeida¹ (Aluna do Curso de Graduação em Farmácia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. E-mail: eduarda.almeida@fvj.br), Ana Karenina de Souza Gondim Pedrosa² (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. E-mail: anakarenina@fvj.br).

RESUMO

A Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) é uma doença crônica caracterizada por taxas de Pressão Arterial (PA) iguais ou superiores a 140/90 mmHg, considerando que a PA ideal é 120/80mmHg. Taxas a partir de 130/85 mmHg para os níveis de pressão arterial sistólico e diastólico. O envelhecimento da população somado a diversos fatores como a urbanização, estilos de vida pouco saudáveis, pouca atividade física, dieta inadequada, obesidade e tabagismo contribuem para o aumento da incidência e prevalência de doenças crônicas, como a HAS. O objetivo geral do estudo é avaliar a importância do acompanhamento farmacêutico em pacientes hipertensos. Tratou-se de uma revisão integrativa, onde foi realizada uma busca de conteúdos através de estudos científicos. O acompanhamento farmacoterapêutico contribui para a obtenção de resultados favoráveis, principalmente naqueles usuários portadores de doenças crônicas como exemplo a hipertensão, quando, na maioria dos casos, é necessária a utilização de medicamentos por toda a vida e a baixa adesão à terapia representa um importante problema de saúde pública, pois as complicações relacionadas ao descontrole dessas enfermidades podem ocasionar aumento do número de internações hospitalares e da taxa de mortalidade. Os resultados apontaram que os serviços clínicos farmacêuticos vêm mostrando sua importância no tratamento de doenças cardiovasculares como a HAS. Através dele é possível ver os benefícios que o paciente com HAS pode ter com um acompanhamento criterioso, seguido de orientações por um profissional qualificado, que esclareça questões sobre a doença, a importância da adesão ao tratamento, além de traçar estratégias para a garantia deste tratamento.

Palavras-chave: Acompanhamento farmacoterapêutico; atenção farmacêutica; assistência farmacêutica; hipertensos.

INTRODUÇÃO

A Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) é uma doença crônica caracterizada por taxas de Pressão Arterial (PA) iguais ou superiores a 140/90 mmHg, considerando que a PA ideal é 120/80mmHg. Taxas a partir de 130/85 mmHg para os níveis de pressão arterial

sistólico e diastólico, respectivamente, devem ser reavaliadas anualmente e estimuladas mudanças no estilo de vida (SBC, 2018). Frisa-se que as doenças cardiovasculares são apontadas como a principal causa de mortalidade no Brasil desde os anos 60. É importante salientar, que na mesma época, o Framingham Heart Study foi o pioneiro no diagnóstico da hipertensão. O Framingham é uma fórmula de previsão na população em geral da probabilidade do desenvolvimento de doença coronariana, sendo determinado através da faixa etária, sexo, valores de pressão arterial sistólica, valores da razão entre o colesterol total e a fração HDL, presença de tabagismo e diagnóstico de diabetes. Dessa forma, é possível estabelecer o risco de desenvolvimento de doença coronariana na próxima década de vida (LOTUFO, 2018). Os serviços clínicos farmacêuticos vêm mostrando sua importância no tratamento de doenças cardiovasculares como a HAS. Através deles é possível proporcionar ao paciente um acompanhamento criterioso, seguido de orientações por um profissional qualificado, que esclarece questões sobre a doença, a importância da adesão ao tratamento, além de estratégias para a garantia do tratamento. Dessa maneira, nesse processo de conscientização fez-se necessário o profissional de saúde, especialmente, o farmacêutico, uma vez que o mesmo ao atuar diretamente com esse público, tem a possibilidade de despertar nos pacientes hábitos preventivos e/ou a motivação para o exercício de ações de autocuidado para aqueles que já têm a doença, buscando assim, mudanças de ideias e concepções. Apesar de importante e relevante o acompanhamento de pacientes, a participação do profissional farmacêutico aliado a farmacoterapia ainda não têm grandes proporções no Brasil, esse fato pode ser justificado devido à área de farmácia clínica ser um seguimento relativamente novo no país.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa, onde foi realizada uma busca de conteúdos através de estudos científicos, dando sequência a uma seleção mais específica, focando no tema em estudo, e, por fim, uma análise com definição da questão norteadora, que dará suporte para a tomada de decisão no aperfeiçoamento e melhoria da pesquisa. As etapas que conduzirão esta revisão integrativa serão: formulação do problema; coleta de dados; avaliação dos dados; análise e descrição dos dados; apresentação dos resultados e conclusões. Na base de dados PubMed, Periódicos CAPES a utilização dos descritores selecionados permitiu localizar um total de 09 artigos. Após o uso dos filtros: texto completo-disponível, limite-humanos, idioma-português e, tipo de documento-artigo, o quantitativo de estudo resultou em 3 artigos, com leitura dos títulos pré-selecionados de interesse, resultando na inclusão de 6 artigos. Na seguinte é da SCIELO, MEDLINE e LILACS o uso dos descritores forneceram 14 estudos, onde foram adotados os filtros: coleção-Brasil; idioma-português; tipo de leitura-artigo, o quantitativo de estudo resultou em 09 artigos. Após esse refinamento, ao final das buscas, a amostra final foi composta por 05 artigos. Como critério de inclusão desses artigos foram adotados os seguintes quesitos: artigos originais integralmente disponíveis, com a versão on-line de maneira gratuita, e outras produções nacionais e internacionais, além de artigos que pesquisaram acompanhamento farmacoterapêutico, atenção e assistência farmacêutica em pacientes hipertensos. Foram excluídos artigos que abordem hipertensão como comorbidade, ou seja, hipertensão não é o centro da temática. Além do mais, artigos teóricos ou de revisão, bem como artigos que não deixarem claro qual o tipo, condição de hipertensão avaliada e qualquer outro tipo de pesquisa que não atenda ao objeto de estudo proposto, além das publicações que se repetirem nas bases de dados. Após a leitura e seleção dos artigos, a análise dos dados foi feita a partir do método qualitativo utilizando a técnica de Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) (LEFEVRE; LEFEVRE, 2018). Nessa perspectiva, a análise constitui-se pela leitura de 12 artigos escolhidos e selecionados, onde buscou-se

descobrir o real sentido que compõem o decorrente estudo, sob a forma de dados onde se realizou nova análise e dela se extraiu categorias respectivamente para embasamento da pesquisa, na qual segue um padrão que atinja os objetivos, além de distinguir uma base teórica e conceitual concernente ao destaque das etapas essenciais para compor o artigo.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Os resultados foram identificados através de estudos, um estudo realizado em uma farmácia popular, constatou que (67%) dos participantes eram idosos e que os Problemas Relacionados a Medicamentos (PRMs) estavam associados à doses inadequadas da farmacoterapia, administração errônea e características pessoais causando ocorrência de efeitos adversos, existência de problemas de saúde insuficientemente tratados e inefetividade do tratamento, seja inefetividade não quantitativa, inefetividade quantitativa e problemas de saúde não tratados (Amarante, Lourenço et al 2011). Atenção Farmacêutica prestada aos pacientes idosos hipertensos, por sua vez, contribuiu para uma maior redução da pressão arterial e para a detecção e resolução de resultados clínicos negativos associados à medicação. Um estudo feito em Jequié (BA) com pacientes hipertensos, evidenciou como principais PRMs na terapia dos idosos: não adesão, farmacoterapia com indicação inapropriada, contraindicações, problema de saúde insuficientemente tratado, interação e administração errônea, o que gerou como Resultados Negativos Associados ao medicamento (RNM) problemas de Necessidade (23,5%), Efetividade (47,1%) e Segurança (29,4%) (RIBEIRO, FARIA & LEMOS. 2013). Outro estudo realizado por Brune, Ferreira e Ferrari, (2014) feito com pacientes hipertensos no município de Pontal do Araguaia (MT) com adultos de idade média de 64 anos, identificaram que 100% dos pacientes apresentaram algum tipo de PRM. A maioria das RNM poderiam ser evitados e solucionados por meio de intervenções simples como a recomendação sobre o modo de administração, aderência e orientação em medidas não farmacológicas ao passo que poderia contribuir e ampliar a assistência multiprofissional a pacientes hipertensos. Estudos apontam que americanos entre 20 e 75 anos com sobrepeso possuem chance três vezes maior de serem hipertensos que seus compatriotas sem sobrepeso. O maior risco estava entre os mais jovens (sobrepeso entre 20 e 45 anos) que apresentavam seis vezes mais chance de hipertensão que os indivíduos normais. Concluiu-se Os resultados deste estudo apontaram que os serviços clínicos farmacêuticos vêm mostrando sua importância no tratamento de doenças cardiovasculares como a HAS. Através dele é possível ver os benefícios que o paciente com HAS pode ter com um acompanhamento criterioso, seguido de orientações por um profissional qualificado, que esclareça questões sobre a doença, a importância da adesão ao tratamento, além de traçar estratégias para a garantia deste tratamento.

REFERÊNCIAS

BUENO, C. S.; BANDEIRA, V. A. C.; OLIVEIRA, K. R.; COLET, C. F. Perfil de uso de medicamentos por idosos assistidos pelo Programa de Atenção ao Idoso (PAI) da UNIJUÍ. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 15, n. 1, p. 51-61, 2012.

Carneiro G, Faria AN, Ribeiro Filho FF, Guimarães A, Lerário D, Ferreira SRG, et al. Influência da distribuição da gordura corporal sobre a prevalência de hipertensão arterial e outros fatores de risco cardiovascular em indivíduos obesos. **Revista da Associação Médica Brasileira**. 2023;49:306-

COSTA, JM; MARTINS, JM; PEDROSO, LA. Acompanhamento farmacoterapêutico em um programa de residência multiprofissional: contribuições para a segurança de idosos hospitalizados. **Rev. Bras. Farm. Hosp. Serv.** Saúde São Paulo v.5 n.2 39-44 abr./jun. 2014.

Sociedade Brasileira de Cardiologia. VI Diretrizes brasileiras de hipertensão. **Arq Bras Cardiol.** 2018;95(1 supl 1):1-51.

CONSEQUÊNCIAS DA AUTOMEDICAÇÃO PARA A SAÚDE DA PESSOA IDOSA: REVISÃO INTEGRATIVA

Paula Adriana de Lima Carvalho¹ (Aluna do Curso de Graduação em Farmácia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. E-mail: Paula.carvalho@fvj.br), Ana Karenina de Souza Gondim Pedrosa² (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. E-mail: anakarenina@fvj.br).

RESUMO

A automedicação é um fenômeno mundial, caracterizado pelo uso de substâncias farmacológicas sem prescrição de um profissional da saúde ou alterações da prescrição, cujas consequências podem ser prejudiciais, principalmente, para as pessoas idosas, como toxicidade cumulativa, iatrogenias, mascaramento de doenças, internações e mortes. O objetivo geral da pesquisa foi identificar, de acordo com a literatura, as principais consequências da automedicação para a saúde da pessoa idosa. Tratou-se de uma Revisão Integrativa da Literatura, realizada nas bases de dados da *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online*; Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde, Base de Dados de Enfermagem e na *Cientific Electronic Library Online*. Foram identificados com a utilização de 3 descritores controlados 704 estudos, dos quais foram selecionados 9 para a construção da amostra final. Os resultados foram apresentados em três categorias temáticas que caracterizaram a prática da automedicação entre os idosos com diferentes taxas de prevalência entre os países, sendo maior nos países em desenvolvimento; as principais consequências danosas à saúde do idoso com destaque para as iatrogenias e os principais medicamentos usados na automedicação pelos idosos como sendo os analgésicos, antipiréticos, anti-inflamatórios e vitaminas. Concluiu-se que as principais consequências da automedicação para a saúde da pessoa idosa são consequências negativas ou prejudiciais à saúde, que sugere intervenção profissional junto aos idosos no sentido de orientar sobre os riscos da automedicação, principalmente, pelos profissionais farmacêuticos que, além de terem essa função específica, detêm o conhecimento necessário para realizarem boa educação em saúde.

Palavras-chave: automedicação; saúde; idoso.

INTRODUÇÃO

A automedicação é um ato comum entre pessoas de todas as idades que ocorre quando se utiliza uma medicação para tratar os próprios sintomas e doenças menos graves, sem prescrição médica ou orientação profissional, utilizando medicamentos aprovados para a venda sem prescrição que, supostamente, seriam seguros quando seguidas as orientações dos rótulos e bulas (SANTOS et al., 2016). Também se caracteriza pela indicação de medicamentos por pessoas “não habilitadas no âmbito da saúde como amigos, vizinhos e familiares, ou seja, ocorrendo sem orientação médica, farmacêutica, odontológica ou profissional de saúde qualificado”, levando o indivíduo a usar o produto por conta própria (TAVARES; GOMES; FREITAS, 2020, n.p.) que, quando utilizada de forma abusiva pode trazer consequências graves como efeitos inesperados, toxicidade cumulativa, iatrogenias, mascaramento de doenças, internações e mortes, além de elevar os custos financeiros para o paciente e para o sistema de saúde. No cenário brasileiro, os idosos, por apresentarem muitas dores e serem portadores de muitas doenças crônicas, utilizam muitos e variados medicamentos, sendo grande parte deles sem prescrição adequada, situação que justificou o problema da pesquisa apresentado através do seguinte questionamento: quais são as principais consequências da automedicação para a saúde da pessoa idosa? Para responder a esse questionamento, o objetivo geral da pesquisa foi identificar, de acordo com a literatura, as principais consequências da automedicação para a saúde da pessoa idosa. Por objetivos específicos pretendeu-se: discutir a prática da automedicação entre as pessoas idosas, descrever as principais consequências danosas da automedicação para a saúde dos idosos e listar os principais medicamentos utilizados por idosos na prática da automedicação. Foi neste cenário que se justificou a realização da pesquisa, visto que, seus resultados poderão ser de grande relevância para a saúde pública, bem como para a sociedade em geral, sobretudo no que se refere à qualidade de vida a partir da saúde das pessoas com ênfase, neste estudo, para a população idosa, razão principal que encorajou a realização da pesquisa.

METODOLOGIA

O estudo foi uma Revisão Integrativa da Literatura, que é um método investigativo utilizado para a produção de novos conhecimentos com base em estudos publicados acerca de determinado tema, a partir da sintetização dos resultados obtidos por meio de análise revisional sem levar em consideração as metodologias utilizadas nem modificar os resultados dos estudos originais, possibilitando a aplicação prática dos resultados atuais. (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010; SOARES, et al., 2014). Como percurso metodológico foram utilizadas as seis etapas definidas por Souza, Silva e Carvalho (2010), que caracterizam esse tipo de investigação, a saber: etapa 1- identificação do problema através da pergunta metodológica; etapa 2- definição dos objetivos; etapa 3- elaboração dos critérios de inclusão e exclusão das publicações para a constituição da amostra; etapa 4- pesquisa, propriamente, dita dos estudos na literatura; etapa 5- análise crítica dos estudos selecionados; etapa 6- apresentação e discussão dos resultados. Os estudos originais foram pesquisados no mês de março do ano 2023, nas bases de dados da *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE); Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Base de Dados de Enfermagem (BDENF), da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS); e na *Cientific Electronic Library Online* (SciELO) a partir da utilização de três descritores controlados em Ciências da Saúde: automedicação AND saúde AND pessoa idosa (ou idoso). Foram identificados, inicialmente, 704 estudos, sendo selecionados 27, após aplicação dos seguintes critérios de inclusão: estudos originais do tipo artigos científicos, monografias, dissertações e teses; publicados entre os anos 2019 e 2023; ter texto completo,

redação em espanhol, inglês ou português e ser disponível, gratuitamente, na INTERNET. Foram excluídos os estudos repetidos, revisões de literatura, relatos de casos e estudos que se distanciaram da proposta da pesquisa. Depois de lidos os títulos e resumos, ficaram 11 estudos, sendo que, 09 constituíram a amostra final, após a leitura na íntegra. Para a coleta dos dados foi utilizado o método de fichamento bibliográfico, cuja análise se deu por meio da leitura crítica dos estudos que compuseram a amostra, com base no método de Categorias Temáticas de Minayo (2007).

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Foram identificados através de três categorias temáticas, a saber: Categoria 1 - A prática da automedicação entre as pessoas idosas, identificando-se que, esta é uma prática frequente neste seguimento populacional. As prevalências foram díspares, principalmente, com foco na Atenção Primária à Saúde (APS), entre 35 e 67%. O Estudo 08 (SECOLI, et al., 2019), identificou diminuição da automedicação de 42,3% em 2006 para 18,2% em 2010, entre os idosos que participaram do Estudo Saúde, Bem-Estar e Envelhecimento (SABE). Porém, não foram encontrados resultados semelhantes na literatura atual; Categoria 2 - Principais consequências danosas da automedicação para a saúde do idoso, cujos achados apontaram para o mascaramento do quadro clínico, dificultando o diagnóstico e reações adversas provocadas pelas interações farmacológicas que caracterizam a iatrogenia medicamentosa e Categoria 3 - Principais medicamentos utilizados por idosos na prática da automedicação, na qual os resultados foram elencados por meio de três modalidades: Doenças ou sintomas: febre, dor, dor de cabeça, dor de garganta, gripe, resfriado, artrose, artrite, azia, insônia, hipertensão arterial, dislipidemia, depressão e diabetes mellitus; Nomes dos medicamentos: Polivitamínicos, Diclofenaco, Dexclorfeniramina e combinações, Orfenadrina, AAS, Bisacodil, Ticlopidina, Paracetamol, Hidróxido de magnésio, Paracetamol + clorfenamina + fenilefrina, Simeticona, Supressores da tosse, Escopolamina Antivertiginosos, Carisoprodol e combinações, Nimesulida, Clorpiramina e combinações, Omeprazol, Diazepam e Loperamida e Grupos farmacológicos: drogas ou substâncias não especificadas, álcool, anticonvulsivantes, sedativos, hipnóticos, antiparkinsonianos, analgésicos e anti-inflamatórios. Concluiu-se que as principais consequências para a saúde das pessoas idosas que praticam automedicação são negativas ou prejudiciais à saúde, como: o mascaramento do quadro clínico, dificultando o diagnóstico; as reações adversas; os sintomas inespecíficos; a piora do quadro clínico e os efeitos iatrogênicos que estão associados, principalmente, às interações medicamentosas.

REFERÊNCIAS

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. ed. 10. São Paulo: HUCITEC, 2007. 406 p.

SANTOS, A. M. S. et al. Estudo do perfil farmacoterapêutico de pacientes idosos portadores de diabetes tipo II. **Revista de Ciência e Saúde**, v. 1, n. 3, p. 24-33, 2016.

SOARES, C. B. et al. Revisão integrativa: conceitos e métodos utilizados na enfermagem. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v.48, n. 2, p. 335-45, 2014.

Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v48n2/pt_0080-6234-reeusp-48-02-335.pdf. Acesso em: 21 set. 2022.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. **Revisão integrativa: o que é e como fazer**, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/eins/v8n1/pt_1679-4508-eins-8-1-0102.pdf. Acesso em: 15 set. 2022.

TAVARES, B. L.C.; GOMES, L. E. S.; FREITAS, G. R. M. Uso indiscriminado de medicamentos e automedicação no Brasil. **Universidade Federal da Paraíba/Centro de Informações de Medicamentos**, 07 jun. 2020. Disponível em: <https://www.ufpb.br/cim/contents/menu/publicacoes/cimforma/uso-indiscriminado-de-medicamentos-e-automedicacao-no-brasil>. Acesso em: 16 set. 2022.

A PERCEPÇÃO DOS USUÁRIOS DO CAPS SOBRE O TRATAMENTO MEDICAMENTOSO E ASSISTÊNCIA

Priscila Ravrna do Nascimento Alves¹ (Aluna do curso de Farmácia do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, pris-calves@hotmail.com, Francisco Wanderlei Lima Silva² (Orientador – Professor Me. da Faculdade do Vale do Jaguaribe, wanderlei.lima@fvj.com.br)

RESUMO

Os transtornos mentais são disfunções que afetam o funcionamento do cérebro e suas atividades. Esses distúrbios afetam diferentes funções como a capacidade de concentração, raciocínio, comportamento, humor e memória. Esses problemas podem surgir por causas multifatoriais e afetar diferentes faixas etárias. A qualidade de vida desses pacientes está relacionada ao acompanhamento e tratamento adequado que pode reduzir os sintomas e complicações decorrentes dessas alterações. O presente estudo verificou o conhecimento sobre o tratamento medicamentoso e a assistência recebida pelos pacientes do CAPS de Beberibe que possam estar relacionadas a falhas no tratamento. A pesquisa ocorreu durante o mês de maio de 2023 com a aplicação de um questionário. Tratou-se de uma análise do tipo descritivo, transversal e observacional com abordagem quantitativa, o questionário foi aplicado aos pacientes durante a espera pela consulta médica. 25 participantes fizeram parte dessa pesquisa. Os dados mostram que a maior prevalência foi de mulheres 13 (52%), e destas 9 (69%) tinham faixa etária acima de 40 anos. 16 (57%) da amostra faziam uso de 3 ou mais medicamentos. O profissional mais procurado para tirar dúvidas a respeito dos medicamentos foi o psiquiatra, citado por 8 (64%) pacientes e o principal diagnóstico relatado foi a depressão 16 (40%). Mais da metade dos pacientes costuma se automedicar 17 (68%) e 12 (48%) afirmaram já terem parado o tratamento por conta própria. Constata-se, por tanto, que é indispensável a atuação do farmacêutico no CAPS assegurando aos pacientes atenção qualificada.

Palavras-chave: transtornos mentais; tratamento medicamentoso; CAPS.

INTRODUÇÃO

Nos dias atuais o processo das doenças psicológicas tem sido alvo do olhar do cuidado ao se falar de saúde, porém na idade média tais transtornos eram vistos não como um problema a ser tratado. Com o passar do tempo houve uma desmistificação, onde o transtorno psicológico foi tratado como uma doença da mente e que necessitava de cuidados em saúde, porém o manejo para com esses pacientes era de total desumanidade pois os mesmos eram internados em manicômios, muitos eram abandonados por seus familiares e vivendo em péssimas condições de higiene, além de serem submetidos a tratamentos que se demonstraram ineficazes (FERREIRA et al., 2016).

Diante do descaso gerado pelos manicômios e a necessidade de um tratamento eficaz, humano e integrativo ocorreu na década de 1970 a reforma psiquiátrica no Brasil, dando início a criação do CAPS (Centros de Atenção Psicossociais). Em 2001, foi sancionada a Lei Federal nº 10.216, que regulamenta os direitos da pessoa com transtornos mentais, orienta o tratamento e as condutas para a saúde mental no Brasil, além de determinar o fechamento gradual dos manicômios no país.

Devido ao acompanhamento médico sempre se concluir com uma prescrição medicamentosa e se tratando de doenças psicológicas os medicamentos oferecem riscos em

potenciais devido o fato de atuarem no sistema nervoso central, causando dependência, interações e outros problemas quando utilizados de maneira irracional levantando a hipótese da importância da presença do profissional farmacêutico para que o mesmo possa estar auxiliando o paciente diante do medicamento (MILHOMEN; OLIVEIRA, 2007). Portanto, o presente estudo teve a finalidade de evidenciar a percepção dos pacientes do CAPS quanto ao seu entendimento das medicações prescritas, a cerca de sua utilização e como o farmacêutico pode estar auxiliando nesse processo.

METODOLOGIA

Constituiu-se de uma análise do tipo descritivo, transversal e observacional com uma abordagem quantitativa. A pesquisa foi realizada no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) situado na cidade de Beberibe- Ceará, que atende a população que esteja devidamente cadastrada no Sistema Único de Saúde (SUS). O estudo foi composto por homens e mulheres que estivessem sendo regularmente acompanhados pela equipe multiprofissional do CAPS sem faltar as consultas nos últimos 5 meses, com idade mínima de 18 anos e que fizessem uso de um ou mais medicamentos a pelo menos 5 meses.

O CAPS presta assistência aos pacientes do município, onde estão cadastrados 3820 indivíduos que são acompanhados na referida unidade com variados diagnósticos. Durante o período de coleta dos dados foram abordadas 83 pessoas, que após serem aplicados os critérios de inclusão e exclusão foi possível aplicar o questionário em 25 pacientes.

A coleta de dados ocorreu durante a espera dos pacientes para as consultas. Inicialmente foram explicadas as informações do trabalho e em seguida foi feito o convite a quem concordasse participar. Os pacientes que aceitaram fazer parte da pesquisa se dirigiram individualmente para o espaço reservado, onde foi realizada a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e logo após foi submetido a aplicação de um

questionário.

Após a organização dos dados, foi utilizado para realizar a análise o Programa Excel®, da Microsoft Windows versão 2019, onde foram realizadas as tabulações e os resultados foram exibidos através de gráficos e tabelas.

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética da Plataforma Brasil, atendendo as recomendações da Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que dispõe das diretrizes e normas da pesquisa em seres humanos, e outorgada com parecer de nº 6.050.584

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Participaram do estudo 25 indivíduos acompanhados pelo CAPS, em que a proporção de pacientes do sexo feminino foi consideravelmente maior que no sexo masculino, onde os resultados das faixas etária foram de 18 à 25 anos, 3 (12%), 26 à 35 anos, 6 (24%), 36 à 40 anos, 3 (12%) e acima de 40 anos, 13 (52%), onde todos faziam uso de três ou mais medicamento e tinham mais de um diagnóstico estabelecido. Apresentaram-se como características de maior prevalência no estudo, o diagnóstico de ansiedade no sexo feminino e depressão em ambos os sexos. Quanto ao diagnóstico, observou-se que a depressão vinha em maior número, 16 (40%), a ansiedade com 15 (37%) e os dois diagnósticos concomitantemente representaram 9 (23%). Para Senicato (et al., 2018) um dos fatores para elucidar que o maior número de pacientes com disfunção psicológica serem do sexo feminino pode ser explicado pelas alterações hormonais que ocorrem nos períodos menstrual, pós-parto e menopausa, além da desigualdade de gênero, que em muitos casos sobrecarga mulheres que trabalham fora e precisam cuidar de todos os afazeres domésticos.

Os profissionais do CAPS mais procurados foram o psiquiatra 14 (56%), em segundo procuravam o enfermeiro 4 (29%) e por último outros 2 (7%). Por se tratarem de pacientes que sofrem de transtornos mentais e fazem uso de medicamentos de controle especial é importante que exista uma atenção e assistência eficiente que ofereça o melhor e adequado tratamento para cada paciente, uma vez que o uso desses medicamentos são quase sempre indispensáveis e existe o risco de interação com outras substâncias, é necessário fazer um acompanhamento e verificar a evolução do tratamento, se as drogas estão conseguindo desempenhar o resultado esperado e fazer correções quando necessário (Aquino, 2008).

A partir dos dados obtidos durante a pesquisa, foi possível verificar que a maioria dos participantes afirmaram não terem dúvidas a respeito dos seus medicamentos. Contudo, ao analisar as respostas é presumível que o nível de conhecimentos relatado pelos pacientes foi superficial. Constata-se, por tanto, que é indispensável a atuação do farmacêutico no CAPS. Sua importância vai além da dispensação de medicamentos, sendo o profissional mais adequado para assegurar aos pacientes atenção qualificada e promover o uso racional de medicamentos, diminuindo os riscos de intoxicações e efeitos adversos. Sua presença se faz tão necessária quanto a dos demais profissionais que já integram a equipe multiprofissional do CAPS.

REFERÊNCIAS

Aquino, D.S. da; Por que o uso racional de medicamentos deve ser uma prioridade? **Ciência & Saúde Coletiva**, v.13, p. 733-736, 2008. Disponível em: <https://www.revista.unijl.edu.br/index.php/contetosaude/article/view/1471/1225>. Acesso em: 31 Maio. 2023.

Ferreira, J. T. et al. Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS): Uma Instituição de Referência no Atendimento à Saúde Mental. **Rev. Saberes**, Rolim de Moura, vol. 4, n. 1,

jan./jun., p. 72-86, 2016. Disponível em:

https://www.researchgate.net/profile/Eraldo-Batista/publication/334098659_Os_Centros_de_Atencao_Psicossocial_CAPS_Uma_Instituicao_de_Referencia_no_Atendimento_a_Saude_Mental_The_Care_Centers_Psychosocial_Caps_a_Reference_Institution_on_Call_to_Mental_Health/links/5d166f4b299bf1547c8710b4/Os-Centros-de-Atencao-Psicossocial-CAPS-Uma-Instituicao-de-Referencia-no-Atendimento-a-Saude-Mental-The-Care-Centers-Psychosocial-Caps-a-Reference-Institution-on-Call-to-Mental-Health.pdf. Acesso em: 27 set. 2022.

Milhomem, M. A. G. C; Oliveira. A. G. B. O Trabalho em Equipe nos Centros de Atenção Psicossocial- CAPS. **Cogitare Enferm**, 12 (1): 101_8, 2007. Disponível em: <https://revista.ufpr.br/cogitare/article/view/8277/5786>. Acesso em: 30 ago. 2022.

Senicato, C; Renata, Azevedo, R, C, S; Barros, M, B, D, A. Transtorno mental comum em mulheres adultas: identificando os segmentos mais vulneráveis. **Ciência & Saúde Coletiva** 23(8):2543-2554, 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/rSxF9pjYHk5MwQ3xrvS5zcT/?format=pdf&lang=pt>
Acesso em: 30 maio. 2023.

SUPORTE FARMACÊUTICO PARA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DE PACIENTES COM FIBROMIALGIA

Rita de Cássia Amorim Alexandre de Souza ¹ (Aluna do Curso de Farmácia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. E-mail: rita.amorim@fvj.br); Orientador² (Professora Anielle Torres de Melo, e-mail: anielle.torres@fvj.br).

RESUMO

A fibromialgia é uma doença reumática crônica caracterizada por dor musculoesquelética generalizada e disfunção do Sistema Nervoso Central. Problemas psicológicos e cognitivos, como ansiedade e depressão, são frequentemente associados à fibromialgia. O acompanhamento multidisciplinar, envolvendo profissionais de saúde de diferentes áreas, pode ajudar a desenvolver planos de cuidados individualizados para atender às necessidades específicas de cada paciente. Este estudo aborda a importância do farmacêutico no cuidado com os problemas relacionados a medicamentos em pacientes com fibromialgia, enfatizando a educação e o suporte farmacêutico como componentes essenciais para melhorar a qualidade de vida desses pacientes.

Palavras-chave: fibromialgia; qualidade de vida; suporte farmacêutico.

1 INTRODUÇÃO

A fibromialgia é uma doença reumática crônica que afeta milhões de pessoas em todo o mundo. Caracterizada por dor musculoesquelética generalizada e disfunção do Sistema Nervoso Central, a fibromialgia também está frequentemente associada a problemas

psicológicos e cognitivos, como ansiedade e depressão. Esses sintomas podem impactar significativamente a qualidade de vida dos pacientes, tornando o tratamento e o manejo adequados essenciais.

No entanto, enfrentar os desafios da fibromialgia requer uma abordagem multidisciplinar, envolvendo profissionais de saúde de diferentes áreas. Entre esses profissionais, o papel do farmacêutico se destaca como fundamental. O farmacêutico desempenha um papel crucial no cuidado com os problemas relacionados a medicamentos em pacientes com fibromialgia.

Compreender a doença, os medicamentos utilizados no tratamento, seus efeitos colaterais e interações é essencial para garantir a eficácia do tratamento e minimizar riscos desnecessários. Além disso, os pacientes com fibromialgia muitas vezes enfrentam dificuldades em aderir ao tratamento devido à falta de informação adequada, dúvidas sobre o uso correto dos medicamentos e a necessidade de suporte contínuo.

Nesse contexto, o farmacêutico desempenha um papel crucial ao fornecer informações precisas, orientações e estratégias de manejo para capacitar os pacientes a tomar decisões informadas sobre seu tratamento. Eles podem fornecer orientações sobre a medicação prescrita, esclarecer dúvidas sobre dosagens, horários e possíveis efeitos colaterais. Além disso, o farmacêutico pode auxiliar na identificação e prevenção de interações medicamentosas, garantindo a segurança do tratamento.

Além disso, o farmacêutico pode oferecer suporte emocional e educacional aos pacientes, fornecendo técnicas de relaxamento, estratégias de gerenciamento da dor e promovendo a adesão terapêutica. Ao trabalhar em conjunto com outros profissionais de saúde, como médicos, fisioterapeutas e psicólogos, o farmacêutico contribui para o desenvolvimento de um plano de cuidados abrangente e personalizado para cada paciente.

Em resumo, o cuidado com os problemas relacionados a medicamentos desempenha um papel fundamental no manejo da fibromialgia. O farmacêutico desempenha um papel essencial nesse cuidado, fornecendo informações, orientações e suporte farmacêutico aos pacientes. Essa abordagem multidisciplinar, que inclui o farmacêutico como membro ativo da equipe de cuidados, é crucial para melhorar a qualidade de vida e o bem-estar dos pacientes com fibromialgia.

2 MATERIAIS E MÉTODOS OU METODOLOGIA

Este estudo adotou uma abordagem de revisão integrativa da literatura. Foram selecionadas bases de dados relevantes, como Scielo, Periódico Capes e PubMed, para identificar estudos relacionados ao tema. A estratégia de busca incluiu termos-chave como "farmacêutico", "fibromialgia", "medicamentos" e "cuidado farmacêutico". Foram estabelecidos critérios de inclusão e exclusão para selecionar os estudos mais relevantes. Foram selecionados cinco estudos que abordaram a importância da educação e suporte farmacêutico na melhoria da qualidade de vida em pacientes com fibromialgia. Os resultados indicaram a necessidade de um acompanhamento multidisciplinar, envolvendo profissionais de saúde de diferentes áreas, para desenvolver planos de cuidados individualizados que atendam às necessidades específicas de cada paciente. Os dados extraídos dos estudos foram analisados e sintetizados, e os principais resultados foram discutidos à luz da literatura existente

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da revisão integrativa destacaram a importância do suporte farmacêutico no cuidado de pacientes com fibromialgia. A falta de conhecimento sobre a doença foi

identificada como um problema comum entre os pacientes, o que pode afetar negativamente a adesão ao tratamento. A educação e o suporte fornecidos pelos farmacêuticos podem capacitar os pacientes a tomar decisões informadas sobre seu tratamento, melhorando assim a adesão terapêutica e promovendo uma melhor qualidade de vida.

Além disso, o estudo mostrou que a fibromialgia responde mal ao tratamento com analgésicos comuns, e o tratamento farmacoterapêutico recomendado inclui antidepressivos e anticonvulsivantes. O suporte farmacêutico desempenha um papel crucial ao orientar os pacientes sobre o uso adequado desses medicamentos, seus benefícios e efeitos colaterais.

4 CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FIINAIS

Com base na análise dos resultados, conclui-se que o acompanhamento multidisciplinar e o suporte farmacêutico são fundamentais para o cuidado abrangente de pacientes com fibromialgia. A falta de conhecimento sobre a doença e a baixa adesão ao tratamento são desafios que afetam negativamente a qualidade de vida dos pacientes. Portanto, é necessário implementar programas.

REFERÊNCIAS

BATISTA E. D et al. (2016). Food intake assessment and quality of life in women with fibromyalgia. **Revista Brasileira De Reumatologia**, 56(2), 105–110. <https://doi.org/10.1016/j.rbre.2015.08.015>

COSTA, T. M. e, SILVA-RODRIGUES, F. M., PERES, F. D. B., & PADULA, M. P. C. (2021). Experiências e qualidade de vida de mulheres com fibromialgia / Experiences and quality of life of women with fibromyalgia. **Brazilian Journal of Development**, 7(6), 54365–54379. <https://doi.org/10.34117/bjdv7n6-030>

HEYMANN, R. E et al. (2017). New guidelines for the diagnosis of fibromyalgia. **Revista Brasileira De Reumatologia**, 57, s467–s476. <https://doi.org/10.1016/j.rbre.2017.07.002>

LORENA, S. B. DE et al. (2016). Avaliação de dor e qualidade de vida de pacientes com fibromialgia. **Revista Dor**, 17(1), 8–11. <https://doi.org/10.5935/1806-0013.20160003>

MAFFEI ME. Fibromyalgia: Recent Advances in Diagnosis, Classification, Pharmacotherapy and Alternative Remedies. **Int J Mol Sci**. 2020 Oct 23;21(21):7877. doi: 10.3390/ijms21217877. PMID: 33114203; PMCID: PMC7660651.

MOORE R Andrew et al. Amitriptyline for fibromyalgia in adults. **Cochrane Database Systematic Reviews** v.n.5, 2019.

OLIVEIRA JÚNIOR, José Oswaldo de; RAMOS, Julia.V.C. Adherence to fibromyalgia treatment: challenges and impact on the quality of life. **Br JP**, v. 2, p. 81-87, 2019.

OLIVEIRA, Juliana P. R. et al. O cotidiano de mulheres com fibromialgia e o desafio interdisciplinar de empoderamento para o autocuidado. **Revista Gaúcha De Enfermagem**, v.40, p.e20180411, 2019.

RODRIGUES Rafaela F et al. Investigation of the Combination of Pregabalin with Duloxetine or Amitriptyline on the Pharmacokinetics and Antiallodynic Effect During Neuropathic Pain in Rats. **Pain Physician**, v.24, n.(4), pág. e511- E520,2021.

DOS SANTOS, Lísia Coradini; KRUEL, Luiz Fernando Martins. Síndrome de fibromialgia: fisiopatologia, instrumentos de avaliação e efeitos do exercício. Motriz. **Revista de Educação Física. UNESP** , pág. 436-448, 2009.

FISIOTERAPIA

MUSICOTERAPIA NO TRATAMENTO DO ALZHEIMER: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Crislane Mesquita da Silva Saraiva¹ (Aluna do curso de Fisioterapia do Centro Universitário Unijagaribe; e-mail: chrismesquitta@gmail.com), Kariza Lopes Barreto² (Professora Orientadora do Centro Universitário Unijagaribe, e-mail: kariza.barreto@fvj.br)

RESUMO

A musicoterapia é um método interativo e terapêutico que se utiliza da música como forma de tratamento. A Doença de Alzheimer, é um transtorno neurodegenerativo onde seu principal fator é a perda de memória. O principal objetivo desse estudo é mostrar, através da literatura, a eficácia da musicoterapia no tratamento da DA.

Palavras-chave: Musicoterapia. Alzheimer. Eficácia da musicoterapia no Alzheimer

INTRODUÇÃO

A doença de Alzheimer, é uma enfermidade que promove declínios acentuados de forma progressiva em centros nervosos, responsável pela cognição, memória, linguagem e atenção. A musicoterapia é um híbrido entre arte e saúde onde atuam de forma unificada em amplas áreas da saúde seja ela Fisioterapia, Enfermagem ou Psicologia, trazendo qualidade de vida para o paciente portador da doença, redução da ansiedade e lembranças que haviam sido “perdidas” de sua personalidade ou vida passada.

MARCO TEÓRICO

Mostrar a eficácia da musicoterapia do tratamento do Alzheimer e por conseguinte, mostrar a qualidade de vida dos pacientes logo após o tratamento e seus resultados.

METODOLOGIA

Foi feito um estudo do tipo integrativo por meio de uma revisão de literatura. Os Descritores utilizados foram em português: (Musicoterapia, Alzheimer, Musicoterapia no Tratamento do Alzheimer.) e em inglês: (Music, Music and Alzheimer’s disease, Alzheimer’s disease treatment.). A pesquisa foi realizada nas bases de dados: Pedro, PubMed, Scielo e Lilacs onde foram encontrados 5.462 artigos onde foram escolhidos para análise apenas 8 e excluído 5454.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

ALEIXO et al./ 2022 - Os participantes experimentaram uma discreta melhora cognitiva medida pelo Miniexame do Estado Mental ($p = 0.41$), embora sem significância estatística, e uma diminuição estatisticamente significativa na ansiedade ($p = 0.042$) na pós-intervenção. Não houve efeitos significativos na qualidade de vida e sobrecarga do cuidador.

MOREIRA et al./2018 - Estudos mostraram os benefícios do uso da música para tratar o déficit de memória em pacientes com DA.

ANNA MARIA MATZIORINIS et al./2022 - A terapia musical tem sido sugerida para melhorar o humor, reduzir a depressão e a ansiedade, melhorar a memória autobiográfica e a fluência verbal, melhorar a função cognitiva e controlar os sintomas comportamentais e

psicológicos da demência, mas ainda há uma escassez de evidências empíricas de alta qualidade.

MELISSA LEGGIERI et al.2019 - Resultados mostram que embora muitos estudos tenham investigado desfechos pré e pós-intervenção musical para pessoas com DA, há uma carência de estudos que investiguem alterações cerebrais associadas a uma intervenção musical.

LUCIA GASSNER et al./2022 - A terapia musical afetou efetivamente o humor, o comportamento neuropsiquiátrico, a apatia, a comunicação e as funções físicas para demência; os sintomas comportamentais/psicológicos melhoraram apenas na doença de Alzheimer grave, e a memória e a fluência verbal apenas na doença de Alzheimer leve. A cognição melhorou para demência em um dos quatro estudos. Tanto o método ativo (tocar música) quanto o receptivo (ouvir música) foram utilizados para demência.

HELOISA PASSOS et al./2021 - Estudos demonstram que o olhar biomédico e a utilização de fármacos, muitas vezes, não abarcam os problemas decorrentes da doença. E, a busca por alternativas outras que não o medicamento e exclusão do doente são promissoras.

ALICE THIESEN et al./2018 - A terapia musical modificou a qualidade de vida dos pacientes demenciados, proporcionando uma evolução em relação a convivência com seus sintomas. Também as relações interpessoais e a linguagem apresentaram grande evolução

PAULO CAMELLI et al./ 2022 - Estudos mostraram que os efeitos dos tratamentos disponíveis são modestos e não existem terapias medicamentosas específicas aprovadas até o momento. A prevenção da demência é um princípio fundamental.

Após a realização da pesquisa, pôde-se perceber que a música é eficaz no tratamento do Alzheimer seja ela utilizada como método de tratamento complementar ou não por se tratar de uma doença que não tem cura e que age de forma progressiva e não retrógrada. A mesma mostrou, também, que são necessários mais pesquisas e estudos sobre o assunto para que haja o aprimoramento das ideias e do tratamento.

REFERÊNCIAS

ALEIXO, M. A. R. et al. Active music therapy in dementia: results from an open-label trial. **Jornal brasileiro de psiquiatria**, v. 71, n. 2, p. 117–125, 2022.

CAMELLI, P. et al. Treatment of dementia: recommendations of the Scientific Department of Cognitive Neurology and Aging of the Brazilian Academy of Neurology. **Dementia & neuropsychologia**, v. 16, n. 3 Suppl 1, p. 88–100, 2022.

CIPRIANI, G. et al. Alzheimer and his disease: a brief history. **Neurological sciences: official journal of the Italian Neurological Society and of the Italian Society of Clinical Neurophysiology**, v. 32, n. 2, p. 275–279, 2011.

CRIVELLI, Lucía et al. Driving and Alzheimer's disease: A neuropsychological screening battery for the elderly. **Dementia & Neuropsychologia**, São Paulo, v. 13, n. 3, p.312-320, set. 2019. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1980-57642019000300312&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 10 set. 2019

GASSNER, L.; GERETSEGGER, M.; MAYER-FERBAS, J. Effectiveness of music therapy for autism spectrum disorder, dementia, depression, insomnia and schizophrenia: update of systematic reviews. **European journal of public health**, v. 32, n. 1, p. 27–34, 2022.

ACOMPANHAMENTO NUTRICIONAL NA ABORDAGEM DE REDUÇÃO DE PESO EM ATLETAS DE LUTA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Diego dos Santos Beserra¹ (Aluno do Curso de Nutrição do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, E-mail: diego.beserra@fvj.br), Gláucia Porto de Freitas² (Professora do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, E-mail: glaucia.freitas@fvj.br).

RESUMO

A pesquisa enfatiza sobre a importância da perda de peso dos atletas, a fim de que estes consigam desenvolver uma alta performance durante os campeonatos de luta que participam. Assim, o objetivo geral da pesquisa busca discutir a relevância do acompanhamento nutricional na abordagem de redução de peso de atletas de luta. Para tanto, desenvolveu-se uma revisão de literatura integrativa com abordagem qualitativa, fazendo uso de estudos publicados entre os anos de 2019 a 2023. Durante a pesquisa, percebeu-se que, para que os lutadores alcançassem o peso ideal, também era necessário adequar a alimentação a uma rotina de treinos específicos. Foi possível observar a relevância de os profissionais seguirem a dieta apresentada pelos nutricionistas de forma correta, sem alterar a quantidade de alimentos e sem trapacear sobre a informação quanto ao que estão ingerindo, quando na necessidade de reavaliação nutricional, a fim de aprimorar o que já havia sido previamente estabelecido. É possível concluir que o acompanhamento nutricional é crucial para o adequado desenvolvimento de atletas de luta, especialmente quando estes estão empenhados nas suas atividades em competições.

Palavras-chave: Acompanhamento Nutricional; Atletas; Lutadores; Redução de peso.

INTRODUÇÃO

O acompanhamento nutricional de profissionais de luta é devidamente relevante para estes consigam chegar ao peso ideal, a fim de que não sejam desclassificados quando inscritos em um torneio. Desta forma, compreende-se como relevante que os profissionais nutricionistas consigam montar estratégias para que haja perda de peso dos atletas no tempo certo (FERNANDES *et al. et al.*, 2022). Compreende-se que a reeducação alimentar em tempos de luta precisa de profissionais que sejam comprometidos ao cenário vivido. Entre os nutrientes que precisam fazer parte desta dieta estão os carboidratos e lipídios, que podem ser devidamente inseridos na dieta dos atletas a partir da devida atuação dos nutricionistas. Compreende-se como relevante discutir sobre este assunto porque, muitos atletas, na tentativa da perda do peso rápido se submetem a situações que na verdade os permite intensos problemas com desidratação, devido as suas restrições alimentares e treinos fazendo uso de agasalhos, laxantes e intervalos com uso de saunas. Considerando as infrações que são apresentadas, surge o seguinte problema de pesquisa: qual a importância do acompanhamento nutricional na abordagem de redução de peso de atletas de luta? No que tange ao objetivo geral do estudo, este visa discutir a relevância do acompanhamento nutricional na abordagem de redução de peso de atletas de luta. Com relação aos objetivos específicos, estes buscam: apresentar o papel do nutricionista na preparação do atleta de luta; enfatizar as estratégias dos nutricionistas para perda de peso do atleta de luta; e discorrer sobre a importância da reeducação alimentar de atletas de luta antes de campeonatos.

MARCO TEÓRICO

A perda de peso quase sempre acontece por meio de diversos conflitos, visto que cada indivíduo apresenta uma massa corpórea distinta, fazendo-se necessário o uso de acompanhamento nutricional para que seu intento seja alcançado. E quando se fala em perda de peso junto aos profissionais atletas, este cenário é ainda mais complexo, pois além deste acompanhamento nutricional, ainda tem-se que desenvolver uma sequência de atividades rotineira. Amaral (2022) fala sobre o acompanhamento nutricional ser fundamental para a perda de peso porque os nutricionistas conseguem desenvolver estratégias nutricionais que possibilitam o emagrecimento. Entre estas estratégias encontram-se: a restrição calórica, o jejum intermitente, e as dietas que requerem dietas reduzidas em carboidratos. Fernandes *et al.*, (2022) discorrem que quando se fala de alimentação adequada para esportistas ser necessário uma devida restrição, sobretudo, em carboidratos e lipídios, permitindo que a perda de peso aconteça de maneira mais eficiente. Os autores ainda enfatizam sobre o desequilíbrio hormonal que acontece junto aos atletas antes das lutas, acarretando problemas ao sistema cardiovascular, além de prejuízo mental e alterações de humor, o que precisa ser pensado no momento em que desenvolve-se uma dieta, a fim de que o objetivo seja alcançado. É importante ressaltar que a perda de peso junto aos atletas se trata de um cenário complexo para os sujeitos, exigindo que os profissionais que o acompanham consigam desenvolver com velocidade as funções em um período competitivo vivido por eles.

METODOLOGIA

Para que o estudo seja desenvolvido com êxito, efetiva-se uma pesquisa de revisão de literatura integrativa, sendo este fundamental porque é realizado de forma sistemática, fazendo seleção de pesquisas previamente analisadas e que consigam responder ao problema de pesquisa, que no caso deste estudo busca responder: qual a importância do acompanhamento nutricional na abordagem de redução de peso de atletas de luta? No que tange ao método da pesquisa trata-se do qualitativa, considerando que aborda uma questão numérica, mas sim, de contexto social, visto que apresenta mudanças que ocorrem com o tempo, a depender da cultura dos sujeitos. Conforme aponta González (2020), a pesquisa qualitativa desenvolve-se por meio de um indivíduo cognoscente, auxiliando no interesse acerca do assunto tratado. Compreendendo este contexto, surgem critérios de inclusão e exclusão para que as pesquisas sejam alcançadas. Os critérios de inclusão relacionam-se a aqueles que foram desenvolvidos nos últimos cinco anos (2019 a 2023), pesquisas originais e aquelas que respondam ao problema de pesquisa. Com relação aos critérios de exclusão tratam-se dos estudos duplicados, aqueles que não atendem as expectativas dos objetivos traçados e que apresentam por meio do resumo discordância com as informações buscadas. Com relação as bases de dados utilizadas para que a pesquisa tenha êxito, utilizaram-se a *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Google Acadêmico e revistas que abordem sobre o assunto. Para a realização da busca foram utilizados os seguintes descritores: “atletas”; “desempenho físico”; “educação nutricional” e “Redução de peso”. Foram alcançados cerca de 25 estudos ao todo, sendo que após análise apenas 08 foram selecionados para compor a pesquisa.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Cabe destacar que dos arquivos que se apresentam, 37,5% foram desenvolvidos no ano de 2019, 37,5% em 2020 e o último representando os anos de 2021 e 2020, respectivamente com 12,5%. Com relação a metodologia usada nos artigos selecionados, 50% tratam-se de uma pesquisa transversal, seguido por estudos observacional e descritivo,

apresentando ambos com 25%. Frente aos estudos que se apresentam, Maurício *et al.*, (2022) enfatizaram em sua pesquisa sobre a necessidade do desenvolvimento de atividades físicas alinhadas ao acompanhamento nutricional para que os atletas de luta consigam ter um peso ideal para sua alta performance. De acordo com os autores, este cenário não teve como acontecer no período da pandemia da novo coronavírus (COVID-19), visto que houve um relaxamento dos lutadores neste sentido. Para além deste contexto, o contato entre nutricionistas e atletas tornou-se limitado devido ao distanciamento social. Os autores apontam que deva existir um ritmo frenético quanto aos cuidados com a alimentação por um longo tempo, visando que, quando chegar próximo ao período das lutas, os sujeitos sejam desidratados para que a perda de peso se apresente ainda mais de forma significativa. O papel do nutricionista, junto aos profissionais de luta, relaciona-se aos problemas com relação ao consumo de carboidratos e lipídeos. Os profissionais de luta apresentaram problemas com relação a perda rápida de peso e após avaliar a rotina dos lutadores, evidenciou-se que era preciso que estes precisavam realizar exercícios com maior constância e dieta de forma gradual. Diante da revisão realizada, foi possível identificar que o acompanhamento nutricional junto aos atletas de luta permite uma redução de peso adequada para que uma performance de qualidade seja desenvolvida quando participarem de campeonatos. Ficou evidente que os carboidratos assim como também os legumes e verduras devem ser ingeridos na quantidade adequada a cada sujeito, visto que a ingestão alimentar, alinhada a um treino rotineiro, permite o bem-estar dos atletas para a preparação de cada luta. Evidencia-se que informações mais aprofundadas necessárias ao estudo dessa temática não se esgotam nessa revisão tendo em vista que informações sobre dietas adequadas mudam constantemente, a depender do que exige o tipo de luta que participa o atleta, além da percepção da escassez de publicações recentes.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Gabriela Ribeiro do. **Estratégias nutricionais de perda de peso: um estudo de revisão.** Universidade do sul de Santa Catarina, 2022. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/28746>. Acesso em: 10 mai. 2023.
- FERNANDES, Amanda Ribeiro *et al.* Comportamento alimentar, estratégias de perda de peso e suas consequências em atletas de luta. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 11, n. 9, pág. e17311931747-e17311931747, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/31747>. Acesso em: 02 abr. 2023.
- GONZÁLEZ, Fredy Enrique. Reflexões sobre alguns conceitos da pesquisa qualitativa. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 8, n. 17, p. 155-183, 2020
- MAURÍCIO, Clóvis de Albuquerque *et al.* O efeito da quarentena Covid-19 na massa corporal de atletas de brazilian Jiu-jitsu: The effect of the Covid-19 quarantine on the body mass of brazilian Jiu-jitsu athletes. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 5, n. 4, p. 13532-13541, 2022.

EQUOTERAPIA NO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: BENEFÍCIOS E IMPORTÂNCIA

Emanuela Kryssia Façanha de Andrade e Karina Távora Gondim (Alunas do curso de Bacharelado em Fisioterapia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail:), Orientadora: Hinkilla dos Santos Giló, (Professora e Coordenadora do curso de Fisioterapia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail:)

RESUMO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um dos transtornos que representa uma síndrome comportamental responsável por comprometer o desenvolvimento motor e psiconeurológico, o que acaba gerando alguns prejuízos em diferentes áreas, como a cognição, linguagem e sociabilidade do indivíduo. A equoterapia é eficaz por trazer estímulos corporais para a criança ao andar a cavalo, o que contribui no seu desenvolvimento psicomotor, proporcionando a capacidade de controlar seu próprio corpo, o que faz com que a criança progrida em diversos aspectos, tanto externos, como internos. Identificar na literatura a importância e os benefícios da equoterapia em crianças com transtorno do espectro autista, mostrando ainda como essa terapia pode auxiliar no desenvolvimento cognitivo e psicomotor das mesmas. Tratar-se-á de uma revisão de literatura integrativa através de um levantamento bibliográfico sobre a importância e os benefícios da equoterapia em crianças com transtorno do espectro autista, serão utilizadas as bases de dados PubMed, LILACS, SciElo e BVS a fim de buscar artigos com relevância científica dos últimos 6 anos (2016-2022), priorizando ensaios clínicos randomizados, relatos de pesquisa e estudos de caso nos idiomas inglês, português e espanhol, evidenciando os achados científicos da terapia da mesma. Foram encontrados 05 periódicos, sendo selecionados de acordo com critérios de inclusão seis ensaios clínicos randomizados. Foi verificado que a equoterapia é um dos tratamentos mais inovadores para crianças com transtorno do espectro autista, pois melhora em muitos aspectos a vida dessas crianças, seja no aspecto físico, mobilidade, emocional, psicológica, dentre outros. A equipe multidisciplinar é muito importante também, pois permite acompanhar ele de forma integral e não parcial, verificando todos os aspectos que forem pertinentes nessa terapia.

Palavras-chave: Importância clínica; Transtorno do espectro autista; Terapia assistida por cavalos.

1 INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um dos transtornos que representa uma síndrome comportamental responsável por comprometer o desenvolvimento motor e psiconeurológico, o que acaba gerando alguns prejuízos em diferentes áreas, como a cognição, linguagem e sociabilidade do indivíduo. Dessa maneira, é importante ressaltar que novas terapias têm surgido para melhorar a qualidade de vida desses indivíduos, principalmente as crianças (ANDERSON; MEINTS, 2016; WIESE; SIMPSON; KUMAR, 2016).

Diversas pesquisas tentam achar a causa do autismo, porém ainda não existe um consenso sobre isso, mas pesquisas atuais têm demonstrado que o TEA é multifatorial e também depende de alguns fatores, como a genética e o ambiente. O TEA acontece

principalmente em meninos em uma proporção de quatro meninos para uma menina, além de ser bastante frequente entre irmãos (ALISON; JO; REIKO, 2016; MECCA et al., 2011).

As características clínicas do autismo podem imiscui-se de diferentes áreas de ocupação, como lazer, sono, descanso, brincar, escola, social, trabalho, dentre outros. Por conta disso, existem diversos questionamentos acerca das várias opções de tratamento aplicáveis nesse quesito, principalmente por que leva muitas famílias a procurar terapias alternativas que muitas vezes não são comprovadas cientificamente para tentar sanar todas essas questões acerca desse processo (CAVALCANTI; DUTRA; ELUI, 2015; LANNING et al., 2014).

Segundo a Associação Nacional de Equoterapia (ANDE), a terapia assistida por cavalos é um método curativo e educacional que se utiliza do cavalo como recurso terapêutico, tendo como principal objetivo o desenvolvimento biopsicossocial dos seus participantes. Tal prática é utilizada em diversas situações e condições clínicas, como o autismo, deficiência visual, síndrome de Down, paralisia cerebral, dentre outras (SEVERO, 2010).

A equoterapia é eficaz por trazer estímulos corporais para a criança ao andar a cavalo, o que contribui no seu desenvolvimento psicomotor, proporcionando a capacidade de controlar seu próprio corpo, o que faz com que a criança progrida em diversos aspectos, tanto externos, como internos (SANTOS, 2012). Essa terapia é realizada ao ar livre, em um espaço relaxado e que necessita de uma equipe multidisciplinar e multiprofissional, composta por médicos, psicólogos, fonoaudiólogos, psicopedagogos, instrutores de equitação, fisioterapeutas, dentre outros profissionais, que juntos vão trabalhar para avançar em todas as áreas que são e/ou foram afetadas pelo transtorno e/ou síndrome (SOUZA; SILVA, 2015).

É importante ressaltar que todo esse processo precisa e necessita do apoio familiar para que possa dar resultados significativos, pois a interação da criança com o cavalo faz com que desenvolva novas formas de se comunicar, socializar, autoconfiança e principalmente autoestima na criança, fazendo com que elas tenham alegria e satisfação ao montar no cavalo, buscando sempre uma autoaceitação de si mesmas, o que aumenta ainda mais sua capacidade cognitiva, expressões, sons, dentre outros aspectos. No entanto, tudo isso é perdido caso não tenha apoio das suas famílias (FREIRE; POTTSCH, 2009; DUARTE et al., 2015).

Essa pesquisa se justifica por que não existem muitos trabalhos voltados para essa temática, sendo este um dos pioneiros nesse quesito, além de ser bastante relevante para a sociedade, pois muitas crianças com transtorno do espectro autista são excluídas por outras ou até mesmo pela sociedade, que deveria acolher ao invés de excluir e esse tipo de terapia auxilia bastante eles nesse processo de autoaceitação, dentre outros.

Diante do que foi exposto, foi realizado uma pergunta clínica do tipo PICO: qual a importância e os benefícios da equoterapia em crianças com transtorno do espectro autista?

Em virtude disso, a presente pesquisa tem como objetivo identificar na literatura a importância e os benefícios da equoterapia em crianças com transtorno do espectro autista, mostrando ainda como essa terapia pode auxiliar no desenvolvimento cognitivo e psicomotor das mesmas.

2 METODOLOGIA

Para o alcance do objetivo proposto, foi necessário a revisão da literatura. A opção por esse aparato metodológico possibilita ao discente um olhar mais amplo em relação ao tema. Foram selecionados diversos artigos como modelos de estudos, as principais buscas foram relacionadas com: Importancia clínica. Trastorno del espectro autista. Terapia asistida por caballos. Clinical significance. Autism spectrum disorder. Horse assisted therapy. Esse tipo de pesquisa trata-se de analisar a produção bibliográfica em terminada área temática,

dentro de um recorte de tempo, fornecendo uma visão geral ou um relatório de estado da arte sobre um tópico específico, evidenciando novas ideias, métodos, subtemas que têm recebido maior ou menor ênfase na literatura selecionada. Vale destacar que essa revisão também serve para o próprio autor, já que possibilita adquirir conhecimento frente ao assunto abordado, tornando-se mais claro seu objetivo, ou até mesmo perdê-lo caso não esteja bem estruturado. Noronha (2000, p. 192) defende que para o pesquisador, notadamente no momento da pesquisa bibliográfica, a revisão de literatura é uma ferramenta importante para otimização do trabalho de investigação pois, a mesma propicia ao pesquisador tomar conhecimento, em uma única fonte, do que ocorreu ou está ocorrendo periodicamente no campo estudado, podendo substituir a consulta a uma série de outros trabalhos. Dessa forma, o trabalho possui como base fontes sólidas para sua estruturação bem como proporcionar ao educando novos conhecimentos frente ao tema em destaque.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com Duarte et al. (2019), o mesmo também realizou uma revisão bibliográfica sobre a temática da equoterapia no auxílio a crianças com transtorno do espectro autista. Na finalização dessa pesquisa, o autor deixou evidente a importância de se destacar de forma positiva a prática de equoterapia aos pacientes com transtorno do espectro autista. Diversas são as contribuições que isso pode acarretar, desde a físicas até mentais, sociais, dentre outras, porém, percebe-se ainda que é algo novo, não é muito encontrado ainda em artigos ou outros materiais, o que necessita de mais estudos ainda, visando entender ainda melhor os benefícios que a equoterapia pode trazer como forma de tratamento para as crianças com TEA.

Segundo Pimentel et al. (2019), os mesmos analisaram os efeitos de intervenções terapêuticas baseadas na equoterapia para o desenvolvimento de crianças com autismo. Eles verificaram que essa terapia existe diversos benefícios como mentais e sociais, principalmente. Outro ponto que eles destacaram foi a importância do profissional de fisioterapia nesse processo, pois é necessário que os mesmos busquem mais informações acerca dessa terapia, além de ajudar na construção desse processo visando a melhora da qualidade de vida das crianças autistas.

Segundo Silva; Lima; Salles (2018), eles destacam o vínculo afetivo que a criança autista faz com o cavalo, além da importância desse vínculo para que a mesma possa continuar nesse tipo de terapia. Winnicott enfatiza o papel das experiências iniciais para o estabelecimento de vínculos afetivos presentes e futuros, sendo que todo o processo inicial começa com o vínculo de mãe-filho, então tudo que venha posterior a isso dependerá de forma direta das experiências que forem vivenciadas durante o desenvolvimento infantil inicial.

De acordo com Quinteiro; Pottker (2017), os mesmos também realizaram uma pesquisa bibliográfica mostrando quais as contribuições da equoterapia para o desenvolvimento das integrações das funções motoras das crianças com TEA. Diversos são os benefícios da equoterapia no desenvolvimento psicomotor da criança com TEA, dentre eles: ajuda no desenvolvimento rítmico, esquema corporal, postura, equilíbrio, coordenação motora, orientação temporal, dentre outros. Além disso, eles relataram também a importância de uma equipe multidisciplinar, como psicólogo, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, médico, educadores de equitação, dentre outros para que as atividades sejam mais bem trabalhadas e planejadas sob uma óptica multidisciplinar, além do acompanhamento completo que a criança com TEA irá ter.

Segundo Bender; Guarany (2016), o objetivo do trabalho deles era identificar o efeito da equoterapia no desenvolvimento funcional de crianças e adolescentes com transtorno

do espectro autista, fazendo uma comparação com quem praticava equoterapia e quem não praticava. Participaram da pesquisa indivíduos com TEA entre três a quinze anos de idade, divididos da forma falada anteriormente e emparelhados por gênero e idade. Após isso, foi utilizado um questionário para avaliar as variáveis socioeconômicas dos participantes e também para avaliação do desempenho funcional e a medida de independência funcional. Como resultado, tiveram que houve diferença para o desempenho funcional das crianças que praticavam equoterapia na área de autocuidado e mobilidade, sugerindo que a equoterapia é eficaz para crianças com TEA, tanto nas tarefas de autocuidado, como nas de mobilidade, sendo uma grande área para terapia ocupacional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos estudos supramencionados ficou evidente que o objetivo do trabalho foi concluído de forma satisfatória. Além disso, foi verificado que a equoterapia é um dos tratamentos mais inovadores para crianças com transtorno do espectro autista, pois melhora em muitos aspectos a vida dessas crianças, seja no aspecto físico, mobilidade, emocional, psicológica, dentre outros. Além disso, o fisioterapeuta tem uma importância impar nesse processo, pois é a partir dele que a criança terá um acompanhamento melhor em todo esse processo. A equipe multidisciplinar é muito importante também, pois permite acompanhar ele de forma integral e não parcial, verificando todos os aspectos que forem pertinentes nessa terapia. No entanto, foi visto também que ainda necessita de mais estudos nessa área, pois mesmo que seja uma área inovadora, é uma das áreas que estão em déficit de conteúdo, sendo por isso, esse trabalho um dos pioneiros nessa perspectiva.

REFERÊNCIAS

- BENDER, Daniele Dornelles; GUARANY, Nicole Ruas. Efeito da equoterapia no desempenho funcional de crianças e adolescentes com autismo. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, [S.L.], v. 27, n. 3, p. 271, 30 dez. 2016.
- DUARTE, Luana Perdiz; LEAL, José Alberto; HELLWIG, Juliana Macke; BLANCO, Gisele Silveira; DIAS, Silvia Luci de Almeida. Revisão bibliográfica dos benefícios que Equoterapia proporciona a pacientes com Transtorno do Espectro Autista. **Brazilian Journal Of Health Review**, [S.L.], v. 2, n. 4, p. 2466-2477, 2019. Brazilian Journal of Health Review. <http://dx.doi.org/10.34119/bjhrv2n4-019>.
- PIMENTEL, Gabriela Cunha; RIBEIRO, Fernando de Oliveira; MORAES, Nandra Oneide Pantoja; BLOIS, Luana Valeria dos Santos. Os efeitos da equoterapia em crianças com autismo. **Fisioterapia Brasil**, [S.L.], v. 20, n. 5, p. 684-691, 24 out. 2019. Convergences Editorial. <http://dx.doi.org/10.33233/fb.v20i5.2703>.
- QUINTEIRO CRUZ, BD; POTTKER, CA AS CONTRIBUIÇÕES DA EQUINOTERAPIA PARA O DESENVOLVIMENTO PSICOMOTOR DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTÍSTICO. **Revista Uningá**, [S. l.], v. 32, n. 1, pág. 147–158, 2017.
- SILVA, Aline Soares Mazzeu da; LIMA, Fabiane Petean Soares de; SALLES, Rodrigo Jorge. Vínculo afetivo de crianças autistas na equoterapia: uma contribuição de Winnicott. **Bol. - Acad. Paul. Psicol.**, São Paulo, v. 38, n. 95, p. 238-250, 2018.

EFEITOS DO MÉTODO PILATES NA FLEXIBILIDADE DE IDOSOS: REVISÃO NARRATIVA DE LITERATURA

Francisca Fernanda da Silva¹ (Aluna do curso de Bacharelado em Fisioterapia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail:), Orientadora: Kariza Lopes Barreto², (Professora do curso de Fisioterapia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail:)

RESUMO

O Pilates é composto por exercícios que realizam contrações isotônicas concêntricas e excêntricas e, de preferência, isométricas, com ênfase no *Power house* – caixa de força – descrito por Joseph Hubertus Pilates. Realizar um levantamento bibliográfico sobre os efeitos do método Pilates na flexibilidade de idosos. Estudo de revisão bibliográfica narrativa, onde foram utilizadas algumas bases de dados, sendo elas: SciELO; LILACS; PUBMED e BVS. Para a busca dos artigos foram utilizadas palavras-chaves em português selecionadas mediante consulta aos DeCS da Bireme: Efeito. Pilates. Idosos. Flexibilidade. Para a seleção das fontes, foram elegidos critérios de inclusão e exclusão. A coleta dos artigos foi realizada durante todo o primeiro semestre do ano de 2023 até o mês de maio. Dessa forma, ao final da análise, restaram 05 artigos, onde os mesmos foram analisados e incluídos na revisão narrativa. A população idosa viverá bastante segundo diversas e grandes projeções traçadas, porém, é preciso alcançar a longevidade juntamente com uma certa qualidade de vida, diminuição de lesões e patologias, diminuição da tomada de vários medicamentos. Os principais princípios do pilates são: controle, respiração, fluidez, concentração, precisão e centralização. Tudo isso faz com que proporcione força muscular. Por fim, é importante estar sempre associando o pilates a outros processos, além de evidenciar e verificar que o método é seguro, eficaz e prazeroso para os idosos que participam disso. Tal procedimento contribui bastante para a independência do idoso, pois muitas vezes o mesmo se prende bastante. Por conseguinte, é importante que existam mais estudos acerca dessa área.

Palavras-chave: Efeito; Pilates; Idosos; Flexibilidade.

1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento é um mecanismo fisiológico que sucede ao longo da vida, designado como processo natural nas quais alterações estruturais, funcionais, metabólicas e mentais caracterizam uma implicação na autonomia e adaptação do corpo perante o meio externo, o que predispõe a um aumento da suscetibilidade ao indivíduo juntamente a uma maior vulnerabilidade a doenças. A velhice é a condição na qual o indivíduo está em um momento do processo orgânico, considerado como uma etapa da vida, parte que integra um ciclo natural, se apresentando como uma experiência inigualável e autêntica (MACENA;

HERMANO; COSTA, 2018). Atualmente, o público idoso está sendo apontado por seu progressivo crescimento no meio das civilizações, sendo estimado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) que em 2050 haverá uma totalidade de dois bilhões de pessoas com idade superior a sessenta anos, em que 80% constituem a população dos países emergentes (ONU, 2014). Algumas modificações biológicas vistas no idoso com o processo de envelhecimento atinge o sistema cardiovascular, com a redução da capacidade cardíaca em aumentar o número e a força das pulsações cardíacas. Já no sistema respiratório ocorre déficit na função pulmonar. Além disso, alterações se tornam também perceptíveis com o envelhecimento no sistema musculoesquelético, em que há diminuição do comprimento, elasticidade e número de fibras. Também se nota a perda de massa muscular e elasticidade tendinosa e ligamentar (estruturas conectivas) e da viscosidade dos líquidos sinoviais (FECHINE; TROMPIERI, 2012). A senescência se caracteriza por alterações e prejuízos na funcionalidade de diversos sistemas corporais, provocando mudanças anatômicas e funcionais consideráveis em pessoas com idade mais avançada. Pesquisas apontam os benefícios na incorporação de exercícios físicos de resistência muscular e aeróbicas no cotidiano dos idosos, como meio de reduzir complicações inerentes ao processo de envelhecimento, como perda de funcionalidade, flexibilidade e de equilíbrio. Dentre os diversos tipos de atividade física para idosos, o método Pilates se apresenta como uma modalidade buscada, testada e aprovada como benéfica para estas finalidades, à proporção que as pessoas se tornam com mais vulnerabilidades, objetivando a melhora do bem-estar biopsicossocial (VEIGA et al, 2019). O Pilates é composto por exercícios que realizam contrações isotônicas concêntricas e excêntricas e, de preferência, isométricas, com ênfase no *Power house* - caixa de força – descrito por Joseph Hubertus Pilates. Este centro de força é constituído pelos músculos do abdome, região glútea e paravertebrais lombares, que são incumbidas em estabilizar estaticamente e dinamicamente o corpo. Portanto, no momento dos exercícios, a expiração é feita em associação com a contração diafragmática, o transverso abdominal, o multífido e os músculos pélvicos (SILVA; MANNRICH, 2009). Na intenção de aperfeiçoar um trabalho sobre a importância terapêutica do Pilates no público idoso, é imprescindível sumariar informações sobre as características concernentes ao envelhecimento, com ênfase nos distúrbios musculoesqueléticos e na redução da capacidade funcional do ancião, principalmente, da flexibilidade corporal. Desta maneira, o referido estudo se justifica pela importância de salientar os benefícios do Pilates e a recuperação da flexibilidade de idosos submetidos a esse tipo de método. Além disso, este trabalho agregará conhecimentos à literatura científica, instigando a concepção de novos estudos sobre a temática proposta. Por fim, este estudo teve como objetivo realizar um levantamento bibliográfico sobre os efeitos do método Pilates na flexibilidade de idosos.

2 METODOLOGIA

Para o alcance do objetivo proposto, foi necessário a revisão da literatura. A opção por esse aparato metodológico possibilita ao discente um olhar mais amplo em relação ao tema. Foram selecionados diversos artigos como modelos de estudos, as principais buscas foram relacionadas com: Efeito. Pilates. Idosos. Flexibilidade. Esse tipo de pesquisa trata-se de analisar a produção bibliográfica em terminada área temática, dentro de um recorte de tempo, fornecendo uma visão geral ou um relatório de estado da arte sobre um tópico específico, evidenciando novas ideias, métodos, subtemas que têm recebido maior ou menor ênfase na literatura selecionada. Vale destacar que essa revisão também serve para o próprio autor, já que possibilita adquirir conhecimento frente ao assunto abordado, tornando-se mais claro seu objetivo, ou até mesmo perdê-lo caso não esteja bem estruturado. Noronha (2000, p. 192) defende que para o pesquisador, notadamente no momento da pesquisa bibliográfica, a revisão de literatura é uma ferramenta importante para otimização do trabalho de investigação

pois, a mesma propicia ao pesquisador tomar conhecimento, em uma única fonte, do que ocorreu ou está ocorrendo periodicamente no campo estudado, podendo substituir a consulta a uma série de outros trabalhos. Dessa forma, o trabalho possui como base fontes sólidas para sua estruturação bem como proporcionar ao educando novos conhecimentos frente ao tema em destaque.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil se encontra em uma grande transição em seu perfil demográfico. Diante disso, estima-se que a população acima dos 65 anos aumente entre 2 a 4% até 2040. Mundialmente, a Organização Mundial de Saúde (OMS) prevê que isso representará cerca de 2 bilhões da população do mundo (PERFEITO; NUNES, 2021). Diversas pessoas já são tratadas na atenção primária a saúde, possibilitando uma maior preocupação por parte dessa população com as doenças que podem vir a acarretar posteriormente neles (MAIA et al., 2020). Diversos programas são utilizados para melhorar esse desempenho dessa população, porém ainda existem muitos que se evadem, principalmente porque o processo de envelhecimento é algo degenerativo e progressivo que muitas vezes levam a alterações biológicas e morfológicas, contribuindo para uma maior ineficiência da funcionalidade do nosso corpo. Sendo assim, a velocidade desse decaimento depende de uma gama de fatores, como genética, social, sedentarismo, dentre outros (BANKOFF, 2019). Além dos fatores citados anteriormente, tal processo ainda compromete diversos sistemas, como o cardiovascular, musculoesquelético, sistema nervoso central e diversos outros, fazendo com que contribuam juntos para uma deficiência no processamento de sinais, funções e equilíbrios (SANT'ANA et al., 2019; NETO et al., 2020). Um dos métodos que é o mais disseminado para auxiliar nesses processos é justamente o pilates, sendo o mesmo realizado pelo profissional fisioterapeuta. Os principais princípios do pilates são: controle, respiração, fluidez, concentração, precisão e centralização. Tudo isso faz com que proporcione força muscular, resistência, equilíbrio, flexibilidade e coordenação no público-alvo, ou seja, os idosos (FIGUEIREDO et al., 2018; CRISPIM et al., 2016; SILVA; ALBUQUERQUE; ALENCAR, 2021). Tal recurso melhora além dos aspectos funcionais, os sociais também são melhorados por esse processo (BULLO et al., 2015). De acordo com o estudo de KNEIP; OLIVEIRA; CONTENÇAS (2018), eles buscaram avaliar a influência do pilates na melhora da flexibilidade e qualidade do sono. Sendo assim, foi realizado um estudo com 15 idosos, com idade entre 60 e 80 anos, submetidos a sessões de pilates, sendo 15 de treinamento, 1 de avaliação e 1 de reavaliação, duas vezes por semana de 50 minutos cada sessão. A fisioterapia mostra-se cada vez mais eficaz quanto ao nível de tratamento de diversas patologias ou alterações. Como diminuição da força muscular, alterações na postura, equilíbrio, dentre outros (MELO; ANDRADE, 2022).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante disso, é importante ressaltar que o objetivo final do artigo foi concluído, possibilitando diversos conhecimentos acerca do método pilates para uma melhor e maior flexibilidade por parte dos idosos. Dessa maneira, a qualidade de vida é uma das condições básicas que precisamos estar em dia, principalmente, conosco mesmo, principalmente pelo fato de melhorar diversos fatores. É importante estar sempre associando o pilates a outros processos, além de evidenciar e verificar que o método é seguro, eficaz e prazeroso para os idosos que participam disso. Tal procedimento contribui bastante para a independência do idoso, pois muitas vezes ele se prende bastante. Por conseguinte, é importante que existam mais estudos acerca dessa área, principalmente focando na população mais carente, que são os

idosos.

REFERÊNCIAS

- BULLO, V.; BERGAMIN, M.; GOBBO, S.; SIEVERDES, J. C.; ZACCARIA, M.; NEUNHAEUSERER, D.; ERMOLAO, A. (2015). The effects of Pilates exercise training on physical fitness and wellbeing in the elderly: A systematic review for future exercise prescription. **Preventive Medicine**, n. 75, p. 1–11.
- BANKOFF, A. Equilíbrio corporal, postura corporal no processo de envelhecimento e medidas de prevenção através do exercício físico: uma revisão. **RESMA**, v. 9, n.2, pp. 17-33, Agosto/Dezembro. 2019.
- CRISPIM, D. C. S, et al. (2016). Autonomia funcional dos idosos praticantes do método pilates. **R. Interd.** 9(3), 12-17.
- FIGUEIREDO, T, et al. (2018). Intervenção do método pilates em idosos no brasil: uma revisão sistemática. **Rev. Aten. Saúde**, 16(57), 87-97.
- FECHINE, A. R. B; TROMPIERI, N. O processo do envelhecimento: as principais alterações que acontecem com o idoso com o passar dos anos. **Revista Científica Internacional**, v. 1, n. 7, p. 106-194, jan/mar, 2012.
- KNEIP, Karolyne; OLIVEIRA, Gláucia Cristina Antunes Ferraz de; CONTENÇAS, Thaís Santos. A influência do método Pilates solo em idosos sedentários na melhora da flexibilidade e da qualidade do sono. **Revista Brasileira de Fisiologia do Exercício**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 38-46, fev. 2018.
- MACENA, G. W; HERMANO, O. L; COSTA, C. T. Alterações fisiológicas decorrentes do envelhecimento. **Revista Mosaicum**, v. 27, p. 223-236, jan/jun, 2018.
- MELO, Emily Ariel Aguiar de; ANDRADE, Horacinna Maria Cavalcante de. BENEFÍCIOS DO MÉTODO PILATES NA TERCEIRA IDADE. **Revista Diálogos em Saúde**, Paraíba, v. 5, n. 1, p. 103-112, jun. 2022.
- MAIA, L; COLARES, T; MORAES, E; COSTA, S. Idosos robustos na atenção primária: fatores associados ao envelhecimento bem-sucedido. **Rev. Saúde Pública**, 54 06 Abr 2020.
- NETO, J; CÂMARA, G; SOUZA, W; NOCRATO, M. Propensão de quedas em idosos: análise entre força muscular e equilíbrio. **Revista Saúde e Desenvolvimento**, vol.13, n.16, 2019.
- NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL, ONU BR. Mundo terá 2 bilhões de idosos em 2050; OMS diz que ‘envelhecer bem deve ser prioridade global’, 2014. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/mundo-tera-2-bilhoes-de-idosos-em-2050-oms-diz-que-envelhecer-bem-deve-ser-prioridade-global/>. Acesso em: 30 out. 2019.
- PERFEITO, Rodrigo Silva; NUNES, Alanna de Sousa. EFEITOS DO TREINO DE FORÇA E FLEXIBILIDADE PELO MÉTODO PILATES NO EQUILÍBRIO DE

IDOSOS. **Revista Referências em Saúde da Faculdade Estácio de Sá de Goiás**, Goiás, v. 4, n. 1, p. 55-60, jul. 2021.

SILVA, N. A; MENEZES, T. N. Capacidade funcional e sua associação com idade e sexo em uma população idosa. **Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano**, v. 16, n. 3, p. 359-370, 2014.

PREVALÊNCIA DE MELASMA EM MULHERES ADULTAS BRASILEIRAS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Gilmara Maria Rebouças Silva¹ (Aluna do Curso de Fisioterapia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – UNIJAGUARIBE. Aracati-CE, 2023. E-mail: Gilmara.Maria.@fvj.br), Orientador² Docente do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – UNIJAGUARIBE. Aracati-CE, 2023. E-mail: Kariza.Barreto.@fvj.br

RESUMO

Este estudo caracteriza-se como uma revisão de literatura, seu intuito foi de auxiliar o pesquisador a encontrar trabalhos e metodologia similares, sobre Melassomos (Melasma). A análise foi feita em estudos já publicados do assunto em bases de dados como Pubmed, Scientific Electronic Library Online (SciELO). Para os critérios de inclusão e exclusão foram considerados artigos publicados entre janeiro de 2009 a dezembro de 2021, que incluíram amostras de mulheres adultas (idade superior a 18 anos) expostas ao sol em diferentes lugares (cidades, país, várias idades, e cores). Foram selecionados para análise 18 estudos e excluídos 10. De acordo com as pesquisas analisadas pode-se constatar que a maioria das mulheres brasileiras são portadoras da doença, onde o tempo de exposição solar e a gravidez são os maiores causadores da doença. Muitas pesquisas constaram também que o surgimento da doença ocorre, em média, a partir dos 20 anos de idade. As pesquisas onde foram considerados os tratamentos que as mulheres fazem para doença, o mais citado foi o uso de protetor solar, que ainda assim é um pouco negligenciado.

Palavras-chave: Exposição; melasma; mulheres; prevalência.

INTRODUÇÃO

A pele possui 16% do peso do corpo, sendo o maior órgão, é formada por camadas, sendo elas: a epiderme, derme e a hipoderme. A epiderme, que é a parte externa, constituída pelas células epiteliais queratinócitos, é considerada avascular e tem como função a proteção. A derme, uma camada profunda constituída de tecido conjuntivo formada por elastina e fibras de colágeno, possui terminações nervosas e tem como função a sustentação e distribuição de nutrientes e oxigênio. A hipoderme formada por células adipócitos, tem a finalidade de armazenamento, proteção e modelação do corpo (BERNARDO; SANTOS; SILVA; 2019).

O melassomos são mais evidentes em pessoas negras e com maior idade do que pessoas brancas, pois neles são armazenadas mais unidades de células do que agrupamentos. Na pele normal a melanina é extremamente densa, obtendo um polímero nitrogenado (D'elia;

2015). Os Melassomos expandem-se em uma série de estágios morfológicamente decidido, desde estruturas despigmentadas (estágio I) até organelas listradas repletas de melanina (estágio IV) (MIOT; SILVA; MARQUES 2009).

Com isso, esse estudo parte da justificativa de que o Brasil é um país situado em uma região tropical, ou seja, de grande incidente de luz solar, adaptado ao fator vulnerável, com grande quantidade de casos de mulheres diagnosticadas com Melasma, tornando-se importante uma revisão bibliográfica sobre o diagnóstico de Melasma em mulheres para melhorar sua aparência e elevar sua autoestima com cuidados adequados a exposição ao sol.

MARCO TEÓRICO

Os melanócitos são células responsáveis pela pigmentação da pele e dos pelos, determinando a tonalidade cutânea, onde o número de melanócitos reduz com a idade em local não exposto à radiação solar, na quantidade de 6 a 8% por década, havendo diferenças raciais na pigmentação, a melanina que foi criada, fica armazenada em organização intracitoplasmática específicas, chamada melassomos (RODRIGUES; SCARANELLO; 2019).

A cor da pele humana normal é basicamente influenciada pela criação de melanina, um pigmento castanho denso, de alto peso molecular, no qual assume o aspecto escuro, a pele é o mais visível aspecto do fenótipo humano e sua cor é um de seus fatores mais variáveis. Pouco se conhece sobre as bases genéticas, aos aspectos culturais relacionados ao estabelecimento dos padrões de cor da pele humana (SCOTTI; GOMES; MEDEIROS; 2017).

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma revisão de literatura, seu intuito foi de auxiliar o pesquisador a encontrar trabalhos e metodologia similares, sobre Melassomos (Melasma). Para os critérios de inclusão e exclusão foram considerados artigos publicados entre janeiro de 2009 a dezembro de 2021, que incluíram amostras de mulheres adultas (idade superior a 18 anos) expostas ao sol em diferentes lugares (cidades, país, várias idades, e cores). Na estratégia de busca realizaram-se uma pesquisa através das plataformas: Pubmed, Scientific Electronic Library Online (SciELO). Os diferentes elementos da pergunta de pesquisa foram combinados com o operador *booleano* “e”. Essa mesma estratégia de busca foi utilizada com os descritores na língua inglesa, para as bases de dados internacionais. Melassomos (Melasma) Melasma, Radiação solar (*solar radiation*), Mulheres (. *Woman*).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram encontrados ao todo, 18 trabalhos. Sendo 15 da base de dados SciELO e 03 da PubMed. Dos 18 trabalhos selecionados para análise, 10 foram excluídos, sendo 8 selecionados. No primeiro estudo encontrado, dos autores Costa et al. (2010), ele objetivava avaliar a eficácia clínica de alguns complexos que auxiliariam na despigmentação do Melasma, foi um estudo realizado com 56 mulheres com idade entre 18 e 60 anos e com fotótipo de I a IV, no estudo, a exposição solar dessas mulheres eram de duas a quatro horas diárias, a prevalência do Melasma era epidérmico ou misto. Conclui-se que, mulheres com tons de pele mais claro possuem uma maior propensão a apresentarem Melasma, dependendo de sua exposição solar.

Enquanto na pesquisa publicada por Travassos (2023), a autora tem como objetivo demonstrar o uso de glutathione oral no tratamento de Melasma, principalmente, em pacientes fotoexpostas. A glutathione trata-se de um antioxidante que ajuda no combate ao

envelhecimento da pele. Para amostra ela utilizou 15 mulheres portadoras de Melasma virgem, ou seja, que não faziam tratamento ou que estavam a seis meses sem fazer tratamento.

O estudo dos autores Avelino et al. (2022), o objetivo era analisar os impactos emocionais e sociais que o Melasma, no estudo tratado como disfunção estética, impacta na vida do portador, o estudo também analisa as dificuldades no controle das manchas. O estudo concluiu que o Melasma apareceu na vida dessas mulheres, a maioria entre 20 – 29 anos e que 45% dessa população de amostra nunca realizaram tratamento para Melasma. Nas conclusões, quanto a frustração com a aparência da pele, as entrevistadas relataram se sentir bastante frustradas com sua pele, o que corresponde de 16% a 61% das respostas.

Já o estudo de Ikino et al. (2022), seu objetivo era investigar a qualidade de vida e aspectos clínicos e fatores de risco para melasma de mulheres residentes em Florianópolis, Brasil. A pesquisa foi feita com 51 mulheres atendidas pelo Hospital Universitário da Universidade de Santa Catarina, a média de idade era 38 anos em todas as mulheres. O tempo de exposição solar dessas mulheres era de três a quatro horas diárias, todas elas tinham prevalência de Melasma. A idade de surgimento de Melasma foi aos 29 anos, a maioria não apresentou histórico familiar de Melasma e 45,10% está associado a gravidez. 94,11% delas revelaram sentirem-se incomodadas com a doença.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com as pesquisas analisadas pode-se constatar que a maioria das mulheres brasileiras são portadoras da doença, onde o tempo de exposição solar e a gravidez são os maiores causadores da doença. Muitas pesquisas constaram também que o surgimento da doença ocorre, em média, a partir dos 20 anos de idade. As pesquisas onde foram considerados os tratamentos que as mulheres fazem para doença, o mais citado foi o uso de protetor solar, que ainda assim é um pouco negligenciado.

REFERÊNCIAS

AVELINO, Andressa Cirqueira *et al.* Prevalência de Melasma em mulheres residentes no Distrito Federal e os impactos na qualidade de vida. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.9, n.1, p. 2901-2912, 2023. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/download/56317/41372> Acesso em: 30 abr. 2023.

COSTA, Adilson *et al.* Associação de emblica, licorice e belides como alternativa à hidroquinona no tratamento clínico do Melasma. **An Bras Dermatol.**, v. 85, n. 5, p. 613 – 620, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/abd/a/tSLcgLcsvg59NSqMqk5zsXd/> Acesso em: 05 mar. 2023.

IKINO, Juliana Kida. Melasma e avaliação da qualidade de vida em mulheres brasileiras. **An Bras Dermatol.** mar-abr., v. 90, n. 2, p. 196-200, 2015. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/25830989/> Acesso em: 17 maio 2023.

TRAVASSOS, Marcela Vasco. **Uso da Glutathione Oral no Tratamento de Melasma em Pacientes Fotoexpostas e a Importância da Documentação Fotográfica no Tratamento a Longo Prazo.** 2023. 43 f. Monografia (Residência Médica) – UFMS, Campo Grande, 2023. Disponível em: [369265529_USO_DA_GLUTATIONA_ORAL_NO_TRATAMENTO_DE_MELASMA_EM](https://repositorio.ufms.br/handle/documentos/369265529_USO_DA_GLUTATIONA_ORAL_NO_TRATAMENTO_DE_MELASMA_EM)

EQUOTERAPIA NO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: BENEFÍCIOS E IMPORTÂNCIA

Emanuela Kryssia Façanha de Andrade; Karina Távora Gondim¹ (Alunas do curso de Bacharelado em Fisioterapia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail:), Orientadora: Hínkilla dos Santos Giló², (Professora e Coordenadora do curso de Fisioterapia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail:)

RESUMO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um dos transtornos que representa uma síndrome comportamental responsável por comprometer o desenvolvimento motor e psiconeurológico, o que acaba gerando alguns prejuízos em diferentes áreas, como a cognição, linguagem e sociabilidade do indivíduo. A equoterapia é eficaz por trazer estímulos corporais para a criança ao andar a cavalo, o que contribui no seu desenvolvimento psicomotor, proporcionando a capacidade de controlar seu próprio corpo, o que faz com que a criança progrida em diversos aspectos, tanto externos, como internos. Identificar na literatura a importância e os benefícios da equoterapia em crianças com transtorno do espectro autista, mostrando ainda como essa terapia pode auxiliar no desenvolvimento cognitivo e psicomotor das mesmas. Tratar-se-á de uma revisão de literatura integrativa através de um levantamento bibliográfico sobre a importância e os benefícios da equoterapia em crianças com transtorno do espectro autista, serão utilizadas as bases de dados PubMed, LILACS, SciElo e BVS a fim de buscar artigos com relevância científica dos últimos 6 anos (2016-2022), priorizando ensaios clínicos randomizados, relatos de pesquisa e estudos de caso nos idiomas inglês, português e espanhol, evidenciando os achados científicos da terapia da mesma. Foram encontrados 05 periódicos, sendo selecionados de acordo com critérios de inclusão seis ensaios clínicos randomizados. Foi verificado que a equoterapia é um dos tratamentos mais inovadores para crianças com transtorno do espectro autista, pois melhora em muitos aspectos a vida dessas crianças, seja no aspecto físico, mobilidade, emocional, psicológica, dentre outros. A equipe multidisciplinar é muito importante também, pois permite acompanhar ele de forma integral e não parcial, verificando todos os aspectos que forem pertinentes nessa terapia.

Palavras-chave: Importância clínica; Transtorno do espectro autista; Terapia assistida por cavalos.

1 INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um dos transtornos que representa uma síndrome comportamental responsável por comprometer o desenvolvimento motor e psiconeurológico, o que acaba gerando alguns prejuízos em diferentes áreas, como a cognição, linguagem e sociabilidade do indivíduo. Dessa maneira, é importante ressaltar que novas terapias têm surgido para melhorar a qualidade de vida desses indivíduos, principalmente as crianças (ANDERSON; MEINTS, 2016; WIESE; SIMPSON; KUMAR, 2016).

Diversas pesquisas tentam achar a causa do autismo, porém ainda não existe um consenso sobre isso, mas pesquisas atuais têm demonstrado que o TEA é multifatorial e também depende de alguns fatores, como a genética e o ambiente. O TEA acontece principalmente em meninos em uma proporção de quatro meninos para uma menina, além de ser bastante frequente entre irmãos (ALISON; JO; REIKO, 2016; MECCA et al., 2011).

As características clínicas do autismo podem imiscuir-se de diferentes áreas de ocupação, como lazer, sono, descanso, brincar, escola, social, trabalho, dentre outros. Por conta disso, existem diversos questionamentos acerca das várias opções de tratamento aplicáveis nesse quesito, principalmente por que leva muitas famílias a procurar terapias alternativas que muitas vezes não são comprovadas cientificamente para tentar sanar todas essas questões acerca desse processo (CAVALCANTI; DUTRA; ELUI, 2015; LANNING et al., 2014).

Segundo a Associação Nacional de Equoterapia (ANDE), a terapia assistida por cavalos é um método curativo e educacional que se utiliza do cavalo como recurso terapêutico, tendo como principal objetivo o desenvolvimento biopsicossocial dos seus participantes. Tal prática é utilizada em diversas situações e condições clínicas, como o autismo, deficiência visual, síndrome de Down, paralisia cerebral, dentre outras (SEVERO, 2010).

A equoterapia é eficaz por trazer estímulos corporais para a criança ao andar a cavalo, o que contribui no seu desenvolvimento psicomotor, proporcionando a capacidade de controlar seu próprio corpo, o que faz com que a criança progrida em diversos aspectos, tanto externos, como internos (SANTOS, 2012). Essa terapia é realizada ao ar livre, em um espaço relaxado e que necessita de uma equipe multidisciplinar e multiprofissional, composta por médicos, psicólogos, fonoaudiólogos, psicopedagogos, instrutores de equitação, fisioterapeutas, dentre outros profissionais, que juntos vão trabalhar para avançar em todas as áreas que são e/ou foram afetadas pelo transtorno e/ou síndrome (SOUZA; SILVA, 2015).

É importante ressaltar que todo esse processo precisa e necessita do apoio familiar para que possa dar resultados significativos, pois a interação da criança com o cavalo faz com que desenvolva novas formas de se comunicar, socializar, autoconfiança e principalmente autoestima na criança, fazendo com que elas tenham alegria e satisfação ao montar no cavalo, buscando sempre uma autoaceitação de si mesmas, o que aumenta ainda mais sua capacidade cognitiva, expressões, sons, dentre outros aspectos. No entanto, tudo isso é perdido caso não tenha apoio das suas famílias (FREIRE; POTTSCH, 2009; DUARTE et al., 2015).

Essa pesquisa se justifica por que não existem muitos trabalhos voltados para essa temática, sendo este um dos pioneiros nesse quesito, além de ser bastante relevante para a sociedade, pois muitas crianças com transtorno do espectro autista são excluídas por outras ou até mesmo pela sociedade, que deveria acolher ao invés de excluir e esse tipo de terapia auxilia bastante eles nesse processo de autoaceitação, dentre outros.

Diante do que foi exposto, foi realizado uma pergunta clínica do tipo PICO: qual a importância e os benefícios da equoterapia em crianças com transtorno do espectro autista?

Em virtude disso, a presente pesquisa tem como objetivo identificar na literatura a importância e os benefícios da equoterapia em crianças com transtorno do espectro autista, mostrando ainda como essa terapia pode auxiliar no desenvolvimento cognitivo e psicomotor das mesmas.

2 METODOLOGIA

Para o alcance do objetivo proposto, foi necessário a revisão da literatura. A opção por esse aparato metodológico possibilita ao discente um olhar mais amplo em relação ao tema. Foram selecionados diversos artigos como modelos de estudos, as principais buscas foram relacionadas com: Importancia clínica. Trastorno del espectro autista. Terapia asistida por caballos. Clinical significance. Autism spectrum disorder. Horse assisted therapy. Esse tipo de pesquisa trata-se de analisar a produção bibliográfica em determinada área temática, dentro de um recorte de tempo, fornecendo uma visão geral ou um relatório de estado da arte sobre um tópico específico, evidenciando novas ideias, métodos, subtemas que têm recebido maior ou menor ênfase na literatura selecionada. Vale destacar que essa revisão também serve para o próprio autor, já que possibilita adquirir conhecimento frente ao assunto abordado, tornando-se mais claro seu objetivo, ou até mesmo perdê-lo caso não esteja bem estruturado. Noronha (2000, p. 192) defende que para o pesquisador, notadamente no momento da pesquisa bibliográfica, a revisão de literatura é uma ferramenta importante para otimização do trabalho de investigação pois, a mesma propicia ao pesquisador tomar conhecimento, em uma única fonte, do que ocorreu ou está ocorrendo periodicamente no campo estudado, podendo substituir a consulta a uma série de outros trabalhos. Dessa forma, o trabalho possui como base fontes sólidas para sua estruturação bem como proporcionar ao educando novos conhecimentos frente ao tema em destaque.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com Duarte et al. (2019), o mesmo também realizou uma revisão bibliográfica sobre a temática da equoterapia no auxílio a crianças com transtorno do espectro autista. Na finalização dessa pesquisa, o autor deixou evidente a importância de se destacar de forma positiva a prática de equoterapia aos pacientes com transtorno do espectro autista. Diversas são as contribuições que isso pode acarretar, desde as físicas até mentais, sociais, dentre outras, porém, percebe-se ainda que é algo novo, não é muito encontrado ainda em artigos ou outros materiais, o que necessita de mais estudos ainda, visando entender ainda melhor os benefícios que a equoterapia pode trazer como forma de tratamento para as crianças com TEA.

Segundo Pimentel et al. (2019), os mesmos analisaram os efeitos de intervenções terapêuticas baseadas na equoterapia para o desenvolvimento de crianças com autismo. Eles verificaram que essa terapia existe diversos benefícios como mentais e sociais, principalmente. Outro ponto que eles destacaram foi a importância do profissional de fisioterapia nesse processo, pois é necessário que os mesmos busquem mais informações acerca dessa terapia, além de ajudar na construção desse processo visando a melhora da qualidade de vida das crianças autistas.

Segundo Silva; Lima; Salles (2018), eles destacam o vínculo afetivo que a criança autista faz com o cavalo, além da importância desse vínculo para que a mesma possa continuar nesse tipo de terapia. Winnicott enfatiza o papel das experiências iniciais para o estabelecimento de vínculos afetivos presentes e futuros, sendo que todo o processo inicial começa com o vínculo de mãe-filho, então tudo que venha posterior a isso dependerá de

forma direta das experiências que forem vivenciadas durante o desenvolvimento infantil inicial.

De acordo com Quinteiro; Pottker (2017), os mesmos também realizaram uma pesquisa bibliográfica mostrando quais as contribuições da equoterapia para o desenvolvimento das integrações das funções motoras das crianças com TEA. Diversos são os benefícios da equoterapia no desenvolvimento psicomotor da criança com TEA, dentre eles: ajuda no desenvolvimento rítmico, esquema corporal, postura, equilíbrio, coordenação motora, orientação temporal, dentre outros. Além disso, eles relataram também a importância de uma equipe multidisciplinar, como psicólogo, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, médico, educadores de equitação, dentre outros para que as atividades sejam mais bem trabalhadas e planejadas sob uma óptica multidisciplinar, além do acompanhamento completo que a criança com TEA irá ter.

Segundo Bender; Guarany (2016), o objetivo do trabalho deles era identificar o efeito da equoterapia no desenvolvimento funcional de crianças e adolescentes com transtorno do espectro autista, fazendo uma comparação com quem praticava equoterapia e quem não praticava. Participaram da pesquisa indivíduos com TEA entre três a quinze anos de idade, divididos da forma falada anteriormente e emparelhados por gênero e idade. Após isso, foi utilizado um questionário para avaliar as variáveis socioeconômicas dos participantes e também para avaliação do desempenho funcional e a medida de independência funcional. Como resultado, tiveram que houve diferença para o desempenho funcional das crianças que praticavam equoterapia na área de autocuidado e mobilidade, sugerindo que a equoterapia é eficaz para crianças com TEA, tanto nas tarefas de autocuidado, como nas de mobilidade, sendo uma grande área para terapia ocupacional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos estudos supramencionados ficou evidente que o objetivo do trabalho foi concluído de forma satisfatória. Além disso, foi verificado que a equoterapia é um dos tratamentos mais inovadores para crianças com transtorno do espectro autista, pois melhora em muitos aspectos a vida dessas crianças, seja no aspecto físico, mobilidade, emocional, psicológica, dentre outros. Além disso, o fisioterapeuta tem uma importância impar nesse processo, pois é a partir dele que a criança terá um acompanhamento melhor em todo esse processo. A equipe multidisciplinar é muito importante também, pois permite acompanhar ele de forma integral e não parcial, verificando todos os aspectos que forem pertinentes nessa terapia. No entanto, foi visto também que ainda necessita de mais estudos nessa área, pois mesmo que seja uma área inovadora, é uma das áreas que estão em déficit de conteúdo, sendo por isso, esse trabalho um dos pioneiros nessa perspectiva.

REFERÊNCIAS

BENDER, Daniele Dornelles; GUARANY, Nicole Ruas. Efeito da equoterapia no desempenho funcional de crianças e adolescentes com autismo. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, [s. l.], v. 27, n. 3, p. 271, 30 dez. 2016.

DUARTE, Luana Perdiz; LEAL, José Alberto; HELLWIG, Juliana Macke; BLANCO, Gisele Silveira; DIAS, Silvia Luci de Almeida. Revisão bibliográfica dos benefícios que Equoterapia proporciona a pacientes com Transtorno do Espectro Autista. **Brazilian Journal Of Health Review**, [s. l.], v. 2, n. 4, p. 2466-2477, 2019. Brazilian Journal of Health Review. <http://dx.doi.org/10.34119/bjhrv2n4-019>.

PIMENTEL, Gabriela Cunha; RIBEIRO, Fernando de Oliveira; MORAES, Nandra Oneide Pantoja; BLOIS, Luana Valeria dos Santos. Os efeitos da equoterapia em crianças com autismo. **Fisioterapia Brasil**, [s. l.], v. 20, n. 5, p. 684-691, 24 out. 2019. Convergences Editorial. <http://dx.doi.org/10.33233/fb.v20i5.2703>.

QUINTEIRO CRUZ, BD; POTTKER, CA as contribuições da equinoterapia para o desenvolvimento psicomotor da criança com transtorno do espectro autístico. **Revista Uningá**, [s. l.], v. 32, n. 1, pág. 147–158, 2017.

SILVA, Aline Soares Mazzeu da; LIMA, Fabiane Petean Soares de; SALLES, Rodrigo Jorge. Vínculo afetivo de crianças autistas na equoterapia: uma contribuição de Winnicott. **Bol. - Acad. Paul. Psicol.**, São Paulo, v. 38, n. 95, p. 238-250, 2018.

O EFEITO DA REALIDADE VIRTUAL NA PREVENÇÃO DE QUEDAS EM IDOSOS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Natália de Fátima Rodrigues dos Santos¹ (Aluna do curso de Bacharelado em fisioterapia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: nataliarodriguesf1998@gmail.com), Leon de Sales Batista Barreto² (Aluno do curso de Bacharelado em fisioterapia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: leon.sales@fvj.br), Orientador³: Hinkilla dos Santos Giló, (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: hinkilla@unijagaribe.edu.br).

RESUMO

Introdução: O envelhecimento é um processo natural do indivíduo e depende da qualidade de vida na fase adulta, por isso cada um envelhece à sua maneira. Nas evidências do processo de envelhecimento, as quedas estão correlacionadas com as alterações fisiológicas, destacando-se os fatores intrínsecos, nomeadamente moleculares, teciduais e celulares, idade superior a 80 anos, diminuição do equilíbrio, marcha. A realidade virtual é uma ferramenta tecnológica que utiliza uma forma avançada de interface com simulações interativas, para o indivíduo obter acesso a sensações em um ambiente experimental. **Objetivo:** O objetivo deste estudo é identificar na literatura quais os efeitos do uso da realidade virtual na prevenção de quedas em idosos. **Metodologia:** O estudo realizado é uma revisão do tipo integrativa, as bases de dados utilizadas foram Pubmed e Physiotherapy Evidence Database (PEDro). Os descritores foram selecionados de acordo com o Medical Subject Headings (MeSH), são eles: *falls prevention e reality virtual*. **Resultados:** Foram identificados um total de 11 periódicos na base de dados PubMed e 05 periódicos na PEDro. Ao aplicar os critérios de elegibilidade restaram 11 estudos na PubMed e 02 estudos na PEDro. Após os critérios de avaliação através da Escala PEDro, restaram 4 ensaios inclusos na PubMed e 0 inclusos na PEDro, contudo 2 ensaios clínicos encontraram-se duplicados em ambas as bases de dados. **Conclusão:** Diante dos

estudos encontrados e analisados, é evidente que o uso de realidade virtual para prevenção de quedas em idosos é eficaz e proporciona uma melhor qualidade de vida.

Palavras-chave: Envelhecimento; Idosos; Prevenção de queda; Realidade virtual.

1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento é um processo natural do indivíduo e depende da qualidade de vida na fase adulta, por isso cada um envelhece à sua maneira. O Brasil é considerado um país que deu um salto em sua população mais velha, com uma queda de 33% na fecundidade entre 1960 e 1980, levando a um aumento dessa população no médio prazo. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), são consideradas idosas as pessoas a partir de 65 anos, estimadas em 13% da população, e essa estimativa pode vir a dobrar no decorrer dos próximos anos. (SILVA; PESCADOR, 2021).

As alterações fisiológicas são, portanto, graduais, de modo que com o passar dos anos tendem a resultar em incapacidades e limitações nas atividades da vida diária, além de alterações na estrutura do olho em termos de visão e nas capacidades oculares. O domínio motor e as respostas neurais levam a mudanças na comunicação motora levando a um maior risco de quedas (SOFIATTI et al., 2021). Em decorrência dessas alterações, ocorrem deficiências específicas decorrentes do envelhecimento, como fraqueza muscular, diminuição da amplitude de movimento, incapacidade, atrofia, alterações nos ossos que os tornam fracos e, conseqüentemente, dificuldade para caminhar e, portanto, propenso a quedas (SOFIATTI et al., 2021).

A realidade virtual é uma ferramenta tecnológica que utiliza uma forma avançada de interface com simulações interativas, para o indivíduo obter acesso a sensações em um ambiente experimental. Atualmente a realidade virtual está ganhando destaque na área da saúde, sendo desenvolvida por pesquisadores para prevenção de quedas em idosos ajudando em processos motores, cognitivos e perceptivos, apresentando simulações realistas do cotidiano do idoso estimulando a melhora da mobilidade, equilíbrio e redução do medo e a ansiedade. Para o paciente obter uma boa experiência durante a RV é preciso interatividade, respostas sensoriais, auditiva, visual e háptica – do tato, para que possa ser estimulado a motivação e participação do idoso, incentivando a percepções e ações que podem ser transferidas para realidade (RAFFEGEAU et al., 2023).

Diante do que foi exposto, foi realizado uma pergunta clínica do tipo PICO: P – idosos (a partir de 65 anos), I – realidade virtual, C – nada, placebo ou outras técnicas de reabilitação convencional, O – prevenção de quedas.

O objetivo deste estudo é identificar na literatura quais os efeitos do uso da realidade virtual na prevenção de quedas em idosos.

2 METODOLOGIA

O estudo realizado apresenta o caráter de uma revisão do tipo integrativa, onde se buscou conhecimentos pautado através de artigos científicos e dissertação os quais abordam sobre o efeito da realidade virtual na prevenção de quedas em idosos.

A Revisão de literatura é um tipo de estudo que reúne achados de pesquisa previamente publicadas, abordando um determinado tema de interesse para realizar uma análise crítica e analítica das informações encontradas. Esse tipo de estudo auxilia o pesquisador a encontrar os principais assuntos teórico-metodológicos relacionados a seu tema (JAIRO; NADIA; 2016).

Foi realizada a pesquisa entre os meses de janeiro a maio de 2023 utilizando as bases de dados Pubmed e Physiotherapy Evidence Database (PEDro).

Os descritores foram selecionados de acordo com o Medical Subject Headings (MeSH), são eles: *falls prevention e reality virtual*. As pesquisas realizadas em base de dados em que a língua inglesa predomina, como PubMed e PEDro, utilizou-se o booleano AND.

Durante a busca pelos artigos foram identificados um total de 11 periódicos na base de dados PubMed e 05 periódicos na base de dados PEDro. Ao aplicar os critérios de elegibilidade, ou seja, de inclusão e exclusão, restaram-se 11 estudos na PubMed e 02 estudos na PEDro. Após, foram aplicados os critérios de avaliação através da Escala PEDro, sendo eliminados 07 artigos da plataforma PubMed e 02 artigos da plataforma PEDro. Dessa forma restaram 4 ensaios inclusos na PubMed e 0 inclusos na PEDro, contudo 2 ensaios clínicos encontraram-se duplicados em ambas as bases de dados, totalizando 4 ensaios clínicos randomizados contidos no estudo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com o estudo de Nasab-Zahedian et al. (2023), trata-se de um estudo clínico randomizado com o objetivo de investigar o impacto de exercícios de Realidade Virtual sobre o equilíbrio e o medo de cair em idosos. Foram avaliados 60 pacientes idosos residentes em asilos, e foram divididos em dois grupos; um de controle e outro de Xbox. Os indivíduos do grupo de controle receberam exercícios de rotina das casas de repouso, enquanto, o grupo de Xbox recebeu exercícios de RV baseado no Xbox Kinect na forma de duas sessões de 30 a 45 minutos realizadas de forma semanal durante 6 semanas, o estudo concluiu que seis semanas de exercícios de equilíbrio em RV podem melhorar o equilíbrio e o medo de cair em idosos.

Para Sadeghi Hassan et al. (2019), que realizou um estudo com o intuito de determinar se o treinamento de equilíbrio tradicional (BT), treinamento de equilíbrio de realidade virtual (VR) ou exercício combinando (MIX) em relação a um grupo de controle em lista de espera (CON) provocariam melhorias na força, equilíbrio e desempenho funcional na mobilidade, considerando o fator de risco de quedas em homens idosos. A pesquisa foi com 64 homens escolhidos para os grupos BT, VR, MIX e COM. Os grupos se exercitaram por 40 minutos, 3 vezes por semana durante 8 semanas, os pesquisadores e autores concluíram que o MIX é um método eficaz para melhorar o risco de quedas entre adultos mais velhos.

No estudo realizado por Babadi e Danehsmandi (2021), foram selecionados 36 idosos entre homens e mulheres residentes em asilos. O objetivo era comparar os efeitos do treinamento de realidade virtual (VRT) e do treinamento de equilíbrio convencional (CBT) sobre o equilíbrio em idosos. Foram divididos em três grupos: VRT com 6 homens e 6 mulheres com idade média de 66 anos; CBT com 6 homens e 6 mulheres com idade média de 67 anos e o grupo de controle com 5 homens e 7 mulheres de idade média de 66 anos. Participaram de sessões de 60 minutos, 3 vezes por semanas durante 9 semanas. Concluiu-se que um programa de realidade virtual pode ser usado como novo método de treinamento para melhorar o equilíbrio de idosos em programas diários de lares para idosos.

Conforme o estudo proposto por So-Hyun Kim e Sung-Hyoun Cho (2022), traz como objetivo examinar o efeito de manutenção do equilíbrio de um programa de realidade virtual VR e treinamento de imagens motoras (MIT) e propor exercícios que melhorassem a qualidade das atividades físicas entre idosos. A pesquisa foi realizada com 34 idosos internados em um hospital de convalescença e foram divididos em três grupos, VR (n=12), MIT (n=10) E GC (n=12), as interações entre os grupos VR e MIT duraram 6 semanas, enquanto GC seguiram sem intervenções no decorrer do estudo. Os autores a concluírem que, os programas RV e MIT melhoram o equilíbrio e medo de cair em idosos isolados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos estudos encontrados e analisados, é evidente que o uso de realidade virtual para prevenção de quedas em idosos é eficaz e proporciona uma melhor qualidade de vida. Os resultados são observados em uma média de 6 semanas, com atividades físicas envolvendo realidade virtual com durabilidade 35 a 40 minutos, por média de 3 vezes na semana, com idade a partir de 65 anos.

O estudo apresentado consegue atingir o proposto no objetivo, de identificar os efeitos dos exercícios de realidade virtual em idosos já que são uma ótima possibilidade na melhora da qualidade de vida deles, melhorando seu equilíbrio, força e mobilidade funcional. Esta alternativa de exercícios possibilita que sejam utilizados por diversos profissionais de saúde, de modo que estejam devidamente preparados.

REFERÊNCIAS

BRIZOLA, Jairo; FANTIN, Nádia. Revisão da literatura e revisão sistemática da literatura. **Revista de Educação do Vale do Arinos-RELVA**, v. 3, n. 2, 2016.

BABADI S, Yousefi; DANESHMANDI, H. Effects of virtual reality versus conventional balance training on balance of the elderly. **Exp Gerontol**. 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0531556521002801?via%3Dihub> Acesso em: 12 maio 2023.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. de A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. [s. l.], v. 5, n. 11, p. 121-136, dez. 2011. **Revista Gestão e Sociedade**. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?q=O+M%C3%89TODO+DA+REVIS%C3%83O+INTEGRATIVA+NOS+ESTUDOS+ORGANIZACIONAIS&hl=pt-BR&as_sdt=0&as_vis=1&oi=scholart. Acesso em: 15 set. 2022.

COSTA. F. M. C; Silveira. R. C. G; Mundim. M. M. A importância da fisioterapia na prevenção de quedas em idosos - artigo de revisão. *Revista Multidisciplinar Humanidades e Tecnologia*, vol.30 jul/set, 2021.

ERCOLE, F. F.; MELO, L. S. de; ALCOFORADO, C. L.G. Integrative review versus systematic review. **Reme: Revista Mineira de Enfermagem**, [s. l.], v. 18, n. 1, p. 1-3, 2014. Disponível em: <http://www.reme.org.br/artigo/detalhes/904>. Acesso em: 15 set. 2022.

O EFEITO DA REALIDADE VIRTUAL NA PREVENÇÃO DE QUEDAS EM IDOSOS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Natália de Fátima Rodrigues dos Santos¹ (Aluna do curso de Bacharelado em fisioterapia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: nataliarodriguesf1998@gmail.com), Leon de Sales Batista Barreto² (Aluno do curso de Bacharelado em fisioterapia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: leon.sales@fvj.br), Orientador³: Hínkilla dos Santos Giló, (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: hinkilla@unijaguaribe.edu.br).

RESUMO

Introdução: O envelhecimento é um processo natural do indivíduo e depende da qualidade de vida na fase adulta, por isso cada um envelhece à sua maneira. Nas evidências do processo de envelhecimento, as quedas estão correlacionadas com as alterações fisiológicas, destacando-se os fatores intrínsecos, nomeadamente moleculares, teciduais e celulares, idade superior a 80 anos, diminuição do equilíbrio, marcha. A realidade virtual é uma ferramenta tecnológica que utiliza uma forma avançada de interface com simulações interativas, para o indivíduo obter acesso a sensações em um ambiente experimental. **Objetivo:** O objetivo deste estudo é identificar na literatura quais os efeitos do uso da realidade virtual na prevenção de quedas em idosos. **Metodologia:** O estudo realizado é uma revisão do tipo integrativa, as bases de dados utilizadas foram Pubmed e Physiotherapy Evidence Database (PEDro). Os descritores foram selecionados de acordo com o Medical Subject Headings (MeSH), são eles: *falls prevention e reality virtual*. **Resultados:** Foram identificados um total de 11 periódicos na base de dados PubMed e 05 periódicos na PEDro. Ao aplicar os critérios de elegibilidade restaram 11 estudos na PubMed e 02 estudos na PEDro. Após os critérios de avaliação através da Escala PEDro, restaram 4 ensaios inclusos na PubMed e 0 inclusos na PEDro, contudo 2 ensaios clínicos encontraram-se duplicados em ambas as bases de dados. **Conclusão:** Diante dos

estudos encontrados e analisados, é evidente que o uso de realidade virtual para prevenção de quedas em idosos é eficaz e proporciona uma melhor qualidade de vida.

Palavras-chave: Envelhecimento; Idosos; Prevenção de queda; Realidade virtual.

1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento é um processo natural do indivíduo e depende da qualidade de vida na fase adulta, por isso cada um envelhece à sua maneira. O Brasil é considerado um país que deu um salto em sua população mais velha, com uma queda de 33% na fecundidade entre 1960 e 1980, levando a um aumento dessa população no médio prazo. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), são consideradas idosas as pessoas a partir de 65 anos, estimadas em 13% da população, e essa estimativa pode vir a dobrar no decorrer dos próximos anos. (SILVA; PESCADOR, 2021).

As alterações fisiológicas são, portanto, graduais, de modo que com o passar dos anos tendem a resultar em incapacidades e limitações nas atividades da vida diária, além de alterações na estrutura do olho em termos de visão e nas capacidades oculares. O domínio motor e as respostas neurais levam a mudanças na comunicação motora levando a um maior risco de quedas (SOFIATTI et al., 2021). Em decorrência dessas alterações, ocorrem deficiências específicas decorrentes do envelhecimento, como fraqueza muscular, diminuição da amplitude de movimento, incapacidade, atrofia, alterações nos ossos que os tornam fracos e, conseqüentemente, dificuldade para caminhar e, portanto, propenso a quedas (SOFIATTI et al., 2021).

A realidade virtual é uma ferramenta tecnológica que utiliza uma forma avançada de interface com simulações interativas, para o indivíduo obter acesso a sensações em um ambiente experimental. Atualmente a realidade virtual está ganhando destaque na área da saúde, sendo desenvolvida por pesquisadores para prevenção de quedas em idosos ajudando em processos motores, cognitivos e perceptivos, apresentando simulações realistas do cotidiano do idoso estimulando a melhora da mobilidade, equilíbrio e redução do medo e a ansiedade. Para o paciente obter uma boa experiência durante a RV é preciso interatividade, respostas sensoriais, auditiva, visual e háptica – do tato, para que possa ser estimulado a motivação e participação do idoso, incentivando a percepções e ações que podem ser transferidas para realidade (RAFFEGEAU et al., 2023).

Diante do que foi exposto, foi realizado uma pergunta clínica do tipo PICO: P – idosos (a partir de 65 anos), I – realidade virtual, C – nada, placebo ou outras técnicas de reabilitação convencional, O – prevenção de quedas.

O objetivo deste estudo é identificar na literatura quais os efeitos do uso da realidade virtual na prevenção de quedas em idosos.

2 METODOLOGIA

O estudo realizado apresenta o caráter de uma revisão do tipo integrativa, onde se buscou conhecimentos pautado através de artigos científicos e dissertação os quais abordam sobre o efeito da realidade virtual na prevenção de quedas em idosos.

A Revisão de literatura é um tipo de estudo que reúne achados de pesquisa previamente publicadas, abordando um determinado tema de interesse para realizar uma análise crítica e analítica das informações encontradas. Esse tipo de estudo auxilia o pesquisador a encontrar os principais assuntos teórico-metodológicos relacionados a seu tema (JAIRO; NADIA; 2016).

Foi realizada a pesquisa entre os meses de janeiro a maio de 2023 utilizando as bases de dados Pubmed e Physiotherapy Evidence Database (PEDro).

Os descritores foram selecionados de acordo com o Medical Subject Headings (MeSH), são eles: *falls prevention e reality virtual*. As pesquisas realizadas em base de dados em que a língua inglesa predomina, como PubMed e PEDro, utilizou-se o booleano AND.

Durante a busca pelos artigos foram identificados um total de 11 periódicos na base de dados PubMed e 05 periódicos na base de dados PEDro. Ao aplicar os critérios de elegibilidade, ou seja, de inclusão e exclusão, restaram-se 11 estudos na PubMed e 02 estudos na PEDro. Após, foram aplicados os critérios de avaliação através da Escala PEDro, sendo eliminados 07 artigos da plataforma PubMed e 02 artigos da plataforma PEDro. Dessa forma restaram 4 ensaios inclusos na PubMed e 0 inclusos na PEDro, contudo 2 ensaios clínicos encontraram-se duplicados em ambas as bases de dados, totalizando 4 ensaios clínicos randomizados contidos no estudo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com o estudo de Nasab-Zahedian et al. (2023), trata-se de um estudo clínico randomizado com o objetivo de investigar o impacto de exercícios de Realidade Virtual sobre o equilíbrio e o medo de cair em idosos. Foram avaliados 60 pacientes idosos residentes em asilos, e foram divididos em dois grupos; um de controle e outro de Xbox. Os indivíduos do grupo de controle receberam exercícios de rotina das casas de repouso, enquanto, o grupo de Xbox recebeu exercícios de RV baseado no Xbox Kinect na forma de duas sessões de 30 a 45 minutos realizadas de forma semanal durante 6 semanas, o estudo concluiu que seis semanas de exercícios de equilíbrio em RV podem melhorar o equilíbrio e o medo de cair em idosos.

Para Sadeghi Hassan et al. (2019), que realizou um estudo com o intuito de determinar se o treinamento de equilíbrio tradicional (BT), treinamento de equilíbrio de realidade virtual (VR) ou exercício combinando (MIX) em relação a um grupo de controle em lista de espera (CON) provocariam melhorias na força, equilíbrio e desempenho funcional na mobilidade, considerando o fator de risco de quedas em homens idosos. A pesquisa foi com 64 homens escolhidos para os grupos BT, VR, MIX e COM. Os grupos se exercitaram por 40 minutos, 3 vezes por semana durante 8 semanas, os pesquisadores e autores concluíram que o MIX é um método eficaz para melhorar o risco de quedas entre adultos mais velhos.

No estudo realizado por Babadi e Danehsmandi (2021), foram selecionados 36 idosos entre homens e mulheres residentes em asilos. O objetivo era comparar os efeitos do treinamento de realidade virtual (VRT) e do treinamento de equilíbrio convencional (CBT) sobre o equilíbrio em idosos. Foram divididos em três grupos: VRT com 6 homens e 6 mulheres com idade média de 66 anos; CBT com 6 homens e 6 mulheres com idade média de 67 anos e o grupo de controle com 5 homens e 7 mulheres de idade média de 66 anos. Participaram de sessões de 60 minutos, 3 vezes por semanas durante 9 semanas. Conclui-se que um programa de realidade virtual pode ser usado como novo método de treinamento para melhorar o equilíbrio de idosos em programas diários de lares para idosos.

Conforme o estudo proposto por So-Hyun Kim e Sung-Hyoun Cho (2022), traz como objetivo examinar o efeito de manutenção do equilíbrio de um programa de realidade virtual VR e treinamento de imagens motoras (MIT) e propor exercícios que melhorassem a qualidade das atividades físicas entre idosos. A pesquisa foi realizada com 34 idosos internados em um hospital de convalescença e foram divididos em três grupos, VR (n=12), MIT (n=10) E GC (n=12), as interações entre os grupos VR e MIT duraram 6 semanas, enquanto GC seguiram sem intervenções no decorrer do estudo. Os autores a concluírem que, os programas RV e MIT melhoram o equilíbrio e medo de cair em idosos isolados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos estudos encontrados e analisados, é evidente que o uso de realidade virtual para prevenção de quedas em idosos é eficaz e proporciona uma melhor qualidade de vida. Os resultados são observados em uma média de 6 semanas, com atividades físicas envolvendo realidade virtual com durabilidade 35 a 40 minutos, por média de 3 vezes na semana, com idade a partir de 65 anos.

O estudo apresentado consegue atingir o proposto no objetivo, de identificar os efeitos dos exercícios de realidade virtual em idosos já que são uma ótima possibilidade na melhora da qualidade de vida deles, melhorando seu equilíbrio, força e mobilidade funcional. Esta alternativa de exercícios possibilita que sejam utilizados por diversos profissionais de saúde, de modo que estejam devidamente preparados.

REFERÊNCIAS

BRIZOLA, Jairo; FANTIN, Nádia. Revisão da literatura e revisão sistemática da literatura. **Revista de Educação do Vale do Arinos-RELVA**, v. 3, n. 2, 2016.

BABADI S, Yousefi; DANESHMANDI, H. Effects of virtual reality versus conventional balance training on balance of the elderly. **Exp Gerontol**. 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0531556521002801?via%3Dihub> Acesso em: 12 maio 2023.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. de A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. [s. l.], v. 5, n. 11, p. 121-136, dez. 2011. **Revista Gestão e Sociedade**. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?q=O+M%C3%89TODO+DA+REVIS%C3%83O+INTEGRATIVA+NOS+ESTUDOS+ORGANIZACIONAIS&hl=pt-BR&as_sdt=0&as_vis=1&oi=scholart. Acesso em: 15 set. 2022.

COSTA. F. M. C; Silveira. R. C. G; Mundim. M. M. A importância da fisioterapia na prevenção de quedas em idosos - artigo de revisão. *Revista Multidisciplinar Humanidades e Tecnologia*, vol.30 jul/set, 2021.

ERCOLE, F. F.; MELO, L. S. de; ALCOFORADO, C. L.G. Integrative review versus systematic review. **Reme: Revista Mineira de Enfermagem**, [s. l.], v. 18, n. 1, p. 1-3, 2014. Disponível em: <http://www.reme.org.br/artigo/detalhes/904>. Acesso em: 15 set. 2022.

Nutrição

ACOMPANHAMENTO NUTRICIONAL NA ABORDAGEM DE REDUÇÃO DE PESO EM ATLETAS DE LUTA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Diego dos Santos Beserra¹ (Aluno do Curso de Nutrição do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, E-mail: diego.beserra@fvj.br), Gláucia Porto de Freitas² (Professora do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, E-mail: glaucia.freitas@fvj.br).

RESUMO

A pesquisa enfatiza sobre a importância da perda de peso dos atletas, a fim de que estes consigam desenvolver uma alta performance durante os campeonatos de luta que participam. Assim, o objetivo geral da pesquisa busca discutir a relevância do acompanhamento nutricional na abordagem de redução de peso de atletas de luta. Para tanto, desenvolveu-se uma revisão de literatura integrativa com abordagem qualitativa, fazendo uso de estudos publicados entre os anos de 2019 a 2023. Durante a pesquisa, percebeu-se que, para que os lutadores alcançassem o peso ideal, também era necessário adequar a alimentação a uma rotina de treinos específicos. Foi possível observar a relevância de os profissionais seguirem a dieta apresentada pelos nutricionistas de forma correta, sem alterar a quantidade de alimentos e sem trapacear sobre a informação quanto ao que estão ingerindo, quando na necessidade de reavaliação nutricional, a fim de aprimorar o que já havia sido previamente estabelecido. É possível concluir que o acompanhamento nutricional é crucial para o adequado desenvolvimento de atletas de luta, especialmente quando estes estão empenhados nas suas atividades em competições.

Palavras-chave: Acompanhamento Nutricional; Atletas; Lutadores; Redução de peso.

INTRODUÇÃO

O acompanhamento nutricional de profissionais de luta é devidamente relevante para estes consigam chegar ao peso ideal, a fim de que não sejam desclassificados quando inscritos em um torneio. Desta forma, compreende-se como relevante que os profissionais nutricionistas consigam montar estratégias para que haja perda de peso dos atletas no tempo certo (FERNANDES *et al. et al.*, 2022). Compreende-se que a reeducação alimentar em tempos de luta precisa de profissionais que sejam comprometidos ao cenário vivido. Entre os nutrientes que precisam fazer parte desta dieta estão os carboidratos e lipídios, que podem ser devidamente inseridos na dieta dos atletas a partir da devida atuação dos nutricionistas. Compreende-se como relevante discutir sobre este assunto porque, muitos atletas, na tentativa da perda do peso rápido se submetem a situações que na verdade os permite intensos problemas com desidratação, devido as suas restrições alimentares e treinos fazendo uso de agasalhos, laxantes e intervalos com uso de saunas. Considerando as infrações que são apresentadas, surge o seguinte problema de pesquisa: qual a importância do acompanhamento nutricional na abordagem de redução de peso de atletas de luta? No que tange ao objetivo geral do estudo, este visa discutir a relevância do acompanhamento nutricional na abordagem de redução de peso de atletas de luta. Com relação aos objetivos específicos, estes buscam: apresentar o papel do nutricionista na preparação do atleta de luta; enfatizar as estratégias dos nutricionistas para perda de peso do atleta de luta; e discorrer sobre a importância da reeducação alimentar de atletas de luta antes de campeonatos.

MARCO TEÓRICO

A perda de peso quase sempre acontece por meio de diversos conflitos, visto que cada indivíduo apresenta uma massa corpórea distinta, fazendo-se necessário o uso de acompanhamento nutricional para que seu intento seja alcançado. E quando se fala em perda de peso junto aos profissionais atletas, este cenário é ainda mais complexo, pois além deste acompanhamento nutricional, ainda tem-se que desenvolver uma sequência de atividades rotineira. Amaral (2022) fala sobre o acompanhamento nutricional ser fundamental para a perda de peso porque os nutricionistas conseguem desenvolver estratégias nutricionais que possibilitam o emagrecimento. Entre estas estratégias encontram-se: a restrição calórica, o jejum intermitente, e as dietas que requerem dietas reduzidas em carboidratos. Fernandes *et al.*, (2022) discorrem que quando se fala de alimentação adequada para esportistas ser necessário uma devida restrição, sobretudo, em carboidratos e lipídios, permitindo que a perda de peso aconteça de maneira mais eficiente. Os autores ainda enfatizam sobre o desequilíbrio hormonal que acontece junto aos atletas antes das lutas, acarretando problemas ao sistema cardiovascular, além de prejuízo mental e alterações de humor, o que precisa ser pensado no momento em que desenvolve-se uma dieta, a fim de que o objetivo seja alcançado. É importante ressaltar que a perda de peso junto aos atletas se trata de um cenário complexo para os sujeitos, exigindo que os profissionais que o acompanham consigam desenvolver com velocidade as funções em um período competitivo vivido por eles.

METODOLOGIA

Para que o estudo seja desenvolvido com êxito, efetiva-se uma pesquisa de revisão de literatura integrativa, sendo este fundamental porque é realizado de forma sistemática, fazendo seleção de pesquisas previamente analisadas e que consigam responder ao problema de pesquisa, que no caso deste estudo busca responder: qual a importância do acompanhamento nutricional na abordagem de redução de peso de atletas de luta? No que tange ao método da pesquisa trata-se do qualitativa, considerando que aborda uma questão numérica, mas sim, de contexto social, visto que apresenta mudanças que ocorrem com o tempo, a depender da cultura dos sujeitos. Conforme aponta González (2020), a pesquisa qualitativa desenvolve-se por meio de um indivíduo cognoscente, auxiliando no interesse acerca do assunto tratado. Compreendendo este contexto, surgem critérios de inclusão e exclusão para que as pesquisas sejam alcançadas. Os critérios de inclusão relacionam-se a aqueles que foram desenvolvidos nos últimos cinco anos (2019 a 2023), pesquisas originais e aquelas que respondam ao problema de pesquisa. Com relação aos critérios de exclusão tratam-se dos estudos duplicados, aqueles que não atendem as expectativas dos objetivos traçados e que apresentam por meio do resumo discordância com as informações buscadas. Com relação as bases de dados utilizadas para que a pesquisa tenha êxito, utilizaram-se a *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Google Acadêmico e revistas que abordem sobre o assunto. Para a realização da busca foram utilizados os seguintes descritores: “atletas”; “desempenho físico”; “educação nutricional” e “Redução de peso”. Foram alcançados cerca de 25 estudos ao todo, sendo que após análise apenas 08 foram selecionados para compor a pesquisa.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Cabe destacar que dos arquivos que se apresentam, 37,5% foram desenvolvidos no ano de 2019, 37,5% em 2020 e o último representando os anos de 2021 e 2020, respectivamente com 12,5%. Com relação a metodologia usada nos artigos selecionados, 50% tratam-se de uma pesquisa transversal, seguido por estudos observacional e descritivo, apresentando ambos com 25%. Frente aos estudos que se apresentam, Maurício *et al.*, (2022)

enfatazaram em sua pesquisa sobre a necessidade do desenvolvimento de atividades físicas alinhadas ao acompanhamento nutricional para que os atletas de luta consigam ter um peso ideal para sua alta performance. De acordo com os autores, este cenário não teve como acontecer no período da pandemia da novo coronavírus (COVID-19), visto que houve um relaxamento dos lutadores neste sentido. Para além deste contexto, o contato entre nutricionistas e atletas tornou-se limitado devido ao distanciamento social. Os autores apontam que deva existir um ritmo frenético quanto aos cuidados com a alimentação por um longo tempo, visando que, quando chegar próximo ao período das lutas, os sujeitos sejam desidratados para que a perda de peso se apresente ainda mais de forma significativa. O papel do nutricionista, junto aos profissionais de luta, relaciona-se aos problemas com relação ao consumo de carboidratos e lipídeos. Os profissionais de luta apresentaram problemas com relação a perda rápida de peso e após avaliar a rotina dos lutadores, evidenciou-se que era preciso que estes precisavam realizar exercícios com maior constância e dieta de forma gradual. Diante da revisão realizada, foi possível identificar que o acompanhamento nutricional junto aos atletas de luta permite uma redução de peso adequada para que uma performance de qualidade seja desenvolvida quando participarem de campeonatos. Ficou evidente que os carboidratos assim como também os legumes e verduras devem ser ingeridos na quantidade adequada a cada sujeito, visto que a ingestão alimentar, alinhada a um treino rotineiro, permite o bem-estar dos atletas para a preparação de cada luta.

Evidencia-se que informações mais aprofundadas necessárias ao estudo dessa temática não se esgotam nessa revisão tendo em vista que informações sobre dietas adequadas mudam constantemente, a depender do que exige o tipo de luta que participa o atleta, além da percepção da escassez de publicações recentes.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Gabriela Ribeiro do. **Estratégias nutricionais de perda de peso**: um estudo de revisão. Universidade do sul de Santa Catarina, 2022. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/28746>. Acesso em: 10 maio 2023.

FERNANDES, Amanda Ribeiro *et al.* Comportamento alimentar, estratégias de perda de peso e suas consequências em atletas de luta. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 11, n. 9, pág. e17311931747-e17311931747, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/31747>. Acesso em: 02 abr. 2023.

GONZÁLEZ, Fredy Enrique. Reflexões sobre alguns conceitos da pesquisa qualitativa. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 8, n. 17, p. 155-183, 2020

MAURÍCIO, Clóvis de Albuquerque *et al.* O efeito da quarentena Covid-19 na massa corporal de atletas de brazilian Jiu-jitsu: The effect of the Covid-19 quarantine on the body mass of brazilian Jiu-jitsu athletes. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 5, n. 4, p. 13532-13541, 2022.

A INFLUÊNCIA DE ALIMENTOS RICOS EM TRIPTOFANO NOS SINTOMAS DA SÍNDROME PRÉ-MENSTRUAL E NA PRODUÇÃO DE SEROTONINA

Evely de Lima Silva¹ (Aluna do Curso de Nutrição da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: evely.silva@fvj.br); Gláucia Porto de Freitas² (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: glaucia.freitas@fvj.br)

RESUMO

Síndrome pré-menstrual (SPM) é um distúrbio que pode interferir na saúde da mulher e nutrientes podem apresentar benefícios para combatê-la, sendo o triptofano um deles, o precursor da serotonina. Objetivo geral foi investigar a influência de alimentos ricos em triptofano nos sintomas da síndrome pré-menstrual e na produção de serotonina. Foi realizada uma revisão integrativa da literatura utilizando artigos científicos nos idiomas português, inglês e espanhol publicados durante 2013-2023 nas bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde utilizando os descritores “síndrome pré-menstrual”, “serotonina”, “mulheres”, “triptofano” e “dietoterapia”. Dieta e estilo de vida estão relacionados diretamente a SPM, mesmo com pouca informação sobre essa relação é correto afirmar que excesso ou deficiência de certos nutrientes podem estar associados aos desequilíbrios que aumentem seus sintomas. Aumento na ingestão dietética do triptofano, em doses de 10 mg/kg/dia resultam em menores taxas de depressão, ansiedade e melhora geral no humor, baixos níveis da ingestão podem causar desregulação. Os sintomas da SPM quando associados a menores níveis de serotonina ampliam, principalmente aqueles ligados a compulsão, mulheres com depleção de triptofano e, conseqüentemente, menor produção de serotonina, apresentam sintomas mais agravados de SPM. Mesmo que os achados ainda sejam prematuros e necessitem de mais investigação, se sabe que uma dieta equilibrada e que tenha em sua composição alimentos fonte de triptofano aliada a padrões de vida saudáveis pode ser benéfica para a diminuição da sintomatologia da SPM.

Palavras-chaves: Síndrome pré-menstrual; Serotonina; Mulheres; Triptofano; Nutrição.

INTRODUÇÃO

O ciclo menstrual (CM) é uma alteração fisiológica normal que ocorre nas mulheres durante a sua idade reprodutiva, iniciando com a menarca na adolescência e finalizando na menopausa no final da idade adulta. É regulado por um sistema hormonal que é subdividido em três fases, sendo elas a folicular, seguida pela luteinizante, e por fim, a lútea. Quando a mulher apresenta uma resposta neural mal adaptada diante essa oscilação hormonal pode ocasionar os sintomas característicos da Síndrome pré-menstrual (SPM), sendo esse o maior distúrbio que acomete o sexo feminino na fase reprodutiva. A SPM é um conjunto de sintomas físicos, emocionais e comportamentais que aparecem durante o ciclo menstrual, e diferentemente dos outros problemas médicos que atingem esse público pode interferir no relacionamento interpessoal e social da mulher, promovendo a deterioração do contato familiar, incidência de delitos, acidentes e baixa produtividade no trabalho. É um assunto ainda em discussão e rodeado de controvérsias, mas é indiscutível como a SPM pode limitar a vida das afetadas em diversos aspectos e contextos. A serotonina possui diversas funções no funcionamento do corpo e da mente humana, mesmo que a sua importância ainda seja desconhecida pela população, a ciência a liga a menores níveis de depressão, impulsividade,

violência e compulsão alimentar, e seu precursor é o triptofano, um aminoácido essencial na dieta humana. Na fase lútea do ciclo menstrual pode modular a expressão do receptor do ácido amino-butírico (GABA) graças as flutuações hormonais, também altera o sistema 5-hidroxitriptamino (5-HT), responsável pela síntese da serotonina. Esses dois sistemas afetados regulam o afeto, a cognição, o humor, ansiedade, o apetite, o sono, a excitação e sintomas emocionais desregulados na SPM. O objetivo geral do presente estudo foi de investigar a influência de alimentos ricos em triptofano nos sintomas da síndrome pré-menstrual e na produção de serotonina.

METODOLOGIA

O presente trabalho foi feito por meio de uma revisão integrativa da literatura, de natureza básica e com abordagem qualitativa utilizando artigos científicos publicados na íntegra e gratuitos. Foram consultados documentos nos idiomas português, inglês e espanhol publicados durante os anos de 2013 a 2023. Foram acessadas as bases de dados da Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE), U.S. National Institutes of Health's National Library of Medicine (NIH/NLM) e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) por meio do Portal Regional da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) aplicando a lógica booleana AND combinando em pares os descritores cadastrados no DeCs/MeSH “síndrome pré-menstrual”, “serotonina”, “mulheres”, “triptofano” e “nutrição”. Inicialmente, para a seleção dos artigos nas bases de dados foi realizado uma busca sistematizada com a aplicação dos filtros automáticos disponíveis, seguida pela posterior inclusão e triagem qualitativa dos artigos por meio da leitura dos títulos e resumos disponíveis, e todos aqueles que não se enquadravam nos critérios de inclusão foram excluídos, por fim a leitura na íntegra dos selecionados e a triagem final.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram identificados inicialmente 1.205 artigos nas bases de dados eletrônicas selecionadas, dos quais 13 foram incluídos na presente revisão integrativa. No estudo de Silveira *et al.* (2014) os seus resultados constataram que 87% das entrevistadas, que alegavam sintomas de SPM, apresentavam flutuações no seu humor durante esse período, foi revelado que 50% dessas mulheres tinham ansiedade, 43,75% eram acometidas com a irritabilidade, e parte significativa da amostra, cerca de 25%, tinham sinais de agressividade e depressão. Todas as participantes com SPM alegaram que esses sintomas atrapalhavam a sua vida, o estudo mostrou também que essas síndromes podem ser amenizadas ou resolvidas com mudanças no estilo de vida, entre elas a alimentação balanceada. Moradifili *et al.* (2020) explica que uma alimentação balanceada com a redução da ingestão de sal, cafeína, açúcar refinado e gorduras saturadas seguida do aumento de ômega 3, magnésio, zinco, vitaminas do complexo B, vitamina E e triptofano é eficaz na redução da sintomatologia da SPM. Ainda há pouca informação sobre os mecanismos determinantes entre a relação de nutrientes, alimentos ou padrões alimentares e a exacerbação da síndrome pré-menstrual, mas trabalhos já mostram que o excesso ou deficiência de certos nutrientes podem estar associados aos desequilíbrios hormonais e dos neurotransmissores, como a serotonina, associados a SPM, e um citado é o triptofano. Lindseth, Helland e Caspers (2015) em seu trabalho indicaram que um aumento na ingestão dietética do triptofano, em doses médias de 10 mg/kg/dia resultam em menores taxas de depressão, ansiedade e melhora geral no humor, o autor ainda complementa que embora todos os efeitos da serotonina sobre o comportamento humano não sejam bem compreendidos, sabe-se que ela influencia quase todas as funções cerebrais sejam pela inibição ou estimulação do sistema GABA. Entretanto, durante a SPM estudos mostram uma

redução significativa desse neurotransmissor principalmente quando associado à deficiência de seu precursor, o triptofano. Os sintomas da SPM quando associados a menores níveis de 5-HT se ampliam, principalmente aqueles ligados à compulsão. Hoje, drogas que promovem a receptação da serotonina, têm sido receitadas como tratamento primário para a redução dos sintomas na SPM severa, mostrando assim uma relação causal positiva entre a redução desse neurotransmissor e o estabelecimento da SPM nas mulheres. Roomruangwong et al. (2017) em complemento a Hall e Meier (2013) afirmam que existem ligações significativas entre os níveis reduzidos de triptofano e serotonina com a SPM. Estudos mostram que mulheres com depleção de triptofano, e conseqüentemente menor produção de serotonina, apresentam sintomas mais agravados de SPM. Os autores ainda acrescentam em suas discussões que os hormônios gonadais femininos e a sua oscilação ocasionada durante as fases do CM influenciam negativamente os receptores de 5-HT correlacionados com a depressão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que existe uma relação causal entre uma dieta pobre em triptofano que ocasiona menores níveis de serotonina e o agravamento dos sintomas da SPM nas mulheres durante o seu ciclo menstrual. Mesmo que os achados ainda sejam prematuros e necessitem de mais investigação por parte da comunidade científica, se sabe que uma dieta equilibrada e que tenha em sua composição alimentos fonte de triptofano e compostos anti-inflamatórios aliada a padrões de vida saudáveis pode ser benéfica para a diminuição da sintomatologia da SPM.

REFERÊNCIAS

HALL, E.; MEIR, S. Serotonin and female psychopathology. **Womens Health**. v. 9, n. 1, p. 85-97. 2013. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.2217/WHE.12.64>. Acesso em: 11 fev. 2023.

LINDSETH, G.; HELLAND, B.; CASPERS, J. The Effects of Dietary Tryptophan on Affective Disorders. **Arch Psychiatr Enfermeiras**, v. 29, n. 2, p. 102-107. 2014. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4393508/>. Acesso em: 19 fev. 2023.

MORADIFILI, B. et al. Dietary patterns are associated with premenstrual syndrome: evidence from a case-control study. **Public Health Nutr.**, v. 23, n. 5, p. 833-842. 2020. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/public-health-nutrition/article/dietary-patterns-are-associated-with-premenstrual-syndrome-evidence-from-a-casecontrol-study/B23D6BA51C657F425C1D735537E95DBB>. Acesso em: 09 fev. 2023.

ROOMRUANGWONG, C. et al. IgA/IgM responses to tryptophan and tryptophan catabolites (TRYCATs) are differently associated with prenatal depression, physio-somatic symptoms at the end of term and premenstrual syndrome. **Molecular Neurobiology**, v. 54, n. 4, p. 3038-3049. 2017. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/mdl-27037573>. Acesso em: 17 jan. 2023.

SILVEIRA, A et al. Síndrome de tensión pre-menstrual observada en usuarias del ambulatorio municipal de salud de la mujer. **Enfermería Global**, v. 13, n. 35 p. 63-73. 2014. Disponível em: https://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1695-61412014000300004&lng=es&nrm=iso&tlng=es. Acesso em: 27 jan. 2023.

O CONSUMO DE ULTRAPROCESSADOS NA INFÂNCIA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Gustavo Nogueira da Costa¹ (Aluno do Curso de Nutrição do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, E-mail: Gustavo.nogueira@fvj.br; Hinkilla dos Santos Giló²

RESUMO

A pesquisa mostra a veracidade sobre o consumo de alimentos ultraprocessados durante a infância, junto com suas causas, consequências e agravantes. Sendo assim, o objetivo geral do estudo, busca avaliar o consumo de alimentos ultraprocessados, visando a melhoria nos hábitos alimentares, buscando uma longevidade aliado a qualidade de vida. Portanto, foi desenvolvido uma revisão de literatura integrativa, utilizando artigos e estudos publicados entre os anos de 2018 e 2023, e no decorrer de tal estudo, notou que o consumo de ultraprocessados em geral, durante toda a infância, era excessivo, e tais hábitos eram relacionados a obesidade, e doenças crônicas. A importância do aleitamento materno e da introdução alimentar também merecem destaque. Notou-se que faz necessária a atuação ativa de nutricionistas em ações de educação alimentar e nutricional, pretendendo aprimorar o consumo alimentar infantil.

Palavras-chave: Consumo ultraprocessados; Infância; Brasil.

INTRODUÇÃO

A infância é um período chave para qualquer indivíduo, é o momento de formação, de hábitos, caráter, e outros dos mais variados valores existentes. Portanto, a formação de bons hábitos logo na infância, torna-se uma solução, mesmo que a longo prazo, desses altos índices negativos de doenças crônicas que nos assustam todos os dias. (DUTRA; PAIVA; BELARMINO, 2021) A obesidade infantil é um problema crônico e não transmissível, que vem crescendo consideravelmente, e em contrapartida os números de crianças praticantes de atividades físicas vem decrescendo. Um dos principais fatores é o aumento da frequência da utilização dos aparelhos eletrônicos existentes no mundo atualmente (tablets, computadores e vídeo games. Em consequência da obesidade, existem outras doenças que também vem ganhando força e números elevados, como por exemplo a diabetes mellitus e a hipertensão, podendo tornar-se um agravante na vida de uma criança com Um dos principais fatores que levam a obesidade infantil, é o alto consumo de industrializados. Dietas com a presença de fast food, doces, salgadinhos, refrigerantes e vários outros que têm altas porções de açúcares, sódio e gorduras contribuindo para um aumento nos casos de obesidade. Considerando que na infância as crianças tendem a reproduzir as práticas que observam ao seu redor, desde comportamentos físicos a emocionais, o papel da família é de total importância no aprendizado e no desenvolvimento de uma alimentação saudável para que esses hábitos sejam reproduzidos na vida adulta. Diante do exposto, além da importância da família, justifica-se necessário a participação de um nutricionista. Atuando na promoção e reabilitação da saúde,

por meios teóricos e práticos atuando ativamente no apoio próximo, acompanhando o desenvolvimento da criança.

MARCO TEÓRICO

O consumo de ultraprocessados acontece por diversas causas, a procura por facilidade de praticidade é uma delas, a própria falta de informação também é fator relevante. Tendo isso em vista, se faz necessário a atividade de nutricionistas visando a mudança desses hábitos ruins, visando uma melhor qualidade de vida, como cita Jardim et al., (2017). É importante ressaltar, que por mais que se faça necessário a atividade de nutricionistas em educação alimentar e nutricional, a atuação dos pais e responsáveis por essa criança é fator imprescindível, visto que muitos comportamentos realizados pelas crianças, são reflexos do que é visto pelos seus exemplos.

METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma revisão de literatura integrativa de caráter descritivo, a respeito do consumo de alimentos ultraprocessados na infância e suas consequências. A base para esse estudo, foi feito através de seleções de pesquisa que consigam apresentar os índices de consumo de industrializados de acordo com uma população infantil. A investigação para a base teórica, foi através de 2 bases de dados, PubMed, e Lilacs. Durante as investigações das pesquisas, buscou-se nas bases de dados, estudos realizados entre 2018 e 2023. Utilizando as palavras chaves “consumo de ultraprocessados”, “infância”, “Brasil”. A procura por tais estudos se deu de acordo com a principal questão da pesquisa, “o consumo de ultraprocessados na infância”, logo após escolhido, foi feita a leitura dos resumos, com foco nos resultados, objetivos e metodologias, para então, avaliar a disponibilidade de utilização do estudo para a pesquisa. O fluxograma abaixo, demonstra a quantidade de artigos encontrados, quantos foram excluídos e o motivo de sua exclusão, assim como transparece os artigos que foram utilizados para efetivar a pesquisa.

RESULTADOS E CONCLUSÃO

De acordo com o que foi estudado, notou-se que o consumo de ultraprocessados é uma prática recorrente e exacerbada, isso em todas as fases da infância. O estudo de Sousa et al., (2020) concluiu que 69,7% das crianças entrevistadas fazem o consumo de pelo menos 4 alimentos desse tipo. Nogueira et al., (2021) notou que 87,5% do público infantil, faz o consumo diário de pelo menos um industrializado, nos primeiros meses de vida e de alimentação complementar. Já Fonseca et al., (2023) percebeu que o predomínio do consumo de industrializados chegou a 69,6 entre os entrevistados (7 a 9 anos). Esses três estudos representam que em todas as fases da infância, o consumo é exagerado, causando problemáticas que possivelmente serão maléficas para o desenvolvimento infantil. Portanto, se faz necessário a atuação ativa do nutricionista no âmbito de educação alimentar e nutricional, visando a propagação da informação e do cuidado, promovendo qualidade de vida, e longevidade.

REFERÊNCIAS

FONSECA, M. M.; COIMBRA, R. V. G.; OLIVEIRA, J. S. E.; SOARES. A. D. N.; GOMES, J. M.G. Consumption of ultra-processed foods and associated factors in children from

Barbacena (MG), Brazil. **Rev Paul Pediatr**, 2023 May 15;42:e2022127. doi: 10.1590/1984-0462/2024/42/2022127. PMID: 37194910; PMCID: PMC10184977.

NOGUEIRA, M. B. et al.. Consumo de alimentos ultraprocessados e fatores associados no primeiro ano de vida em Cruzeiro do Sul, Acre, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 2, p. 725–736, fev. 2022.

LACERDA, A. T.; CARMO, A. S. D.; SOUSA, T. M.; SANTOS, L. C. D. Participation of ultra-processed foods in brazilian school children's diet and associated factors. **Rev Paul Pediatr.**, 2020 Jun 5;38:e2019034. doi: 10.1590/1984-0462/2020/38/2019034. PMID: 32520299; PMCID: PMC7274534.

INFLUÊNCIA DAS MÍDIAS NO COMPORTAMENTO ALIMENTAR INFANTIL

Jéssica Arruda Fernandes¹ (Aluna do Curso de Nutrição da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: jessica.fernandes@fvj.br); Gláucia Porto de Freitas² (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: glaucia.freitas@fvj.br)

RESUMO

Comportamento infantil é multideterminado podendo ser influenciado pela cultura, família, renda, escolaridade, políticas de saúde e a mídia. Objetivo do estudo foi investigar a influência das mídias no comportamento alimentar infantil. Foi realizada uma revisão integrativa da literatura, de natureza básica com o propósito explicativo, sendo consultados artigos científicos publicado entre os anos de 2013-2023, no idioma inglês e indexados na base de dados da Biblioteca Virtual em Saúde utilizando a lógica booleana “AND” e “OR” combinado aleatoriamente os descritores “comportamento alimentar”, “meios de comunicação de massa”, “nutrição da criança”, “comportamento infantil” e “transtornos da nutrição infantil”. Foram incluídos na amostra 9 artigos científicos que explicam que para os hábitos alimentares saudáveis se formarem na infância é necessário que se tenha uma disponibilidade e variedade de alimentos *in-natura*, entretanto, a publicidade de alimentos direcionada para o público infantil veiculada em todas as formas de mídia caminha no sentido oposto ao tentar padronizar gostos, marcas e produtos, e se aproveitam dessa influência e imaturidade cognitiva infantil para aumentar seus lucros. A obesidade infantil está relacionada com a exibição de propagandas alimentícias nas grandes mídias, em especial, na televisão comercial, disseminando uma dieta rica em energia e pobre em nutrientes ao expor o público infantil a opções alimentares pobres em nutrientes e não saudáveis. Mesmo que a mídia não seja o único fator que influencia o comportamento alimentar infantil, ela o expõe a opções alimentares não saudáveis, aumentando a prevalência de obesidade infantil em todo o mundo.

Palavras-chaves: Comportamento Alimentar; Meios de Comunicação de Massa; Nutrição da Criança; Comportamento Infantil; Transtornos da Nutrição Infantil.

INTRODUÇÃO

O estatuto da criança e do adolescente (ECA) conceitua crianças como indivíduos com idade inferior a 12 anos completos e adolescentes de 12 a 18 anos completos. O comportamento alimentar infantil é multideterminado, sendo influenciado por fatores como: o aleitamento materno; a introdução alimentar; os hábitos alimentares familiares; e as condições socioeconômicas. No cenário atual das vivências familiares as preferências alimentares estão voltadas para opções rápidas, que não demandam tempo de preparação e que sejam baratas, e essas escolhas alimentares muitas vezes são ricas em sal, gordura e açúcares por serem, na

grande maioria das vezes, ultra processadas, causando desequilíbrios nutricionais, e somado a isso as famílias não são mais os únicos fornecedores alimentares nessa fase de desenvolvimento infantil, dividindo a construção dos hábitos ligados à alimentação com as creches e escolas. A mídia é um conjunto de diversos meios de comunicação e tem como finalidade a transmissão de informações e conteúdos variados, e como plataformas utilizadas para essa disseminação temos os jornais, revistas, televisão, rádio e a internet. O comportamento alimentar infantil influenciado pela mídia vem trazendo inúmeros malefícios para as crianças, podendo ocasionar o desenvolvimento de doenças crônicas na fase adulta, portanto foi escolhido esse assunto de grande importância tanto para a sociedade quanto para a pesquisadora do presente estudo, além de ser um assunto de relevância para o contexto atual. O objetivo do presente estudo foi de investigar a influência das mídias no comportamento alimentar infantil.

METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma pesquisa de natureza básica, com abordagem qualitativa e com propósito explicativo. O procedimento utilizado para o desenvolvimento do estudo será baseado na pesquisa bibliográfica através da literatura já publicada, seja de forma virtual ou impressa. A metodologia aplicada será a de revisão integrativa da literatura. Foram consultados artigos científicos publicados na íntegra entre os anos de 2013 e 2023, no idioma inglês indexados na base de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) aplicando a lógica booleana AND e OR combinando de forma aleatória os descritores cadastrados no *DeCs/MeSH* “comportamento alimentar”, “meios de comunicação de massa”, “nutrição da criança”, “comportamento infantil” e “transtornos da nutrição infantil”. Foram utilizados critério de inclusão e exclusão pré-determinados. Para a seleção dos artigos, inicialmente, foi realizada a busca sistematizada e quantitativa dos trabalhos na BVS, com posterior seleção qualitativa por meio da leitura dos títulos e resumos disponíveis realizando a exclusão manual de trabalhos que não atendiam os critérios de inclusão. Posteriormente a essa etapa, foi feita a análise e leitura na íntegra dos artigos previamente selecionados, e aqueles incluídos na presente revisão integrativa compuseram a tabela de apresentação, presente nos resultados, e a discussão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, 69 publicações foram lidas na íntegra, onde, após a triagem, 9 artigos foram incluídos na revisão integrativa. Likhitweerawong *et al.* (2021) reforçam que para os hábitos alimentares saudáveis se formarem na infância é necessário que se tenham uma disponibilidade e variedade de alimentos *in-natura*, que possibilitem a experimentação dessas crianças de diferentes texturas e sabores, evitando a seletividade alimentar, e assim criar um paladar amplo e diversificado. O autor também pontua que esse momento deve ser protegido de influências externas negativas, entretanto, a publicidade de alimentos direcionada para o público infantil veiculada em todas as formas de mídia caminha no sentido oposto ao tentar padronizar gostos, marcas e produtos, e se aproveitam dessa influência como uma porta de entrada para produtos ultraprocessados durante a infância, fidelizando esse cliente por toda a sua vida. Lapierre *et al.* (2017) apontam em seu estudo que o *marketing* de alimentos aumenta e influencia o consumo alimentar presente e futuro das crianças, além das suas preferências por marcas e produtos específicos, geralmente, ricos em sódio, gordura saturada e açúcares, ainda comentam que a obesidade infantil está relacionada com a exibição de propagandas alimentícias nas grandes mídias, em especial, na televisão comercial. Reisch *et al.* (2013) aponta que o impacto da publicidade massiva e agressiva de alimentos no conhecimento e nas preferências alimentares de crianças é algo que deve ser levado a sério, uma análise conduzida

pelo Instituto de Medicina dos EUA (IOM) concluiu que, o marketing de alimentos veiculada nas grandes mídias contribui para disseminação de uma dieta rica em energia e pobre em nutrientes, um cenário perfeito para o aumento dos casos de obesidade e doenças crônicas não transmissíveis na primeira infância. Brasil (2021) explica que atualmente no país, desde 2014, e após muitos estudos, a publicidade infantil não é mais permitida pela resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), e em outros países, como Estados Unidos da América, a prática também é proibida, sendo reconhecida como uma prática abusiva a enquadrada como ilegal. Kraak e Story (2015) fomentam que as empresas alimentícias devem melhorar as suas práticas de marketing para crianças, e os pais devem se responsabilizar por diminuir a exposição às telas de seus filhos, já que estudos apontam que cerca de 60% dos escolares e pré-escolares que tem excesso de peso antes da puberdade mantém esse excesso no início da fase adulta, evitando assim repercussões negativas desse desequilíbrio nutricional durante toda a vida.

CONCLUSÃO

As mídias não são o único fator influente sobre a formação e consolidação do comportamento alimentar infantil, os pais, a escola e o ambiente que essas crianças vivem também apresentam a sua contribuição. No entanto, quando a mídia o influencia, o comportamento alimentar é de forma negativa, por meio das propagandas e *marketing* das grandes empresas, que expõe o público infantil a opções alimentares pobres em nutrientes e não saudáveis, sendo na maioria alimentos ricos em gorduras, sódio e açúcares, aumentando a prevalência de obesidade infantil em todo o mundo. As propagandas veiculadas em todos os meios de comunicação utilizam uma linguagem sedutora e persuasiva direcionadas para o grupo infantil, que é vulnerável. Nesse contexto, percebe-se que há empresas as quais se aproveitam dessa fragilidade e colocam a sua lucratividade em primeiro lugar, mesmo que isso signifique prejuízos no presente e futuro desses indivíduos.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério do turismo. **Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC 2021-2022**. Brasília: Editora Brasil, 2021.

KRAAK, V.; STORY, M. Influência de mascotes de marcas de empresas de alimentos e personagens de desenhos animados de empresas de entretenimento na dieta e saúde infantil. **Mundo Obesidade**, v. 16, p. 433-453. 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/arrud/Downloads/4.2.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2023.

LAPIERRE, M. A *et al.* O efeito da publicidade sobre crianças e adolescentes. **PEDIATRICS**, v. 140, n. 2, novembro. 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/arrud/Downloads/3.pdf> Acesso em: 03 mar. 2023.

LIKHITWEERAWONG, N. *et al.* Eficácia do aplicativo móvel na mudança de peso, hábitos alimentares saudáveis e qualidade de vida em crianças e adolescentes com obesidade. **BMC Pediatrics**, v. 21, n. 499. 2021. Disponível em: <https://bmcpediatr.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12887-021-02980-x> Acesso em: 24 mar. 2023.

REISCH, L. A. *et al.* Evidência experimental sobre o impacto da publicidade de alimentos no conhecimento e preferências de crianças por alimentos Saudáveis. **Hindawi Publishing**

CONSEQUÊNCIAS DO JEJUM INTERMITENTE NO METABOLISMO E SAÚDE HUMANA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Lharissa Cristina Alves Barro¹, (aluna do Curso de Nutrição do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: laricristina474@gmail.com), Orientadora: Gláucia Porto de Freitas² (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: glaucia.freitas@fvj.)

RESUMO

O jejum intermitente é uma prática que cresceu bastante com o passar dos anos, que resulta no indivíduo passar horas sem comer, alternados com períodos de alimentação normais. Alguns estudos sugerem que o jejum intermitente possui vários benefícios para a saúde, incluindo ajudar na perda de peso, melhora na saúde metabólica e aumento da longevidade. Como estratégia metodológica, a pesquisa se caracteriza como uma revisão de literatura, cujas pesquisas foram realizadas na base de dados Pubmed, Scielo e Lilacs. Foram utilizados 05 artigos publicados entre os anos de 2018 e 2023. Os resultados obtidos demonstraram que o jejum intermitente melhora a redução do peso, a pressão arterial, marcadores cardiovasculares, porém não é uma estratégia de intervenção dietética que tem maior impacto na saúde quando comparada a outras estratégias convencionais.

Palavras-chave: jejum intermitente; emagrecimento; saúde pública; intervenção dietética.

INTRODUÇÃO

O jejum intermitente é uma prática que cresceu bastante com o passar dos anos, que resulta no indivíduo passar horas sem comer, alternados com períodos de alimentação normais. Alguns estudos sugerem que o jejum intermitente possui vários benefícios para a saúde, incluindo ajudar na perda de peso, melhora na saúde metabólica e aumento da longevidade. Contudo, também há alguns malefícios que devem ser considerados antes de seguir essa estratégia alimentar (HANNA *et al.*, 2021). O presente estudo visa analisar os benefícios e malefícios do jejum intermitente para a saúde humana. Para o alcance do objetivo geral, foram elencados os seguintes objetivos específicos: revisar a literatura existente sobre jejum intermitente e sua relação com a saúde humana; investigar os efeitos do jejum intermitente sobre indicadores de saúde, como pressão arterial, níveis de açúcar no sangue, perda de peso, entre outros, e discutir sobre os benefícios e malefícios associados à prática do jejum intermitente.

METODOLOGIA

O presente estudo tem por finalidade realizar uma pesquisa de natureza aplicada. Em função do problema a ser investigado, este trabalho trata-se de um estudo qualitativo e quanto aos objetivos a pesquisa é exploratória. Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa será do tipo bibliográfica, na qual foram pesquisados estudos associados aos efeitos do jejum intermitente para a saúde humana.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O jejum intermitente é uma estratégia alimentar que se refere a um período de restrição calórica, sem a ingestão de alimentos. Alguns tipos de jejum intermitente podem ser de 16 horas, 24 horas, jejum em dias alternados ou jejum de 2 dias na semana, em dias não consecutivos. Essa estratégia ganhou popularidade há alguns anos e vem cada vez mais ganhando espaço em dietas para emagrecimento e melhora de alguns marcadores metabólicos. Entretanto, o jejum intermitente é uma prática antiga, utilizada com finalidade de saúde e religioso, como durante o mês do Ramadã (VARELA, *et al.*, 2021). Diante de sua ampla divulgação como uma estratégia para obter benefícios à saúde, o jejum intermitente vem sendo objeto de vários estudos, a fim de verificar a sua eficácia e seu impacto na saúde humana (VARELA, *et al.*, 2021). Um estudo de revisão sistemática, onde foram analisados 31 artigos que objetivaram analisar a literatura sobre jejum intermitente e obesidade, diabetes e esclerose múltipla, com resultados avaliados em pares, demonstrou que o jejum intermitente tem efeitos benéficos sobre perfil dos lipídios, e está associada à perda de peso e modificação da distribuição da gordura abdominal em pessoas com obesidade e diabetes tipo 2, bem como uma melhora no controle dos níveis glicêmicos. Em pacientes com esclerose múltipla, os dados disponíveis são muito escassos para tirar conclusões firmes, embora sugira-se que o jejum intermitente pode ser uma intervenção segura e viável (VARELA, *et al.*, 2021). Corroborando com os achados de Varela, *et al.*, 2021, um estudo controlado randomizado realizado com 70 participantes com idades entre 18 a 65 anos, e que possuíam o diagnóstico de síndrome metabólica, adotou em um dos grupos, grupo 1, a estratégia de jejum intermitente e, em outro grupo, realizou a restrição calórica contínua. A partir da intervenção, foram realizados testes bioquímicos, incluindo perfil lipídico, glicose plasmática em jejum, insulina, glicose glicosilada hemoglobina tipo A1c (HbA1c), modelo de avaliação homeostática da resistência à insulina (HOMA-IR), pressão arterial e a composição corporal foi avaliada no início e na 12ª semana da dieta, para identificar as principais diferenças (KUNDURACI E OZBEK, 2020). Um dos debates em torno dos benefícios do jejum intermitente apontam uma melhora na pressão arterial. Os estudos de Varela, *et al.* (2021) e de Kunduraci e Ozbek (2020) apresentam redução da pressão arterial no pós-jejum. Já outro estudo, que buscou analisar o efeito do jejum intermitente nos marcadores inflamatórios em mulheres obesas, dividiram os participantes em 02 grupos, onde um grupo realizou a intervenção do jejum intermitente e o outro a intervenção da restrição calórica diária, mostrou que houve redução do peso maior no grupo que utilizou a estratégia do Jejum intermitente e que apesar da redução da perda de peso, os marcadores inflamatórios não sofreram alteração significativa em nenhum dos grupos (LIU, *et al.*, 2019). Assim, os estudos apresentados nessa discussão demonstram que a estratégia de jejum intermitente impacta positivamente na redução do peso, na redução de circunferência abdominal, melhora na pressão arterial e em testes bioquímicos, como de glicemia e hemoglobina sérica. Entretanto, quando comparado a outra estratégia de restrição calórica, não há superioridade nos ganhos de resultados.

CONCLUSÃO

Conclui-se a partir da análise dos estudos que o jejum intermitente é uma estratégia bastante utilizada no processo de emagrecimento e quando se busca melhorar a saúde. Os principais benefícios apresentados pelo Jejum Intermitente são: Perda de Peso, mudanças na composição corporal, melhora na pressão arterial, melhora perfil lipídico. Já os malefícios do Jejum Intermitente são episódios maiores de fome. Observou-se que os impactos positivos na saúde, com a melhora dos parâmetros bioquímicos e outros, resultam em sua maioria da redução de peso e de gordura. Essa redução de peso e gordura é ocasionada tanto pelo jejum onvencionai quando por outras estratégias onvencionais que utilizam a restrição calórica. Assim, o jejum intermitente é uma excelente estratégia que auxilia na obteção de melhoras na saúde, entretanto não é superior a outras estratégias que também promovem restrição calórica. Compreende-se que para análise mais aprofundada dos benefícios do jejum intermitente se faz necessária a realização de mais estudos na área.

REFERÊNCIAS

HANNA, Marina Dias *et al.* Efeitos metabólicos do Jejum Intermitente: uma revisão de literatura. *Brazilian Journal of Development*, v. 7, n. 3, p. 32624-32634, 2021.

KUNDURACI, Yasemin Ergul; Ozbek, Hanefi. Does the Energy Restriction Intermittent Fasting Diet Alleviate Metabolic Syndrome Biomarkers? A Randomized Controlled Trial. *Nutrients*, v. 12, n.10, p.01-13, 2020.

LIU, Bo et al. Markers of adipose tissue inflammation are transiently elevated during intermittent fasting in women who are overweight or obese. ***Obesity Research & Clinical Practice***, v.13, n.4, p.408-415, 2019.

VARELA, María Morales Suarez *et al.* Intermittent Fasting and the Possible Benefits in Obesity, Diabetes, and Multiple Sclerosis: A Systematic Review of Randomized Clinical Trials . *Nutrients*, v. 13, n. 9 p.01-16, 2021.

Pedagogia

O PAPEL DAS EMOÇÕES NA CONSTRUÇÃO DO SUJEITO NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) EM UMA UNIDADE DE ENSINO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE ICAPUI - CE

Autora: Maria Izabel Soares¹, Aluna do Curso de Pedagogia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe;
Orientadora: Maria das Graças Silva², Orientadora - Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe

RESUMO

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) representa um mecanismo de extrema importância no que diz respeito ao desenvolvimento da aprendizagem dos alunos assistidos. No âmbito do território do município de Icapuí, observa-se que esse vem buscando ampliar tal atendimento para os alunos que necessitam desse serviço no ambiente escolar. Partindo dessa premissa, a pesquisa possui a seguinte pergunta norteadora: A “emoção” interfere no processo de ensino aprendizagem em alunos assistidos pelo AEE?. Nisso, a Educação Emocional se mostra um ponto pertinente no âmbito escolar, sendo incluída no contexto curricular, podendo ser vista como uma temática transversal. Perante o exposto, o objetivo desta pesquisa foi analisar o papel das emoções na construção do sujeito no Atendimento Educacional Especializado em Unidade de Ensino Escolar, Icapuí – CE. Como aspectos metodológicos a pesquisa possui um caráter qualitativo (BICUDO; COSTA (2019); DENZIN; LINCOLN (1994). Portanto, para entender melhor o funcionamento e a importância da sala de AEE, aplicou-se um questionário composto por 5 (cinco) questões com os docentes responsáveis por esta atividade, atuantes no ensino fundamental e diretamente na sala do AEE da escola. De acordo com análise dos resultados, constatou-se que as emoções que se revelam no cotidiano escolar melhoram a aprendizagem dos alunos na visão dos entrevistados. Logo, a escola, o professor em sala de aula regular, bem como no Atendimento Educacional Especializado, representam algo que deve ser colocado em debate, com o intuito de buscar melhorias para aprimorar o trabalho do professor perante o AEE.

Palavras-chaves: educação especial; emoções; aprendizagem.

INTRODUÇÃO

A educação escolar das pessoas com necessidades especiais nos leva não apenas as questões referentes a limites e possibilidades, mas também nos arremete aos preconceitos referentes às atitudes no ambiente escolar. Desse modo, as pessoas com deficiência enfrentam inúmeros obstáculos para participar da educação escolar, decorrentes tanto da deficiência, bem como da maneira como se organizam as propostas educacionais a serem introduzidas na escola.

Por esse motivo, muitos alunos portadores de alguma deficiência são prejudicados pela falta de adequação do trabalho e atividades pedagógicas ao potencial voltadas ao desenvolvimento educacional, aprendizagem, socioafetivo e cultural, levando-as a perdas consideráveis no desenvolvimento do seu processo humano e cidadão.

Perante esse paradigma, o professor é primordial sendo conhecedor é capaz de mapear o lado emocional do aluno no ambiente de sala de aula, conseqüentemente melhora o modo operandi no que diz respeito a prevenção de doenças, bem como ameniza os efeitos e ações da possível deficiência que aluno possui. Portanto, a pesquisa possui a seguinte pergunta norteadora: A emoção interfere no processo de ensino aprendizagem em alunos assistidos pelo AEE?

Nesse contexto, a Educação Emocional se mostra como um ponto pertinente a ser elucidado e trabalhado no âmbito escolar, sendo incluída não só no contexto curricular, como

também em discussão nas atividades e aulas, além de poder ser inserida e trabalhada como temática transversal. Perante o exposto, o objetivo desta pesquisa foi o de analisar o papel das emoções na construção do sujeito no Atendimento Educacional Especializado (AEE) em Unidade de Ensino Escolar, Icapuí – CE.

METODOLOGIA

Esta pesquisa possui um caráter qualitativo, esse tipo de pesquisa, como colocam Denzin e Lincoln (2006), é considerado como um campo de investigação que atravessa diversas disciplinas, campos e temas, possuindo um grande número de métodos e abordagens que abrange momentos históricos marcados por diferentes teorias epistemológicas, incluindo variadas perspectivas qualitativas e interpretativas.

Dessa maneira, com a finalidade de entender melhor o funcionamento e a importância da sala de AEE, aplicou-se um questionário composto por questões abertas, com os docentes ligados e responsáveis por essa atividade (AEE) na referida escola.

O uso de questionários se configura como instrumento que possibilita captar informações, opiniões, percepções, valores, modelos e outros aspectos dos indivíduos na diversidade de seus meios. (MORAES; LIMA JUNIOR; SCHABERLE, 2000).

O questionário foi aplicado via *Google Forms*, sendo composto por 05 (cinco) questões de caráter subjetivo e dissertativo, com três professoras atuantes no ensino fundamental e diretamente na sala do AEE. Portanto, para tabulação dos dados coletados foram considerados os questionários aplicados, identificados nessa pesquisa como a Professora A, B e C. Sendo os resultados expostos de acordo com as questões e sua importância perante o objetivo da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com análise dos resultados observou-se que todas as respostas obtidas convergiram para a mesma linha de raciocínio com algumas particularidades e especificidades. Assim, as professoras foram questionadas “se as emoções trabalhadas em sala de aula interferem no desenvolvimento da criança, bem como se essas estão relacionadas diretamente ao processo de ensino aprendizagem”.

Como respostas, as professoras A, B e C alegaram que sim, que as emoções interferem no desenvolvimento cognitivo das crianças, bem como no que diz respeito a aprendizagem. É válido salientar que a Professora C destacou que, para além do bem estar emocional dos alunos, a relação intrínseca familiar e seu envolvimento e acompanhamento junto a escola são de extrema importância.

Tais colocações corroboram com Goleman (2012), ao expor que a educação emocional visa tornar os indivíduos emocionalmente mais inteligentes, aprimorando diretamente o desenvolvimento dos alunos. Isso significa que terão mais oportunidades de viver uma vida social estável, com base em ensinamentos essenciais para a vida. Nesse contexto, Soares e Gomes (2022) frisam que a escola não pode ser uma instituição que faça do aluno somente um acumulador de informações, com lições puramente intelectuais, e sim ser mais humana, aplicando um olhar para o interior dessa pessoa, o que faz da escola um lugar de educação para a vida e não só de instrução.

Sobre as contribuições da sala do Atendimento Educacional Especializado, questionou-se “se esse espaço possui a capacidade de envolver o aluno, bem como auxiliar no desenvolvimento das emoções dos alunos assistidos”.

Todas as docentes questionadas afirmaram que sim. Segundo a professora A, “a sala do AEE é o lugar importante para o aluno ir semanalmente, pois é notório o seu

desenvolvimento por ser um espaço onde gradativamente o aluno vai desenvolvendo habilidades e superando seus limites”. Já a Professora B pontuou que a sala do AEE busca, para além da sala de aula convencional, o uso de forma contínua e precisa de atividades psicopedagógicas, buscando incluir emoções, escutar mais o aluno em função da maior quantidade de tempo e atribuir um olhar específico, além de aplicar metodologias, como o uso de jogos para desenvolvimento de coordenações diversas dos alunos.

Nesse contexto, Baptista (2006) considera que a educação inclusiva se demonstra como um novo princípio no contexto educacional, cujo conceito fundamental defende a heterogeneidade na classe escolar como situação provocadora de interações entre crianças com situações pessoais diversas. Além dessa interação, muito importante para o fomento das aprendizagens recíprocas, propõe-se e se busca uma pedagogia que se dilate frente às diferenças do alunado (BAPTISTA, 2006).

CONCLUSÕES

Com o desenvolvimento da presente pesquisa, percebeu-se que as emoções que se revelam no cotidiano escolar são de total relevância para o trabalho dos professores, para as relações estabelecidas durante a Educação Infantil e, também, para o desenvolvimento da criança em si, além de contribuir com a formação da criança como sujeito pensante inserido na sociedade e apto para conviver em grupo e em família. Logo, compreende-se que a afetividade se firma no ambiente escolar a partir de dificuldades de aprendizagens apresentadas por educandos e justificada por transtornos de várias vertentes psicológicas.

Por fim, acredita-se que essa pesquisa apresentou total relevância, já que com a mesma amplia-se o campo de pesquisa para outras escolas do município e centros de educação infantil, de modo que se possa obter um panorama e diagnósticos de um número maior de instituições. Tal procedimento fornece dados concisos e contundentes, possibilitando subsídios para criação, melhoria e ampliação de políticas públicas voltadas para os alunos da rede pública de ensino de Icapuí acometidos por algum tipo de deficiência.

REFERÊNCIAS

BARRETO, M. A. S. C.; VICTOR, S. L. Retomando trajetórias de pesquisas: indícios de um processo de formação do professor em construção permanente pela via do trabalho coletivo e das interfaces entre diferentes saberes. In: JESUS, D. M. de; BAPTISTA, C. R.; VICTOR, S. L. (org.). **Pesquisa e educação especial: mapeando produções**. Vitória: Edufes, 2006.

BICUDO, M. A. V.; COSTA, A. P. **Leituras em pesquisa qualitativa**. São Paulo: Editora Livraria da Física. 2019.

BRASIL. Consolidação da inclusão escolar no Brasil 2003 a 2016. Brasília: Ministério da Educação, 2016.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**, 2, 15- 41. 2006.

GOMES, H. A. C.; SOARES, L. L. Educação emocional como requisito essencial no desempenho escolar. **Revista Acadêmica Educação e Cultura em Debate**, [s. l.], v. 8, n. 1, jan./dez. 2022.

O PROCESSO DE ENSINO/APRENDIZAGEM NO EF ANOS INICIAIS: DESAFIOS DOS PROFESSORES NA ESCOLA ROSA MARIA - ARACATI-CE NO PÓS PANDEMIA DA COVID-19

Marliane Cavalcante de Melo¹ (Aluno do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, E-mail: marliane.melo@fvj.br), Maria das Graças Silva² (Professora do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, E-mail: maria.silva@fvj.br)

RESUMO

Discentes e docentes têm enfrentado, nos últimos anos, alguns desafios para que o processo de ensino/aprendizagem se concretizem com qualidade. Isto porque foi necessário, desde 2020, a execução de aulas remotas, de forma emergencial, devido aos problemas com a pandemia da COVID-19. Neste sentido, a pesquisa tem por objetivo geral destacar os desafios enfrentados pelos professores que atuam na escola Rosa Maria, de Aracati-CE com relação ao processo do ensino e aprendizagem dos alunos do ensino fundamental nos anos iniciais no pós-pandemia. O estudo, para que se concretizasse, foi desenvolvido uma pesquisa de campo, com a aplicação de um questionário a três professoras do ensino fundamental. Mediante os resultados coletados, entende-se que faltou capacitação adequada, assim como também mais recursos tecnológicos para que os professores pudessem desenvolver suas aulas com qualidade durante o ensino remoto emergencial.

Palavras-chave: covid-19; educação de ensino fundamental; pandemia; pós-pandemia.

INTRODUÇÃO

O processo de ensino e aprendizagem trata-se de um desafio para os profissionais da educação, sendo que as mudanças no cenário educacional ocorrem constantemente, exigindo, sobretudo, dos professores, didáticas distintas para que consigam estimular seus alunos ao desenvolvimento acadêmico. Para, além disso, se sabe que a própria sociedade faz essa exigência à escola, já que esta instituição é reflexo da comunidade em que se insere, e está fca em constante transformação. Esses desafios crescem ainda mais a partir do momento que a instituição de ensino tem que atender a mesma demanda por meio do ensino remoto, em uma situação atípica e que pleiteia dos professores uma atuação mais incisiva como aconteceu durante a pandemia do COVID-19. Neste momento, o uso das tecnologias da informação e comunicação (TIC's) foram necessárias e fundamentais, visando que esse atendimento tivesse êxito (ARAÚJO; PROGETTI; SANTOS, 2021). Entendendo este cenário, a pesquisa visa responder ao seguinte problema: Quais são os desafios enfrentados pelos professores que atuam na escola Rosa de Aracati-CE, com relação ao processo do ensino e aprendizagem dos alunos do ensino fundamental nos anos iniciais no pós-pandemia? Como hipótese a problemática que se apresenta, destacam-se duas resolutivas, sendo que uma entende que um dos desafios é estar em constante formação continuada visando o atendimento as necessidades da sociedade que constantemente está em transformação e o outro destaca que apesar das TIC's serem uma realidade da sociedade a um determinado tempo, apenas durante e pós-pandemia se tornaram fundamentais para a qualidade e continuidade do devido processo do ensino e aprendizagem. Com relação aos objetivos, o geral busca destacar os desafios enfrentados pelos professores que atuam na escola Rosa de Aracati-CE com relação ao processo do ensino e aprendizagem dos alunos do ensino fundamental nos anos iniciais no pós-pandemia. No que tange aos objetivos específicos, estes visam: Entender como se dá o processo do ensino e aprendizagem dos alunos do ensino fundamental nos anos iniciais e;

Enfatizar os desafios sentidos pelos professores no processo do ensino e aprendizagem dos alunos do ensino fundamental nos anos iniciais durante e pós pandemia.

MARCO TEÓRICO

O processo de ensino e aprendizagem dirigido às crianças do ensino fundamental nos anos iniciais trata-se de um momento delicado, visto que alfabetizar e letrar um indivíduo requer metodologias distintas, sobretudo, no século XXI onde as salas regulares recebem um vasto perfil de discentes (FERREIRA *et al.*, 2020). Neste sentido, conforme assume Fonseca (2021) é fundamental que os professores trabalhem com recursos que motivem os discentes ao aprendizado, entendendo que se tratam de crianças que ainda estão em processo de maturação acerca da necessidade de aprendizado. A educação enfrenta diversos desafios para conseguir que os alunos tenham o devido processo de ensino aprendizagem, visto que as transformações sociais ocorrem constantemente e os perfis dos alunos inseridos em sala de aula regular apenas crescem. Esse cenário já era enfrentado pelos docentes antes da pandemia do covid-19, entretanto o contexto se apresenta com maiores dificuldades a partir do momento em que os professores precisam atender estas demandas a distância, por meio de ensino remoto. De acordo com Nascimento e Rodrigues (2022) uma maneira de garantir qualidade no processo de ensino aprendizagem de um sujeito em desenvolvimento é fazendo uso da ludicidade, visto que o aprendizado da criança passa a acontecer de forma divertida, estimulando ao estudo e consequente aquisição de conhecimento.

METODOLOGIA

A pesquisa é exploratória com abordagem qualitativa. Exploratória porque desenvolve-se por meio de planejamento flexível, permitindo que o autor consiga identificar o estudo por diversos aspectos (PRODANOV; FREITAS, 2013). Com relação a sua abordagem, trata-se de uma pesquisa qualitativa, que segundo Brito, Oliveira e Silva (2021), apresenta informações da sociedade, enfatizando crenças, valores e atitudes que circulam. Para além da pesquisa de campo e apresentação das informações coletadas, desenvolve-se uma fundamentação teórica, utilizando documentos que tratam acerca do mesmo assunto, estando entre eles: livros, arquivos, monografias e afins, seja em versões físicas ou mesmo digitais. Para a coleta de dados foi aplicado um questionário, com onze perguntas, contendo 06 questões fechadas e 05 abertas, sendo estas enviadas através do *Google Forms* aos professores, por e-mail ou whatsapp. As perguntas foram direcionadas a três docentes que atuaram tanto no cenário da pandemia e ensino remoto quanto posteriormente, sendo essa percepção fundamental para entender quais as dificuldades que se fazem presentes para o desenvolvimento dos discentes.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Por meio das falas dos docentes, a utilização dos recursos tecnológicos foi fundamental para o contato com os alunos durante a pandemia do COVID-19, visando que não houvesse interrupção com relação ao seu processo de ensino/aprendizagem e consequentemente evitando a perda de qualidade no que tange ao desenvolvimento dos alunos. Considerando este cenário, Vilela, Ferraz e Araújo (2021) discorrem sobre existir diversas ressalvas para o uso em excesso das tecnologias, porém é importante explanar que os novos recursos permitem que seja possível aprimorar as demandas da sociedade, o que ocorre, inclusive, junto ao cenário escolar. Mas mesmo sabendo da necessidade deste uso, compreende-se que alguns entraves se apresentaram, onde os profissionais foram questionados sobre os maiores desafios que enfrentou durante a pandemia. De acordo com o passar dos meses desenvolvendo aulas de

forma remota, os professores foram se adequando aos mais diversos modelos de recursos tecnológicos, passando pelo uso dos celulares e chegando ao notebook, data show, tablete, lousa digital, entre outros. Neste sentido, foram indagados sobre a escola em que atuam e se estas oferecem recursos suficientes para o uso. É possível dizer que o comportamento dos alunos é o que mais minimiza as chances de que o processo de ensino aprendizagem ocorra com maior qualidade e facilidade junto aos discentes. Compreende-se que a indisciplina ou mesmo ansiedade está relacionada, sobretudo, aos momentos de estresse vividos nos últimos anos por causa da urgência do ensino remoto emergencial e pandemia em sentido amplo. Isto porque os discentes passaram muito tempo distantes de seus colegas e sobrecarga psíquica intensa, sendo necessário entender este momento e inovar nas práticas didáticas, a fim de que o entendimento das disciplinas ocorra de forma mais simples e divertida. Diante as informações que se apresentam ao longo do texto, é possível enfatizar que a pesquisa atendeu aos objetivos propostos, sendo que o geral buscava Destacar os desafios enfrentados pelos professores que atuam na escola Rosa de Aracati-CE com relação ao processo do ensino e aprendizagem dos alunos do ensino fundamental nos anos iniciais no pós-pandemia e de acordo com a fala dos profissionais participantes pesquisa, evidencia-se que se trata dos poucos recursos tecnológicos que são disponibilizados pela escola para atuação com um número elevado de alunos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Luís Fernando Ferreira.; PROGETTI, Claudia Bianchi.; SANTOS, Robson Alves dos. O processo de ensino-aprendizagem: desafios em tempos de isolamento social. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo**, [s. l.], v. 3, n. 3, p. e334992, 2021. DOI: 10.47149/pemo.v3i3.4992. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/4992>. Acesso em: 01 set. 2022.

FERREIRA, Waleika da Cruz *et al.* Práticas de Alfabetização na Perspectiva do Letramento. **Id on Line Rev. Mult. Psic.** v.14, n. 49 p. 325-339, Fevereiro/2020.

NASCIMENTO, Julyete Miranda.; RODRIGUES, Raphaella de Abreu Magalhães. **Possibilidades de práticas educativas inclusivas para educação nos anos iniciais do ensino fundamental.** Instituto Federal Goiano, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ifgoiano.edu.br/handle/prefix/3017>. Acesso em: 25 abr. 2023.

PRODANOV, Cleber Cristiano.; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2. ed. Editora Feevale, 2013.

VILELA, Jean Louis Landim.; FERRAZ, Anderson Claiton.; ARAÚJO, Mauro Sérgio Teixeira. Utilização de recursos tecnológicos nas aulas de física como forma de superar as dificuldades impostas pela pandemia da COVID-19. **REAMEC–Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática**, v. 9, n. 2, 2021. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/reamec/article/view/11470/8409>. Acesso em: 03 mai. 2023.

A EDUCAÇÃO INFANTIL NA COMUNIDADE DA VILA ESTEVÃO REFERENCIADA NA PEDAGOGIA WALDORF: UMA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA ASSOCIAÇÃO CRIANÇAS DE LUZ

Niliane Pereira dos Santos¹ (Aluno do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, E-mail: niliane.santos@fvj.br), Orientadora Artemizía Ribeiro Lima Costa– Doutoranda em Educação (UFC). Mestra em Educação. Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: artemizia@fvj.br

RESUMO

A pesquisa investiga a educação infantil na comunidade da Vila Estevão, Aracati, Ceará, referenciada na Pedagogia Waldorf: uma análise da experiência na Associação Crianças de Luz. A pesquisa teve como objetivo, verificar quais as contribuições da educação infantil referenciada na Pedagogia Waldorf, atribuídas à comunidade, mudanças positivas formação de novos educadores. O artigo apresenta uma abordagem qualitativa por meio do estudo de caso, para coleta de dados, foi aplicado um questionário com os pais das crianças matriculadas na instituição supracitada, envolvendo perguntas que buscavam responder à pergunta norteadora da pesquisa: Quais as contribuições no contexto educacional na comunidade Vila do Estevão a partir da inserção do projeto Associação Crianças de Luz referenciada na pedagogia Waldorf? Os resultados da pesquisa mostraram que uma educação de qualidade em parceria com a família e comunidade, tem como objetivo maior formar uma criança saudável, com princípios e valores e transformar vidas através da educação, promovendo a valorização da cultura local.

Palavras-chave: Pedagogia Waldorf; Educação Infantil; Associação Crianças de Luz.

INTRODUÇÃO

Este artigo teve como propósito verificar quais as contribuições da educação infantil referenciada na Pedagogia Waldorf, atribuídas à comunidade, mudanças positivas e formação de novos educadores, a partir do estudo de caso junto à Associação Crianças de Luz, na Vila Estevão, Ceará. A motivação para a realização da pesquisa se deu pelo trabalho da pesquisadora como professora da educação infantil na Associação Crianças de Luz e a mobilização enquanto ativista, envolvida com as lutas e mobilizações da comunidade Vila do Estevão. Foi a partir dessa inserção que surgiram os questionamentos e reflexões sobre a abordagem teórico-metodológica da pedagogia Waldorf; o que despertou o interesse em realizar uma pesquisa de caráter empírico neste território. A trajetória no curso de graduação em pedagogia foi fundamental para estimular o aprofundamento teórico na área da educação infantil. Diante das diversas abordagens teóricas estudadas, a perspectiva de Paulo Freire, que relaciona o aprender com a realidade social, desencadeou uma série de reflexões sobre o desenvolvimento de trabalhos e pesquisas inseridos na comunidade Vila do Estevão. No que se refere à produção de conhecimento, a revisão bibliográfica permitiu observar que existem algumas lacunas quando se trata da pedagogia Waldorf na área da educação infantil: percebemos que este foi um tema pouco abordado durante a trajetória acadêmica no curso de pedagogia. Além disso, o fato de que existem poucas pesquisas empíricas que refletem sobre a realidade social da comunidade Vila do Estevão. Desta forma, o desenvolvimento deste estudo de caso visa preencher, mesmo que parcialmente, estas lacunas. No que tange aos objetivos específicos, estes visam: Analisar o contexto social e educacional que levou surgimento da Associação Crianças de Luz na Vila do Estevão. Verificar as ações e projetos que a Associação Crianças de Luz desenvolveu na área da educação infantil a partir da

pedagogia Waldorf. Compreender a contribuição da pedagogia Waldorf no desenvolvimento educacional na comunidade Vila do Estevão.

MARCO TEÓRICO

Uma das principais prioridades para a sociedade deveria ser a educação, mas não é, diante do que vimos nos últimos anos e o que vem acontecendo atualmente. Segundo os fundamentos de Vygotsky (1896-1934), a formação da criança se dá numa relação direta entre sujeito e sociedade ao seu redor, eis que uma sociedade adoecida não pode oferecer muito. A educação tem o poder de transformação diante da sociedade, para Luckesi (1994, p. 30), ela “[...] não se manifesta como um fim em si mesma, mas sim como um instrumento de manutenção ou transformação social. Assim sendo, ela necessita de pressupostos, de conceitos que fundamentem e orientem os seus caminhos”. É indiscutível a importância do sistema educacional como uma ferramenta de inclusão para grupos em situação de risco ou vulnerabilidade social. Partindo das situações vivenciadas na comunidade Vila Estevão, muitas são as lutas no cotidiano destes jovens, que buscam uma melhoria de vida e visam a escola como um instrumento de transformação e também como uma fonte de renda, pois os mesmos podem se formar e trabalhar como professores ou auxiliares na Associação Crianças de Luz ou seguir seus sonhos com a certeza que serão amparados pela mesma. Exercer a criatividade é a prática da liberdade e também da libertação. A partir de práticas criativas na escola e em outros espaços educativos, podemos gerar e propagar experiências que traçam uma rota desviante do instituído, por isso são potentes mobilizadoras de transformações sociais. A educação crítica e criativa é transgressora, promotora de mudanças e, nos tempos atuais, evoca a esperança de proporcionarmos o desenvolvimento e o exercício da reflexão criativa (MORAES, 2020).

METODOLOGIA

O desenvolvimento de uma pesquisa envolve aproximações sucessivas com a realidade e com objeto delimitado. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, tendo em vista que o objetivo da pesquisa demandou uma análise de profundidade a partir das categorias teóricas propostas. O objeto desenhado na presente pesquisa demandou uma investigação empírica de imersão na realidade social e pedagógica da comunidade Vila de Estevão. Foram utilizadas as bibliografias clássicas da educação, bem como a produção mais atual, presente nas bases e indexadores de produção científica, como Scielo, Biblioteca Digital de Dissertações e Teses, a revista digital e o repositório de TCC's da Faculdade de Pedagogia da Unijagaribe. Os procedimentos de pesquisa empírica envolveram a coleta e sistematização de dados primários e secundários. Quanto aos dados secundários, foram levantadas as atas e registros documentais da Associação Crianças de Luz e também relatos, estudos e pesquisas já realizados sobre o contexto histórico e social da Vila do Estevão.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O estudo mostrou que há reconhecimento de que a pedagogia adotada tem sido muito importante para o desenvolvimento das crianças e futuros adultos da Vila Estevão, Aracati, Ceará, pois se traduz em metodologias que se preocupam com o desenvolvimento integral das crianças, no entanto, a maioria ainda não conhece esta pedagogia. Isso leva a reflexão de que é necessário haver ações dentro da comunidade que ressaltem que para que as atividades aconteçam, as mesmas estão embasadas em um tipo de pedagogia e destacá-la. A pesquisa teve como objetivo, verificar quais as contribuições da educação infantil referenciada na Pedagogia Waldorf, atribuídas à comunidade, mudanças positivas e formação de novos

educadores. E saber quais as contribuições no contexto educacional na comunidade Vila do Estevão a partir da inserção do projeto Associação Crianças de Luz referenciada na pedagogia Waldorf. Após a finalização deste artigo é possível afirmar que o objetivo inicialmente delimitado foi atingido, pois possibilitou uma interação maior da pesquisadora e as famílias dos alunos e comunidade. Também, compreendeu-se a importância da educação infantil na comunidade da Vila Estevão, que tem um papel fundamental na vida das pessoas que residem lá, e que podem ter suas vidas transformadas através da educação. Por fim, a pesquisa mostrou que a comunidade evoluiu não só na educação, mas também em diversos âmbitos, transformando a vida dos moradores que viram na educação uma aquisição de saber e poder

REFERÊNCIAS

LUCKESI, C. C. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

MORAES, M C. **Educação transdisciplinar: escolas criativas e transformadoras**. Palmas: EDUFT, 2020.

VYGOTSKI, L. S. **Obras escogidas III**. Madrid: Visor, 1995.

CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA EXPERIÊNCIA DURANTE O ENSINO REMOTO NAS TURMAS DE INFANTIL IV E V NA ESCOLA EMEF ZARANZA FERREIRA NO MUNICÍPIO DE BEBERIBE-CE

Vitória Ferreira Vieira (Aluna do Curso de Pedagogia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. E-mail: vitoria.vieira@fvj.br), Maria das Graças Silva (professora orientadora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: maria.silva@fvj.br).

RESUMO

É de fundamental importância que as práticas dos educadores sejam inovadoras, onde os alunos sintam-se envolvidos pela leitura e oralidade no que diz respeito a contação de histórias, para que essa competência seja prazerosa, envolvendo experiências e vivências das crianças dentro e fora da escola. O objetivo da pesquisa é analisar como a contação de história foi utilizada durante o ensino remoto de crianças das séries de infantil IV e V na escola EMEF Zaranza Ferreira do Município de Beberibe. Também propõe que seja comparada a recepção dos alunos com a contação de histórias quando o ensino ocorreu de forma presencial e, até o desenvolvimento do projeto, de forma remota. A pesquisa tem como objetivo mostrar a importância da leitura e sua contribuição na sociedade. É uma pesquisa de campo realizada com professoras que lecionam na Educação Infantil, analisando como acontece o processo de leitura, quais as práticas pedagógicas estabelecidas, que por sua vez será determinante para o estabelecimento de padrões da conduta da criança.

Palavras-chave: Educação Infantil. Contação de história. Lúdico. Ensino à distância.

INTRODUÇÃO

De modo contínuo, a comunicação é uma fiel companheira do homem e acompanha seu processo evolutivo sendo um dos seus principais impulsos para a sobrevivência. A oralidade surgiu primeiro que a escrita, mas isso não significa que as histórias não podiam ser contadas. O homem fez da sua imaginação e poder de comunicar-se seu principal aliado e disseminou sua cultura, costumes e sabedorias através da contação de histórias.

O recurso da contação de histórias sempre foi usado como um entretenimento dentro e fora da sala de aula, o professor usar deste recurso pedagógico faz com que os alunos desenvolvam sua meta cognição, criem consciência fonológica, aprendam a narrar fatos e desenvolver vocabulários. Em suma, é uma fonte de aprendizagem bastante enriquecedora.

A proposta desta pesquisa é analisar como a contação de história foi utilizada durante o ensino remoto de crianças das séries de infantil IV e V. Também propõe que seja comparada a recepção dos alunos com a contação de histórias quando o ensino acontecia de forma presencial e, até o desenvolvimento do projeto, de forma remota.

O “novo normal”: Ensino Remoto

Do final de 2019 para início de 2020, o mundo entrava em contato com mais uma doença, a SARS-CoV-2, a pandemia provocada por este vírus levou as autoridades de todo mundo a tomarem decisões severas para tentar conter a doença, que se espalhava e matava em proporções jamais vistas. Tal situação fez com que em janeiro de 2020 a OMS – Organização

Mundial de Saúde – declarasse Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional – ESPII -, é provável que a crise enfrentada agora seja a pior desde pós 2ª Guerra Mundial.

No Brasil, o estado de alerta foi emitido em 3 de fevereiro de 2020, fazendo com que medidas de contenção da doença fossem adotadas, como: isolamento, distanciamento e quarentena. Devido a isto, as Secretarias de Educação foram obrigadas a paralisar suas aulas e planejar maneiras para que o ano letivo continuasse sem que houvesse riscos.

Assim, em abril de 2020 o CNE – Conselho Nacional de Educação – emitiu o Parecer Nº 5/2020 que dizia que as atividades não presenciais seriam computadas como carga horária mínima anual, ou seja, valeriam pelos 200 dias letivos anuais como orienta a LDBEN – Leis das Diretrizes e Bases da Educação -, com intuito de amenizar os impactos provocados pela pandemia.

No Art. 80 da LDBEN que regula a modalidade de Ensino a Distância – EAD – diz que: “O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.” (BRASIL, 1996). O Poder Público é que regulamentará essa modalidade de ensino, e só serão permitidas oferecer aulas as instituições que estiverem credenciadas pela União.

Cada estado e município pensou no que seria mais eficaz e condizente com suas realidades, o Estado do Ceará, por exemplo, optou por orientar as escolas que desenvolvessem “[...] um Plano de Atividades Domiciliares, utilizando o livro didático da rede como base. Para interagir com os alunos, professores estão utilizando as plataformas Aluno On-line, Professor On-line (desenvolvidas pela própria Secretaria) e Google Classroom”. (CUNHA et al., 2020, p. 30)

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Buscando conhecer como se desenvolve os processos pedagógicos na Educação Infantil, foi realizada a pesquisa, que consiste em observar e analisar como acontecem as aulas das séries de Educação Infantil IV e V (CP - Crianças Pequenas) e qual a recepção dos alunos a metodologia empregada. Também buscou-se realizar uma comparação com o ensino presencial, no que se refere a forma como a metodologia era utilizada e como os alunos reagem a contação. A comparação do uso

da metodologia nas modalidades de ensino se dá através do estágio, já realizado durante o curso.

Durante a observação de como a professora preparava as aulas, foi possível perceber que ela reservou a aula da quarta-feira para realizar a contação de histórias, sempre envolvida no conteúdo que estava ensinando. Algumas histórias, que são escolhidas pela Secretaria de Educação do Município da escola escolhida, a professora adaptou para seus alunos, seja a linguagem ou tempo de duração, já que foi recomendado que não sejam gravados vídeos muito extensos. A professora caracterizava-se sempre de acordo com a história contada, para que chamasse mais atenção dos alunos e obtivesse maior participação. Ela relatou que 98% dos alunos participavam de suas aulas junto com seus pais e que isso era bastante positivo considerando a evasão escolar que as aulas remotas causaram.

No decorrer da pesquisa de campo, foi utilizado como instrumento para coletas de dados uma entrevista, baseado em um questionário, realizada com professoras de Educação Infantil, questionando-as quanto suas práticas e métodos utilizados na busca da ampliação de conhecimentos ligados ao lúdico, bem como na contação de história na Educação Infantil, buscando entender como aconteceu o processo durante as aulas remotas e quais maiores impactos que a pandemia trouxe para educação da atualidade. Assim, as entrevistas foram gravadas em áudio e, posteriormente, transcritas uma a uma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

São diversas as contribuições que a contação de histórias traz para a criança em sua formação social enquanto sujeito dentro de um convívio em sociedade, dentre elas pode-se citar o contato com o universo da leitura, a estimulação da criatividade, imaginação e

formação de personalidade. Visto que, a contação de histórias intensifica a vontade da criança de se expressar e comunicar-se através de pensamentos e sentimentos. A forma como é definida e trabalhada as práticas de ensino da contação de histórias pode ser considerada como um ponto de partida na construção do conhecimento das crianças, sendo que toda e qualquer atitude tomada pelo educador faz toda a diferença no processo de ensino-aprendizagem. Com isso, a busca por criatividade, ludicidade, atividades diferenciadas, as relações de conhecimentos formais com os conhecimentos do cotidiano, os trabalhos em grupos, vão transformando o olhar do educando e arquitetando ideias, questionamentos, dúvidas e aprendizados.

REFERÊNCIAS

CUNHA, Leonardo Ferreira Farias da; SILVA, Alcineia de Souza; SILVA, Aurênio Pereira da. O ensino remoto no Brasil em tempos de pandemia: diálogos acerca da qualidade e do direito e acesso à educação. Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal, Brasília, v. 7, n. 3, p. 27- 37, ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/924> Acesso em: 7 de Abr. 2021.

EDUCAÇÃO da atualidade. [https://brasilecola.uol.com.br/educacao/educacao-no-brasil.htm#:~:text=O%20Brasil%20ocupa%20o%2053%C2%BA,fora%20da%20escola%20\(I BGE\)](https://brasilecola.uol.com.br/educacao/educacao-no-brasil.htm#:~:text=O%20Brasil%20ocupa%20o%2053%C2%BA,fora%20da%20escola%20(I BGE)). Acesso em: 09 de Maio 2

Psicologia

DE FREUD A LACAN: UMA REVISÃO DE LITERATURA ACERCA DO FENÔMENO DO SUICÍDIO

Carlos Daniel Silva De Lima¹ (Aluno do Curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, E-mail: carlos.lima@fvj.br), Anna Paula Fagundes Bezerra² (Professora do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, E-mail: anna.bezerra@fvj.br).

RESUMO

O Suicídio continua sendo uma das principais causas de morte em todo o mundo. Além de representar um grave problema de saúde pública, o ato de colocar um fim à própria vida, é uma questão que causa grandes questionamentos dentro da esfera social. O presente estudo tem como premissa fundamental buscar compreender, de maneira não estigmatizada, o suicídio a partir das considerações advindas da teoria psicanalítica, partindo-se do sujeito do inconsciente. Os objetivos específicos incluem evidenciar a percepção do suicídio a partir dos autores Freud e Lacan e compreender como a teoria psicanalítica explica o ato suicida, propondo um percurso teórico introdutório ao tema. A metodologia utilizada consistiu em uma revisão narrativa de literatura, mediante análise qualitativa do material, incluindo livros e artigos acadêmicos. Os dados obtidos revelaram que, desde Freud com o estudo da melancolia, e depois com os conceitos de objeto *a* e a passagem ao ato trazidos por Lacan, bem como o entendimento acerca da repetição do traumático, a psicanálise consegue discutir de forma satisfatória os determinismos inconscientes por trás da ideiação e do ato suicida.

Palavras-chave: Psicanálise; Suicídio; Freud; Lacan.

INTRODUÇÃO

O suicídio representa um grave problema de saúde pública que envolve fatores complexos e delicados, uma vez que, a prática que consiste em pôr um fim a própria vida segue sendo um tabu dentro da esfera social, marcado por estigmas que dificultam, sobretudo, maiores discussões sobre o tema. Além disso, o suicídio representa dentro do ambiente contemporâneo, uma das principais causas de morte em todo o mundo, com destaque para os transtornos mentais como sendo um dos fatores determinantes associados ao comportamento suicida. Segundo a autora Carvalho (2014), o fenômeno do suicídio pode ser visto como uma forma da manifestação humana, que aparece ao sujeito quando a vida parece carregar um caráter insuportável. Assim, por tratar-se de um assunto extremamente relevante e que demonstra o quanto se faz necessário trazer para discussão um espaço de atenção às formas de sofrimento e adoecimento do humano, pretende-se compreender o suicídio a partir da perspectiva da teoria psicanalítica, observando neste fenômeno determinações inconscientes. A Psicanálise, enquanto teoria, utiliza como objeto de estudo o inconsciente, que regido pelo princípio do prazer, busca a satisfação imediata de suas necessidades, mas e no caso do suicídio, o que a teoria diz a respeito? Para Carvalho (2014), o sujeito do inconsciente se apresenta como desconhecedor da morte, ou seja, não haveria uma representação da morte dentro do campo do inconsciente e isso levantaria algumas questões, como por exemplo, por que as pessoas se suicidam? E por que, diante do real alguns respondem com sintoma e outros com o ato, podendo este último representar o ato radical do suicídio. O objetivo geral desta pesquisa é compreender o fenômeno do suicídio, a partir da teoria psicanalítica. Os objetivos específicos incluem: Analisar a percepção do suicídio a partir de Freud e Lacan; Compreender a visão contemporânea do suicídio a luz da psicanálise, bem como a teoria explica o ato e, por fim, propor um percurso introdutório ao tema.

MARCO TEÓRICO

O pai da psicanálise ao evidenciar as lesões e os ferimentos auto-infligidos, ou seja, direcionados ao próprio corpo, revela que “dentro das psiconeuroses esses ferimentos auto infligidos ocasionalmente aparecem como sintomas patológicos”, estando o suicídio incluído dentro da possibilidade utilizada pelo sujeito para resolução de algum conflito psíquico. (FREUD, 1996). Nessa perspectiva, Freud propõe que tanto na ideação quanto no ato suicida, podem estar encobertos reflexos do inconsciente que buscam se justificar através de possíveis “descuidos”, atos precipitados e “acidentes”. Diante da possibilidade de existir uma tendência à autodestruição por parte do eu, Freud encontra-se sem subsídios para responder a esta questão, mas direciona o estudo da melancolia, em correlação ao luto, destacando fatores importantes incluindo a renúncia a autopreservação e o desapego a vida como sendo características articuladoras entre o suicídio e o quadro melancólico. (BRUNHARI e DARRIBA, 2014). Dentro do quadro da melancolia, após instaurado o mecanismo de identificação ao objeto, a passagem ao suicídio seria motivada pelo movimento sádico, onde para matar a si mesmo, o Eu precisaria, por meio do retorno do investimento de objeto, ele próprio se tratar como objeto e mediante a isso, direcionar contra o próprio Eu, toda hostilidade que seria direcionada ao objeto externo. (FREUD, 2016). Esse processo de identificação ao objeto realizado pelo sujeito melancólico, é depois correlacionado por Lacan ao “deixar-se cair do sujeito” e sua identificação ao objeto *a*, condição necessária ao entendimento do conceito de passagem ao ato. O ato suicida ocorre mediante a passagem ao ato, um movimento em que o sujeito de tão identificado ao objeto, o acompanhe em sua precipitação. A identificação a esse objeto vai exigir do sujeito um atravessamento com sua própria imagem, a fim de atingir esse objeto. Contudo, ocorre a queda do objeto que arrasta o sujeito junto. Assim, segundo Lacan, “é o objeto que triunfa”. (LACAN, 2005). O conceito de repetição finaliza o percurso proposto pelo estudo. A repetição do trauma, que no caso do sujeito suicida, é uma repetição marcada pelo encontro com o real, demonstra a posição em que o gozo se encontra diante da linguagem, como sendo um retorno daquilo que não foi elaborado e que pede pra ser revisto, num encontro com o real. É a intensidade dessa repetição que através de uma posição de limite do eu, vai fazer com que o sujeito possa responder por meio do ato. (CARVALHO, 2014).

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão narrativa de literatura que possibilita conhecer e aprofundar melhor determinado tema, possibilitando ao leitor a aquisição e atualização de seus conhecimentos. O estudo se utilizou de pesquisa exploratória e quanto a coleta de dados, utilizou-se a técnica de pesquisa qualitativa. A investigação partiu da interrogação: Como a psicanálise compreende o suicídio? Utilizando como justificativa a busca por compreender o suicídio sob uma visão que se distancia dos estigmas e preconceitos sociais, considerado também, um grande problema de saúde pública na atualidade, e enxergando por trás dessa prática as formações e manifestações do inconsciente. A partir disso, a pesquisa teve como direção a revisão de obras importantes no cenário psicanalítico, além de, literaturas e publicações que atendessem aos descritores “psicanálise”, “suicídio”, “Freud” e “Lacan”.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Com relação às considerações que a teoria psicanalítica traz a respeito do suicídio, foi percebido que não existe um caminho único ou uma definição pronta acerca deste fenômeno, uma vez que, enquanto um saber clínico, a psicanálise vai investigar, não de uma

forma generalista, mas buscar compreender o modo como determinado fato se articula para cada sujeito. Além disso, percebeu-se que isso não representa uma dificuldade para a psicanálise, sendo possível inclusive, traçar um percurso a partir das contribuições dos autores Freud e Lacan acerca dos impulsos inconscientes presentes no ato suicida. A priori, essa compreensão se dá a partir daquilo que Freud propõe acerca das lesões auto infligidas, apontando para a presença de determinações inconscientes e do suicídio como uma possibilidade de desfecho dos conflitos psíquicos. Contudo, é com o aprofundamento da estrutura da melancolia e da identificação narcísica ao objeto que será permitido lançar luz ao modo que o eu poderia renunciar a autopreservação. Com Lacan, esse processo de identificação feito pelo sujeito melancólico será associado a identificação absoluta ao objeto *a*, em que essa identificação se revela como condição necessária para realizar a passagem ao ato. Assim, o tema do suicídio consegue tomar um movimento para além do quadro da melancolia, destacando agora a relação em torno do objeto. Por fim, a relação do sujeito frente a cadeia significativa e as determinações a partir disso, incluindo a modalidade de gozo e a natureza da repetição, sobretudo a repetição do traumático, que pode resultar no próprio suicídio como uma posição de limite do eu diante do real. A pesquisa realizada reforça que a iniciativa do estudo tem como premissa ser um recurso introdutório ao tema, auxiliando no desenvolvimento de pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

BRUNHARI, M. V.; DARRIBA, V. A. O suicídio como questão: melancolia e passagem ao ato. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 197-213, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pc/a/CMjFkrtGjt3KvY3GNDn6wPp/abstract/?lang=pt>. Acesso em 12 maio 2023.

CARVALHO, S. **A morte pode esperar?** Clínica psicanalítica do suicídio. Salvador: Associação Campo Psicanalítico, 2014. *E-book*.

FREUD, S. **Sobre a psicopatologia da vida cotidiana**; Edição Standard Brasileira de Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. v. VI. Rio de Janeiro. Imago, 1996. (Trabalho original publicado em 1901).

FREUD, S. **Neurose, psicose, perversão / Sigmund Freud**; tradução Maria Rita Salzano Moraes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016. (Obras Incompletas de Sigmund Freud; 5).

LACAN, J. **O Seminário, livro 10: a angústia!** 1. ed. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

AS CONTRIBUIÇÕES DA ARTETERAPIA NA DIMINUIÇÃO DOS SINTOMAS DEPRESSIVOS

Luana da Silva Oliveira¹ (Aluna do Curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, E-mail: Luana.oliveira@fvj.br), Mayra Serley Barreto de Oliveira² (Professora do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, E-mail: mayra.serley@unijaguaribe.edu.br).

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar os benefícios da arteterapia como instrumento na diminuição dos sintomas depressivos. A arteterapia é um método de tratamento projetado para promover a saúde mental e o bem-estar de um indivíduo. Sua prática inclui a criação de arte usando uma variedade de mídias artísticas. Uma pessoa comunica e explora seus sentimentos e emoções através de várias formas de arte expressiva. O desenvolvimento criativo leva o ser humano a romper resistências e reconhecer suas próprias capacidades, o que se traduz em sentimentos de maior autoestima e bem-estar. Os objetivos específicos incluem evidenciar o contexto histórico da depressão de como ela surgiu desde à Grécia antiga até os dias atuais e quais foram as mudanças que obtivemos com o decorrer do tempo. A história da arteterapia de como ela chegou no Brasil e como foi desenvolvida por Nise da Silveira e Osorio César e quais foram as principais características que ambos observaram. Como foi possível utilizar da arteterapia como ferramenta no tratamento psicológico, através da expressão artística e criativa é possível obter uma quebra de comportamentos depressivos e de outras patologias de saúde mental.

Palavras-chave: Depressão; arteterapia; criatividade; tratamentos.

INTRODUÇÃO

A temática deste artigo é construída em torno dos processos que contornam a arteterapia como um simplificador para pessoas com depressão. Considerada uma prática universal, a arteterapia tem por objetivo ser um facilitador que propicie o bem-estar da alma, do corpo, da mente, fortalecendo o potencial criativo e redefinindo os contornos da autoestima (CIASCA, 2017). Conforme o DSM-5 (2013), a depressão caracteriza-se por um estado de tristeza e depressão persistente que pode interferir na vida diária do indivíduo, ou seja, limitar seu interesse ou prazer em praticar exercícios diários, dificultando a realização de atividades cotidianas simples. Os sintomas da depressão estão associados a déficits de atenção, dificuldade de concentração e pensamento, memória prejudicada e função cognitiva. Para Ciasca (2017) a arteterapia é uma abordagem psicoterapêutica que apresenta possibilidades de terapia que proporciona ao indivíduo melhorias de maneira gradual como forma de tratamento, ou seja, as perspectivas emocionais e sentimentos surgem no processo terapêutico. De modo que a função terapêutica da arte vive na possibilidade de realização dos pensamentos, sentimentos, desejos e também de fatos da vida da pessoa por meio de recursos expressivos, sejam eles pintura, colagem, os quais mobilizam diversos aspectos do ser humano: a cognição, o sistema sensório-motor, a emoção, a intuição e a espiritualidade.

MARCO TEÓRICO

No presente referencial teórico foram abordados os aspectos relacionados sobre os impactos positivos da arteterapia como instrumento na diminuição de sintomas depressivos.

Ademais, por meio das etapas de análises foram construídas as seguintes categorias temáticas: *I) depressão; II) a história da arteterapia; III) a arteterapia como ferramenta no tratamento psicológico.* Para Tanaka (2020), na Grécia antiga a depressão era comumente chamada de melancolia ou estado melancólico, onde o indivíduo possuía sintomas de desânimo ou tristeza profunda. A explicação para isso era um sentido de punição ou castigo dado por Deuses mediante comportamentos considerados incorretos. De acordo com o DSM-5 (2013), algumas características dos sintomas de depressão incluem: perturbações, irritabilidade, tristeza, pensamentos suicidas, letargia, falta de memória, apetite diminuído ou aumentado, sonolência ou insônia, cansaço excessivo, vazio, falta de libido, dores pelo corpo, queixas digestivas, dores no peito, taquicardia, sudorese entre outros, os sintomas depressivos causam mudanças somáticas e cognitivas que afetam o desempenho do indivíduo no ciclo de vida que se encontra. A história da arteterapia no Brasil se divide em dois movimentos. Segundo Reis (2014), os psiquiatras Osório César (1895-1979) e Nise da Silveira (1905-1999) foram os pioneiros com os trabalhos artísticos e contribuíram para o desenvolvimento da arteterapia, dando o sentido de sua criatividade através do desenho e modelagem, e a expressão artística de seus sentimentos e emoções como ele desenvolve a linguagem. Como meio de comunicação com o mundo. Para Silveira (2001) a função terapêutica da arte é permitir que aqueles imersos no inconsciente expressem experiências que não podem ser expressas em palavras, ou seja, em um âmbito além da elaboração racional, cabendo ao terapeuta fazer conexões entre as imagens que emergem do inconsciente. E as situações emocionais vivenciadas pelo indivíduo. Durante a psicoterapia, o terapeuta deve desenvolver um plano estratégico que ajude a criar um vínculo entre ele e o paciente, e desenvolver as questões que o indivíduo formula com mais facilidade, criando assim um ambiente de desconstrução e autoconceito, tornando-se autoconsciente e suas atividades.

METODOLOGIA

Para realizar este estudo, foi utilizado material bibliográfico, propondo assim a leitura e análise de textos e trabalhos acadêmicos. As características foram elaboradas por meio de revisão narrativa e contemplam dois conceitos fundamentais que foram trabalhados no desenvolvimento do artigo. A primeira buscou entender a depressão em geral, trazendo questões fundamentais como a classificação e as principais características desse transtorno. Na segunda, discutiu-se a história da arteterapia. E na terceira, como a arteterapia contribui para a redução dos sintomas depressivos. A busca na literatura científica foi realizada por meio de duas bases de dados eletrônicas: Scientific Electronic Library Online - SciELO e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde - LILACS. Os artigos científicos disponíveis nas bases de dados mencionadas foram pesquisados com artigos publicados nos anos de 1960 a 2022.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Para Silveira (2001) a função terapêutica da arte era permitir a expressão de vivências não verbalizável por aqueles que se encontravam imersos no inconsciente, ou seja, em um mundo fora do alcance da elaboração racional, cabendo ao terapeuta a tarefa de analisar as imagens que aparecem no subconsciente estão ligadas às situações emocionais pelas quais o indivíduo passa. Isso permite que o sujeito descubra seu próprio potencial e se expresse para promover a independência e o desenvolvimento pessoal. De acordo com Reis (2014) a arteterapia, a prática artística configura-se como mediadora no processo de autoconhecimento e auto definição do sujeito e sua relação com o mundo, e a arte configura-se como ferramenta diferenciadora no trabalho do psicólogo. O ser humano sempre buscou o bem-estar em todos

os aspectos da vida, inúmeras pesquisas têm sido produzidas para evitar o sofrimento e proporcionar uma vida plena e adequado para todas as idades. Para Reis (2014) o psicólogo pode acessar através da arteterapia uma grande diversidade de temas vai desde traumas e conflitos emocionais, aspectos das relações interpessoais em grupos, expectativas profissionais, gênero e sexualidade, identidades individuais e grupais e muito mais. Ainda na visão do autor, o mais importante para os psicólogos, o ativismo torna-se um meio de expressão e reflexão sobre questões, exercitando a criatividade e melhorando a qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

CIASCA, E. C. **Arteterapia e depressão**: efeitos da arteterapia como terapia complementar no tratamento da depressão em idosos. 2017. Dissertação (Mestrado em Fisiopatologia Experimental) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5160/tde-06062017-082522/publico/ElianaCeciliaCiascaVersaoCorrigida.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2023.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**: DSM-5. Porto Alegre: Artmed, 2023.

REIS, A. C. Arteterapia: a arte como instrumento no trabalho do Psicólogo. **Psicologia: Ciência E Profissão**, [s. l.], v. 34, n. 1, p. 142–157. Disponível: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/5vdgTHLvfkzynKFHnR84jqP/?lang=pt>. Acesso em: 03 mar. 2023.

SILVEIRA, N. **O mundo das imagens**. São Paulo: Editora Ática. São Paulo, 2001. Disponível em: <https://toaz.info/doc-view-2>. Acesso em: 6 maio 2023.

TANAKA, O. Y.; LAURIDSEN-RIBEIRO, E. Desafio para a atenção básica: incorporação da assistência em saúde mental. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 9, p. 1845-1853, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/rxbhRMgZgzsZgL4sLWDD3bm/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 01 jun. 2023.

OS BENEFÍCIOS DO YOGA PARA PESSOAS COM SINTOMAS DE ANSIEDADE

Lucília da Silva dos Santos Marques¹ (Aluna do Curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, E-mail: lucilia.marques@fvj.br), Mayra Serley Barreto de Oliveira² (Professora do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, E-mail: mayra.serley@unijaguaribe.edu.br).

RESUMO

A ansiedade está entre os principais transtornos no Brasil, deixando muitas pessoas angustiadas, com medo e temor do futuro. Nos últimos anos, estudos mostram uma grande quantidade de pessoas que vivenciaram o transtorno de ansiedade em alguma etapa da vida de forma contínua ou recorrente. Terapias complementares como o yoga e hatha yoga vem crescendo no país e demonstrando validade em pessoas com sintomas de ansiedade. O objetivo deste trabalho é investigar os benefícios do yoga para pessoas com sintomas de ansiedade com base em estudos anteriores com comprovações científicas. Os resultados mostraram comprovações do benefício do yoga para o auxílio da diminuição de sintomas de ansiedade. Portanto, percebe-se que o yoga é uma filosofia que traz inúmeros benefícios para os praticantes.

Palavras-chave: Ansiedade; Yoga; Hatha Yoga; Terapia; Benefícios.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, observa-se que a sociedade vem se tornando veemente impaciente e angustiada. Leahy (2011), afirma que as pessoas acometidas pela ansiedade sentem que sua mente está em constante funcionamento a todo momento do dia. Não obtendo descanso mesmo nos momentos de sono, lazer e relaxamento. Dessa forma pretende-se analisar os benefícios do yoga atualmente no ocidente e se suas características diminuem os sintomas de ansiedade em praticantes de yoga. Segundo Rodrigues *et al.* (2006), o yoga consiste no método filosófico indiano que busca alcançar um estado de concentração corporal, mental e espiritual. Oferecendo uma vivência e sabedoria filosófica, corporal e mental do sujeito e do universo.

Desse modo surge a seguinte questão: O yoga é benéfico e auxilia nos sintomas da ansiedade? O objetivo geral desta pesquisa é investigar os benefícios do yoga para pessoas com sintomas de ansiedade, além disso, tem como objetivos específicos descrever os aspectos históricos do yoga, além de explicar a ansiedade e sua sintomatologia e investigar o crescimento do número das pessoas que sentem sintomas de ansiedade em algum momento da vida e descrever os resultados avaliados nessa pesquisa sobre os benefícios que a prática do yoga traz para alívio de sintomas de ansiedade.

MARCO TEÓRICO

Considerando as discussões acerca da ansiedade, nesta pesquisa obteve-se a diferenciação entre ansiedade normal e patológica, inseriu-se as práticas integrativas, destacando o yoga e o hatha-yoga como objeto de estudo e seus benefícios. Para poder atingir esses objetivos, o trabalho se inicia apresentando um estudo aprofundado sobre a construção

histórica do yoga. Além de discorrer sobre a sintomatologia da ansiedade, bem como os aspectos socioculturais causados por esta e, por fim, é analisado como a prática de yoga pode contribuir para amenizar esses sintomas e como essa ferramenta pode beneficiar a qualidade de vida do sujeito. contexto histórico do yoga, benefícios do yoga e ansiedade na sociedade contemporânea. A ansiedade e o medo são sensações comuns ao ser humano, sendo fundamental para sua sobrevivência, a ansiedade está em ascensão na sociedade contemporânea, deixando inúmeras pessoas sentindo-se constantemente angustiadas, estressadas e incapazes de desenvolver suas habilidades por não conseguirem regular a ansiedade diante dos problemas do cotidiano reativo (CLARK; BECK, 2012). Dessa forma, entende-se que a ansiedade pode trazer prejuízo funcional do indivíduo, afetando a qualidade de vida de quem sofre com esses sintomas.

METODOLOGIA

A pesquisa bibliográfica ocorre principalmente em um ambiente acadêmico e tem como objetivo aprimorar e atualizar conhecimentos por meio de pesquisas publicadas por outros autores. A pesquisa realizada se trata de pesquisa bibliográfica de caráter narrativo. De acordo com Salomon (2004), uma pesquisa bibliográfica consiste na exploração do conhecimento literário disponível nas bibliotecas e abrange diversas áreas do conhecimento, com o objetivo de obter informações, localizar dados e realizar classificações. Por sua vez, Clandinin e Connelly (2011), definem a pesquisa narrativa como um processo colaborativo entre pesquisador e participante, no qual a experiência é vivenciada e compartilhada. Os dados obtidos por meio do inventário foram organizados em fichamentos para revisão bibliográfica.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Em relação às características que definem a ansiedade foi percebido nesse período por meio da pesquisa, falas positivas e relatos de praticantes de yoga que chamaram atenção sobre algumas melhorias de sintomas depois de alguns meses praticando. Tendo em vista que a pesquisa da autora não substitui um diagnóstico, foi ressaltado a importância do método do yoga como benefício para participantes que obtiveram valores elevados. As práticas integrativas e complementares são consideradas relevantes para os pesquisadores pois têm como perspectiva a promoção e prevenção de saúde. O yoga como prática integrativa, os dados mostram que pode auxiliar no enfrentamento de alguma enfermidade. Quase todos os estudos que examinaram o impacto do yoga em relação à ansiedade relataram que a intervenção reduziu os níveis de ansiedade e estresse consideravelmente, quando comparados com os não praticantes. Portanto, percebemos que o yoga sendo considerado um método alternativo e complementar traz vários benefícios na redução de sintomas de ansiedade, além de ser uma intervenção importante no tratamento de ansiedade, sugerem-se futuras pesquisas sobre a temática e quais benefícios podem ser percebidos diante das diversas manifestações da ansiedade. Este trabalho realizou uma reflexão sobre a contribuição do yoga para pessoas com sintomas de ansiedade. O processo de construção do yoga foi percebido e explorado na pesquisa e ainda como seus benefícios se deram no reconhecimento do Sistema Único de Saúde, além dos aspectos positivos nas questões físicas, mentais e espirituais.

REFERÊNCIAS

CLARK, D. A. BECK, A. T. **Vencendo a ansiedade e a preocupação com a terapia cognitivo comportamental: manual do paciente.** Porto Alegre: Artmed, 2012.

CLANDININ, D. Jean; CONNELLY, F. Michael. **Pesquisa narrativa**: experiência e história em pesquisa qualitativa. Tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEI/UFU. Uberlândia: EDUFU, 2011.

RODRIGUES, M. R. et. al. **Estudos sobre o Yoga**. São Paulo: Phorte, 2006.

SALOMON, D.V. **Como fazer uma monografia**. 11a ed. São Paulo: Martins Fontes; 2004.
OS IMPACTOS DO CONSUMO EXCESSIVO DE ÁLCOOL E SUAS ALTERAÇÕES NEUROPSICOLÓGICAS EM JOVENS ADULTOS

Maria Eduarda Rodrigues Rebouças¹ (Aluna do Curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, E-mail: eduarda.rodrigues@fvj.br), Mayra Serley Barreto de Oliveira² (Professora do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, E-mail: mayra.serley@unijaguaribe.edu.br)

RESUMO

A presente pesquisa busca compreender os prejuízos causados pelo consumo abusivo de álcool, a fim de analisar a correlação que essa substância tem com as alterações neuropsicológicas e os impactos sociais causados na vida dos jovens adultos. A metodologia adotada para a pesquisa foi a revisão bibliográfica narrativa aliada à pesquisa descritiva e exploratória usando a abordagem qualitativa. Para fundamentar o presente estudo foram debatidas três temáticas: conceito do alcoolismo e dependência; os impactos na área social causados pelo consumo excessivo de álcool; e as alterações neuropsicológicas pelo consumo excessivo de álcool. Diante disso, percebe-se que o álcool é uma substância química psicoativa depressora do sistema nervoso central, que pode causar dependência aos jovens adultos. Os danos que podem ser causados na área cerebral podem interferir na área social e neuropsicológica do sujeito. Diante do exposto, o alcoolismo tem fatores multifatoriais que podem depender da forma que o sujeito se integra na sociedade.

Palavras-chave: Alcoolismo; Jovens Adultos; Dependência Química; Alterações Neuropsicológicas.

INTRODUÇÃO

Percebe-se que o consumo abusivo de álcool é um problema recorrente da sociedade ainda nos dias de hoje, afetando diretamente a saúde pública e a relação sujeito e sociedade, dados demonstram que o consumo abusivo de álcool foi responsável por 25, 4% das mortes dos jovens adultos, tendo entre as causas acidentes de trânsito, homicídio e a violência interpessoal. (CISA, 2022). Neste sentido, percebe-se a necessidade de avaliar qual a relação entre o consumo abusivo de álcool e os prejuízos causados e quais os danos causados por essa substância nas áreas da vida do sujeito, e como sua integração na sociedade influencia. Dessa maneira, o presente estudo partiu da hipótese que a forma como o sujeito se relaciona com a sociedade estaria diretamente ligada ao consumo abusivo de álcool e que conseqüentemente o uso abusivo dessa substância pode trazer complicações na área psicossocial dos jovens adultos. Diante disso, o objetivo geral desta pesquisa consistiu em analisar a correlação do consumo abusivo de álcool em jovens adultos, tanto no âmbito neuropsicológico, quanto social.

MARCO TEÓRICO

Analisando e considerando as discussões na sociedade acerca do tema alcoolismo, jovens adultos e os prejuízos causados por essa substância, buscou-se no presente trabalho salientar as alterações que podem ser provocadas por essa substância psicoativa nas áreas de vida dos jovens adultos. Para poder atingir esses objetivos, discorrer-se sobre as subseqüentes temáticas: conceito de alcoolismo e dependência química; identificar os impactos causados pelo consumo abusivo de álcool na área social; e especificar os prejuízos produzidos pela ingestão abusiva de álcool no âmbito neuropsicológico, fundamentadas pelos conceitos do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V-TR, 2022), Papalia e Feldman (2013) salientando o conceito do alcoolismo e a dependência química, período de vida dos jovens adultos e como a relação sociedade e sujeito pode vir a influenciar no processo do alcoolismo.

METODOLOGIA

A metodologia adotada para o presente estudo foi a revisão bibliográfica narrativa. Segundo Rother (2017) a revisão narrativa se dá pela busca de material bibliográfico ou eletrônico, seu alvo é a fundamentação teórica do trabalho, desta maneira se adotou o procedimento de pesquisa de finalidade básica. Segundo Gil (2017) a pesquisa de finalidade básica é destinada apenas ao aumento de conhecimento sem intenção de possíveis conhecimentos. Além disso, outro método adotado foi a pesquisa descritiva. De acordo com Gil (2017) a pesquisa é descritiva por ter intuito a definição de características de um dado fenômeno da população. Para finalizar, de acordo com Rother (2007) a revisão narrativa tem o propósito de desenvolver um determinado assunto, através de análise de literatura publicada em livros, artigos e revistas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base em conceitos e pressupostos teóricos de alguns autores, procurou-se no presente trabalho focar nos conceitos do alcoolismo e da dependência química, no período de vida que compreende o jovem adulto e como a relação com a sociedade influencia o indivíduo no processo do alcoolismo e os prejuízos que podem causar a ingestão abusiva da substância tanto no âmbito social do sujeito quanto neuropsicológico. Dessa forma, salientando que o indivíduo ser o um sujeito biopsicossocial, o alcoolismo não teria apenas um determinado fator, mas sim vários. Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V-TR) os transtornos relacionados às substâncias são ativados a partir dos sistemas de recompensas do cérebro, pois essas drogas consumidas excessivamente têm a capacidade de fazer o indivíduo se descuidar de atividades que geralmente são normais. Além disso, essas substâncias oferecem prazer ao sujeito. (AMERICAN PSYCHIATRY ASSOCIATION, 2022). Papalia e Feldman (2013) ressaltam que é no período de vida compreendido como jovem adulto, que se tornam independentes e precisam fazer escolhas, mas as responsabilidades de se manter e depender de si mesmo, podem acabar se tornando difíceis, por isso é nesse período em que pode haver o auge do uso de drogas. Dessa forma, é necessário salientar novas discussões sobre esse tema, assim, reconhecendo a necessidade de se refletir sobre o alcoolismo no período de vida dos jovens adultos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho possibilitou compreender os possíveis impactos do consumo excessivo de álcool e suas alterações neuropsicológicas em jovens adultos. Pôde-se perceber que o uso abusivo de álcool tem correlação direta com a forma que os jovens adultos se

relacionam com a sociedade. Dessa forma constatou-se que o uso abusivo de álcool acarreta em danos tanto sociais, quanto psicológicos, afetando o sujeito na esfera biopsicossocial. Diante disso verificou-se que a ingestão abusiva de álcool não possui fator determinante, sua causa pode ser multifatorial. Nesse sentido, precisa-se levar em consideração o sujeito como todo. Pesquisas em relação à faixa etária jovem adulto é um ponto que requer atenção e como a correlação sujeito e sociedade influencia o consumo excessivo de álcool. Desse modo, sugere-se mais pesquisas atualizadas em relação a esse período de vida adulto, ao tema álcool e o que leva o sujeito a iniciar seu consumo e como a sociedade pode contribuir para o uso exacerbado dessa substância. Por isso, buscou-se por meio deste estudo levantar questões e incitar debates sobre essa temática, pois, o álcool não é algo que surgiu agora, vêm de muito tempo atrás, apesar de ser tão antigo ainda é recorrente nos dias de hoje.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**: DSM-5.TR. 5.ed. rev. Porto Alegre: Artmed, 2022.

CISA-CENTRO DE INFORMAÇÕES SOBRE ÁLCOOL, 2022. Mortes atribuíveis ao álcool: quais as diferenças entre Brasil e Estados Unidos. Disponível em: <https://cisa.org.br/sua-saude/informativos/artigo/item/393-mortes-atribuiveis-ao-alcool-quais-as-diferencas-entre-brasil-e-estados-unidos>. Acesso em: 19 maio 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento humano**. 12. ed. Porto Alegre: AMGH Editora, 2013.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática x Revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, p. 1-2, 17 jul.2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/z7zZ4Z4GwYV6FR7S9FHTByr/>. Acesso em: 31. Mar. 2023.

UM OLHAR REFLEXIVO SOBRE OS DIAGNÓSTICOS APRESENTADOS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE RUSSAS

Maria Liste Carneiro¹(Aluna do Curso de Psicologia do Centro Universitário, UniJaguaribe, e-mail: maria.liste@fvj.br), Márcia Skibick Araújo² (Professora do Centro Universitário, UniJaguaribe e-mail: marcia.skibick@unijaguaribe.edu.br)

RESUMO

Nossa distinção diz que é possível um olhar reflexivo sobre os diagnósticos dos alunos com necessidades educativas especiais nas escolas públicas no município de Russas-CE, de forma a subsidiar na elaboração de estratégias que venham auxiliar o processo de ensino-aprendizagem. Esse estudo foi feito a partir dos dados disponibilizados pela Secretária Municipal de Educação de Russas-CE (SEMED), para identificar os diagnósticos na Rede Municipal de Educação. O objetivo é analisar a evolução dos diagnósticos nos últimos dois anos (2022/2023) observando o acréscimo e a frequência dos transtornos de aprendizagem nas escolas públicas do município, com o intuito de facilitar o direcionamento da implantação da Educação Inclusiva. A pesquisa está pautada em uma metodologia realizada através de fontes documentais e de caráter descritiva. Foi possível constatar um aumento importante na quantidade de laudos no período investigado. Diante do quadro, conclui-se que as instituições públicas de ensino no município de Russas deverão buscar adequações para as escolas, através de capacitações técnicas e intervenções psicopedagógicas, com o auxílio de materiais didáticos lúdicos que ajudem na melhoria da qualidade dos trabalhos feitos nas escolas em prol de uma educação de excelência e inclusiva.

Palavras-chave: Diagnóstico; Transtorno; Déficit; Escola.

INTRODUÇÃO

A delimitação do tema foca nos diagnósticos das escolas públicas da cidade de Russas-CE. O objetivo é identificar através da pesquisa onde se encontra os indivíduos diagnosticados com diferentes laudos médicos que estão inseridos nas escolas públicas no Município de Russas. Esse quantitativo foi conseguido através de explanação de dados colhidos na Secretária de Educação (SEMED) do referido município. Muito se discute a importância na sociedade sobre a educação inclusiva como dimensão da Inclusão Social. Na referida pesquisa, será mostrado um apanhado sobre o Censo da Educação Básica. De acordo, com o resumo técnico do Censo 2022, realizado pelo (Inep) Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira, no dia 25 de maio de 2022 realizada por meio do Educa censo, (Brasil, 2022a, anexo I, art. 1º, inc. VIII). No ano de 2022, registraram-se 47,4 milhões de matrículas nas 178, 3 mil escolas de educação básica no Brasil, as quais, 1,5 milhões são da Educação Especial, um aumento de 29,3% em relação a 2018. O Ceará, em um ano, registrou no Censo de 2022 um aumento de 13,5% de matrículas na Educação Inclusiva, sendo esses dados baseados no

Índice Educa + Brasil. No Município de Russas, foi registrado nas escolas públicas, um aumento de 10,32% de 2022 a 2023 dados da Secretaria de Educação do referido município. Consta nas escolas públicas de Russas o quantitativo de 588 indivíduos diagnosticados com diferentes transtornos educacionais. De acordo com esses dados, faz-se necessário uma Política Pública mais atuante junto as famílias que lutam por melhorias no âmbito escolar onde seus filhos passam boa parte do tempo, necessitando de uma adequação nas escolas para a melhoria deste público que só aumenta a cada ano.

O DIAGNÓSTICO

Hoje dentro do espaço da psicologia existe um campo voltado para os indivíduos que possuem alguma necessidade educacional especial. Essa parceria com as instituições de ensino é muito importante, pois pode-se usar novas formas de mediações para fazer as intervenções necessárias no processo de ensino-aprendizagem. E tem como objetivo diminuir as barreiras que são vivenciadas pelos alunos e os educadores. A escola precisa que os pais apresentem os diagnósticos dos alunos com NEE para que assim possam proceder de forma correta em relação a aprendizagem desses alunos. Diagnóstico é como é chamada a patologia que aflige a vida de uma pessoa, ela é definida a partir de padrões de fora do Brasil, temos como os mais atuais: Código Internacional de Doenças (CID-10) ou Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5). A DSM 5, define como sendo o Transtorno Específico da Aprendizagem, uma intervenção direta de aparências inerentes as pessoas, assim, estar sujeito a modificações de ordem neurobiológicas, essas modificações podem estar atreladas a fatores hereditários ou até mesmo com disfunções neuronais.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi documental de caráter explicativa, segundo Severino, a pesquisa documental utiliza documentos no sentido bastante grande, não só impressos, mas jornais, filmes, artigos, etc. “Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise.” (SEVERINO, 2013, p. 107). Já quando se trata do caráter explicativo, temos a definição do mesmo autor, que traz que diferente da pesquisa exploratória, que apenas levanta dados a serem utilizados, a explicativa, “busca identificar suas causas, seja através da aplicação do método experimental/matemático, seja através da interpretação possibilitada pelos métodos qualitativos.” (SEVERINO, 2013, p.107).

RESULTADOS E CONCLUSÕES

De acordo com os dados, os diagnósticos, decorrentes da pesquisa, são apenas um dos processos para desenvolver e auxiliar o cuidar com aluno no NEE. O diagnóstico é muito importante, porém, é o início de uma caminhada que será trilhada para uma educação de qualidade e inclusiva visto que, representam não só a pessoa laudada como também o âmbito escolar atingindo o corpo educacional e família dos alunos com NEE. Eles estão divididos nas 34 escolas por etapas de ensino. No ensino Fundamental de 1º a 9º ano, crianças e adolescentes de 6 a 14 anos, está presente os quantitativos de 407 diagnósticos equivalente a -0,25% do ano vigente, e na Educação Infantil está 181 diagnósticos crianças de 06 meses a 5 anos e 11 meses, sendo 44,80% do ano vigente. Total geral de 588 diferentes diagnósticos, um total de 10,32% ano vigente. Segundo a pesquisa realizada na Secretaria de Educação do Município de Russas, foi possível identificar um quantitativo relevante de diagnósticos sobre

vários transtornos de indivíduos que estão inseridos nas escolas públicas do referido município. Nos dados levantados na Secretaria de Educação de Russas, os diagnósticos que apresentaram um quantitativo relevante foi DM (Deficiência Múltipla) com 164,86%, seguido do TEA (Transtorno do Espectro do Autismo) com 17,99%. Fazendo-se necessário essa demanda terem nas escolas o acompanhamento nas salas específicas, como no AEE (Atendimento Educacional Especializado) e Multimeios com profissionais psicopedagoga e psicóloga, para acompanhar o desenvolvimento cognitivo e psique. Mas, para que isso seja possível, as famílias têm que apresentar esses diagnósticos junto a secretária escolar mediante a matrícula. Para ao término das matrículas sejam organizados junto as Políticas Públicas do município, o material necessário para esses alunos diagnosticados que estão incluídos atualmente na rede pública de ensino. Foi observado nesta pesquisa, a aumento de crianças com diagnósticos inseridas nas escolas públicas Municipal de Russas. Gerando uma demanda maior de profissionais para trabalharem as diversidades de níveis (déficits) nessa área. As adequações precisam serem feitas de acordo com que traz os diagnósticos. Faz-se necessário uma análise para refletir sobre as dificuldades enfrentadas pelos professores nas escolas do referido município. Através deste olhar, tem de se buscar adequações para as escolas onde as crianças estão inseridas. Planejar intervenções que realmente tragam resultados positivos no processo de ensino-aprendizagem desses alunos. Como também se faz necessário que as instituições de ensino disponibilizem um suporte para os educadores, assim sendo, com materiais didáticos e recursos didáticos pedagógicos que venham a auxilio na aprendizagem e possam serem trabalhados nas escolas.

REFERÊNCIAS

- BEZERRA, M. F.; MARTINS, P. C. R. A concepção de deficiência intelectual ao longo da história. **Interfaces da Educação**, v. 1, n. 3, p. 73-83, 2015.
- ONZI, F. Z.; GOMES, R. F. Transtorno do espectro autista: a importância do diagnóstico e reabilitação. **Revista Caderno Pedagógico**, v. 12, n. 3, 2015.
- QUILES, R. E. S. Educação de surdos e deficientes auditivos: uma análise dos indicadores sociais. **Revista Educação Especial**, p. 53-66, 2015.
- SEVERINO, A. J. Capítulo III teoria e prática científica. *In*: SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013. p. 87-110.
- SILVA, Y. C. R. Deficiência múltipla: conceito e caracterização. Anais Eletrônico **VIII EPCC–Encontro Internacional de Produção Científica Cesumar**. CESUMAR–Centro Universitário de Maringá. Editora CESUMAR Maringá–Paraná, 2011.

“A DOR ENGAVETADA”: UMA REVISÃO DE LITERATURA INTEGRATIVA ACERCA DO LUTO NÃO ELABORADO E SUAS DISFUNCIONALIDADES

Maria Ozangela de Lima Maia¹ (Aluna do Curso de Psicologia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. e-mail: ozangela.maia@fvj.br) Mayra Serley Barreto de Oliveira² (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. e-mail: mayra.serley@unijaguaribe.edu.br)

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo compreender o processo de luto não elaborado e suas disfuncionalidades identificando os possíveis impactos resultantes da não elaboração no contexto biopsicossocial do indivíduo enlutado. Trata-se de uma revisão integrativa de literatura de caráter exploratório, com abordagem qualitativa, que possui a finalidade de promover maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito de forma a buscar possibilidades de elaboração de hipóteses, permitindo a realização de sínteses de outros estudos sobre a temática. O luto por sua vez, é compreendido como um processo que poderá vir acontecer por diversos motivos, sendo eles, a ruptura das relações, podendo ser no âmbito amoroso, familiar e de amigos, a perda de um animal de estimação, dentre outros. Sendo o luto um processo, compreendeu-se que o mesmo é constituído por diferentes tipos e classificações, sendo afetado por culturas e contextos sociais diferentes, percebendo que a não vivência do mesmo poderá acarretar impactos nas esferas biopsicossociais das pessoas enlutadas.

Palavras-chave: Luto; Processo de luto; Luto não elaborado; Luto e suas disfuncionalidades.

INTRODUÇÃO

A temática delimitada nesta pesquisa visa compreender o luto não elaborado e suas disfuncionalidades, identificando os impactos resultantes desta não elaboração nas áreas biopsicossocial do indivíduo enlutado. Ruschel (2006) afirma que, um dos fatores indicativos de um processo de luto não elaborado é, por exemplo, a fixação - uma espécie de centralização que o enlutado direciona a pessoa perdida ou ao objeto da perda, onde o mesmo apresenta dificuldade para diminuir a intensidade do vínculo com o que representa a perda, impedindo o surgimento de interesse e energia a serem direcionados em outras áreas da vida, como a socialização, o lazer e até mesmo a prática do autocuidado. Diante o exposto justifica-se a realização desta pesquisa que convergiu para a necessidade de um estudo mais aprofundado acerca desta problemática que interfere de forma danosa no enfrentamento da dor e na vivência rotineira da pessoa enlutada. Partindo deste pressuposto, buscou-se responder a seguinte pergunta, tendo a mesma como questão norteadora deste estudo: “um processo de luto não elaborado poderá desenvolver algumas disfunções patológicas?”. Sendo assim, o objetivo geral deste estudo pautou-se em compreender o processo acerca do luto não

elaborado, suas disfuncionalidades e como o mesmo impacta nas esferas biopsicossociais de pessoas que vivenciam ou experienciaram a dor da perda.

MARCO TEÓRICO

Considerando as constantes discussões no contexto da sociedade brasileira acerca do fenômeno do luto não elaborado, buscou-se no desenvolvimento estrutural desta pesquisa evidenciar essa problemática que tende cada vez mais a ser agravante. Para atender aos objetivos propostos, discorreu-se acerca das seguintes temáticas: o luto e seus processos; o luto e seus aspectos históricos; possíveis fatores desencadeadores do luto e suas classificações; e o lugar de cuidado na vivência do luto, fundamentadas nas concepções teóricas de algumas autoras, como Ruschel (2006), Campos (2013), Braz e Franco (2017), Franco (2010; 2018; 2021a; 2021b) e Casellato (2020; 2021), ressaltando a importância do Contexto Social, Cultural, Familiar e da Espiritualidade como fatores contribuintes para o cuidado e bem-estar das pessoas que vivenciam um processo de luto.

METODOLOGIA

No que se refere aos procedimentos metodológicos adotados para a realização deste estudo, este trata-se de uma revisão de literatura integrativa e caráter exploratório que, segundo Gil (2017), possui a finalidade de promover maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito de forma a buscar possibilidades de elaboração de hipóteses, o que neste tipo de pesquisa de acordo com o autor, tende a ser flexível por considerar diferentes aspectos relacionados ao fenômeno estudado. Com relação ao método usado, este é de abordagem qualitativa, que objetiva analisar e interpretar dados de forma que venha a explorar o conjunto de ideias e a relevância social acerca do fenômeno a ser investigado (GOMES, 2009).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Sendo o luto compreendido como um processo e não como um acontecimento (LUZ, 2021), Ruschel (2006) afirma que, um dos fatores indicativos de um processo de luto não elaborado é, por exemplo, a fixação - uma espécie de centralização que o enlutado direciona a pessoa perdida ou ao objeto da perda, onde o mesmo apresenta dificuldade para diminuir a intensidade do vínculo com o que representa a perda, impedindo o surgimento de interesse e energia a serem direcionados em outras áreas da vida, como a socialização, o lazer e até mesmo a prática do autocuidado. Em um outro estudo que correlaciona implicações orgânicas ligadas às condições nutricional e psicológica em decorrência de um processo de luto, Campos (2013) defende que, o modo como se enfrenta situações envolvendo perdas significativas e a forma como se elabora o luto, geralmente impacta nos aspectos nutricionais dos indivíduos, e a não expressão de sentimentos como saudade, tristeza e até mesmo o intenso sentimento de revolta comumente presentes a partir destas, poderão desencadear um quadro clínico de transtorno do luto prolongado, uma vez que os sintomas permanecem a longo prazo. No que se refere às emoções e sentimentos presentes num processo de luto como um todo, é comum encontrar emoções como solidão, desamparo, culpa, ambivalência (RUSCHEL, 2006), bem como, a presença de tristeza e revolta (CAMPOS, 2013), e por último, percebe-se a relevância de destacar a ansiedade que se faz presente no processo, desencadeada pelo o alto nível de estresse gerado em decorrência desse “misto” de sentimentos e emoções experimentado simultaneamente pelo o indivíduo enlutado, o que poderá ocasionar prejuízos à sua saúde física e mental (LUZ, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste trabalho possibilitou a compreensão acerca do processo de luto não elaborado e suas disfuncionalidades e como o mesmo pode impactar no funcionamento biopsicossocial das pessoas que sofrem a dor da perda, seja ela, real ou simbólica. Se faz relevante perceber que o processo de luto é singular, porém permeado por particularidades, sentidos e significados pertencentes a cultura e o contexto social de cada indivíduo. Quanto à questão norteadora do estudo e os objetivos propostos, conclui-se que houve êxito com relação às respostas, tendo em vista que a não elaboração do processo de luto poderá gerar impactos ocasionando assim, prejuízos de ordem física, fisiológica, psicológica e emocional, bem como interferindo nas atividades dos contextos sociais e espirituais. No que diz respeito à elaboração do processo de luto, pôde-se constatar que a mesma se dá através da experimentação das emoções e sentimentos que emergem junto à perda, como também através do processo de psicoeducação para os casos necessários, se fazendo relevante a atuação dos profissionais da psicologia neste processo.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, Maria Teresa Fialho de Sousa. A influência do luto no comportamento alimentar e suas implicações nas condutas nutricionais. **Ciência e Saúde Coletiva**. Viçosa - MG, v. 18, n. 9, p. 2769-2779, 2013. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/r8CQpztF5wmDLFKNzHCsZjy/?lang=pt#:~:text=A%20morte%20e%20o%20luto,seus%20efeitos%20no%20estado%20nutricional>. Acesso em: 27 de abr. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa [recurso eletrônico]**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 79.

LUZ, Rodrigo. **Luto é outra palavra para falar de amor: cinco formas de honrar a vida de quem vai e de quem fica após uma perda**. 1. ed. São Paulo: Ágora, 2021.

RUSCHEL, Patrícia Pereira. **Quando o luto adoce o coração: luto não-elaborado e infarto**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

MÃES PRESIDÁRIAS: A IMPORTÂNCIA DO VÍNCULO MATERNO-INFANTIL NA CONSTRUÇÃO DO INDIVÍDUO.

Millena da Rocha Pereira¹, (Aluna do Curso de Psicologia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: millena.pereira@fvj.br), Orientador² (Professor Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: marcia.skibibick@unijaguaribe.edu.br).

RESUMO

A maternidade, na situação carcerária, é permeada de conflitos sociais que contribuem para a desestabilidade do processo de vínculo, que é considerado um fator imponente ao desenvolvimento humano. O presente artigo tem por objetivo discutir o processo de vínculo entre mãe-bebê no contexto prisional em que a mãe está inserida, salientando-se a importância da vinculação entre ambos para o desenvolvimento do bebê em sua construção como indivíduo. A investigação é baseada em insumos encontrados com o método de pesquisa bibliográfica, como literaturas e artigos acadêmicos que foram analisados a partir da revisão narrativa. A partir das informações obtidas realizou-se uma discussão a respeito desta relação afetiva e física ao qual contribui para que o bebê inicie seu processo de desenvolvimento, favorecendo a sua organização e maturação de identidade. Acerca do vínculo mãe-bebê no contexto prisional, constatou-se ser de grande importância para o seu desenvolvimento físico e emocional, o qual os resultados desta vinculação perpetuaram por sua vida adulta. Contudo, observou-se para que o processo de vinculação ocorra de forma sadia para ambos seria necessária uma nova reconstrução nas promoções de saúde pública do sistema prisional, visando um ambiente calmo sem grandes implicações para o estabelecimento desta relação.

Palavras-chave: Maternidade; Vínculo; Cárcere; Mulher.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo enfatizar a importância do vínculo entre mãe e bebê cultivado pelas interações afetivas entre ambos, possuindo grande importância para seu desenvolvimento físico e emocional, refletindo a partir do processo de maternagem dentro do âmbito prisional.

Nessa seara, corrobora-se que em situações mais precárias estão as mulheres-mães encarceradas, que necessitam de maior atenção voltada para sua saúde e a do bebê, principalmente, para os anos iniciais de vida deste recém-nascido que se orienta a ter um contato maior de vínculo com esta mãe para seu desenvolvimento. Na vida da mulher, a gestação significa, além de um momento bastante peculiar, um momento que requer muitos cuidados de saúde. “Quando a vida no cárcere e a gestação se entrecruzam, fica latente a vulnerabilidade da mulher, sendo necessário então um olhar atento para suas necessidades e suas especificidades” (CHAVES E ARAÚJO, 2020, p. 2).

MARCO TEÓRICO

A mãe é considerada o primeiro ambiente seguro para o bebê, que necessita de um ambiente o suficientemente bom que atenda às suas demandas, e que ele possa vir a se desenvolver saudável e de forma satisfatória. Contudo, para que este ambiente seja suficientemente bom, Winnicott (1999) destaca que o desenvolvimento do bebê se dá por meio do ambiente, inicialmente, representado pela mãe, a qual poderá se configurar para suprir suas necessidades proporcionando a satisfação de suas necessidades físicas e emocionais.

Para Winnicott (1896; 1979), o bebê necessita ter todas as experiências calmas e sentir-se emocionalmente envolvido, sem pressa, tensão ou falta de paciência, ou seja, um ambiente tranquilo a tal desenvolvimento. Com isto, a separação entre mãe e filho poderá ocasionar interferência em pleno desenvolvimento da saúde mental da criança nos primeiros anos de vida (SANTOS; BISPO, 2018).

Todavia, observa-se o quanto a maternidade no âmbito prisional em relação mãe-bebê é influenciada pelas condições precárias do ambiente institucional, o qual possui obstáculos e restrições, estando assim suscetíveis a uma saúde precária e tratamentos violentos. Segundo Santos e Bispo (2018), o processo de separação entre filho e mãe gera sentimento de perda e de importância caracterizando a maternidade como dolorosa. E, por fim, ainda são acometidas ao medo e culpa de sujeitando seu filho(a) a condições inapropriadas para a vivência.

Por si só a mulher privada de liberdade já carrega problemas específicos que acaba se fortalecendo, quando adentra um sistema do qual se compõe de uma sociedade machista, fica enfatizada a reclusão feminina, desvalorizando-a como mulher. De acordo com Chaves e Araújo (2020), o ambiente carcerário possui efeitos na qualidade de vida das internas, visto que se encontram em uma situação prejudicial devido à insalubridade do sistema penitenciário, se tornando assim vítima de um castigo, do qual seu crime é apenas uma vertente.

Para Benedet e Medeiros (2021, p 208) “Uma das claras fragmentações da identidade da mulher que vimos no contexto prisional é motivada pela própria lógica que se insere nesse contexto: a da punição como processo de reabilitação.” Partindo deste panorama de encarceramento feminino, no qual a mulher está submetida ao aprisionamento apenas com o objetivo do cumprimento de pena. Pode-se afirmar que direitos essenciais à vida, saúde física e saúde mental acabam por serem privados, quando deviam ser priorizados e, até mesmo, aprimorados mediante a situação atual sistema.

METODOLOGIA

Para o presente artigo, utilizou-se a pesquisa bibliográfica com o propósito de leitura e análise de trabalhos acadêmicos a partir da revisão narrativa, tendo o intuito de utilizar os mesmos para a interpretação, e com a finalidade de discorrer sobre a importância do vínculo materno-infantil na construção do indivíduo levando em consideração o ambiente onde o mesmo está introduzido, ou seja, o cárcere.

Quanto às técnicas de pesquisa, que serão utilizadas no projeto incluem revisão de literatura, fontes de pesquisas secundárias como sites informativos da internet e artigos já publicados. Após uma busca criteriosa de análise exploratória dos dados obtidos por meio da abordagem qualitativa, foram escolhidas as fontes para pesquisa realização do processo de investigação.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

No presente estudo foi abordado a importância do vínculo materno entre mães encarceradas e seus bebês, voltado aos meses iniciais de sua vida, visto como um processo que permitirá o desenvolvimento sadio do mesmo. Além de observar as dificuldades que o sistema prisional ocasionara a formação deste processo.

A partir das ideias expostas sobre a importância da criação de vínculo entre mãe-bebê, observou-se nos achados de leitura que o primeiro contato de socialização tem ações importantes do ponto de vista social e emocional para ambos, gerando segurança emocional e conforto. O estabelecimento de vínculo entre mãe-bebê também permite construção saudável do psiquismo da criança além de ser um fator influenciador para o desenvolvimento de sua personalidade e futuros comportamentos sociais.

Portanto, é importante que o bebê tenha uma relação afetiva segura e de continuidade com a sua mãe. Tendo como efeito ao decorrer do processo de crescimento do bebê o desenvolvimento de sua própria personalidade enquanto conhece o mundo à sua volta. Contudo, se o bebê é privado da formação de vínculo poderá a vir potencializar distúrbios que o acompanharão em seu crescimento.

Percebeu-se também que mães encarceradas sofrem com questões mais complexas de desfavorecimento social da qual permeia a necessidade de uma assistência humanizada e de promoção em políticas públicas de saúde, educação, trabalho, cultura, e principalmente assistência social designada a estes cuidados e, por fim, acesso à justiça jurídica de seus direitos já impostos pela constituição.

Por fim no que se refere a mulher dentro do contexto prisional observou-se, mediante os achados de leitura, a precisão de se pensar em ações sociais que possam cativar estas mulheres à confrontarem as adversidades impostas perante a situações de fragilidade social e emocional em que se encontram, por adentrar um sistema enraizado culturalmente de questões que acentuam o papel da mulher perante a sociedade.

É necessário enfatizar a importância da Psicologia no ambiente carcerário, já que desempenha um papel essencial aplicada à ciência e em transições sociais, bem como na melhoria da qualidade de vida e garantia de direitos que promovam equidade e inclusão social. Enquanto base acadêmica essa ciência possibilita a reflexão sobre a proposição da instituição prisional enquanto projeto de ressocialização, e auxilia na formulação de políticas públicas e ações voltadas para um público historicamente socialmente esquecido.

Ao final deste artigo observa-se a importância da realização de novos estudos para a continuação e aperfeiçoamento da temática visto que foi encontrado um número reduzido de artigos científicos que abordassem a mesma que pudesse avaliar outros possíveis riscos existentes a essas mães e bebês, a fim de proporcionar mais conhecimentos e modificações na realidade assistencial.

REFERÊNCIAS

BENEDET, Marina Corbetta; MEDEIROS, Ana Beatriz. Gênero, saúde e prisão: maternidades possíveis no contexto prisional. *Fractal: Revista de Psicologia, Niterói*, v. 33, n. 3, p. 205-211, set./dez. 2021. <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v33i3/5917>

CHAVES, Luana; ARAÚJO, Isabela. Gestação e maternidade em cárcere: cuidados de saúde a partir do olhar das mulheres presas em uma unidade materno-infantil. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 30, p. 01-22, 21 jan. 2020.

SANTOS, D. S. S. BISPO, T. C. F. Mãe e filho no cárcere: uma revisão sistemática. **Rev baiana enferm**, 2018;32:e22130.

WINNICOTT, D. W. **Os bebês e suas mães**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

WINNICOTT, Donald. **A criança e seu mundo** Tradução: Álvaro Cabral. 7. ed. rev. Rio de Janeiro: LTC, 2022.

OS BENEFÍCIOS DO PRÉ-NATAL PSICOLÓGICO NO PROCESSO DE PREVENÇÃO A TRANSTORNOS PSICOLÓGICOS NO PUERPÉRIO

Tanara Barbosa de Oliveira Pereira¹ (Aluna do Curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, E-mail: tanara.barbosa@fvj.br), Mayra Serley Barreto de Oliveira² (Professora do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, E-mail: mayra.serley@unijaguaribe.edu.br).

RESUMO

O estudo salienta a necessidade do acompanhamento psicológico das gestantes durante o pré-natal, a fim de que problemas psíquicos não acometam a mulher em seu período gestacional ou puerpério, que podem ser comuns por causa das emoções que se alternam durante esse momento da mulher. O objetivo geral da pesquisa é apresentar as contribuições do pré-natal psicológico para a prevenção de transtornos psicológicos durante o puerpério. O estudo se trata de uma revisão narrativa de literatura, que faz uso de revisões narrativas para conseguir discutir sobre a importância do acompanhamento psicológico junto à mulher durante e pós gestação. Apresenta-se então a compreensão do pré-natal psicológico, sobre o puerpério e os transtornos psicológicos e a importância dos fatores de risco de proteção. Com relação aos resultados e discussões identificou-se que poucos são os estados que já atuam com o pré-natal psicológico no cenário público, o que dificulta a expansão deste acompanhamento e a minimização dos problemas psíquicos. Conclui-se que o pré-natal psicológico é fundamental para minimizar sintomas de ansiedade e estresse sentidos pela mulher durante e pós-gravidez, assim como para prevenir a depressão pós-parto. Além disso, possibilita a desmistificação de mitos que aumentam os problemas psicológicos da mulher devido à pressões sociais.

Palavras-chave: Pré-natal psicológico; Puerpério; Depressão pós-parto; Transtornos mentais no puerpério.

INTRODUÇÃO

Ser mãe é compreendido culturalmente como um momento de grande plenitude e realização pessoal, é a transição de uma fase da vida para outra. Entretanto, poucas estão realmente preparadas para as mudanças que ocorrem durante a gestação e no pós-parto, principalmente mudanças psicológicas que decorrem dessa importante transição existencial, e enfrentar marcos tão significativos que exigem um tanto de aprendizagem e reorganização, não é tão simples de ser processado. O período gravídico-puerperal é uma fase na vida da mulher em

que ocorrem intensas transformações, sendo elas biológicas, sociais, familiares e psicológicas, e estas evidenciam a necessidade do ajuste do novo papel, o de ser mãe, o que a deixa mais suscetível a conflitos e dificuldades que afetam diretamente na sua saúde mental. (ARRAIS; CABRAL; MARTINS, 2012; CARVALHO *et al.*, 2019). Tais mudanças somadas às questões hormonais e aos estressores psicossociais, tornam o período do pós-parto ou puerpério, como também é conhecido, um momento de fragilidade psíquica, deixando a puérpera com maior vulnerabilidade para o desenvolvimento de transtornos psicológicos como o *baby blues*, a depressão pós-parto e a psicose puerperal. Pesquisas revelam que a incidência dos respectivos transtornos são 80 a 90% para o *baby blues*, 25% para depressão pós-parto e 0,1 a 0,2% para psicose puerperal, o que mostra que a ocorrência de transtornos no puerpério é alta. Desse modo, é preciso oferecer maior atenção a esse público, pois esses quadros trazem riscos e prejuízos para o binômio mãe-bebê e para ambos separadamente. E para alcançar esse objetivo estabelece-se os seguintes objetivos específicos: descrever as especificidades do pré-natal psicológico; identificar os transtornos psicológicos que podem surgir no puerpério e os fatores de risco e proteção que influenciam no surgimento; e analisar como o pré-natal psicológico interfere na saúde mental da mulher no pós-parto.

MARCO TEÓRICO

O pré-natal psicológico (PNP) é uma nova prática de atendimento perinatal complementar ao pré-natal obstétrico que busca oferecer cuidados humanizados durante todo período gestacional, de parição e da construção da parentalidade. Esta prática visa integrar a gestante e a família em todo o processo gravídico-puerperal, preparando-os psicologicamente para a maternidade e paternidade. (ARRAIS; MOURÃO; FRAGALLE, 2014). O puerpério, assim como a gravidez, é um momento propício à crise, pois o trabalho de parto e o nascimento de um bebê podem desencadear profundas mudanças biológicas, psicológicas e sociais, as quais implicam maior vulnerabilidade materna à transtornos mentais. Os principais transtornos puerperais são: *Baby blues* ou disforia do pós-parto, depressão pós-parto (DPP) e psicose puerperal. É importante saber que o quadro puerperal, conforme descreve Moraes (2021, p. 110), “ocorre grave prejuízo da capacidade funcional da mulher, podendo apresentar confusão mental, agitação psicomotora, insônia, angústia, prejuízo de memória e irritabilidade” e caracteriza-se por início súbito, com comprometimento do juízo de realidade, delírios e alucinações geralmente relacionados a si própria e ao bebê, os quais geram riscos de suicídio e infanticídio, permitindo o entendimento acerca da necessidade de auxílio profissional psicológico.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão narrativa de literatura. Essa metodologia foi escolhida por se tratar de um método que possibilita a síntese da literatura científica vigente. Os artigos de revisões narrativas são caracterizados como publicações amplas que adequadamente descrevem e discutem sobre o desenvolvimento de determinado assunto, sob o ponto de vista teórico/contextual pela análise crítica do autor. (ROTHER, 2007). A busca bibliográfica foi realizada nas bases de dados do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e *Google acadêmico*, utilizando as palavras-chave “pré-natal psicológico”, “puerpério”, “depressão pós-parto”, “transtornos mentais no puerpério” complementada com a busca em livros. Após a seleção, visando atingir os objetivos que é referente às contribuições do pré-natal psicológico para a saúde mental materna, mais especificamente no período do puerpério, procedeu-se a leitura e a análise de todo material, e a seleção das informações mais relevantes

para compor este estudo.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Conseguindo humanizar o atendimento às mulheres, durante o pré-natal, é possível desenvolver não apenas saúde para a mulher em si, mas também para as crianças. Importante esclarecer que a humanização permite que os envolvidos no cenário consigam desenvolver fatores de proteção, diminuindo a possibilidade das mulheres se sentirem sozinhas, ocasionando problemas psicológicos. Compreende-se que o amor materno é entendido como um sentimento inerente à mulher e que transborda para a devida realização pessoal desta, porém nem sempre funciona desta forma, o que pode significar intensa pressão sobre uma mulher, o que conseqüentemente ocasiona em problemas psíquicos. Essa romantização da maternidade apresenta conseqüências específicas para o adoecimento psicológico das mulheres. A partir de então é que se percebe a relevância de que exista rede apoio às novas mães, a fim de que elas consigam desenvolver atividades fora do cenário da maternidade, sem que necessariamente esta precise ser excluída de sua vida. Vale ressaltar que a atuação com o pré-natal psicológico desenvolve-se cada dia com maior frequência, sobretudo, por meio das classes sociais mais altas, considerando que o Sistema Único de Saúde (SUS) não efetiva esse atendimento de forma ampla. Mas, vale apresentar o Projeto de Lei 4432/20, visto que este apresenta a obrigatoriedade do atendimento psicológico e/ou psiquiátrico para gestantes. Considerando as informações que se apresentam ao longo da pesquisa, compreende-se que os objetivos do estudo foram respondidos. O objetivo geral buscava apresentar as contribuições do pré-natal psicológico para a prevenção de transtornos psicológicos durante o puerpério e ficou evidente que por meio deste método as mulheres passam a entender que o amor de mãe nem sempre precisa ser perfeito, o que faz com que elas minimizem a pressão que colocam em cima de si mesmas, e conseqüentemente diminuindo os problemas com sentimentos que relacionam-se a depressão e ansiedade. Por fim, salienta-se que, parcialmente, a hipótese apresentada no estudo foi alcançada, visto que os autores e suas obras destacam que o pré-natal psicológico é fundamental para minimizar problemas com sintomas de ansiedade e estresse, durante e pós-gravidez, assim como para prevenir a depressão pós-parto. Porém, não apresentam dados relacionados à prevenção de outros transtornos. Mas, evidencia-se também que o acompanhamento psicológico é fundamental para garantir autonomia da mulher nas tomadas de decisão no puerpério, visto que existem mitos que são enraizados neste momento e que permitem o surgimento de sentimentos que adoecem à mulher.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, N. M. C.; ARRAIS, A. R. O pré-natal psicológico como programa de prevenção à depressão pós-parto. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [s. l.], v. 36, ed. 4, p. 847-863, out/dez 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/6GpwkXtZv48W83M5cjCddrj/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2023.
- ARRAIS, A. R.; MOURÃO, M. A.; FRAGALLE, B. O pré-natal psicológico como programa de prevenção à depressão pós-parto. **Saúde e sociedade**, São Paulo, v. 23, ed. 1, p. 251-264, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/ScBXWZfTcyVFXXfzs8jQRmp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 6 mar. 2023.
- CARVALHO, G. M. *et al.* Transtornos mentais em puérperas: análise da produção de

conhecimento nos últimos anos. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v. 2, ed. 4, p. 3541-3558, jul./ ago. 2019. Disponível em:
<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/2477#:~:text=Abstract,d e%20enfermagem%20para%20estas%20condi%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em: 12 abr. 2023.

MORAES, M. H. C. **Psicologia e psicopatologia perinatal**. Curitiba: Appris, 2021.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista De Enfermagem**, [s. l.], v. 20, ed. 2, jun. 2007. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ape/a/z7zZ4Z4GwYV6FR7S9FHTByr/#>. Acesso em: 26 fev. 2023.

SERVIÇO SOCIAL

PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL À FAMÍLIA (PAIF): DESAFIOS E CONQUISTAS DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL NO CRAS – ICAPUÍ

Cintia Regina Maia Nunes De Carvalho ¹ (Aluna do Curso de Serviço Social do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: cintia.regina@fvj.br), orientadora ² Lidiana Soares de Sousa (Professora Especialista do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: lidiana.sousa@unijaguaribe.edu.br).

RESUMO

Este trabalho monográfico apresenta um resgate da Assistência Social no Brasil como uma política social não contributiva e redistributiva, por meio de benefícios e serviços, garantindo os direitos sociais. A política de Assistência Social tem como intuito promover a inclusão social da população vulnerável, enquanto o Programa de Atenção Integral à Família - PAIF é uma estratégia para desenvolver a capacidade das famílias em situação de vulnerabilidade. O papel da equipe multiprofissional do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS é essencial para garantir a efetividade desses programas, uma vez que, cada profissional traz habilidades e conhecimentos específicos para abordar as necessidades individuais e familiares. A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica e qualitativa, buscando analisar as dificuldades e conquistas encontradas pela equipe para promover a viabilização dos direitos sociais das famílias Icapuienses.

Palavras-chave: Assistência Social. PAIF. Serviço Social. Equipe Multiprofissional.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata sobre os desafios e as conquistas do Programa de Atenção Integral à Família – PAIF, realizado pela equipe multiprofissional no CRAS – Icapuí. Sua realização não buscou somente analisar como é executado o trabalho deste programa, mas também contribuir com a opinião do pesquisador para as adversidades encontradas em meio a pesquisa.

Através do estágio supervisionado realizado no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS da cidade de Icapuí, surgiu este trabalho monográfico com os seguintes objetivos: analisar e contribuir de forma significativa nas principais dificuldades e conquistas na realização do trabalho em rede relacionando-o com as diretrizes e os eixos fundantes sobre o PAIF para a sua realização.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, visando um aprofundamento nos conhecimentos do Programa de Atenção Integral à Família – PAIF e a legislação em vigor da Política Nacional De Assistência Social -PNAS. Posteriormente a pesquisa aplicada foi a qualitativa, a partir da observação e compreensão do pesquisador para analisar os dados obtidos.

MARCO TEÓRICO

Os Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, é o local onde devem se desenvolver as ações da PSB, além deles outras unidades públicas e básicas de assistência social, a sociedade civil, entidades e organizações devidamente certificadas pelo conselho de direito responsável, podem atuar no território de abrangência desses serviços. O CRAS atende as áreas mais vulneráveis e de riscos sociais, sendo assim a porta de entrada para a família/indivíduo usuária(o) da assistência social e além de serem responsáveis pelos serviços

de proteção social básico, as unidades também são responsáveis pela gestão territorial, visando organizar e articular a rede de atenção básica da assistência social.

O Programa de Atenção Integral à Família – PAIF é uma atribuição exclusiva do poder público e é desenvolvido necessariamente no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Suas ações são destinadas a famílias em situação de vulnerabilidade social que não possuem nenhum acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade e/ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social dos residentes nos territórios de abrangência dos CRAS, em especial, famílias beneficiárias de programas de transferência de renda e benefícios assistenciais; famílias que atendem os critérios de elegibilidade a tais programas ou benefícios, mas que ainda não foram contempladas; famílias em situação de vulnerabilidade em decorrência de dificuldades vivenciadas por algum de seus membros; pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situações de vulnerabilidade e risco social.

A equipe multidisciplinar exerce um papel necessário na instituição, visto que o trabalho em conjunto, com a junção diversas áreas causando um enriquecimento e desburocratizando os sistemas de atendimento. É preciso que a relação entre essas áreas de conhecimento mantenha uma boa comunicação, e principalmente o respeito do espaço da outra profissão, para que o trabalho em conjunto seja bem desempenhado e consiga dar respostas as demandas dos usuários. No entanto, alguns desafios podem ser encontrados durante o cotidiano do trabalho em conjunto, e é necessário que acima de tudo, o comprometimento com as responsabilidades da instituição, e com a garantia de direitos dos usuários.

METODOLOGIA

Para realização deste trabalho, que tem como intuito analisar o trabalho multidisciplinar no CRAS – Icapuí a fim de compreender como ele é realizado, a sua relação com os usuários/famílias e com as demais políticas, para isso foi necessário a utilização da pesquisa, através do método qualitativo. PEREIRA et al. (2018 p.67): “Os métodos qualitativos são aqueles nos quais é importante a interpretação por parte do pesquisador com suas opiniões sobre o fenômeno em estudo. Neles a coleta de dados muitas vezes ocorre por meio de entrevistas com questões abertas”.

Para o embasamento teórico utilizou-se o conhecimento da pesquisa bibliográfica, utilizada frequentemente no dia a dia de pesquisadores e universitários. Somente a pesquisa bibliográfica não seria o suficiente para a realização dessa monografia, a sua contribuição juntamente com o método qualitativo trouxe resultados expressivos, e dessa maneira foi possível analisar as conquistas e desafios da equipe multiprofissional no CRAS – Icapuí.

As perguntas da entrevista foram entregues a três assistentes sociais e uma psicóloga do CRAS da unidade de Icapuí, o questionário é composto por sete questionamentos em relação ao trabalho do profissional na instituição, seus instrumentos, a interlocução com a rede e o trabalho multidisciplinar.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Através da pesquisa foi possível observar as potencialidades do trabalho em rede no CRAS – Icapuí, ao qual estes profissionais contribuem de forma significativa na vida de famílias Icapuienses, porém por diversas vezes é lesado pela mudança constante de profissionais, o que acarreta a fragilidade de um processo de garantia de direitos.

No entanto, a equipe multiprofissional do CRAS de Icapuí através do trabalho social realizado com as famílias, de caráter continuado, apesar das adversidades visa fortalecer os

vínculos comunitários e familiares de seus usuários, através dos instrumentais afirmam e garantem o acesso a benefícios previdenciários e também eventuais, e bem como contribuem na proteção e melhoria de vida de toda a comunidade dependentes do Centro de Referência.

Embora a articulação com as outras unidades do município estejam se relacionando bem, a insuficiência de verbas destinadas, principalmente as de locomoção dos usuários para a realização da promoção destes direitos também foi abordada na pesquisa como a grande causadora de os mesmos não seguirem adiante depois dos encaminhamentos realizados pela equipe multiprofissional.

Por isso a necessidade de existir uma fiscalização melhor nas instituições, onde seja observada quais as dificuldades pelas quais os profissionais da equipe multidisciplinar estão encontrando para viabilizar os direitos dos usuários previstos tanto na Constituição federal de 1988, como na LOAS e PNAS, para que seja analisado e partir deste ponto destinar o que for necessário para diminuir as adversidades nesse processo de garantia de direitos.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social-PNAS**. Brasília, 2004.

BRAGA, Léa Lucia, Cecílio. **O trabalho de Assistência Social no CRAS**. In: O Trabalho do Assistente Social no SUAS: Seminário Nacional/CFESS. Brasília: 2011.148p.

BROGNOLI, F. F.; SANTOS, S. A. O trabalho social com as famílias. Uma análise do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família- PAIF: Um estudo bibliográfico. UNIEDU, 2016. Disponível em:

<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/Sandra-Antunes-dos-Santos.pdf>
. Acesso em 27 mai. 2022.

TEIXEIRA, Maria Solange. Trabalho Interdisciplinar nos CRAS: um novo enfoque e trato à pobreza?. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 9, núm. 2, agosto-diciembre, 2010, pp. 286-297. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul Porto Alegre, RS, Brasil. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321527167010>. Acesso em: 25 abri. 2023

O ACESSO DAS GESTANTES AOS PROGRAMAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Neyane Lima Beserra¹ (Aluno do Curso Bacharelado em Direito do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. E-mail: neyanelima06@gmail.com, Fabrício José Costa de Holanda² (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, email: costfabra@gmail.com.

RESUMO

O presente estudo abordou o acesso e empoderamento das mulheres aos programas e Políticas Públicas da Assistência Social. Como questão problema, formulou-se: como acontece o acesso das mulheres gestantes, aos programas e as políticas de saúde pública no Brasil? Como objetivo geral, pretende-se apresentar uma reflexão acerca do empoderamento das mulheres e as contribuições dos programas e políticas públicas de saúde da mulher brasileira. A Pesquisa é do tipo exploratória e de de cunho bibliográfica, a partir das bases de dados do Google Acadêmico e da Scientific Electronic Library Online (SciELO), no espaço temporal entre 2015 a 2022, realizando a busca a partir das seguintes palavras-chave: “assistência social”, “Direitos das gestantes” e “políticas públicas de saúde”, obtendo na filtragem final em 10 estudos. Os resultados apontam avanços na Política de Assistência Social a partir da Promulgação da Constituição Federal de 1988. Nessa trajetória de luta pelos direitos sociais, destaca-se a criação Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), do Cadastro Único (CadÚnico), os quais realizam monitoramento das famílias e trabalham com objetivo de garantir seus direitos, como o acesso ao Programa Bolsa Família (PBF), que garante uma renda para as famílias de maior vulnerabilidade. Portanto, o estudo desenvolvido alcançou os objetivos propostos, comprovando-se avanços significativos na Política de Assistência Social no Brasil, embora se fato que ainda há muito o que fazer para melhorar a vida daqueles que vivem ou sobrevivem em situação de maior vulnerabilidade social.

Palavras-chave: Vulnerabilidade Social; Empoderamento; Assistência Social.

INTRODUÇÃO

A saúde pública no Brasil é um tema que gera muita discussão pelos problemas pelos quais a saúde enfrenta no decorrer de sua história. A saúde pública da mulher, até meados de 2006, limitava-se às demandas relativas à gravidez e ao parto, ou seja, baseada em sua especificidade biológica e no seu papel social de mãe e doméstica, responsável pela criação, cuidado e educação dos filhos, Neto (2008). Diante desta realidade, programas como “Programa Nacional de Saúde Materno-Infantil”, que foi lançado em 1974 pelo Ministério da Saúde (MS), e que dava ênfase aos programas de prevenção à gravidez de alto risco e suplementação alimentar às gestantes e puérperas de baixa renda (BRASIL, 1974), dentre outros programas e políticas públicas de saúde no Brasil. Todavia, no que se refere ao caráter “assistencialista” ou a chamada “prática de favores”, se concretizaram com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e no ano de 1993, foi aprovada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), ordenando a Assistência Social como política pública, objetivando dessa forma, garantir direitos de cidadania a população brasileira. A partir dessa lei, criou-se uma nova referência para a política de assistência social, inserindo-a no sistema do bem estar

social brasileiro concebido como campo de Seguridade Social (BRASIL, 1993). Com o desenvolvimento desta política de assistencialismo, um de seus principais propósitos era desenvolver estratégias para melhorar as condições de desigualdade social, sendo a partir de então, criado os Núcleos de Apoio à Família, em 1999, consistindo em espaços físicos caracterizados como a porta de entrada dos usuários dos serviços de assistência social e acesso as políticas públicas de saúde da mulher.

MARCO TEÓRICO

O Brasil enfrenta muitos problemas sociais e dentre eles, o da “saúde pública” que atingem diretamente a imagem no país como um todo. De acordo com a Constituição Federal de 1988, que instituiu o Sistema de Seguridade Social, formando dessa forma os subsistemas de Saúde, Previdência Social e Assistência Social, traz em seu caput do Art. 194, “a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 1988). De acordo com Reis (2011, p. 35), é a partir da criação do Sistema único de Saúde (SUS) em 1990 que foram tomadas outras medidas para efetivar o trabalho e poder garantir o direito estabelecido na constituição de 1988, através da “criação da Comissão Intergestores Tripartiti (CIT) com representação do Ministério da Saúde, das secretarias estaduais de saúde e das secretarias municipais de saúde e da primeira norma operacional básica do SUS”. Posteriormente foi criada a “Comissão de Intergestores Bipartite (CIB) para acompanhamento e operacionalização da implantação do recém criado SUS”, as quais atuam até os dias atuais tendo como foco a manutenção dos cuidados com a saúde. De acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 203, inc. V, destaca “o direito à cidadania”, no qual entende-se não se reduzir apenas ao cumprimento de seus deveres, mais também ao atendimento seus direitos enquanto cidadãos. Frente a esta realidade expressa na Constituição é que o Governo Federal criou o Benefício de Prestação Continuada (BPC), para garantir o direito a cidadania e apoio aos que necessitam de apoio e ajuda. Pelo BPC é garantido (01) um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência, ao idoso que venha a comprovar não possuir meios para sobreviver e ou que não tenha uma renda fixa para sobreviver, o que desperta preocupação ainda maior quando se tem que nessas famílias as gestantes vivem ou sobrevivem em condições precárias, e, muitas vezes não conhecem seus próprios direitos (BRASIL, 2016). A Política de Assistência Social é a política de garantia de direitos de prevenção e proteção social através de serviços, benefícios e trabalho social para: prevenir/reduzir situações de risco pessoal e social, proteger pessoas e famílias vulneráveis e vitimizadas; criar medidas e possibilidades de ressocialização, reinserção e inclusão social; monitorar as exclusões e os riscos sociais da população (BRASIL, 2016). Desta forma, por meio serviço proporcionado pelo assistente social que é possível contribuir para o resgate da identidade das famílias e da autoestima destas por viverem em condições precárias para que possam desenvolverem habilidades e potencialidades visto que pelas baixas condições de vida acabam por se distanciar da realidade atual, sentindo-se fragilizadas no sentido de não conhecerem ou não lutarem por seus direitos. (BRASIL, 2020). Nesse contexto da legislação brasileira quanto aos direitos a saúde, destaca-se a lei nº 8.080, a qual dispõe sobre a regulamentação em todo o território brasileiro, ações e serviços de saúde permanentes as pessoas naturais e ou jurídicas, por entender que a saúde é um “direito fundamental do ser humano”, (BRASIL, 1990). No Estado brasileiro, logo após a promulgação da Constituição Federal de 1988, surgiu a ideologia neoliberal, que enaltece o socio-liberalismo objetivando conciliar a liberalização dos mercados políticos sociais, até então mantidos pelo próprio Estado (BARROSO, 2014). É justamente na década de 1980 em que se dá a garantia dos direitos dos menos favorecidos

com a promulgação da Constituição de 1988, inovando dessa forma o direito do cidadão e o amparo social, pois a partir de então o poder público teria obrigação de garantir os direitos mínimos da população (BRASIL, 2016). É a partir dessas reflexões e lutas na busca pelos direitos sociais que é desenvolvido a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), passando assim a assegurar a todos igualdades de direitos (ASSUNÇÃO, 2014). Observa-se, portanto, que a assistência social no Brasil, como política pública ainda estar em consolidação, tendo em vista seu passado histórico em que se observa-se o caráter de caridade, assistencialismo e etc., em que a população sofre com a ineficiência na prestação dos serviços públicos (FIUZA, 2016). Nesse contexto de construção da assistência social, com sendo direito e dever do Estado brasileiro, surge a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) no ano de 2004, representando desta forma como um importante avanço na concepção política e de direitos específicos para os cidadãos brasileiros. A PNAS apresenta nos seus objetivos que as ações, no âmbito da assistência social, devem ser asseguradas com a *centralidade na família*, em relação as suas diretrizes o familismo aparece quando se explicita que a Política de Assistência Social deve ter a família como unidade central “para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos” (BRASIL, 2004 p.34). com a PNAS/2004, a proteção social da PAS deve garantir três seguranças: a de sobrevivência, de acolhida e de vivência familiar. Nesta função de prestação de serviços, a assistência social torna-se um instrumento de transformação social, pois, visa a integração daqueles que estão à margem da sociedade de acordo com (ZOCKUN, 2009, p. 113). É com esse instrumento que a população brasileira conta e vem lutando pela garantia de seus direitos, pois, como um país democrático, o Brasil segundo seus normativos, tenta garantir os direitos sociais descentralizando o poder e desenvolvendo políticas públicas de assistência. Uma importante política foi a criação do FBF, ou simplesmente, Bolsa Família criado a partir do Decreto n 5.209/2004. Este programa garante um valor pequeno às famílias contribuindo, para a complementação da renda familiar para aquelas famílias que se encontram em situação de pobreza. A PNAS (2004), “toma a família como referência na sua formulação, tanto no que se refere às condições sociais de vida, quanto às situações dos vínculos familiares”.

MÉTODOLOGIA

O presente estudo versa sobre uma pesquisa exploratória, entendida segundo Gil (2008), como aquela que tem como principal propósito proporcionar maior familiaridade com o objeto de estudo, ou seja, o problema que motivou o desenvolvimento da pesquisa. Destarte, a pesquisa exploratória é aquela realizada em fontes secundárias, ou seja, em materiais já publicados na literatura, tais como: artigos científicos, trabalhos de conclusão de curso, livros, revistas e sites diversos. Quanto aos procedimentos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica realizada nas bases de dados do Google Acadêmico e na e na Scientific Electronic Library Online (SciELO). O espaço temporal utilizado, foi o período de 2015 a 2022, realizando a busca a partir das seguintes palavras-chave: “assistência social”, “Direitos das gestantes” e “políticas públicas de saúde”. Para Marconi; Lakatos (2010, p. 183), “A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc”. Quanto a abordagem da pesquisa, tratou-se de uma pesquisa qualitativa a partir de matérias publicadas nas bases de dados supracitadas anteriormente.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

No processo de filtragem dos estudos para análise, inicialmente foi delimitado o

período cronológico, ou seja, dos 16.316 estudos encontrados, em seguida filtrando no período de 2015 a 2022, este número foi reduzido para 2.306; analisando pelo título se tinha alguma relação com objeto de estudo e objetivo proposto nessa pesquisa, o número foi reduzido para 1.205 estudos, e finalmente analisando os resumos resultou em 10 estudos selecionados no processo final de filtragem para leitura na íntegra e coleta dos dados para análise. Os estudos apontam que muitas mulheres que vivem em situação de vulnerabilidade social e por habitarem em locais distantes dos centros de atendimento e apoio, muitas vezes não tem condições nem mesmo de se dirigir a estes locais para realizar o pré-natal necessitando assim de acompanhamento durante as gestações. No entanto, mesmo com as dificuldades, observou-se que a partir do ano 2000 foram desenvolvidas políticas públicas para apoiar as famílias menos favorecidas ou de baixa renda, como o Programa Bolsa Família que contribuiu com uma renda mensal que ajuda na complementação da renda ou em muitos casos, torna-se a principal renda que muitas famílias brasileiras possuem para sobreviverem. Portanto, e por tudo que foi observado, percebe-se que no Brasil a política de Assistência Social não chega para todos, mas, que o país tem desenvolvido importantes programas citados no escopo desse trabalho como forma de apoio para as famílias carentes a terem acesso a estes programas e seus direitos garantidos. Conclui-se que o país precisa avançar na criação de políticas públicas, porém já se observa avanços nestas políticas minimizando assim as dificuldades sofridas por muitas famílias e tentar garantir os direitos mínimos de sobrevivência. Não poderia deixar de citar, a importância do serviço social na luta em garantir os direitos que os detém, pois, em muitos casos é para garantir a própria sobrevivência.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Luís Roberto. **O novo Direito Constitucional brasileiro**: contribuições para a construção teórica e prática da jurisdição constitucional no Brasil. Belo Horizonte: Fórum, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Palácio do Planalto, Brasília, Distrito Federal. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/html/pt/legislacao/constituicao_196_200.html. Acesso: em 20 de mar. de 2016.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Ministério da Previdência e Assistência Social. Secretaria de Assistência Social Brasília, DF: 2004.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Ministério da Previdência e Assistência Social. Secretaria de Assistência Social Brasília, DF: 2004.

LAKATOS, E. Maria; MARCONI, M. Andrade. **Fundamentos de metodologia científica: técnicas de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.